

VIRUS

24

ARQUITETURAS CONTRA- HEGEMÔNICAS TERRITORIALIDADES

PORTUGUÊS-ESPAÑOL, ENGLISH

REVISTA.JOURNAL

ISSN 2175-974X

CC BY-NC-SA

USP - IAU.USP - NOMADS.USP

WWW.NOMADS.USP.BR/VIRUS

DEZEMBRO 2022



ARQUITETURAS CONTRA-HEGEMÔNICAS: TERRITORIALIDADES COUNTER-HEGEMONIC ARCHITECTURES: TERRITORIALITIES

A revista VIRUS é uma publicação semestral integralmente bilíngue português-inglês ou espanhol-inglês Nomads.usp - Núcleo de Estudos de Habitares Interativos, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, IAU-USP, Brasil, com classificação Qualis A3. A VIRUS tem como objetivo constituir um *locus* de reflexão e interlocução em torno de temas que se relacionam com interesses e pesquisas em curso no Nomads.usp.

A revista VIRUS é uma publicação acadêmica, sem caráter lucrativo ou comercial e é divulgada sob a licença CC BY-NC-SA. Tanto o serviço de publicação quanto o acesso ao conteúdo publicado são gratuitos. A revista não é remunerada pelos serviços que fornece, nem remunera seus colaboradores.

VIRUS é acessível no *website* www.nomads.usp.br/virus/

e-mail: vnomads@sc.usp.br

Facebook: <https://www.facebook.com/virus.nomads/>

Endereço postal:

Universidade de São Paulo

Instituto de Arquitetura e Urbanismo

Caixa Postal 31 - 13560 São Carlos SP, BRASIL

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

R454

Revista VIRUS [recurso eletrônico] / Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo. – v. 1, n. 1 (2006) – São Carlos-SP: IAU/USP, 2006-.

Semestral.

Texto em português e inglês.

Iniciada em 2006, com periodicidade semestral a partir de 2009.

Periódico editado e publicado pelo Nomads.usp-Núcleo de Estudos de Habitares Interativos IAU-USP.

e-ISSN 2175-974X

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Estudos da cidade. 4. Transdisciplinar. I.
Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo.

CDD 720

VIRUS 24 | ARQUITETURAS CONTRA-HEGEMÔNICAS: TERRITORIALIDADES

24a. EDIÇÃO | 2022 SEMESTRE 02 | DEZEMBRO DE 2022

Editor-chefe da revista VIRUS | Prof. Associado Dr. Marcelo Tramontano, IAU-USP

Editor Adjunto | Prof. Dr. Juliano Pita, IFSP

Comitê Editorial da edição 24 | Prof. Associado Dr. Marcelo Tramontano, Prof. Dr. Juliano Pita, Prof. Dr. Ronaldo Gomes, MSc. Mario Vallejo, Arq. Maurício Silva, MSc. Isabela Pires, Arq. Lucas Edson de Chico, Arq. Thamyres Lobato Reis

Assistentes de edição | Profa. Associada Dra. Anja Pratschke, Profa. Dra. Juliana Trujillo, MSc. Isabella Eloy Cavalcanti, Arq. Caio Muniz, Arq. Christian Quesada, Arq. Euler de Moraes, Arq. Júlia Menin, Arq. Murilo Monteiro, Arq. Pedro Plácido Teixeira

Revisores externos | Os nomes e instituições dos pesquisadores que gentilmente colaboraram conosco nas duas edições da VIRUS, em 2022, encontram-se [nesta página](#), na seção Pessoas.

Redes e servidor | Juliano Pita, Daniel Picon, Evandro Bueno

Projeto gráfico | Prof. Associado Dr. Marcelo Tramontano, MSc. Mario Vallejo

Imagem da capa | A imagem da capa desta edição é de autoria da artista plástica húngara Ilona Lénard, que gentilmente concedeu à VIRUS autorização de uso. Trata-se de uma imagem do acampamento de inverno Zekreet, no Qatar, metade fazenda, metade residência familiar de fim de semana. À chegada do verão, a família desmonta o acampamento e parte, deixando o deserto em seu estado natural, perpetuando e atualizando tradições seculares dos povos da região.

Indexadores



W!24

ARQUITETURAS CONTRA-HEGEMÔNICAS: TERRITORIALIDADES COUNTER-HEGEMONIC ARCHITECTURES: TERRITORIALITIES

EDITORIAL

- 001 ARQUITETURAS CONTRA-HEGEMÔNICAS: TERRITORIALIDADES
COUNTER-HEGEMONIC ARCHITECTURES: TERRITORIALITIES
MARCELO TRAMONTANO, MARIO VALLEJO, JULIANO PITA, LUCAS DE CHICO, THAMYRES REIS, ISABELA PIRES, RONALDO SOUZA

ENTREVISTA

- 004 CONSTRUINDO RESPIROS COLETIVOS
BUILDING COLLECTIVE BREATHS
GABRIELA PEREIRA - GAIA, JOANA D'ARC DE OLIVEIRA

ÁGORA

- 014 CIMIENTOS INVISIBLES: TRABAJADORES DE LA CONSTRUCCIÓN EN EN EL HOYO
INVISIBLE FOUNDATIONS: CONSTRUCTION WORKERS IN EN EL HOYO
GINA CEBEY
- 023 REDESCRIPÇÃO DO PROJETO DO TÉRREO: ENSAIO FOTOGRÁFICO
REDESCRIBING THE PROJECT OF THE GROUND: A PHOTOGRAPHIC ESSAY
MARCOS LEITE ROSA
- 042 CENTRALIDADE REVISITADA: AS TERRITORIALIDADES DO TERCIÁRIO NA ERA DIGITAL
REVISITED CENTRALITY: TERTIARY TERRITORIALITIES IN THE DIGITAL AGE
HELIANA COMIN VARGAS
- 052 MOVIMENTOS [DES]TERRITORIALIZANTES E OUTRA DEMOCRACIA: INTRUSÕES EXTRUSIVAS
[DE]TERRITORIALIZING MOVEMENTS AND ANOTHER DEMOCRACY: EXTRUSIVE INTRUSIONS
IGOR GUATELLI
- 064 OCUPAÇÕES URBANAS COMO LUTAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NO BRASIL
URBAN SQUATTING AS A COUNTER-HEGEMONIC STRUGGLE IN BRAZIL
CLARISSA CORDEIRO DE CAMPOS
- 076 EDUCAÇÃO S/A: HEGEMONIA DE EAD EM ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL
EDUCATION CO.: E-LEARNING HEGEMONY IN ARCHITECTURE AND URBANISM IN BRAZIL
ZANDER PEREIRA FILHO, MAYARA DOS REIS, MARIA CALIL, VÍTOR HALFEN

- 095 TECTÔNICA NA PERIFERIA: ALTERNATIVAS PARA O ENSINO DE PROJETO
TECTONICS IN THE PERIPHERY: ALTERNATIVES FOR DESIGN TEACHING
JULIANA SICURO, ANA SLADE
- 113 O SENTIDO DAS POSSIBILIDADES DE UMA CONTRA-HEGEMONIA NA ARQUITETURA
THE MEANING OF COUNTER-HEGEMONY POSSIBILITIES IN ARCHITECTURE
MARIANA WILDEROM, LUIZ RECAMÁN
- 123 UM OUTRO URBANO: CONSIDERAÇÕES ATRAVÉS DE SOLÀ-MORALES E CARERI
ANOTHER URBAN: CONSIDERATIONS ACROSS SOLÀ-MORALES AND CARERI
LUIZA DE FARIAS MELO
- 134 CIDADE INTELIGENTE CONTRA-HEGEMÔNICA: DOS ODS AO DIREITO À CIDADE
THE COUNTER-HEGEMONIC SMART CITY: FROM THE SDGS TO THE RIGHT TO THE CITY
FÁBIO JOSÉ FERRAZ
- 143 GLOBALIZAÇÃO NÃO-HEGEMÔNICA E MUDANÇAS NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM
NON-HEGEMONIC GLOBALIZATION AND CHANGES IN THE HISTORIC CENTER OF BELÉM
ANA BEATRIZ DE MACEDO, HELENA TOURINHO, NADIME FRÓES
- 159 MOBILIDADE URBANA, PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E INSURGENTE
URBAN MOBILITY, PARTICIPATORY AND INSURGENT PLANNING
JULIANA TIEMI TAMANAHA
- 172 LA POLÍTICA PÚBLICA DE VIVIENDA (IN)SUSTENTABLE DE BRASIL Y VENEZUELA
THE (UN)SUSTAINABLE PUBLIC HOUSING POLICIES OF BRAZIL AND VENEZUELA
ORIANA SERRANO, RICARDO BARBOSA, JULIANA BATISTA
- 184 CONTRAVENÇÃO EM RUÍNAS ARQUITETÔNICAS CONTEMPORÂNEAS
CONTRAVENTION IN CONTEMPORARY ARCHITECTURAL RUINS
MAYRA DOS SANTOS, FRANCISCO SPADONI
- 196 DA RUINOLOGIA À RUINOPHILIA: PERSPECTIVAS SOBRE A ARQUITETURA EM RUÍNA
FROM RUINOLOGY TO RUINOPHILIA: PERSPECTIVES ON RUINED ARCHITECTURE
RAFAEL SOUZA, ETHEL PINHEIRO
- 207 PELA CONSERVAÇÃO DAS MARCAS DA DOR
FOR THE PRESERVATION OF MARKS OF DISTRESS
VITOR GARCIA, ELINE CAIXETA
- 217 DESIGN BRASILEIRO NO GIRO DECOLONIAL
BRAZILIAN DESIGN IN THE DECOLONIAL GYRE
FLÁVIO FERREIRA, JULIANA FRANCO
- PROJETO
- 228 TRÊS PROJETOS CONTRA-HEGEMÔNICOS
THREE COUNTER-HEGEMONIC PROJECTS
EDSON DA CUNHA MAHFUZ

ARQUITETURAS CONTRA-HEGEMÔNICAS: TERRITORIALIDADES COUNTER-HEGEMONIC ARCHITECTURES: TERRITORIALITIES M. TRAMONTANO, M. VALLEJO, J. PITA, L. DE CHICO, T. REIS, I. PIRES, R. SOUZA

Marcelo Tramontano é Arquiteto, Mestre, Doutor e Livre-docente em Arquitetura e Urbanismo, com Pós-doutorado em Arquitetura e Mídias Digitais. É Professor Associado do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. Coordena o Nomads.usp e é Editor-chefe da revista VIRUS. tramont@sc.usp.br
<http://lattes.cnpq.br/1999154589439118>

Mario Vallejo é Desenhista Arquitetônico e de Engenharia e Mestre em Arquitetura e Urbanismo. É pesquisador no Nomads.usp e doutorando no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Estuda processos digitais de projeto, colaboração, BIM, e métodos e meios de representação. mariovallejo@usp.br
<http://lattes.cnpq.br/1094158283404582>

Juliano Veraldo da Costa Pita é Arquiteto, Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Professor Doutor do Instituto Federal de São Paulo, Pesquisador Associado do Nomads.usp e Editor Adjunto da revista VIRUS. Coordena pesquisas sobre processos digitais de projeto de Arquitetura no âmbito das encomendas públicas, e a inclusão de tecnologias digitais, especialmente BIM, em processos participativos de tomada de decisão. juliano.pita@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/9979407166601746>

Lucas Edson de Chico é Arquiteto e pesquisador no Nomads.usp, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Investiga inventários digitais em leituras e registros de rotas culturais. lucas.chico@usp.br
<http://lattes.cnpq.br/4486015301906993>

Thamyres Lobato Reis é Arquiteta e pesquisadora no Nomads.usp, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Investiga a relação entre o processo de Projeto Arquitetônico e o Espaço Urbano de maneira sistêmica através do Algorithm-Aided Design. thamyreslobato@usp.br
<http://lattes.cnpq.br/9673134043028011>

Isabela Batista Pires é Arquiteta e Mestre em Arquitetura e Urbanismo. É pesquisadora no Nomads.usp e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Investiga ecologia urbana e desenho urbano. isabelabatista@usp.br
<http://lattes.cnpq.br/5471251874042231>

Ronaldo Gomes Souza é Psicólogo, Mestre e Doutor em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (PSTO), e Pós-doutorando no Nomads.usp e no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Coordena pesquisas nas áreas de Psicologia do Trabalho e Saúde d@Trabalhad@r, Trabalho, Contexto urbano e Cidadania, Audiovisual, Cinema/documentário e Trabalho. ronaldopsicologo@ufam.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/3331509597576564>

A grande quantidade de trabalhos recebidos em resposta à chamada “Arquiteturas contra-hegemônicas” possibilitou a produção de duas edições da revista VIRUS – V!24: Territorialidades, e V!25: Identidades. O tema geral fundamenta-se na noção gramsciana de hegemonia cultural, constituindo um desdobramento das reflexões propostas em nossas edições recentes. Na vigésima segunda edição, discutimos sobre a consciência e o compromisso de sermos pesquisadores na América Latina. Na vigésima terceira, ampliamos o debate para a valorização de referências produzidas no Sul Global ao examinarmos questões da região. A presente edição busca focalizar espaços físicos e simbólicos em posição de confronto com a lógica hegemônica dominante, articulando os muitos aspectos do campo ampliado de Arquitetura e Urbanismo — sociopolíticos, tecnológicos, formais, espaciais, funcionais, ambientais, energéticos, em variadas escalas, múltiplos processos de concepção e representação, arranjos produtivos, metodologias e abordagens teórico-históricas — constituindo o que estamos chamando de arquiteturas contra-hegemônicas.

Com o aposto “Territorialidades”, a VIRUS 24 reúne trabalhos mais próximos de temáticas ligadas à produção do edifício e da cidade. Generosamente apoiados por mais de duas centenas de revisores externos, eminentes pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, selecionamos, para esta edição, dezoito contribuições que tratam da teoria e ensino de arquitetura e do urbanismo, do patrimônio histórico e cultural, do projeto e produção da cidade, aqui publicadas juntamente com a entrevista a convite do comitê editorial. Agradecemos às dezenas de autoras e autores que atenderam à nossa chamada e, em especial, às autoras e autores dos dezenove trabalhos que orgulhosamente aqui compartilhamos com a comunidade acadêmica.

A convite do Comitê Editorial, a arquiteta e urbanista *Gabriela Leandro Pereira - Gaia*, Doutora em Arquitetura e Urbanismo e professora da Universidade Federal da Bahia, concedeu à cientista social *Joana D’Arc de Oliveira* – também nossa convidada – a entrevista [Construindo respiros coletivos](#), na qual propõem uma excepcional leitura acerca de questões raciais no pensamento sobre a cidade e na formação em Arquitetura e Urbanismo.

A contribuição de **movimentos sociais insurgentes** é tratada por três autores. Iniciado por um exame da etimologia da palavra território, o texto [Movimentos \[des\]territorializantes e outra democracia: intrusões extrusivas](#), de *Igor Guatelli*, traz a questão das ocupações urbanas para discutir processos contra-hegemônicos de formação de territórios outros. O trabalho [Ocupações urbanas como lutas contra-hegemônicas no Brasil](#), de *Clarissa Campos*, aborda as ocupações belo-horizontinas como espaço de resistência e reivindicação de direitos. E em [Mobilidade urbana, planejamento participativo e insurgente](#), *Juliana Tamanaha* discorre sobre os movimentos sociais e seu potencial contra-hegemônico no processo de reivindicação do direito de ir e vir na cidade.

Dois trabalhos tratam das relações entre **o comércio, o terciário e os centros urbanos**. Em [Centralidade revisitada: as territorialidades do terciário na era digital](#), *Heliana Vargas* esboça um amplo leque de referências sobre as alterações dos fluxos e centralidades urbanas a partir incorporação das tecnologias digitais, e em [Globalização não-hegemônica e mudanças no centro histórico de Belém](#), *Ana Beatriz de Macedo*, *Helena Tourinho* e *Nadime Fróes* discutem globalização hegemônica e não-hegemônica nas transformações das dinâmicas do centro histórico de Belém, focalizando o comércio de produtos advindos da Ásia.

O exame de **alternativas contra-hegemônicas à produção da cidade neoliberal** constitui o pano de fundo de dois trabalhos: [Um outro urbano: considerações através de Solà-Morales e Careri](#), de *Luiza Melo*, que se utiliza de conceitos como transurbância e *terrain vague* para pensar um outro urbanismo, e [Cidade inteligente contra-hegemônica: dos ODS ao Direito à Cidade](#), em que *Fábio Ferraz* discute o fenômeno das cidades inteligentes à luz do direito à cidade.

Questionando posturas hegemônicas no **desenho do espaço urbano**, *Edson Mahfuz* apresenta e discute [Três projetos contra-hegemônicos](#), a partir das experiências didáticas de seu ateliê de projeto, em torno das noções de infraestrutura do cotidiano e qualificação de espaços públicos.

A artista mexicana *Gina Cebey* aborda as **relações de trabalho no canteiro de obras** de grandes infraestruturas urbanas em uma leitura do filme documentário [Cimientos Invisibles: Trabajadores de la Construcción en En El Hoyo](#).

A **habitação social** é discutida a partir de lógicas contra-hegemônicas no ensaio fotográfico [Redescrição do projeto do terreno: ensaio fotográfico](#), de *Marcos Rosa*, e, de uma perspectiva comparativa internacional, em [La política pública de vivienda \(in\)sustentable de Brasil y Venezuela](#), de *Oriana Serrano*, *Ricardo Barbosa* e *Juliana Batista*.

Em [O sentido das possibilidades de uma contra-hegemonia na arquitetura](#), *Mariana Wilderom* e *Luiz Recamán* retomam as **teorias e críticas da arquitetura moderna** para a construção de possibilidades contemporâneas contra-hegemônicas.

Três trabalhos tratam do **ensino de arquitetura e urbanismo e design**. O artigo [Educação S/A: hegemonia de EaD em arquitetura e urbanismo no Brasil](#), de *Zander Pereira Filho*, *Mayara dos Reis*, *Maria Calil* e *Vítor Halfen*, demonstra o processo de ampliação da oferta de vagas na modalidade Ensino à Distância (EaD) em cursos de graduação em arquitetura e urbanismo, e como esta modalidade vem se tornando hegemônica frente ao ensino presencial oferecido majoritariamente em universidades públicas. Já o trabalho [Tectônica na periferia: alternativas para o ensino de projeto](#), de *Juliana Sicuro* e *Ana Slade*, traz experiências e referências de ateliê de projeto envolvendo comunidades periféricas e pensamento construtivo. Por fim, o artigo [Design brasileiro no giro decolonial](#), de *Flávio Ferreira* e *Juliana Franco*, tece reflexões acerca do ensino de design no Brasil e sobre como apropriar-se do pensamento decolonial para a produção de um design contra-hegemônico.

Finalmente, adentrando no campo de **patrimônio e memória**, os trabalhos [Contravenção em ruínas arquitetônicas contemporâneas](#), de *Mayra dos Santos* e *Francisco Spadoni*, e [Da ruinologia à ruinophilia: perspectivas sobre a arquitetura em ruína](#), de *Rafael Souza* e *Ethel Pinheiro*, investigam o lugar da ruína na contemporaneidade, sob a ótica de seu significado e papel social. Já o trabalho [Pela conservação das marcas da dor](#), de *Vitor Garcia* e *Eline Caixeta*, pontua modos contra-hegemônicos de enfrentamento de situações onde o patrimônio foi destruído por fatores humanos.

A **imagem da capa** desta edição é de autoria da Artista Visual húngara Iлона Lénard, que gentilmente concedeu à VIRUS autorização de uso. Trata-se de uma imagem do acampamento de inverno Zekreet, no Qatar, metade fazenda, metade residência familiar de fim de semana. À chegada do verão, a família desmonta o acampamento e parte, deixando o deserto em seu estado natural, perpetuando e atualizando tradições seculares dos povos da região.

Desejamos a todas, todos e todes excelente leitura, e um ano novo com muita esperança, solidariedade, mais espaços de luta e grandes vitórias.

CONSTRUINDO RESPIROS COLETIVOS BUILDING COLLECTIVE BREATHS GABRIELA PEREIRA - GAIA, JOANA D'ARC DE OLIVEIRA

Gabriela Leandro Pereira - Gaia é Arquiteta, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo. É Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição, e realiza atualmente estágio pós-doutoral. Coordena pesquisas sobre urbanismo, planejamento urbano, direito à cidade, questões étnico-raciais, gênero e diversidade, e história urbana.
gabriela.leandro@ufba.br

<http://lattes.cnpq.br/9916943655624465>

Joana D'Arc de Oliveira é Cientista Social, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo, realizando atualmente estágio Pós-doutoral. É Professora Doutora voluntária no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, e coordena pesquisas sobre Cidades, Gênero, Territórios Negros, História da Arquitetura e do Urbanismo, Arquiteturas Africanas e Afro-brasileiras, e Patrimônio Cultural Afro-brasileiro.
joanadarcoliveira@usp.br

<http://lattes.cnpq.br/9412303406727941>

ENTREVISTA REALIZADA EM 1 DE DEZEMBRO DE 2022

Como citar esse texto: PEREIRA, G. L.; OLIVEIRA, J. D. Construindo respiros coletivos. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/743/743pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Marcelo Tramontano: Em nome do comitê editorial, agradeço à Profas. Dras. Gabriela Leandro Pereira - Gaia e Joana D'Arc de Oliveira por terem aceito nosso convite para esta entrevista. Para a V!24, decidimos convidar uma pesquisadora expressiva no campo relacionado às questões de gênero interseccionadas à negritude, que, por sua vez, convidou uma pesquisadora de sua escolha para ser entrevistada. É assim que temos a honra e o privilégio de participar desta conversa entre essas duas mulheres negras de destaque em suas áreas, que gentilmente aceitaram este desafio.

Joana D'Arc de Oliveira: Boa tarde a todos e todas. A equipe editorial da revista V!RUS me fez esse convite tão importante e potente, incumbindo-me de selecionar alguém cujo papel considero fundamental nas abordagens relacionadas às arquiteturas contra-hegemônicas, tema da vigésimo quarta edição da revista. Gabriela Leandro Pereira, a Gaia, é alguém cujo trabalho e trajetória venho acompanhando já há algum tempo, com grande admiração.

Agradeço a você, Gaia, por ter aceito o nosso convite e gostaria de dizer que é uma honra muito grande dividir esse espaço com você. Dando início ao nosso diálogo, pediria que você falasse um pouco da sua trajetória.

Gabriela Gaia Leandro Pereira: Obrigada à Joana e a toda a equipe da revista pelo convite. Atualmente, sou professora na Universidade Federal da Bahia (UFBA), mas sou capixaba, cursei a graduação no Espírito Santo, para onde retornei esse ano para fazer pós-doutorado, depois de dezesseis anos longe da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Migrei, portanto, do Sudeste para o Nordeste, mas de uma região que se situa quase na periferia do Sudeste, em termos de centralidade do campo acadêmico e das grandes publicações. O Espírito Santo não está no eixo Rio-São Paulo, mas na encruzilhada entre Minas, Rio e Bahia, que acaba sendo um lugar também muito interessante de se estar inserido.

Estudei arquitetura no início dos anos 2000, bem na virada do milênio. Estávamos no final da era FHC¹, na transição para o primeiro governo Lula, época da criação do Ministério das Cidades e, em seguida, do Estatuto da Cidade. Formei-me em 2006, e muitos planos diretores estavam para ser feitos. Durante o curso, ao mesmo tempo que fui me deparando com algumas questões que me pareciam estranhas, também fui encontrando alguns caminhos potentes, especialmente uma grande aposta nos movimentos sociais e na participação popular. Estas questões tomaram um grande vulto na minha formação e me ajudam, hoje, a pensar questões que me parecem centrais, como aquelas relacionadas à racialidade, por exemplo. Naquele momento, elas pareciam um tanto quanto secundárias, porque havia uma grande urgência de se pensar um projeto político de país mais à esquerda, pautado, em grande medida, nas demandas da reforma urbana, junto com os movimentos sociais.

Tudo isto acontecia em uma academia que era muito mais branca do que é hoje. Ainda que muitos cursos de arquitetura sejam, ainda hoje, majoritariamente brancos, no início dos anos 2000 o eram muito mais e o debate racial, por exemplo, não estava presente. No máximo, ele existia nesse lugar não nomeado das periferias, junto aos movimentos sociais, mas este não era um tema acadêmico. Trabalhei na elaboração de vários planos diretores no interior do estado e na região Metropolitana da Bahia, o que me fez circular por muitos contextos e encontrar muitas dificuldades. Eu vinha de uma formação na qual também havia trabalhado muito com pesquisa, desde meados do curso de graduação, ao mesmo tempo envolvida em projetos de extensão junto ao escritório modelo da universidade, que era um lugar da prática e da militância. Quando, depois de formada, fui trabalhar em planejamento urbano, sabia que o lugar que me interessava era aquele das leituras comunitárias, dos diálogos com os movimentos, mas encontrei dificuldades na incorporação das demandas dos movimentos no planejamento institucional. Depois de um ano e meio trabalhando em vários planos, através de processos participativos e leituras comunitárias, percebi que precisava voltar para a academia, olhar criticamente para essa experiência que considero ter sido a grande aposta da minha formação.

Decidi fazer um mestrado em Salvador, uma decisão muito crucial porque a cidade é radicalmente pulsante, seja nas suas intensidades – das mais diferentes naturezas –, ou na insistência de demonstrar, o tempo todo, conflitos e coexistências, até então inimagináveis para mim. Em 2007, quando entrei no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador era uma cidade com 80% de sua população negra, mas o Programa de Pós-graduação era praticamente todo branco. Este foi um grande choque. Eu vinha da cidade de Vitória, onde 52% da

¹ Presidência de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998, 1998-2002).

população era negra, embora este fato não tivesse visibilidade nos discursos sobre a cidade, os quais privilegiam uma narrativa sobre a imigração italiana e alemã, do final do século XIX, que tomam um lugar enorme no imaginário sobre a cidade.

Mas Salvador é uma cidade inegavelmente negra. Em 2007, eu fiquei chocada em encontrar uma faculdade incrível em termos de debate, mas com um corpo docente da pós-graduação provavelmente 100% branco, e talvez 80% do corpo discente também. Foi neste contexto que comecei a tentar nomear essas questões que, para mim, tornavam-se impossíveis de serem negligenciadas. Na minha tese de doutorado², consegui trabalhar isso como um mote que passou a orientar os debates do meu trabalho. Assim, minha trajetória docente na UFBA, iniciada em 2016, tem se desenrolado tentando, sobretudo, estruturar um modo de trabalhar dentro do campo da Arquitetura e Urbanismo com as questões da racialidade, das interseccionalidades, desde o ponto de vista das teorias e história, mas também do planejamento urbano e da crítica.

JDO: Em que momento das suas abordagens, análises e reflexões você percebeu que era fundamental selecionar e apropriar-se do elemento racial para compreender as territorialidades, a cidade e as suas hierarquias, bem como suas disposições? Em que momento você passa a se colocar no papel de investigadora que analisa a cidade a partir da perspectiva racial?

Gaia: No mestrado, eu desenvolvi uma investigação pautada na análise crítica e cartográfica de uma ocupação com a qual eu já vinha trabalhando desde a graduação. A ocupação ficava na periferia da região metropolitana da Grande Vitória. Hoje, essa ocupação é o bairro Alice Coutinho, que fica no limite entre as áreas rural e urbana do município de Cariacica. Na graduação, eu havia trabalhado juntamente com colegas estudantes em um projeto de extensão universitária, de assessoria ao movimento que organizava essa ocupação. Fui para Salvador para distanciar-me um pouco dessa prática extensionista e de assessoria, que demanda um grande envolvimento de luta diária. Mas eu também quis um distanciamento reflexivo para tentar entender o que levava aquelas famílias, com distintas trajetórias, algumas coincidentes e muitas marcadas por violência, a instalar-se naquela ocupação tão distante. O fato de situar-se naquele limite entre urbano e rural, tornava-a uma ocupação que era, ao mesmo tempo, uma realização e também um esconderijo.

Às vezes, o próprio Conselho Tutelar encaminhava algumas famílias vítimas de violência doméstica para essa ocupação, com a concordância do movimento, considerando que se tratava de um lugar relativamente protegido, distante de seus agressores. Na ocupação, confluíam, portanto, muitas esperanças de continuidade de vida, mas também diferenças e trajetórias muito marcantes. Na pesquisa de mestrado, eu tentei entender essas trajetórias e a própria ocupação para além da agenda do movimento, como espaço comum de tantas famílias com trajetórias tão marcantes. Eu já havia vivenciado diálogos muito potentes com os movimentos, porque trabalhei na concepção do plano diretor deste município e, ao final do processo, esta ocupação tornou-se um bairro que conseguimos incorporar como uma ZEIS³.

Uma das grandes conquistas dessa ocupação foi a construção de uma creche, que a comunidade conseguira manter como espaço público destinado ao convívio coletivo. A creche foi construída através de licitação pública, pela empresa que venceu a licitação por oferecer o menor preço. Pouco tempo depois de inaugurada, a edificação desabou por causa das precariedades construtivas, especialmente por emprego de material indevido e de baixa qualidade. Morreram três crianças. Este fato, em que até as conquistas extremamente desejadas e que comemoramos se desmontaram de uma forma tão trágica, me fez pensar que há algo nesse sistema que estrutura a precariedade e que se compõe, obviamente, por vários fatores.

Há algo que está além dos processos de se repensar a política, algo que condiciona a vida desses sujeitos periféricos. Até então, a questão da racialidade não era central na minha pesquisa, mas passou a ser nesse momento. Talvez, se eu olhasse para as disputas por terra, por mercado, em outras localidades da cidade encontraria situações de outra natureza. Inclusive porque estas mortes na periferia não geram comoção. São só mortes corriqueiras. Assim, a racialidade passou a ser, para mim, um elemento fundamental de análise, porque não é possível pensar um conjunto de ações, fatos e processos de modo

² PEREIRA, G. L. **Corpo, discurso e território: cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2015

³ Zona Especial de Interesse Social. Mais info: <https://bit.ly/3VovxMB>.

desconectado de um olhar que busque entender a cidade também do ponto de vista racial.

Refletir sobre estes processos desde a academia gera uma sensação de impotência. Mas eu precisava voltar para o espaço de formação, que é mais do que um espaço de pesquisa. Eu tenho um interesse muito grande em pensar o lugar de formação. De toda a seara da academia, o que mais me motiva é pensar a sala de aula como o lugar da formação. Então, na pesquisa de doutorado, eu trouxe a questão da racialidade como um tema, evitando fechar-me no meio acadêmico e distanciar-me da militância. Porque eu entendia que talvez o lugar da militância, naquele momento, precisava ser outro. A reflexão acadêmica poderia me ajudar a repensar o modo como eu me recolocaria na militância, e a entender os processos que estruturam as nossas cidades a partir de uma perspectiva racial.

JDO: Eu gostaria que você comentasse o que você aprendeu, ao longo da sua pesquisa de doutorado, com a Carolina Maria de Jesus⁴. O que ela lhe ensinou? O que ela deixou marcado na Gaia, que faz com que, hoje, você vá para a sala de aula imbuída de uma outra abordagem, de um outro programa, pensando na formação? O que ela trouxe para você e para a sua prática em arquitetura e urbanismo?

Gaia: Coincidentemente, tenho aqui do meu lado o livro "Quarto de despejo: diário de uma favelada"⁵, uma edição linda que saiu em 2020, que tem um pouco a ver com a minha fala e com o que eu aprendi com a Carolina. Inspirada pela narrativa dela, iniciei a minha pesquisa de doutorado sem muita certeza de aonde eu iria chegar. Eu estava estudando os saraus das periferias, mas não queria ir a campo interrogar as pessoas. A periferia está o tempo todo produzindo muitas coisas, e está na hora de olhar para essa produção menos como algo do qual se podem extrair informações, entendendo que há nela uma potência reflexiva. Talvez olhar de uma forma menos infantilizada as textualidades construídas de modo distinto do texto acadêmico. A periferia está falando há muito tempo. Quem são seus habitantes? Onde estão essas pessoas? Onde encontram esses textos? E se não forem textos, o que são? A princípio, tentei localizar espaços de produção cultural que gerassem alguns conteúdos, produtos e obras, espaços de saraus e espaços de coletivos, a partir de 2010. Mas quando comecei a investigar os lugares de produção literária, a Carolina foi aparecendo como uma referência. Nas falas de vários produtores culturais da periferia, escritores, poetas ou aqueles que faziam batalhas de *hip hop*, aparecia, em algum momento, Carolina Maria de Jesus, e até então eu não conhecia nada sobre ela.

Havia muito tempo que não eram mais lançados livros dela, porque sua produção não era muito procurada. Consegui encontrar esses livros em sebos e comecei a ler sua produção. Fiquei abismada ao ver que "Quarto de Despejo" era um livro que falava sobre a favela do Canindé, em 1960, que foi desfavelada em 1961. Como é que isso não é material obrigatório das disciplinas de Urbanismo? Uma favela desfavelada em 1961! Escrito em 1960, o livro é uma preciosidade sobre o cotidiano da favela. Depois, eu li o "Diário de Bitita"⁶, que falava da saída dela de Sacramento, do interior de Minas Gerais, até chegar a São Paulo. O livro cobre o período desde seu nascimento, em 1914, a migração de alguém que é neta de um escravizado e filha de uma mulher que nasceu sob a Lei do Ventre Livre. Carolina nasceu no interior de Minas, em uma sociedade vivendo ainda muito segundo os padrões escravistas. O que significava ir para São Paulo, uma cidade grande que estava se tornando uma metrópole? Fiquei apaixonada por isso, pela potência dos escritos dela, uma pessoa que tinha muita certeza da importância do que estava fazendo. Ela tinha certeza de que era uma escritora e de que esse era o seu destino na vida. Era muito atenta ao debate político, com uma escolaridade de pouquíssimos anos – um ou dois anos de estudo –, mas com sagacidade para compreender o momento político e histórico e refletir sobre ele nos seus textos. Carolina é, de fato, uma escritora muito sagaz, que vai dando nós na própria história, que ela conta de forma muito engenhosa.

Encontrar Carolina foi, para mim, uma experiência radical em termos de recuperar essa literatura há tanto tempo esquecida. Talvez nas letras, na literatura, ela ainda estava presente, mas, em outros campos, ela havia desaparecido. Em 2014, no centenário do seu nascimento, ela ressurgiu de um modo inimaginável. Foi muito bonito ver esse ressurgimento e também

⁴ Carolina Maria de Jesus (1914-1977) foi uma das primeiras escritoras negras do Brasil, além de compositora e poetisa. Conhecida por seu livro Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada, publicado em 1960. Mais info: <https://bit.ly/3XOFPXU>.

⁵ DE JESUS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Rio de Janeiro: Livraria F. Alves, 1960.

⁶ JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

a articulação de mulheres negras escritoras e de editoras de pessoas negras periféricas. Foi importante perceber que existia uma organização do movimento negro e de intelectuais negras para trazer Carolina para um lugar de destaque na academia. Ela foi um destaque de vendas, em 1960, mas rapidamente consumida como uma excepcionalidade. Assim, empenhei-me em trazer a sua narrativa ao encontro da narrativa dos processos de urbanização da cidade.

Procurei aproximar os autores do nosso campo, sobretudo pesquisadores de planejamento urbano, à narrativa da Carolina. Ela traz elementos que se situam nesse lugar da racialidade que os estudos do campo do urbanismo e do planejamento praticamente não tocam. Estructurei, então, um diálogo entre o campo estabelecido do urbanismo e do planejamento, a literatura da Carolina e trouxe, junto com ela, outros interlocutores das artes e da literatura que ajudaram a compor essa conversa. Carolina me ajudou a pensar caminhos. Eu entendo o texto dela como um guia que dialoga, que fricciona, mas que, sobretudo, ajudou-me a transitar por essa literatura acadêmica já estabelecida sem me deixar apreender por ela.

JDO: É muito comum que alguns intelectuais, teóricos, artistas e pessoas da comunidade negra pensassem todas essas violências, trazidas pelos processos urbanísticos, principalmente no início do século XX, quando se produzem propostas de modernização da cidade e um projeto de marginalização e exclusão dos corpos negros. Há, então, uma produção negra pensando todos esses processos, desde Lima Barreto⁷, a outros intelectuais como os geógrafos Andreilino Campos⁸ e Renato Emerson dos Santos⁹, que vão ancorar-se nessas abordagens para compreender a cidade. Para além desses teóricos, escritores, autores, que estão pensando a cidade em que eles vivem ou cidades a partir de uma perspectiva histórica, como você vê o papel dos movimentos negros? Como é que os movimentos negros lidam com esses processos de transformações urbanas que vão impactar diretamente a vida do povo preto nos mais variados aspectos?

Gaia: Do ponto de vista institucional, minha aproximação com os movimentos negros é muito recente. Sou uma pessoa que entrou na universidade antes da política de cotas. Sou a segunda geração da família a fazer estudos universitários. Para mim, o caminho da academia era um caminho “natural”, o que, no início dos anos 2000, colocava-me numa situação de exceção. Na época, meus pares negros da arquitetura tinham trajetórias muito parecidas com a minha. Quase todos também haviam cursado escolas técnicas federais e, em seguida, entraram na faculdade. Tínhamos o movimento negro como um movimento que construía caminhos, e eu trilhei esse caminho sem atuar diretamente junto ao movimento. Minha aproximação com o movimento negro aconteceu nos debates sobre as políticas de cotas e de ações afirmativas, quando eu consegui me aproximar mais e entender a relevância do movimento para esses caminhos que estavam sendo abertos.

Atualmente, pensando em movimentos bem recentes como, por exemplo, a Coalizão Negra por Direitos¹⁰, que reúne uma série de movimentos e organizações negras para construir uma agenda de temas e questões relevantes, o direito à cidade é uma questão, a moradia é uma questão. É interessante observar como esses movimentos e organizações reivindicam aspectos específicos de questões urbanas ou territoriais, como, por exemplo, as organizações quilombolas. Mas, ao mesmo tempo, na construção da reforma urbana e no debate no campo do planejamento urbano, mesmo no campo progressista e aliado aos movimentos de luta por moradia, a questão racial não é colocada como uma questão do planejamento urbano ou de outras áreas envolvidas na construção de políticas urbanas do Ministério das Cidades.

Esse debate, que também precisa ser racializado, juntamente com o movimento negro vêm construindo modos de se inserir em diferentes frentes, demandas e questões. As questões raciais são também questões urbanas, mas não se situam na agenda oficial dos movimentos específicos do urbano. Ao mesmo tempo, os movimentos negros participam ativamente do

⁷ Lima Barreto (1881-1922) foi um importante escritor brasileiro da fase Pré-Modernista da literatura. Sua obra está impregnada de fatos históricos e de uma perspectiva da sociedade carioca.

⁸ Andreilino de Oliveira Campos. Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/7464184670798122>

⁹ Renato Emerson Nascimento dos Santos é geógrafo, mestre em Planejamento Urbano e Regional e doutor em Geografia. Atualmente (2018-) é professor adjunto do Instituto de Pesquisa e Planejamento Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

¹⁰ A Coalizão Negra por Direitos é uma organização em prol do movimento negro no Brasil. É formada por mais de 200 associações, ONGs, coletivos, grupos e instituições. Mais informações em: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/>

debate público e constroem muita coisa. Porque mesmo que talvez não construam uma política urbana nos moldes da reforma urbana, são eles que estão costurando, no cotidiano, políticas que incidem diretamente nos territórios periféricos. O tema do direito à cidade e as questões do planejamento urbano estão diretamente inseridos nos debates dos vários movimentos e organizações negras. É hora de vermos esta agenda tornar-se oficial, apresentada como uma agenda do direito à cidade, na qual os movimentos negros também estão disputando e tensionando o que seria isso. Porque os cursinhos populares estão nos territórios, nos espaços culturais, na rede que articula todo o suporte às comunidades, desde a pandemia de Covid-19 no que se refere à distribuição de alimentos. É preciso entender como os territórios periféricos operam e como é possível construir redes ali. Quem domina estes territórios são os movimentos negros e este é um dado importante. Estamos no momento de articular essas agendas e ver como podemos construir algo juntos, pelo menos no campo do planejamento urbano.

JDO: Eu gostaria que você falasse um pouco sobre as formas como o povo preto grafa o território. Como são expressas essas grafias, para além das políticas de exclusão, imaginação, etc.? Qual a sua percepção dessas grafias, que muitos chamam de territorialidades negras e de espaços de resistência?

Gaia: São muitos os modos como a presença negra se inscreve nas cidades. Pensando com autores como Maria Estela Ramos¹¹, que estuda os bairros negros, e Diosmar Filho¹², geógrafo com quem tenho trabalhado muito em Salvador, a partir dos territórios negros, eu entendo que a cidade "branca" também é uma cidade negra. Esta cidade não se ergue do nada, não se ergue sem seus construtores. Tenho pensado muito nesse empenho, uma vez que a história material da cidade é uma história de empenho negro. Não acredito no debate hermético baseado em compreensões como "este é um bairro negro" e "aquele é um bairro branco". As questões são mais complexas e as negociações estão continuamente acontecendo. Por isso, não é possível estudar a cidade como se ela se erguesse de modo dissociado da presença negra.

Há uma pesquisadora estadunidense de quem eu gosto muito, chamada Adrienne Brown¹³, que argumenta que a história da arquitetura é a história material das raças. Toda arquitetura é uma arquitetura racial. Este argumento desloca a discussão para um outro lugar. Eu acredito que existe um modo de grafia do povo preto nas cidades, mas esse modo pode apresentar-se também de maneira muito diversa. Vitória e Salvador são cidades nas quais encontro questões coincidentes em termos de organização dos territórios de maioria negra, mas, ao mesmo tempo, têm especificidades. Em Salvador, há bairros que crescem a partir da presença dos terreiros, em um processo muito mal trabalhado pelo campo do Urbanismo, dados os poucos pesquisadores que trabalham sob essa perspectiva. Ao estudarmos a história do urbanismo de Salvador, vamos perceber argumentos que falam da periferia crescendo porque o centro expulsa as pessoas para lá. Mas também vamos encontrar a agência dos terreiros em agregar pessoas em torno deles, na construção de bairros e comunidades. Trata-se de um processo ainda não suficientemente descrito na história da cidade de Salvador. Em uma cidade como Vitória, onde a presença dos terreiros nos moldes daqueles de Salvador não é tão expressiva, ou que se expressa de outros modos, vamos precisar de outras lentes para entender como estas comunidades foram se estruturando, às vezes na periferia, às vezes no morro, às vezes na borda entre o plano de Saturnino de Brito e o morro.

Um dos grandes desafios é, portanto, entender as evidências raciais nos processos de produção das cidades e de criação de espacialidades, e também entender a negociação constante entre os diferentes modos de organizar o território. Estes modos não são necessariamente excludentes, mas se sobrepõem, contaminam-se, influenciam-se e se diferenciam no tempo. Considero que o tempo vai criando sobreposições que vão exigindo que entendamos que camadas são essas neste grande palimpsesto, onde acumulam-se inscrições na cidade. Tenho pensado isso como um grande desafio que não aparte a cidade supostamente "branca", e que não nos impeça de pensá-la enquanto uma cidade onde as racialidades também organizam os modos de sua produção.

JDO: Gaia, o que você sugere sobre o processo de formação do arquiteto e urbanista, para além da inserção de

¹¹ Maria Estela Rocha Ramos Penha. Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/3100513551876982>

¹² Diosmar Marcelino de Santana Filho. Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/3918996705603114>

¹³ Adrienne Brown é professora na Universidade de Chicago, especialista em Produção Cultural Americana e Afro-americana no século XX, com ênfase na história da percepção moldada pelo ambiente construído.

autores negros, de temáticas raciais nos programas disciplinares dos cursos de graduação e pós-graduação? Temos visto, por exemplo, algumas discussões em torno das contribuições dos saberes africanos na arquitetura brasileira. O que seria fundamental que os professores que estão à frente das salas de aula, formando futuros profissionais, tenham claro? Como trazer, ao processo de formação, um engajamento maior dessas pautas?

Gaia: Voltando ao debate proposto por Adrienne Brown, toda arquitetura é arquitetura racial. A história material da arquitetura é a história material das raças. Temos que entender que a história da arquitetura e a história do urbanismo estão inseridas no evento racial. Elas não estão dissociadas, não são neutras. A arquitetura não está apenas respondendo, de forma ingênua, a um estado de coisas. Se entendermos a arquitetura, as tecnologias e a teoria desta perspectiva, a reflexão já se inicia em um outro lugar. Eu tenho resistido muito a dar disciplinas optativas. Tenho me interessado mais em dar as disciplinas obrigatórias, mesmo que sejam obrigatórias tradicionais. Porque ainda que eu use uma certa bibliografia que não coloca estas questões, a maneira como eu olho para essa bibliografia diz outra coisa sobre ela. A partir das perguntas eu faço, a partir das questões eu trago, a partir de quem eu trago para dialogar com essa literatura. E, claro, precisamos criar outras disciplinas mais específicas, como, por exemplo, estudos de arquitetura africana em torno de um urbanismo produzido na África, e se é urbanismo mesmo ou que outros nomes poderíamos dar a organizações espaciais milenares que estão aí e que nem acessamos. Nessa caso, trata-se de uma questão conteudista, pois este é um conteúdo que não nos foi colocado.

Mas, para além desse conteúdo, tenho pensado muito na maneira como olhamos para o campo, para a tecnologia, para a história. Além de buscar outras referências, este olhar demanda um gesto crítico e prático. Por exemplo, numa disciplina de projeto, mesmo que não seja um projeto sobre tecnologias africanas, quais tecnologias mobilizamos para responder a quais questões? A que elas respondem? E o que elas arrasam também quando respondem? Outro exemplo é o urbanismo do início do século XX, que é um urbanismo do melhoramento eugênico. Mas mesmo sem usar o discurso eugenista, que por si só já carrega uma série de questões, trata-se da desafrikanização da cidade. Ou seja, para além de um conjunto de questões sobre salubridade, de toda a herança eugênica que o urbanismo higienista porta, há um desejo de desaparecimento de determinados modos de vida no país, que constrói, na década de 1930, o discurso de romantização da mestiçagem. A arquitetura está respondendo a isso.

Está ocorrendo um debate que eu tenho gostado muito de acompanhar. É um debate do Norte Global e, ainda que o Sul tenha várias questões cruciais sobre decolonialidade, interessam-me muito as questões diaspóricas. Para pensar questões diaspóricas, eu não consigo pensar só em um diálogo Sul-Sul, embora o diálogo com a África seja fundamental. Mas, pensando que a experiência diaspórica está no Norte também, tenho procurado, dentro do campo da arquitetura e urbanismo, quem está pensando o campo a partir de uma perspectiva diaspórica. Assim, conseguimos ir desmontando essa ideia de que o campo é neutro. Entender essa produção disciplinar da arquitetura e do urbanismo como imersa nas ideologias e nos eventos raciais, nos quais ela está inserida, possibilita-nos outras formas de construir práticas pedagógicas ou modos de ler os textos e possibilidades críticas, bem como possibilidades de práticas.

Atualmente, no pós-doutorado, estou estudando a região serrana do Espírito Santo, que é de onde veio parte da minha família. É uma região com muitos descendentes de imigrantes alemães e italianos, mas onde toda a tecnologia usada na produção agrícola é uma mistura de técnicas indígenas, africanas e as técnicas dos colonos. Na narrativa oficial, essa tecnologia é totalmente embranquecida. Ela sustenta que os colonos europeus são os agricultores bem sucedidos, diferentemente dos indígenas e africanos que ficaram lá tanto tempo e não conseguiram produzir nada. Que olhar é esse? Eu não tenho respostas práticas, Joana, mas talvez minhas respostas sejam perguntas: como é que olhamos para o campo? Que perguntas fazemos ao campo? E como podemos trazer, novamente, questões da evidência racial como uma aposta para olhar para a cidade, olhar para as arquiteturas, para o campo da teoria e crítica, para o campo do urbanismo? É assim que eu tenho procurado pensar a prática pedagógica.

Mas esta prática também demanda um letramento racial. Por exemplo, eu vou criticar o quê, se estou tão apartada de um debate que se fundamenta numa perspectiva racial? São dois movimentos: um, o de olhar para o campo através de uma

perspectiva racial, e outro, como é que construímos um letramento racial, como a recente Lei 10.639¹⁴, que obriga o estudo de história africana e afro-brasileira nas escolas. Trata-se de uma grande conquista do movimento negro, talvez uma de suas conquistas mais relevantes, considerando o seu impacto no campo de educação. Mas quando se chega à faculdade, esta compreensão desaparece. Cada campo já tem suas especificidades, tem um rol de debates canônicos. Como fazer esse letramento racial e trazê-lo para dentro dos nossos espaços, para que consigamos ter condições de olhar criticamente para os canônicos ou não canônicos?

JDO: Gaia, suas reflexões são de extrema importância na perspectiva de desconstrução da arquitetura hegemônica, para compreendermos a produção da cidade a partir dessa perspectiva racial, do reconhecimento da participação desse sujeito negro na construção da cidade que também é branca. Eu gostaria que você falasse das suas perspectivas para atingirmos as potencialidades que você trouxe na sua fala, por meio do letramento racial, da inserção destas abordagens no programa dos cursos de arquitetura e urbanismo, dessa relação com a prática, e um ponto extremamente importante da sua fala, que é a forma como olhamos e investigamos as questões que devemos colocar. Tudo isso faz uma grande diferença. Quais são, então, as suas perspectivas para essas aspirações, que ocorrem em vários campi universitários, mas, em geral, de forma muito isolada? Como você vê isso? Nós começamos as nossas pesquisas em 2000, entramos juntas na graduação, eu comecei o doutorado em 2010, estudando esta temática, e venho construindo uma trajetória, que é longa, exaustiva e, ao mesmo tempo, arrebatadora. O trabalho de Carolina de Jesus não tinha a repercussão que tem hoje. Temos conquistas, mas temos muitos desafios que ainda precisam ser vencidos. Quais são as suas perspectivas para que esse ensino de arquitetura e urbanismo produza profissionais que enxerguem a cidade a partir de uma perspectiva plural, racial, cultural, étnica, social e todos esses possíveis?

Gaia: É um caminho longo, árduo e com tanto ainda por fazer. Pensando em passos possíveis, o que tenho tentado fazer nos últimos anos é construir um diálogo de muita proximidade com os estudantes que estão entrando, sobretudo com aqueles oriundos das ações afirmativas, das políticas de cotas. Um diálogo em que pensamos juntos as questões que eles estão trazendo. Pensando em estudantes, pluralmente. Porque os estudantes que estão entrando agora trazem seus contextos de periferias específicas, de histórias e trajetórias familiares específicas, de acúmulos distintos. E, no final, como isso impacta o campo? O que a presença deles vai demandar do campo? Tenho pensado muito em questões comuns a vários estudantes, ou em questões que temos que construir por acharmos que são importantes, como, por exemplo, questões projetuais.

Esta é uma grande demanda dos estudantes. Eles não têm referências, então procuramos referências. Em geral, as disciplinas de projeto ocupam uma grande parte da carga horária do curso de Arquitetura e Urbanismo. Na UFBA, são 12 horas de ateliê de projeto por semana. Isso significa que, na maior parte do tempo, os estudantes estão pensando em projeto e em referências de projeto. Eles têm uma demanda constante de arquitetos pretos que estejam tensionando o campo do projeto. Começamos a levantar referências, bibliografia, compartilhar, criar um *blog*, promover debates e ver que questões são essas que estão sendo discutidas em torno dos projetos¹⁵. Com isso, o projeto se torna uma questão importante dentro do debate da racialidade, e as periferias também. Que periferias são essas? Quais são as histórias não contadas desses territórios? Como sobrepomos estas narrativas às narrativas oficiais dos lugares estabelecidos?

O debate não está necessariamente em lugares ou objetos que não conhecemos ou nos quais nunca estivemos. Quando nos dispomos a olhar para estes mesmos objetos, temas, recortes, a partir de questões e trajetórias que não estão nos livros ou nas pesquisas, mas que os estudantes trazem juntamente às suas próprias experiências e histórias, vemos que há muito por fazer e por refazer. Seja de um lugar, de uma especificidade da prática, da crítica, da teoria ou da história. Eu tenho pensado muito nisso, em como muitas vezes matamos esses estudantes quando chegam ao curso, enchendo-os de conteúdos canônicos que eles terão que aprender para só depois conseguir responder às questões que eles trazem e que não estão nos cânones. Nos últimos anos, este tornou-se, para mim, um grande desafio. Como alimentamos os estudantes

¹⁴ BRASIL. LEI Nº 11.639 de 10/01/2003. Diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", Brasília, DF, 2003. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>

¹⁵ Ver site da pesquisa Arquitetas e Arquitetos negros pelo Mundo: <https://arquitetasnegras.ufba.br/>.

e não deixamos que a faculdade anule as referências que eles trazem? Ou como conseguimos construir respiros coletivos? Porque é muito pesado para alunos de graduação, que é meu lugar de grande preocupação, ter que dar conta de toda a referência canônica – que, em muitos aspectos, lhes é estranha –, e ainda ter que construir argumentos para refutá-la.

Então, como nos comunicamos com a realidade desses estudantes, não só aqueles da periferia, mas a realidade do mundo contemporâneo, onde habita a geração de 20 anos que está entrando agora na faculdade? Além do debate mais amplo do campo e das questões que não estão postas, a aproximação com eles nos traz coisas frescas e novas, que nós, apesar de vivências racializadas e de gênero, embora já estejamos acostumadas ao universo acadêmico da arquitetura e do urbanismo, nem conseguimos perceber. Acredito que eles trazem coisas que eu não percebo, coisas que são muito novas e isso me ajuda a despertar, me tira do meu conforto e me leva a pensar estas questões para além do universo que eu acreditava dominar.

O esforço acaba sempre sendo conseguir envolver esse estudante, entender quais são as suas questões, mas entender também que a academia é um trecho muito pequeno da vida dele. Tenho tentado trazer, nas pesquisas, em projetos e em várias frentes, as famílias dos estudantes. Temos feito, no nosso grupo de estudos, uma série de trabalhos e projetos que envolvem resgatar um pouco essas trajetórias familiares e pensá-las enquanto histórias espaciais. Isso parece ser um caminho muito potente, no sentido de que faz parte da academia, mas acaba extravasando-a porque, para ser realizada, mobiliza outras pessoas, pessoas próximas e pessoas que se interessam. Porque elas também passam a olhar para suas trajetórias como trajetórias que importam à academia, a partir dos seus filhos e seus netos. Esta é uma proposta de caminho.

Recentemente, na Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, eu propus a instalação de uma pesquisa que eu tenho feito com minha irmã, que se chama "O Fabuloso Inventário das Obras do Meu Avô"¹⁶. Meus dois avôs eram construtores, trabalhavam na construção civil. Um era covoqueiro, aquele profissional que extraía as rochas que depois viram paralelepípedo, meio-fio, muro de arrimo. É uma profissão que desapareceu com as novas tecnologias, não sei se ainda existe, mas, oficialmente, ele era um funcionário da prefeitura. Meu outro avô era marmorista. Conversando com eles, percebemos o quanto gostavam de falar das obras em que haviam trabalhado. Nós nunca olhamos para essas obras como parte da história material da cidade, nesse lugar em que olhamos para outras arquiteturas que pesquisamos, investigamos e colocamos como referência. Esta tem sido uma experiência muito importante para nós. Temos compartilhado com estudantes que também estão pesquisando seus avós e pais construtores. De repente, temos o que estamos chamando de herdeiros da cidade, herdeiros do legado deixado por pais e avós, que nunca aparecem nas referências, nos inventários de arquiteturas tombadas, como, por exemplo, a Concha Acústica de Vitória, no parque Moscoso, onde um dos nossos avôs trabalhou. Fomos atrás do inventário. Sabíamos, obviamente, que não iríamos encontrar o nome dele nos documentos, mas a busca serviu para confirmar que estes sujeitos são anonimizados pela historiografia, apesar de terem estado ali, erguendo as arquiteturas da cidade.

Quando conversamos sobre as trajetórias familiares dos construtores com os estudantes que chegam à universidade através das ações afirmativas, confirmamos que homens pretos pobres, neste país, majoritariamente trabalham na construção civil ou já trabalharam, ou alguém é neto de um avô que trabalhou, ou migrou para a cidade para trabalhar. São filhos e netos de mulheres que foram ou são empregadas domésticas. Um aluno que defendeu o Trabalho Final de Graduação hoje disse: "como é que eu vou projetar um quarto de empregada se a minha mãe e minha irmã são empregadas domésticas? Mas isso é obrigatório nos escritórios em que eu vou fazer estágio". Esse debate faz parte do TFG dele.

Quando trazemos essas histórias, que são histórias espaciais, materiais, projetuais e que falam do nosso campo disciplinar, ainda que vistas a partir de outros sujeitos e de outras perspectivas, elas parecem apontar para caminhos potentes, capazes de explodir os limites da reflexão acadêmica, dos exercícios acadêmicos e dos sujeitos subalternizados e invisibilizados pelo próprio campo. Trata-se de uma aposta na direção de pensar como eles podem afetar radicalmente lugares e vidas que não são alvo de atenção e cuidado. Então, é sobre questão racial, é sobre racialidade e é sobre arquitetura, é sobre urbanismo, é sobre muitas outras coisas, sobre muitas outras vidas racializadas. Não é só sobre violência, mas como podemos pensar vidas plenas e, inclusive, reposicionar esses sujeitos anonimizados, que passam a ter nomes.

¹⁶ 13ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo | Travessias. "O fabuloso inventário das obras do meu avô". Mais informações em: <https://bienaldearquitetura.org.br/en/programacao/activation-of-the-work-legacy-fabulous-inventory-of-my-grandfather/>

Anonimizados a partir de quem? São avôs, avós, pais, tios, são pessoas queridas que tocam violão, que vão à praia com as famílias. Esta ação os re-humaniza. É uma relação tão banalizada, que continuamos a construir hierarquias entre arquitetos, construtores e todos os outros sujeitos que compõem a cadeia da construção civil da qual somos parte.

Este tem sido um caminho bonito no qual eu aposto, mesmo que seja algo que não vai mudar o campo radicalmente, mas vai mudar a prática, vai mudar a vida das pessoas que importam, a partir de sua chegada à universidade.

MT: Gaia, tenho uma última pergunta, que fazemos a todos os nossos entrevistados: o futuro lhe parece promissor?

Gaia: Sim, me parece! Acho que precisa parecer. Me parece promissor, mas me parece também desafiador. É promissor, mas é instável e está sempre ameaçado. Esse é o alerta constante, mas enquanto ele existir, ele é real. Eu tenho fé no futuro promissor, mas tenho consciência de que ele está ameaçado o tempo todo. Isto torna extremamente árduo e imprescindível o trabalho de mantê-lo vivo e promissor.

MT: Joana, eu queria lhe fazer a mesma pergunta: o futuro lhe parece promissor?

JDO: Sim, eu também vejo o futuro como promissor, principalmente a partir da participação ativa dos estudantes, das novas gerações que estão chegando ávidas por outras abordagens, por outros conhecimentos e que nos tiram, como Gaia colocou, da nossa zona de conforto, para pensar para além da academia, dos programas, das teorias, que são fundamentais mas que precisam também ser compreendidas aglutinadas com outros processos. Vejo uma série de potencialidades para o futuro e vejo, também como Gaia coloca, uma série de ameaças, nos campos econômico, racial e social. Os enfrentamentos raciais são históricos e eles permanecem na nossa sociedade impactando a vida do jovem preto da periferia. Acredito que, por meio da academia, conseguimos pensar em posturas que dialoguem com uma sociedade mais ampla, mais diversa e mais plural. Vejo na educação uma ferramenta de transformação essencial, tanto para o combate ao racismo estrutural, vigente na arquitetura e no planejamento e nos mais variados campos, como também para um processo de inserção e de emancipação do sujeito. A educação é transformadora, ainda em um diálogo com Paulo Freire.

Gaia trouxe uma questão que, para mim, é muito cara: as histórias familiares, a compreensão de quanto o sujeito carrega saberes de ancestralidade e história. Entender o quanto a espacialidade em torno da casa, do quintal – eu trabalho sobre casas e quintais –, está conectada com a formação desse sujeito, e como trazer essas pautas para academia. É preciso trazer esse sujeito de uma maneira mais acolhedora para a universidade. Creio nessa aproximação com o aluno, nessa escuta àquilo que o aluno traz, nessa troca que estabelecemos no dia-a-dia. E também nas potencialidades de que o letramento racial é algo a ser debatido por todos os docentes, por todos os alunos, por todos os funcionários.

A desconstrução do racismo é, sempre, uma luta coletiva.

CIMIENTOS INVISIBLES. TRABAJADORES DE LA CONSTRUCCIÓN EN EN EL HOYO **INVISIBLE FOUNDATIONS: CONSTRUCTION WORKERS IN EN EL HOYO** **GEORGINA CEBEY**

Georgina Cebey es Doctora en Historia del Arte y actualmente realiza una estancia posdoctoral en el Posgrado de Urbanismo de la Facultad de Arquitectura de la Universidad Nacional Autónoma de México. Pertenece al Sistema Nacional de Investigadores (SNI) nivel I. Su trabajo se centra en las representaciones urbanas y arquitectónicas, en el arte y en medios audiovisuales. ginigi@gmail.com

<https://sivualo.com/2020/08/27/georgina-cebey/>

ARTÍCULO SOMETIDO EL 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar este texto: Cebey, G., 2022. Cimientos Invisibles: Trabajadores de la Construcción en En El Hoyo. VIRUS, 24, Diciembre. [online]. Available at: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/654/654es.php>. [Accessed: dd Month yyyy].

Resumen

En el año 2003, el cineasta Juan Carlos Rulfo comenzó a documentar la construcción de lo que sería, hasta entonces, el puente más largo de la Ciudad de México. Se trataba de una vialidad elevada que, sobre el Anillo Periférico, serviría para descongestionar algunas zonas de alta afluencia vehicular, y conseguir así que miles de vehículos circularan a mayor velocidad. Frente a este megaproyecto de obra pública, Rulfo centró la historia de su documental en las vidas de algunos de los más de 7 mil obreros que trabajaron en la construcción de este puente. En este artículo, analizo el documental *En el hoyo* (Rulfo, 2006) para acercarme al papel que juegan los trabajadores de la construcción, un gremio silenciado en las historias constructivas del país, en una obra arquitectónica que en su momento significó un símbolo de desarrollo urbano. Indago en los mecanismos visuales utilizados en la película para mostrar una representación de la realidad. Acudo a la noción de contravisión, propia de los estudios visuales, para evaluar si el documental intenta —o no— configurar una visión contrahegemónica de la arquitectura al involucrarse directamente con prácticas e ideologías propias del mundo de la arquitectura y el desarrollo urbano. En concreto, las relativas a la vida de un grupo subalterno que hace posible la construcción de grandes obras públicas.

Palabras clave: Contravisión, Trabajadores de la construcción, Cine documental, Niente

1 Introducción

Los modelos sociales y económicos encuentran, en la arquitectura y el desarrollo urbano, campos de expresión importantes: recurriendo a la materialidad espacial del objeto construido, haciendo uso de las escalas o modificando un espacio público, por mencionar solo algunos casos, significaciones ideológicas y políticas son difundidas y asimiladas por la sociedad. En su uso simple y siguiendo a Antonio Gramsci, Raymond Williams (2003, p. 160), nos recuerda que la noción de hegemonía se vincula con la dominación política de las relaciones entre Estados y clases. Pero, este carácter de dominación se entiende en un sentido amplio, dado que “no se limita a asuntos de control político directo, sino que procura designar una dominación más general, entre cuyos rasgos clave se cuenta una manera particular de ver el mundo y la naturaleza y las relaciones humanas”. La manera de ver el mundo a la que refiere el concepto en cuestión, implica que los aspectos determinantes de un orden hegemónico o dominante logran expresarse desde las instituciones hasta las relaciones de conciencia, de un modo en que el mensaje se comunica como si se tratara de “sentido común” o la “realidad normal”.

Para Gramsci, la hegemonía supone una orientación de la vida social que es trazada por los grupos dominantes a partir de relaciones no inmediatas, sino mediadas con el mundo de la producción a partir de un “conjunto de superestructuras”. Los que se hallan en la sociedad política (administración gubernamental y Estado) y la sociedad civil (organizaciones privadas, instituciones), quien establece los sistemas de creencias o formas de conciencia (Gramsci 1986, p. 357). El dominio al que refiere la hegemonía alude a la experiencia y la forma de conciencia que adquiere un modelo de gobierno, en tanto una forma integral, que persiste en factores culturales o en prácticas sociales, por ejemplo, a través de medios de comunicación, la educación, entre otros. A partir de ellos también se establece una visión dominante, es decir, que se define por parámetros de un grupo hegemónico. Conviene mencionar que uno de los mecanismos para mantener la hegemonía es el consenso que se expresa por los órganos de opinión pública (Gramsci 1981, p. 124). De igual manera, Gramsci ve en el consenso de las amplias masas campesinas la herramienta para que el proletariado pueda convertirse en una clase dominante, pues las alianzas de clases que supone el consenso permitirían movilizaciones contra el capitalismo y el Estado burgués (Gramsci 2013, p. 285).

En este contexto, la arquitectura se inscribe en la hegemonía, en tanto que es la expresión de ideas espaciales dominantes que, por lo general, responden a las necesidades de clases dominantes. En las megaciudades del Sur Global, la imagen hegemónica de la ciudad neoliberal se manifiesta en los paisajes urbanos constituidos por rascacielos de cristal y obras monumentales que son retos de ingeniería. El rascacielos, por ejemplo, es un signo de poder expresado en su forma y dimensiones, y es también la expresión material del capital que fue necesario para su construcción, así como de las relaciones económicas y de poder que ocurren en su interior. La arquitectura y el urbanismo son, por tanto, ámbitos en donde son factibles y recurrentes las lecturas de reconfiguraciones de la hegemonía. Sin embargo, no ocurre lo mismo si

pensamos en configuraciones contrahegemónicas del espacio, es decir, formas, acciones o visiones que den cuenta de alguna confrontación, resistencia o cuestionamiento a la expresión de modelos dominantes en el contexto espacial.

Frente a tal panorama, en este artículo, propongo reflexionar sobre el documental *En el hoyo* (2006), dirigido por Juan Carlos Rulfo, y la posibilidad de considerar a este registro audiovisual como un ejercicio que, en alguna proporción, constituye una visión contrahegemónica en tanto que representa el mundo de los trabajadores de la construcción. En concreto, el de un pequeño grupo de albañiles que participaron en erigir el Distribuidor Vial de la Ciudad de México —coloquialmente llamado “Segundo piso del Periférico”— una mega obra vial, símbolo del desarrollo urbano, durante la gestión de Andrés Manuel López Obrador como regente de la capital mexicana (2000-2005).

Es importante mencionar que los albañiles son un grupo no representado en la historia mexicana de la arquitectura (en lo social, ocurre lo mismo). Tanto en los discursos oficiales del desarrollo urbano, como en las historiografías de las arquitecturas nacionales, la figura del trabajador de la construcción ha permanecido silenciada. Considero que tal borradura de una figura sin la que no es posible pensar en la historia urbana y arquitectónica mexicana responde, entre otras causas, a la vigencia de una historiografía arquitectónica que, de manera general, historiza a partir de dos perspectivas principales: una biográfica, donde el acontecimiento constructivo se desprende y depende directamente de la figura de un arquitecto; y otra dedicada a estudios específicos de obras que abundan en detalles constructivos y en el contexto socio-espacial de la obra.¹

Aunque existen destacadas historias sociales y culturales de la arquitectura, una revisión de la producción reciente de los departamentos editoriales especializados en historia de la arquitectura puede dar cuenta de la vigencia de este paradigma historiográfico. Frente a la indiferencia de la historia arquitectónica y urbana hacia su principal mano de obra, los pocos estudios que sobre el gremio de los albañiles tenemos, provienen de campos disciplinares como la antropología y la sociología.² Dada la carencia de narrativas de y sobre los trabajadores de la construcción, considero pertinente abordar una representación como la que se construye en el documental *En el hoyo*, para, por un lado, comprender aspectos significativos de la labor del albañil y por el otro, cuestionar los modos de representación de este grupo subalterno en el contexto de la construcción de una obra arquitectónica hegemónica.

Para acercarme a este documental, parto de algunas nociones clave de los estudios visuales que, considero, pueden ayudarme a valorar el sentido contrahegemónico expresado en la imagen en movimiento. Conviene aclarar que, para este campo de estudio, las representaciones visuales son, antes que imágenes, prácticas sociales que se encuentran “soportadas en la comunidad de un repertorio implícito y compartido de creencias y valores, en la acumulación cumplida de unos montantes circulantes de capital simbólico —y más o menos estabilizadas, y más o menos hegemónicas” (Brea, 2009, p. 5), dependiendo del contexto en el que se hallan. A los estudios visuales les interesan los actos de ver condicionados y construidos cultural y políticamente. Estos dos factores son, por lo tanto, fundamentales para la visualidad que no se constituye únicamente, de acuerdo con Mirzoeff (2016, p. 34) por “percepciones visuales en un sentido único”, pues esta engloba un universo de relaciones en donde se combinan “la información, la imaginación y la reflexión para generar un panorama tanto físico como psíquico”.

José Luis Brea propone que la visualidad hace aparentes “efectos de subjetivación y socialización que los procesos de identificación/diferenciación con los imaginarios circulantes —hegemónicos, minoritarios, contrahegemónicos” (Brea, 2009,

¹ He problematizado sobre el tema, en concreto en lo que respecta a la historiografía de la arquitectura moderna mexicana, en Cebey (2009).

² Al respecto destacan los trabajos que desde la sociología y la antropología han presentado Dimitri Germidis, *El trabajo y las relaciones laborales en la industria mexicana de la construcción* (México, El Colegio de México, 1974); Carmen Bueno, *Flor de andamio: los oficios de la construcción de vivienda en la ciudad de México* (México, CIESAS, 1994) y Antonio Ziri6n, *La construcción de habitar. Transformaci6n del espacio y cultura albañil en la ciudad de México a principios del siglo XXI* (México, Juan Pablos editor, 2013). Así mismo, son valiosos los aportes de las tesis de Elvira Fabila, *Los trabajadores no calificados de la industria de la construcción de los ejes viales en el D.F.* (Tesis licenciatura en sociología. ENEP Acatlán. UNAM, 1983); Norma Angélica Montes, *Artífices de la urbe: los trabajadores de la industria de la construcción en la Ciudad de México, 1970-1982* (Tesis de licenciatura en Historia. ENEP Acatlán. UNAM, 2017).

p. 7). Para Mirzoeff, por su parte, es necesario confrontar los mecanismos visuales sobre los que se asienta el ejercicio de poder en momentos históricos concretos, este ejercicio constituye contravisiones, es decir,

“una variedad de formatos realistas que se estructuran en torno a una doble tensión: por un lado la necesidad de aprehender y oponerse a una realidad que existe cuando no debería y, por otro, la llegada de otra realidad que tendría que materializarse aunque se encuentre aún en proceso” (2016, p. 35).

Apelar a la contravisión es, en cierto modo, desobedecer el discurso hegemónico: ahí donde la hegemonía dice que no hay nada que ver, es justo ahí que los estudios visuales sugieren que vale la pena mirar con atención. En este caso, indago en el mundo de los trabajadores de la construcción. Me interesa entender de qué manera un ensamblaje de imágenes con forma documental registra e interpreta hechos concretos; en este caso, la construcción de un puente vehicular.

2 *En el hoyo*

La primera imagen del documental es la de un hombre atrapado en un foso estrecho y profundo. Es de noche y, desde arriba, sus compañeros lo iluminan con lámparas y le piden que conserve la calma. Él se amarra de la cintura con una cuerda y sus compañeros lo jalan hasta sacarlo a la superficie. Es la primera alusión a un hoyo, elemento que da título a la cinta, y tal vez es también una metáfora de una de las propuestas de este trabajo audiovisual: sacar a la luz el quehacer de los trabajadores de la construcción, hombres que se encuentran sumidos en las profundidades de las obras y cuyas acciones son pocas veces observadas y reconocidas. Cuando, en el año 2003, Juan Carlos Rulfo observó un paisaje urbano que cambiaba a razón de las nuevas obras viales que se erigían en la ciudad, decidió registrar el proceso de esa transformación a partir de los albañiles que trabajaban en la construcción del Segundo piso del Periférico. Así lo explica el director:

[...] yo quería que cuando la gente se subiera al Segundo piso pensara en los trabajadores y en todas estas caras y personajes, estas historias relatadas, con su forma de contar las cosas y su forma de hablar, para sentirnos más cerca de la gente que hace posible que exista cualquier cosa. De repente, al momento de hacer estos hoyos en la vida o en la construcción de una ciudad, quería acercar un poco más a la gente que de alguna manera está alejada de nosotros mismos. De todo el pueblo mexicano, ese gran grupo de gente es el que hace que todo sea posible y estamos muy alejados de ellos, incluso entre ellos porque no existe una representación continua de sus historias ni de su vida cotidiana (FICM, 2021).

Para llevar a cabo este proyecto, Rulfo entró a uno de los agujeros donde se afianzaría una de las travesas de los puentes. Ahí acompañó —o siguió— durante varios meses, a distintos trabajadores en sus labores diarias. Los albañiles hablan de frente a la cámara, comparten opiniones sobre la vida en general, hablan de sus anhelos y frustraciones. Se dirigen a un director que, haciendo de la cámara un ojo y un testigo, intenta sin éxito ser invisible.

Así, por ejemplo, habla Isabel Dolores Hernández, alias “Chabelo”, un hombre amable dedicado a maniobrar las grúas (ver Figura 1). Lo vemos cuando llega al trabajo, cambiándose de ropa y entrando a una de las fosas. Comenta que la vida es buena, que su única preocupación es tener trabajo y alimento y que toda oportunidad debe aprovecharse. José Guadalupe Calzada, apodado “El Grande”, relata que trabaja hace más de una década en la construcción a la que se refiere como “este infierno”; es mecánico, estructurista, maniobrista, de todo un poco. Bromista y malhablado, en el pasado fue delincuente y tal vez de esa experiencia concluye que la corrupción es la única manera de escalar socialmente: “Honradamente, puros frijoles y huevo... los que estudian, estudian para robar”. El Grande no le teme a las alturas; en cambio, señala, su mayor miedo es no tener dinero para comer. Por otro lado, Agustín, un chofer que traslada las estructuras prefabricadas de concreto de los puentes, divaga acerca del amor al tiempo que conduce un trailer y lanza órdenes a los vehículos a su alrededor por medio de un altavoz.



Fig. 1: Isabel Dolores Hernández, alias “Chabelo”. Fotografía de Ana Lorena Ochoa. Cortesía de La media luna producciones. Fuente: Fotogalería La media luna producciones, 2006. Disponible en https://lamedialuna.mx/producciones/en_el_hoyo. Accedido en: 09 Noviembre 2022

A lo largo de la cinta, se observa como la cámara de Rulfo, que comenzó a documentar en las profundidades del pozo, poco a poco sube siguiendo el progreso de la obra hasta irrumpir en las alturas. Desde ahí, la transformación del paisaje urbano es drástico, una especie de euforia embriaga a los fierros —los obreros que se encargan de trenzar las varillas de metal que dan estructura a los pilares— que gritan al vacío mientras retan al director: “súbete para que sientas el rigor”. Son intrépidos, escalan con escasas medidas de seguridad, trabajan rápidamente y aseguran no temer a los 40 metros de distancia que los separan del suelo. Uno de ellos, Vicencio Martínez, el cabo de los fierros, cuenta que su sueño era trabajar hasta los 32 años para luego irse a cuidar vacas a su rancho. Este personaje presenta un caso interesante, pues el director de la cinta lo sigue hasta su rancho, donde lo vemos con ropa de vaquero y montando caballos salvajes. El documental abandona por un momento el escenario urbano y se traslada a la vida privada de este trabajador. Ahí, por un lado, da cuenta del estrecho vínculo del albañil urbano con el campo, su lugar de origen, y por el otro, resalta características de una subjetividad compleja, multilocalizada, y en tránsito constante. Como lo explica Antonio Zirión (2017, p. 162), “Más que la permanencia en un lugar fijo, lo común en este gremio es el tránsito, los flujos, los desplazamientos, los intercambios entre un lugar y otro. Son sujetos multilocalizados, multisituados”.

En los términos propuestos por la película, estos fragmentos o cuidadosos retratos de los trabajadores y su entorno, configuran un tejido mayor de lo que podemos comprender como la cultura albañil. Ahí, es entendida como una matriz cultural, en suma, “una serie de experiencias compartidas por los trabajadores de la construcción que les confiere rasgos culturales en común” (Zirión, 2017, p. 160), en la que se da cuenta, entre otras cosas, de sus gustos musicales, hábitos alimenticios y costumbres como jugar naipes, uso de lenguaje coloquial, el conocimiento de las técnicas de su trabajo, entre otras.

En este contexto, los personajes que desfilan frente a la pantalla, compartiendo ideas sobre la vida, el trabajo o el amor, hablan en medio de un contexto caótico, en el que los ruidos de la obra se mezclan con el denso tráfico, mostrando lo entrópico del orden urbano. Conviene recordar que trabajan en una de los megaproyectos viales que fueron insignia de la gestión de Andrés Manuel López Obrador como regente de la ciudad (2000-2005). Para el año 2002, cuando se anunció la construcción de este Segundo piso sobre el Anillo Periférico y el Viaducto Miguel Alemán, la Ciudad de México llevaba varias décadas padeciendo severos problemas de movilidad. El crecimiento veloz y desorganizado de esta megaurbe, un sistema de transporte público ineficiente, y un índice de motorización sostenido y en aumento han sido los causantes de problemas de contaminación ambiental y un sinfín de males sociales relacionados con el tráfico. En especial, los tiempos de traslado excesivos que hacen aparente la desigualdad en términos de la capacidad de los ciudadanos para desplazarse en su ciudad.

El Segundo piso pretendía mejorar la circulación entre las avenidas San Antonio y Periférico, incrementando la velocidad de circulación en un “300%, de 15 a 45 kilómetros por hora”, beneficiando de esta manera a los habitantes “de las zonas oriente, poniente y Sur de la Ciudad que circulaban cada día por las Avenidas Revolución y Patriotismo” (Bordón, Adalid, 2003). Desde el inicio, este gran obra vial fue cuestionada, no sólo por la escasa rendición de cuentas sobre su costo y los

contratos que generó³, sino también por la poca pertinencia social de la misma, pues como ya señalaban algunos estudios, los usuarios fundamentales del Periférico eran conductores, “un sector minoritario, 17% del total metropolitano, que recibe los ingresos más altos, vive en el sur poniente y trabaja en el norponiente”, un sector que contrastaba con el grueso de la población capitalina que “recurre al Metro, 13% o a las peseras, 55%, mismas que son las más contaminantes” (Delgado et. al., 2003, p. 50). El distribuidor vial era una obra que lejos de fomentar formas equitativas del transporte, como el uso del transporte público, promovía y privilegiaba el uso del automóvil particular. De igual manera, los especialistas informaban que el impacto ambiental del proyecto sería más bien escaso pues:

lograría disminuir casi seis mil toneladas de emisiones contaminantes por año, de un total aproximado de 2 millones 492 mil. Por el contrario, en el primer año se tendría un ahorro considerable de 13911 horas-hombre al día, tomando en cuenta un incremento del 1.1% del parque vehicular más 3% de tráfico inducido hasta por un horizonte de 18 años” (Delgado et. al., 2003, p. 61).

La historia del puente que vemos construirse en la pantalla es la de un proyecto descomunal que se basa y apoya la ideología del automóvil y, con ella, los usos y valores urbanos de interés para grupos dominantes que tienen acceso a esta tecnología.

3 Ver el puente

En el hoyo no ignora la narrativa hegemónica de la obra, de hecho, la retrata con recursos filmicos que la apoyan. Los testimonios de los trabajadores de la construcción que hablan en primer plano y las tomas que detallan con cuidado el cotidiano en el mundo de la obra, como se observa en la Figura 2, se combinan con grandes planos generales que intentan mostrar las dimensiones de una megalópolis inabarcable; algunas de ellas generan composiciones urbanas de gran calidad en donde los albañiles se transforman en figuras diminutas comparadas con las estructuras de acero de las que se sostienen. La cinta establece así que los dos espacios que retrata, uno que considero hegemónico —el puente— y otro contrahegemónico —el hoyo—, dependen el uno del otro para existir: sin obreros no hay puente, y viceversa.



Fig. 2: Trabajadores de la construcción del Segundo piso del Periférico. Fotografía de Ana Lorena Ochoa. Cortesía La media luna producciones. Fuente: Fotogalería La media luna producciones, 2006. Disponible en https://lamedialuna.mx/producciones/en_el_hoyo. Accedido en: 09 Noviembre 2022

Destacan también secuencias en cámara rápida (time-lapse) que comprimen el tiempo urbano para dejarnos ver cómo pasan los días mientras se levantan pilares entre el tráfico que no cesa, como se muestra en la Figura 3. En estas secuencias, a partir de los ruidos de la ciudad y la obra (los sonidos de martillos, excavadoras, el tráfico, sirenas, y la obra), surge una banda sonora de ritmos electrónicos, obra de Leonardo Heiblum, que estetiza aún más lo que vemos. Tales recursos (que en su factura incluso llegan a recordarnos a comerciales o videoclips) dan cuenta de un régimen visual

³ Al respecto, véase S. Dolútskaya (2018) “Las obras viales en el Distrito Federal (1976-2012). Los efectos de la democratización sobre el modo de gobernanza”. Le Galés, P. y Ugalde V. *Gobernando la Ciudad de México. Lo que se gobierna y lo que no se gobierna en una gran metrópoli*. El Colegio de México.

hegemónico relacionado con representaciones mediáticas de amplia circulación en medios masivos de comunicación. Esta idea se manifiesta en su máxima expresión durante la secuencia final de la cinta, una toma aérea en la que durante más de 6 minutos, vemos la extensión del puente en su totalidad. La construcción es imponente, la ciudad inabarcable y los trabajadores diminutos.

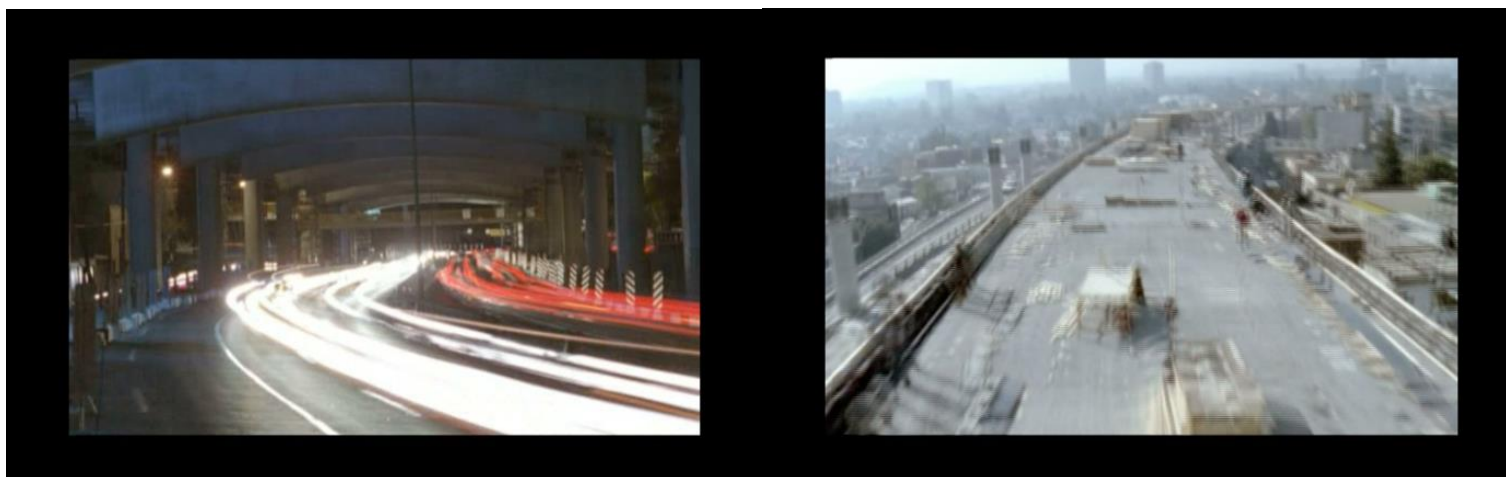


Fig. 3: Dos tomas del puente. La primera nos recuerda a imágenes de amplia circulación en medios masivos de comunicación, la segunda corresponde a la toma aérea final con la que cierra el documental. Fuente: cuadros de la película *En el hoyo*, 2006.

En contraste con este puente que cruza las alturas, el ejercicio que busca representar a los albañiles de la obra ocurre en un agujero que se abre en la tierra. Propongo que, pese a que a momentos el documental construye el puente a partir de una visualidad hegemónica, es posible considerar al foso como un espacio liminal: un sitio que está en proceso de convertirse en parte de una obra espacial hegemónica, pero que, de momento, y al estar en proceso de construcción, se abre de una manera extraordinaria, permitiendo al documentalista registrar los procesos de interacción social, generalmente invisibilizados por el resto de la sociedad. Pienso en este hoyo como un espacio intermedio “más allá”, aquel descrito por Homi Bhabha como sitio de exploración y confusión, donde se cruzan espacio y tiempo “para producir figuras complejas de diferencia e identidad, pasado y presente, adentro y afuera, inclusión y exclusión” (2002, p. 17). Este umbral, un espacio liminal, se ha abierto de manera temporal (sabemos que cuando la obra esté terminada ese agujero ya no existirá); y es este carácter emergente, de acuerdo con Bhabha, el que propicia la crítica y negociación de signos de identidad. De acuerdo con el autor, es “en la emergencia de los intersticios (el solapamiento y el desplazamiento de los dominios de la diferencia) donde se negocian las experiencias intersubjetivas y colectivas de nacionalidad [*nationness*], interés comunitario o valor cultural” (Bhabha, 2002, p. 18).

El hoyo tensiona simbólicamente lo que existe fuera de él, tal vez el tiempo es lo más aparente: al exterior, el tiempo acelerado de la urbe contrasta dramáticamente con el momento que se contempla a detalle en el interior, pues habitar en ese espacio “más allá” implica “ser parte de un tiempo revisionista, un regreso para redescubrir nuestra contemporaneidad cultural”, intervenir “en el aquí y el ahora” (2002, p. 23), para reinscribir o hacer visible esa borradura que es también parte de la contemporaneidad. Hay que vivir el momento, como nos recuerda el trabajador Agustín: “hay que tratar de hacer lo que puedes hacer en el momento porque no sabemos si podremos hacerlo mañana”.

4 Consideraciones finales

Mientras la crítica en torno a este documental se divide entre comentarios que exaltan las cualidades etnográficas y la sensibilidad social del mismo (Canclini, 2006; Ziri6n, 2017), y otros que consideran que la vida del trabajador de la construcción se pierde frente a los grandes elogios visuales que Rulfo hace de la urbe (Morris, 2007), considero que uno de los puntos más interesantes del mismo es su constitución a partir de una tensión simb6lica entre una visi6n del puente mismo, obra que se expresa a partir de un r6gimen visual dominante que busca expresar el valor hegem6nico de la obra en una escala macro, y a la vez, la potencialidad de hacer emerger una contravisi6n a partir de un enfoque de escala micro, en la que se representa el quehacer en tiempo presente de un grupo subalterno, sus l6gicas de existencia y las estrategias que este gremio adopta para hacer frente a un modelo organizativo hegem6nico (las horas de descanso y recreo, la cercanía y solidaridad, las constantes muestras de una comunidad, la complejidad del tránsito y la multilocalidad, son algunas de estas).

Es curioso que, aunque este documental bien podría funcionar como el registro de la construcción de una obra grandilocuente y monumental, mirar hacia el hoyo, el espacio “más allá” de los trabajadores, deja claro que esta estructura, aunque diseñada tradicionalmente para unir puntos y acercar ciudadanos, por el contrario, solo alarga las distancias entre habitantes y aumenta la brecha social. Como bien nos dice “el Grande” hacia el final de la cinta: “se va viendo bonito, lo malo es que nunca voy a poder estrenar este pinche puente porque no llego ni a bicicleta”.

A lo largo de este trabajo he intentado mostrar, a partir de contraposiciones aparentes en el documental *En el hoyo*, tales como profundidad-superficie, dentro-fuera, visible-invisible, algunos de los mecanismos que hacen visibles las colisiones cotidianas entre lo hegemónico y contrahegemónico en el ámbito urbano. En esta primera propuesta de acercamiento al material audiovisual en cuestión, me he centrado en destacar cómo la relación entre visiones hegemónicas y contrahegemónicas (la grandeza de la obra pública de gran escala para los usos de una clase dominante *versus* la vida cotidiana de los verdaderos constructores que no tendrán posibilidad de gozar de lo que han edificado), constituyen la vida cotidiana en una megaciudad. Aún, cuando la cinta no repare en cuestiones de organización o consenso por parte del grupo de albañiles para deconstruir o transformar el sentido hegemónico de la realidad en la que se desenvuelven, en los pequeños gestos de comunidad de los trabajadores de la construcción asoman mecanismos para enfrentar la ideología hegemónica dominante. Frente a un panorama general que ha ignorado por décadas la labor de los albañiles, considero que este trabajo audiovisual puede considerarse un esfuerzo para hacer frente a esta situación. Queda pendiente, para un trabajo futuro, analizar el papel de observador y participante que juega el documentalista, al posicionarse como sujeto que da voz a sus personajes y se convierte a su vez en uno de ellos, para cuestionar si esta presencia, de alguna manera, motiva a los trabajadores a mostrarse como agentes de una transformación contrahegemónica.

Agradecimientos

Este trabajo se desprende de la investigación “Visualidad megaurbana: Automóvil y movilidad en el cine mexicano (1971-2017)” auspiciada por el Programa de becas posdoctorales, UNAM-DGAPA. Agradezco al Dr. Héctor Quiroz por sus comentarios.

Referencias

Bhabha, H. K., 2002. *El lugar de la cultura*. Buenos Aires: Manantial.

Brea, J. L., 2009. Los estudios visuales: por una epistemología política de la visualidad. *Centro de Estudios Visuales de Chile*, pp. 1-16. Disponible en: <<https://www.almendron.com/tribuna/wp-content/uploads/2006/01/Los-estudios-visuales-por-una-epistemolog%C3%ADa-pol%C3%ADtica-de-la-visualidad.pdf>>. Accedido en: 15 Agosto 2022.

Bordon, A., Adalid, T., 2003. ¿Cómo fue que surgió el distribuidor vial? *Vlex. Información jurídica inteligente*. Disponible en: <<https://vlex.com.mx/vid/x00bf-surgio-distribuidor-vial-81978227>>. Accedido en: 15 Agosto 2022.

Cebey, G., 2009. *Katzman, Manrique y Obregón Santacilia: tres aportes historiográficos a la arquitectura contemporánea mexicana*. Tesis de licenciatura. Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM.

Cebey, G., 2012. *Nociones de lo moderno en la historiografía cultural de la arquitectura del siglo XX. La obra escrita de Carlos Obregón Santacilia*. Tesis de maestría. Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM.

Delgado, J., Chías, I., Ricárdez, M., Suárez, T., Martínez, A., Villaseñor, A., López, C., 2003. Vialidad y vialidades en la ciudad de México. *Ciencias*, 70, abril-junio, pp. 50-64.

En el hoyo, 2006. [Película]. Dirigida por Juan Carlos Rulfo. México: Media Luna Producciones.

FICM - Festival Internacional de Cine de Morelia, 2021. *En el hoyo, un homenaje a los personajes anónimos*. Disponible en: <<https://moreliafilmfest.com/en-el-hoyo-un-homenaje-a-los-personajes-anonimos>>. Accedido en: 15 Agosto 2022.

García Canclini, N., 2006. “En el hoyo” de Juan Carlos Rulfo. Comentario de Néstor García Canclini. *Antropología visual.com*. Disponible en: <https://antropologiavisual.com.mx/index.php?option=com_content&view=article&id=53%3Aen-el-

[hoyo&catid=57%3Amuestra-de-documental-mexicano-contemporaneo&Itemid=141&lang=es&showall=1>](#). Accedido en: 15 Agosto 2022.

Gramsci, A., 1981. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo 1. México: ERA

Gramsci, A., 1986. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo 4. México: ERA.

Gramsci, A., 2003. *Antología. Selección, traducción y notas de Manuel Sacristán*. Madrid: AKAL (Edición Scribd).

Mirzoeff, N., 2016. El derecho a mirar. *Revista Científica de Información y Comunicación*, 13, pp. 29-65. Disponible en: <https://icjournal-ojs.org/index.php/IC-Journal/article/download/358/313> Accedido en: 15 Agosto 2022.

Morris, W., 2007. A pean to a freeway—and the labor that built it. *The Boston Globe*. Disponible en: http://archive.boston.com/ae/movies/articles/2007/03/30/a_paean_to_a_freeway_and_the_labor_that_built_it/ Accedido en: 15 Agosto 2022.

Williams, R., 2003. *Palabras clave. Un vocabulario de la cultura y la sociedad*. Buenos Aires: Nueva visión.

Zirión, A., 2017. Vislumbres de la cultura albañil en el cine mexicano. En: Alperstein, D., Rojo, D., Vázquez, Á., Zirión, A., *Variaciones sobre cine etnográfico. Entre la documentación antropológica y la experimentación estética*, México: Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM, pp. 159-177.

ÁGORA
ÁGORA

REDESCRIÇÃO DO PROJETO DO TÉRREO: ENSAIO FOTOGRÁFICO
REDESCRIBING THE PROJECT OF THE GROUND: A PHOTOGRAPHIC ESSAY
MARCOS ROSA

Marcos Leite Rosa é Arquiteto e Doutor em Arquitetura e Urbanismo e realiza pesquisa de Pós-doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Estuda habitação coletiva, iniciativas comunitárias, processos colaborativos de projeto e infraestruturas urbanas de grande escala. marcoslrosa@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6401345893097995>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: ROSA, M. L. Redescrição do projeto do térreo: ensaio fotográfico. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/709/709pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

Este ensaio fotográfico e o texto que o acompanha dão continuidade a um esforço de documentação e atualização com particular interesse nas implicações espaciais de uma experiência de habitação coletiva desenvolvida no fim da década de 1980, o conjunto habitacional do Jardim São Francisco (Demetre Anastassakis, São Paulo). Diferentemente dos produtos espaciais impostos pelo pensamento hegemônico — ditados pela hipercomodificação e pela estandardização da ‘economia urbana’ — essa experiência coletiva oferece uma proposição espacial alternativa, capaz de questionar as práticas e ideologias dominantes. Desenvolvida com base no engajamento com movimentos de luta por habitação, gerou condições de fricção em relação àquelas espacialidades hegemônicas, destacando-se de processos violentos de desenvolvimento e buscando alternativas. Enquanto manifestações de resistência, ajudam a tornar legíveis formas de viver que já estão entre nós e têm ganhado relevância em exercícios investigativos. Para além de um esforço documental, o ensaio fotográfico aqui apresentado, realizado em 2021, ampara um exercício de redescrição, conforme proposto por AbdouMaliq Simone e Edgar Pieterse (2017), à luz da discussão do *Progetto di suolo*, de Bernardo Secchi (1986). Ao questionar e se opor àquela compreensão dominante, o ensaio fotográfico, como exercício de redescrição, desvela aspectos da espacialidade da vida urbana que parecem ter desaparecido, vitalidades locais mascaradas por um aparente declínio. O registro tem a intenção de dar visibilidade a um referencial que permite desarmar nossa percepção, oferecendo um marco à reflexão crítica. Trata-se de um recurso à disciplina de Arquitetura e Urbanismo e referência para processos de decisão e ação alternativos à homogeneização espacial que indicamos como uma base incubadora de espacialidades contra-hegemônicas.

Palavras-chave: Habitação coletiva, Jardim São Francisco, Redescrição, Solo urbano, Térreo

1 Introdução: preâmbulo

1989, São Paulo. O arquiteto greco-iguauano Demetre Anastassakis (1948-2019) coordena a equipe vencedora do concurso para habitação de interesse social no Jardim São Francisco, no município de São Paulo. Desenvolvido para um terreno na zona leste da cidade, o setor 8 ocupava uma área de 103.720 m², “típica da periferia de grandes centros urbanos subdesenvolvidos [caracterizada por] ocupação rarefeita, dificuldades de acesso e deficiências de infraestrutura” (MARINHO, 1990, p. 48). A proposta segue um critério construtivo que articula unidades de habitação, desenvolvendo um raciocínio cujos arranjos resultantes propiciam economia em escala e definem clara intenção no desenho urbano do térreo, o chão da cidade. Essa proposta resultou de uma construção coletiva, como um registro de processos e conhecimento localizados, propiciando o convívio e formas de apropriação do espaço pelos moradores. Sua forma, não estanque, é determinada pela relacionalidade com as próprias unidades de habitação, criando uma interface, limite poroso que oferece alternativa ao enclave urbano.



Fig. 1: Pórtico. Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 2: Caminho de Pedestre. Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 3: Espaço da Rua.
Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 4: Vielha. Fonte: Rosa, 2021.

O fim da década de 1980 inaugurou uma fase que envolveu novos atores em uma série de experiências pioneiras no campo da habitação coletiva. O crescimento exponencial da população urbana, a expansão territorial e o espraiamento urbano situaram, na segunda metade do século 20, a urgência com que se apresentava a questão da habitação coletiva no Brasil. Frente à crescente favelização e ao déficit habitacional surgiram, no fim dos anos 1970, organizações e movimentos sociais com reivindicações que incluíam habitação e cidades menos excludentes e desiguais (BONDUKI; ROLNIK, 1971, FERRO, 1972; MARICATO, 1979; SAMPAIO, 1995). Alinhada com essa pauta, a academia também participou como um dos atores, no que ficaria conhecido como o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MARICATO, 2001). Produto desse contexto, o conjunto desenvolvido pela equipe de Anastassakis se tornaria uma experiência paradigmática. Construído em mutirão e autogestão no governo municipal de Luiza Erundina, desenvolveu-se em um contexto em que a reestruturação da política habitacional figurava como uma prioridade e caracterizaria uma nova postura (BONDUKI, 1996, p. 180).

Aquele momento foi acompanhado pelo subsequente desenvolvimento de arcabouço instrumental no planejamento urbano contra a exclusão social (ROLNIK; CYMBALISTA, 1997), com o objetivo de viabilizar mecanismos governamentais capazes de operacionalizar a produção em escala (MARICATO, 2001). Esse esforço foi seguido por leitura crítica sobre os efetivos alcances e limitações da aplicação desses instrumentos urbanísticos com vistas à construção de cidades democráticas e socialmente justas (FERREIRA, 2003). Nesse sentido, o foco da observação e registro na escala do projeto urbano e da vida cotidiana oportuniza uma discussão sobre a relação entre forma urbana e experiência coletiva — mutuamente impactadas — que parece ganhar legibilidade no térreo permeável e coletivo do São Francisco.

2 Fricções entre a hipercomodificação, estandardização e prescrição

Os anos 2000 foram marcados pela construção massiva de novas unidades habitacionais em todo o país. O contexto de um boom imobiliário e crescimento econômico acelerado permitiu que o governo federal implementasse programas de grande magnitude. O programa federal Minha Casa Minha Vida (2009) viabilizou um volume inédito de subsídios para habitação, para as faixas de renda muito baixas. Foi acompanhado do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, 2007), responsável pelo aporte de recursos na construção de infraestrutura, com grande impacto na produção do espaço urbano (RIZEK et al., 2014; ROLNIK et al., 2015). Apesar desses arranjos política-mercado permitirem a produção de habitação acessível em grande escala, “muito do desenvolvimento urbano contemporâneo mina ativamente os próprios tipos de experiências, histórias e relações a partir das quais se pode aumentar substancialmente a subsistência das populações urbanas em expansão” (SIMONE; PIETERSE, 2017, p. 8, tradução nossa).

Estes investimentos desconsideraram, em grande medida, a demanda por melhoria em unidades e assentamentos já existentes, além de processos em curso organizados há décadas por movimentos de luta por moradia. Com isso, indica-se no padrão hegemônico adotado um gerador de grande impacto na cidade, apesar da baixa qualidade das arquiteturas habitacionais viabilizadas. Os padrões de urbanidade alcançados apontam problemas como sua localização, repetição e baixa qualidade (FERREIRA, 2013). Já em 1972, John Turner verificava a centralização e controle sobre o formato da política pública habitacional por meio do modelo de investimento e execução do plano, além da imposição de uma noção daquilo que habitação deveria ser. O modelo praticado não considerava os entendimentos daqueles que seriam os contemplados pela política habitacional proposta:

A objeção mais comum a mudanças na política pública que aumentariam o controle dos moradores sobre a [produção da] habitação à custa de instituições centralizadas é que, em resultado disso, os padrões seriam reduzidos. Os padrões que os objetores têm em mente, contudo, não são algo que possa ser alcançado com os recursos disponíveis, mas sim representam a própria noção do objeto do que a habitação deve ser (TURNER; FICHTER, 1972, p. 148, tradução nossa).

A imposição de um modelo espacial hegemônico, que ignora a diversidade característica da vida urbana, é um gesto violento. Produtos espaciais e políticas urbanas com frequência resultam de práticas que, justamente, propõem um conjunto de estruturas e processos ideológicos e culturais — ditados por grupos dominantes — que desconsideram processos e conhecimentos não institucionalizados. Esta postura está relacionada às “políticas do conhecimento urbano” (SIMONE; PIETERSE, 2017, p. XIV, tradução nossa). As mesmas alinham-se com a ideia de hegemonia proposta no campo da teoria política pelo filósofo Antonio Gramsci: ditam uma direção política, protegida por um arcabouço jurídico, legitimada por autoridade intelectual e pelo consenso moral, orientados a calar a maioria (GRUPPI, 1978). Apontam para uma tendência na forma de atuação governamental de uma elite política e de um aparato corporativo a ela associado, que exercem controle sobre as formas de produção e uso do espaço urbano. Isso se dá por meio da prescrição e esvaziamento das capacidades, ideias e recursos da maioria, com o objetivo de manobrar situações onde, de outra forma, não teriam legitimidade e conhecimento.

Os produtos espaciais dessa hipercomodificação e standardização da economia urbana — os condomínios fechados, novos bairros periféricos, unidades habitacionais uniformes e massificadas nas periferias — parcelam (o solo), fragmentam e convertem espaço em propriedade, criando cercamentos reproduzidos *ad infinitum*. Em contradição com esse movimento, encontramos experiências que apresentam condições de fricção em relação àquelas espacialidades. Estas condições de fricção estão manifestadas na organização de formas de resistência ao pensamento hegemônico da produção do espaço. Dessas condições potenciais, movimentos de transição transformam ocasiões de experimentação em um recurso. O projeto da equipe coordenada por Demetre Anastassakis para o Jardim São Francisco figura como uma dessas ocasiões de experimentação, transformadas em um recurso prático e discursivo ao campo disciplinar de Arquitetura e Urbanismo. Sua proposta oferece uma prática e proposição espacial alternativa, capaz de questionar as práticas e ideologias dominantes. Articula arranjos sociais, culturais, ambientais e econômicos em forma construída: um enredamento de espaços articulados que carregam intenção, diferente da espacialização da força hegemônica. O resultado desse raciocínio busca transcender a análise de binários para focar aspectos do espaço em relação à vida urbana que parecem ter desaparecido.

Voltar no tempo, atualizar sua documentação e revisitar aquela experiência, permite-nos contribuir para uma abordagem teórico-histórica e articular aspectos ambientais e de inclusão social muito urgentes. Alinha-se com uma agenda que evolui em torno da vida urbana e do entendimento da cidade como obra perpétua dos habitantes (LEFEBVRE, 1996, p. 178).

3 (Re) descrição

Propomos um descolamento de formas de descrição oficiais amparado a um exercício de redescrição, partindo da compreensão proposta por AbdouMaliq Simone e Edgar Pieterse (2017).

3.1 Descrição

Cidades são arenas onde formas de ação existentes são consideradas, valorizadas, controladas ou legitimadas. As descrições oficiais controladas pelas cidades definem as regras e os hábitos, as possibilidades e as restrições. Há, no entanto, inúmeras formas de transgressão que coexistem com as práticas hegemônicas, apesar de muitas vezes não serem reconhecidas e legitimadas. Essa dualidade está presente na potência imaginativa das cidades, promovida por experiências e formas de sociabilidade e governança. Robinson (2016) sugere gerar conhecimento a partir de atos comparativos, buscando reconstituir uma gama de possibilidades para o que o urbano é e aquilo que pode ser. Dessa perspectiva, a experiência retratada forma parte de um corpo de conhecimento maior que ela, em construção. Esse processo corresponde tanto quanto diverge de referenciais prévios e narrativas convencionais. Aponta para formas de urbanização que são e que estão no presente, enquanto experimentam novas formas de engajamento, processos de projeto e governança.

3.2 Redescrição

Como método, a redescrição permite compor aquilo que o conhecimento urbano pode ser, tanto quanto aquilo que ele é. Conforme Simone e Pieterse, o sentido da redescrição (*re-description*) está relacionado aos espaços de n-dimensões de Celia Lury (2012), ou seja, estados de existência que poderiam ser (*might be*). Não se trata apenas de projetar imaginários possíveis de futuro. Trata-se de redescrever condições existentes — encontradas na cidade — como componentes de um processo que pode estar ocorrendo nesse exato momento, apesar de ser opaco, obstruído ou taxado de inoperante, por conta da perspectiva a partir da qual é observado. A oportunidade está na aspiração por fazer as coisas de outro modo, potencializada por enxergar naquilo que ‘está’ algo distinto daquilo que já estamos vendo, ou cujo aparente declínio parece mascarar o caráter obstinado das vitalidades locais (SIMONE; PIETERSE, 2017, p. 11).

Ao sugerir a redescrição, portanto, a intenção deste ensaio fotográfico é desvelar espacialidades com base em uma forma particular de revisitar sua história. Por meio do registro fotográfico, debruçar-se sobre o que já existe visa tornar legível algo que não parece ser visto, por consequência não se configurando como um recurso ou referência para processos de decisão e ação. Com lastro na espacialidade do ambiente construído, buscamos condições e componentes que indiquem um possível devir, ou seja, aquilo que pode fazer existir, tornar, modificar. É nestas interfaces que encontramos pontos de interseção que podem servir como um lugar de redescrição.

4 Projeto do solo: o térreo urbano

Em 1986, Bernardo Secchi publica *Progetto di suolo* na revista *Casabella*. O artigo reage à profunda tendência de fragmentação observada na forma de pensar o território urbano com base no projeto para o solo, o térreo da cidade. Apesar da marginalidade do tema, Secchi chama a atenção para sua relevância e relaciona essa fragmentação a uma divisão identificada em duas formas segregadas de produção do térreo nas cidades: a produção da arquitetura como de objetos autônomos e a mera aplicação técnica de uma interpretação codificada, padronizada e universal das funções urbanas. Essa discussão recobrou fôlego recentemente. Mantziaras e Viganò (2016) lembram que as regras convencionais do jogo são inadequadas ao seguirem a lógica exclusiva da produção em massa da casa e do espaço urbano como unidades separadas, gerando cercamentos e a promoção de infraestrutura estandardizada.

Aqui, apontamos ressonâncias topológicas de experiências, um conjunto de relações e práticas sobre o espaço habitado, coproduzido e vivido. Estas constituem formas de reivindicar o mundo contra esses cercamentos, que priorizam a individualidade, desconsiderando corpos e experiências. Estamos particularmente interessados nas implicações espaciais desses processos, ao considerar a forma como articulam pressões ambientais e sociais na construção do térreo urbano. O

foco de interesse são experiências que conseguiram destacar-se de processos violentos de desenvolvimento urbano, ao providenciarem espaço para reflexões conflituosas, sem “achatar” divergência e diferença. Com esta referência, indicamos a experiência como uma base incubadora de espacialidades contra-hegemônicas. Em resposta às demandas colocadas pelos movimentos sociais, as arquiteturas formuladas partem de lugares de produção coletiva onde são gerados modelos e experiências inovadores. Suas matrizes espaciais diferem radicalmente da monotonia verificada na despersonalização e falta de autenticidade decorrente da serialização dos grandes conjuntos.

5 Redescrição: o térreo da habitação no Jardim São Francisco

Com base na tipologia de uma casa tradicional brasileira, elementos conhecidos da cidade — a rua, a quadra, o lote, a vila — organizam a espacialidade do bairro. Agrupados, conjuntos de casas de diferentes tipologias conformam estrutura perimetral à quadra, no alinhamento com a rua. Desde a rua, caminhos de pedestres partem de pórticos e cortam as quadras, conectando outros conjuntos de casas no miolo da quadra. A superfície do térreo acompanha a topografia do terreno, alterando-a o mínimo possível e definindo uma composição diversa de situações urbanas derivadas dos encontros entre casas e rua. A presença de pátios e pórticos com entradas para o meio do lote forma uma unidade do conjunto com a rua, articulando o doméstico com o público e buscando integrar o conjunto à cidade. Organiza-se um espaço coletivo que aumenta a permeabilidade entre as edificações por meio de acessos visuais e físicos.

O raciocínio empregado no desenvolvimento do conjunto toma como referência a casa popular, desenvolvida como uma estrutura embrionária. Partindo dessa ideia, recuos e lajes são pensados em diferentes tipologias de unidades de habitação para receberem ampliações posteriores de forma incremental. Cada arranjo resultante de oito unidades forma uma vila com pátio interno. Aplica-se um critério construtivo básico, a fim de garantir economia de escala. Módulos são combinados de forma a gerar variações volumétricas na implantação e altura, contemplando fatores como densidade e complexidade. A aplicação de um conjunto de regras define tipologias espaciais da cidade tradicional como a esquina, a varanda e o pátio. Uma vez superpostas, as diversas combinações de tipologias habitacionais são organizadas em aglomerados, determinando o espaço urbano coletivo (MENDES; CELANI, 2012). No térreo, esse espaço é delimitado pela fronteira entre as unidades habitacionais e a rua, os caminhos para pedestres e duas praças.

Os elementos arquitetônicos articulam a transição entre dentro — o espaço doméstico — e fora — o espaço coletivo. Incluem o todo, seu volume, dimensões e proporções, detalhes, materialidade e propriedades de superfície, além da experiência cotidiana, caracterizada pela diversidade de usos e formas de apropriação no tempo. Os elementos de interface entre o doméstico e o coletivo incluem acessos físicos e visuais que podem ser abertos, como pórticos, escadarias, rampas, portões, portas e janelas, constituídos de materiais com níveis distintos de transparência. Outros elementos como alpendres, nichos e recuos, projeções de laje, varandas, espaços sob escadas e entre pilares podem gerar vitalidade ao contribuir com o caráter do lugar, definindo a topografia do térreo. Adicionalmente, objetos como caixas de correio, placas, nomes de rua, bancos, vasos e luminárias contribuem para a caracterização do espaço.

A forma e o volume do térreo resultam do entrosamento da arquitetura com os inúmeros modos de apropriação previstos e o espaço da rua. Ou seja, os módulos habitacionais têm papel definitivo na determinação do espaço comum “entre” as casas, criando uma unidade coletiva de espaço que conecta e se relaciona com o doméstico. Esse espaço não é uma abstração — uma proposta técnica promovida pela cidade ou pelo incorporador (ALEXANDER, 1985) —, mas uma expressão coletiva da vontade dos moradores. Isso faz deles responsáveis por coproduzir uma unidade coesa e autêntica de espaço compartilhado que configura o térreo desses conjuntos, onde os “espaços são contínua e contiguamente apropriados por todos: não há ‘vazios’” (ANASTASSAKIS; CASCON, 2012, p. 46-47).

Nesta proposta, lê-se a capacidade do espaço de definir um campo de ação com precisão (JANSON; WOLFRUM, 2006), que caracteriza o térreo urbano comum. Tal capacidade define a abertura à apropriação como algo que não equivale ao acaso (ZOLLER, 2018). Diferente disso, a interface definida no térreo, o “espaço entre”, é criada pelos elementos arquitetônicos cuja formatação e inserção urbana foi negociada junto dos futuros moradores, desenhada com sua própria identidade e expressão de seu desejo.



Fig. 5: Miolo de quadra.
Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 6: Acessos. Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 7: Acessos. Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 8: Recortes. Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 9: Passagem. Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 10: Mirante. Fonte: Rosa, 2021

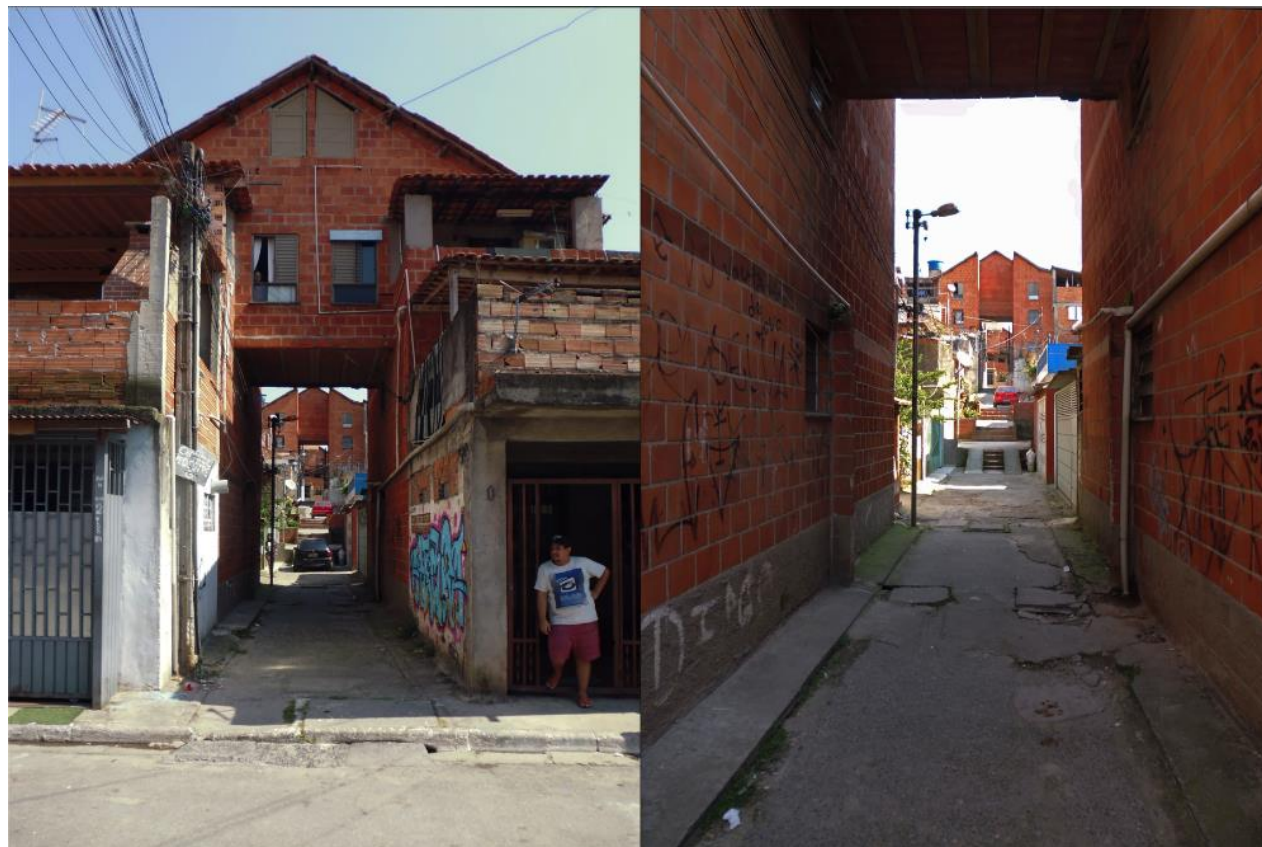


Fig. 11: Pórtico e caminho de pedestre. Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 12: Miolo de quadra.
Fonte: Rosa, 2021.



Fig. 13: Miolo de quadra
e arranjo. Fonte: Rosa,
2021.

6 Notas sobre o gesto fotografico

Entrelaçado ao texto, o ensaio fotografico realizado em 2021 também constitui as bases para a argumentação e redescricao. O objetivo não é apresentar evidências visuais e traduzi-las textualmente, mas desenvolver a relação entre essas duas formas de produção de conhecimento.

Com isso, para além de um esforço documental, as fotografias amparam o exercício de redescritção de condições existentes, encontradas na cidade, à luz da discussão do *Progetto di suolo*. Incluem também uma redescritção do ato de olhar, de formas possíveis de observar, analisar e incidir nos processos de produção do espaço e de suas histórias. Roland Barthes (1984) refuta o entendimento da foto como representação autêntica e registro verossímil do mundo, chamando a atenção ao referente fotográfico colocado em relação à câmera, sem o qual não haveria fotografia. Vilém Flusser define a fotografia como uma "descrição bidimensional de um gesto", sugerindo "considerar a própria fotografia através do ver fotográfico" (FLUSSER, 2019, p. 42). Esta abordagem mostra a situação estruturada pela intenção e intuito do investigador que não está fora da situação que observa: ambas as situações se interpenetram em uma única (FLUSSER, 2019, p. 44). Nesse sentido, importa tratar dos procedimentos adotados para a realização do gesto fotográfico pelo pesquisador para a produção das imagens.

Nenhuma fotografia é neutra. O ato de fotografar não é algo ingênuo nem deve ser naturalizado como um fato em si. Em uma operação localizada no próprio evento fotográfico, a potencialidade da fotografia pode tornar algo visível. A imagem resultante não é mera documentação técnica de uma situação construída, mas problematiza questões que se propõe redescrever. O primeiro ato nessa direção foi o afastamento crítico de imagens panorâmicas, que simplificam a complexidade do lugar e suas agências ao distanciar o olhar e "achatar" a realidade (LATOURE; HERMANT, 1998). As fotografias foram realizadas durante visitas ao conjunto e foram tomadas desde o espaço da rua e dos caminhos de pedestres públicos. Foram privilegiados pontos de fuga centrais às imagens, enquadradas na altura dos olhos humanos, registrando uma sequência por todo o conjunto. A estrutura do espaço na interface do térreo, de caráter público e acessível, foi o que permitiu adentrar o conjunto. Desde este lugar, o gesto de fotografar foi precedido por aproximações com moradores, buscando provocar conversas sobre o morar naquele conjunto, sobre sua história de luta, sobre a pesquisa, os motivos das visitas e o próprio ato de fotografar. As oportunidades para esses encontros ocorreram ao acaso, conforme situações vividas no momento das visitas, algumas das quais são retratadas nas imagens. As fotos revelam uma espacialidade resultante dos processos envolvidos naquela experiência. Os encontros oportunizaram momentos continuados de troca entre moradores e pesquisadores.

Embora essas (breves) notas não tenham a intenção de constituir uma reflexão aprofundada sobre o gesto fotográfico, sugerem a ideia de que a redescritção também pode ser um exercício útil para colocar questões a respeito do próprio ato de fotografar e de sua agência como um gesto do olhar. Pensar o gesto fotográfico como parte do procedimento metodológico da redescritção inclui uma série de complexidades, potencialidades e desafios que podem ser evidenciados. O próprio gesto de fotografar é uma instância política a ser problematizada. Ele pode assumir o direito de não participar do projeto hegemônico. Por outro lado, indica uma disputa sobre como a fotografia pode colaborar com um ato de reimaginar saídas ao descolonizar a imaginação espacial (AZOULAY, 2019). Ao associar a redescritção ao gesto de fotografar, problematizamos os modos hegemônicos de ver a cidade.

7 Considerações finais

Diferentemente da tendência generalizante e dos imaginários que carregam, as condições no "chão" são menos homogêneas, mais desiguais, turbulentas e voláteis. Isso se deve à competição dura pela terra para a construção de habitação e desenvolvimento urbano. Divergindo do pensamento hegemônico e de seus produtos espaciais, experiências alternativas de transformação urbana derivam da intersecção de diferentes formas de viver, de histórias, de registros culturais, de capacidades econômicas, de relações de proximidade, de formas de colaboração e de compartilhamento. Os resultados passam por arquiteturas capazes de transformar a vida cotidiana, abrindo espaço para novas imaginações políticas do urbano, nas quais podemos indicar espacialidades contra-hegemônicas.

Essas experiências estão inseridas em um paradoxo. Por um lado, vislumbram uma alternativa para a demanda urgente e massiva por melhorar e qualificar a estrutura urbana — a fim de atenuar o impacto ambiental do desenvolvimento urbano e promover a igualdade e cidadania. Por outro, convivem com uma série de modalidades de desenvolvimento urbano hegemônicas, super formatadas, executadas pelos agentes governamentais e corporativos, incapazes de abarcar infraestruturas e economias construídas e geridas por comunidades, minando-as.

Apesar das limitações iniciais de escala, a experiência em tela está enredada a um corpo de conhecimento cuja articulação revela uma potência que transgride as narrativas hegemônicas. Essa potência ressoa a partir de situações muito particulares, transgressões do real capazes de chacoalhar uma realidade engessada e naturalizada. O registro fotográfico como exercício de redescritção tem a intenção de dar visibilidade a um referencial que permite desarmar nossa percepção, oferecendo um marco à reflexão crítica.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio à pesquisa, processo nº 2020/11918-2.

Referências

ALEXANDER, C. **The production of houses**. Oxford: Oxford University Press, 1985.

ANASTASSAKIS, D.; CASCON, P. **O São Francisco Setor 8: 20 anos depois, na visão dos arquitetos**. In: PMSP. Jardim São Francisco. Projeto Global de Urbanização. Série Novos Bairros de São Paulo. São Paulo: PMSP, 2012.

AZOULAY, A. A. **Potential history: unlearning imperialism**. Londres: Verso, 2019.

- BARTHES, R. **A câmara clara**: notas sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.
- BONDUKI, N. G.; ROLNIK, R. **Periferias**: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. São Paulo: FAUUSP, 1971.
- BONDUKI, N. G. (org.). **Habitat**: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- FERREIRA, J. S. W. Alcances e limitações dos instrumentos urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justas. In: **Conferência das Cidades**, n. 5, 2 dez. 2003, Brasília. Disponível em: https://labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/ferreira_alcancelimitesinstrumentos.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.
- FERREIRA, J. S. W. Sustentabilidade dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida: inserção urbana e qualidade arquitetônica. Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos. In: **Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social**, n. 60, 15 a 17 maio, 2013, Brasília.
- FERRO, S. **A casa popular**: arquitetura nova. São Paulo: GFAU, 1972.
- FLUSSER, V. O gesto de fotografar. **Artefilosofia**, n. 26, jul. 2019, p. 41-51.
- GRUPPI, L. **El concepto de hegemonía en Gramsci**. Cidade do México: Ediciones de Cultura Popular, 1978.
- JANSON, A.; WOLFRUM, S. Kapazität: Spielraum und Prägnanz. **Der Architect**, Berlim, n. 5-6, p. 50-54, 2006.
- LATOUR, B.; HERMANT, E. **Paris**: Invisible city. Paris, 1998.
- LEFEBVRE, H. **Writings on cities**. Oxford: Blackwell, 1996.
- LURY, C. Going live: towards an amphibious sociology. **Sociological Review**, [s. l.], n. 60, p. 184-197, 2012.
- MANTZIARAS, P.; VIGANO, P. (org.) **Le sol des villes**: ressource et projet. Genebra: Métis Presses, 2016.
- MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-omega, 1979.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARINHO, G. Habitação Popular: Contraponto à massificação. **AU: revista arquitetura e urbanismo**, São Paulo, n. 30, jun.–jul. 1990, p. 48-49.
- MENDES, L. T.; CELANI, M. G. C. Uma gramática da forma para análise de habitação de interesse social no Brasil: O caso do conjunto habitacional Jardim São Francisco. In: Seminário Internacional NUTAU: BRICS e a Habitação Coletiva Sustentável, n. 9, 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: USP, 2012. Disponível em: https://www.usp.br/nutau/nutau_2012/trabalhos.html. Acesso em: 22 out. 2022.
- ROBINSON, J. Thinking cities through elsewhere: comparative tactics for a more global urban studies. **Progress in Human Geography**, [s. l.], n. 40, p. 3-29, 2016.
- RIZEK, C. S.; AMORE, C. S.; CAMARGO, C. M. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa minha casa minha vida. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 531-546; set.–dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19741>. Acesso em: 22 out. 2022.
- ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R. (org.). Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social. **Pólis: estudos, formação e assessoria em políticas sociais**, São Paulo, n. 29, 1997.
- ROLNIK, R.; PEREIRA, A. L. S.; MOREIRA, F. A.; ROYER, L. O.; IACOVINI, R. F. G.; NISIDA, V. C. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole**; v. 17, n. 33, p. 127-154, maio 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/18863/16807>. Acesso em: 22 out. 2022.
- ROSA, M. L. **Conjunto Habitacional Jardim São Francisco**. 195 fotografias digitais. Arquivo particular. 2021.
- SAMPAIO, M. R. A. O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 14, n. 37, p. 19-33, 1995.
- SECCHI, B. Progetto di suolo. **Casabella**, Milão, a., n. 520/521, jan.–fev. 1986, p. 19-25.

SIMONE, A.; PIETERSE, E. **New urban worlds**: inhabiting dissonant times. Cambridge: Polity Press, 2017.

TURNER, J.; FICHTER, R. (org.). **Freedom to build**: dweller control of the housing process. Nova Iorque: MacMillan, 1972.

ZOLLER, D. Space in-between. In: WOLFRUM, S.; STENGEL, H.; KURBASIK, F.; KLING, N.; DONA, S.; MUMM, I.; ZOEHRER, C. (org.). **Porous city**: from metaphor to urban agenda. Basileia: Birkhäuser, 2018, p. 90-95.

CENTRALIDADE REVISITADA: AS TERRITORIALIDADES DO TERCIÁRIO NA ERA DIGITAL
REVISITED CENTRALITY: TERTIARY TERRITORIALITIES IN THE DIGITAL AGE
HELIANA VARGAS

Heliana Comin Vargas Arquiteta Urbanista e Economista, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo. É Professora Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. Coordena pesquisas sobre dinâmica e economia urbanas, com foco no setor terciário e ênfase nas atividades de comércio e serviços varejistas adentrando o campo das atividades de recreação e lazer, cultura e turismo. hcvargas@usp.br
<http://lattes.cnpq.br/0563684368871881>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: VARGAS, H. C. Centralidade revisitada: as territorialidades do terciário na era digital. VIRUS, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/585/585pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as mudanças territoriais observadas diante da crescente incorporação das tecnologias digitais no âmbito das atividades de comércio e serviços varejistas, com significativo impacto sobre a natureza dos fluxos urbanos, sua intensidade e direcionamento. Para tanto, o conceito de centralidade, definido como um atributo que advém da concentração de pessoas, bens e informações, é revisitado, a partir de uma revisão histórica, fundamentada em autores clássicos, e de reflexões contemporâneas a partir de uma literatura em fase de construção, apoiada em reportagens e informações mais recentes. Esse percurso permitiu identificar mudanças nos contextos socioeconômico e cultural, nos níveis global e local, exigindo um repensar contra-hegemônico para a gestão urbana, as políticas públicas e a arquitetura. Foram identificados três momentos significativos relacionados com a importância da centralidade na vida urbana: a identificação das centralidades e seus atributos, centralidade como vitalidade buscada e planejada, e centralidade sob demanda.

Palavras-Chave: Comércio e serviços, Consumo, Fluxos urbanos, Vitalidade urbana Indústria 4.0.

1 Introdução

Os locais de encontro de fluxos de pessoas e mercadorias, marcados pela confluência de rotas, sempre se constituíram em áreas de centralidade onde viam surgir algumas atividades de comércio e serviços que deram origem a núcleos urbanos, das cidades pequenas às globais. Esta situação permite-nos afirmar que comércio e cidade têm uma relação de origem (VARGAS, 2001). Rapidamente identificados como pontos de encontro, ambos passaram a concentrar atividades e edificações que os diferenciavam das demais áreas que compunham os assentamentos humanos. Ou seja, estes locais caracterizavam-se pela aglomeração de pessoas, mercadorias e atividades e, a partir de certo momento, não apenas respondiam aos fluxos que os originaram, mas também passavam a agir como atratores de fluxos, assumindo uma condição polarizadora, de comando e de autonomia. Muitas vezes, as dinâmicas observadas nessas áreas se sobrepujaram ao conceito de centro como localização geográfica geometricamente definida. O conceito de centralidade, aqui entendido como um atributo do centro, vai mais além e não se refere, exclusivamente, a lugares ditos centrais, conforme definido por Walter Christaller, em 1933.

Elegendo, portanto, os processos de produção das áreas de centralidade como o principal objeto de análise, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre mudanças que estão sendo observadas no território, principalmente no urbano, diante do avanço das tecnologias digitais de comunicação, da Indústria 4.0, da Inteligência Artificial e da Internet das Coisas. Essas mudanças, que têm relação direta com as atividades de comércio e serviços, com a estruturação do espaço urbano e com a vitalidade urbana, vêm sinalizando um significativo impacto sobre os lugares, as motivações e os tempos dedicados ao consumo, na sociedade atual. Nesse sentido, esse artigo se apresenta como um instrumento de questionamento e oposição ao pensamento hegemônico sobre o planejamento e intervenção urbanos, diante da atuação das tecnologias digitais e virtuais, tendo como objeto de análise o conceito e significado de centralidade.

A metodologia utilizada baseou-se em revisão bibliográfica de autores clássicos que se dedicaram ao estudo dos centros e das centralidades, ainda durante o século XIX, quando a identificação da ocorrência de concentração de atividades e de fluxos em determinados locais, internamente aos assentamentos humanos, começou a inquietar estudiosos e intelectuais. Também foi incluída na análise uma literatura contemporânea, ainda tênue, sobre o avanço das novas tecnologias e dos possíveis impactos na dinâmica urbana, apoiadas em reportagens e ensaios, tendo em vista a contemporaneidade do tema. Deve-se mencionar ainda, que o período de pandemia possibilitou uma pesquisa de caráter observacional, tendo em vista as mudanças comportamentais a que a sociedade foi submetida para o seu enfrentamento. Esse percurso metodológico possibilitou a identificação de três momentos distintos: a identificação das centralidades e seus atributos; a centralidade como vitalidade buscada e planejada; e, a centralidade sob demanda.

2 Identificação das centralidades e seus atributos

Durante o século XVIII, o crescimento urbano acelerado, o avanço da industrialização e a mudança na velocidade dos transportes, trouxeram à cena diferentes abordagens dos estudos sobre cidades, dedicadas a discutir as concentrações de

peças e de atividades no espaço urbano, cujas ênfases voltaram-se para o entendimento das relações sociais, para a configuração espacial e para as preferências locacionais. Quanto às relações sociais presentes na vida urbana, temas relevantes centravam-se nas diferenças percebidas entre comunidades e metrópoles. Buscavam explicar os vínculos da permanência cotidiana em contraposição aos vínculos efêmeros e à indiferença presente no comportamento social. Destaques devem ser dados à obra de Ferdinand Tönnies, *Comunidade e Sociedade*, publicada em alemão em 1887 e ao ensaio de Georg Simmel de 1903, *A metrópole e a vida mental*. Ambos foram autores importantes para o desenvolvimento da Sociologia Urbana, concorrendo com outras correntes de pensamento, como a desenvolvida junto à Escola de Chicago de Ecologia Humana que acabou reforçando as configurações espaciais dos assentamentos humanos, por meio da representação gráfica de padrões urbanos.

No tocante ao conceito de centralidades, as ideias e discussões delineadas e desenvolvidas pelos pioneiros da Escola de Chicago, relativamente às atividades de comércio e serviços, estão claramente indicadas em Eufrásio (1999) entre as quais destacamos: hierarquia dos centros (PARK, 1915); conceito de vizinhança (PARK, 1915; MCKENZIE, 1923); a existência de centros e subcentros (MCKENZIE, 1923); o conceito de centro principal, CBD (*Central Business District*) termo cunhado por Burgess (1924); conceito de dominância destacando o terciário de comando (PARK, 1929); a discussão sobre as diferenças de preço do solo urbano e da disputa por melhores localizações (PARK, 1915; BURGESS, 1924; MCKENZIE, 1923, 1924); a noção de custo-tempo deslocamento (distância ecológica) (MCKENZIE, 1924); a importância dos diversos fluxos de pessoas (BURGESS, 1924); e, uma diferenciação entre necessidades básicas e especializadas (MCKENZIE, 1924), supridas por centros de diferentes tamanhos e localizações.

Burgess (1924) vai tratar também do conceito de aglomeração, explicitando a diferença entre o conceito de concentração como agrupamento de atividades (espaço econômico), do conceito de centralização como um lugar central (espaço geográfico). A concentração descentralizada, segundo Tourinho (2004) também aparece em Burgess, indicando o surgimento de subcentros (satélites) que, por sua vez, eram polarizados e dominados pelo centro principal. Outros estudiosos da mesma Escola, a partir de 1930, como Harris e Ullman (1945), avançaram nas discussões que viam a cidade como um lugar central de um território, chegando a indicar, segundo Eufrásio (1999), a possibilidade de criação de outros núcleos a partir de Universidades e de áreas de recreação, devido aos fluxos que essas atividades geram. Anteciparam, de certa forma, as discussões sobre polos e centros de crescimento levadas adiante por François Perroux (1964).

As críticas recebidas indicavam a rigidez dos modelos espaciais propostos, sem respaldo em outras realidades urbanas para além da cidade de Chicago e, a não consideração das relações de produção e dos conflitos decorrentes da disputa pelo solo urbano (RICHARDSON, 1973; TOURINHO, 2004). Apesar das críticas, esses estudos responderam, a nosso ver, por importantes descobertas do ponto de vista da economia urbana e das discussões sobre terciário e cidade. No entanto, não foi dada, em suas análises, maior atenção ao entendimento da demanda (consumidores). A mesma rigidez dos esquemas gráficos também esteve presente na obra de Ebenezer Howard publicada, em 1898, *To-morrow* (*Garden Cities of To-morrow*), criando o movimento Cidade Jardim cujos princípios estabelecidos influenciaram os projetos de várias cidades nos EUA e na Europa, principalmente depois do fim da segunda guerra mundial.

Com relação aos estudos que discutiram os fatores locacionais com a intenção de explicar a preferência de localização das empresas no espaço geográfico, as contribuições pioneiras ficaram a cargo de: Johann Heinrich von Thunen com a obra *The Isolated State* de 1826, direcionada para o estudo das atividades agrícolas; Alfred Weber com a obra *Theory of industry location* de 1909, relativamente à indústria; Walter Christaller, com o livro *Central Places in Southern Germany* sobre localização comercial de 1933. Este último com forte influência sobre a discussão da centralidade disseminada entre os geógrafos brasileiros. Embora todos esses modelos neoclássicos estivessem baseados em premissas irreais, tais como o conhecimento pleno, comportamento econômico racional, maximização dos lucros, relação linear entre distância e custo de transporte e território homogêneo e, terem sido criticados por isso, para Krugman (1997) essas teorias foram de grande importância para a ciência, mesmo tendo sofrido resistência da comunidade científica dominante na época em que foram elaboradas.

Às tentativas de explicação das localizações das atividades econômicas, soma-se outra obra seminal, *Princípios de Economia*, de 1890, de Alfred Marshall, considerado, segundo Silva (2004), o introdutor oficial da teoria da aglomeração. Para Marshall as aglomerações produzem externalidades, por permitirem às empresas usufruírem da existência de um

denso mercado local de mão de obra qualificada; das facilidades de acesso a fornecedores de insumos; e, da presença de efeitos de transbordamento que propiciam uma maior disseminação do conhecimento e da tecnologia, permitindo rapidez no processo de aprendizagem, criatividade e inovação. (OLIVEIRA, RIBEIRO, 2012; FOCHZATTO, 2010). Na sequência surgiria a teoria da base econômica, formulada em 1921 por M. Aurousseau, relativa à discussão do emprego (SILVA, 2004). Juntas, essas duas teorias lançaram as bases para o entendimento do poder de indução e polarização de determinadas atividades para o desenvolvimento urbano e regional, que vão estar muito presentes na discussão ocorrida após a grande depressão de 1929. Momento esse onde a obra de Keynes (1983) *General theory of employment, interest and money de 1936* vai animar a atuação Estatal no comando do planejamento e desenvolvimento econômico, com maior ênfase no período pós-guerra.

Ainda, no âmbito da economia, mas olhando-a do ponto de vista do indivíduo, ou seja, para a motivação da vida urbana, está a obra de Thorstein Veblen, *The theory of the leisure class*, publicada em 1899. Nessa obra, pouco valorizada à época, Veblen (1965) define o termo consumo conspícuo para descrever gastos não destinados às necessidades básicas, mas realizados por motivações hedônicas, antecipando discussões sobre a necessidade de reconhecimento social pelo consumo. Demorou para o consumidor receber a devida atenção, pois a preocupação dos negociantes esteve, durante muito tempo, centrada na oferta. Ou seja, nos produtos.

Essa breve recuperação bibliográfica corresponde a um primeiro período, que se encerra com o fim da Segunda Guerra Mundial, onde foi possível verificar que o fenômeno de aglomeração e concentração de atividades e pessoas, nomeado, muitas vezes, como centros e subcentros, apresentava-se, na verdade, como um atributo de centralidade, mapeado e configurado por meio de esquemas gráficos e modelos matemáticos. Como desdobramento, a dinâmica diferenciada do fenômeno das aglomerações com a presença de externalidades, percebidas e identificadas como atributos de centralidade e vitalidade, fizeram aflorar a ideia de que as aglomerações poderiam contribuir para o desenvolvimento econômico, a partir de ações estatais planejadas.

3 Centralidade como vitalidade buscada e planejada

Terminada a Segunda Guerra Mundial, observou-se o fortalecimento da ideia de que o desenvolvimento dos países, assim como a reconstrução na Europa, somente seria possível pela intervenção estatal. Proliferaram disciplinas que buscavam planejar o desenvolvimento das regiões menos favorecidas em termos socioeconômicos, bem como o desenvolvimento urbano controlado por um crescente sistema de planejamento, refinado nas décadas de 1960 e 1970, com forte viés tecnocrático e orientado para o projeto/plano (ASHWORTH, VOOGD, 1990). A busca para atuar no desenvolvimento regional vai adentrar o campo da economia enquanto o processo de recuperação de áreas urbanas vai contar com a expressiva presença de urbanistas.

No campo do planejamento do desenvolvimento, destacam-se os trabalhos de François Perroux (1964, 1972) e sua teoria sobre pólos de crescimento, mostrando que o desenvolvimento regional se origina a partir da existência de determinadas unidades econômicas (indústrias). Entre os elementos fundamentais da sua teoria aparece a noção de espaço econômico como um campo de forças onde pólos, nomeados de unidades motrizes, atraem forças centrípetas e emanam forças centrífugas, dando origem a efeitos de interdependência técnica entre empresas, (*linkages*) formando um complexo e agindo como motor do desenvolvimento regional (VARGAS, 1985). Efeitos esses bem na linha das externalidades de Marshall. A ideia dos Pólos de Crescimento de Perroux (1964, 1972), baseado no poder das indústrias motrizes, desdobrou-se na discussão sobre centros de crescimento de Hirschman (1968) e Myrdal (1957) indicando o poder de polarização de alguns centros urbanos sobre outros numa mesma região. Também atribuíam às atividades terciárias, segundo Perroux, Friedmann, Tinbergen (1973), o papel de elemento motriz por possibilitar o surgimento das economias de aglomeração e urbanização, funcionando também como um pólo de crescimento, conforme delineado por Harris e Ullman, já em 1945.

Os trabalhos Rochefort (2002) seguiram nessa mesma linha, criando, na França, o conceito de Metrôpoles de Equilíbrio, inserida no 50° Plano Francês, como estratégia de desenvolvimento regional, numa iniciativa da *Délégation interministérielle à l'aménagement du territoire et à l'attractivité régionale*, em 1963. Rochefort (1976) também introduzira o conceito de terciário de comando que definia como aquele representado pelas sedes das empresas que não estão voltadas para o atendimento aos consumidores, mas para os negócios. Nessa mesma direção, Milton Santos (1959) definira centralidade como o caráter do núcleo que responde pela coordenação e direção das diferentes atividades do espaço ao seu redor,

organiza as relações e responde pela autonomia do centro. Isto é, quanto maior o grau de centralidade de um núcleo urbano, maior a sua autonomia. Enquanto no âmbito do desenvolvimento regional, as questões pareciam estar teoricamente equacionadas e as diversas políticas públicas, baseadas nas teorias dos pólos de desenvolvimento, passaram a ser aplicadas em vários países, inclusive no Brasil (VARGAS, 1985), no espaço urbano a situação mostrou-se mais complexa.

A construção de cidades novas (*New Towns*) e de Centros Direcionais no processo de reconstrução e de descentralização urbana na Europa, assim como o fenômeno de suburbanização norteamericano, ao provocarem o abandono dos centros tradicionais, trouxeram à cena a forte atuação de arquitetos e urbanistas. Nesse mesmo momento se descobre a importância de manter ou recuperar a vitalidade urbana que, segundo Jane Jacobs (1967) era devido à diversidade de usos, capazes de atrair pessoas em diversos momentos do dia, criando um intenso fluxo de pedestres que se deslocavam por um tecido urbano propício ao encontro. No entanto, a dificuldade estava em como criar ou incentivar a vitalidade das áreas urbanas. No planejamento das *New Towns* europeias, enquanto a segregação de usos urbanos e o zoneamento eram elementos determinantes, decorrentes das ideias do Movimento Moderno constante da Carta de Atenas de 1933, o dimensionamento das atividades de comércio e serviços recebia pouca atenção. Fortes indicadores da existência de atributos de centralidade, essas atividades eram marcadas por esquemas gráficos, com hierarquia de centros e subcentros, bem na linha do movimento Cidade Jardim e da leitura equivocada dos trabalhos de Walter Christaller.

Esses projetos urbanos desconsideravam a lógica desse setor da economia e o papel fundamental do consumidor. Leitura equivocada porque, o modelo criado por Christaller demonstrava que uma hierarquia de centros era determinada, entre outros fatores, pela quantidade e variedade dos bens ofertados; tamanho da população servida; e, pela distância econômica definida pela relação entre preço do bem, custo e tempo do deslocamento e, não apenas, pela distância percorrida (BERRY, 1967; VARGAS, 1985). Nas cidades construídas pela iniciativa privada, nos EUA, embora também influenciadas pelo movimento das Cidades Jardim, a implantação dos centros de comércio e serviços, hierarquicamente definidos, caminhou mais de acordo com a demanda (BAILEY, 1973; STEIN, 1966). Além disso, o processo de suburbanização americano não se ateve apenas à criação de cidades novas. A formação dos subúrbios pelo setor privado fez surgir dois outros fenômenos interdependentes. A invenção do *Shopping Malls* e a deterioração dos centros tradicionais.

A invenção dos *shopping centers* nos EUA, que decorreu da necessidade de viabilizar os empreendimentos habitacionais distantes das áreas mais centrais, oferecendo pequenos centros comerciais e de serviços (VARGAS, 1992; GARREFA, 2010), baseou-se em duas estratégias fundamentais: criar condições internas para atração de consumidores a partir dos ensinamentos da ciência do varejo e da administração e *marketing*, em franco desenvolvimento; e, escolher áreas mais baratas e de maiores dimensões, mas distantes das áreas centrais, tornando-as privilegiadas pela atuação do capital imobiliário. Ambas as estratégias capazes de gerar novas áreas de centralidade pela geração e atração de fluxos de consumidores. (VARGAS, 1992). Os estudos do *marketing* e do varejo focaram a devida atenção ao consumidor e à concorrência, com destaque em momento diferentes para os trabalhos de Richard Nelson (1958), Willian Applebaum (1966), Paco Underhill (1999) e Daniel Miller (1998), entre outros que se dedicaram a saber, de maneira mais enfática: Quem compra? Onde? O quê? Quando? Como compra? E por que compra?

No caso dos *shopping centers*, entre as diversas estratégias de negócios continuamente incorporadas, a mais expressiva foi a mudança das lojas âncoras tradicionais, inicialmente representadas pelas lojas de departamentos, passando aos cinemas, praças de alimentação, oferta de cursos, eventos, sorteios, dentre outras (VARGAS, 1992, 2001; GARREFA, 2010), com destaque para atividades voltadas ao lazer. Esse fenômeno chamado de *shoppertainment* teve como representantes pioneiros e paradigmáticos. *na década de 1990*, o *West Edmonton Mall*, em Alberta, no Canadá, e o *Mall of America* (MOA), em Minnesota, nos EUA. (TIMOTHY, 2005). Já as estratégias imobiliárias, voltadas à localização privilegiada, ficaram a cargo do setor imobiliário que passou a criar localizações privilegiadas a partir da inversão sucessiva de capital e trabalho no solo urbano (LEFÈVRE, 1979; LOJKINE, 1979), reproduzindo, na prática, ideias marxistas sobre produção do espaço e a renda fundiária agrícola. (MARX, 1980)

Os empreendedores imobiliários partiram para a realização de empreendimentos de uso misto, ou prepararam o terreno para a produção de imóveis residenciais e de serviços complementares no entorno imediato, valorizando o solo urbano local e criando os fluxos necessários de consumidores com poder de compra, para viabilizar seus empreendimentos, conforme demonstrado por Vargas (1992) para o caso de São Paulo. Equivocadamente, os gestores públicos e seus consultores

acreditaram que o êxito dos *Shopping Centers* era devido à modernidade dos espaços criados e à ênfase na separação entre veículos e pedestres, ignorando a gestão empresarial dos empreendimentos. Essa crença conduziu ao processo conhecido como Renovação Urbana nos EUA, entre 1950-70, e pela proliferação de áreas de uso exclusivo para pedestres em diversas cidades (VARGAS, CASTILHO, 2006).

O que não era levado em consideração pelos profissionais do urbano era o fato de que os empreendimentos do tipo *Shopping Center* pertenciam a um único proprietário/empresário, com controle e gestão centralizados e grandes recursos financeiros envolvidos, situação esta longe de ocorrer nos centros das cidades. A partir da década de 1970, essa capacidade de criar localizações adentrou o campo das políticas públicas de *city marketing*, agora numa parceria público/privada, na escala da cidade, tendo o turismo, patrimônio histórico e as indústrias culturais, de acordo com Selby (2004), como os principais elementos motores para atração e concentração de fluxos, ainda que temporários, efêmeros e sob demanda.

4 Centralidades sob demanda

Fato é que a vitalidade urbana se identifica com a existência de fluxos de pessoas a pé e motorizadas e os fluxos, por sua vez, são gerados e/ou atraídos por determinadas atividades intensivas em mão de obra (emprego), como são as grandes empresas públicas ou privadas prestadoras de serviços, e como foram os templos e as Igrejas em tempos pretéritos. Algumas dessas atividades para além do fluxo gerado (trabalhadores) também podem atrair usuários para seus serviços (consumidores) bem como empresas que passam a usufruir do fluxo existente, animando o comércio e imprimindo vitalidade ao local (VARGAS, 2020). No entanto, a indústria 4.0 baseada na tecnologia digital, a inteligência Artificial e a Internet das Coisas, que vinham sendo absorvidas paulatinamente, tiveram sua absorção e espraiamento aceleradas pela pandemia do Covid 19 (RIVEIRA, BOMFIM, LOUREIRO, 2020). A pandemia colocou em evidência transformações territoriais em curso, como a criação ou o abandono de áreas de centralidades e, até mesmo, mudanças na forma de manifestação. O cenário atual indica como significativos alvos dessas mudanças as práticas de consumo e a oferta de emprego.

No tocante ao consumo, o fluxo decorrente da realização das compras obrigatórias que envolvem os bens e serviços necessários à sobrevivência e de itens relacionados ao conforto, passaram a ser mais impactados, por serem mais padronizados e facilmente adquiridos pelos sistemas *on-line* de compra e entrega, como os produtos de alimentação, saúde, eletrodomésticos, acessórios para trabalho em home office e refeições prontas. Outros setores também já absorvidos por essas plataformas virtuais (place market) como os serviços de hospedagem (*airbnb*), os meios de transporte (*uber*) para além da venda de imóveis, serviços bancários, busca de empregos, entre outros, tiveram seu uso acelerado. O mesmo ocorrendo com as práticas do ensino à distância e a telemedicina, conduzindo a uma diminuição de fluxos de consumidores e/ou sua substituição pelo fluxo de pequenas vans, carros, motos, bicicletas.

As tecnologias envolvidas na criação e funcionamento dessas plataformas, para além de recorrer a uma mão de obra mais qualificada, vêm promovendo um processo de terceirização em diversos níveis escalares e, de modo silencioso, começam por se enquadrar dentro desse novo sistema econômico, conhecido como “economia sob demanda” (SCHWAB, DAVIS, 2018). Ou seja, a contratação dos serviços só ocorre mediante demanda, num processo conhecido como “Uberização” onde a realização do trabalho apresenta-se desterritorializada.

A diminuição do fluxo de consumidores, a aleatoriedade da sua ocorrência e mudança da sua qualificação têm sugerido um rearranjo espacial representado pelo surgimento de novos formatos como: os pontos de *coworking*, que podem se dispersar nas grandes cidades: a ocupação dos quartos da hotelaria (GLOBO, 2020) como ocorrido durante a pandemia de 2020, já que o trabalho em casa nem sempre é o mais adequado. Levando assim, ao esvaziamento de grandes plantas corporativas e a um repensar sobre o uso dos espaços. No circuito inferior da Economia, nas regiões periféricas, essa relação com o emprego reforça a importância dos usos mistos, desde sempre realizado informalmente nas comunidades, juntando moradia, trabalho e consumo. Esse uso misto informal tem agido como resistência e oposição ao pensamento hegemônico de valorização da separação de usos que ainda se faz presente em muitos planos urbanos e nas legislações de financiamento de imóveis para a baixa renda.

Em outra direção, novos formatos de estabelecimentos e novos usos passam a se apropriar do território urbano como, por exemplo, grandes centros de distribuição de mercadorias; *black stores*, pequenos centros de distribuição dispersos pela malha urbana e fechados para o público em geral; *dark kitchens* para abrigar fabricantes de refeições, padronizadas, prontas

para entrega; e, pontos para coleta dos produtos comprados *on-line*. Todos disputando localizações estratégicas relacionadas à proximidade com o mercado consumidor (densidade e renda), disponíveis para locação, visando a rapidez na entrega, respondendo ao fenômeno da *last mile* (LAVADO, 2021). Essas edificações e suas atividades voltadas para dentro, ao não atraírem consumidores, dificultam o surgimento de outras atividades varejistas no seu entorno. As plataformas de *place market*, por sua vez, que comandam virtualmente todo esse processo de distribuição, auto suficientes e fechadas em si mesmas, podem estar localizadas em qualquer ponto do território, como já acontece com os espaços de telemarketing, ou dispersas em vários pontos virtualmente conectados.

Assim, permanecem as perguntas: Qual motivação fará com que as pessoas se desloquem na cidade, mantendo a vitalidade das áreas de comércio e serviços tradicionais? Como serão mantidas as atividades de comércio e serviços que dependem do fluxo gerado pelos empregos terciários, agora fortemente diminuídos e realizados remotamente? Ou seja, como se formarão espontaneamente ou como serão mantidas ou criadas centralidades que respondam pela vitalidade das áreas urbanas? Como conviver com os conflitos de usos urbanos incômodos? Nas áreas mais consolidadas e de maiores rendas, as compras obrigatórias presenciais mostram-se fortemente impactadas pelas novas tecnologias, acabando por ter o fluxo de consumidores substituído por entregadores que vão às compras. Já as compras hedônicas, cujas motivações envolvem prazer, não apenas pelo produto da compra, mas também pelo ato da compra, apresentam intenções e significados outros (VEBLEN, 1965; MILLER, 1998; TIMOTHY, 2005), assim como uma relação espacial e temporal de outra natureza. Para além das alterações no uso do espaço público vão implicar em mudanças nos projetos arquitetônicos. A marca dos produtos, as múltiplas atividades e serviços oferecidos envolvendo experiências e prazer, o lugar da compra e a qualidade dos espaços públicos passam a ser fortalecidos como elementos importantes para ampliar a atração dos consumidores e contribuir para a manutenção dos fluxos urbanos (VARGAS, 2017). No caso das áreas onde prevalece o circuito inferior da economia, usos urbanos, sem controle da incomodidade, principalmente a sonora, misturam-se e interferem na qualidade de vida dos moradores. Os momentos de diversão sem lugar definido, são efêmeros, imprevisíveis, acontecem sob demanda e são incontroláveis.

5 Considerações finais

Diante do exposto, o que a contemporaneidade nos revela é que a noção de centralidade, como se entende e se deseja, começa a adquirir outros contornos. Primeiro porque ela é sensível à diminuição dos fluxos, em busca das compras obrigatórias e cotidianas ou devido ao trabalho remoto. Isso implica uma diminuição do quesito concentração e diversidade de atividades e de pessoas em pontos específicos. Essa situação reforça, de modo contra-hegemônico, a necessidade de adensamento demográfico e construtivo, com mistura de usos, que tem se contraposto à ideia de zoneamento com separação de usos, que ainda permanece muito forte nos planos diretores das cidades brasileiras.

Talvez deva-se assumir como mais promissoras, para a formação de áreas de centralidade, as atividades de lazer e entretenimento, que já ocorrem de diversas maneiras, focadas no consumo hedônico e de experiências. Estas atividades têm motivado e alimentado os fluxos de pessoas para determinados locais, como os centros de recreação e lazer, os parques (públicos ou privados), as praias, a região de bares e restaurantes e demais espaços públicos. Ou, em qualquer lugar, definido em momento oportuno, com fluxo rapidamente atraído pela veloz divulgação das redes sociais, sem qualquer planejamento prévio. Essa velocidade das mudanças e das demandas é outra condição que exige um repensar contra-hegemônico ao planejamento de médio e longo prazo que, para além de ações estratégicas, inclua ações táticas, mais imediatas. A atração de pessoas para os grandes eventos ao ar livre, promovidos pelo setor público ou privado, ora esporádicos, tendem a se intensificar, considerando que os eventos são fortes instrumentos de divulgação e promoção das marcas e de lugares, assim como de alienação e controle social. Nesse contexto, do ponto de vista da arquitetura, apresentam-se como movimento contra-hegemônico, a arquitetura efêmera, a flexível com apelos sensoriais e aquela apta para abrigar novas atividades, voltadas fundamentalmente ao consumo hedônico, que com auxílio da tecnologia também tem invadido os espaços de compras cotidianas, como os supermercados.

Diante dessas perspectivas, a centralidade, então, começa a perder a condição de ser prioritariamente permanente e assume um caráter mais temporário e efêmero, em dias específicos, em finais de semana, em períodos noturnos ou enquanto durar um grande evento. Ou seja, centralidades sob demanda. A polarização exercida pelas grandes plataformas virtuais, também não parece incorrer em polarização territorial nem na dinâmica urbana, restringindo-se à concentração de

capital e do exercício do comando virtual, diante do enorme poder que possuem sobre o controle do *bigdata*. A gestão do território, por sua vez, de modo contra-hegemônico, deve assumir, também, uma gestão baseada em dados e informação, ainda longe de se efetivar no contexto brasileiro.

O que é possível insinuar, a partir das análises e reflexões trazidas acima, é que há uma mudança em curso que caminha para uma dispersão das áreas de centralidade, com intensidades variadas, temporárias e efêmeras, sem capacidade de polarização. Em resumo, a noção de áreas de centralidade que ora se apresenta começa a refletir o sistema econômico em curso. Ou seja, assume-se a convivência com centralidades sob demanda que, como uma imposição contra-hegemônica no cenário brasileiro, vão exigir mudanças no caráter e no formato das políticas públicas e da gestão urbana em curso, no desenho urbano e na arquitetura de nossas cidades.

Referências

- APPLEBAUM, W. Guidelines for a Store Location Strategy Study. **Journal of Marketing**. v. 30, n. 4, p. 42-45, out.1966.
- ASHWORTH, G.J.; VOOGD, H. **Selling the City**: Marketing Approaches in Public Sector Urban Planning. London: Belhaven Press,1990.
- BAILEY, J. (org). **New towns in America**. The design and development process. American Institute of Architects. New York: John Wiley Sons. 1973.
- BERRY, F.H. B. **Geographic perspectives on urban systems**. N. Jersey: Prentice Hall. 1967.
- BURGESS, E. W. **The growth of the city**: An introduction to a research project. Proceedings of the American Sociological Society, XVIII, p. 85-97, 1924.
- EUFRÁSIO, M. A. **Estrutura urbana e ecologia Humana**. A escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Editora 34, 1999.
- FOCHZATTO, A. Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. In: CONCEIÇÃO, O. A. C.; GRANDO, M. Z.; TERUCHKIN, S.U.; (orgs). **O Ambiente Regional**. Porto Alegre: FEE, 2010. (*Três décadas de economia gaúcha, 1*)
- GARREFA, F. **Shopping Center. De centro de abastecimento a produto de consumo**. São Paulo: SENAC, 2010.
- HARRIS, C D.; ULLMAN, E. L. **The Nature of Cities**. Annals of the American Academy of Political and Social Science, v. 242, p. 7-17, Nov, 1945.
- HIRSCHMAN. A. O. **The strategy of Economic Development**. New Haven: Yale University Press, 1968.
- GLOBO, 2020. Home Office em hotel? Quartos vazios viram escritórios durante a pandemia. **Revista PEGN**. maio 2020. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Dia-a-dia/Gestao-de-Pessoas/noticia/2020/05/home-office-em-hotel-quartos-vazios-viram-escritorios-durante-pandemia.html>. Acesso em: 29 maio 2020.
- JACOB, J. **Vida y muerte de las grandes ciudades**. Madrid: Península, 1967.
- KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, juro e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KRUGMAN, P. **Geography and trade**. Cambridge: MIT, 1997.
- LAVADO, T. Rappi lança “dark stores” no Brasil e anuncia frete em menos de 10 minutos. **Revista Exame**, 2021. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/rappi-lanca-dark-stores-no-brasil-e-anuncia-frete-em-menos-de-10-minutos/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

LEFÈVRE, R. B. Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios, na cidade de São Paulo. In: MARICATO, E. (org). **A Produção Capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa Omega, 1979, p. 95-116.

LOJKINE J. Existe uma renda fundiária urbana? In: FORTI, R. (Org). **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p 81-91.

MCKENZIE, R. D. **The neighborhood**: A Study of Local Life in the City of Columbus, Ohio. Chicago: University of Chicago, 1923.

MCKENZIE, R. D. The Ecological Approach to the Study of The Human Community. **American Journal of Sociology**, v. 30, n. 3, p. 287-301, nov. 1924.

MARX, K. **O Capital**. 3ed. Trad. Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MILLER, D. **A Theory of shopping**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1998.

MYRDAL, G. **Economic Theory in Underdeveloped Regions**. London: Gerald Duckworth and Co., 1957.

NELSON, R. **The Selection of Retail Location**. New York: F.W. Dalge, 1958.

OLIVEIRA, A. S.; RIBEIRO, A. C. **Análise de aspectos de aglomeração produtiva baseados em externalidades Marshallianas no distrito de Raposo-RJ**. XII Seminário Internacional RII. V Taller de Editores RIER. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1 a 4 out., 2012.

PARK, R. E. The city: Suggestions for the investigation of human's behavior in the city environment. *American Journal of sociology*, v.20, n.5, p. 577-612, Mar,1915.

PARK, R.E. The City as a Social Laboratory. In: SMITH T.V.; WHITE, L.D. (eds). **An experiment in Social Science Research**. Chicago: University Press, 1929, p. 1-29.

PERROUX, F. **L'économie du XX ème Siècle**. Paris: Presses Universitaires de France,1964.

PERROUX, F. Considerações em torno da noção de pólo de crescimento. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte n. 13, p. 215-232, jan.1972.

PERROUX, F; FRIEDMANN, J; TINBERGEN, J. **Los polos de desarrollo y la planificación nacional, urbana y regional**. Buenos Aires: Nueva Visión. 1973.

RICHARDSON, H. W. **Elementos de economia regional**. São Paulo: ZAHAR, 1973.

RIVEIRA, C.; BOMFIM, M.; LOUREIRO, R. iFood, Uber, Magalu, Meli, GPA: a covid-19 acelerou a guerra do e-commerce. **Exame**. 2020. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/a-grande-guerra-do-e-commerce>. Acesso em: 25 abril 2020.

ROCHEFORT, M. **Les activités tertiaire**: leur rôle dans l'organization de l'espace. Tome I. Formes de relations entre activités tertiaires e l'organization de l'espace. Paris: CDU/SEDES, 1976.

ROCHEFORT, M. Des métropoles d'équilibre aux métropoles d'aujourd'hui. **Strates**, [S.L.], v. 5, p. 1-5, 1 jan. 2002. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/strates.515>. Acesso em: 22 set. 2020.

SANTOS, M. **A cidade como centro de região**: Definições e métodos de avaliação da centralidade. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

SCHWAB, B K.; DAVIS, N. **Aplicando a Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2018.

SELBY, M. **Understanding Urban Tourism**: Image, culture & Experience. London New York: I.B.Tauris, 2004.

SILVA, J. A. S. **Turismo, crescimento e desenvolvimento**: uma análise urbano-regional baseada em cluster. Tese (doutorado em Ciências da Comunicação) -Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

STEIN, C. S. **Toward new towns for America**. New York: MIT Press. 1966.

TIMOTHY D.J. **Shopping Tourism, Retailing and Leisure**. Clevedon, Buffalo, Toronto: Channel View Publication, 2005.

TOURINHO, A. O. **Do centro aos centros**: bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

UNDERHILL, P. **Why we buy**. The science of Shopping. NY: SIMON&SCHUSTER, 1999.

VARGAS, H. C. **A Importância das atividades terciárias no desenvolvimento regional**. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985.

VARGAS, H. C. **Comércio**: Localização estratégica ou estratégia na localização? Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

VARGAS, H. C. **Espaço Terciário**: O lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: SENAC, 2001.

VARGAS, H. C. Motivaciones del consumidor en la definición del tiempo y espacio de las actividades comerciales y de servicios. In: ZAMPRA, J G.; MARTINEZ, P.O. (orgs). **Ciudad, Comercio urbano y Consumo**. Experiencias desde latinoamérica y europa. Ciudad de Mexico: Universidad Autónoma de México 7, Instituto de investigaciones Económicas, 2017.

VARGAS, H. C. Comércio, Serviços e Cidade: Subsídios para Gestão Urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 22, E202003, 2020. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6053/5298>. Acesso em: 03 Abr. 2022.

VARGAS, H. C; CASTILHO, A. L. H. (orgs). **Intervenções em centros urbanos Objetivos, estratégias e resultados**. Barueri: Manole, 2006.

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo: Pioneira, 1965.

MOVIMENTOS [DES]TERRITORIALIZANTES E OUTRA DEMOCRACIA: INTRUSÕES EXTRUSIVAS [DE]TERRITORIALIZING MOVEMENTS AND ANOTHER DEMOCRACY: EXTRUSIVE INTRUSIONS IGOR GUATELLI

Igor Guatelli é Arquiteto, Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Doutor em Filosofia. É Professor Adjunto da Universidade Presbiteriana Mackenzie e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. É pesquisador do laboratório GERPHAU da Ecole Nationale Supérieure D'Architecture de Paris-La Villette e Université Paris 8, França. Coordena o grupo de pesquisa Cidade, Arquitetura e Filosofia, onde coordena pesquisas sobre desconstrução, filosofia pós-estruturalista, condensadores urbanos e novos processos de territorialização. igorguat@uol.com.br
<http://lattes.cnpq.br/0684027099625255>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: GUATELLI, I. Movimentos [des]territorializantes e outra democracia: intrusões extrusivas. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/595/595pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

Em um percurso sinuoso, o conceito de Território é trabalhado [quase] como outro termo em relação ao senso-comum. No horizonte, a tessitura de uma reflexão sobre os processos de desidentificação territorializante do sujeito como abertura a um devir revolucionário urbano. A noção de terra deriva do termo francês *terroir*, que, por sua vez, deriva de *tieroir* [*territoire*], do latim *terratorium*, alteração de *territorium*, *territoire*, em conformidade com *terre*, de onde, terra, território. Próximos estão do termo territõ, territatum, que significa terrífico. Território, terra, terror imbricam-se por uma etimologia que opera por sombreamentos. Partindo dessa insólita aproximação, pretende-se pensar a potência dos perturbadores fluxos desterritorializantes minoritários, marginais que incidem sobre um território, transgredindo seus códigos, regras e regimes de propriedade, do que lhes é supostamente próprio por “direito natural”. E como esses fluxos contra-hegemônicos, rebeldes, podem se tornar meio pelo qual a luta pela terra significará abertura e resistência às construções sociais e culturais dominantes e, ao mesmo tempo, condição fundante de uma outra democracia urbana fundada na ação de tomar posse coletivamente de um território, como fazem as Ocupações.

Palavras-Chave: Território, Desterritorialização, *Voyous*, Democracia por vir, Ocupações

1 Introdução

A história nos mostra que barreiras contra-hegemônicas, sejam na forma de barricadas [Comuna de Paris, Maio de 68] ou enclaves coletivos de luta pela existência [Quilombos, Ocupações culturais e ligadas aos movimentos de luta por moradia] podem se tornar dispositivos de corte de fluxos majoritários e início de fluxos de desterritorialização e descodificação de arranjos produtivos dominantes. Imprevisíveis territorializações surgem de desterritorializações processadas no interior de uma arena política chamada Território.

Território é um conceito pertencente, de forma incontornável, ao léxico da Arquitetura e do Urbanismo, sobretudo deste último. Tratado frequentemente de forma genérica, confundindo-se, por vezes, com a ideia de espaço, de lugar, o conceito de território, apesar de suas camadas semânticas históricas, continua guardando um resto ontológico impossível de ser ultrapassado. Ou, ao menos assim deveria ser pensado ao ser evocado ou emulado.

Em uma digressão etimológica, território remete ao termo francês *terroir*, que, por sua vez, provém do latim popular *terratorium*, posteriormente alterado, no galo-romano, para *territorium*, *territoire*, em conformidade com *terre*, de onde, terra e território. Diz respeito a uma região natural com características homogêneas, tem seu sentido associado a uma extensão de terra apta à produção agrícola; mas que também pode ser lido como uma espécie de campo de cultivo, fora da cidade, caracterizado por uma população de camponeses que vivem à margem das leis cidadinas. Porém, próximo está o termo, de origem latina, *territõ* [*terrify* em inglês], presente infinitivo do verbo *territäre*, ao nome verbal infinitivo *territatum* e, a partir destes, *terreõ*, de onde surgem terrífico, terror, terrorismo; mas, também, de onde poderíamos aproximar, sem grandes manobras, o termo “térreo”, terra, o chão como lugar vital, de inseminação, disseminação e germinação, de cultivo. *Territorium*, *territõ*, *territatum* se entrelaçam; da clausura do sentido pleno e estabelecido dos conceitos, percorreremos uma trilha deixada por seus rastros. Articulações possibilitadas pelo regime do signo e multivalência de seus sentidos impulsionam significações que excedem sua reificação e desgastadas codificações. Ver o conceito em palimpsesto é pensar nosso porvir.

Também próximos estão os termos em francês *terroir* e *terreur*. Dessa digressão etimológica dialógica, podemos aproximar o conceito de terrorismo da ideia de uma luta pela terra; Jacques Derrida nos aponta essa possibilidade em seu artigo “*Qu’est-ce que le terrorisme*”, publicado no *Le Monde Diplomatique*, em fevereiro de 2004. Ingressamos num campo conceitual conflituoso, um campo onde cultivo, disputa, luta, soberania se encontram. Subsequente à Revolução Francesa, evento marcado por uma luta pela terra [*terroir*], o período conhecido por “época do terror” [*terreur*] notabilizou-se por um movimento instável de intensas disputas jurídicas pela consolidação de uma democracia que germinava. Terrorismo nasce dessa e nessa luta, aponta Derrida. Território, terra, terror, terrorismo, distintos termos com radicais sombreados, convergentes.

Etimologicamente, terrorismo, apesar de derivada de *terreur*, está próximo de *terroir*. O conceito de Território [*territor*, mas também *territō*], em uma derivação etimológica, estaria atrelado a um movimento de disputa, de luta pela terra, pelo chão, meio pelo qual construímos e cultivamos nossas existências e de onde emergem modos de existência mais ou menos arraigados a essa terra. Dessa luta pela existência e sobrevivência, com diferentes gradientes de intensidade e, possivelmente, devido a esses graus de resistência, re-existências surgem a partir de processos de identificação com o lugar. Daí, as noções de pertencimento, identidade, ao cultivá-lo a partir de seus pressupostos, características, atributos, ou de *desafecção* em relação a ele ao iniciarem outros processos germinativos a partir dessa conquista e direito de usufruto.

Resto do que foi ou do que é ao tornar-se um outro território durante essa luta, é pelo grau de resistência enfrentado que os modos de existência constituem-se como “restâncias” [traços de si e do outro, aquilo que se apaga e se esquia evitando ser pura presença, permanecendo desgarrado, nem ausência, nem presença] em relação ao que são ou deixaram de ser. Identidades plenas, sem resto, fundidas à terra pela qual lutaram e lutam, ou identidades que faltam em relação a si próprias ao almejarem se tornar um outro, para além daquilo que sempre foram, ou seja, alteridades de si.

De qualquer forma, difícil imaginar um território, lugar de disputa, que passe ileso em seu ser, em sua dimensão onto-teleológica¹, justamente por ser esse lugar de um conflito muitas vezes permanente, irresoluto. Lugar de disputa, conflito, o território, em um sentido derridiano, é um *archi*-traço, um traço de si mesmo em relação a sua origem pois é um lugar da instabilidade, de uma estabilização instável, um intervalo entre o que foi e o que se torna como chão ontologicamente instável, passagem entre um ser e outro, um vir-a-ser, lugar de disputa e difíceis acordos. Instável, lugar em litígio, o território advém como vetor de imprevisíveis desterritorializações, movimentos, consoante Deleuze e Guattari, minoritários capazes de perturbar artificiais e incessantes reterritorializações promovidas pelo poder hegemônico [Estado, mercado]. As desterritorializações são ações abruptas, imprevisíveis, que, motivadas por movimentos febris de ocupações contra-hegemônicas, desejam desnaturalizar processos hegemônicos de dominação, hiererquização e estratificação sociais. Por isso, não é possível pensá-las pelo caminho apenas da legalidade do direito jurídico, historicamente legitimador de ilegalidades, ou pelo caminho do reordenamento e da prescrição de novas normativas.

Seu caminho talvez possa ser pensado em negativo, a partir de um contra-caminho, um caminho que não traça um caminho, mas abre brechas nas lógicas traçadas pelo poder hegemônico; contra-caminho que pode ser pensado como desvio de caminhos naturalizados pelos movimentos reterritorializantes majoritários. Articulando-se e se disseminando pelo território como feixes e entrelaçamentos, esses agentes [sujeitos ativos, não mais constituídos no dado, no previsível e no hábito, operadores de micro transmutações urbanas] tornam as apropriações que promovem, em sua maioria ilegais, um movimento proscrito de subversão da ordem territorial hegemônica. São feixes produtores de fluxos informais, não-estruturados, disseminadores de uma nova energia político, social e urbana, energia por onde flui uma variedade de auto-organizações intensivas, de paradoxal poder de morfogêneses territoriais a partir da desterritorialização das rotas prescritas pelo Capital-Estado. Pensemos sobre esse estreito vínculo formado entre território-[i]legalidade-[des]estruturação.

2 [Des]territorializações voyous

Voyous, criminosos, mas também bandidos, vadios, em francês, é uma obra de Derrida em que o filósofo objetiva mostrar que o termo *voyou*, que serve para enquadrar, estigmatizar e caracterizar Estados que não respeitam as regras do direito internacional, da ONU ou de outros órgãos legisladores internacionais, pode também servir para caracterizar os mesmos Estados que o empregam em nome da democracia. Segundo Derrida (2003, p. 97, tradução nossa), "O bandido é o mais popular entre as pessoas. O *demos*, portanto, nunca está longe quando falamos do bandido. Nem a democracia muito longe do vandalismo"² [Derrida usa o termo *voyoucratie*, num jogo de palavras, poderia ser traduzido também por “criminoocracia”].

¹ Na metafísica aristotélica, o *télos*, o fim imanente de uma ação, pode ser dividido em dois tipos de atividades: as *enérgeai* [completas, finalidade imanente] e as *kinéseis* [incompletas, imperfeitas, mas que visam à realização de algo, mas não como a realização de sua ou uma finalidade]. O território e a prática do *terroirisme* talvez estejam mais próximos do lugar e da ação das *kinéseis*

² Do original em francês: “Le voyou est ce qu'il y a de plus populaire dans le peuple. Le demos n'est donc jamais loin quand on parle du voyou. Ni la démocratie très loin de la voyoucratie”.

A partir de uma discussão sobre democracia, soberania e criminalidade, uma reflexão perturbadora é construída em torno da noção de Estado Democrático e Estado Terrorista, Estado que age dentro da lei e o que age fora da lei. Mas de que lei e que democracia podemos falar e considerar quando um Estado dito democrático, em nome da lei, da democracia, dá-se o direito de invadir um Estado declarado *Voyou*, criminoso, vadio, bandido? Mas de qual crime está sendo acusado o Estado fora da lei? Leis que muitas vezes existem para legitimar crimes considerados “dentro-da-lei”. Derrida nos provoca ao interpelar as noções de soberania e democracia a partir da prerrogativa do próprio direito internacional. Um direito que reconhece que um Estado soberano, em nome da democracia e de uma ordem, aqui mundial, desobriga-se de cumprir as leis e regras do mesmo direito, auto-regulando sua legitimidade para invadir outro Estado, previamente estigmatizado ou considerado *voyou*, delinquente, marginal, criminoso, terrorista, aqui como sinônimo daquele que dissemina o terror. Não seria esse Estado, considerado democrático, também um estado “legitimamente” *voyou*?

As cartas são embaralhadas por Derrida, criando condição para uma interpelação sobre noções e valores ontológica e epistemologicamente estáveis. Um agenciamento necessário entre Território, Democracia, Terrorismo e Soberania é construído como condição a uma reflexão intranquila sobre as “destinerrâncias”³. Chegamos a um ponto em que processos de territorialização, consumados por Estados soberanos, justificam-se em nome da preservação de uma ordem mundial instituída. A mesma ordem responsável pelo surgimento desses “Estados” criminosos, territórios considerados ou declarados *voyous* por abrigarem terroristas, passíveis portanto de serem invadidos em nome do restabelecimento da democracia e da ordem geral.

Em outras situações, antes mesmo da comprovação do possível terror praticado por esses Estados, o terrorismo é a justificativa para que sejam territorializados por um Estado soberano considerado democrático. Uma soberania que promove agenciamentos territoriais de adequação e conjuração visando o controle e ordenamento de seus “caóticos” fluxos, humanos e materiais, mas que procura evitar desterritorializações em seu interior solidamente territorializado, em nome também da conjuração dos fluxos e amparado pela chamada soberania democrática. Porém, desses caóticos fluxos desterritorializantes surge um outro horizonte para a prática de uma democracia talvez ainda não inscrita na lógica de soberanias prefiguradas, pré-codificadas. Pensemos sobre democráticas desterritorializações *voyous*, “marginais”, “fora-da-lei”.

3 [Des]territorializações [des]codificantes

Conforme discutem Deleuze e Guattari em *Mil Platôs* (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 170-172), a axiomática capitalista⁴ tem sempre a necessidade de um centro, necessário para que a periferia seja gerada e, com ela, as trocas desiguais. Entretanto, existem sempre fluxos instáveis capazes de desestabilizar e desequilibrar esse desequilíbrio equilibrado proposto e sustentado pelo centro, pelo poder soberano.

Como esclarecimento, os axiomas [como exemplos, o Keynesianismo, Plano Marshall, *New Deal* são exemplos de axiomas criados no período entre-guerras e após a 2a. grande guerra, citados pela dupla] regulam os fluxos materiais e imateriais, das classes trabalhadoras aos sindicatos, dos empregos ao papel do Estado e os mercados. Tais axiomas são responsáveis pelas territorializações de um território, impedindo que fluxos descodificados se dispersem pelo território, colmatando as imprevisíveis linhas de fuga que eles mesmos produzem e que se tornam possíveis fontes de desterritorializações. Os fluxos descodificados, desterritorializados são o inescapável e inevitável resultado das constantes [sobre]codificações e territorializações do território promovidos pelo Estado soberano e pelo Capital. Tornam-se ação vital à estabilidade destes pois, como fluxos instáveis, engrenagens soltas, fora da axiomática capitalista global, podem representar um risco à desejável homogeneização, pelo Estado, do território global e local. Se há sempre uma intenção, do poder soberano e do capital, de estratificação e codificação do território para melhor controlar seus fluxos materiais e imateriais

[...] os agenciamentos já são algo distinto dos estratos. Contudo, fazem-se nos estratos, mas operam em zonas de descodificação dos meios: primeiro, extraem dos meios um território. Todo

³ Em uma linguagem derridiana, as destinações errantes, destinações outras já distantes de seus significados originais ou fundantes, dos conceitos de terrorismo, território e, agora, territorialização.

⁴ "Os axiomas do capitalismo não são evidentemente proposições teóricas, nem fórmulas ideológicas, mas enunciados operatórios que constituem a forma semiológica do Capital e que entram como partes componentes nos agenciamentos de produção, de circulação e de consumo"

agenciamento é, em primeiro lugar, territorial. A primeira regra concreta dos agenciamentos é descobrir a territorialidade que envolvem, pois sempre há alguma: dentro da lata de lixo ou sobre o banco, os personagens de Beckett criam para si um território[...] O território é feito de fragmentos descodificados de todo tipo, extraídos dos meios, mas que adquirem a partir desse momento um valor de "propriedade": mesmo os ritmos ganham aqui um novo sentido (ritornelos). O território cria o agenciamento (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 218).

A partir da ideia de agenciamento, o território volta a se aproximar de outra possível interpretação de seu significado, o lugar do conflito, do embate pelo direito de algo que dá sua existência, da enunciação desse algo que excede a codificação e a estratificação impostas pelo poder soberano. Territórios territorializados por conteúdos e regras vinculadas ao poder soberano, Estado e Capital, podem ser atravessados por linhas e forças desterritorializantes; "o território é tão inseparável da desterritorialização quanto o era o código em relação à descodificação" (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 220). As constantes reterritorializações do território, promovidas pelo Capital e Estado em favor de expansões ou redirecionamentos de suas axiomáticas, implicam, ao mesmo tempo, em desterritorializações e descodificações, fluxos que escapam a esse necessário ajuste e/ou alteração dos axiomas. São esses novos fluxos desterritorializados, sempre gerados na conjugação dos fluxos desterritorializados existentes, que seriam capazes de

[...] entrar em conexões que desenham nova Terra, que constituem uma máquina de guerra cujo fim não é nem a guerra de extermínio nem a paz do terror generalizado, mas o movimento revolucionário (conexão de fluxos, composição de conjuntos não numeráveis, devir-minoritário de todo mundo) (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 177).

Estamos no campo da indecibilidade, do devir, de um porvir incontável. As desterritorializações de um território codificado pela axiomática do Estado e do Capital, atribuindo-lhe "propriedades" a partir de uma programação burocrática, global ou local, seriam as conexões imprevistas de suas linhas de fuga, dos liames que passam a operar transversalmente às estratificações do território. Enfim, de tudo aquilo que escapa e é descartado pela própria axiomática; "Não há luta que não se faça através de todas essas propriedades indecíveis, e que não construa *conexões revolucionárias* contra as *conjugações da axiomática*" (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 177).

A condição de possibilidade de um revolucionário devir urbano, para além da axiomática do Capital e do Estado, está na capacidade de querer-dizer um outro quase impossível, um quase impossível tornado possível pela luta, por uma conflituosa vontade de superar uma determinada democracia – ou uma democracia determinada – por uma democracia mais ampla, uma democracia baseada no acolhimento quase incondicional do outro. Como conflituosas territorialidades e territórios de luta, as chamadas Ocupações têm se colocado como ações problematizantes e proposicionais do território e seu porvir a partir de potentes desterritorializações [descodificações] do próprio território.

4 Os territórios das ocupações urbanas: desterritorializações territorializantes

Numa espécie de glossário, na parte final do quinto volume de Mil Platôs, Deleuze e Guattari criam um dicionário conceitual onde condensam suas reflexões feitas ao longo dos 5(cinco) volumes. Em D, aparece a Desterritorialização:

A função de desterritorialização: D é o movimento pelo qual "se" abandona o território. É a operação da linha de fuga. Porém, casos muito diferentes se apresentam. A D pode ser recoberta por uma reterritorialização que a compensa, com o que a linha de fuga permanece bloqueada; nesse sentido, podemos dizer que D é *negativa* (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 224)

Em um pensamento construído pelo e através do paradoxo, percebemos a predileção da dupla pelos processos de desterritorialização de um território onde, para eles, existe sempre uma codificação. Perceber e potencializar as linhas de fuga de um território é torná-lo outro-de-si-mesmo. Pela desterritorialização, o território enquadrado e garantido por um aparato jurídico-legal relacionado à propriedade, ao direito à terra (de qual direito?), a um poder soberano, libera-se de suas prerrogativas, de suas especificidades, de suas heranças e ultrapassa seu próprio sentido e fronteiras. Assunto de qualquer obra que trate do habitar e do compartilhamento na atualidade, as Ocupações, localizadas em territórios centrais, sobretudo nas metrópoles, podem ser essas linhas de fuga necessárias ao porvir urbano.

As Ocupações excedem limites e fronteiras, confirmando-os pela transgressão de seus sentidos e significados, territorializando-os como dispositivos fundamentais à abertura e ao acolhimento ao desterritorializá-los. Não tomam uma fronteira como um limite estático entre um dentro e fora, entre aquilo que pertence a ele e o estrangeiro ou estranho a ele. A fronteira não é mais o local da diferença entre o de dentro e o de fora. E o “de fora”, o forasteiro, não é nunca um *voyou*, um bandido ou criminoso em potencial, mas aquele que chega para, já “de dentro”, ajudar a construir uma lógica do “de fora”, do além das fronteiras. Se as Ocupações começam, em boa parte dos casos, a partir de um ato *voyou*, de um delito, segundo o “democrático” direito jurídico do poder soberano, será pela ação *terroiriste*, de luta pelo lugar, que irão constituir um território do acolhimento quase incondicional pela luta de um direito à terra, sem reterritorializá-la, contudo, como propriedade que estabelece limites claros entre o de-dentro e o de-fora,

As Ocupações se tornam territórios próximos ao conceito de *Khôra*⁵, discutido por Derrida (DERRIDA, 1995, p. 26) a partir de Platão, uma superfície de inscrições constantemente [re]marcada pelo de-fora, e não apenas por aqueles que já pertencem a ela ou dela se tornam proprietários, próprios do lugar. Suas fronteiras parecem existir apenas para de[s]limitar as formas e conteúdos tangíveis no que diz respeito ao que seja próprio ou externo a elas. Como possível *Khôra*, as Ocupações são lugares de uma outra hospitalidade. Tornam-se um espaçamento antes de serem um território delimitado, um espaço que abre uma abertura (a ênfase é proposital) ao porvir, ao imprevisível, um lugar onde o de-fora torna-se fundamental para a consolidação do de-dentro.

São lugares de *kineseis, do imperfectum*⁶, matéria de propagação de devires sociais a partir da singular construção de conteúdos que, muitas vezes, lhes são estranhos; as festas, cursos, oficinas, debates, palestras são conteúdos suplementares à moradia, mas essenciais à sobrevivência como território heterogêneo, da mistura, da hospitalidade do território. As Figuras 1 e 2 nos mostram o 59 Rivoli, uma ocupação pública de artistas provenientes de muitos países. Situada no centro de Paris, é um coletivo originado de uma ocupação de um antigo edifício do banco *Crédit Lyonnais*, criada, literalmente, a partir do arrombamento da porta de entrada. Apresentada nas Figuras 3, 4 e 5, a Ocupação 9 de julho, situada na região central de São Paulo, é atualmente uma ocupação ainda ilegal, do antigo e abandonado edifício público do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Ambos, lugares de ritualizações imprevistas e rizomas comportamentais.

Exemplos de desterritorializações territorializantes, tanto a Ocupação 9 de julho como o 59 Rivoli tornam-se lugares instituidores de um território comum, do cultivo compartilhado de um lugar hospitaleiro. Um território constantemente desterritorializado por esse outro inominável que chega, adentra, não necessariamente como convidado, mas acolhido como um “de fora” que se torna um “de dentro” na medida em que esses territórios se fortalecem a partir justamente dessa abaleidade [e não de uma asseidade, uma existência em-si]. Estamos falando de intermundos profanos gerados, por vezes, por coexistências imprevistas, inesperadas e não garantidas pelas afinidades ou proximidades sociais. Festas, assembleias, confraternizações gastronômicas, eventos culturais passam a fazer parte de práticas instituidoras da hospitalidade de permanência e passagem nesses lugares. As Ocupações não garantidas por lei – ou aquelas que surgiram como territórios *voyous* se vistos a partir do direito jurídico-legal – são territórios desterritorializados em suas rotinas por esses momentos que as territorializam como territórios permanentemente descodificados pela ocasional presença desse qualquer outro.

⁵ “*Khôra* recebe, para lhes dar lugar, todas as determinações, mas nenhuma delas possui como propriedade. Ela as possui, ela as tem, dado que as recebe, mas não as possui como propriedades, não possui nada como propriedade particular. Ela não é nada além da soma ou do processo daquilo que vem se inscrever “sobre”ela, a seu respeito, diretamente a seu respeito, mas ela não é o assunto ou o suporte presente de todas essas interpretações, se bem que, todavia, não se reduza a eles”.

⁶ Do latim, *imperfectum*: finalidades não consumadas, ainda por vir, ou sempre em processo.



Fig. 1: 59 Rivoli: ocupação de artistas. Antiga sede do banco Crédit Lyonnais tornou-se um lugar onde artistas anônimos de diferentes países e continentes passam um tempo para trocas interculturais, uma autêntica Torre de Babel. Fonte: Igor Guatelli, 2017.

58



Fig. 2: 59 Rivoli: práxis instituinte de um território comum. A magia do processo e de um estar junto empenhado revela-se mais importante que o produto. Lugar de microagenciamentos sociais, sem fronteiras geográficas, sociais e econômicas pré-estabelecidas. Fonte: Igor Guatelli, 2017.



Fig. 3: Ocupação 9 de julho: acesso principal e festa pública no pátio. Fonte: Igor Guatelli, 2018.



Fig. 4: Ocupação 9 de Julho: assembleia com participação de estudantes da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Ao lado, oficina artística para crianças do bairro. Fonte: Igor Guatelli, 2018.



Fig. 5: Ocupação 9 de julho: durante o almoço, leitura performática do “Manifesto Cósmico”, do cordel de Mario Novello, da série *Pandemia*, da n-1 edições, em 8 de maio de 2022. À direita, banca com livros da n-1 edições. À esquerda, manequim com roupa do brechó existente na Ocupação. Fonte: Igor Guatelli, 2018.

Os suplementos programáticos, agenciados em seus interiores, desterritorializam-nas como ente habitação em direção a uma outra entidade, entre, inominável, indecidível. Ser um outro indecidível em relação à axiomática do Capital, sendo capaz de descodificá-la sem se impor como uma nova lógica soberana, permite que as Ocupações tenham uma dimensão ontológica obscurecida pelo movimento desterritorializante que emulam; uma desterritorialização das oposições metafísicas que elas promovem ao ser entre, intervalo entre uma coisa e outra, entre o privado e o público, entre o exterior e o interior, sem a necessidade de nomeá-lo. O território constituído pelas Ocupações faz cinzas os axiomas e as territorialidades ligados ao habitar e impostos pelos aparelhos do mercado e do Estado, sem permitir que essa morada se reterritorialize no *eidós*, na ideia primordial, nos limites originais e supostamente fundantes de seu contorno.

Instável, *voyou* para o aparelho jurídico-legal do Estado pseudo-democrático, lugar ordinário, de todos e de ninguém, democrático e acolhedor para as minorias, soberano sem o exercício da soberania [exercício da força que se impõe como força, como demonstração de força], público e privado ao mesmo tempo, interior a serviço da construção de um de-fora, o território das Ocupações dilacera as prerrogativas que elas mesmas instituem. Ou seja, como morada heteróclita, destituiu-se da ideia de pertencimento e lógicas identitárias. Como lugar da invenção do outro, de interações imprevistas, sem destinação *a priori*, as Ocupações são um território da equivocidade [complexo, enredado], do inter-jogo de proximidades, distâncias, enlaces, diferença.

As Ocupações são desterritorializações de um lugar que se territorializa como *terroir*, como campo de cultivo do porvir, enunciação sem se configurar como novo código. Qualquer tentativa de codificação ou de recodificação seria uma condução coercitiva de um devir social emulado pela luta solidária, pela construção de uma hospitalidade impossível, que não se

reduz à ordem de quem a constrói ou a quem se destina. Sem se vincularem a um emissor ou a um destinatário, as Ocupações são enunciação sem enunciado ou fim, são agenciamentos coletivos que enunciam um outro território, um território do acolhimento e da introversão, mas também um território da passagem, da abertura a outras formas do viver a partir de práticas estéticas que fogem dos enunciados axiomáticos do Estado e do Capital. As linhas de fuga provocadas pelas Ocupações são práticas estéticas ligadas à formulação de outros vínculos sociais e de um outro viver junto.

5 *Imperfectum território*

São essas desterritorializações territorializantes de territórios, aqui pensadas a partir de territórios intra-urbanos, especificamente as Ocupações, um caminho para uma destinerrância do território. Lugar de territorialização sempre por se completar, desterritorializada pelo espaçamento que ela mesma gera, lugar entre ontologias e destinações específicas, não sendo completamente nem uma coisa nem outra. Um lugar de destinações sem a destinação do lugar, errante em sua condição intervalar, um impossível-possível, uma difícil condição de possibilidade, sempre por vir, em luta. Novamente, seguindo Deleuze e Guattari (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 82-83), agenciamentos territoriais podem ser traços diferenciais contra a homogeneização do aparelho do Estado. As Ocupações tornam-se esse traço espectral do que é um ente morada e do que pode vir a ser uma morada, sem enunciação prévia, mas agenciamentos de enunciação de um outro possível, só possível a partir de sua impossibilidade, de sua aparente, mas perturbadora, inadequação se avaliada a partir daquilo que é formulado e proposto pelo Estado e pelo Capital.

As máquinas do Estado e do Capital codificam os fluxos sociais do território [fluxos humanos, de mercadorias, de desejo, de consumo, de comportamentos, de linguagem, de comunicação], disciplinando-os, territorializando-os como cadeias produtivas, produção social, como cadeias desejantes alienadas do desejo. Conforme Deleuze e Guattari,

[...] toda máquina é corte de fluxo em relação àquela com que está conectada, mas ela própria é fluxo ou produção de fluxos em relação àquela em que está conectada. E esta é a lei da produção de produção. Por isso, no limite das conexões transversais ou transfinitas, o objeto parcial e o fluxo contínuo, o corte e a conexão se confundem num só - em toda parte cortes-fluxos de onde o desejo irrompe, que são a sua produtividade e que sempre implantam o produzir no produto (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 55)

A máquina-habitação e suas engrenagens – a habitação social é uma delas – tem seus fluxos engendrados e codificados pelas mega-máquinas do Estado e do Capital. Porém, há sempre a chance do corte de fluxos “naturalizados”, desterritorializando-os. É nesse processo de corte-desligamento e do corte-resíduo (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 57-62) que novos fluxos surgem, fluxos fugantes, fluxos aleatórios, imprevistos, máquinas heterogêneas “desgovernadas”. A partir desses fluxos, objetos parciais (restos) discordantes, desajustados, são produzidos. As Ocupações, objetos parciais fruto do corte e desses fluxos caóticos provocados pelas próprias mega-máquinas, tornam-se o devir da máquina habitação-social, desterritorializadas e imprevisíveis, produtoras de outros fluxos sociais, fluxos de desejos descodificados, não previamente marcados por códigos sociais do qual fazem parte.

Campo de cultivo do ser político, são o território do meio, nem origem, nem fim de algo, agenciamentos territoriais de coexistências, matéria de conteúdo e expressão territorial, de movimentos turbilhonares como contrapontos a uma determinada democracia, ao mesmo tempo em débito e devinda, des-reterritorializada, por vir. Não um devir da democracia, mas um devir-democracia, uma democracia ainda por vir, em enunciação, em gestação, de forma alguma, de reprodução, mas produtora de linhas de desterritorialização, de linhas de fuga sociais. Aludindo mais uma vez a Deleuze e Guattari, “O que chamamos de maquínico é precisamente esta síntese de heterogêneos” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 151). As Ocupações são máquinas de expressão de uma ação *terroiriste*, máquinas rizomáticas de desestratificação social ao potencializar enxames sem endereçamentos.

6 *Desterramentos – aterramentos*

Saskia Sassen (SASSEN, 2016), há algum tempo, evidencia as práticas materiais generalizadas mundiais baseadas na aquisição de terras estrangeiras, gerando brutais expulsões e desterramentos. Estados soberanos e multinacionais, economias globais, recorrem a práticas deliberadas [contaminações do solo, estímulo de guerras internas] de esvaziamento,

deslocamentos, desterramentos [donde enterramentos de seres-humanos seriam colaterais aceitáveis] forçados dos nativos de seus territórios, inviabilizando-os. Constroem o cenário ideal para aquisição de terras estrangeiras em larga escala para usufruto próprio, sobretudo plantações e instalação de minas extrativistas. Desterramentos degradam laços sociais, povo e lugar são irremediavelmente territorializados por um código global baseado na soberania subserviente e leniente de Estados minoritários aos Estados e empresas dominantes com suas dissimuladas, adocicadas práticas de terrorismo; *terreurisme* [destruição da terra alheia] não como *terroirisme* [luta pela terra], mas como promoção de formas deletérias de conflito pela morte social da terra.

Se, conforme Sassen, “o território se torna meramente terra no caso das plantações, e terra morta no caso das minas” (SASSEN, 2016, p. 102), as Ocupações insemam vida nos territórios estéreis urbanos, desterrando-os como terras territorializadas segundo o princípio inviolável da propriedade e de axiomáticas do mercado, ao mesmo tempo que os territorializam a partir do “repatriamento” dos desterrados de dentro e de fora, concidadãos sem direito à cidadania. Das desterrando-territorialidades Ocupações – territorialidades *voyous* – nascem um outro território de discreta, sóbria [sōbər] soberania [sōbər] do outro. Não mais a soberania do mais forte, mas do modesto, lugar da modéstia, uma extensão territorial [in]soberana; (não) uma soberania do próprio (nem) do outro. Uma democrática soberania que se constrói com o outro, pela interdependência, pela vida conjunta. Os territórios das Ocupações são o devir *terroiriste* de um território, talvez (não) da salvação [salut], mas, sobretudo, da saudação [salut] ao outro.

Produto de ações hegemônicas, dominantes, que têm ou detêm o controle, o modo como a territorialização de uma cidade – e suas intermináveis reterritorializações – são engendradas explica a distribuição de funções e zonas no espaço urbano, local e global. As funções e zonas são sempre [re]criadas, organizadas e mantidas pelas reterritorializações⁷ [parentais, patrimoniais, estatais, mercadológicas] axiomáticas, dominantes. Nesse sentido, auto-organizações minoritárias desterrando-territorializantes, constitutivas e constituídas das e pelas ocupações [ex]apropriativas territoriais, são a chance de desorganizações contra hegemônicas. Aparentemente incipientes, têm se mostrado capazes de alavancar processos em que certos componentes e zonas do meio urbano, expropriados de suas propriedades majoritárias, tornam-se meio de [des]arranjos trans-espaciais.

7 Considerações finais

Se, na modernidade, os processos de urbanização promovidos pelo Estado primam pelo zoneamento da sociedade em populações de dentro e de fora, as Ocupações constituem-se como ações contra-hegemônicas promotoras de desarranjos territoriais e legais no interior desse processo. Seriam elas, portanto, a inadequação fundamental ao surgimento de uma outra lógica de organização territorial. Ao falar de Ocupações, estamos falando de um *ethos* do enxerto, do resíduo gerado, gestado e fortalecido pelo intruso, de uma intrusão que, para além daquele lugar específico, é a chance de tornar algo estrangeiro e excedente a ele mesmo. Segundo Nancy (2017, p. 60, tradução nossa), o enxerto seria uma “metatécnica, arte de combinações, suplementações, substituições, permutações, próteses, regenerações, inscrições, transferências, transposições, transações”⁸. Através de uma hospitalidade do intruso, direcionada ao intruso – e por ele possibilitada – ao qualquer um que se introduz sem ser convidado, inicia-se um radical exercício de uma *epochè* estética e política, da suspensão de qualquer lógica identitária excludente como condição de abertura ao qualquer outro, a um devir-comum sem pré-condições.

Intrusões e enxertos estranhos ao passado do lugar geram um necessário divórcio entre memória e história para que ambas se tornem rastros não de um passado, mas de um porvir, de um outro inominável, de uma ainda impossível democracia. Territórios que funcionam como um arquivo vivo, memória sem memória, desterrando-territorialização inaugural. Memória não mais como continuidade interna do lugar vinculada a um passado, mas como descontinuidade emulada pelo exterior a ele,

⁷ O termo “territorialização” era usado por Lacan como um conceito associado ao “cuidado parental direcionado a regiões específicas do corpo da criança para controlar a libido, ou seja, o corpo da criança era territorializado em zonas erógenas e não erógenas, o máximo de uma codificação proveniente de um controle pretensamente hegemônico, que se julga no direito de traçar e definir caminhos” (BOGUE, 1999, p. 86). Tal como o corpo, a cidade também é codificada a partir de lógicas organizacionais e distributivas que imaginam controlar até mesmo seus fluxos desejantes marginais.

⁸ Do original em francês: “*métatécnique, l’art des combinaisons, suppléments, substitutions, permutations, prothèses, régénérations, inscriptions, transferts, transpositions, transactions...*”.

provocada pela chegada inesperada [eventos sem memória, seguindo Derrida] desse qualquer outro, inauguradora de outros conteúdos; lugar-arquivo como celeiro de possibilidades e não lembrança ou herança do que foi ou deixou de ser.

Estranhos enxertos comunais em uma lógica de mundo que almeja estratificações, as Ocupações, territórios de um devir-quilombo, fábricas da “potência do viver” pela amizade, pela hospitalidade, da resistência a um vivido vivendo o outro, do anti-servilismo, convertem-se em zonas erógenas urbanas. Zonas amplificadores do desejo de alteridade, catalizadoras e disseminadoras de uma outra libido socioespacial, inominável, destituído de *nomos* parentais, patrimoniais. Encrustadas no coração das cidades, *res-publica*⁹ intrusiva, podem deixar de ser apenas parênteses das normas quando começam a subvertê-las do interior para tornar-se um além de, um extravasamento interior. O enxerto é sempre uma desterritorialização territorializante.

Agradecimento

Este artigo vincula-se ao projeto de pesquisa "Habiter en devenir: autres demeures", coordenado pelo autor com apoio financeiro da MSH Paris Nord - Maison des Sciences de l'Homme Paris Nord.

Referências

BOGUE, R. **Art and Territory**. In: BUCHANAN, I. A Deleuzian Century. Duke: Duke University Press, 1999.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. **Mil platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia, vol. 4. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. **O Anti-Édipo**. São Paulo: Editora 34, 2011.

DERRIDA, J. **Khôra**. Campinas, Papyrus, 1995.

DERRIDA, J. **Voyous**. Paris: Galilée, 2003.

DERRIDA, J. Qu'est-ce que le terrorisme". Paris, **Le Monde Diplomatique**, p. 16, février. 2004.

NANCY, J. L. **L'Intrus**. Paris: Galilée, 2017.

SASSEN, S. **Expulsões, Brutalidade e Complexidade na economia Global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

⁹ Do latim, *res-publica* não significa apenas a coisa pública ou, o Estado, mas o lugar onde as pessoas, reunidas, debatem publicamente. Res, do grego *rethos*, *rhema*, *reden* no alemão, enfim, rede [reunião].

OCUPAÇÕES URBANAS COMO LUTAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NO BRASIL
URBAN SQUATTING AS A COUNTER-HEGEMONIC STRUGGLE IN BRAZIL
CLARISSA CAMPOS

Clarissa Cordeiro de Campos é Arquiteta e Doutora em Arquitetura e Urbanismo, e realiza atualmente estágio pós-doutoral. É Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas da Universidade Federal de São João Del Rey (UFSJ), onde pesquisa movimentos de ocupação urbana e práticas de contra-mapeamento. clarissadecampos@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/2879454269259123>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: CAMPOS, C. C. de. Ocupações urbanas como lutas contra-hegemônicas no Brasil. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/577/577pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

Este artigo visa apresentar as ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), região sudeste do Brasil, como uma forma de luta contra-hegemônica. Argumentamos que as práticas em ocupações extrapolam a produção de moradias para os necessitados e reivindicação de demandas por direitos institucionalmente regulamentados. Suas lutas incluem e se engajam a uma ampla gama de outras dimensões localmente constituídas, igualmente necessárias para alcançar mudanças reais na vida e na sociedade. Fundamentamos esta suposição por meio de um quadro teórico abrangente, com foco no controle do espaço como estratégia de poder. Esta base teórica inclui uma visão crítica acerca do planejamento urbano tradicional, processos de participação institucionalizada e de autogestão. Adicionalmente, dado que a maioria dos estudos acerca do tema se relacionam a casos no Norte Global, a análise proposta contribui para expandir perspectivas a partir do Sul. A visão das ocupações nesta Região Metropolitana como uma forma específica de arquitetura contra-hegemônica se justifica por sua consistente oposição às ideias naturalizadas sobre moradores e ativistas em ocupações como invasores perigosos, e de suas práticas como crimes injustificados. Metodologicamente, este artigo apresenta uma análise crítica dos dados obtidos pela autora durante sua pesquisa de doutorado, baseada nas conexões entre as práticas de moradores e ativistas em ocupações e a produção de seus espaços próprios e alternativos, sua capacidade de criar e promover políticas prefigurativas, no caráter coletivo e cotidiano de seus processos de autogestão. Concluímos que as práticas em ocupações na RMBH superam a contestação de formas impostas de relações socioeconômicas ou modos de produção, implicando também em uma recusa de como o espaço é controlado, distribuído, organizado e apropriado.

Palavras-chave: Contra-hegemonia, Ocupações, Práticas espaciais, Políticas prefigurativas, Autogestão

1 Introdução

Como proposto por Gibbons (2019), a hegemonia existe quando uma regra é imposta sobre um grupo (subalterno) por meio de uma balança de poder e consentimento. Embora este artigo se alinhe a esta afirmação, ao mesmo tempo reconhecemos as possibilidades complexas e sinuosidades das relações de poder que, como sugerido por Foucault (1982), não podem ser meramente compreendidas como violência ou consenso – embora estes possam ser instrumentos ou resultados de relações de poder. Ao contrário do que possam parecer quando contempladas em sua superfície, o autor acredita que por trás dessas regras explícitas ou tacitamente aceitas, leis formalmente escritas ou códigos implícitos de conduta social, há uma dimensão muito mais complexa e sutil, que ocorre em escalas diversas, de indivíduos a populações, ao nível das ações cotidianas. Em outras palavras, o poder é a forma como algumas ações modificam outras; isto é, o poder existe somente quando colocado em ação.

De forma correlata, sugerimos que o espaço não deve ser considerado meramente como uma base física e inerte sobre a qual indivíduos vivem, circulam e interagem. Ao contrário, concordamos com a noção de Lefebvre (1991, p. 26, tradução nossa) do espaço social como um produto social que “também serve como instrumento de pensamento e ação; que além de ser um meio de produção, também é um meio de controle e, portanto, de dominação, de poder”. As considerações de Souza (2006) sobre o espaço como produto e condicionante de relações sociais também substanciam alguns dos argumentos apresentados nas seções seguintes.

Por meio de suas articulações, aberturas e fechamentos, circulações e interrupções, e em suas localizações, assentamentos e zoneamentos, o espaço se torna crucial para a forma como vivemos e agimos em relação a nós mesmos e aos outros e, nesse sentido, para a configuração de relações de poder. De fato, o planejamento urbano tradicional tem se valido historicamente da correlação entre espaço e poder, ou organização espacial e controle, de forma heterônoma e hegemônica, de cima para baixo, numa relação de poder claramente assimétrica. O espaço assim produzido serve como instrumento de poder que beneficia os interesses de governos neoliberais e classes dominantes, em detrimento dos menos favorecidos.

Tal produção heterônoma dos espaços urbanos – e, por fim, das cidades contemporâneas – não implica, necessariamente, numa imposição clara ou direta de certas formas, localizações e fluxos espaciais: processos participativos

institucionalizados, extensivamente criticados na literatura de estudos urbanos¹, não raro operam como simulacros de democracia direta em que, enquanto há o aparente envolvimento da população geral em processos decisórios, o status quo neoliberal permanece confortavelmente assegurado.

Há, no entanto, a possibilidade de que processos participativos institucionalizados apresentem vantagens (tais como disponibilidade de recursos públicos orçamentários e recursos técnicos consideráveis) que poderiam contribuir para uma produção mais democrática do espaço nas cidades. Não é coincidência que diversos movimentos sociais urbanos que lutam por maior justiça social tenham historicamente reivindicado formas mais inclusivas, acessíveis e democráticas de planejamento urbano. Embora nem sempre explicitado ou formulado nesses termos, é tão bem conhecido por eles quanto pelas classes dominantes e governantes que o espaço urbano e a forma como este é produzido, apropriado ou controlado são determinantes para a configuração de relações de poder – sendo, portanto, um objeto de disputa.

Outros grupos, por sua vez, apresentam diferentes tipos de práticas espaciais insurgentes que, como Harvey (2008) afirma, procuram remodelar a cidade de uma maneira diferente daquela promovida pelos interesses do Estado e das classes dominantes. Exemplos significativos são ocupações urbanas de imóveis abandonados, de propriedade pública ou privada, incluindo edificações e terras para autoconstrução, moradia e outros usos políticos e culturais.

No entanto, é importante notar que poderes hegemônicos buscam constantemente neutralizar ou destruir tais iniciativas, respaldados por narrativas de crime e temor historicamente naturalizadas, oriundas principalmente da mídia dominante e de certos grupos governamentais. Estas frequentemente classificam moradores e ativistas em ocupações como invasores perigosos, e suas ações como crimes injustificáveis. As práticas em ocupações, por sua vez, desafiam consistentemente tais ideários opressivos ao dar novos significados para a produção e apropriação do espaço, constituindo uma forma de arquitetura contra-hegemônica.

Ocupações urbanas representam focos de resistência localizados, mas integrados, que insistem, ora por necessidade, ora por convicção, e frequentemente por ambas, em enfrentar diretamente estruturas de poder naturalizadas e em demonstrar que outras formas de relações sociais são possíveis, numa perspectiva claramente prefigurativa. Sobretudo, as práticas em ocupações são inerentemente coletivas, conferindo à noção de autogestão um caráter cotidiano. Estes são aspectos significativos também nas ocupações da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), os quais não apenas respondem à proposição de que em geral formas contra-hegemônicas de resistência implicam num esforço coletivo de “pensar, imaginar e sonhar para além da hegemonia” (GIBBONS, 2019, p. 74, tradução nossa), mas se somam a ela por meio de ação direta, autônoma e coletiva.

De um ponto de vista metodológico, a autora apresenta uma análise crítica e outros desenvolvimentos de parte dos dados obtidos em Campos (2020)², um estudo comparativo acerca do movimento das ocupações em três áreas urbanas no Brasil, Espanha e País Basco. Além de uma extensa revisão bibliográfica, a estratégia metodológica incluiu observação participante e entrevistas semiestruturadas com ativistas, pesquisadores e moradores de ocupações urbanas. A análise de documentos auto-produzidos nos locais visitados e pesquisas acadêmicas anteriores também integraram o método de pesquisa.

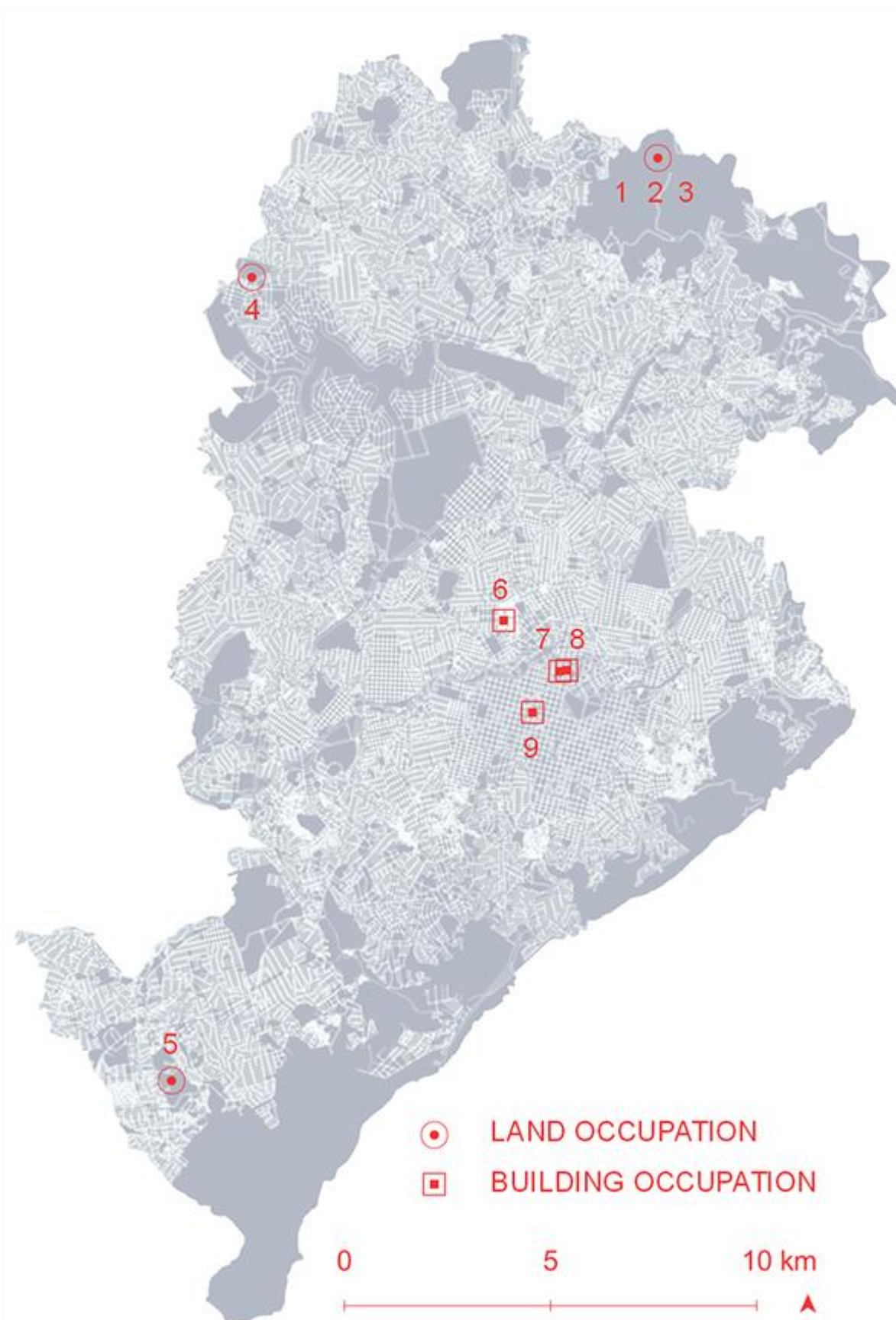
A autora conduziu nove visitas de campo e quinze entrevistas na RMBH, em 2019. Desde então, tem participado ativamente de um grupo de trabalho na Kasa Invisível, uma ocupação para moradia e outros fins políticos e culturais na área central de Belo Horizonte (principal município da RMBH), o que também contribuiu para esta discussão. A Tabela 1 indica as datas, localidades, nomes das ocupações onde as conversas ocorreram (ou um ‘_’ quando a entrevista ocorreu em outras localidades) e um código para cada entrevistado. Em um caso, o entrevistado pediu para ser identificado por um codinome. A Figura 1 apresenta as ocupações visitadas em um mapa de Belo Horizonte.

¹ Ver, por exemplo: Lefebvre (2016), Martínez López (2011, 2013), Milagres (2016), Souza (2006).

² Esta pesquisa foi parcialmente financiada por uma bolsa de estudos concedida pela CAPES. Número do processo 88881.189843/2018-01.

Código do Entrevistado	Data	Localidade	Ocupação
BH1	03 jul. 2019	Belo Horizonte	Ocupação Carolina Maria de Jesus
BH2	03 jul. 2019	Belo Horizonte	Ocupação Dandara
BH3, BH4	05 jul. 2019	Belo Horizonte	Ocupação Pátria Livre
BH5	05 jul. 2019	Belo Horizonte	—
BH6	11 jul. 2019	Belo Horizonte	Ocupação Paulo Freire
BH7	01 ago. 2019	Belo Horizonte	—
BH8	06 ago. 2019	Belo Horizonte	—
BH9	15 ago. 2019	Belo Horizonte	Casa de Referência da Mulher Tina Martins
BH10	20 ago. 2019	Santa Luzia	Ocupação Vitória
BH11	28 ago. 2019	Belo Horizonte	Ocupação Dandara
Zenite, BH12, BH13	03 set. 2019	Belo Horizonte	Kasa Invisível
BH14	13 set. 2019	Belo Horizonte	—

Tabela. 1: Entrevistas RMBH, 2019. Fonte: Campos, 2020, p. 44, tradução nossa.



1- Vitória; 2- Rosa Leão;
3- Esperança; 4-
Dandara
5- Paulo Freire; 6-
Pátria Livre; 7- Carolina
Maria de Jesus
8- Casa de Referência
da Mulher Tina Martins;
9- Kasa Invisível

Fig. 1: Visitas de
Campo em Belo
Horizonte, mai./set.
2019. Fonte: CAMPOS,
2020, p. 170.

Adicionalmente, atualmente, a autora coordena uma iniciativa interdisciplinar e interinstitucional de mapeamento colaborativo na RMBH, com a participação de ativistas e outros membros do movimento das ocupações nesta Região Metropolitana, o que também contribuiu para algumas das ideias contidas neste artigo.

2 O Controle sobre o Espaço como Estratégia de Poder

Foucault (1995) propôs a noção de disciplina como algo que vincula o exercício de poder sobre o corpo (de um indivíduo ou uma população) à distribuição de objetos no espaço e à objetificação das massas. Assim como podemos observar essa relação em prisões, mosteiros ou oficinas, também podemos verificá-la em cidades. Ela procede da distribuição de indivíduos no espaço, onde cada indivíduo tem seu próprio lugar, evitando-se distribuições em grupos, interrompendo-se conexões perigosas, supervisionando e individualizando corpos sem, no entanto, dar-lhes uma posição fixa, mas distribuindo-os e circulando-os em uma rede de relações (FOUCAULT, 1995).

A ideia de uma organização espacial que visa controlar onde se pode viver ou circular, por meio, na maioria das vezes, não de ordens diretas, mas da inserção em uma dinâmica naturalizada de corpos no espaço, como se uma lógica punitiva houvesse sido aplicada à sociedade como um todo, não é, de modo algum, estranha ao planejamento urbano contemporâneo. Como Souza (2010) sugere, práticas espaciais coercitivas têm sido concretamente de vários tipos, incluindo dispersão, segregação, confinamento, interdição de acesso, monopólio ou oligopólio de recursos espaciais, aliadas a estratégias mais subjetivas, tais como a indução de comportamentos através de signos inscritos no espaço. Diversas dessas estratégias de poder e controle político são mecanismos essenciais para processos orientados ao lucro que desconsideram inteiramente as necessidades de populações vistas como obstáculos.

Lefebvre (1991, p. 358, tradução nossa) considera que

“[...] graças à operação do poder o espaço prático é o detentor de normas e constrangimentos. Ele não se limita meramente a expressar poder - ele reprime em nome do poder [...]. Enquanto um conjunto de restrições, estipulações e regras a serem seguidas, o espaço social adquire uma eficiência normativa e repressiva.”

Se entidades governamentais, quer sejam representativas do Estado ou de interesses privados, tornam o espaço um instrumento útil que contribui para a coerção individual e coletiva dos corpos, então pode-se levantar a seguinte questão: a tomada de poder sobre o espaço para transformá-lo e utilizá-lo de forma mais autônoma constitui uma estratégia contra-hegemônica eficaz? Este é um ponto de investigação relevante especialmente se considerarmos que, historicamente, o espaço urbano tem sido apropriado para diferenciar e hierarquizar, comparar e normalizar, homogeneizar e excluir. O diferente, isto é, o que não é capaz de atender padrões e normas impostas pelo capital e pela propriedade privada é, na maior parte dos casos, excluído e forçado para as margens. Apenas aqueles capazes de se comportarem adequadamente – ricos, proprietários, e algumas vezes trabalhadores dóceis e produtivos – são bem-vindos ao centro.

Por outro lado, como sugere Souza (2010), práticas espaciais têm servido historicamente ou à dominação, coerção, imposição de cima para baixo ou de fora para as leis e normas que regulam a vida de um grupo ou sociedade (em uma palavra, à heteronomia); ou à emancipação, autodeterminação, autodefesa legítima, autogoverno, à instituição livre e lúcida de leis e normas pelo conjunto de cidadãos, diretamente (em uma palavra, à autonomia). Ao mesmo tempo, organização e significados espaciais são produtos de transformação e vivência social e, portanto, devemos nos referir ao espaço como uma construção social (SOJA, 1989). Não obstante, quão claras as intenções do planejador – diga-se, projetar espaços como instrumentos de controle ou, bem intencionadamente, como instrumentos de emancipação – não é impreciso dizer que os significados (em contínua transformação) e usos do espaço urbano se estabelecem somente quando este é apropriado socialmente.

Como sugere Lefebvre (2016), nem o arquiteto, o urbanista, o sociólogo, o economista, o filósofo ou o político podem criar do nada, por decreto, novas formas e relações. Eles não possuem os poderes de um taumaturgo, diz o autor, nem criam relações sociais: somente a vida social em sua capacidade global possui tais poderes. Em linhas mais gerais, é cada sociedade, ou como Lefebvre (1991) explicita, cada modo de produção e suas relações de produção específicas que produzem seus espaços próprios e peculiares. No caso do capitalismo, Lefebvre (1991) nomeia o espaço instrumental assim produzido como *espaço abstrato* – o qual tem, como ferramentas para sua implementação, o planejamento urbano tradicional e certas formas de participação institucionalizada.

2.1 De críticas à participação institucionalizada à autogestão e autonomia

Se, por um lado, diversos setores progressistas da sociedade lutaram historicamente por uma produção mais democrática e inclusiva de cidades contemporâneas, por outro, processos participativos institucionalizados regulados pelo Estado podem apresentar riscos para movimentos sociais urbanos, de forma especialmente relacionada à sua capacidade e condições de autonomia. Quando as pessoas não possuem as condições para tomar parte em processos decisórios, a não ser para escolher entre algumas poucas opções previamente formatadas, pré-determinadas e limitadas, ou para participar ativamente da definição dos métodos e regras em tais processos – o que é mais que frequentemente o caso – a autonomia é, como consequência direta, deixada de fora. Processos participativos institucionalizados têm sido criticados ainda no que diz respeito à possibilidade de cooptação, manipulação por políticos e influência do Estado sobre organizações da sociedade civil e seus militantes (SOUZA, 2006).

Similarmente, tais processos podem ser profundamente subordinados aos interesses de grupos politicamente e economicamente privilegiados. Tais grupos frequentemente mantêm especialistas e técnicos com poder de definir procedimentos que, embora forjem uma aparência de igual poder de decisão, não ampliam ou nem mesmo consideram o campo de ação das pessoas envolvidas (MILAGRES, 2016). No caso específico do planejamento urbano, esta concepção tecnocrática da participação tem sido particularmente influente (MARTÍNEZ LÓPEZ, 2011).

Se é o caso de movimentos sociais serem críticos em relação ao urbanismo tradicional e a processos participativos institucionalizados, então instrumentos concebidos e apropriados por governos neoliberais devem ser sempre contemplados no contexto de mecanismos estabilizadores que podem contribuir para manter a ordem das coisas como elas são. Portanto, na diferenciação radical de Lefebvre (2016), entre uma ideologia da participação (um simulacro mais ou menos desenvolvido de atividade social que permite que a aquiescência das pessoas envolvidas e em questão seja obtida pelo preço mais baixo) e a participação real e ativa que ele encontra na autogestão, nós iremos focar nesta última. Como um exemplo significativo, a seção seguinte apresenta uma análise crítica das ocupações como luta contra-hegemônica no contexto específico da RMBH.

3 Ocupações Urbanas como Lutas Contra-Hegemônicas

Até o presente, tem havido ricas conceitualizações, teorizações e estudos empíricos acerca de ocupações, com diversas contribuições de diferentes autores de países variados (como exemplos, BASTOS et al., 2017; CAMPOS, 2020; CAMPOS; MARTÍNEZ, 2021; CANETTIERI et al., 2020; CATTANEO; MARTÍNEZ; SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE, 2014; FRANZONI, 2018; MARTÍNEZ, 2018, 2020; MOORE; SMART, 2015; NASCIMENTO; LIBÂNIO, 2016; SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE, 2013; SQUATTING EVERYWHERE KOLLECTIVE, 2018; TONUCCI FILHO, 2017; VASUDEVAN, 2015, 2017, dentre outros, incluem reflexões tanto do Sul como do Norte Global). Em parte, o que chama atenção para tais movimentos é o fato de que eles criam e adaptam, de múltiplas formas, atividades econômicas alternativas, modos de produção e interação social, e processos organizacionais que divergem de modelos neoliberais contemporâneos. Ao fazerem isto, como sugere Vasudevan (2015), prefiguram uma ordem social diversa, ao mesmo tempo em que buscam construir condições para justiça social e formas autônomas de vida coletiva.

A capacidade de moradores e ativistas em ocupações de criarem políticas prefigurativas (já que formulam e se engajam a um conjunto de princípios e formas de ação orientadas a possibilidades objetivas de mudar a vida) fundamenta substancialmente nosso argumento de que ocupações urbanas podem ser vistas como tipos particulares de lutas contra-hegemônicas. Ademais, ao mesmo tempo em que ocupações são profundamente relacionadas a injustiça habitacional (falta de moradia, condições precárias de moradia, altos custos de moradia digna etc.), elas abrangem uma grande variedade de questões políticas, econômicas e sociais, engajando-se a disputas mais amplas contra políticas neoliberais e seus efeitos.

Adicionalmente, as atividades promovidas por moradores e ativistas em ocupações são em grande parte baseadas em processos de autogestão que diferem fundamentalmente de processos participativos institucionalizados: na autogestão, as regras são definidas pelo grupo de participantes ao invés de serem impostas a eles. Finalmente, tudo isso ocorre de forma indissolúvel e mutuamente determinante à apropriação, adaptação e produção de seus espaços próprios e específicos. Em sintonia com o ponto de vista de Lefebvre (1991), no contexto das ocupações, mudanças na vida ocorrem por meio de uma prática espacial correspondente, que implica na produção de novas formas e relações espaciais. Terras e edificações ocupadas são tão correspondentes e adequadas quanto possível ao seu uso coletivo. Neste processo, ao menos, no que diz respeito ao plano das intenções, o valor de uso prevalece sobre o valor de troca, refletindo a possibilidade de que estes

espaços podem se diferenciar fundamentalmente dos espaços opressivos e de controle naturalizados por modelos neoliberais de sociedade.

3.1 O caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Somente na RMBH, terceira maior aglomeração urbana no Brasil, moradores e ativistas em ocupações construíram mais de 20 mil moradias em terras ocupadas na última década³. Entrevistas e visitas a campo (como mencionado na seção introdutória) permitiram à autora melhor compreender a forma como suas práticas moldam profundamente o cotidiano das ocupações. Tais práticas não apenas objetivam responder a necessidades urgentes, mas também correspondem a uma oposição crítica a políticas urbanas neoliberais opressivas, conformando uma importante forma de luta contra-hegemônica.

Ince (2010) sugere que políticas prefigurativas incluem estratégias organizacionais e práticas decisórias. Elas implicam na criação de espaços participativos de/para práticas sociais autônomas e solidariedade, enraizados no cotidiano e engajados em lutas por melhorias no presente, num esforço constante para permanecerem autocríticos e auto-organizados, enquanto procurando prefigurar mundos emancipatórios futuros (INCE, 2010). Como mencionado por um entrevistado (Zenite):

É, eu acho que o mais importante é mostrar para as pessoas que é possível você se organizar com poucas pessoas. Por exemplo [na Kasa Invisível], dez pessoas conseguiram ocupar e manter uma casa no centro de BH, tecnicamente na área mais nobre da cidade e tornar ela um espaço vivo, autogerido, que não é voltado para atividades que visam lucro [...]. Ela é aberta para qualquer pessoa, independente de ter dinheiro ou não. E numa perspectiva educativa, de mostrar às pessoas que é possível fazer de um imóvel algo comum, fazer de um espaço algo comum e de tudo que circula nele ser comum. [...] Mostrar para outras pessoas que é possível. Se em uma cidade de 3 milhões de pessoas, a gente conseguir inspirar mais 100 pessoas a fazer espaços como esse, a gente vai ter mais e mais e mais né? (CAMPOS, 2020, p. 105).

No entanto, é importante notar que pessoas que decidem viver em ocupações para moradia na RMBH em geral o fazem em um contexto de necessidade urgente. Enquanto alguns procedem de situações de superlotação, outros não podiam mais pagar aluguel ou simplesmente moravam nas ruas. Ter um lugar para morar sem precisar pagar aluguel significa mais que autonomia financeira, o que para algumas pessoas é tão simples quanto poder pagar por sua alimentação.

Adicionalmente, como mencionado por diversos entrevistados, em especial no caso de moradores de ocupações de terra para autoconstrução, a perspectiva de um teto sobre suas cabeças é apenas um primeiro passo. Uma vez que o território é ocupado e as pessoas começam a se estabelecer, suas lutas continuam, em alguns casos por muitos anos. Terras ocupadas em geral não possuem rede de esgoto, de água ou de eletricidade, pavimentação das ruas etc. Uma vez que são consideradas ilegais, governos locais dificilmente lhes proporcionam a infraestrutura necessária. Desse modo, moradores de ocupações constroem boa parte dela por conta própria, tanto quanto conseguem. Isto algumas vezes significa abrir ruas sem o maquinário adequado, redes temporárias de eletricidade e de água e, claro, suas próprias casas. Alguns entrevistados também mencionaram dificuldades em acessar a serviços públicos diversos (tais como escolas e estabelecimentos de saúde).

Moradores e ativistas em ocupações abordam estas e outras questões por meio de práticas coletivas e autônomas em geral baseadas em processos de autogestão. Autogestão não é um termo simples de se definir em poucas palavras. Primeiramente, esta não se configura através de um conjunto rígido de regras previamente definidas. Autogestão, inevitavelmente, implica na possibilidade de alterar as regras, incluir novos parâmetros, ou excluir critérios que deixaram de ser adequados aos objetivos do grupo ou aos seus procedimentos organizacionais. Ocupações diferentes tendem a possuir diferentes modelos de autogestão, melhor adaptados para seus próprios objetivos e dinâmicas internas. Especificamente, amplas diferenças nas escalas das ocupações – que variavam de algumas dezenas (ou centenas) de moradores a milhares de pessoas – influenciam diretamente os modelos de autogestão adotados.

³ Baseado nas palestras de Frei Gilvander, Izabella Gonçalves e Leonardo Péricles no seminário Dez anos de ocupações urbanas na RMBH: História, lutas e novos caminhos, 26-20 de junho de 2019. Organizado pelo grupo de pesquisa Cosmópolis/UFMG.

Outra diferenciação crítica, em ocupações de edificações que não têm na moradia sua (principal) motivação, na maior parte dos casos, os próprios ativistas definiam regras internas e participavam em processos decisórios, etc. Em diversos casos estes também pertenciam a outros coletivos e/ou movimentos sociais urbanos mais amplos. No caso das ocupações por moradia (em terras ou edificações abandonadas), por sua vez, era usual que atores externos apoiassem e participassem de processos organizacionais. Estes incluíam diferentes movimentos sociais, coletivos, representantes institucionais – universidades, partidos políticos de esquerda, setores progressistas da igreja católica – e muitos outros.

É possível, no entanto, fazer algumas generalizações. Como uma primeira característica importante entre ocupações na RMBH, pode-se dizer que a autogestão em geral implica em processos decisórios que incluem a realização de assembleias gerais e outras reuniões. Significativamente, como alguns entrevistados mencionaram, tais procedimentos constituem oportunidades para troca de saberes e politização. Em segundo lugar, práticas de autogestão implicam numa particular preocupação com horizontalidade – isto é, uma expectativa geral de que todos os participantes tenham as mesmas chances de ter seus pontos de vista considerados pelo restante do grupo e condições equânimes de opinião e participação, sem desequilíbrios de poder. No entanto, enquanto os entrevistados em geral viam a horizontalidade como algo desejável, relações hierárquicas são relativamente comuns – sejam elas tacitamente existentes ou assumidamente adotadas. Nesse sentido, ao passo que a horizontalidade era designada como uma aspiração por diversos entrevistados, também foi mencionado que alguns dos participantes poderiam usufruir de maior influência. Como um exemplo, em especial, no caso de ocupações por moradia organizadas por movimentos sociais, havia uma presença significativa e importante participação de moradores e ativistas considerados como figuras de liderança ou coordenadores.

Uma terceira característica geral se refere às decisões e regras definidas durante assembleias. A depender do caso, entrevistados revelaram que estas podem ser obrigatórias mesmo para aqueles que não participaram em uma decisão em particular. Em outros casos, o que foi decidido deveria idealmente ser seguido por todos, mas a autonomia individual de cada pessoa é priorizada. Deixar de seguir as regras consideradas mais relevantes, essenciais ou imperativas poderia também resultar na expulsão de indivíduos de uma ocupação. Estas incluíam a perpetração de atos de violência contra mulheres, roubo, tráfico de drogas, pessoas mantendo lotes vazios em ocupações de terras sem residir nos mesmos, e violência física de qualquer tipo.

Como quarto aspecto geral, autogestão também significa colocar decisões e planos em prática, usualmente por meio de divisão de tarefas. Estas podem incluir tarefas internas e/ou cotidianas, tais como limpar, cozinhar, cuidar de jardins e hortas, construir e dar manutenção, comunicar e gerenciar mídias sociais, cuidar de crianças e outros; atividades externas e/ou eventuais, incluindo trocar materiais e informações, visitar outras ocupações, reunir-se com entidades governamentais, etc. ou mesmo tarefas urgentes, inesperadas, demandas específicas e relacionadas a apoio mútuo, tais como participar de manifestações e resistir a despejos. Em geral, as atividades são organizadas por meio da criação de grupos de trabalho de caráter permanente ou temporário, a depender do tipo de demanda.

Pode ser considerada como quinta característica geral a necessidade de levantar fundos e outros recursos para diferentes atividades de forma a pagar por suprimentos e garantir a manutenção das ocupações, apoiar movimentos sociais e coletivos, pagar o suprimento de eletricidade e água (quando necessário) e muitos outros. Finalmente, diferentes níveis de engajamento ou participação de pessoas em processos autogestionados (a depender de seus diferentes interesses, disponibilidade de tempo ou outros fatores) são o nosso sexto e último aspecto geral. Contudo, de forma ampla, é possível dizer que a autogestão está profundamente impregnada nas vidas dos moradores e ativistas em ocupações, até mesmo comprometendo, como sugerido por Martínez López (2015, p. 252, tradução nossa), "todo o dia a dia das pessoas mais envolvidas nestes processos."

4 Conclusões

Moradores e ativistas em ocupações na RMBH buscam encontrar soluções não apenas para necessidades imediatas ou urgentes, especialmente moradia, mas também promover mudanças mais amplas na vida, incluindo aspectos sociais, culturais e econômicos, constituindo uma forma particular de luta contra-hegemônica. Significativamente, eles o fazem de forma indissolúvel e mutuamente determinante à apropriação, adaptação e produção de seus espaços específicos e próprios. Consequentemente, os espaços apropriados e transformados no contexto das ocupações correspondem ou

refletem tanto quanto possível as mudanças almeçadas por moradores e ativistas, suas práticas coletivas e seus ideais para o futuro, enquanto, ao mesmo, tempo se opõem aos desequilíbrios de poder contra os quais lutam.

Moradores e ativistas em ocupações se engajam a suas práticas cotidianas em um contexto de constante opressão por poderes hegemônicos que têm historicamente objetivado neutralizar ou destruir suas iniciativas, respaldados por narrativas naturalizadas que os representam como criminosos perigosos. Entretanto, suas práticas desafiam consistentemente este ideário opressivo ao dar novos significados à produção e apropriação do espaço, constituindo assim uma forma de arquitetura contra-hegemônica.

As mudanças em relações sociais almeçadas e prefiguradas por moradores e ativistas em ocupações ocorrem por meio de, durante o curso e/ou por causa da produção e uso de seus espaços próprios – em uma relação de reciprocidade. Os espaços que eles produzem e adaptam não são *destinados* a gerar lucro máximo ou a serem comercializados como mercadorias, mas, ao contrário, à primazia do uso. Em suas áreas comuns, durante as atividades abertas que promovem, em seus processos cotidianos organizacionais e de tomada de decisão, eles demonstram que uma vida diferente, que não é baseada em taxas de lucro, propriedade privada e controle social repressivo é uma possibilidade tangível. Ocupar transcende a negação de formas impostas de relações socioeconômicas ou de modos de produção. Há, de fato, também, uma recusa de como o espaço é controlado, distribuído, organizado e tornado propriedade.

Ao invés de representar um futuro preconcebido ou imutável, ou de simplesmente imaginar novas possibilidades, este artigo propõe que suas práticas prefigurativas incluam uma capacidade de mudar efetivamente o aqui e agora. Eles demonstram que um presente diferente já é possível e que mudanças na vida podem ser mais abrangentes, mais inclusivas e mais legítimas no futuro.

A autogestão, por sua vez, apresenta aos moradores e ativistas em ocupações a possibilidade de definir regras e fazer escolhas que respondem a diferentes realidades e escalas, incluindo uma significativa pluralidade de participantes. Idealmente, a autogestão também implica em processos baseados em horizontalidade como uma maneira de promover a participação ampla e verdadeira dos atores envolvidos. Por outro lado, relações hierárquicas podem existir e, em alguns casos, até mesmo serem consideradas desejáveis. Contudo, enquanto um processo que proporciona espaço para mudança coletiva, para aprender com experiências passadas e se aprimorar para situações futuras, por possibilitar proposições e experimentações, e por criar espaços que se adaptam e respondem a demandas comunitárias – por tudo isso, a autogestão é em grande parte o que faz das ocupações, por si mesmas, uma mudança.

Referências

BASTOS, C. D.; MAGALHÃES, F. N. C.; MIRANDA, G. M.; SILVA, H.; TONUCCI FILHO, J. B. M. ; CRUZ, M. M.; VELLOSO, R. C. L. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 251, 27 abr. 2017. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n2p251>.

CAMPOS, C. **Squatting for more than Housing**: Alternative Spaces and Struggles for The Right to the City in Three Urban Areas in Brazil, Spain, and the Basque Country. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte, Brasil: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

CAMPOS, C.; MARTÍNEZ, M. A. Squatting activism in Brazil and Spain: Articulations between the right to housing and the right to the city. In: GRASHOFF, U. (Eds.). **Comparative approaches to informal housing around the globe**. S.I.: UCL PRESS, 2020. p. 110–129.

CANETTIERI, T. et al. (Eds.). **Não são só quatro paredes e um teto**: uma década de luta nas ocupações urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte, Brasil: Cosmópolis, 2020.

CATTANEO, C.; MARTÍNEZ, M. A.; SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE (Eds.). **The squatters' movement in Europe**: commons and autonomy as alternatives to capitalism. London: Pluto Press, 2014.

FOUCAULT, M. The Subject and Power. **Critical Inquiry**, v. 8, n. 4, p. 777–795, 1982.

- FOUCAULT, M. **Discipline and punish: the birth of the prison**. Tradução: Alan Sheridan. 2nd. ed. New York: Vintage Books, 1995.
- FRANZONI, J. Á. **O direito & o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial**. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.
- GIBBONS, A. Counterhegemony. In: ANTIPODE FOUNDATION LTD (Ed.). **Keywords in Radical Geography**: Antipode at 50. Chichester, West Sussex, United Kingdom ; Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell for the Antipode Foundation Ltd, 2019. p. 74–77.
- HARVEY, D. The Right to the City. **New Left Review**, v. 53, p. 23–40, out. 2008.
- INCE, A. J. E. **Organising Anarchy: Spatial Strategy, Prefiguration, and the Politics of Everyday Life**. (Tese de Doutorado). London: University of London, 2010.
- LEFEBVRE, H. **The production of space [1974]**. Tradução: Donald Nicholson-Smith. Malden, Mass.: Blackwell, 1991.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade [The right to the city] [1968]**. Tradução: Oliveira, Cristina C. Itapevi, SP: Nebli, 2016.
- MARTÍNEZ LÓPEZ, M. Dimensiones múltiples de la participación ciudadana en la planificación espacial. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, v. 133, p. 21–42, 2011.
- MARTÍNEZ LÓPEZ, M. A. The squatters' movement in Spain: a local and global cycle of urban protests. Em: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE (Ed.). **Squatting in Europe: radical spaces, urban struggles**. Wivenhoe: Minor Compositions, 2013. p. 113–138.
- MARTÍNEZ LÓPEZ, M. A. Urban Movements and Paradoxical Utopianisms. Em: MOORE, A. W.; SMART, A. (Eds.). **Making room: cultural production in occupied spaces**. Tradução: Milena Ruiz Magaldi; Jeannette Petrik. Barcelona: Other Forms, The Journal of Aesthetics and Protest, 2015. p. 252–259.
- MARTÍNEZ, M. A. (Eds.). **The urban politics of squatters' movements**. New York, NY, U.S.A: Palgrave Macmillan, 2018.
- MARTÍNEZ, M. A. **Squatters in the capitalist city: housing, justice, and urban politics**. New York: Routledge, 2020.
- MILAGRES, L. M. X. **Processos de auto-organização sócio-espacial: ambivalências e desafios em situações de disputa por poder de decisão**. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- MOORE, A. W.; SMART, A. (Eds.). **Making room: cultural production in occupied spaces**. Tradução: Milena Ruiz Magaldi; Jeannette Petrik. Barcelona: Other Forms, The Journal of Aesthetics and Protest, 2015.
- NASCIMENTO, D. M.; LIBÂNIO, C. (Eds.). **Ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Favela é isso Aí, 2016.
- SOJA, E. W. **Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory**. London, New York: Verso, 1989.
- SOUZA, M. L. DE. Together with the state, despite the state, against the state: social movements as 'critical urban planning' agents. **City**, v. 10, n. 3, p. 327–342, dez. 2006.
- SOUZA, M. L. DE. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre luta institucional e ação direta. **Cidades: Revista científica**, v. 7, n. 11, p. 13–47, jun. 2010.
- SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE (Eds.). **Squatting in Europe: radical spaces, urban struggles**. Wivenhoe: Minor Compositions, 2013.
- SQUATTING EVERYWHERE KOLLECTIVE (Eds.). **Fighting for spaces, fighting for our lives: squatting movements today**. 1. Auflage ed. Münster: Edition Assemblage, 2018.

TONUCCI FILHO, J. B. M. **Comum urbano**: a cidade além do público e do privado. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

VASUDEVAN, A. The autonomous city: Towards a critical geography of occupation. **Progress in Human Geography**, v. 39, n. 3, p. 316–337, jun. 2015.

VASUDEVAN, A. **The autonomous city**: a history of urban squatting. London; New York: Verso, 2017

EDUCAÇÃO S/A: HEGEMONIA DE EAD EM ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL **EDUCATION CO.: E-LEARNING HEGEMONY IN ARCHITECTURE AND URBANISM IN BRAZIL** **ZANDER PEREIRA FILHO, MAYARA DOS REIS, MARIA CALIL, VÍTOR HALFEN**

Zander Ribeiro Pereira Filho é Arquiteto, Mestre em Engenharia Ambiental, doutorando em Urbanismo e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professor dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Pós-graduação em Cidades e suas Tecnologias do Instituto Federal Fluminense (IFF). Estuda a educação em arquitetura e urbanismo. zander.filho@iff.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/2113017222287741>

Mayara Cristina Pereira Leite dos Reis é Arquiteta, mestranda em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias, e pesquisadora do Instituto Federal Fluminense (IFF). Realiza pesquisas sobre Habitação de Interesse Social, crítica da arquitetura e urbanismo, assessoria técnica e tecnologias sociais. reis.mayara@gsuite.iff.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/1508289615812152>

Maria Ribeiro Calil é Arquiteta, Mestre em Arquitetura e Urbanismo, doutoranda em Urbanismo e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e no Coletivo de Estudos sobre Urbanismo e Periferia (PERIFAU). Realiza pesquisas sobre educação em arquitetura e urbanismo, direito à cidade e paisagem da dependência. maria.calil@fau.ufrj.br

<http://lattes.cnpq.br/9257878838144239>

Vítor Halfen Moreira é Arquiteto, Mestre em Planejamento Urbano e Regional, doutorando em Urbanismo e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Centro de Memória do Patrimônio Cultural da UNIRIO e do Coletivo de Estudos sobre Urbanismo e Periferia (PERIFAU). Estuda urbanismo, patrimônio, privatização do espaço público e direito à cidade. vitorhalfen@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/7099604705920903>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: PEREIRA FILHO, Z. R.; REIS, M. C. P. L.; CALIL, M. R.; HALFEN, V. Educação S/A: hegemonia de EaD em arquitetura e urbanismo no Brasil. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/680/680pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o panorama atual do ensino de Arquitetura e Urbanismo (AU) no Brasil, com foco na significativa expansão dos cursos oferecidos na modalidade de Educação à Distância (EaD) nos últimos anos. Esta tendência vem sendo impulsionada por fatores tais como: o desinvestimento do Estado nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, a influência de grupos econômicos que controlam o setor da educação privada e, recentemente, as restrições da pandemia de COVID-19. A pesquisa se fundamenta a partir da interpelação de dados quantitativos e qualitativos — extraídos do e-MEC e das discussões encontradas na literatura —, a fim de tecermos críticas à realidade que está dada. As análises demonstram a hegemonia das IES privadas nesse segmento, em que a lógica de mercado vigente — máximo lucro — resulta no rebaixamento da qualidade pela redução de custos com infraestrutura e pessoal, no enfraquecimento do processo de ensino-aprendizagem e na homogeneização dos lugares e dos sujeitos. Destaca-se, também, o desmonte da infraestrutura das IES públicas como entrave ao ensino presencial, embora esse segmento ainda apresente maior resistência em aderir a EaD. Por fim, espera-se que as análises nos impulsionem a pensar caminhos contra-hegemônicos de superação dessa conjuntura e reforcem os argumentos em defesa da qualidade e da dimensão presencial no ensino de AU no país.

Palavras-chave: Educação a distância, Expansão de EaD em arquitetura e urbanismo, Precarização do ensino de arquitetura e urbanismo, Contra-hegemonia em arquitetura e urbanismo

1 Introdução

O ensino de Arquitetura e Urbanismo (AU) no Brasil possui uma história de lutas e conquistas, na qual a busca por autonomia e qualidade é uma constante nessa trajetória. Atualmente, as principais batalhas nesse campo acontecem no enfrentamento das políticas públicas de desinvestimento nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e avanço da modalidade de Educação a Distância (EaD), chanceladas pelas experiências do ensino remoto emergencial (ERE) durante a pandemia de COVID-19. Desde 2016, quando iniciou o primeiro curso¹ de AU nesta modalidade, as principais entidades de categoria² têm se posicionado contra essa situação. Mesmo assim, nesse ínterim — marcado por imbróglis judiciais —, os dados da plataforma e-MEC (BRASIL, 2022) revelam uma expansão significativa deste segmento nos últimos anos. Diante da problemática apresentada, o artigo tem como objetivo central analisar o panorama institucional dos cursos de AU no país. Em especial, busca elaborar um quadro cronológico do tema com atos normativos, manifestações das entidades de categoria e organizações estudantis, marcos políticos e históricos; qualificar e quantificar as IES, cursos, unidades e vagas; mapear a distribuição desses dados no território; investigar a expansão da modalidade EaD e suas condicionantes, assim como a atuação dos principais conglomerados empresariais do ramo.

O termo Educação S/A, empregado no título, é uma referência aos grandes grupos econômicos privados, as chamadas sociedades anônimas, que atuam no setor da educação superior no Brasil e fazem valer seus interesses comuns de forma hegemônica — na concepção gramsciana de análise das relações de poder entre o Estado³ e sociedade civil por meio do equilíbrio da força e do consenso (LIGUORI; VOZA, 2017). Consideramos, assim, que o crescimento dos cursos de AU na modalidade EaD nos últimos anos, representa uma das expressões mais significativas dessa hegemonia. Assim, para

¹ Centro Universitário Vale do Rio Verde (UNINCOR), localizado na cidade de Três Corações/MG. Baseados nos dados do e-MEC, Calil e Ribeiro (2021) apontam que o primeiro curso de graduação em AU na modalidade EaD, foi criado no Centro Universitário Braz Cubas, em Mogi das Cruzes/SP, em dezembro/2015. No entanto, por considerarmos como base o ano de início de funcionamento, este foi desconsiderado já que se iniciou somente em agosto/2020.

² Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura de Urbanismo (ABEA), Instituto de Arquitetos e Arquitetas do Brasil (IAB), Federação Nacional de Arquitetos (FNA), Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BRASIL).

³ No sentido de “Estado integral”, ampliação da concepção marxista de Estado, onde as classes dominantes utilizam não apenas da coerção para garantir o seu domínio (Estado-força), mas, também, de novas estratégias que garantam a “direção política com o objetivo de governar com o consentimento dos governados” (DORE; SOUZA, 2018, p. 245).

pensarmos a contra-hegemonia⁴ faz-se necessário caracterizarmos essa formação hegemônica. Perante esse interesse erguem-se, em síntese, as questões de fundo deste trabalho: como esse quadro evoluiu nos últimos anos? Quais e quantas empresas predominam neste mercado? Como elas se distribuem no território brasileiro? Qual a posição das entidades de categoria, organizações estudantis e IES públicas diante desse cenário? Para direcionamento da investigação, consideramos a hipótese de que os cursos de AU na modalidade EaD no Brasil reproduzem um sentido restrito de realidade, estabelecida pelo projeto hegemônico neoliberal de poder através da padronização e distribuição em escala nacional de seus currículos, que podem estar desconsiderando a diversidade e diferenças de lugares e sujeitos e comprometendo, assim, a formação crítica da arquiteta e do arquiteto e urbanista.

No intuito de investigar essa hipótese, a pesquisa⁵ seguiu uma abordagem quali-quantitativa — de caráter histórico, exploratório e descritivo — e tem como aporte teórico das análises e pesquisas os seguintes conceitos: hegemonia de Antonio Gramsci, capital educador de Olinda Evangelista e educação bancária de Paulo Freire. Inicialmente, foi realizada uma análise quantitativa dos dados detalhados obtidos no e-MEC em junho de 2022. No total foram encontrados 3.131 registros⁶, tratados, posteriormente, em uma planilha no software *Microsoft Excel*. Vale destacar que alguns deles foram excluídos⁷ a partir da seguinte filtragem: a) localizados fora do Brasil; b) assinalados como Em extinção ou Extinto; c) situados em IES categorizadas como Especial⁸; d) cursos que não apresentaram datas de início de funcionamento. Finalmente, restaram 2.611 registros, correspondentes a 719 cursos de códigos distintos — universo desta pesquisa. Para a elaboração dos gráficos e mapas⁹ consideramos os seguintes campos de registro: código e data de início do curso, IES (categoria de administração e organização acadêmica), Estado, município, quantidade de cursos, vagas e campi. Com esses dados, foi possível analisar quantitativamente a expansão dos cursos pelo território e a guerra de posição¹⁰ existente entre o ensino público e privado. Assim, espera-se que os resultados produzidos possam servir de estímulo para pensar estratégias de superação do quadro atual e reforçar os argumentos em defesa da qualidade e da dimensão presencial no ensino de AU no Brasil.

2 Contexto do Ensino de Arquitetura e Urbanismo no Pós-1988

O cenário da educação superior no Brasil das últimas décadas foi marcado por uma significativa expansão do ensino privado em contraste com a modesta ampliação do sistema público. Embora tenha origens na contrarreforma universitária instituída pela ditadura civil-militar em 1968, foi no contexto pós Constituição de 1988, em meio a ascensão das políticas neoliberais de ajuste e do receituário tecnocrático dos organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, que essa dinâmica ganhou novas proporções e centralidade no setor da educação.

Conjuntamente com essa expansão ocorreu uma profunda mudança no perfil das IES privadas, com o predomínio crescente do controle por grandes grupos econômicos, em detrimento das IES privadas de caráter filantrópico, confessional,

⁴ Destaca-se que o termo “contra-hegemonia” é aqui empregado sob a perspectiva de superação da hegemonia capitalista que incide hoje sobre o ensino de AU no Brasil.

⁵ Este artigo toma por base as pesquisas de doutoramento de Zander Filho, Vitor Halfen e Maria Calil — financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) —, em andamento no Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além da colaboração transversal de Mayara Reis, mestranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) do Instituto Federal Fluminense (IFF).

⁶ Os registros se referem aos dados detalhados obtidos no e-MEC. Caso sejam utilizados os dados simplificados, esses se restringem aos cursos regulamentados de cada IES, a partir de um código de curso, sem abranger a sua reprodução (inclusive de vagas) em múltiplos polos. Assim, nos resultados detalhados, o número de vagas é superior ao simplificado.

⁷ Foram excluídos os seguintes registros: 18 cursos localizados no exterior; 284 cursos extintos ou em extinção; 3 cursos situados em IES categorizadas administrativamente como “Especiais”; e 215 cursos não iniciados.

⁸ Segundo o INEP, enquadra-se nessa categoria a instituição de educação superior criada por lei, estadual ou municipal, e existente na data da promulgação da Constituição Federal de 1988, que não seja total ou preponderantemente mantida com recursos públicos, portanto, não gratuita.

⁹ Produzidos no software *Microsoft Power BI*.

¹⁰ Termo proposto por Gramsci que corresponde “a forma mais atual de enfrentamento do Estado, o qual personifica a fórmula da ‘hegemonia civil’: direção intelectual e moral dos grupos sociais dominantes, exercida pela combinação de força e consenso” (DORE; SOUZA, 2018, p. 257).

comunitário e sem fins lucrativos. Esse movimento de centralização de capitais e expansão mercantil passou a avançar de forma ainda mais acelerada nas duas últimas décadas, impulsionado por dois principais vetores. De um lado a abertura de capital desses grupos educacionais privados nas bolsas de valores a partir de 2007, que subordinou de forma ainda mais drástica o ambiente educacional à lógica do lucro privado e da financeirização (SEKI, 2020). De outro, o papel determinante do Estado brasileiro como indutor dessa expansão por meio das políticas de financiamento da educação privada através do Programa Universidade Para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com ênfase especial para este que, a partir de 2010, teve sua abrangência ampliada pela Lei 12.202/2010.

Esse quadro geral da educação superior nas últimas três décadas tem rebatimentos diretos sobre o processo mais específico de ampliação do ensino de AU no mesmo período. É possível identificar as mesmas tendências ao analisarmos a evolução histórica dos cursos de AU no país, representada na Figura 1. Se desde as suas origens, em 1820, até meados de 1970 os cursos públicos predominaram sobre os privados, a partir de 1980 essa relação se inverteu. Especialmente a partir de meados da década de 1990, com o aprofundamento da mercantilização neoliberal da educação, o número de cursos privados passou a crescer de maneira acelerada. Entre 2001 e 2002 atingiu-se a marca de 100 cursos privados de AU em funcionamento no país. Em dez anos esse número dobrou, chegando a 200 em 2011. Esse crescimento intensificou-se ainda mais no período seguinte, quando explodiu o número de cursos, impulsionado, principalmente, pelos recursos públicos do FIES. Em oito anos o número de cursos quase triplicou, chegando a 588 em 2019.

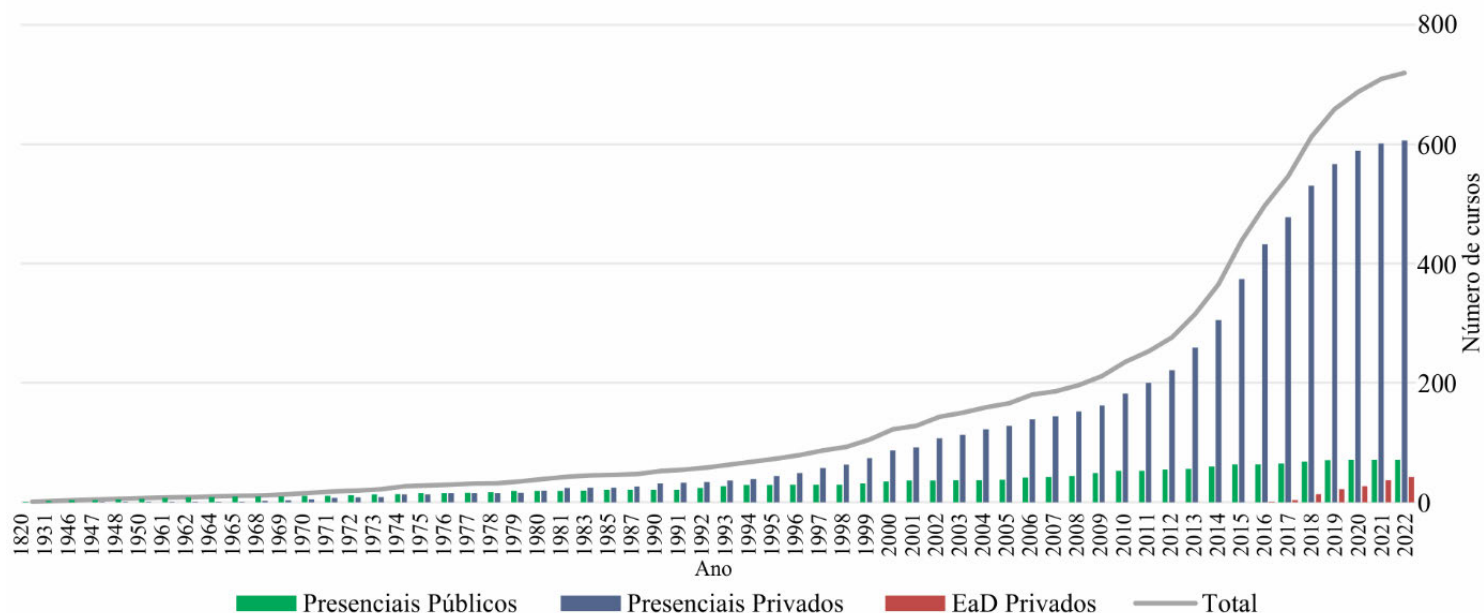


Fig. 1: Evolução do número de cursos de graduação em AU, no período de 1820 a 2022. Fonte: Autores, 2022, adaptado de e-MEC (BRASIL, 2022).

Nos anos seguintes ao golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff, esse cenário começou a se modificar¹¹. Nos alinhamos aqui a Fontes e Leher (2021), quando afirmam que a política do Estado brasileiro voltada ao setor educacional se alterou, sobretudo, devido à crise do FIES provocada tanto pelo volume de recursos públicos empregados, quanto pelas altas taxas de inadimplência. Somado a isso, a Emenda Constitucional nº 95/2016¹² congelou por um período de 20 anos os gastos do Estado com políticas sociais e outros investimentos públicos associados a direitos básicos, inclusive a educação. Embora tenha tido consequências mais trágicas na educação pública, representando uma política deliberada de desmonte das universidades e institutos federais, o teto de gastos também provocou consequências sobre o setor privado.

¹¹ Sobre este contexto, destacamos a contribuição de Felipe Demier (2017), para quem o processo que culminou na destituição da então presidente da república configurou-se como um golpe jurídico-parlamentar que alterou o regime vigente e instituiu um novo modelo democrático mais blindado às conquistas de direitos sociais.

¹² Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

Ainda segundo Fontes e Leher (2021), a crise do FIES e a consequente redução nos repasses de recursos públicos para o setor privado ensejou uma mudança de estratégia dos grandes grupos educacionais privados, que buscaram alternativas para redução dos custos, dentre as quais o aumento da oferta de cursos na modalidade EaD emergiu como uma das principais. Acrescentamos que já no ano seguinte foi editado pelo governo de Michel Temer o Decreto nº 9.057 de 2017¹³, que instituiu nova regulamentação para o EaD, concedendo maior autonomia às IES privadas para a criação de cursos nessa modalidade, iniciando uma nova etapa na expansão do ensino superior privado. Portanto, consideramos que essa expansão segue a lógica hegemônica neoliberal e se realiza em prol dos interesses mercantis do capital educador¹⁴ que controla o setor da educação privada; e se concretiza a partir da redução de investimentos em estruturas e força de trabalho envolvidos no processo, gerando, assim, um consequente aumento de lucros para o empresariado (FONTES; LEHER, 2021).

Até 2015, os cursos de AU ainda figuravam dentre os mais impermeáveis à modalidade EaD. No entanto, a partir dessa nova etapa de expansão das IES privadas, o avanço da modalidade incidiu também sobre os cursos do campo. Em 2016, foram ofertadas 100 vagas nessa modalidade. Entre 2017 e julho de 2022, houve um aumento de 7.706%, chegando a 3.490.851 vagas disponíveis. No mesmo período, para a modalidade presencial, foram registrados aumentos de 16,1% e 7,2%¹⁵, nas vagas presenciais privadas e públicas, respectivamente. A evolução do número de vagas encontra-se representada na Figura 2.

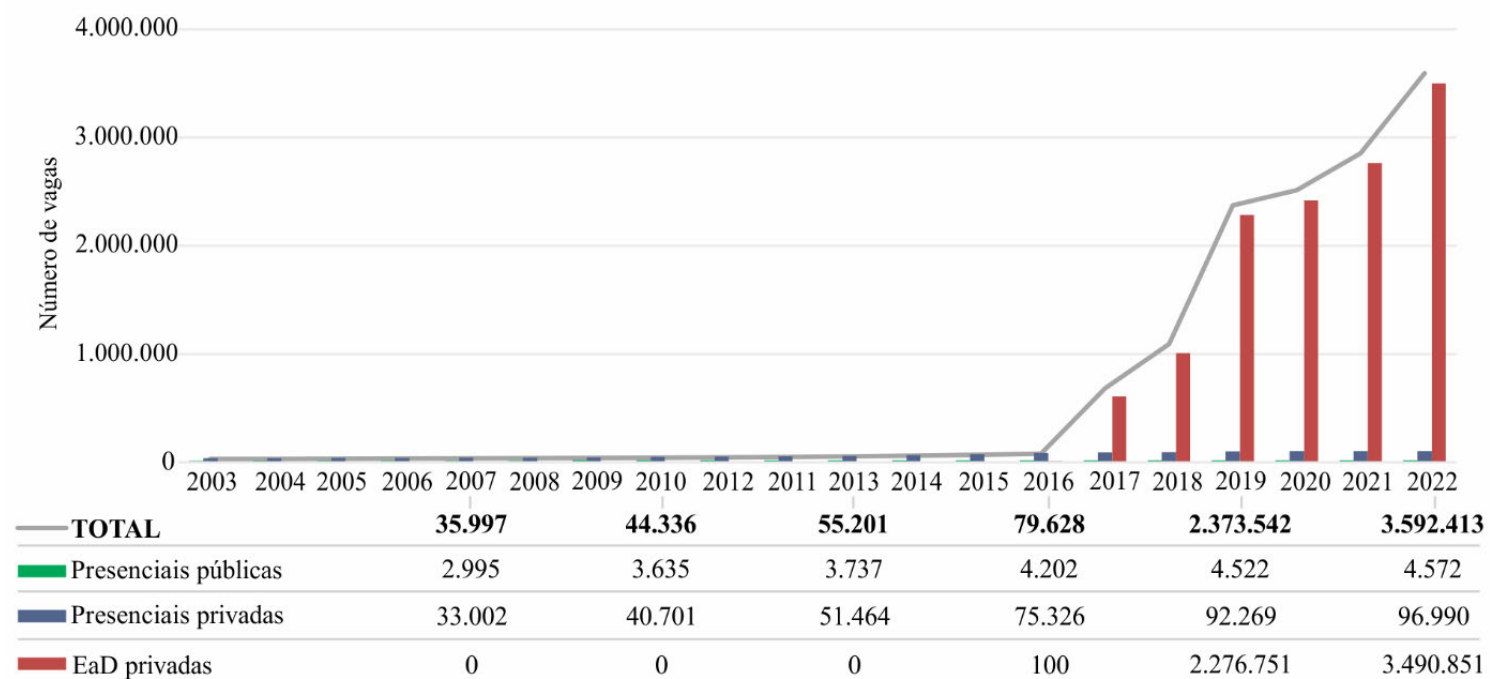


Fig. 2: Evolução do número de vagas dos cursos de graduação em AU, no período de 2016 a 2022. Fonte: Autores, 2022, adaptado de e-MEC (BRASIL, 2022).

O aumento significativo de vagas e polos EaD, se deu principalmente pela aprovação do Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017, no qual as IES passaram a ter mais autonomia para ampliar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EaD. Diante disso, faz-se necessário compreender também como se posicionam entidades e organizações do campo frente a esse processo.

3 Posicionamento das Entidades de Categoria e Organizações Estudantis

¹³ Decreto de 25 de maio de 2017, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

¹⁴ Conceito trabalhado por Evangelista (2021, p. 188), no qual a autora se apoia na hipótese analítica de que “estamos em presença do “capital educador”, compreendendo que tal educador não se restringe a um indivíduo, mas é um sujeito histórico, de classe, a burguesia, assim como o educador refere-se à classe trabalhadora ou, mais amplamente, na perspectiva gramsciana, às classes subalternas”.

¹⁵ 15.559 e 330 novas vagas, respectivamente.

Para contribuir no entendimento do cenário exposto anteriormente, verificamos a partir de Braida (2019), os posicionamentos das entidades e organizações do campo realizados de 2017 a 2019 — todas contrárias à modalidade EaD em AU. Segundo o autor, as cartas da ABEA¹⁶, do IAB ao ministro da Educação, da FNA¹⁷ e FeNEA¹⁸, além da manifestação do Plenário do CAU/BRASIL sobre a situação, foram publicadas em 2017, um ano após o início do primeiro curso de AU ofertado em EaD. Nos anos de 2018 e 2019, o CAU/BR, CAU/UFs e FeNEA mantiveram o posicionamento sobre o assunto. Após o fechamento do primeiro ciclo de formandos de AU na modalidade EaD, em 2021, todos os CAU/UFs cumpriram a decisão judicial do TRF-1 — que deliberou a inexistência de impedimentos para o registro profissional de egressos de cursos EaD — contrariando, assim, todos os posicionamentos até então publicados. Em 2022, o CAU/RS moveu uma ação contra o MEC e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) que, por decisão judicial, suspendeu o processo de Reconhecimento de Curso EaD de AU da Anhanguera UNIDERP¹⁹. Entre as alegações, verificou-se o desatendimento do Plano Pedagógico do Curso com a Resolução n.º 2/10 do Conselho Nacional de Educação; ausência de oitiva do CAU/BR no processo de reconhecimento do curso; ausência de supervisão e avaliação do curso, e ausência de avaliação externa in loco pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC).

Em continuidade às pesquisas de Braida (2019), Wilderom e Arantes (2020), Monteiro (2021) e Calil e Ribeiro (2021), é apresentada na Figura 3 uma sistematização não exaustiva para o entendimento desse processo. Assim, é oferecida uma visão conjunta de um processo fragmentado e por vezes confuso, alinhado ao desinvestimento do Estado em educação nos últimos anos. A lista estrutura-se na seguinte linha do tempo, com destaque para os atos normativos; marcos políticos e históricos; e manifestações de entidades da categoria, relacionados ao recorte temporal proposto para o artigo e tratados neste item²⁰. Vale destacar que os critérios de seleção das informações que compõem a Figura 3 foram o alcance e o impacto político e econômico dos eventos no âmbito nacional dentro do lapso temporal estabelecido, além de seus entrelaçamentos com as análises dos objetos pesquisados.

¹⁶ Ver: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO (2017).

¹⁷ Ver: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS (2017).

¹⁸ Ver: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS E DAS ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (2017).

¹⁹ Ver: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL. Vitória em nome do ensino de qualidade!. CAU/RS, 03 ago. 2022. Disponível em: <https://www.caurs.gov.br/vitoria-em-nome-do-ensino-de-qualidade/>. Acesso em: 05 nov. 2022.

²⁰ A categorização e representação dos dados foi uma adaptação, dos autores e autoras deste estudo, da metodologia desenvolvida por Ventura e Reis (2021).

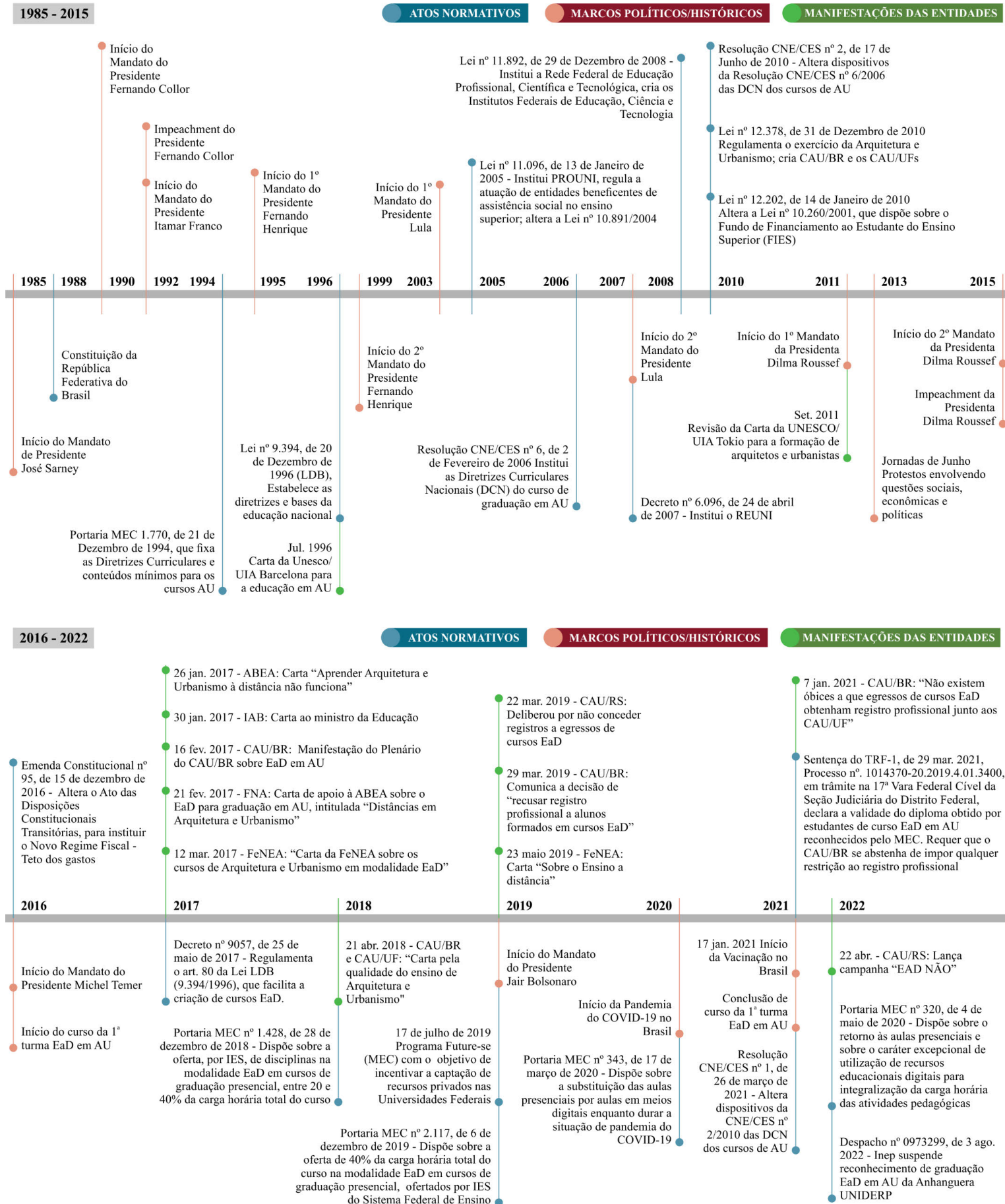


Fig. 3: Linha do tempo com os principais atos normativos; marcos políticos e históricos; e manifestações de entidades da categoria, segmentada em duas partes, correspondentes a dois períodos: 1985 a 2015 e 2016 a 2022. Fonte: Autores, 2022.

4 Panorama da Graduação em Arquitetura e Urbanismo no Brasil

O atual quadro dos cursos de AU no Brasil é reflexo do contexto apresentado anteriormente. Para ampliar o entendimento desse quadro, analisaremos a conformação atual da rede de ensino na área. Posteriormente, apresentaremos um panorama institucional com a espacialização dos números encontrados no território, assim como uma investigação dos principais conglomerados empresariais no ramo. Finalmente, complementaremos as análises fundamentadas no debate acerca da expansão da modalidade EaD, principalmente no período da pandemia de COVID-19.

4.1 Quadro geral

Essa pesquisa abrange um universo de 719 cursos de AU no Brasil, os quais 71 deles são públicos (todos presenciais) e 648 privados (42 EaD e 606 presenciais). Esses são oferecidos em 559 IES (63 públicas²¹ e 496 privadas), instaladas em 2.607 unidades²², onde 69 delas são *campi* públicos, 604 *campi* privados e 1.934 polos EaD privados²³. A conformação dessa rede encontra-se representada na Figura 4.

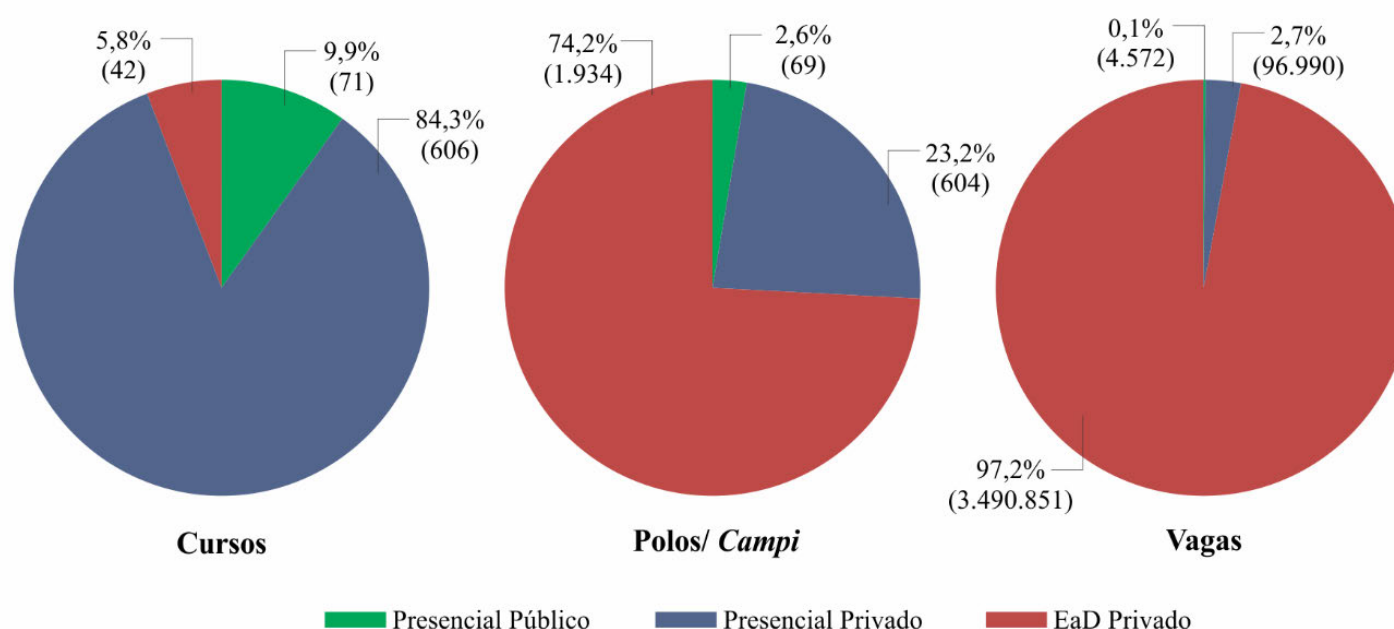


Fig. 4: Percentual atual de cursos, polos/campi e vagas de AU no Brasil. Fonte: Autores, 2022, adaptado de e-MEC (BRASIL, 2022).

Apoiando-se no levantamento apresentado na Figura 4, identificamos que o número atual de cursos EaD (42) se aproxima do total de cursos públicos (71). Entretanto, a distância entre eles se revela de forma impactante quando comparadas as ofertas de vagas, sendo que o primeiro compreende a quase totalidade (97,2%) e o último, a minoria (0,1%) do total ofertado no país. A partir da observação da Figura 5, nota-se que até 2016 o número das IES presenciais privadas aumentou progressivamente. Desde 2018, observa-se um crescimento menor delas acompanhado de um aumento significativo de IES privadas EaD, sobretudo nos dois últimos anos. Em consonância à expansão das IES privadas EaD, constata-se um decorrente crescimento de seus respectivos polos, representado na Figura 6.

²¹ As IES públicas UnB e UFBA possuem 2 cursos (códigos distintos) em um mesmo campus. O mesmo acontece com IES privadas Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix e Centro Universitário Bráz Cubas. Em contrapartida, as IES públicas UFG, UFAL, UNESP, USP, UFSM e UFMS possuem 2 cursos com campi e códigos distintos.

²² Representa os lugares onde são ofertados os cursos de AU, sendo o termo campus relacionado a cursos presenciais, e polos aos EaD. Salientamos, que essa distinção teve a intenção de organizar e esclarecer as informações desta pesquisa, já que no e-MEC é utilizado o termo campus para todas as modalidades.

²³ 40 destes situados em campi presenciais da mesma IES.

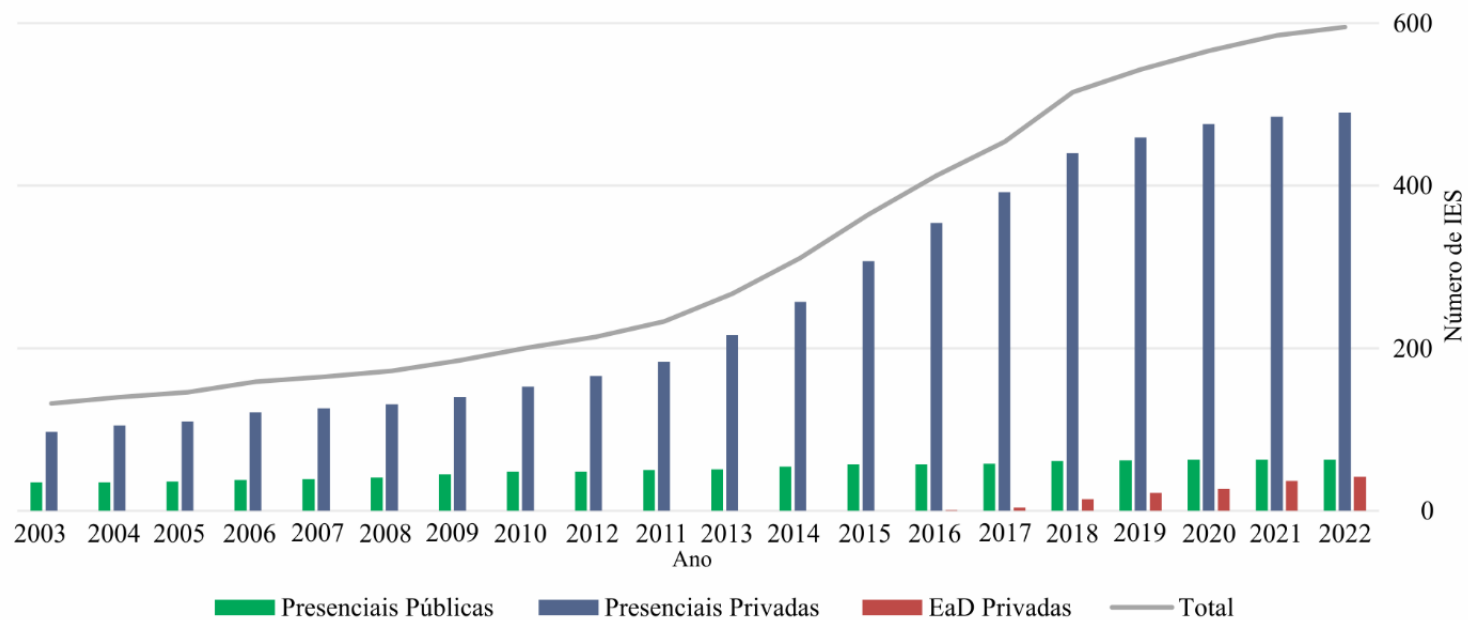


Fig. 5: Evolução do número de IES que oferecem cursos de graduação em AU, no período de 2003 a 2022. Fonte: Autores, 2022, adaptado de e-MEC (BRASIL, 2022).

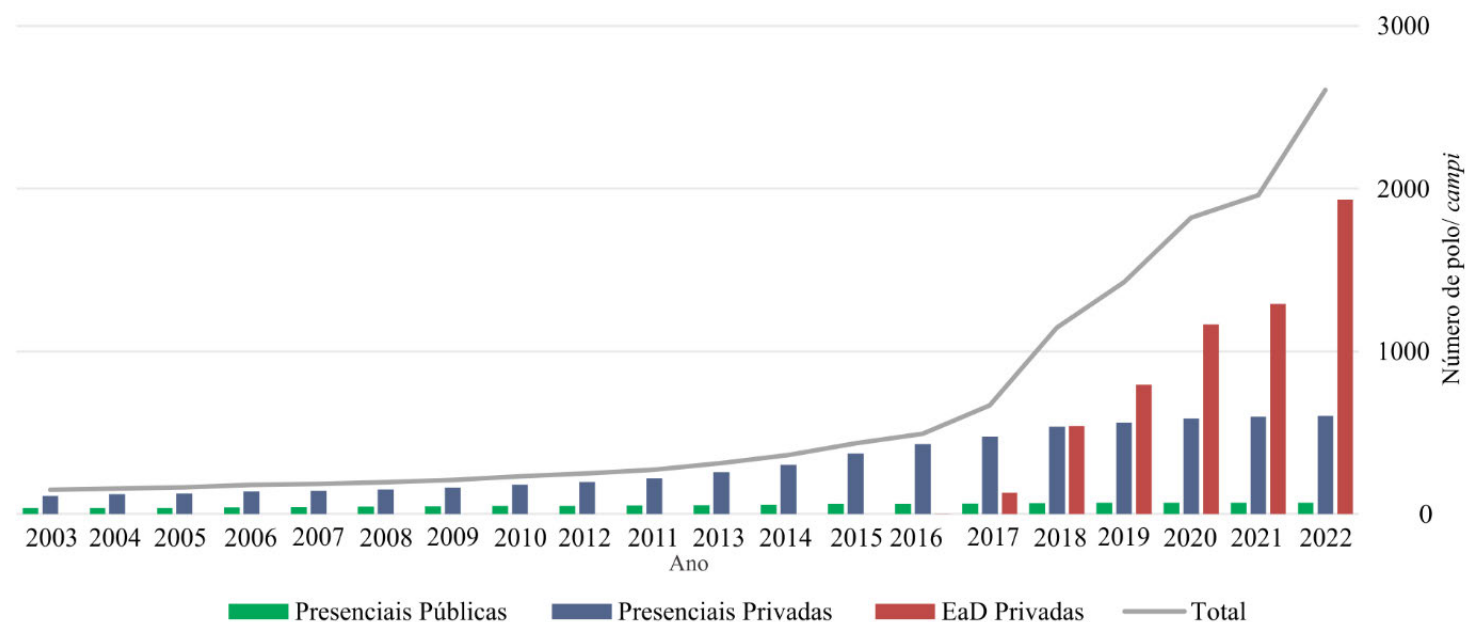


Fig. 6: Evolução do número de unidades que oferecem cursos de graduação em AU no período de 2003 a 2022. Fonte: Autores, 2022, adaptado de e-MEC (BRASIL, 2022).

Em 2016, existia apenas 1 polo. No ano seguinte, esse número saltou para 130. De 2017 a 2022, o aumento foi de 1.388%, ou seja, são 1.934 polos EaD em funcionamento. As análises das Figuras 5 e 6 indicam tendências de mudanças nas estratégias de expansão das IES privadas. A distribuição territorial dos polos EaD e dos campi presenciais públicos e privados, bem como de suas respectivas vagas encontra-se representada na Figura 7. Os polos EaD (1.934) e os campi da modalidade presencial das IES privadas (604) e públicas (69) estão presentes em 965, 271 e 67 municípios, respectivamente. Trata-se de um movimento de substituição da modalidade de ensino presencial para a EaD²⁴ que se sucede com a reprodução do mesmo código de curso em diferentes locais do território brasileiro. Nota-se que, independente da modalidade de ensino e categoria administrativa, as IES atuam, majoritariamente, nas mesmas regiões do país (sul, sudeste e faixa litorânea). Logo, o argumento da democratização do acesso ao ensino superior através do EaD não se sustenta, pelo menos para os cursos de AU já que estão, praticamente, concentrados nos mesmos territórios.

²⁴ Verificada a partir da análise dos cursos extintos e em extinção, em que 94% deles são presenciais de IES privadas.

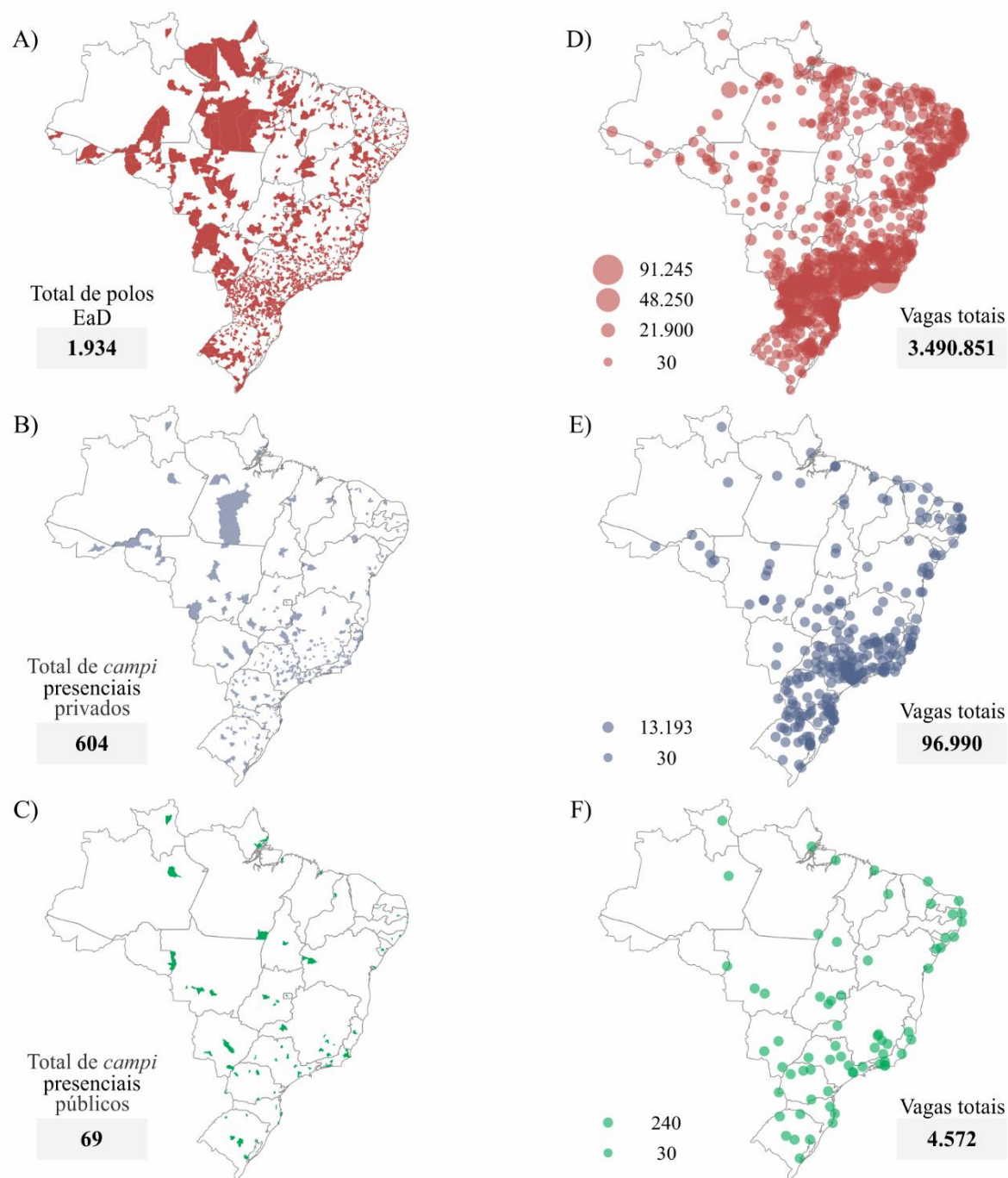


Fig. 7: Distribuição espacial e quantitativa de unidades e vagas dos cursos de graduação em AU. Fonte: Autores, 2022, adaptado de e-MEC (BRASIL, 2022).

IES Públicas

Como já mencionado, os dados analisados indicam que ainda não existem cursos públicos de AU oferecidos na modalidade EaD. Se por um lado isso indica uma maior resistência das IES públicas em incorporar a lógica do ensino a distância, ao menos no caso das escolas de AU, por outro é preciso aprofundar a análise e considerar outros aspectos que complexificam o quadro. Importante notar que não se trata meramente de um posicionamento ideológico dessas IES contra o EaD, mas que há questões pragmáticas envolvidas, como os altos investimentos de implantação desta modalidade e a escassez de recursos de investimento das IES públicas para implantá-la, formação docente e precarização do trabalho, resistência de agentes e estruturas, relutância quanto à qualidade, entre outras. Demonstramos na Figura 8 a distribuição de campi e vagas de tais IES, aqui classificadas conforme as seguintes categorias administrativas: Universidades (UFs) e Institutos Federais (IFs), Universidades Estaduais e IES Municipais. Vale destacar que o estado do Acre é o único em que as IES públicas não disponibilizam vagas para AU.

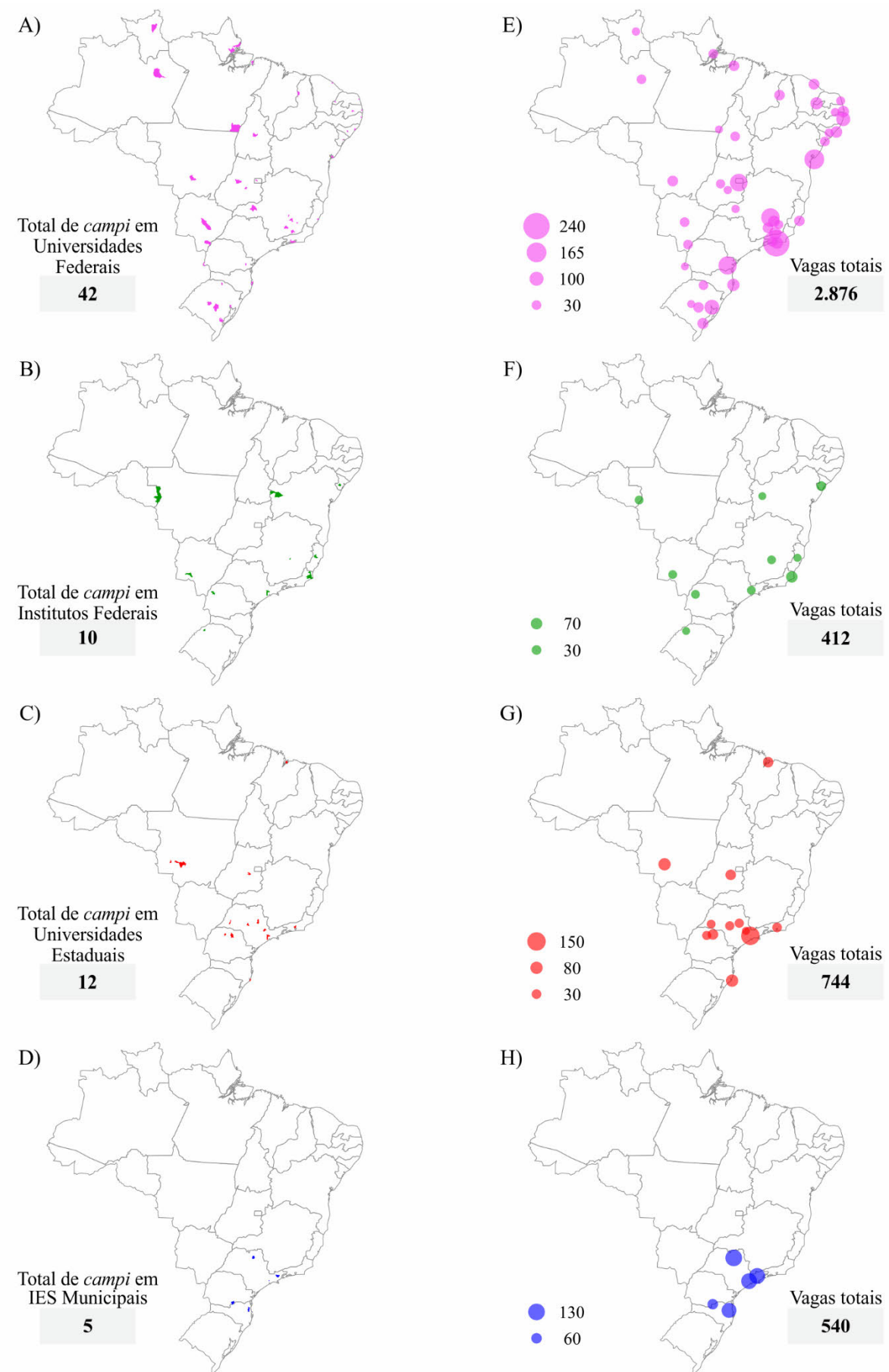


Fig. 8: Distribuição espacial e quantitativa de campi e vagas de AU em IES públicas organizadas por categorias administrativas. Fonte: Autores, 2022, adaptado de e-MEC (BRASIL, 2022).

Dentre as IES públicas, as UFs possuem a maior distribuição pelos estados brasileiros, estando presentes em 26 deles, com 42 campi e 2.876 vagas. Estes números representam 57,5% e 62,9%, respectivamente, do total. A UFRJ oferta o curso de AU com o maior número de vagas (240/ano). Os IFs estão presentes em 10 estados, e encontram-se distribuídos, majoritariamente, em cidades do interior, com 412 vagas ao todo. Destaca-se o curso de AU do IFF como o primeiro implementado nessa categoria e o maior em oferta de vagas entre eles (70/ano). As Universidades Estaduais possuem 744 vagas distribuídas em 12 campi, uma média de 62 vagas/campi. Destaca-se a Universidade de São Paulo (USP) com dois campi e 185 vagas anuais. As IES municipais possuem 540 vagas distribuídas por 5 campi em 3 estados (PR, SC e SP), com uma média de 108 vagas/campi/ano. Apoiando-se nos dados levantados, percebe-se que entre 2014 e 2021, enquanto os investimentos públicos em verbas destinadas²⁵ às UFs e IFs sofreram uma redução de 94,6% e 98,6%, respectivamente, o número de vagas e polos EaD foi na direção contrária, expandindo-se vertiginosamente, como pode ser observado na Figura 9.

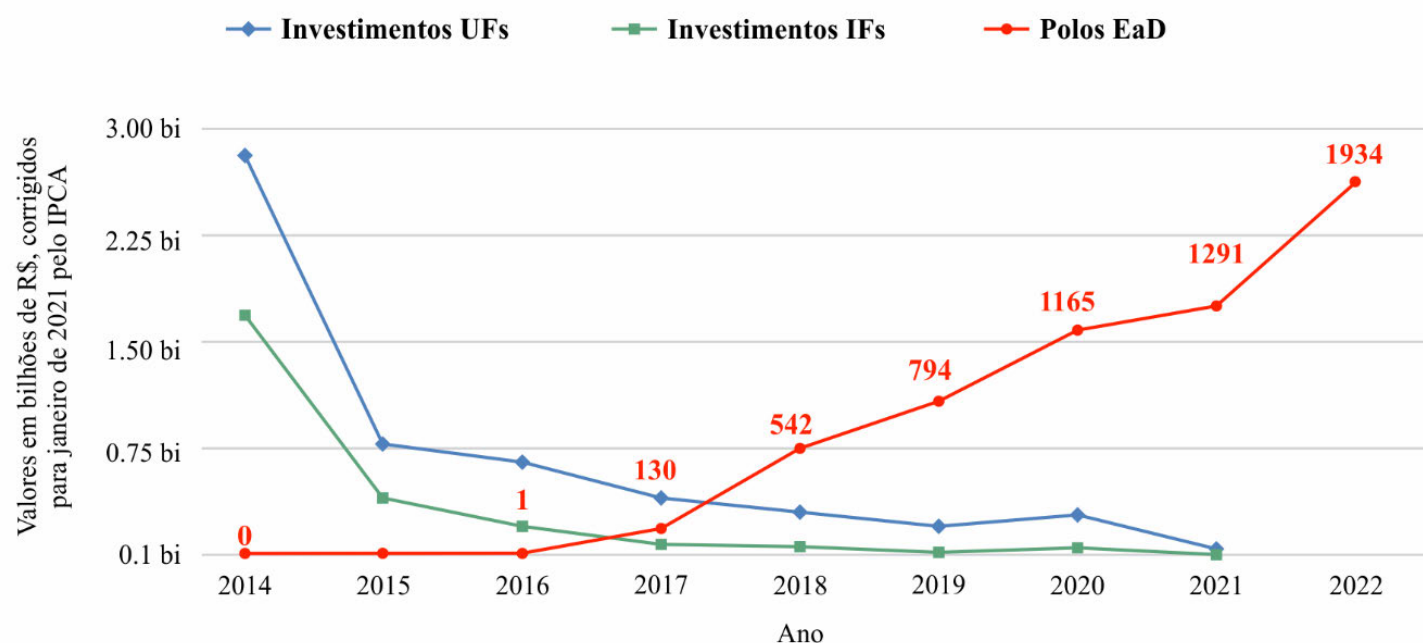


Fig. 9: Evolução do número de polos EaD dos cursos brasileiros de graduação em AU no período entre 2016-2022, e valores investidos nas UFs e IFs no período entre 2014-2021. Fonte: Autores, 2022, adaptado de Amaral (2021) e e-MEC (BRASIL, 2022).

Esses cortes orçamentários, agravados pela PEC nº 95/2016, impactaram diretamente no planejamento e gestão das IES públicas, inviabilizando a criação, manutenção e ampliação de laboratórios, salas de aula e demais infraestruturas (AMARAL, 2021). Esses locais, assim como os de convívio, configuram-se parte do processo de ensino-aprendizagem, impassíveis de reprodução na modalidade EaD, conforme apontado pela ABEA (2017), Wilderom e Arantes (2020) e Betoneira (2022)²⁶. Logo, é possível afirmar que a crise do financiamento público se manifesta também como crise do espaço físico dessas instituições.

Em quase todos os campi é marcante a presença de edifícios educacionais inacabados, cujas construções foram iniciadas no contexto do REUNI e abandonadas nos anos seguintes em virtude do estrangulamento de recursos. Também é notável a proliferação dos edifícios-container instalados como solução supostamente temporária para abrigar as funções universitárias, concebendo o espaço educacional como um espaço precário. Também é central a questão do déficit de moradia estudantil, que compromete a permanência estudantil e tem impactos na dinâmica urbana, já que a demanda por habitação pressiona o aumento do valor do solo no entorno dos campi. Finalmente, há a deterioração das estruturas universitárias existentes por falta de manutenção, cita-se como exemplo o incêndio no Museu Nacional da UFRJ, ocorrido em 2018. Esse cenário de destruição do espaço da educação pública de nível superior, associado às recentes propostas

²⁵ O orçamento das IFES se divide em: i) despesas de Pessoal, que contemplam pagamento de servidores ativos e aposentados; ii) outras despesas correntes, como luz, água, telefone, serviços terceirizados, material de consumo, etc; e iii) verbas de investimento, associadas à manutenção, reforma e ampliação da infraestrutura, edifícios e campi (AMARAL, 2021).

²⁶ Entrevista concedida pela atual presidente da ABEA, Ana Monteiro, ao Podcast Betoneira.

de privatização, alienação e cessão de uso de imóveis que compõem o patrimônio das universidades e institutos federais (HALFEN; RIBEIRO, 2022), bem como à experiência do ERE durante a pandemia de COVID-19, nos parece apontar para um grave problema diretamente ligado à desvalorização da dimensão física do espaço de ensino que corrói as condições básicas da educação presencial e coloca o debate sobre EaD hoje no centro da pauta também nas instituições públicas.

IES Privadas

Nas primeiras análises focadas no segmento das IES privadas que ofertam cursos de AU na modalidade EaD, identificou-se que dentre as 42 existentes, 6 (14,3%) disponibilizam vagas exclusivamente nesta modalidade; enquanto as outras 36 (85,7%) ofertam nas duas modalidades. Esses números refletem a flexibilização permitida pelo Decreto nº 9.057/2017, já que não são mais obrigadas a ofertarem cursos na modalidade presencial para terem os mesmos habilitados na modalidade EaD. Verificamos 29 IES nesse universo que ofertam vagas EaD em mais de um polo. Dessa forma, os cursos são aprovados com um código que é replicado indiscriminadamente em diferentes municípios, como no caso do Centro Universitário Internacional (UNINTER), exemplificado na Figura 10.

DETALHES DA IES

(Código) Nome da IES: **(1491) CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER** Situação: **Ativa**

RELAÇÃO DE CURSOS

Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC	IDD	Situação
1596031	A Distância	Bacharelado	ARQUITETURA E URBANISMO		Vários municípios	-	-	-	-	

Registro(s): 1 a 1 de 1 Página 1 de 1 20

DETALHES DO CURSO - (1596031) Bacharelado em ARQUITETURA E URBANISMO

(Código) Grau	Modalidade	Data de início de funcionamento	Data prevista de início	Gratuito	Carga horária do Curso	Periodicidade (Integralização)	Coordenador	Situação de Funcionamento	Vagas Anuais Autorizadas
(1596031) Bacharelado	Educação a Distância	14/02/2022	-	Não	3900 horas	Não aplica - 15 quadrimestres	Norimar Ferraro	Em atividade	1500
(1596031) Bacharelado	Educação a Distância	14/02/2022	-	Não	3900 horas	Não aplica - 15 quadrimestres	Norimar Ferraro	Em atividade	1500
(1596031) Bacharelado	Educação a Distância	14/02/2022	-	Não	3900 horas	Não aplica - 15 quadrimestres	Norimar Ferraro	Em atividade	1500

Fig. 10: Situação do curso EaD de AU na UNINTER. Fonte: e-MEC (BRASIL, 2022, grifo nosso).

Nestes casos, fica subentendido que estas instituições reproduzem em vários municípios o mesmo modelo de curso aos moldes de franquias, que desconsideram as diversidades dos lugares e sujeitos. Pela ótica gramsciana de hegemonia, estas instituições de ensino estariam atuando, com o consentimento do Estado e da sociedade civil, como “sistemas hegemônicos” para atender prioritariamente os interesses econômicos e ideológicos dos grupos dominantes aqui identificados (LIGUORI; VOZA, 2017). A distribuição territorial dos polos EaD relativos às 8 maiores IES que ofertam cursos de AU nessa modalidade se estrutura conforme apresentado na Figura 11. As referidas IES concentram 82,7% (1.599) dos polos totais, sendo esses distribuídos em 917 municípios. Essas IES, ofertam 70,6% (2.463.225) das vagas totais da modalidade. A UNINTER possui o maior número de polos (735), sendo autorizado a ofertar 1.000 vagas em cada um deles. Já a instituição Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera (PIT-UNO-ANH), possui 79 polos e oferta 3.200 vagas/polo.

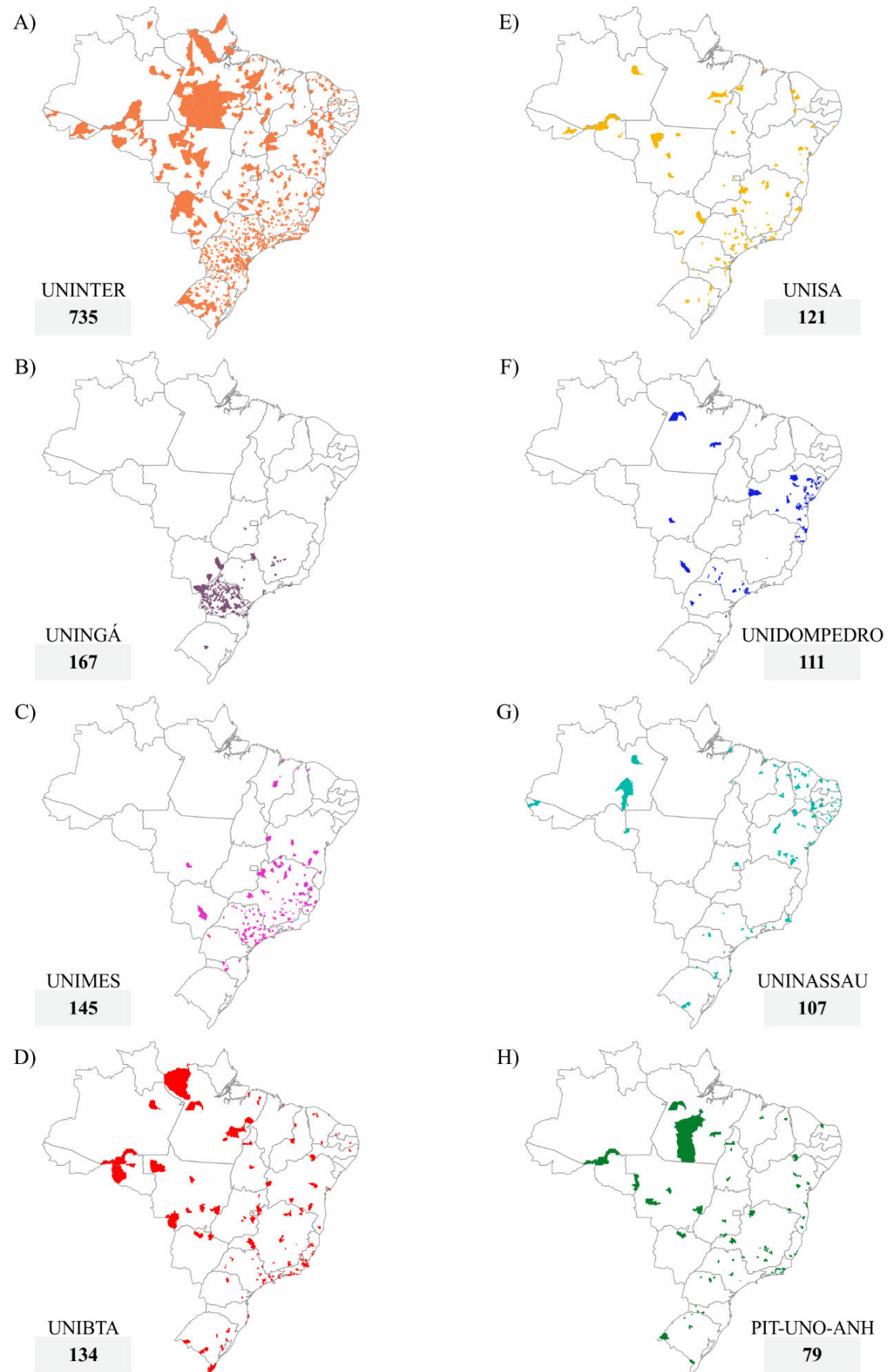


Fig. 11: Distribuição espacial e quantitativa das 8 maiores IES, por número de pólos EaD no Brasil (As marcações correspondem aos limites territoriais dos municípios). Fonte: Autores, 2022, adaptado de e-MEC (BRASIL, 2022).

Já a distribuição territorial das 8 IES privadas que mais ofertam vagas na modalidade EaD no país²⁷ se dá segundo a representação exposta na Figura 12. Essas abrangem 87% das vagas da modalidade (3.038.566), distribuídas em 1.336 polos. A UNINASSAU, maior em número de vagas, oferta 946.950 e apresenta a média de 8.850 vagas/polo — a segunda maior. A maior média fica a cargo da UNIDERP²⁸ com 9.999 vagas/polo, totalizando 339.966 vagas. Cabe ressaltar que diversas IES privadas são mantidas pela mesma mantenedora. A título de exemplo, a mantenedora Editora e Distribuidora Educacional S/A mantém 59 IES. Dentre essas, quatro²⁹ ofertam vagas EaD para o curso de AU que, somadas, perfazem o total de 592.766 vagas em 113 polos (16,5% e 4,8% das vagas e unidades totais, respectivamente).

²⁷ Observa-se a reincidência de seis IES identificadas na classificação anterior: UNINASSAU; PIT-UNO-ANH; UNINTER; UNIBTA; UNINGÁ; e UNISA.

²⁸ No dia 21/07/2022, o Inep, por decisão judicial, suspendeu o processo de Reconhecimento de Curso EAD de AU da Anhanguera UNIDERP após constatar as irregularidades apontadas pelo CAU/RS.

²⁹ Anhanguera, Pitágoras, UNIDERP e Unopar.

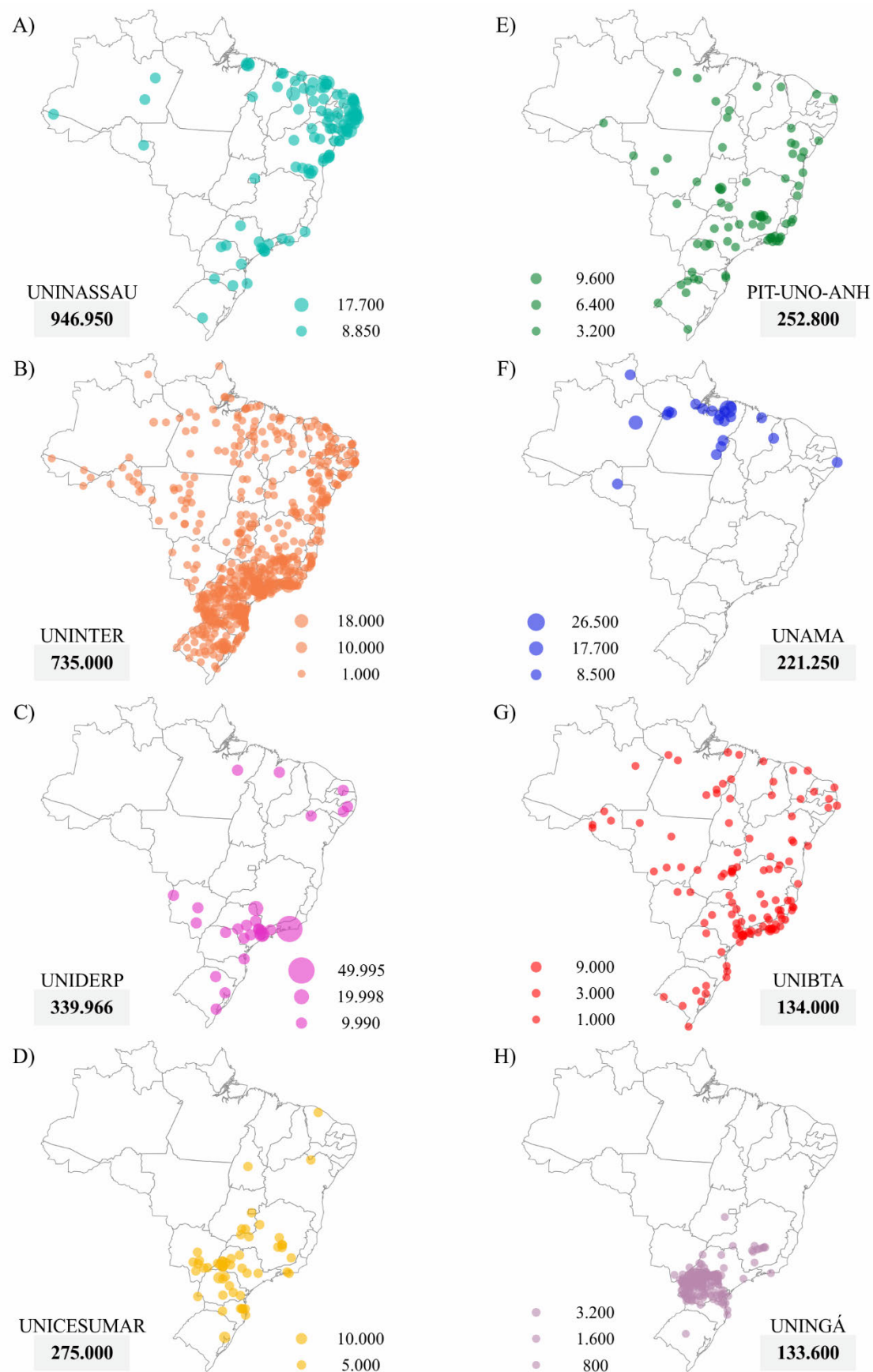


Fig. 12: Distribuição espacial e quantitativa das 8 maiores IES, por número de vagas EaD no Brasil. Fonte: Autores, 2022, adaptado de e-MEC (BRASIL, 2022).

A concentração de parcela significativa das vagas ofertadas em poucas IES privadas e suas mantenedoras evidencia que esta etapa de expansão via EaD é capitaneada diretamente pelo capital educador na figura dos grandes grupos educacionais privados e, portanto, representa um aprofundamento da tendência de centralização de capitais e

fortalecimento dos oligopólios no setor. Uma das consequências desse processo tem sido a continuidade da crise nas IES privadas sem fins lucrativos, com dificuldades de competir com o barateamento dos cursos na modalidade EaD, além do rebaixamento geral da qualidade do ensino, do qual o encerramento de programas de pós-graduação e a demissão de docentes nas IES privadas³⁰ é um grande indicativo. Visando situar a complexidade contemporânea acerca do tema, percebe-se que a conjuntura de precarização se revela de forma mais acentuada com a pandemia de COVID-19 e as consequentes ações de cortes de gastos implementadas pelo governo Bolsonaro (AMARAL, 2021), assim como a escalada do negacionismo perante a ciência (VENTURA; REIS, 2021). Nos deteremos aqui à ampliação da rede de cursos EaD diante desse contexto³¹.

No período de suspensão das aulas presenciais em decorrência da pandemia³², percebe-se uma progressão de 18 novos cursos de AU na modalidade EaD, representando um aumento de 42,9% do total regulamentado da modalidade. Contudo, a aprovação de um curso nessa modalidade junto ao MEC representa um impacto que pode se revelar, de certa forma, oculto, pois o aumento do número de polos e vagas é mais significativo que o de cursos. Nesse âmbito, percebe-se que o aumento da oferta de vagas foi de cerca de 53,3%, passando de 2.277.071 para 3.490.851³³. Cita-se como exemplo o curso da UNINTER, criado em novembro de 2021 e já apontado aqui como o maior em número de polos. Portanto, é notado que o caráter mercantil também se revela a partir da comercialização dessas unidades que pode seguir a lógica de expansão por franquias³⁴. Contudo, verifica-se que mesmo diante dessa expansão e da tentativa de normalização da modalidade EaD no contexto pandêmico, as principais entidades da categoria mantiveram seus posicionamentos contrários à modalidade EaD no ensino de AU.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises apresentadas neste artigo reforçam, essencialmente, a necessidade de uma educação voltada à superação das desigualdades e injustiças sociais historicamente produzidas e perpetuadas no Brasil. Em especial, destacam a importância da dimensão espacial e presencial na relação ensino-aprendizagem nos cursos de AU e o papel das IES públicas de AU, entidades de categoria e organizações estudantis nesse contexto, que impõem, em diferentes níveis, resistência em aderir à modalidade EaD até então. Verificamos que no universo de 719 cursos de AU no Brasil, o total ofertado na modalidade EaD (42) já se aproxima do de cursos públicos (71). No entanto, o que se verifica de fato é uma predominância significativa da modalidade EaD quando comparados os números de vagas disponibilizadas: 3.490.851 contra apenas 4.572. Ou seja, o EaD representa 97,2% das vagas, enquanto as IES públicas, 0,1% do total.

Ao analisarmos o panorama atual desses cursos, percebemos que são inúmeros os retrocessos e perdas resultantes desse processo de expansão da modalidade EaD. No que tange à conformação dos cursos ditada por essa lógica, é imprescindível ressaltar a tendência de reprodução desses a partir de um mesmo modelo (franquias), aprovados sob um único código junto ao MEC; e que passam a incorporar os elementos estruturantes padronizados, replicando em diferentes regiões do país um sentido restrito de uma realidade supostamente objetiva a serviço do projeto hegemônico neoliberal de poder. Na perspectiva gramsciana, isto seria um aparelhamento hegemônico das instituições educacionais para atender os interesses econômicos e ideológicos de grupos dominantes.

³⁰ Ver: CAMARGO (2022).

³¹ Ressaltamos que o ERE implementado pelos cursos presenciais durante a pandemia e os cursos de AU na modalidade EaD apresentam características distintas, embora ambos envolvam perda considerável de qualidade das relações de ensino-aprendizagem. O ERE foi implementado de forma provisória durante o isolamento social, já o EaD resulta num processo ainda mais complexo de precarização generalizada da formação profissional na área.

³² Compreendido entre março/2020 e abril/2022.

³³ Entendemos que o aumento expressivo da oferta de vagas não condiz diretamente com o quantitativo de matrículas, mas revela a tentativa de ampliação do acesso aos cursos a partir da acentuação da precarização. Contudo, até a realização desse estudo os autores não tiveram acesso aos dados relativos ao número de matrículas ativas em cursos de AU no Brasil.

³⁴ Ver: CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL. Abra um polo UNINTER e inicie o seu negócio de sucesso. UNINTER, 2022. Página “Seja Parceiro”. Disponível em: <https://www.uninter.com/seja-parceiro/>. Acesso em: 05. nov. 2022.

No âmbito da formação, como apontam Calil e Ribeiro (2021, p. 568), as consequências recaem sobre "um duplo e perverso desdobramento: a expropriação dos saberes docentes e, como consequência, o aligeiramento e precarização da formação profissional resultante desta categoria de ensino". A perda de coletividade nas construções pedagógicas se dá, sobretudo, a partir da utilização de aulas gravadas. Essa transmissão direta de conteúdos promovida pela modalidade EaD se aproxima à concepção bancária da educação, trabalhada por Paulo Freire (2021), onde o autor trata das prescrições realizadas a partir dos interesses de uma minoria dominadora — aqui atrelada aos grupos que controlam a hegemonia da rede de ensino de AU — e que opera no âmbito de dificultar em tudo o pensar autêntico do educando.

Todos esses fatos conduzem a uma formação mais precarizada, abstrata e esvaziada de crítica e, cada vez mais, desligada das realidades dos profissionais em formação, gerando um sucessivo afastamento do ideal de construção de uma educação libertadora e emancipatória. Considerando esse modelo de ensino que vem sendo imposto nos últimos anos, caberia refletirmos qual o lugar reservado para a experimentação e qual seria a possibilidade efetiva de construir e propor práticas contra-hegemônicas no campo da arquitetura e do urbanismo a partir do ensino, da pesquisa e da extensão submetidas à lógica de empobrecimento do processo educacional que pretendemos revelar através deste panorama dos cursos e AU.

Entendemos que as questões abordadas no artigo abrem possibilidades para futuras investigações. Desse modo, buscamos trilhar um caminho que conduza a reflexões no âmbito de se pensar possibilidades de superação da hegemonia capitalista que incide hoje sobre a formação em nosso campo; assim como acerca do caráter crítico de formação e atuação desses e dessas profissionais diante das realidades de seus territórios. As argumentações aqui desenvolvidas dialogam com as propostas de Freire (2021) no sentido da necessidade de pensarmos alternativas de enfrentamento a essa hegemonia do capital educador através de iniciativas pautadas na práxis revolucionária que conduzam à transformação dessa estrutura em direção a concepção de um ideal contra-hegemônico de ensino de AU.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO. Aprender Arquitetura e Urbanismo à Distância não funciona. **ABEA**, 26 jan. 2017. Disponível em: <https://www.abea.org.br/?p=2052>. Acesso em: 5 nov. 2022.

AMARAL, N. C. Dois anos de desgoverno – os números da desconstrução. **A Terra é Redonda**, 08 abr. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-os-numeros-da-desconstrucao>. Acesso: em 05 nov. 2022.

BETONEIRA. Quando o aprendizado é pelo computador, os cinco sentidos não são explorados: entrevista com Ana Goes Monteiro. **ArchDaily Brasil**, 10 jul. 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/985091/quando-o-aprendizado-e-pelo-computador-os-cinco-sentidos-nao-sao-explorados-entrevista-com-ana-goes-monteiro>. Acesso em: 5 nov. 2022.

BRAIDA, F. Panorama do ensino a distância de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 37.; CONGRESSO NACIONAL DA ABEA, 20., 2019, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ABEA, 2019, p. 400-412. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Frederico-Braida/publication/343837543_Panorama_do_ensino_a_distancia_de_Arquitetura_e_Urbanismo_no_Brasil/links/5f442505458515b7294caf0d/Panorama-do-ensino-a-distancia-de-Arquitetura-e-Urbanismo-no-Brasil.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. **Sistema de Regulação do Ensino Superior (e-MEC)**. 2022. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 05 nov. 2022.

CALIL, M. R.; RIBEIRO, C. R. A trajetória recente dos cursos de arquitetura e urbanismo no brasil: Privatização da educação, reconversão docente e desvalorização da força de trabalho. *In*: LANFRI, N. Z.; DOBRY, S. A. (orgs.). **50 años del Taller Total**. 1. ed. Encuentro Internacional La formación universitaria y la dimensión social del profesional: Hábitat, ciudadanía y participación, 5., 2021. Córdoba: Editorial de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño de la Universidad Nacional de Córdoba, 2021, p. 559-575. Disponível em: <https://rdu.unc.edu.ar/handle/11086/20035>. Acesso em 05 nov. 2022.

CAMARGO, G. “Unisinos fecha 12 cursos de pós-graduação e demite 40 professores”. *Extraclasse*, 20 jun. 2022. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/ultimas-noticias/2022/07/unisinos-fecha-12-cursos-de-pos-graduacao-e-demite-40-professores/>. Acesso em 05 nov. 2022.

DEMIER, F. **Depois do Golpe**: a dialética da democracia blindada. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017, 112p. ISBN 978-85-7478-886-9.

DORE, R.; SOUZA, H. G. de. Gramsci nunca mencionou o conceito de contra-hegemonia. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 25, n. 3, p. 243-260, 2018. DOI: 10.18764/2178-2229.v25n3p243-260. Disponível em: <https://periodicoseltronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/9961>. Acesso em: 13 nov. 2022.

EVANGELISTA, O. De protagonistas a obstáculos: aparelhos privados de hegemonia e conformação docente no Brasil. *In*: MUSSI, D. (org.). **Outubro: revista de estudos socialistas**. São Paulo: Autonomia Literária, n. 35, 2021, p. 164-194. ISBN 978-65-87233-69-7.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS. Distâncias em Arquitetura e Urbanismo: Carta de apoio à ABEA sobre o ensino a distância para graduação em AU. **FNA**, 21 fev. 2017. Disponível em: <https://www.fna.org.br/2017/02/21/fna-manifesta-apoio-a-abea-contra-ensino-a-distancia/>. Acesso em: 5 nov. 2022.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS E DAS ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. Carta da FeNEA sobre os cursos de Arquitetura e Urbanismo em modalidade EAD. **FeNEA**, 12 mar. 2017. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wpcontent/uploads/2018/01/fenea-carta.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2022.

FONTES, V; LEHER, R. O capitalismo e as crises que reconfiguram a educação. *In*: MUSSI, D. (org.). **Outubro: revista de estudos socialistas**. São Paulo: Autonomia Literária, n. 35, 2021, p. 164-194. ISBN 978-65-87233-69-7.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 78. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. 256 p. ISBN 978-85-77-53418-0.

LIGUORI, G.; VOZA, P. (orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 832p. ISBN: 978-85-75595-33-6.

HALFEN, V.; RIBEIRO, C. R. Universidade pública e política urbana: expropriação, privatização e refuncionalização do espaço público brasileiro. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, 11., 2022, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UCSal, 2022. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/processos/969d10b6c2b447f6b0ff.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2022.

MONTEIRO, A. M. R. G. Ensino de arquitetura e urbanismo à distância, remoto, híbrido. Para onde queremos ir?. **Revista Projetar – Projeto e Percepção do Ambiente**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 157-162, 2021. DOI: 10.21680/2448-296X.2021v6n1ID23865. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/23865>. Acesso em: 5 nov. 2022.

SEKI, A. K. **Determinações do capital financeiro no Ensino Superior**: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018). 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219299>. Acesso em: 5 nov. 2022.

VENTURA, D. F. L.; REIS, R. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da COVID-19. *In*: ASSANO, C. L. *et al* (orgs.). **Direitos na pandemia**: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à COVID-19 no Brasil, n. 10, p. 6-31, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2022.

WILDEROM, M.; ARANTES, P. F. Arquiteturas da distância: o que a pandemia pode revelar sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo. **Archdaily**, 3 ago. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/944738/arquiteturas-da-distancia-o-que-a-pandemia-pode-revelar-sobre-o-ensino-de-arquitetura-e-urbanismo>. Acesso em: 13 nov. 2022.

TECTÔNICA NA PERIFERIA: ALTERNATIVAS PARA O ENSINO DE PROJETO **TECTONICS IN THE PERIPHERY: ALTERNATIVES FOR DESIGN TEACHING** JULIANA SICURO, ANA SLADE

Juliana Sicuro Corrêa é Arquiteta, Mestre em Arquitetura e Urbanismo e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estuda as relações entre arquitetura e território, história urbana e teoria da arquitetura e do urbanismo, com ênfase em infraestruturas, espaços públicos e produção do comum. sicuro.arq@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6975842091230075>

Ana Slade Carlos de Oliveira é Arquiteta e Doutora em Urbanismo. É Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da mesma instituição. Coordena pesquisas sobre Arquitetura Moderna Brasileira, ensino de arquitetura, arquitetura e cidade, arquitetura para moradia e trabalho, subúrbios e projetos para comunidades vulneráveis. anaslade@fau.ufrj.br

<http://lattes.cnpq.br/8206318584355989>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: CORRÊA, J. S.; SLADE, A. Tectônica na periferia: alternativas para o ensino de projeto. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/718/718pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo:

Este artigo aborda a experiência pedagógica do “Ateliê Aberto” na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ) nos últimos anos, que vem debatendo e construindo possibilidades para um ensino de projeto alternativo às abordagens hegemônicas de matriz colonial-moderna com forte referencial europeu. O Ateliê procura responder a duas questões identificadas como problemas recorrentes do ensino de projeto: por um lado a desvalorização do desenho e do pensamento construtivo, compreendidos como ferramentas fundamentais para uma contribuição com a sociedade e, por outro, o distanciamento da realidade social urbana e de seus habitantes em toda a sua extensão e complexidade. É apresentada a abordagem que vem sendo experimentada no Ateliê Aberto para o projeto, assim como o repertório acionado para uma abordagem a partir da tectônica nas periferias brasileiras. A produção arquitetônica latino-americana recente é valorizada por reunir exemplos capazes de, a partir da pequena escala, promover transformações qualitativas nos espaços da vida cotidiana e pela forte aproximação entre o pensamento e a construção. Dessa forma, procuramos instrumentalizar futuras arquitetas e arquitetos para a ampliação e revisão do campo profissional mediante a possibilidade de transformação dos territórios a partir da arquitetura.

Palavras-chave: Tectônica, Periferias urbanas, Ensino de projeto, Arquitetura Latino-Americana

1 Introdução

Este artigo trata de uma experiência pedagógica de ensino de projeto de arquitetura, desenvolvida nos últimos três anos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ), que vem debatendo e construindo possibilidades para um ensino alternativo de projeto às práticas hegemônicas, baseado em algumas diretrizes principais: o reposicionamento da(o)s arquiteta(o)s em relação às periferias urbanas; a construção de um repertório pertinente para essa atuação, que fortaleça as afinidades com a produção contemporânea na América Latina; e o questionamento da separação entre pensar e fazer, buscando-se aproximar o projeto do universo da autoconstrução. Serão abordadas ao longo do texto as principais motivações que guiaram a proposta, sua metodologia e seus resultados preliminares.

Formulado por um grupo de quatro professores¹, em colaboração com uma equipe de tutores e monitoras, o “Ateliê Aberto”² teve início na retomada das atividades acadêmicas em modo remoto, devido à pandemia do Covid-19. A mobilização do termo “aberto” teve como intenção materializar, de alguma maneira, aspectos que pareciam fundamentais para o desenvolvimento de um trabalho transversal e colaborativo que estivesse sempre em construção. Segundo Sennett (2021 [2019], p. 16), um sistema aberto é aquele no qual regras simples de operação dão origem a um comportamento coletivo complexo, sofisticado e adaptável.

Ancorado nos temas das “Arquiteturas Mínimas” e das “Estruturas Poéticas” se desenvolveu e ganhou corpo, agregando novos docentes e discentes e apresentando-se como uma alternativa para um ensino de projeto engajado na transformação da realidade e em uma revisão crítica do ensino de projeto de arquitetura na universidade pública brasileira. O interesse dessa proposta pedagógica está focalizado em um cruzamento de duas agendas principais³: a tectônica, compreendida como “poética da construção” (FRAMPTON, 1995), como reivindicação de valorização do pensamento construtivo e do

¹ Nomeadamente: professores Diego Portas, Ana Slade, Andrés Passaro e Juliana Sicuro (substituta), tutores Ariane Pereira e Caio Carvalho e monitoras Gabriela Moussa e Larissa Monteiro. Somaram-se à equipe, em semestre seguintes, os professores Rodrigo D’ávila (substituto), Luciana Andrade, Jorge Fleury e Jonas Delecave e, entre outra(o)s o tutor David Morales e as monitoras Renata Esteves, Angela Blanco, Moana Reis, Ana Carolina Nonato e Isabelle Tiemi.

² O Ateliê é inaugurado em 2020, durante o semestre experimental remoto, a partir de aulas abertas chamadas “Conversas em Projeto”. Essas aulas se mostraram alternativa para o ensino de projeto em modo remoto e construíram um acervo coletivo disponível no youtube: <https://www.youtube.com/channel/UCv4UDMLAIOLwfaJxKdcvRBA>.

³ Sobre a ideia de agendas para o ensino de projeto ver “Um possível ensino de projeto” por LASSANCE, 2015.

potencial de expressão construtiva da arquitetura; e a questão das periferias urbanas, que se torna ao mesmo tempo tema central de reflexão e campo prático de atuação em ateliê de projeto.

Esse cruzamento de agendas tem como objetivo o desenvolvimento de reflexões projetuais pertinentes, vinculadas às realidades cotidianas dos estudantes, e possíveis do ponto de vista material, construtivo e econômico. Buscamos, dessa forma, instrumentalizar futuras arquitetas e arquitetos para outros modos de atuação nos diversos territórios com os quais venham a operar de modo alternativo ao “grande gesto” do arquiteto-autor. Apostamos que intervenções de pequena escala, somadas e pensadas de forma sistêmica na cidade existente, possam se tornar verdadeiras “táticas de infiltração” em territórios pouco acessíveis ao projeto de arquitetura e urbanismo, como propõe Fernando Diez (DIEZ, 2010).

2 A partir do pequeno

Podemos observar hoje, na FAU-UFRJ e a partir de contatos com outras escolas brasileiras, uma predominância de exercícios de projeto que partem ou de um “diagnóstico” de um contexto específico ou de um “programa de necessidades” a partir do qual são desenvolvidos projetos de média a grande escala. Além da evidente – e questionável – herança funcionalista nas abordagens acima citadas, os exercícios pressupõem cenários de realidade nos quais o Estado ou o mercado seriam os motivadores das demandas hipotéticas. No entanto, a realidade com a qual a(o)s arquiteta(o)s que saem da universidade se deparam é bastante diversa e as demandas por grandes projetos urbanísticos ou de arquitetura são cada vez mais raras.

Não descartando as potencialidades de abordagens alinhadas com as práticas pedagógicas hegemônicas supracitadas, reivindicamos a necessidade de aproximação às realidades sociais nas quais os estudantes estão inseridos. Essa realidade apresenta desafios sociais e ambientais, assim como limitações do ponto de vista econômico. Para além das urgências socioambientais, lidamos com a positiva amplificação dos debates relativos a questões raciais e de gênero, desestabilizando as bases epistemológicas modernas que sustentaram e ainda sustentam em grande medida o campo disciplinar.

Como apontam Carranza e Lara, é necessária a revisão de determinados preceitos modernos e o reposicionamento do campo da arquitetura implica em uma mudança de escala. Em convergência com esse olhar em relação ao problema do projeto que é proposto o tema das “Arquiteturas Mínimas” para guiar os exercícios em ateliê. Segundo Carranza e Lara:

Ao mesmo tempo, a ideia de utopia mantida no passado foi abandonada, e nos tornamos céticos de qualquer solução de problemas. Ao invés disso, nós focamos no poder transformativo de pequenas intervenções e seu potencial de disseminação. Por essa razão, nós agora chamamos consciência social o que antes chamamos utopias. Isso implica uma mudança de escala (pequenos projetos) e também significa que a arquitetura não pretende mais ter o poder de mudar qualquer problema social dado (CARRANZA; LARA, 2015, p. 354, tradução nossa).

O “mínimo” não é um tema novo para a arquitetura e o urbanismo. A temática foi amplamente fomentada no contexto do movimento moderno a fim de encontrar respostas eficientes para a produção massiva de habitação. Entretanto, quando associado à racionalidade construtiva e a universalidade do projeto moderno, o ideal do mínimo tornou-se, muitas vezes, produtor de generalizações e foi em alguma medida responsável por afastar a arquitetura da diversidade de sujeitos e modos de vida que compõem uma sociedade democrática. Na releitura aqui proposta, o mínimo é compreendido como um possível catalisador da revisão crítica acima referida, podendo assumir diferentes manifestações: o mínimo como infraestrutural, o mínimo como a intervenção de pequena escala, o mínimo como aproximação ao detalhe construtivo, o mínimo como economia de recursos.

3 Duas agendas

Nessa proposta pedagógica, o conceito de tectônica é deslocado de seu contexto de origem – o reconhecimento por Frampton de obras de renomados autores – e ganha contornos políticos, apresentando uma alternativa para futuros arquitetas participarem de forma ativa na produção das paisagens que habitam. É importante contextualizar o interesse de refletir sobre nossa realidade urbana, cidades e metrópoles resultantes de intensos processos de parcelamento do solo e

expansão horizontal, formadas por tecidos urbanos heterogêneos e complexos, nos quais a trama de quadras desenvolvidas a partir do loteamento de casas unifamiliares é um dos padrões mais representativos.

Chamamos de “periferia” os territórios resultantes de um processo de produção do espaço identificado por Teresa Caldeira como “urbanização periférica” (CALDEIRA, 2017). Esses territórios não correspondem necessariamente às “bordas” da cidade. O fenômeno da urbanização periférica, segundo a autora, é presente em diversas cidades do chamado Sul Global. É caracterizada pela presença da autoconstrução, em diversos níveis, e pela utilização de “lógicas transversais” no que diz respeito à regulação urbana e à legalidade de forma mais ampla.

A baixa densidade característica de muitas dessas periferias significa potencial construtivo latente e gerador de novas configurações espaciais e arranjos econômicos. Apesar de estarmos tratando de uma porção da cidade comumente compreendida como consolidada e onde a presença de arquiteta(o)s é extraordinária, é um território que está em constante transformação através da autoconstrução no interior dos lotes. Identificamos nas arquiteturas produzidas nesses contextos um repertório específico de materiais e soluções que desperta interesse e uma rica dinâmica de usos e atividades entre o público e o privado, tanto nos espaços de expansão da casa para a rua quanto na incorporação de outras funções à casa além da moradia (SLADE, 2019). Outro componente da abordagem pedagógica aqui apresentada é a ênfase na questão construtiva, entendida como aspecto disciplinar fundamental. É importante que seja recuperado o estudo e conhecimento aprofundado do projeto de arquitetura, ocultados pelo consumo e reprodução excessiva de imagens que leva estudantes a apreensões superficiais de imagens “atraentes” que circulam livremente pela Internet (PASSARO; FAVERO, 2006) e nos afastam da concretude dos artefatos construídos.

Em contraposição ao ensino de projeto que comumente prioriza forma e espaço desatrelados de enfrentamento técnico-construtivo, a proposta do Ateliê Aberto é valorizar o pensamento construtivo desde as fases iniciais do processo de concepção projetual, a partir da escolha de materiais, sistemas e métodos de maneira imbricada com a proposição formal e espacial, em sensível relação com o contexto. Assim como reivindicado por Frampton na década de 1990, “não estamos aludindo à revelação mecânica da construção, mas à manifestação de uma estrutura potencialmente poética, no sentido original da palavra *poiesis*, como ato de criar e revelar” (FRAMPTON, [1990] 2006, p. 559).

A compreensão técnica-construtiva aliada a questões de ordem relacional e expressiva (estética) podem promover novas práticas em arquitetura que tirem partido da potência e das especificidades dos territórios em suas dimensões social, cultural e política. A aproximação entre pensar e fazer é também uma forma de lidar com impasses disciplinares estruturais apontados por Sérgio Ferro em “O Desenho e o Canteiro” (FERRO, [1975] 2006), configurando novos arranjos produtivos menos exploratórios pautados na troca de saberes e possibilidades de outras formas de produção.

4 Um repertório emergente

Uma vez estabelecida essa dupla agenda de trabalho, faz-se necessário construir um repertório que auxilie sua aplicação na prática de ensino de projeto. Cabe fazer uma breve defesa do estudo de projetos de arquitetura precedentes como ferramenta para a concepção de projetos. Apesar de frequente em muitas abordagens pedagógicas, nem sempre as escolas de arquitetura se utilizaram desse método de ensino e aprendizagem. Sabemos que na tradição da *Beaux-Arts*, os estudantes eram estimulados a copiar as obras dos grandes mestres. Já na tradição moderna difundida pela Bauhaus, a história deixa de ser pauta de interesse e as metodologias praticadas nos ateliês de projeto passam a se basear em exercícios formais e compositivos, estimulando a “genialidade criativa” e soluções inovadoras – sem precedentes – para os problemas enfrentados e tendo a originalidade como um valor (DE DUVE, 2003).

A problematização sobre qual repertório mobilizar – e suas implicações – se faz necessária. Como aponta Nilce Aravecchia-Botas (2018), a produção historiográfica em arquitetura e urbanismo vem assimilando aspectos importantes do pensamento decolonial. Todavia, o ambiente do ensino apresenta menos aderência a este debate e vem se reestruturando mais lentamente. A autora convoca para uma crítica radical e para a necessidade de uma ruptura profunda com as bases eurocêntricas do pensamento colonial que pautaram a modernidade e ainda representam o pensamento hegemônico no campo da arquitetura e do urbanismo. Cabe aqui ressaltar, como sugere Aravecchia-Botas (2018), a importância de um entendimento de América Latina como projeto cultural de resistência e não apenas como território marcado pela herança europeia. Nesse sentido, uma curadoria de práticas emergentes relacionadas à tectônica em países com características

sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais mais próximas do contexto brasileiro é acionada. Essas práticas buscam uma aproximação ao canteiro, tensionando a divisão entre pensar e fazer que estrutura o campo disciplinar desde sua origem, e que reforça as estruturas de poder dominantes.

Podemos citar exemplos como a produção contemporânea paraguaia que demonstra inventividade em experimentações construtivas com uma mão de obra artesanal e materiais tradicionais de baixo custo (GOMA OFICINA, 2019). Um exemplo reconhecido internacionalmente é a experimentação com tijolos no Paraguai, na obra construída do *Gabinete de Arquitectura* por Solano Benitez e Gloria Cabral (Fig. 1). Outras práticas, tais como as dos coletivos *Al Borde*⁴, no Equador e *OCA (Oficina Comunitaria de Arquitectura)*⁵, no Paraguai (Fig. 2), também estão no repertório selecionado, por partirem de técnicas construtivas e materiais locais, aliando a construção de baixo custo a articulações comunitárias e práticas educativas.



Fig. 1: Centro de Reabilitação Infantil Teléton, *Gabinete de Arquitectura*, Assunção, Paraguai, 2010). Fonte: Federico Cairoli, 2015. Disponível em: <http://www.federicocairoli.com/works/-fundacion-teleton/>. Acesso em 27/10/2022.

⁴ Para mais informações, ver: <https://www.albordearq.com/>.

⁵ Para mais informações, ver: <https://oca.com.py/>.



Fig. 2: Centro de Desenvolvimento Comunitário, OCA + Bonini Arquitectos, Luque, Paraguai, 2014. Fonte: Federico Cairoli, 2015. Disponível em: <http://www.federicocairoli.com/works/-centro-de-desarrollo-comunitario/>. Acesso em 27/10/2022.

A proposta que tem sido experimentada no Ateliê Aberto é de se estudar projetos através do desenho e da identificação de dispositivos arquitetônicos⁶ que sejam operativos para os projetos em desenvolvimento. Para além do desenho, nos interessa a compreensão de formas alternativas de inserção do projeto de arquitetura, para além da relação arquiteta(o)-cliente hegemônica, viabilizando processos mais participados e coletivos ou a prestação de serviços para camadas sociais de baixa renda.

A Casa Vila Matilde, projetada pelo estúdio paulista Terra+Tuma⁷ (Fig. 3), foi um dos pontos de partida na construção do repertório do Ateliê. É uma obra que despertou interesse por exemplificar o cenário acima referido de uma cliente que a princípio não contrataria um escritório de arquitetura. Além disso, do ponto de vista da tectônica, por seu sistema construtivo, que explora os planos de alvenarias estruturais de bloco de concreto associados a lajes pré-moldadas em balanço resultando em qualidade espacial, climática e lumínica em um lote estreito.

⁶ Chamamos de dispositivos arquitetônicos fragmentos ou estratégias extraídas dos projetos estudados para serem transpostos ou influenciarem os projetos dos estudantes.

⁷ Mais informações sobre o projeto, ver: <https://terraetuma.com/portfolio/casa-vila-matilde/>.



Fig. 3: Casa Vila Matilde, Terra e Tuma Arquitetos, São Paulo, Brasil, 2015. Fonte: Pedro Kok, 2015. Disponível em: <http://www.pedrokok.com/house-vila-matilde-sao-paulo-brazil/>. Acesso em 27/10/2022.

A produção argentina recente também desperta grande interesse pelas estratégias de intervenção nos interiores de quadras residenciais em Buenos Aires. Os projetos de pequenas arquiteturas desenvolvidos por escritórios tais como: Adamo Faiden, Alonso Crippa, FRAM arquitetos, ATOT, IR arquitectura e Florência Risotti, entre outros se destacam pela racionalidade construtiva e detalhamento apurado e experimentação de sistemas construtivos como estruturas leves metálicas e de madeira e de materiais disponíveis. Podemos ainda citar as experiências brasileiras de jovens escritórios tais como o Terra e Tuma, Gru.a e Messina Rivas que vêm trabalhando a pequena escala e a economia de recursos. As obras dos arquitetos acima mencionados incluem projetos para distintas classes sociais e nem sempre com soluções de baixo custo. Entretanto, há um interesse no modo de conceber o projeto, no modo como relacionam e exploram materiais e sistemas construtivos, com certa simplicidade e inventividade.

Apesar das especificidades contextuais, e das diversas poéticas autorais, identificamos de comum nessas práticas uma postura mediante a realidade e o exercício do projeto, explicitada de forma precisa por Adamo e Faiden no texto “El Constructor Contemporâneo”: uma forma de operar com aquilo que está ao alcance das mãos, em uma nova racionalidade construtiva. É uma prática atenta à cultura local, mas não necessariamente contida em suas condições, aberta a trazer aprendizados de outros contextos e saberes. Como descrevem Adamo e Faiden:

O construtor contemporâneo entende o mundo como uma coleção (...), não um quebra-cabeça cujas peças reconstruirão um todo encaixando-se. Ele o descreve como um mosaico sem cola, com múltiplas peças soltas e livres que têm valor em si mesmas e em relação às demais, formando associações diferentes e trocando conexões. (...) expande constantemente sua rede relacional. Sabe que se você conhece apenas “pessoas do bairro” você ficará preso no léxico em que estava educado, de modo que tenta travar conhecimentos com construtores, técnicas e ambientes desconhecidos. (...) se apoia nos ombros dos outros. Vai muito mais longe balizado pelas conquistas daqueles que o precederam (...) muitas vezes imita. É tão próximo do original quanto ele pode porque sabe que nunca conseguirá e que a diferença será francamente notável.⁸ (ADAMO; FAIDEN, 2009, p. 1-2, tradução nossa).

⁸ Do original, em espanhol: “El constructor contemporáneo entiende el mundo como una colección (...) no un rompecabezas cuyas piezas reconstruirán un todo al encajar unas con otras. Lo describe como un mosaico sin pegamento, con múltiples piezas sueltas, libres, que tienen valor en sí mismas y en relación con las demás, formando diferentes asociaciones y conexiones cambiantes. (...) amplía constantemente su red relacional. Sabe que si solo conoce “gente del vecindario” quedará atascado en el léxico en el que fue educado, de manera que intenta trabar conocimientos con constructores, técnicas y entornos desconocidos. (...) se sube a los hombros de otros. Llega mucho más lejos aupado por los logros de los que lo precedieron (...) muchas veces imita. Se acerca al original tanto como puede porque sabe que nunca lo conseguirá del todo y que la diferencia será francamente notable.”

A Casa Martos⁹ (Fig. 4), como outros projetos de Adamo e Faiden, é fruto de uma associação inventiva de materiais de catálogo que formam um sistema que é aplicado com variações em outros projetos. A estrutura metálica tubular leve é suporte para uma diversidade de painéis constituídos de elementos industrializados como a telha, a tela, a grades metálica, que com suas gradações de opacidade proporcionam uma variedade de relações entre o interior e exterior e qualidade de luz. A vegetação é outro importante elemento em seu léxico, estando presente em pátios, terraços e varandas ou mediando o ambiente privado e o urbano em “fachadas espessas” (ESKINAZI, ENGEL, 2019).



Fig. 4: Casa Martos, Adamo Faiden, Buenos Aires, Argentina, 2012. Fonte: Cristobal Palma, 2012. Disponível em: http://cristobalpalma.com/casa_martos. Acesso em 27/10/2022.

Outros projetos de anexos como a Casa Palos, projetada pelo escritório AToT¹⁰ (Fig. 5), suscitam reflexão sobre alternativas de atuação em vizinhanças residenciais de periferias brasileiras. O uso da estrutura metálica sobre preexistências aponta para soluções mais leves do que a típica construção em tijolo furado com estrutura de concreto armado.

⁹ Mais informações sobre o projeto, ver: <https://adamo-faiden.com/index.php/projects/data/af-casa-martos>.

¹⁰ Mais informações sobre o projeto, ver: <https://atotarg.com.ar/portfolio-2/casa-palos/>.

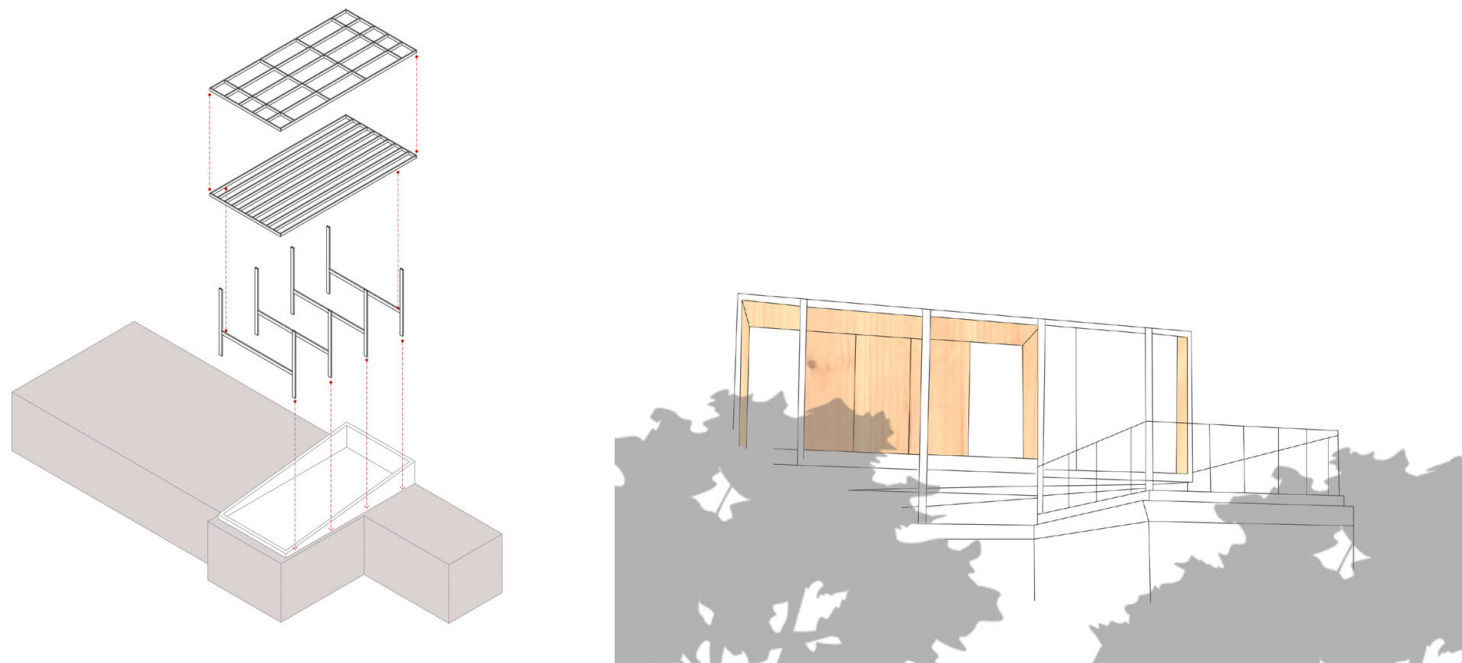


Fig. 5: Casa Palos, de ATot, Buenos Aires, Argentina, 2015. Desenhos de análise feitos por estudantes. Fonte: Julia Reyes e Wallace Alvim, 2021.

No Refúgio Urbano, dos arquitetos Agustin Berzero e Valeria Jaros¹¹ (Fig. 6), a intervenção partiu da demolição de pequenos trechos da laje que ocupava quase todo o lote, conformando quintais, de dimensões suficientes para garantir qualidade de ventilação e luz. Uma membrana construída com tijolo cerâmico comum faz a divisa do lote com a rua. O tijolo é assentado na horizontal – técnica bastante recorrente em casas autoconstruídas brasileiras – tornando-se um elemento vazado que permite iluminação e ventilação ao espaço interno ou, nesse caso, também externo. A solução construtiva adotada se diferencia por fazer uso de juntas armadas, que possibilita a adoção de um grande volume constituído pelos elementos vazados. O resultado demonstra a sofisticação projetual no que diz respeito à tectônica que produz um ambiente de luz filtrada e que preserva vistas para a paisagem e para o céu sem abdicar de privacidade em relação ao espaço urbano circundante.



Fig. 6: Refúgio Urbano, de Estudio Berzero Jaros, Córdoba, Argentina, 2016. Fonte: <http://www.federicocairol.com/cortometrajes/-refugio-urbano/>. Acesso em 27/10/2022.

¹¹ Mais informações sobre o projeto, ver: <https://www.archdaily.com.br/br/911981/casa-estudio-refugio-urbano-estudio-berzero-jaros>.

No contexto brasileiro, algumas práticas de jovens escritórios se apresentam como exemplo da postura projetual de Adamo e Faiden. O Pavilhão Videiras do Gru.A¹² (Fig. 7) parte da eleição de um sistema estrutural de madeira associado a materiais de catálogo (artesanais e industriais) em um processo inventivo e cuidado nos detalhes e encontros. Na capela Ingá de Messina Rivas¹³ (Fig. 8), a potência expressiva da pedra enquanto elemento que compõe um muro vazado adquire uma leveza inesperada. A aproximação ao contexto rural – identificando materiais disponíveis e nuances topográficas – assim como a troca de saberes com construtores locais caracterizam a abordagem que poderia ser praticada em outros contextos.



Fig. 7: Pavilhão Videiras, Gru.A arquitetos, Rio de Janeiro, Brasil, 2016. Fonte: Federico Cairoli, 2019. Disponível em: <http://www.federicocairoli.com/encargos/brasil/-pavilhao-videiras/>. Acesso em 27/10/2022.

¹² Mais informações sobre o projeto, ver: <https://www.grua.arq.br/projetos/pavilhao-videiras>.

¹³ Mais informações sobre o projeto, ver: <https://www.archdaily.com.br/br/921490/capela-inga-mirim-messina-rivas>.



Fig. 8: Capela Ingá
Mirim, Messina Rivas,
São Paulo, Brasil, 2018.
Fonte: Federico Cairoli,
2019. Disponível em:
<http://www.federicocairoli.com/encargos/brasil/-capela-inga-mirim/>.
Acesso em 27/10/2022.

5 Transformação Ativa

Instigados por projetos e práticas como os acima citados, a(o)s estudantes são convocados ao desafio projetual chamado “Transformação Ativa”. Neste exercício, é estimulado o que chamamos de “olhar incomodado” para a realidade, ou seja, a partir de uma postura crítica e propositiva perante os espaços que habitam, a(o)s estudantes definem um local e problema para o projeto. O recorte pode ser no âmbito doméstico ou no espaço público – um pequeno equipamento comunitário em uma praça de bairro, um anexo no terreno de algum familiar – desde de que possa ser visitado para um levantamento físico e fotográfico e para reconhecimento das atividades cotidianas.

A preexistência é tratada como aspecto central. Reconhecer as potencialidades daquilo que existe, não procurar “corrigir” as paisagens imperfeitas das cidades em que vivemos ou produzir “*tabula rasa*” nesses contextos, mas sim, adicionar ou subtrair elementos para que novas qualidades sejam conquistadas. Os problemas relacionados à ventilação e iluminação natural, acessibilidade, privacidade e fluxos derivados de acréscimos que foram construídos sem planejamento são frequentes. Apesar de muitas vezes o acréscimo – popularmente chamado de “puxadinho” – atender a demandas dos usuários, é evidente a necessidade de ampliar espaço livre no interior dos lotes para garantir valores essenciais de habitabilidade. Nesse sentido, grande parte das intervenções propostas ampliam a presença da luz natural nos interiores domésticos e introduzem novos mecanismos de controle térmico-ambiental (elementos de sombra, recuos e beirais, filtros de luz nas fachadas, entre outros).

Os projetos Casa Fundos, Casa Rabelo e Casa Araújo representam operações projetuais recorrentes nos trabalhos do ateliê que se dedicam a pensar o lote residencial. Na Casa Fundos (Fig. 9) é proposto um anexo sobre a casa existente, que utiliza o bloco cerâmico como sistema construtivo, explorando a alvenaria estrutural e variações de assentamento do bloco de modo a criar planos vazados. Uma fachada perfurada destacada do volume da casa, cria uma espécie de pátio, que controla a entrada de luz e a privacidade nos ambientes internos e varandas de todos os pavimentos.

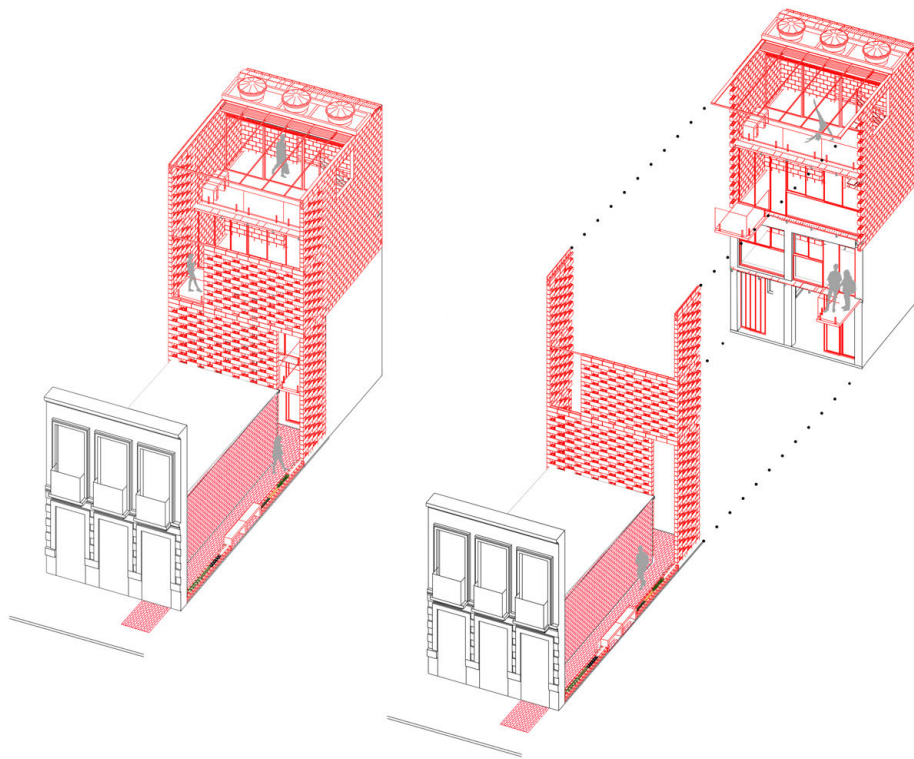


Fig. 9: Casa Fundos, Centro, RJ. Fonte: Ayumi Nakato e Leticia Hora, 2021.

Na Casa Rabelo (Fig. 10) opera-se na “construção de vazios” (pátios e recuos) para proporcionar ventilação e iluminação natural para o pavimento térreo. A atual cobertura da casa, que não favorece a iluminação natural, é substituída. A manipulação dos planos da nova cobertura confere variações de pé direito e espaços internos bem ventilados e iluminados. No terceiro projeto, a Casa Araújo (Fig. 11), a operação projetual consiste na sobreposição de uma estrutura leve nova sobre parte da construção existente e na retirada das alvenarias que impediam o contato entre os espaços internos da casa e o quintal, criando um espaço amplo e arejado responsável pela intermediação entre dentro e fora.

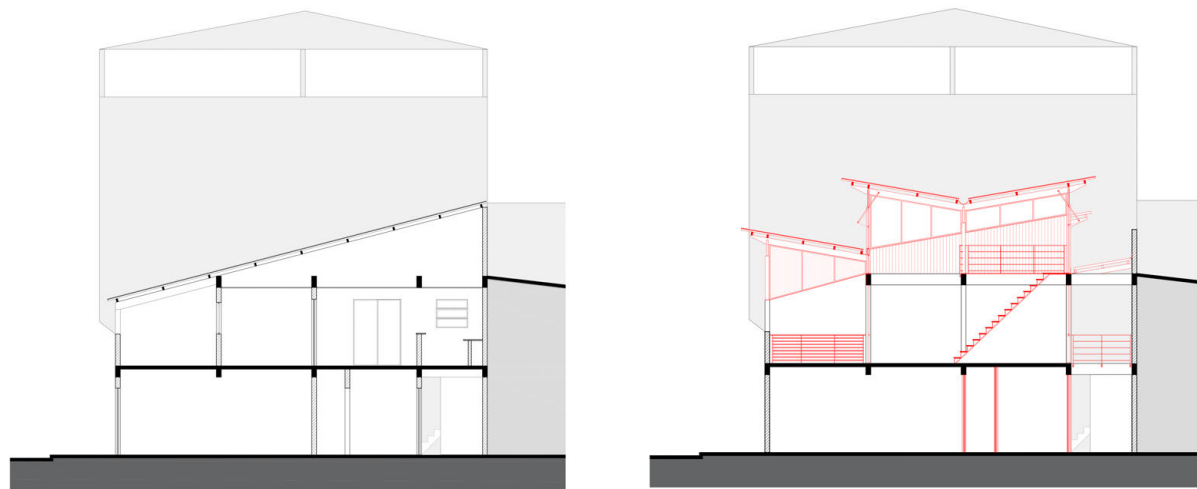


Fig. 10: Casa Rabelo, Japeri, RJ. Fonte: Lívia Borges e Vinicius Soares, 2021.

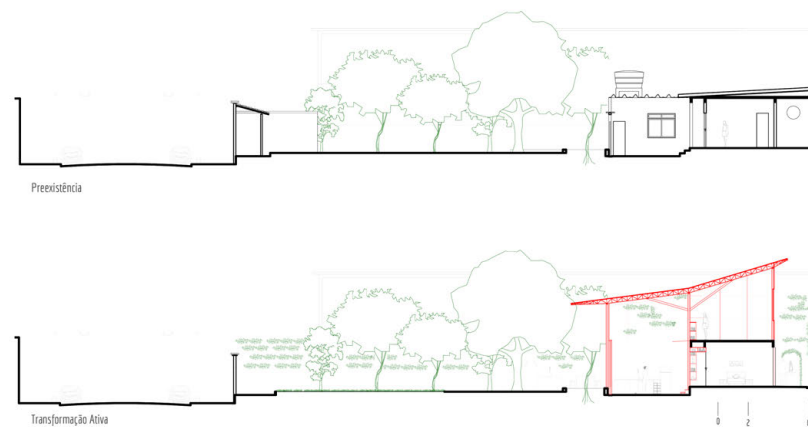


Fig. 11: Casa Araújo, Rocha Miranda, RJ. Fonte: Cindy Raísa e Duana Araújo, 2022.

Para além das questões relativas ao ambiente físico-material, é abordado o debate sobre “indeterminação” (MACIEL, 2015) e flexibilidade dos espaços. É provocada a reflexão sobre como projetar espaços – domésticos ou públicos – para abrigar a vida coletiva em sua complexidade e constante transformação, possibilitando a ressignificação por parte dos seus habitantes, reconhecidos como agentes de produção e invenção do cotidiano (DE CERTEAU, [1984] 1996). Nesse sentido, o quintal, o terraço, a varanda e a garagem, locais caracterizados pela apropriação coletiva através de múltiplas atividades previstas e imprevisíveis, se apresentam como espaços potentes. No projeto Terraço do Guca (Fig. 12) é proposta uma estrutura de madeira com fechamento em tela metálica no perímetro do terraço existente, que funciona como um filtro visual

para o espaço. É preservada (e potencializada) a qualidade do terraço enquanto suporte para diversas apropriações. No projeto Praças Aéreas (Fig. 13) uma nova torre de circulação externa permite acesso independente ao espaço comunitário na laje de cobertura de um edifício residencial coletivo.

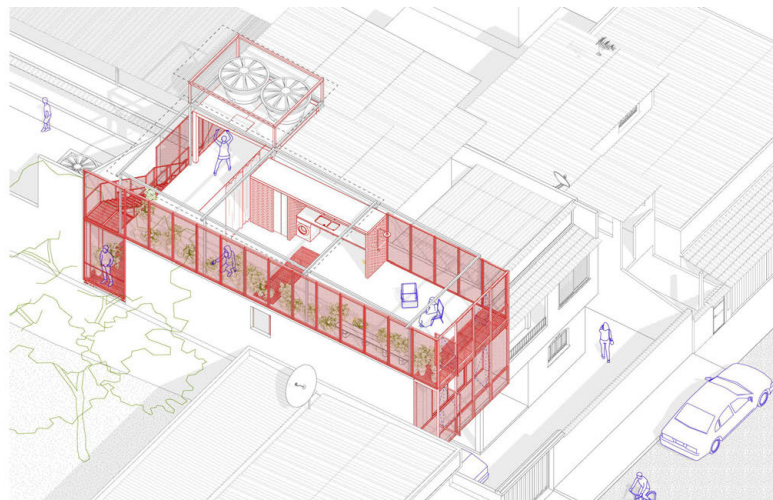
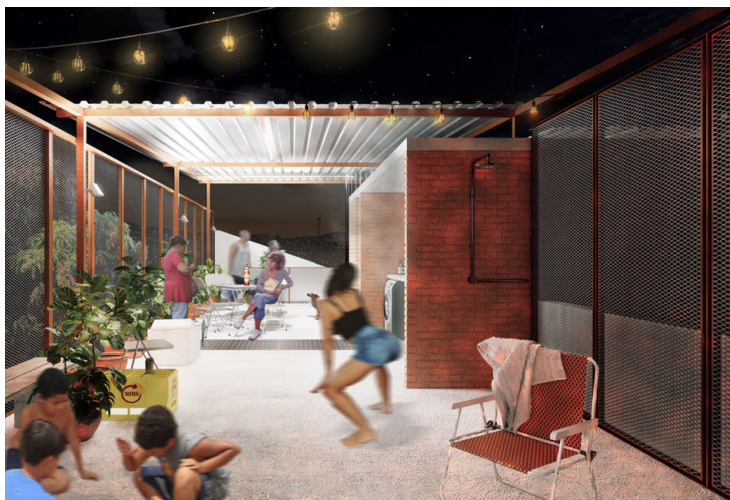


Fig. 12: Terraço do Guca, São Gonçalo, RJ. Fonte: Gláucia Cunha e Roger Costa, 2021.

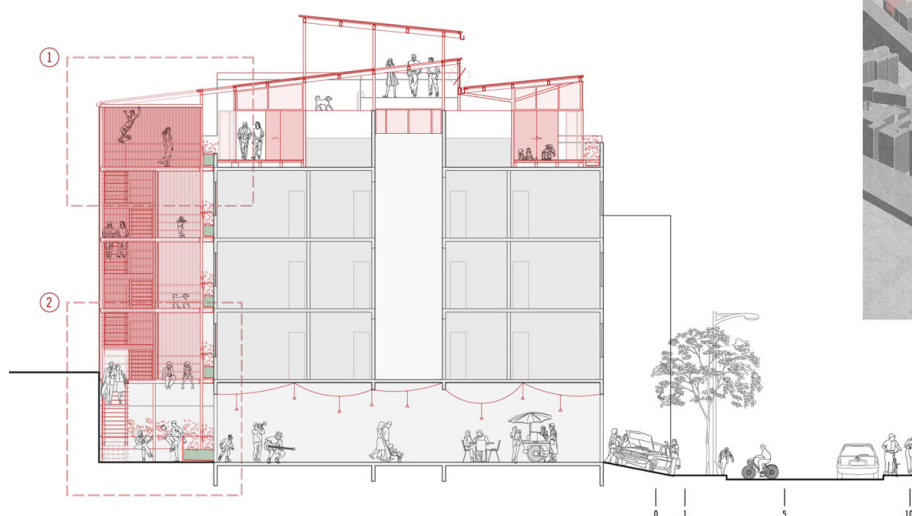


Fig. 13: Praças Aéreas, Vila Isabel, RJ. Fonte: Joanna Ferreira e Thaina Bessa, 2021.

Outro aspecto relevante nos contextos periféricos é a conjugação ao ambiente residencial de espaços destinados ao trabalho remunerado (cabeleireiro, bar, ateliê de costura, oficina mecânica, entre outros). A fachada no nível térreo torna-se mais porosa e a casa se expande para a rua, denotando um aspecto cultural da vida de vizinhanças populares na cidade do Rio de Janeiro (VOGEL, 1985) e de outras cidades brasileiras. O projeto da Casa-bar (Fig. 14) lida com a convivência entre a casa e o comércio, entre a vida privada e a vida coletiva. O desafio de gerenciar as circulações e acessos é o ponto de partida para o projeto. Do ponto de vista construtivo, parte-se de um sistema usual nessas periferias na construção de telheiros sobre terraços e calçadas, que consiste na estrutura metálica tubular de pequena seção. A telha simples de aço galvanizado, também corriqueira nas paisagens autoconstruídas, é explorada não apenas como cobertura mas também como material de vedação no plano vertical. Essas escolhas permitem a criação de amplas circulações avarandadas e sombreadas para apropriação coletiva, da casa ou do bar, em diferentes níveis.

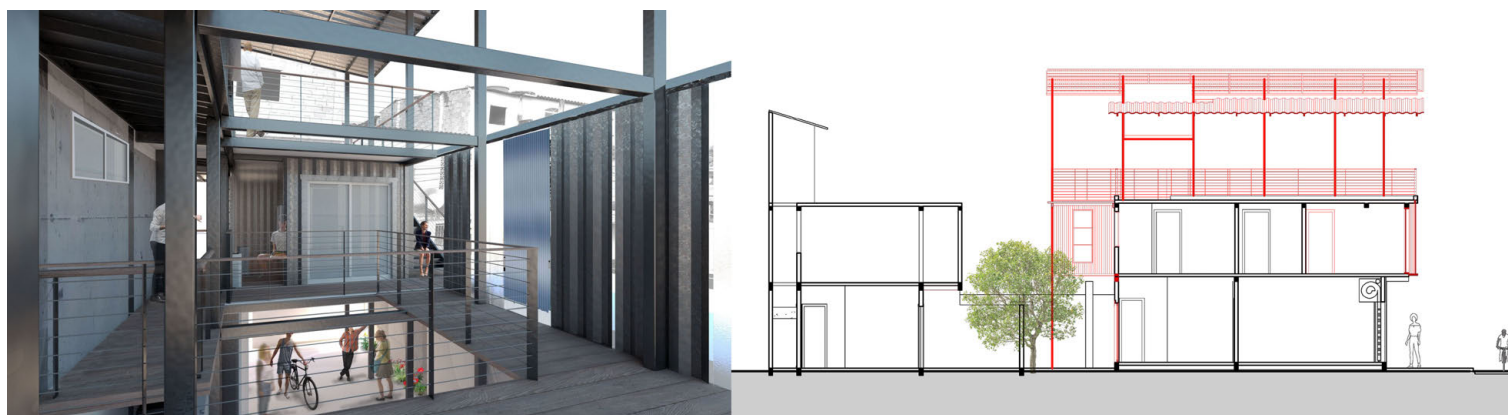


Fig. 14: Casa-Bar, Guaratiba, RJ. Fonte: Desirée Vacques e Taís Vicente, 2020.

A dimensão coletiva da cidade é também trabalhada nos projetos Quintal Urbano (Fig. 15) e À Margem (Fig. 16) que se dedicam a pequenos equipamentos comunitários abertos a diversos públicos. O primeiro, um equipamento em dois terrenos de esquina, inclui a rua no espaço projetual. Os quintais são usualmente espaços utilizados para as atividades de trabalho doméstico (lavar e secar roupa, cozinhar, etc), para o cultivo de horta ou jardim e para atividades de lazer e sociabilidade. A proposta, entretanto, desloca seu contexto de origem (o interior do lote doméstico) agregando o adjetivo “urbano” e conferindo uma dimensão pública.

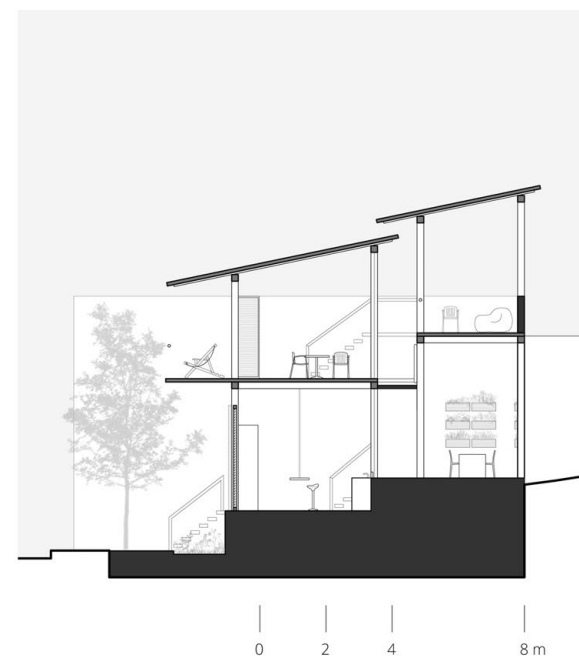


Fig. 15: Quintal Urbano, Belford Roxo, RJ. Fonte: Carolina Rapozo e Isabela Martins, 2021.

O trabalho doméstico sai de casa e uma lavanderia coletiva é proposta junto ao espaço de cozinha e refeitório. Uma espécie de *grid* estrutural suporta planos soltos de cobertura metálica atribuindo a essas esquinas um caráter de abertura e transparência. No segundo exemplo (Fig. 16), a proposta consiste em um espaço destinado a moradores de rua. A proposta parte do sistema estrutural modular de andaimes para construir um abrigo coberto com espaços abertos para a permanência e outros fechados para guarda de materiais. Cobertura e fechamento adquirem continuidade a partir de uma sequência de planos de telha translúcida. São definidos também planos de piso em diversos níveis.

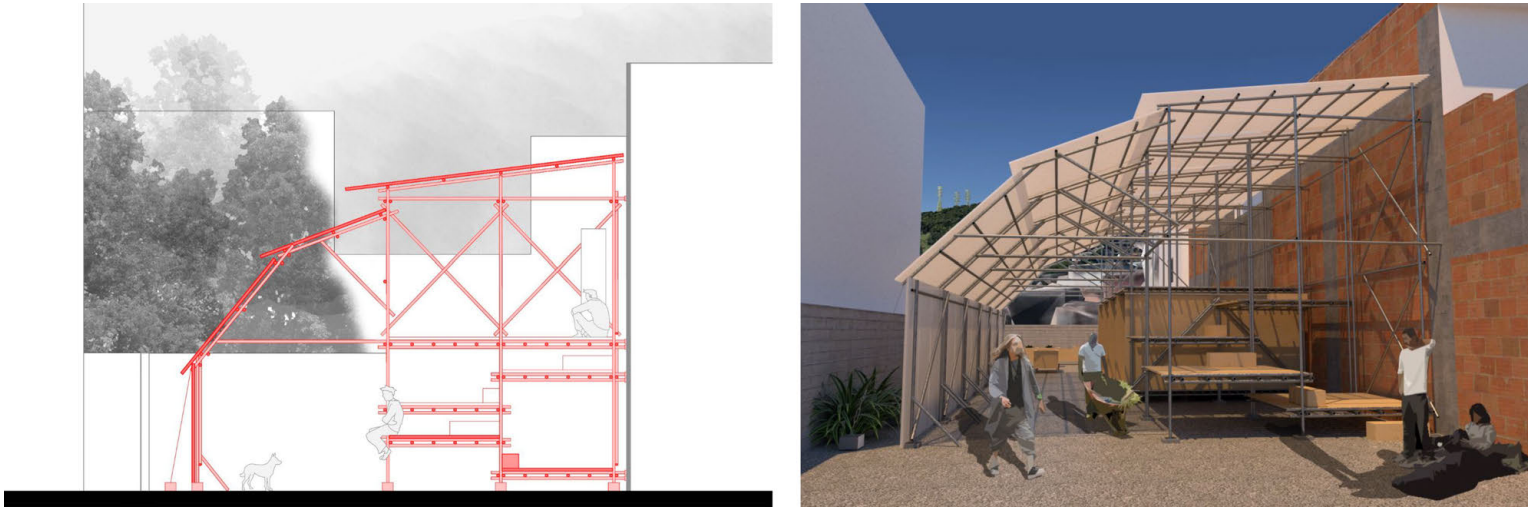


Fig. 16: À margem, Madureira, RJ. Fonte: Alexander Moraes e Lucas Pereira, 2020.

O reconhecimento de um conjunto de elementos, materiais e soluções construtivas comuns e sua apropriação e reformulação criativas é um procedimento recorrente nos trabalhos do Ateliê. Olhar para aquilo que foi construído sem a presença de arquiteta(o)s com interesse projetual, “aprendendo com” essa arquitetura corriqueira ou do “ordinário”, como proposto por Enrique Walker (WALKER, 2010). Esse aspecto se explicita no projeto Casa dos Varais (Fig. 17), no qual o próprio varal, reinterpretado, ganha escala e se torna um elemento de constituição de espacialidade e ambiência. E no projeto Galinheiro (Fig. 18), o ordinário também se apresenta como uma chave criativa importante. A escolha de um programa incomum lança luz à presença de outros habitantes do espaço, não humanos e usualmente negligenciados: as galinhas. O projeto, entretanto, extrapola sua função inicial e se torna o portal de entrada para o sítio. Do ponto de vista da tectônica, a tela de galinheiro e o tijolo cerâmico, materiais comuns, ao serem utilizados de forma não usual, ganham expressividade poética.

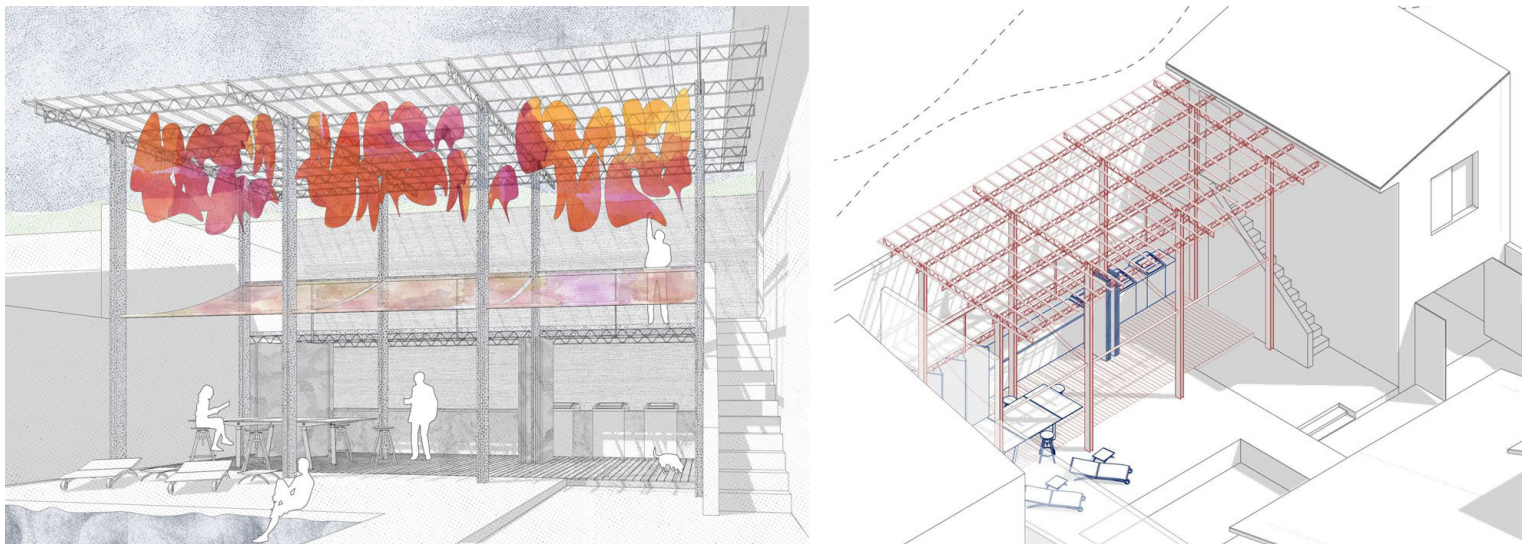


Fig. 17: Casa dos Varais, Ilha do Governador, RJ. Fonte: Arthur Frensch e Ana Totti, 2020.

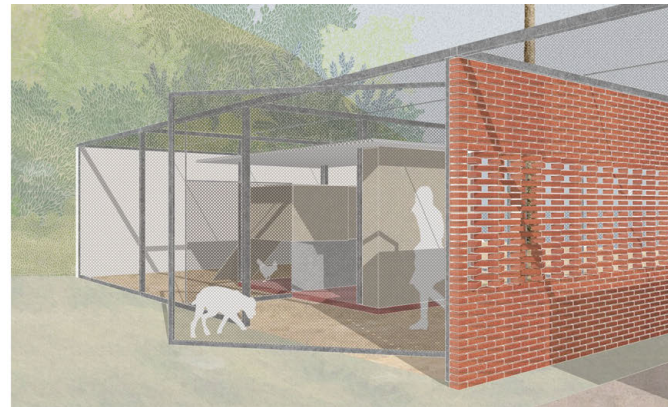
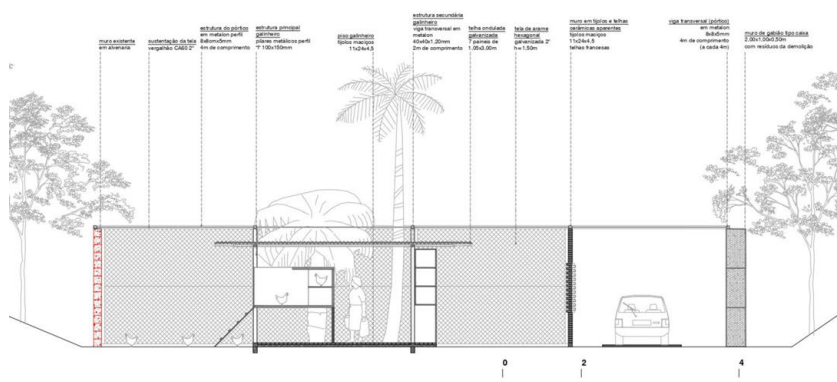


Fig. 18: Galinheiro, Morro Azul do Tinguá, RJ. Fonte: Renata Esteves e Clara Ebert, 2020.

6 Considerações finais

O “Ateliê Aberto” da FAU-UFRJ é um espaço de reflexão e experimentação de prática projetual nas periferias, onde vive grande parte de seus estudantes. Acredita-se ser imprescindível que o ensino de arquitetura seja dedicado a ampliar a atuação de arquiteta(o)s para além das camadas mais favorecidas de nossa população. O trabalho nesses contextos tem sido desafiador e estimulante para estudantes e professores. Percebemos a motivação da(o)s estudantes em terem a oportunidade de se dedicar a projetos nos contextos onde vivem. Dessa forma, enxergam a possibilidade de atuarem na vida profissional em projetos dessa natureza e de serem importantes agentes de transformação desses territórios. Por outro lado, ao praticarmos os modos convencionais de concepção de projeto, no que diz respeito aos produtos gráficos e meios de representação, nos conscientizamos da necessidade de estabelecer um debate mais amplo sobre outras formas de projetar e atuar a partir da arquitetura. Entendemos que o tensionamento do “lugar comum” do projeto desafia tanto o desenho técnico de arquitetura, que frequentemente não dá conta de aspectos de uso e transformação do espaço no tempo; quanto a própria concepção do projeto como produto intelectual autoral.

A abordagem contra-hegemônica aqui apresentada se constrói a partir da aproximação a um repertório de projetos e práticas contemporâneas latino americanas assim como da vinculação entre pensar e fazer, contrariando a separação estruturante da construção disciplinar. Essas são apostas que visam reposicionar a atuação da(o) arquiteta(o) para maior infiltração nos territórios urbanos contemporâneos. A pequena escala se apresenta como instrumento de resistência para que possamos vislumbrar essa possibilidade.

As propostas da(o)s estudantes de qualificação do espaço construído se baseiam, em sua grande maioria, em operações que se processam “de dentro para fora”, ou do lote individual para a cidade. A quantidade e diversidade de projetos realizados no ateliê ao longo de três anos ganha outra dimensão quando reunida e analisada em conjunto, demonstrando o potencial de transformação coletiva das paisagens periféricas a partir do pequeno.

Referências

ARAVECCHIA-BOTAS, N. O pensamento decolonial: caminhos para o ensino de arquitetura na América Latina. In: **América** v. 1, pp. 76-81, 2018. Disponível em: <http://ojs.escoladacidade.org/index.php/americ/article/view/48/39>. Acesso em: 27/11/2022.

CALDEIRA, T. P. R. Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. In: **Environment and Planning D: Society and Space** 35(1), pp. 3-20, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F0263775816658479>. Acesso em: 12/11/2022.

CARRANZA, L. E.; LARA, F. L. **Modern Architecture in Latin America. Art, Technology, and Utopia**. Austin, University of Texas Press, 2015.

DE CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano I: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, [1984] 1996.

DE DUVE, T. Quando a Forma Se Transformou Em Atitude, e Além. In: **Arte & Ensaios** n.10, pp. 93-105, 2003.

- DIEZ, F. Tácticas de infiltración. Diez años de experimentación en Buenos Aires. In: **Summa+ n.107**, pp. 34-39, 2010.
- ESKINAZI, M.; ENGEL, P. A fachada como interface, de Lúcio Costa a Irmãos Roberto: Repertório de projetos. Anais do 13 Congresso do Docomomo Brasil, 2019. Disponível em: <https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2020/04/110533.pdf>. Acesso em: 12/11/2022.
- GOMA OFICINA (org). **Arquiteturas Contemporâneas no Paraguai**. São Paulo: Romano Guerra Editora/ Editora Escola da Cidade, 2019.
- FAIDEN, M.; ADAMO, S. El constructor contemporáneo. 2009. Disponível em: <https://adamo-faiden.com/pdfs/adamo-faiden-el-constructor-contemporaneo.pdf>. Acesso em: 28/10/2022.
- VOGEL, A. (org). **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 3. ed. São Paulo: Projeto FINEP; IBAM, 1985.
- FERRO, S. (1975). O canteiro e o desenho. In ARANTES, P. F. (org.). **Arquitetura e Trabalho Livre / Sérgio Ferro**. São Paulo: Cosac Naif, 2006.
- FRAMPTON, K. **Studies in Tectonic Culture: The Poetics of Construction in Nineteenth and Twentieth Century Architecture**. Cambridge: The MIT Press, 1995.
- FRAMPTON, K. Rappel à l'ordre: argumentos em favor da tectônica (1990). In: NESBITT, K. (Ed.). **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 557-569.
- MACIEL, C. A. **Arquitetura como infraestrutura**. 2015. 378 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- PASSARO, A. M.; FAVERO, M. Hibridizações. **Fresta v. 1**, p. 2-2, 2006.
- SENNETT, R. **Construir e Habitar. Ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, [2019] 2021.
- SLADE, A. **A cidade a partir das relações entre moradia e trabalho: um olhar sobre duas Américas**. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - PROURB) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.
- WALKER, E. (ed.). **lo ordinario**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 2010.

O SENTIDO DAS POSSIBILIDADES DE UMA CONTRA-HEGEMONIA NA ARQUITETURA THE MEANING OF COUNTER-HEGEMONY POSSIBILITIES IN ARCHITECTURE MARIANA WILDEROM, LUIZ RECAMÁN

Mariana Martinez Wilderom Chagas é Arquiteta, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo, e realiza sua pesquisa pós-doutoral na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Estuda teoria e crítica da arquitetura, arquitetura e cidade contemporânea na América Latina, projeto urbano e arquitetura educacional. mariana.wilderom@usp.br

<http://lattes.cnpq.br/2140295942136745>

Luiz Antonio Recamán Barros é Cientista Social e Arquiteto, Mestre e Doutor em Filosofia e Livre-Docente em Arquitetura e Urbanismo. É Professor Associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. Coordena pesquisas sobre Estética da Arquitetura, Crítica de Arquitetura, Arquitetura Moderna Brasileira e Habitação Social. recaman@usp.br

<http://lattes.cnpq.br/6321525050676583>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: WILDEROM, M. M.; RECAMÁN, L. O sentido das possibilidades de uma contra-hegemonia na arquitetura. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/734/734pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

O artigo visa refletir sobre as possibilidades críticas — teórico-práticas — de formulações de estratégias da Arquitetura e do Urbanismo que permitam reagir em diferentes níveis às imposições das lógicas sociais destrutivas do mundo contemporâneo. Para tanto, propõe-se um percurso analítico de alguns dos resultados espaciais do processo de racionalização da arquitetura moderna — na sua refração brasileira — a fim de indicar as condições de uma ação crítica — contra-hegemônica — possível na contemporaneidade. Essa reflexão tem como principais marcos teóricos as questões colocadas à arquitetura moderna pelo crítico italiano Manfredo Tafuri e a problematização de Fredric Jameson sobre os impasses teóricos a ela atribuídos. Estes poderiam ser parcialmente superados pela crítica lefebvriana da produção do espaço e da vida cotidiana, permitindo a construção de um horizonte teórico-metodológico de transformação social. As possibilidades do presente indicam que a prática crítica deve perseguir conteúdos espaciais, culturais e sociais que figurem alternativas à abstração progressiva da vida, ou seja, imaginar ações — e realizações — contra-hegemônicas e processuais em relação ao domínio contínuo da hegemonia do capital (Jameson).

Palavras-chave: Arquitetura contra-hegemônica, Arquitetura moderna brasileira, Arquitetura moderna, Crítica de arquitetura

1 Introdução

Através e contra a hierarquização, não poderia incidir, aqui e ali, arquitetura ou urbanisticamente, "alguma coisa" que resulte do modo de produção existente, que nasça de suas contradições desvendando-as, e não as cobrindo com um véu?

Henri Lefebvre¹

Dentre tantas, apresenta-se uma tarefa àqueles que insistem em manter o caráter transformador da Arquitetura e do Urbanismo implicado em sua contraditória constituição moderna: quais as possibilidades críticas — teórico-práticas — de formulações de estratégias que permitam reagir em diferentes níveis às imposições das lógicas sociais destrutivas do mundo contemporâneo? Para contribuir com essa tarefa, que assim enunciada nos parece irrealizável, propomos, com base no reconhecimento dos limites revelados pelo pensamento arquitetônico crítico, identificar os resultados espaciais do processo de racionalização da vida. Conhecê-los a fim de neles encontrar, materialmente, um caráter negativo — correspondente, em parte, ao termo contra-hegemônico aventado — a ser explorado pelas estratégias disciplinares. Imagina-se, assim, que à hegemonia do valor abstrato realizada nos espaços da vida corresponda contraditoriamente mecanismos e representações de negatividade. Estes poderiam ser acionados pelas disciplinas da arquitetura e urbanismo no sentido de construção de contra-hegemonias que, em seu movimento contínuo, prefigurem utopias concretas (LEFEBVRE, 2014). Tal perspectiva crítica teve como impulso o enfraquecimento recente do vínculo incauto e ruidoso entre as imagens arquitetônicas e as lógicas econômicas da abstração financeira. Este roteiro será explorado por meio de tópicos que não pretendem ultimar os temas, mas compor um desenrolar argumentativo que ajude a esclarecer algumas aberturas para a ação.

2 Metodologia

A metodologia desta reflexão é uma leitura crítica que acompanha três autores fundamentais para enfrentar o tema proposto. O vínculo entre eles é estabelecido por Fredric Jameson: a radicalidade aporética e ao mesmo tempo inultrapassável de Manfredo Tafuri, confrontada pela radicalidade aberta de Henri Lefebvre. Ambos, cada um à sua maneira, problematizam a espacialidade moderna, porém com perspectivas ideológicas distintas. Este artigo procura

¹ Lefebvre (2013).

atualizar e operar esse esquema crítico em relação ao contexto brasileiro, no qual a modernidade realizou-se pondo a nu suas contradições fundamentais.

3 Discussão

A radicalidade crítica resultante da radicalização da modernidade arquitetônica tem na obra de Manfredo Tafuri a sua mais incômoda síntese. Em *Projecto e Utopia* (1985) esse autor procede a uma crítica da ideologia moderna e arquitetônica, identificando um ciclo burguês unitário no qual estão vinculados o desenvolvimento capitalista e suas ideologias liberais, e, principalmente, a constituição da disciplina arquitetônica moderna. Essa correspondência inicia-se nas teses do liberalismo burguês e conclui-se nos primeiros movimentos do fordismo como paroxismo da civilização industrial. Em ambos os pólos o autor identifica contradições: a oposição entre a unidade arquitetônica e a cidade, na passagem da capital aristocrática para a metrópole; a cisão entre o apelo à homogeneização e standardização fordista e os princípios de universalidade e utopia inerentes à ideologia liberal em franco colapso no final dos anos 1920. Tal inflexão ideológica marca a passagem das utopias sociais arquitetonicamente prefiguradas para os papéis marginais e constrictos das replicações formais advindas da perda de sua substância. Os conteúdos emancipatórios e críticos da arquitetura radical foram suprimidos por sua dimensão funcional e afirmativa em relação ao desenvolvimento capitalista no contexto da segunda guerra mundial. A "gestão capitalista direta do território" leva à "inação de seus instrumentos [da arquitetura e urbanismo] inofensivos" (TAFURI, 1985, p. 115-116). Essa crítica radical pareceu decretar uma impossibilidade estética e política, o que levou à recusa dessa inferida aporia estendida à milenar profissão. Kate Nesbitt ([1996] 2006, p. 42), resume a recepção dessa crítica no campo disciplinar, ao concluir que Tafuri "parece excluir a possibilidade de mudança por meio da arquitetura".

Se a crítica tafuriana levou a um imobilismo real do pensamento arquitetônico e a uma falsa superação auto-denominada pós-crítica², permitiu também uma expansão e elucidação dos impasses disciplinares ainda atuantes, apesar da euforia neoliberal. Curiosamente, o surto moderno brasileiro, entendido com base nessa crítica ideológica, pode ajudar a fotografar analiticamente a espacialização dos impasses apontados e também a construção de categorias críticas. Estas têm a intenção de buscar instrumentos conscientes, que transitem pela dialética que não abandona a dimensão negativa ao mesmo tempo em que procura tensionar a positividade inexorável da disciplina. Nesse sentido, um excerto é necessário.

No Brasil, a filósofa Otília Arantes ampliou a crítica da ideologia arquitetônica e procurou analisar as principais obras, tendências e teorias que pretendiam reagir às consequências desta grande reversão do Projeto Moderno. A explosão pós-moderna do final dos anos 1970, didaticamente exposta na Bienal de Veneza de 1980, permitiu à autora capturar o "problemático encontro entre a dimensão estética e impasse social", para além de uma denúncia do evidente fachadismo exposto no *Arsenale* (ARANTES, 2015, p. 14). Ao proceder à leitura dessas obras e procurar uma coerência na diversidade formal aparentemente inclassificável, a autora abriu caminhos para a compreensão tanto do "formalismo integral" do movimento moderno (a dimensão positiva da "dialética da vanguarda") (ARANTES, 2015, p. 52-53) quanto das alternativas historicamente formuladas, mais ou menos críticas em relação aos princípios modernos. Algumas experiências analisadas pretenderam, como Aldo Rossi do Teatro do Mundo (1980) e Jean Nouvel do Instituto do Mundo Árabe (1987), estender o potencial crítico da modernidade, mas opondo-se a seus esquemas formais e vínculos ideológicos destrutores da cidade. Ainda que a aposta em certo contextualismo crítico, no qual estavam inseridos os dois arquitetos citados tenha sido revista nos anos 1990, os esquemas de leitura que explicitavam a relação entre forma e conteúdo social foram prolongados em direção a uma nova crítica radical. Detectava assim, a subsunção das estratégias alternativas do contexto e situação aos esquemas pós-modernos da simulação e da imagem. A continuidade formalista da modernidade desembocara na sociedade do espetáculo e da indústria cultural, levando a arquitetura e o urbanismo realizados nos anos dourados do neoliberalismo a um fragoroso fim de linha.³

Essa chave interpretativa — que captura as contradições sociais na forma arquitetônica — permitiu ampliar a compreensão da formação da arquitetura moderna brasileira. Se a modernização industrial capitalista era um impulso global — ainda que desigual e combinado — e o vínculo entre arquitetura e desenvolvimento capitalista já fora amplamente detectado, tratava-

² Os artigos de Michael Speaks (2002, 2005) na Revista *Architectural Record* sintetizam os principais argumentos da superação da crítica por uma prática projetual alinhada às "práticas contemporâneas de gestão de negócios", conforme sintetiza George Baird (2004).

³ Ver Recaman (2001).

se de voltar esse refletor da crítica radical ao singular caso brasileiro. Ideologia do plano e formalismo integral necessitavam ser resolvidos na complexa equação da arquitetura moderna brasileira que surgiu como um milagre nos anos 1930. Essa análise, já realizada parcialmente⁴, serve aqui para o objetivo principal desta reflexão⁵. A materialização local dessas contradições é um metabolismo que permite identificar os elementos particulares espaciais que possam informar a prática disciplinar de modo mais objetivo. Esta, não obstante a precisão denunciadora de seus vínculos produtivos originais e persistentes, se mantém presente nas instituições públicas e na sociedade civil, no ativismo dos movimentos sociais e em outras formas de atuação que permitiriam introduzir possibilidades contra-hegemônicas — como denominadas neste editorial. Há, portanto, que compreender, segundo o objetivo aqui traçado, quais são as configurações hegemônicas, base material e arquitetônica de possíveis configurações alternativas, para além das formulações teórico-críticas. A análise da arquitetura brasileira, seguindo a tradição crítica da formação, permite a construção de categorias espaciais generalizadoras que podem ser úteis nesse sentido. Afinal, como afirma essa tradição, a modernização brasileira pode esclarecer melhor o processo global, na medida em que as ilusões ideológicas originais do liberalismo europeu não estiveram presentes no processo local.⁶

A arquitetura brasileira irrompeu, incitada pelo governo varguista e seu modelo hesitante de modernização, exatamente no momento em que as ideologias de emancipação social colapsavam no contexto europeu entre o final dos anos 1930 e a segunda guerra mundial. Versão local das imposições de planejamento econômico resultantes dos impasses do liberalismo e da crise financeira internacional de 1929, inseriu-se no contexto daquilo que Tafuri denominou de "realidade do plano" (1985, p. 92). No nosso caso, esse imperativo planejador abrangeu uma estruturação social, sucedânea dos processos de formação dos estados nacionais na Europa, que necessitava ao mesmo tempo construir uma nação — e, portanto, sua identidade — e o próprio Estado. Recorreu, de maneira súbita e acurada, à criação de emblemas que, ao contrário de serem resultantes de processos sociais formativos, procuravam se antecipar e ativar. Do ponto de vista estético, ou seja, da configuração do material sensível segundo um possível ou desejado espírito do tempo, essa operação de construção de emblemas de massa que incitasse um sentido de nacionalidade fora antecipada pelo movimento modernista dos anos 1920. Porém, no contexto do varguismo e deste argumento — da realidade do plano —, tal estética foi progressivamente destituída de uma dimensão crítica, que culmina nas configurações arquitetônicas dos palácios e edifícios-símbolos. Esse foi o caso da produção brasileira do MESP (1936) à Pampulha (1939-1942). Sem poder nos deter nas análises dessa arquitetura, realizada alhures, passemos agora a algumas sínteses espaciais e construtivas — por essas análises permitidas — que possibilitam a continuidade da argumentação proposta.

A desvinculação desafetada entre a célula — neste caso, o edifício — e um contexto urbano existente ou desejado (o plano) é o primeiro movimento de uma independentização desse sistema cultural específico que permitiu o seu funcionamento pleno em ambiente social adverso, se considerarmos as contradições originais do ciclo burguês. Ainda que Le Corbusier tenha trazido seus admiráveis planos urbanos do final da década de 1930 na bagagem, era claro desde o início da abordagem oficial o papel do mestre: fixar a lógica intrínseca do seu vocabulário formal dirigida à edificação, ainda que ela fosse, por princípio — e equivocadamente — inseparável de sua concepção totalizadora do plano urbanístico geral. Essa tarefa involuntária foi plenamente realizada. O edifício do MESP é um prodígio arquitetônico inigualável, apesar, ou por causa, das flexibilizações lógicas, a princípio inaceitáveis, dos vocábulos corbusianos. Esse sistema formal foi, no entanto, consolidado no projeto da Pampulha. Como essa arquitetura resolve a relação com o entorno sem pretendê-lo alusivo, modificado ou anulado? Uma questão de coerência sintática cuja existência e possibilidade estão implicados, porém, em um processo social abrangente que impõe dinâmicas próprias de espacialidade e urbanização.

Restou-lhe o papel tanto da simplificação identitária quanto da sublimação formal de uma impossibilidade social — harmonia das formas do edifício no lugar de uma asserção socioespacial. Qual é, então, a sua alteridade, o outro de um belo edifício? As contradições desse sistema arquitetônico não são somente em relação a uma possível extroversão sócio-formal herdada da vanguarda dos anos 1920. Ou, mais diretamente: a universalidade da célula como portadora de uma racionalidade industrial e social, que têm por base as expectativas socializantes da homogeneização. No caso brasileiro, são evidentes

⁴ Ver Arantes (1997) e Recaman (1996, 2002).

⁵ Esta discussão segue e desenvolve o roteiro indicado pelo capítulo metodológico de Wilderom (2019).

⁶ Cf. "As ideias fora do lugar" em Schwarz (1992).

as dificuldades compositivas da própria unidade, na articulação interna dos estilemas que se chocam ao não reproduzir a lógica da arquitetura moderna que lhe serviu de base. Esse choque foi, dentre outros virtuosismos, a curva e a base social precária que lhe dá sustento: as irracionais formas de madeira necessárias para esse purismo reverso⁷. Todavia, a relação desses objetos com algo que os envolve ou justapõe se torna um problema cuja grandeza pode ser sentida no desatino das nossas grandes cidades.

A paisagem social brasileira, apreendida pelo vendaval da modernização do início do século XX, elidia ideologicamente as décadas em que uma possível conformação urbana fora levada a cabo seguindo os preceitos do urbanismo burguês do século XIX. Aos estilos do ecletismo se acrescia a crítica moderna ao urbanismo oitocentista, apenas ensaiado por aqui. O retorno modernista à colônia necessitou elaborar artisticamente aquilo que socialmente se consolidava como improvável: a superação da escravidão que construíra a civilização do ouro. Esse impasse social da modernização hipertardia se tornou um impasse formal, ou estético. É conhecido o deslocamento ideológico realizado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. A alusão à arquitetura civil luso-brasileira, ao barroco religioso, à paisagem tropical e aos corpos, seguem o percurso da perda de referência social dessa produção que, inversamente, só avançava. Assim, o primeiro vazio que recebia as formas virtuosas foi uma paisagem idealizada à qual, de maneira explícita, as formas arquitetônicas mimetizavam. Esse outro natural só pode ser mantido em circunstâncias específicas, na medida em que o espaço que acolhia progressivamente essa arquitetura se urbanizava de maneira explosiva. Essa passagem foi minuciosamente ensaiada pela obra de Niemeyer desde os anos 1940.

As forças de extroversão formal herdadas, cuja síntese estético-social fora elaborada pela vanguarda europeia sob o impulso do fordismo dos anos 1920, não desapareceriam simplesmente com o traslado oceânico. Elas exigiram uma elaboração que pretendia dissipá-las no mais puro formalismo. Assim ocorreu com a forma conjunto, que Niemeyer elaborou até o final de sua extensa produção. A alteridade — para qual tendia radicalmente o *bulldozer* da arquitetura moderna — resumia-se no caso local a uma replicação do mesmo. O outro arquitetônico era uma configuração que arranjava unidades similares na falsa unidade ampliada do conjunto. A sua dimensão social, esta sim, se dissipara; a forma, ela própria, denuncia essa incompletude. Como dimensão social podemos entender o urbano, a cidade. Essa última enfrentava o seu desaparecimento por todas as partes, como mostra Lefebvre. No entanto, a vanguarda moderna radicalizara essa volatilização ao desconsiderar a cidade plenamente em seu projeto construtivo. O caso brasileiro não imaginou essa tábula rasa, mas acomodou as formas extraordinárias à precariedade urbana, no mesmo esquema figura-fundo das experiências de paisagem tropical-objeto arquitetônico que inicialmente pretendeu. Esse esquema formal implodiu com o conjunto plano cidade de Brasília, alcançando limites espaciais inimagináveis. A precariedade urbana do entorno não lhe tira a beleza, enfatiza-a; sem confrontá-la ou dar-lhe um exemplo social, um horizonte de justiça. Ao contrário, estabiliza aquilo que é a dualidade brasileira, que, na superfície, ora se move, ora paralisa.

A esse clímax dialético sobreveio o confronto inevitável entre essa matriz arquitetônica e a metropolização brasileira. Do ponto de vista de uma complexa elaboração estética das contradições socioespaciais, o novo eixo de explosão criativa da arquitetura brasileira se moveu para a maior cidade do país a partir dos meados da década de 1950. Nela foi elaborado um novo paradigma espacial que procurou adequar os achados da vanguarda brasileira à dinâmica de uma urbanização movida pelos espaços errantes que resultaram das lógicas econômicas e especulativas que organizavam a cidade de São Paulo. Os espaços da metrópole capitalista são marcados pela difícil coordenação dos fragmentos construídos, que resultam da lógica da abstração econômica que os rege. Tal fragmentação alcança níveis inauditos na periferia do capitalismo. Além dessa grande ausência de unidade urbana mínima prévia, esses fragmentos são, em sua maioria, construídos segundo as leis da necessidade e precariedade. O sentido do fragmento urbano, resultante da partição fundiária não mediada por desenho ou planejamento prévio, difere da necessidade de unidade que pressionava a arquitetura vinculada ao Estado autoritário brasileiro. Como atribuir-lhe novo impulso em um horizonte social cada vez mais restrito e submetido às determinações da expansão industrial capitalista pelo globo? Industrialização hipertardia, precariedade da mão de obra industrial, desilusões quanto ao desenvolvimento social implicado na modernização local, enfraquecimento político do Estado foram, em congruência com a dinâmica espacial, os novos fatores da mesma equação.

⁷ Ver Recamán (2010).

O movimento de constrição formal da unidade arquitetônica permitiria a sua independência formal, mesmo submetida ao parcelamento abstrato do terreno; este passa a ser o território suficiente de intervenção. O conjunto, generalidade ou expansibilidade latente — impulsos da extroversão espacial intrínseca às tipologias modernas europeias — metamorfosearam-se em uma somatória independente de unidades auto-centradas, realizando mais uma das vicissitudes condicionadas pela refração estética no subdesenvolvimento. A base formal desse fragmento arquitetônico supunha uma continuidade construtiva que se imporia pela exemplaridade inapelável. A cidade passaria a ser um contínuo de jóias arquitetônicas justapostas, independentes umas das outras, mas de forte expressão comum garantida por um equilíbrio com ecos deslocados e anacrônicos da lógica liberal. Intramuros, uma liberdade da intimidade despojada; embrião, nesse contexto político, de uma sociedade emancipada. A esse esquema, contraditoriamente, estava associada uma percepção da fragilidade da sociedade brasileira nesse período — quer seja da classe trabalhadora, das elites econômicas e do Estado — inibidora das transformações sociais mais amplas. Artigas, na segunda casa do arquiteto (1949), define um outro volume — o estúdio — em diálogo com a construção principal. Uma laje inclinada cobre e percorre os dois volumes dando-lhe uma paradoxal unidade. Da sala principal só é permitido observar esse anexo e o céu. Seu percurso arquitetônico indicou, com mais vigor que seus contemporâneos, a constrição da unidade residencial dentro do lote, como solução para uma cidade em processo de loteamento desenfreado dos anos 1950.

No contexto da industrialização brasileira hipertardia realizada durante o interregno democrático — entre o Estado-Novo e o golpe militar — o conjunto niemeyeriano se inviabilizou na medida da imposição do subdesenvolvimento destituído de influxos de autonomia nacional. Para a absolutização da lógica econômica que a cidade de São Paulo tanto representava, o enclausuramento dentro do lote garantia um espaço de socialização dos círculos próximos. Esse microcosmo indicava de maneira frágil um possível nexos ou sentido supra-individual, condicionado por um radical processo de fragmentação espacial. Eram apostas políticas só compreensíveis dentro do contexto de acirramento dos conflitos sociais que antecederam ao fechamento do regime. Ainda que os ensaios espaciais tenham sido realizados em projetos de residência, a coerência da introversão do arranjo espacial se manteve nos projetos de escalas e programas variados realizados por Artigas e seguidores.

Ainda que as soluções arquitetônicas desses dois momentos históricos principais — getulismo e democratização — tenham resultado em paradigmas espaciais bastante diversos, alguns aspectos essenciais os unem. A desterritorialização moderna resultante da abstração geométrica que orientava a espacialidade do plano teve sua razão explicitada no contexto do subdesenvolvimento. Sobreviveu, ou melhor, alavancou-se, sem o sentido original — ou seja, a mudança social mediada pela organização racional do território idealizado. No Brasil, essa desterritorialização seguiu a abstração desideologizada da ordem econômica desregulamentada, que tem no espaço o seu mecanismo de operação. Assim, emerge à superfície urbana a desordem aparente resultante das forças intangíveis da economia, agindo sem obstáculos inerciais ou políticos; alguma regulação existente no contexto ideológico original. Os fragmentos singulares que pontuaram o espaço urbano de São Paulo, ainda que pretendessem o escandir, concentraram todos os esforços estéticos da disciplina. Essa estratégia garantiu sua existência e sobrevida ao criar um impactante vocabulário formal que resultou em uma moralidade congelada. Ambos perseveraram mesmo fora do contexto social de conflito, no qual estavam em jogo as possibilidades de desenvolvimento nacional.

O sentido desse esquema estético e formal determinado por forças de abstração tem uma historicidade: a antiurbanidade intrínseca ao projeto moderno em arquitetura. Sua refração subdesenvolvida incidiu sobre uma territorialidade destituída de formação urbana, no sentido histórico de cidade. O período colonial, imperial e republicano nos legaram espaços eles mesmos já constituídos de fragmentos descontextualizados. Essa débil base urbana foi assolada pelo processo de modernização econômica iniciado nas primeiras décadas do século 1920 e radicalizado nos anos 1950 e 1960. Assim, a antiurbanidade de nossa modernidade arquitetônica encontra o sentido destrutivo da operação da vanguarda, destituída de utopias sociais — o plano. Uma antiurbanidade suficiente que não pretendeu instituir uma nova ordem racional crítica aos esquemas urbanos do passado. Seu caráter social segregacionista está implicado nessa organização espacial comandada livremente por forças econômicas que não encontram resistência física ou social que as afrente com a potência necessária. Na argumentação proposta, destaca-se que essa antiurbanidade não encontrou tampouco contraponto no campo disciplinar. Ao contrário, a estetização dessa ilogicidade fragmentada foi o determinante impulso criativo acionado, sem que a ele correspondesse um conteúdo social enunciado que pretendesse justificá-lo criticamente.

4 Considerações Finais

Após esta breve análise de fenômenos espaciais concretos mais visíveis na refração brasileira das vanguardas, retornemos, assim instruídos, às possibilidades ou brechas nas formulações críticas iniciais percebidas disciplinarmente como aporéticas. Estas perguntas que guiam esta reflexão: são possíveis os espaços contra-hegemônicos no contexto da hegemonia neoliberal? Caso sim, têm um horizonte emancipatório, ou seja, ainda que não sejam eles mesmos os espaços da vida liberada, a ela conduzem de alguma maneira?

Na medida que a aporia tafuriana é quase um consenso, devemos refletir sobre algumas indicações do autor pouco referidas, presentes no capítulo Problemas à maneira de conclusão (1985, p. 115-122). Para tanto, devemos nos esforçar em manter o método dialético original, ou seja, não pretender encontrar uma positividade pacificadora destituída de contradições que, dos anos 1960 até hoje, só se avolumaram. Além disso, segundo o autor, é essencial entender os processos reais que vinculam necessariamente a arquitetura ao cada vez mais complexo desenvolvimento capitalista. Não apenas do ponto de vista ideológico, mas também nos aspectos produtivos nos quais ela progressivamente se diluiu.

Nos anos 1960, contexto ao qual as reflexões de Tafuri estão profundamente associadas, já se anunciava um declínio do profissionalismo da arquitetura, cada vez mais destituída de seu caráter ideológico e intelectual. A racionalização de processos objetivos de projeção da cidade e dos edifícios minava cada vez mais a outrora prevalente atividade espiritual do arquiteto. Se por um lado isso resultava da deterioração das ideologias burguesas às quais a arquitetura devia sua origem moderna, minava-se também sua consciência crítica — e suas utopias —, o espaço para uma ação social reativa aos fluxos da lógica econômica. Podemos apenas corroborar com o vaticínio da deterioração profissional, ampliada sobremaneira com as tecnologias informacionais que implicam uma divisão do trabalho, estranha às lógicas de síntese e totalidade do auge da modernidade. Talvez, a pior decorrência dessa deterioração da reflexão crítica hoje seja o anti-intelectualismo cada vez mais presente na academia. São diversos os seus efeitos, que vão desde o abandono do conhecimento técnico específico à eliminação de distância crítica em relação aos processos imediatos da vida cotidiana reificada.

As condições e limites da prática profissional não são impeditivas, e seu reconhecimento é fundamental para uma ação de resistência às forças hegemônicas do desenvolvimento capitalista. Não se pode evitar o enfrentamento de elevada complexidade tanto do setor da construção quanto da estrutura urbana. A complexidade do planejamento contemporâneo é decorrência da antecipação ideológica do plano realizada pela arquitetura radical. Trata-se, portanto, de enfrentar as consequências contemporâneas dessas estratégias parciais e instrumentais de controle social:

Para além da crítica da ideologia, existe a análise 'parcial' de tal realidade, em que é sempre necessário reconhecer as linhas de tendências ocultas, os objectivos reais de estratégias contraditórias, os laços que unem entre si sectores económicos aparentemente independentes. Há um trabalho totalmente por fazer, parece-nos, para uma cultura arquitetónica que aceite um tal terreno de operações. (TAFURI, 1985, p. 116).

Essa prática se move, devemos reconhecer, no campo da negatividade, que problematiza inclusive o utopismo de imagens para uma sociedade libertada, vontades subjetivas, *atualização* de uma sintaxe ou mesmo uma *arquitetura* de classe. Esse campo do negativo atinge o cerne de uma atividade estética essencialmente construtiva como são a arquitetura e o urbanismo. Uma reflexão de Fredric Jameson (1985) ajuda a desenredar a assim recebida aporia tafuriana. Se não é possível uma *arquitetura* de classe mas apenas uma crítica de classe na arquitetura, o papel do arquiteto passa a ser resolutamente negativo na denúncia de ideologias existentes ou históricas. A dimensão estética da arquitetura fica assim refreada, enquanto a prática política revolucionária do arquiteto é a única possibilidade. Poderíamos dizer que o arquiteto italiano sentencia, assim, uma separação inflexível entre elas, eliminando os resíduos de autonomia estética. Jameson vai mais longe, ao aproximar essa aporia a um gênero textual cuja coerência interna leva a um fechamento em si mesmo, uma ideologia. Essa análise está, segundo o crítico americano, envolta pelos debates do marxismo ocidental e dos impasses revolucionários do século 20.

Para além das dificuldades apontadas do marxismo da segunda metade do século 20, que envolvem uma miríade de autores, será mais apropriado aqui avançar em relação à alternativa política e estética apontada por Jameson, que abriria

caminho para uma prática contra-hegemônica. Para confrontar Tafuri, Jameson recorre a outro célebre autor italiano, Antonio Gramsci. A imposição de uma hegemonia se vale de vários fatores que diluem a separação entre materialismo e idealismo; da mesma forma, a contra-hegemonia inclui uma resistência possível que implica uma luta cultural: no nosso caso, "contra-hegemonia significa produzir e manter viva uma certa 'idéia' alternativa de espaço, vida urbana, cotidiana e afins" (JAMESON, 1985, p. 72).

O argumento, aqui severamente simplificado, nos leva à virada espacial lefebvriana e a um pequeno excursão. O autor francês é conhecido como um crítico radical da arquitetura moderna, em especial dos *grands ensembles* produzidos na França depois dos anos 1950. Foi a sua pesquisa sociológica nesses espaços abstratos que permitiu ao autor refletir sobre a vida cotidiana e a centralidade do espaço na produção capitalista contemporânea (segunda metade do século 20). É por meio da racionalidade espacial, quer seja da unidade, do conjunto ou da cidade, que a reprodução social capitalista e alienada se realiza. As abstrações da ordem econômica erodem o sentido das cidades — obra —, transformando-as em produtos a serem trocados e consumidos. A esse aspecto ideológico do espaço se sobrepõem, sem poderem ser separados, aspectos diretamente produtivos: "organização do trabalho produtivo, transportes, fluxo das matérias-primas e das energias, redes de distribuição dos produtos... o espaço entra nas relações de produção e nas forças produtivas" (LEVEBVRE, 2013 [1985], p. 125). Para podermos voltar à crítica de Jameson, vale mais uma citação enfatizadora da unidade do espaço:

O conceito de espaço liga o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: descoberta (de espaços novos, desconhecidos, dos continentes ou do cosmos); produção (da organização espacial própria de cada sociedade); criação (de obras: a paisagem, a cidade com a monumentalidade e o cenário). (Lefebvre, 2013 [1985], p. 126)

Para Jameson, tanto o fechamento do pensamento tafuriano quanto o da pós-modernidade impassível e conformada, levariam a um impasse da ação. A abertura possível está, como vimos, na validade política da construção de espaços contra-hegemônicos como disputa cultural e na possibilidade de espacialidades que procurem, mantendo a distância estética, uma aproximação com uma vida cotidiana a ser revolucionada. Mesmo que não haja maiores indicações em relação às arquiteturas envolvidas nessas possibilidades, Jameson, crítico literário, pretende construir um enquadramento teórico que permita à reflexão propriamente arquitetônica desdobrar estratégias para uma disciplina à deriva. Essa mediação entre teoria e prática foi realizada pelo autor da Revolução Urbana, "a grande visão profética destes últimos anos de desânimo e renúncia" (JAMESON, 1985, p. 53). À guisa de conclusão, uma observação em relação às expectativas jamesonianas. Esse autor surgiu no debate internacional sobre a pós-modernidade ao decretar que a lógica cultural passava a guiar o capitalismo contemporâneo, tornando indiferentes as dinâmicas econômicas e culturais. Mesmo assim, subsistiria segundo ele certa autonomia relativa que autorizaria a apostar nas possibilidades críticas da cultura, da arte e da arquitetura. Resta saber se esse resíduo estético permaneceria ainda hoje, resistindo ao estreitamento que o neoliberalismo produziu em relação às dimensões não econômicas da vida. Ou, como reafirmou recentemente Otília Arantes (2021, p. 42):

Concluindo: depois do que acabo de expor é desnecessário confirmar — é isso mesmo, não há mais lugar no mundo contemporâneo, seja para uma criação artística, seja para uma experiência estética nos termos em que se deu no passado, mais especificamente até o alto modernismo.

Ao que Tafuri (1983, p. 11, tradução nossa) poderia acrescentar:

É por isso que o problema dos arquitetos não é construir essas representações, desde que por representações entendamos essa forma coletiva de compreender a realidade. Arquitetos ou não arquitetos, voluntariamente ou não, somos construídos assim que viemos ao mundo, somos construídos e ao mesmo tempo construímos essas imagens da realidade. Agora, há movimentos que podem alterar as representações, mas não são subjetivos. Por exemplo, críticas. A crítica, desnudando continuamente as representações enquanto tais (note-se que não digo o crítico, mas a crítica), isto é, uma obra intersubjetiva, social, internacional. A crítica pode trazer tantas dúvidas sobre as representações atuais que pode alavancar um esforço para avançar, pode forçar um salto.

Ainda que não seja este o propósito desta reflexão, é útil, neste esforço de síntese, indicar como essa equação crítica pode ser alimentada pela produção arquitetônica atual. Afinal, toda reflexão crítica proposta só pode ter como base a análise de

fenômenos espaciais existentes, para tentar evitar o campo minado das ideologias. Da mesma forma, as possibilidades, ou virtualidades inscritas na realidade, também devem estar apoiadas na concretude de propostas entendidas como alternativas contra-hegemônicas à radical abstração espacial do neoliberalismo. No caso brasileiro, apenas para tentar responder aos anseios da prática, podemos dizer que existem impulsos críticos inseridos em realizações arquitetônicas nas últimas décadas. Tais impulsos encontram-se menos ou mais desenvolvidos a depender de cada caso. Enfrentam, com enorme dificuldade, os mecanismos de produção do espaço capitalista atual, que completa a explosão e implosão do urbano, como vaticinou Lefebvre. Tais construções reativas e intuitivas carecem, no entanto, de formulações teóricas e críticas que explorem e deem um sentido pleno àquilo que surge apenas como reação formal ao *status quo*. Especialmente no caso brasileiro, a positividade de formulações de potência contra-hegemônica surgem cotidianamente nas formas de apropriação do espaço urbano pela população. Em meio às necessidades básicas promotoras de precariedades inéditas, surgem a todo momento indicações de vontade criativa e livre, especialmente nas regiões mais carentes da cidade. Tal dimensão da vida pode ser o material social prioritário para a pesquisa arquitetônica do espaço, a fim de a ele dar forma e sentido amplo, e por que não dizer, utópico-concreto.

Agradecimentos

Essa pesquisa foi desenvolvida com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processos nº 20/11816-5 e 16/22704-8.

Referências

- ARANTES, O. B. F. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. 3ª Edição ed. São Paulo: Edusp, 2015.
- ARANTES, O. B. F. Nota sobre a experiência estética depois dos Modernos. **Revista Limiar**, 8(15), p. 39-42. , 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/limiar.2021.v8.12556>. Acesso em: 22 de ago. de 2022.
- ARANTES, O. B. F. **Lúcio Costa e a ‘boa causa’ da arquitetura brasileira**. In: Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 113-133.
- BAIRD, G. “Criticality” and its Discontents. **Harvard Design Magazine**, n. 21, p. 16-21, Fall/Winter 2005 2004.
- JAMESON, F. Architecture and the Critique of Ideology. In: OCKMAN, J. (Ed.). **Architecture Criticism Ideology**. Princeton: Princeton Architecture Press, 1985. p. 51-87.
- LEFEBVRE, H. Prefácio: a produção do espaço. **estudos avançados**, v. 27, n. 79, p. 123-132, 2013.
- LEFEBVRE, HENRI. **Toward an Architecture of Enjoyment**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2014.
- NESBITT, K. (Ed.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- RECAMÁN, L. **Por uma arquitetura brasileira**. 1996. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- RECAMÁN, L. Posfácio: nem arquitetura nem cidades. In: ARANTES, O. B. F. (Ed.). **Urbanismo em fim de linha**: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. 2a Edição. São Paulo: Edusp, 2001, p. 211-222.
- RECAMÁN, L. **Oscar Niemeyer**: forma arquitetônica e cidade no Brasil moderno. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- RECAMÁN, L. O Desenho de Brasília. In: TRIGUEIROS, C. (Org.). **Uma Utopia Sustentável – Arquitectura e Urbanismo no espaço lusófono**: que futuro?. 01 ed. Lisboa: Editora da UTL, 2010, v. 01, p. 204-218.
- SCHWARZ, R. As ideias fora do lugar. In: **Ao Vencedor As Batatas**. 4a edição ed. São Paulo: Duas cidades, 1992.
- SPEAKS, M. Design Intelligence and the New Economy. **Architectural Record**, v. 190, n. 1, p. 72-79, jan. 2002.

SPEAKS, M. After Theory. **Architectural Record**, n. 6, p. 72-73, 2005.

TAFURI, M. **Projecto e Utopia**. 1ª Edição ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

TAFURI, M., 'Entrevista a Manfredo Tafuri', **Materiales 3** – PEHCHCESCA, Buenos Aires, p. 7-22, Agosto 1983.

WILDEROM, M. **Arquitetura para cidades latino-americanas: distâncias e aproximações entre São Paulo e Medellín**. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

UM OUTRO URBANO: CONSIDERAÇÕES ATRAVÉS DE SOLÀ-MORALES E CARERI
ANOTHER URBAN: CONSIDERATIONS ACROSS SOLÀ-MORALES AND CARERI
LUIZA MELO

Luiza de Farias Melo é Arquiteta, Designer Gráfica e Mestre em Arquitetura. É pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). luiza.melo@fau.ufrj.br
<http://lattes.cnpq.br/0119925945267028>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: MELO, L. de F. Um outro urbano: considerações através de Solà-Morales e Careri. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/586/586pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

Este artigo traz outras formas de habitar a cidade a partir das reflexões de Ignasi Solà-Morales sobre o fenômeno urbano contemporâneo, objetivando colocar as transurbâncias nômades de Francesco Careri enquanto traduções que as incorporam e territorializam enquanto práxis contra-hegemônicas espaciais. Para tal, ancorando-nos em uma revisão da literatura de Careri e de Solà-Morales, das críticas realizadas por estes ao urbanismo contextualista e o desenho urbano, buscamos apresentar a potência vocabular reflexiva que ambos provocam/estabelecem. Mais do que delimitar estruturas, suas colocações abrem os horizontes do campo urbanístico de maneira rizomática, que não se encerra em si mesmo: antes, inscreve o exercício urbano para além de uma produção (neo)liberal do espaço cidadão. Através dos conceitos de mutação e de *terrain vague*, o pesquisador catalão possibilita tensionar o pensamento sobre o urbanismo e a arquitetura interpretadas aqui através das transurbâncias errantes de Careri. O arquiteto italiano que passou a experimentar o espaço liso deleuziano, percorrendo as regiões periurbanas de Paris e Roma como uma prática de deslocamento do substancial referencial urbanístico da malha urbana das cidades. Tanto Ignasi quanto Careri encontram nos ambientes de indeterminação - intelectual e materializado - que o desenraizamento do urbanismo os proporciona, maneiras outras de pensar e praticar os espaços.

Palavras-chave: Fenômeno urbano, *Terrain vague*, Mutação, Transurbâncias, Urbanismo contra-Hegemônico

1 Introdução

Se nossa proposta de categorias culturais para compreender as novas relações entre a arquitetura e as grandes metrópoles contemporâneas começou com a noção de "mutação" como a mais adequada para compreender os fenômenos da transformação repentina, a última que propomos, terreno vago, constitui praticamente seu contraponto, o inverso da mesma moeda metropolitana. Somente uma atenção igual aos valores de inovação como aos valores da memória e da ausência será capaz de manter viva a confiança em uma vida complexa e plural. O papel da arte, escreveu Deleuze, também da arte da Arquitetura "não é o de produzir objetos para si mesmos, autorreferenciais, senão o de constituir-se em força reveladora da multiplicidade e da contingência (SOLÀ-MORALES, 1996, p. 23, tradução nossa)¹.

Neste artigo, buscou-se utilizar das reflexões de Ignasi Solà-Morales a respeito do fenômeno urbano contemporâneo e as transurbâncias de Francesco Careri como provocações a outras práxis, modos de pensar e agir, sobre o urbano. Para tal, foi necessário um rápido percurso de como as discussões a respeito das cidades desembocaram em seu complexo apanhado teórico, levando em consideração desde algumas críticas pós-modernistas até os consequentes desdobramentos sobre a teoria e prática urbanas, que se consolidaram no que ficou conhecido como urbanismo contextualista, representado através da construção da Vila Olímpica em Barcelona e da reconstrução berlinense após o fim da Guerra Fria.

Ignasi possui as características de seus contemporâneos e também influenciadores pós-estruturalistas franceses, como Deleuze e Foucault, que mesclam um extenso corpo referencial e teórico com uma enorme potência vocabular reflexiva e que, portanto, não se encerram em si mesmos. Mais do que delimitar estruturas, seus conceitos abrem os horizontes de nossos campos de estudo de maneira rizomática. Neste sentido, a compreensão não é imediata, tampouco taxativa. As reflexões plásticas e frutíferas a respeito de suas colocações que encontramos neste artigo nos auxiliam a vislumbrar um quadro filosófico ampliado, nos coloca em um ímpeto de deslocamento e de contingência.

¹ Do original em espanhol: "Si nuestra propuesta de categorías culturales para entender las nuevas relaciones entre la arquitectura y las grandes metrópolis actuales empezaba por la noción de mutación" como la más adecuada para entender los fenómenos de transformación súbita, la última que planteamos, *terrain vague*, constituye prácticamente su contrapunto, el reverso de la misma medalla metropolitana. Sólo una igual atención tanto a los valores de la innovación como a los valores de la memoria y de la ausencia será capaz de mantener viva la confianza en una vida urbana compleja y plural. El papel del arte, ha escrito Deleuze, también del arte de la arquitectura 'no es el de producir objetos para sí mismos, autorreferentes, sino el de constituirse en fuerza reveladora de la multiplicidad y la contingencia'".

As aproximações encontradas com essas elaborações do arquiteto, historiador e filósofo catalão com as práticas errantes do arquiteto italiano Francesco Careri são trazidas aqui como forma de corporificar e territorializar as conceituações de Solà-Morales em um contexto contra-hegemônico de compreensão da arquitetura e do urbanismo. Isto é, entendendo-os como epistemologias contestadoras de um pensamento e prática totalizantes, postos em prática em larga e acrítica escala atualmente na práxis sobre os espaços. Para tal, nos ancoramos em uma revisão da literatura de Careri, em seu conceito de transurbâncias nômades e no caminhar como um ato estético, e de Solà-Morales, em seus entendimentos acerca da mutação e do *terrain vague*. Assim, ambos são compreendidos aqui enquanto *stalkers* que encontram, na zona de indeterminação que o desenraizamento do urbanismo os proporciona, uma maneira outra, alternativa e fronteira de pensar e praticar a arquitetura e o urbanismo.

2 O urbanismo contextualista

O século passado foi um tempo bastante agitado no campo da teoria e da prática arquitetônica e urbanística. Do profícuo desenvolvimento de ideologias políticas e do surgimento de novos materiais e tecnologias acumulados ao longo das revoluções industriais e bélicas, o movimento modernista conseguiu exitosamente, no começo do século passado, criar um terreno próprio, que rompia com os modelos tratadistas da arquitetura desde o Renascimento. A agenda modernista combinava um paradigma de racionalidade técnica com uma ideologia que expressava os desejos e as esperanças de um espírito de época (SOLÀ-MORALES, 2003). Este *zeitgeist* fundamentava-se em uma utilização instrumental da história, em uma visão inescapavelmente teleológica, que se justificava em seus próprios fins: todo o passado desembocava em um presente que não podia ser outro. Esta herança filosófica (marxista e, por consequência, também hegeliana) orientava de um modo totalizante todas as experiências prévias, do Barroco até as Vanguardas, no desenvolvimento pleno do movimento moderno, o ápice de uma expressão psicológica e de um requinte técnico conjugado.

A partir da década de 50, o modelo modernista começa a sofrer críticas contundentes a respeito de sua incapacidade em dar conta da complexidade e diversidade dos vários territórios do mundo que seu espraiamento conseguiu alcançar. O modelo estandardizado e a resposta unidimensional às questões subjetivas e urbanas começam a ser questionados por movimentos regionais que, utilizando-se de outros campos do conhecimento das ciências humanas (como a psicologia, a antropologia, a sociologia, entre outros) para romper com um ideal de final feliz, como aponta Colin Rowe em 1958 (SOLÀ-MORALES, 2003), que não encontrava lastro na experiência vivida. A partir deste intenso contato com outras áreas do conhecimento humano, a *tabula rasa* sobre a qual se desenvolvia a arquitetura e o urbanismo modernista passa a entender a história não como argumento legitimador e teleológico de um presente luminoso, mas como uma preexistência que precisava ser considerada nas reflexões e intervenções sobre o espaço.

O uso instrumentalizado da história dá lugar a uma história que se reivindica enquanto pedra angular de uma fundamentação teórica, enquanto uma história crítica. Neste ponto, o desenvolvimento de questões estruturalistas e, principalmente, semiológicas e linguísticas, ganha terreno não só na arquitetura, mas em boa parte das ciências humanas. Este recente entendimento buscava a construção de epistemologias alternativas à narrativa única modernista, incorporando discursos estruturalistas para conseguir formular uma retórica própria, autocentrada e autônoma. Diante de uma certa preponderância das questões urbanas a partir de meados do século XX, surge uma correlação intrínseca entre o urbanismo e a arquitetura nas construções teóricas. Os trabalhos de Aldo Rossi (1984), por exemplo, colocam a morfologia urbana e a tipologia construtiva em uma relação binária que, juntas, apresentam uma lógica urbana dialética. Segundo ele: “A morfologia urbana é o estudo das formas da cidade. A tipologia construtiva é o estudo dos tipos de construção. Ambas as disciplinas estudam duas ordens de fatos homogêneos; além disso, os tipos construtivos que se concretizam nos edifícios são o que constitui fisicamente a cidade” (ROSSI apud PEREIRA, 2012).

Munidos dessa compreensão imbricada que a arquitetura e urbanismo ganham em um momento pós-moderno, esta correlação intrínseca entre forma e superestrutura não permite mais uma compreensão desvinculada de qualquer um desses campos sem se, de alguma forma, derramar-se para o outro. Além disso, levando em consideração que esta correlação também está pautada em uma crítica ao reducionismo cultural e identitário do movimento moderno, o urbanismo contextualista é materializado na construção da Vila Olímpica de Barcelona e na reconstrução de Berlim. Boa parte das reformas urbanas contextualistas em Barcelona consistem na intervenção realizada para abrigar os Jogos Olímpicos de 1992.

A Vila Olímpica de Nova Icaria, local construído para abrigar os atletas durante o evento, buscou integrar-se à malha urbana cerdariana preexistente ao tempo em que retrabalhava a orla da cidade, ocupada até então por instalações portuárias e férreas. Bohigas (1992), arquiteto que participou do projeto de Barcelona, salienta que a cidade foi entendida enquanto uma colagem de sistemas menores justapostos (os bairros), coordenados hierarquicamente por um sistema morfológico maior que leva em consideração uma questão identitária catalã, tanto no que concerne às características do plano de Cerdá, quanto aos usos reais cotidianos destes dispositivos capazes de irradiar uma “metástase” positiva de vitalidade urbana. Majoritariamente de cunho residencial, somada a uma orla com o apelo eminentemente turístico, a Nova Icaria combinava tanto a preocupação com a identidade e as características específicas de Barcelona – estando os arquitetos catalães diretamente envolvidos na parcela residencial do projeto – quanto a remodelação da orla para atrair investimentos estrangeiros em uma feição mais cosmopolita de cidade, com edifícios de renomados arquitetos conceituados, como Frank Gehry e Álvaro Siza (BRONSTEIN, 2012). Já a reconstrução de Berlim ocorreu na década de 90, do século XX, a partir de questões políticas bastante específicas ao contexto da cidade. Até 1989, ano em que aconteceu a queda do muro, Berlim havia sido cindida por esta barreira física que separava modos de vida bastante distintos.

Assim, a intenção de reconversão da cidade em capital do país, agora reunificada, colocava desafios de uma reconstrução urbana que era também eminentemente política e econômica. Após o fim da Guerra Fria, tanto a Berlim Oriental quanto a Ocidental, encontravam-se em crise. Então, o restabelecimento da capital era uma forma de estimular os setores industriais do país e atrair investimentos para a cidade (BRONSTEIN, 2012). A reconstrução de Berlim era uma forma de desafogar a crise econômica e política em que a cidade se encontrava, buscando criar empregos e abrir lugares, como *Friedrichstrasse*, para locação privada (HARVEY, 2005). Utilizando-se da história crítica como lastro argumentativo, Stimmann estabelece normas urbanísticas bem restritivas para uma reconstrução única de uma cidade que era, ao menos, bipartida. Estas tentativas de homogeneização e apagamento das guerras enquanto um passado recente e latente na cidade resultaram em críticas tanto estéticas, relativas à falta de experimentação e expressividade arquitetônicas e urbanísticas; quanto políticas, concernentes às atitudes autoritárias e, em boa parte, ao apagamento histórico da Berlim Oriental. A incapacidade de tradução da complexidade e dos traumas fractais vividos pela cidade resultou em uma superficial harmonia identitária que não condizia à Berlim recente.

3 Uma outra práxis urbana proposta por Solà-Morales

Apesar da pluralidade das críticas à arquitetura, sobretudo ao urbanismo modernista, Solà-Morales, em sua compreensão das diferentes práticas historiográficas na arquitetura do último século, identifica um certo ponto comum nestas duas abordagens contextualistas – a partir de uma incapacidade na construção de uma única abordagem metodológica que desse conta da totalidade das cidades. Neste modelo de reivindicações locais e regionalismos, esta abordagem encontrou caminho fragmentando e desmembrando o urbano em várias entidades que são recompostas em uma “remontagem” fundamentada através de um processo de historicização crítica (SOLÀ-MORALES, 2003). Este ponto é bem ilustrado na arquitetura por Venturi que, mesmo em sua crítica a um certo puritanismo moral do modernismo na arquitetura, insiste em seu “Gentil Manifesto” à complexidade e à contradição, em uma instância de inclusão totalizante:

Sou a favor da riqueza de significado em vez da clareza de significado; da função implícita, bem como da função explícita. Prefiro 'ambos-e' a 'ou-ou', preto e branco e, às vezes, cinza, a preto ou branco. Uma arquitetura válida evoca muitos níveis de significado e combinações de foco: seu espaço e seus elementos se tornam legíveis e viáveis de várias maneiras ao mesmo tempo. Mas uma arquitetura de complexidade e contradição tem uma obrigação especial para com o todo: sua verdade deve estar em sua totalidade ou suas implicações de totalidade. Ela deve incorporar a unidade difícil da inclusão e não a unidade fácil da exclusão. Mais não é menos (VENTURI, 2002, p. 23, tradução nossa)².

² Do original em inglês: “I am for richness of meaning rather than clarity of meaning; for the implicit function as well as the explicit function. I prefer “both-and” to “either-or,” black and white, and sometimes gray, to black or white. A valid architecture evokes many levels of meaning and combinations of focus: its space and its elements become readable and workable in several ways at once. But an architecture of complexity and

Esta necessidade estruturante também aparece nas considerações de Rem Koolhaas (2014) em sua elaboração de uma teoria da Grandeza. Em seu apelo teórico pela incorporação da categoria de Grandeza à arquitetura e ao urbanismo, ele afirma que neste contexto contemporâneo, “os arquitetos ficam na posição dos criadores de Frankenstein: instigadores de uma experiência parcialmente bem-sucedida cujos resultados foram tomados de uma loucura desenfreada portanto desacreditados” (2014, p. 47).

Ou seja, mesmo para os teóricos pós-modernos, este processo de “remontagem” a que se refere Solà-Morales é permitido apenas dentro de uma espécie de espraiamento arbóreo (DELEUZE; GUATTARI, 1995) que reconhece uma multiplicidade regional e identitária (e, portanto, se distingue de uma unidimensionalidade totalizante modernista). E também mantém um ponto de contato único a partir do qual se pode realizar uma genealogia histórica e assim justificar sua práxis embasada criticamente. Deleuze e Guattari (1995) elucidam esta possibilidade de genealogia, de raiz comum, do conhecimento arbóreo quando conceituam, em contraposição, sua consagrada figura filosófica do rizoma:

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...” Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 36).

Esta filiação e uma espécie de essencialismo (imposição do verbo “ser”) que Deleuze e Guattari contrapõem ao rizoma podem ser entendidos como âncoras de um pensamento estruturalista. Como o próprio Koolhaas (2014) exemplifica um pouco depois, em sua elaboração sobre a Grandeza, ainda há, neste urbanismo contextualista, uma necessidade de organizar-se a partir de um pensamento arbóreo: “a atração da Grandeza está no seu potencial de reconstruir o Todo, ressuscitar o Real, reinventar o colectivo e reivindicar a potência máxima” (2014, p. 22). Não coincidentemente, categorias do pensamento como a totalidade e o Real são questões discutidas por Hegel (HEGEL, 2008). Em contraposição, segundo Solà-Morales, esta herança hegeliana encontrada em Marx e em Freud chegam a um esgotamento conceitual a partir do momento em que Foucault (SOLÀ-MORALES, 2003), e posteriormente retomado por Deleuze e Guattari (1995), aponta o perigo de certa formulação positivista e hegemônica neste campo. Além de propor a arqueologia do saber enquanto um modo de abordagem menos coercitivo e universalista das ciências, uma maneira de se “desconfiar dessa vontade de essencialidade” (FOUCAULT, 2012, p. 248).

Esse novo modo de abordagem pode ser entendido dentro do pensamento sobre a cidade contemporânea no esforço de Solà-Morales em situá-la a partir da desordem, da multiplicidade e das diferenças enquanto pontos de partida e não mais pontos de chegada. Conceitos como *terrain vague* e mutação são utilizados para compreender territórios e paisagens enquanto processos fragmentários e cambiáveis de uma categoria de urbano emancipada do *logos* centralizador do urbanismo: uma possibilidade de resistir e escapar a ideia de arquitetura e urbanismo unicamente enquanto representação de poder.

4 Mutação e *terrain vague*

Para compreender este “urbano rizomático” faz-se necessário uma atomização das leituras sobre a cidade enquanto uma epistemologia própria, “como bem detectou Ignasi de Solà-Morales, a existência de uma geografia, de uma antropologia e de uma economia urbana confere total credibilidade à hipótese que o urbano constitui uma categoria cultural específica” (BRONSTEIN, 2012). Este entendimento deixa o urbano capaz de um deslocamento sem o peso de reportar-se à história crítica ou à antropologia urbana como diretrizes (deixando de representar seus conteúdos enquanto forma) já que toda esta multiplicidade de compreensões o atravessam e o constituem. Isto retira um imobilismo teórico e permite encarar a

contradiction has a special obligation toward the whole: its truth must be in its totality or its implications of totality. It must embody the difficult unity of inclusion rather than the easy unity of exclusion. More is not less”.

experiência urbana contemporânea enquanto tal. Desvincula-se, assim, de um certo lento histórico-estruturalista que decodifica o ambiente em um *a priori* do passado que o conceito de lugar e o regionalismo crítico constrói.

[...] por trás da pretensão abusiva de que a arquitetura era o instrumento com o qual fabricar e controlar a totalidade do ambiente, se escondia a necessidade de referir-se a modelos urbanos do passado e a incapacidade de, literalmente, imaginar, ter uma imagem global do que realmente está ocorrendo ao nosso redor (SOLÀ-MORALES, 1996, p. 10, tradução nossa).³

Para falar desta incapacidade de imaginação no urbanismo contemporâneo, Solà-Morales traz o conceito de mutação. Segundo ele, esta “ruptura nos mecanismos naturais de crescimento” (BRONSTEIN, 2012, p. 174) provoca nos urbanistas contextualistas um clamor por ordem, harmonia e coerência, fazendo-os buscar referências de sentido em um passado anacrônico que não comporta as visões do devir contemporâneo⁴. A mutação, ao contrário, permite que os urbanistas pensem a partir do atípico e fortaleçam esta força criativa para a “adoção de morfologias abertas e interativas” (BRONSTEIN, 2012, p. 174). A mutação adviria de mutação no sentido biológico, de uma transformação não só morfológica como também fisiológica (SOLÀ-MORALES, 1996). Esta transmutação é trazida por Ignasi como uma explosão de criação originária aproximada do caos, de uma ausência do ordenamento modelar de uma forma de vida, antes uma vida que brota sem seguir parâmetros pré-concebidos, súbita e desarraigada de um processo evolutivo sequencial. Nesse sentido, a mutação seria uma forma de concepção não-arbórea, rizomática, espontânea. Ela é uma epistemologia e uma ontologia da criação não-teleológica.

Nesse ínterim, o conceito de *terrain vague* aparece para salientar a importância da ausência na experiência do urbano contemporâneo. A ideia de ausência foi combatida ao longo da historiografia da arquitetura e do urbanismo estruturalista, entendido primordialmente enquanto a construção da matéria, da substância. Segundo Solà-Morales (1996), a palavra *terrain*, em francês, tem um caráter mais urbano do que *land*, em inglês, isto é, ela apresenta certa limitação construtiva ao território. Ao tempo que este terreno tem uma aceção um tanto determinada, ela também diz respeito a tamanhos maiores e menos precisos, ligadas à fisicalidade da porção de terra, ao potencial virtualizado do território. Já o termo *vague* tem genealogias distintas, no germânico tem a ver com o movimento da água e das ondas, de flutuação e instabilidade. No latim, sua origem vem do vazio, da vacância e da inocupação. Solà-Morales âncora a ausência presente nos *terrain vagues* como uma promessa de possíveis ainda indeterminados. Nesta segunda aceção, o *vague* encontra o *vacant* (ambos do latim, *vagus*) que significa algo indeterminado. Reunindo ambas as etimologias de *vague*, Ignasi coloca como esta indeterminação oceânica de possibilidades, o vazio que move. Para Solà-Morales (1995), compreender a lacuna urbana enquanto potência urbana é reinterpretar as fissuras deixadas pela cidade ordenada dos urbanismos estruturalistas, encontrando nos resíduos obsoletos valores evocativos. Para falar destes *terrain(s) vague(s)*, Ignasi fala da construção imagética da cidade através da fotografia no imaginário arquitetônico e urbano e como, ao longo do último século, se recorreu à fotografia para explicitar a experiência da cidade grande.

Através das fotos não estamos vendo as cidades, menos ainda por meio de fotomontagens. Vemos apenas as imagens, em sua impressão estática e enquadrada. Mas através da imagem fotográfica somos capazes de receber indícios, impulsos físicos que direcionam em certa direção a construção de um imaginário que estabelecemos como o de um determinado lugar ou cidade. Porque já vimos ou porque vamos ver alguns desses lugares, o mecanismo semiológico da comunicação é consumado através de indícios, e a memória que acumulamos por experiência direta, por narrações

³ Do original em espanhol: “(...) tras la pretensión abusiva de que la arquitectura era el instrumento con el que fabricar y controlar la totalidad del ambiente, se escondía la necesidad de referirse a modelos urbanos del pasado y la incapacidad de, literalmente, imaginar, tener una imagen global de lo que realmente está ocurriendo a nuestro alrededor.”

⁴ Como o caso da reconstrução de Berlim que, diante da complexidade de traumas bélicos e cisões irreconciliáveis nos modos de vida, a tentativa de reunificação mostrou-se no urbanismo enquanto uma “pasteurização” engessada de uma história pretendida, romantizada.

ou por simples acumulação de novos indícios é aquela que, definitivamente, produz nossa imaginação da cidade, uma ou mais cidades (SOLÀ-MORALES, 1995, p. 124, tradução nossa).⁵

Nesta passagem, o autor registra a importância da imagem fotográfica não como abstração compositiva mas, sobretudo, enquanto um desencadeador provocativo do imaginário que se produzirá, efetivamente, enquanto conjunto imagético da cidade na experimentação de indícios e experiências vividas. E é neste sentido da imagem fotográfica que o *terrain vague* se apresenta ao urbano contemporâneo “vazio, portanto, como ausência, mas também como promessa, como encontro, como espaço do possível” (SOLÀ-MORALES, 1995, p. 126, tradução nossa)⁶, e que por trazer esta potência de múltiplas possibilidades se configura enquanto “uma mensagem que contém expectativas de mobilidade, de vagabundagem, tempo livre, liberdade” (SOLÀ-MORALES, 1995, p. 126, tradução nossa)⁷.

Barron e Mariani (2013) leem estes *terrain vagues* como existências residuais e ambíguas, comuns a todas as cidades: “onde as paisagens viraram semente e foram deixadas por conta própria, estão em redesenvolvimento suspenso. ou vão sendo furtivamente habitadas ou usadas de outra forma, abaixo do radar da autoridade local” (BARRON; MARIANI, 2013, p. 1, tradução nossa⁸). O autor reforça a questão memorial do conceito, da ausência da paisagem como um processo que ilustra a reconstrução “lacunal” da memória, sobretudo a memória cotidiana, coletiva e compartilhada da cidade. Um lugar que comporta a contradição e insubordinação do vazio como forma de construção, já que na memória reside um exercício dialético de rememoração e esquecimento. E assim Solà-Morales (1995) compreende uma possibilidade epistêmica de abrigar o fenômeno contemporâneo, através do *terrain vague* como um resto urbano que permite uma dialética do negativo, do virtual (LÉVY, 2011).

Para ilustrar esse *terrain vague* em sua potência imaginativa de imagem, o filme *Stalker* (1979), do diretor russo Andrei Tarkovski, se coloca como um bom exemplo. O filme, baseado no livro *Piquenique na Estrada* (1971), evoca um território que, após o contato com extraterrestres, se converte em uma paisagem estrangeira para aqueles que o experimentam. As imagens da Zona (como o território influenciado por este acontecimento é chamado no filme) são os restos, os vestígios, desta passagem do Outro em um território que evoca naqueles que transitam por ela (os *Stalkers*): memórias, afetos e ações também Outros. A Zona pode ser entendida como um território que, sendo incapaz de ser compreendido pelo conhecimento humano, no filme, cientistas e militares passam diversos anos tentando compreendê-la e determiná-la sem obter êxito: ela se constitui como estrangeira, resistente à submissão do controle citadino.

No filme, as tentativas da ciência e dos militares em delimitá-la é sempre frustrada, como se a própria Zona se recusasse e continuasse inapropriável em sua permanente expansão. As tentativas destas duas forças de submeter à Zona ao controle é uma ilustração do que Deleuze e Guattari propunham enquanto distinção do espaço liso e do estriado: “É a diferença entre um espaço liso (vetorial, projetivo ou topológico) e um espaço estriado (métrico): num caso, ‘ocupa-se o espaço sem medi-lo, no outro, ‘mede-se o espaço a fim de ocupá-lo” (JACQUES, 2012). Em *Stalker*, a Zona é um *terrain vague* que resiste às inúmeras tentativas de cooptação, transformando-se em uma paisagem que só pode ser experienciada ou de alguma forma compreendida a partir do deslocamento nela.

⁵ Do original em espanhol: “A través de las fotografías no estamos viendo las ciudades. Menos aún a través de los fotomontajes. Sólo vemos las imágenes, en su estática y encuadrada impresión. Pero a través de la imagen fotográfica somos capaces de recibir indicios, impulsos físicos que dirigen en una determinada dirección la construcción de un imaginario que establecemos como el de un lugar o una de ciudad determinada. Porque ya hemos visto o porque vamos a ver algunos de estos lugares, el mecanismo semiológico de la comunicación a través de indicios se consume, y la memoria que acumulamos por experiencia directa, por narraciones o por simple acumulación de nuevos indicios es la que, indefinidamente, produce nuestra imaginación de la ciudad, de una o de muchas ciudades.”

⁶ Do original em espanhol: “Vacío, por tanto, como ausencia, pero también como promesa, como encuentro, como espacio de lo posible, expectación”.

⁷ Do original em espanhol: “es precisamente el mensaje que contiene expectativas de movilidad, vagabundeo, tiempo libre, libertad”.

⁸ Do original em inglês: “where the landscape has gone to seed and been left to its own devices, is in suspended redevelopment. or is being furtively inhabited or otherwise used, under the radar of local authorities”.

5 Careri e as transurbâncias como uma práxis do *terrain vague*

Apesar da difícil tarefa de encaixar práticas neste escopo teórico que tanto rejeita a delimitação estrita das caixas, alguns deslocamentos nesta tentativa de entender o fenômeno urbano contemporâneo se aproximam das propostas que Solà-Morales esboça. Neste sentido, as transurbâncias e a releitura da Nova Babylon, desenvolvidas por Francesco Careri, podem ser entendidas como um catalisador destes imaginários não-cooptados de um urbano contemporâneo. Patrick Barron e Manuela Mariani (2013) aproximam os *terrain vagues* trazidos por Solà-Morales (1996) do Careri através do manifesto de seu coletivo *Stalker* (nomeado a partir do filme de Tarkovski), colocando que:

Terrains Vagues são o que o coletivo arquitetural-e-artístico *Stalker* (1996) chama em seu manifesto de “espaços de confrontação e contaminação entre o orgânico e o inorgânico, entre natureza e artifício” aquilo “que constitui o negativo construído urbano, o intersticial e o marginal, espaços abandonados ou no processo de transformação”. (BARRON; MARIANI, 2013, p. 2, tradução nossa)⁹

Francesco Careri e os *Stalkers* realizavam transurbâncias deambulatórias periurbanas, isto é, caminhavam nos limites daquilo considerado cidadão, para experimentar o vazio, as lacunas no território, a paisagem entre os espaços estriados por excelência das cidades (DELEUZE apud JACQUES, 2012). Boa parte das suas atividades de transurbância se davam nos arredores de Paris e Roma — cidades que carregam uma herança histórica e, no caso de Roma, ainda é berço da metodologia linguística neo racionalista de Aldo Rossi, além de também apresentarem os “marcos de distinção” e o caráter turístico espetacular que Harvey (2005) e Debord (1997), respectivamente, comentam. Então, estas incursões para o território “entre” possibilitavam ao *Stalker* um deslocamento do substancial referencial estruturalista para um *terrain vague*, engajando o grupo em uma práxis do lugar resistente, não codificado.

Os limites espaciais se mostram menos rígidos. Entre interior e exterior, entre dentro e fora, entre privado e público, entre aqui e lá. Novamente o espaço do “entre”. Entre dois. Estar “entre” não quer dizer ser uma coisa ou outra, quer dizer ser temporariamente uma coisa e outra. Estar no meio de (*en train de*)... Em trans-formação. É não somente estar no meio ou em um meio, mas ser o próprio meio.” (...) “Os terrenos baldios (*terrain vague*) são sempre no meio, eles são em suspensão, em um estado provisório, intermediário, inacabado. (JACQUES, 2013)

No conceito do Solà-Morales, o *terrain vague*, por sua obsolescência diante da eficácia do urbanismo, provoca uma espécie de estranhamento mágico capaz de despertar as transformações radicais que Careri também coloca. Ignasi ilustra sua proposição para uma práxis urbana contemporânea a partir da contraposição com o urbanismo estruturalista, para ele, a potência do vazio pode transformar substancialmente este urbanismo porque é capaz de evocar “as forças ao invés das formas, o incorporado em vez do distante, o tátil em vez do óptico, o rizomático no lugar do figurativo” (SOLÀ-MORALES, 1995, p. 131, tradução nossa)¹⁰. A emancipação do urbano contemporâneo, distanciando-se de sua concepção hegeliana de forma para um determinado conteúdo, seja ele de qualquer campo de conhecimento, também aparece como fundamental para Debord. A Nova Babilônia foi uma tentativa de esboçar os conceitos situacionistas em uma reflexão prática do urbano. No entanto, a tentativa de materializar esta proposta, encapsulando-a em uma forma projetual definida, ocasionou o rompimento de Constant com Debord dentro do movimento situacionista (JACQUES, 2013). Para Debord, a fixação em forma de um projeto iria recair nas amarras estruturalistas que tentavam engessar o entendimento mutável da cidade em um modelo. Constant, por outro lado, pesquisou os acampamentos ciganos e propôs seu modelo enquanto uma “aldeia nômade global”.

⁹ Do original, em inglês: “Terrains vagues are what the architect-and-artist collective *Stalker* (1996) calls, in its manifesto, ‘spaces of confrontation and contamination between the organic and the inorganic, between nature and artifice’ that ‘constitute the built city’s negative, the interstitial and the marginal, spaces abandoned or in the process of transformation’”.

¹⁰ Do original em espanhol: “las fuerzas en lugar de las formas, lo incorporado en lugar de lo distante, lo háptico en lugar de lo óptico, lo rizomático en lugar de lo figurativo”.

Segundo Jacques (2013, s.p.), a melhor maneira de compreender esta aldeia é enquanto um modelo utópico que, antes de ser propositivo do futuro, apresentava-se como uma crítica ao presente, “não passível de ser construído: um não-lugar ou lugar nenhum”. Careri, remetendo-se a esta ideia situacionista, ressignifica-a declarando que a Nova Babilônia não era sonhada ou uma abstração, mas que ela sempre existiu. Segundo Francesco, esta cidade pode ser encontrada nas margens, nas periferias, no inacabado urbano, nas fissuras, nos terrenos baldios das cidades espetacularizadas. Ela seria o componente nômade, o espaço liso de desterritorialização de Deleuze e Guattari, dentro do espaço sedentário estriado da cidade, a “Nomos dentro da Polis” (JACQUES, 2013, s.p.). Para ele, o jogo lúdico a que Debord fazia referência na experiência da cidade é o movimento de encontrar estes espaços de amnésia dentro do urbano contemporâneo, porque estas amnésias também são amnióticas e contém o gérmen da criação do urbano.

Nova Babilônia não é um projeto de urbanismo. Também não é uma obra de arte no sentido tradicional do termo, nem um exemplo de estrutura arquitetônica. Pode-se apreendê-la na forma atual, como uma proposta, uma tentativa de materializar a teoria do urbanismo unitário, para se obter um jogo criativo com um ambiente imaginário, que está aí para substituir o ambiente insuficiente, pouco satisfatório, da vida atual. A cidade moderna está morta, vítima da utilidade. Nova Babilônia é um projeto de cidade onde se pode viver. E viver quer dizer criar. (JACQUES, 2013, s.p.)

6 Considerações finais

Neste artigo foram consideradas as críticas epistemológicas de Solà-Morales a um pensamento moderno e “contra-o-moderno” junto às práticas caminhantes desviantes de Careri como reflexões contra-hegemônicas de se pensar e agir no fenômeno urbano contemporâneo. O encontro entre estes pesquisadores dá-se aqui em suas tentativas de propor caminhos distintos para serem trilhados, através de referenciais outros para construção de um ideal de cidade. Na verdade, trata-se antes de um abandono conscientemente desejado de uma proposta projetiva de ideais estanques e lugares pré-determinados a serem alcançados. Ambos os arquitetos buscam empregar sua energia crítica e construtiva em uma práxis que exerça o urbano desvencilhado de uma ideia de produção (sobretudo, em seus desdobramentos capitalistas neoliberais).

Para apresentar essa aproximação, foram realizados pequenos recortes exemplares das teorias e práticas do urbanismo nos últimos cinquenta anos, que serviram de suporte basilar para ancorar as potentes críticas que Ignasi provoca. Sua leitura de como as práticas históricas sustentaram argumentativamente e ratificaram práticas arquitetônicas até os dias de hoje. Desde uma compreensão tautológica do urbanismo modernista, que justificava as suas ações no presente a partir de um legado técnico-psicológico, passando às reivindicações do regionalismo crítico e de uma interpretação linguística-estrutural das morfologias arquitetônicas e urbanas. Solà-Morales situa-nos na complexidade do fenômeno urbano contemporâneo, trazendo para a arquitetura e urbanismo uma possibilidade marginal (BARRON; MARIANI, 2013) e emergente para constituir um intervalo de crítica e prática do espaço.

Posteriormente, apresentamos que o engendramento da morfologia urbana e a tipologia construtiva, encabeçadas sobretudo pelas formulação de Aldo Rossi (1984), teceram uma relação simbiótica entre as discussões de arquitetura e cidade que foram levadas à prática pelo que ficou conhecido como urbanismo contextualista. Colocando um rápido enfoque nos casos das intervenções dos Jogos Olímpicos de 1992 em Barcelona e na reconstrução de Berlim pós-queda do muro que cindia a cidade, pode-se observar como as transformações destes dois territórios urbanos se pautaram, em maior ou menor grau, em uma tentativa de equilibrar uma multifacetada gama de discursos e argumentos econômicos, políticos e históricos, que seriam ilustrados por um conjunto arquitetônico-urbanístico harmônico. As críticas de Montaner, Koolhaas, Harvey e Debord às escolhas e aos resultados destes dois projetos, apesar de elucidativas. Seja na questão da preservação, no apagamento do patrimônio industrial na Orla de Barcelona. Seja na crítica ao engessamento proposto na reconstrução de Berlim. Ou nas consistentes críticas de Harvey (2014) a uma cooptação das reformulações urbanísticas pelo capitalismo tardio. Ou ainda, no questionamento de Debord (1997) a respeito de uma espetacularização de uma cidade nati-morta, ainda estão restritas a uma resposta colateral no urbano.

Partindo deste contexto, as críticas de Solà-Morales nos coloca diante do problema desta tentativa de “remontagem” do urbano enquanto resposta única à pluralidade dos diversos campos que o atravessam, estando ainda concentrado em uma

disposição arbórea do conhecimento. Solà-Morales, pelos pós-estruturalistas franceses, convida a um rompimento epistemológico no modo estruturalista que o urbanismo contextualista havia se colocado neste dois casos exemplares e propõe uma práxis urbana contemporânea e rizomática. Para entender este fenômeno urbano rizomático, Solà-Morales sugere encarar a mutação e o *terrain vague* enquanto dispositivos desencadeadores de outras maneiras de reflexão e ação no campo urbano. No lugar de tentar consertá-los; harmonizá-los, equilibrá-los, repará-los a partir de uma lente histórico-estruturalista, entendê-los como fenômenos do urbano contemporâneo e utilizá-los enquanto um devir criativo de outras formas de intervenção nas paisagens metropolitanas. Fractais, desalojadas de um conjunto.

Entender a mutação urbana que ocorreu a partir da queda do muro de Berlim, ou seja, compreender este desenvolvimento não-solicitado ou previsto do urbano, seria partir da ideia de que as fricções que a Segunda Guerra e a Guerra Fria não deveriam ser apaziguadas em uma tentativa de reconciliação dos dois lados do muro, mas incorporar os traumas passados pela cidade enquanto diretiva na reflexão e ação sobre a paisagem berlinense. Sobre este caso, Solà-Morales (1995) é incisivo e afirma que o arruinamento da *Alexanderplatz* depois do bombardeio em 1945 é uma conversão desta em um *terrain vague* que faz aflorar à superfície do território os estranhamentos e a inabitabilidade que esta paisagem contém. A tentativa de conferir uma imagem fotográfica, no rico sentido que Ignasi propõe, a este *terrain vague* permeado de possibilidades de mutações evoca a Zona do *Stalker* como paisagem.

Nesse sentido, de esvaziamento do uso utilitário, considera-se as práticas de transurbância periurbanas de Francesco Careri no vazio entre o estriamento cidadão enquanto incorporações de uma prática reflexiva no fenômeno urbano trazido por Ignasi. Esta práxis insurgente em uma paisagem insubmissa aparece como repotencialização do urbano contemporâneo, através de um estranhamento capaz de catalisar transformações, de reconstruir uma Nova Babilônia no vazio obsoleto dos territórios marginais e de criar uma nova vida urbana. O território estranho e não cooptado pelo urbanismo que se configura enquanto possibilidade de existências outras: onde o professor, o escritor e o vagabundo (personagens do filme) são capazes de desempenhar reflexões e performances de vida que não cabem dentro de suas *personas* profissionais.

Assim, tanto Ignasi quanto Careri constituem-se enquanto *stalkers* nos percursos que propõem nas frestas cidadinas. Caminhantes corajosos e criativos da Zona de Tarkovsky, eles, em sua transurbância nômade nesta Zona do fenômeno urbano contemporâneo, são capazes de sinalizar outras possibilidades de apreensão não-apropriável e colonizada do espaço. Configuram-se enquanto indisciplinados em um pensamento urbanístico neoliberal que se pretende sobre a cidade e esboçam em suas franjas marginais, uma tentativa teimosa e contra-hegemônica de exercer a cidade.

Referências

BARRON, P.; MARIANI, M. **Terrain Vague**: Interstices at the Edge of the Pale. London: Routledge, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303840511_Terrain_Vague_Interstices_at_the_Edge_of_the_Pale_London_Routledge_2013_Co-editor_with_Manuela_Mariani. Acesso em: 22 out. 2022.

BOHIGAS, O. Una nueva Barcelona. Reflexiones sobre los últimos diez años. **A&V Monografias**, n. 37, p. 6-11, 1992.

BRONSTEIN, L. A crise do urbanismo contextualista. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, [S. l.], v. 19, n. 32, p. 158-177, 2012. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v19i32p158-177. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/52462>. Acesso em: 24 set. 2021.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2012.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**: Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEGEL, G. W. F. A arquitetura. Capítulo I: O Sistema das Artes Particulares. In: HEGEL, G. W. F. **A Arquitetura**. Tradução, Introdução e Notas de Oliver Tolle. São Paulo: Edusp, 2008.

JACQUES, P. B. **Elogio aos errantes**. Salvador: Edufba, 2012.

JACQUES, P. B. O grande jogo do caminhar. **Resenhas Online**, São Paulo, ano 12, n. 141.04, Vitruvius, set. 2013. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/12.141/4884>. Acesso em: 24. set. 2021.

KOOLHAAS, R. **Três textos sobre a cidade**: Grandeza, ou O problema do grande; A cidade genérica; Espaço Lixo. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

LÉVY, P. **O que é o virtual?**. São Paulo: Editora 34, 2011.

MOLET, R. F. Planos, projetos, eventos: Barcelona 1992 - 2012. **ARQTEXTO**, 17. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_17/06_RFM_PLANOS%20PROJETOS%20EVENTOS.pdf. Acesso em: 22 dez. 2021.

PEREIRA, R. B. Tipologia arquitetônica e morfologia urbana. Uma abordagem histórica de conceitos e métodos. **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 146.04, Vitruvius, jul. 2012. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4421>. Acesso em 22 out 2022.

ROSSI, A. **The Architecture of the City**. Cambridge: MIT Press Ltd, 1984.

SOLÀ-MORALES, I. Presente y futuros. La arquitectura en las ciudades. **Catálogo do XIX Congresso da UIA**, Barcelona, pp. 10-23, 1996.

SOLÀ-MORALES, I. Práticas teóricas, práticas históricas e práticas arquitetônicas. in **Inscripciones**. Barcelona: Gustavo Gili, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3VqQpCm>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SOLÀ-MORALES, I. Terrain Vague. In: DAVIDSON, Cynthia (ed.) **Anyplace**. Cambridge: MIT PRESS. p. 118-123, 1995.

STALKER. Direção de Andrei Tarkovski. Rússia: 1979. 1 DVD (163 min.).

VENTURI, R. **Complexity and Contradiction in Architecture**. New York: Museum of Modern Art, 2002.

CIDADE INTELIGENTE CONTRA-HEGEMÔNICA: DOS ODS AO DIREITO À CIDADE
THE COUNTER-HEGEMONIC SMART CITY: FROM THE SDGS TO THE RIGHT TO THE CITY
FÁBIO FERRAZ

Fábio José Ferraz é Economista e Doutor em Urbanismo, com Pós-doutorado em Urbanismo. Desenvolve estudos e consultorias sobre adaptação de cidades amazônicas às mudanças climáticas, economia circular, cidades inteligentes e desenvolvimento sustentável. fabioferraz@usp.br

<http://lattes.cnpq.br/3430063252375539>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: FERRAZ, F. J. Cidade inteligente contra-hegemônica: dos ODS ao direito à cidade. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/669/669pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

O discurso das cidades inteligentes, baseadas em tecnologias de informação e comunicação, está plenamente inserido no modelo de urbanismo neoliberal, ao perseguir ganhos de eficiência e competitividade e ao preconizar o papel central da iniciativa privada na gestão dos sistemas urbanos e na produção do espaço urbano, em detrimento de interesses públicos e da ampliação do direito à cidade. Em paralelo, propostas e práticas de planejamento e gestão que se contrapõem a esse modelo ora hegemônico têm sido adotadas por diversas cidades ao redor do mundo. O artigo tem como objetivo demonstrar a plausibilidade e a pertinência de narrativas e práticas de cidades inteligentes e sustentáveis contra-hegemônicas, baseadas na inteligência territorial e na governança democrática, em que a produção do espaço urbano seja pautada pela busca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e pela ampliação do direito à cidade. Para isso, a metodologia consistiu em revisão de literatura recente e na identificação, reconhecimento e estabelecimento de relações teórico-conceituais nos discursos, narrativas e práticas hegemônicas e contra-hegemônicas das cidades inteligentes. Como resultado principal, tem-se o desenvolvimento da hipótese de que a ampliação do direito à cidade pode se concretizar na medida em que os ODS e suas metas sejam atingidos parcial ou totalmente.

Palavras-chave: Cidades inteligentes, Produção do espaço urbano, Governança democrática, Direito à cidade, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

1 Introdução

As cidades se fazem como resultado de complexas e intrincadas relações entre as comunidades que as habitam, seus ambientes construídos, ecossistemas naturais que as circundam e os territórios nas quais estão inseridas. Ainda que o surgimento das cidades preceda em milênios o advento da modernidade e o estabelecimento do capitalismo como sistema econômico hegemônico, é posteriormente a esses episódios que as cidades passam a desenvolver determinadas formas, funções e capacidades de modo mais acelerado. Em decorrência, testemunhamos nos dias de hoje um mundo cada vez mais urbanizado, caracterizado por gritantes desigualdades socioespaciais, pelo uso generalizado de aparatos tecnológicos e por mudanças climáticas causadas pela elevação da temperatura global, por sua vez, produto direto dos modelos de produção e consumo.

Se por um lado os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU sustentam que as cidades sejam transformadas em ambientes mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, por outro, os meios técnico-científico e econômico-negocial sugerem que as mesmas se tornem mais inteligentes e conectadas pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Os discursos, narrativas e práticas das cidades inteligentes surgem com a quarta revolução industrial, em meio às políticas neoliberais em que novas tecnologias e grandes estruturas eletrônicas e cibernéticas são tornadas instrumentos capazes de conferir maior eficiência à gestão de sistemas urbanos de mobilidade, energia e segurança, por exemplo. Novos conceitos — ainda que busquem inserir determinados temas relativos a questões econômicas, sociais e ambientais, dentre outras — pouco avançam em relação à ampliação do direito à cidade e à mudança dos padrões de produção do espaço urbano.

No entanto, paralelamente à hegemonia das políticas neoliberais adotadas em nível local, propostas e práticas de planejamento e gestão entendidas como contra-hegemônicas (na medida em que frisam a necessidade de mais democracia, justiça social e responsabilidade ambiental, contrapondo-se aos modelos vigentes) têm sido adotadas por cidades sob as mais diversas condições. Há de se considerar, em todo caso, as diferentes realidades das cidades ao redor do mundo, seja por características geopolíticas e econômicas, seja por escala e capacidades administrativas e institucionais. As cidades brasileiras — pequenas, médias e grandes, como exemplo e de modo geral — convivem com déficits de saneamento e habitação, transportes e mobilidade, áreas verdes e espaços públicos, mas também com déficits de negócios, trabalho e emprego, saúde e educação. Por outro lado, trazem consigo diversos recursos e capacidades, representados por capitais físico-financeiro, social, humano e institucional, que pouco são utilizados para solução ou redução de tais déficits.

Ao longo dos últimos trinta anos, o Brasil vem aprimorando substancialmente seu arcabouço jurídico-legal e político-institucional relativo às cidades originado no capítulo da política urbana presente na Constituição Federal de 1988. Faz parte desse processo a aprovação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), de diversas políticas setoriais (políticas nacionais de habitação, de saneamento básico, de mobilidade urbana, de resíduos sólidos, entre outros) e a criação do Ministério das Cidades (2003) que, em conjunto, proporcionaram importantes instrumentos para o planejamento e a gestão das cidades brasileiras. Entretanto, a despeito do desenvolvimento desse complexo arcabouço, convivemos ainda com uma lacuna significativa entre a legalidade e a realidade. A política urbana não se concretiza nas práticas de planejamento e gestão urbanas da grande maioria dos municípios brasileiros: os planos diretores são peças utópicas e sem regulamentação e, tão ou mais discrepante, o direito à cidade continua como um conceito bastante distante das demandas cidadãs.

Frente a esse panorama, é importante confrontar o discurso e as práticas das cidades inteligentes com a realidade das cidades brasileiras — das pequenas cidades às regiões metropolitanas. Não é possível alcançar resultados significativos de redução da violência urbana, como exemplo, se os investimentos em novas tecnologias de monitoramento não estiverem articulados a esforços que visem a redução da pobreza, das desigualdades socioespaciais, da falta de moradia adequada ou à ampliação das oportunidades de trabalho, das estruturas de educação e cultura, etc. O artigo tem a intenção de apresentar uma agenda de pesquisa buscando demonstrar a plausibilidade e a pertinência de narrativas e práticas de cidades inteligentes e sustentáveis contra-hegemônicas que sejam baseadas na inteligência territorial e na governança democrática — para além do uso de TIC — e que objetivem a ampliação do direito à cidade por meio da inserção dos ODS nos processos de planejamento e gestão urbanos.

2 O urbanismo neoliberal e as cidades inteligentes

A produção do espaço urbano sempre foi uma arena de conflitos entre interesses públicos e privados, que se acirram mais ainda no atual estágio de desenvolvimento capitalista, quando a relação entre os mercados imobiliário e financeiro se aprofunda e o solo urbano se torna um dos principais meios para acumulação e reprodução de capitais (HARVEY, 2014). Com a crise dos Estados de bem-estar (e dos nacional-desenvolvimentistas) seguida da ascensão de governos neoliberais, primeiramente, nos países de capitalismo central e, posteriormente, em nível global, modelos e projetos de gestão e renovação de áreas urbanas serão conduzidos sob novos direcionamentos ideológicos. Tais modelos privilegiarão políticas em que o papel e os interesses da iniciativa privada crescerão em importância, modificando os objetivos e as decisões de uso e ocupação do solo bem como as dinâmicas da produção do espaço urbano. Haverá, pois, todo um novo contexto dado pela exacerbação ou superação da modernidade que se refletirá no modo de produção e gestão do espaço urbano e na própria concepção do espaço, tornando o tecido urbano mais fragmentado, descontínuo e desregulado.

Sob essa separação entre o espaço urbano e os processos sociais, uma nova escola de planejamento urbano emergirá baseada no empreendedorismo e no planejamento estratégico das cidades, no *city marketing* e no urbanismo de espetáculo. De modo geral, e isso é válido também para administrações de partidos socialistas e socialdemocratas tanto na Europa quanto no Brasil, o “empresariamento” da administração pública se fará presente em um ambiente de liberalização e globalização econômico-financeiras. Nesse contexto, planejamento e gestão urbanos serão fortemente caracterizados por esforços de atratividade, competitividade e inserção das cidades no sistema econômico mundial, obviamente, em detrimento de um enfoque de gerenciamento de serviços urbanos, de melhoria da qualidade de vida e do direito à cidade para a população em geral.

Esse novo modelo de urbanismo, caracterizado como neoliberal, deve ser compreendido como uma representação das políticas neoliberais no planejamento e na gestão das políticas públicas urbanas. Tais políticas, como causas e consequências de uma nova fase do capitalismo contemporâneo, ao enaltecer as práticas da iniciativa privada e dificultar ou mesmo inviabilizar os processos de planejamento e gestão públicos nos sistemas urbanos, acabarão por moldar novos modelos de intervenção urbana, nos quais os entes econômicos privados têm grande influência no planejamento e na produção do espaço urbano (THEODORE et al., 2009). Grande parte dos projetos de cidades inteligentes se inserem nesse processo.

As cidades inteligentes — termo derivado do análogo da língua inglesa *smart cities* — surgem como resultado da aplicação das inovações trazidas pela quarta revolução industrial de automação inteligente, da inteligência artificial, tais como os sistemas físico-cibernéticos, *big data*, *block chain*, internet das coisas, armazenamento em nuvem e uma extensa gama de

aparelhos como os *smartphones*, câmeras, sensores, roteadores, entre outros. Em que pese à necessidade das administrações locais de fazer uso da informatização para ganhos de eficiência e redução de custos na gestão dos sistemas urbanos, os projetos das cidades inteligentes se estabeleceram (e ainda se estabelecem) como estratégias de marketing em busca de competitividade. Como exemplo, constata-se a crescente quantidade de rankings de cidades inteligentes, criados e amplamente divulgados nos meios e fóruns econômicos.

Ao longo das últimas duas décadas, os conceitos de cidades inteligentes têm evoluído e se tornado cada vez mais populares, já que as cidades e as mudanças climáticas se tornaram os principais elementos de discussão relativa aos desafios do desenvolvimento econômico e social “sustentável”. Nesse período, tem havido também uma hibridização de significados e inclusão de novas agendas com junções e variações diversas, criando-se termos como cidades digitais, conectadas, do futuro, sustentáveis, resilientes, habitáveis, inclusivas, entre outros. Tomemos duas conceituações relativamente distantes no tempo para entender essa evolução. Hall (2000) frisar os ganhos de eficiência e capacidade de gestão que a digitalização agrega:

Uma cidade que monitora e integra as condições de todas as suas infraestruturas críticas, incluindo estradas, pontes, túneis, trilhos, metrô, aeroportos, portos marítimos, comunicações, água, energia, até mesmo grandes edifícios, pode otimizar melhor seus recursos, planejar suas atividades de manutenção preventiva, e monitorar os aspectos de segurança enquanto maximiza os serviços aos seus cidadãos (HALL, 2000, p. 1, tradução nossa).

Ao seu turno, Bouskela e coautores (2016) — em um documento-referência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) intitulado “Caminho para as *Smart Cities*” — apresentarão a seguinte definição:

Uma Cidade Inteligente e sustentável é uma cidade inovadora que utiliza as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e outros meios para melhorar a qualidade de vida, a eficiência das operações e serviços urbanos e sua competitividade, enquanto garante o atendimento das necessidades das gerações atuais e futuras com relação aos aspectos econômicos, sociais e ambientais (Bouskela et al., 2016, p. 14).

Como se vê, a ideia de sustentabilidade é utilizada para inserir uma nova propriedade, mas ainda assim se mantém o foco nos ganhos de competitividade e atratividade. De modo geral, essa perspectiva tem sido amplamente disseminada e compartilhada por empresas de tecnologia, por governos locais e por consultorias privadas. Obviamente, o uso de TIC é fundamental para o aprimoramento do planejamento e da gestão dos sistemas urbanos, mas é também fundamental que os esforços de inovação sejam contextualizados e articulados ao desenvolvimento e implantação de políticas públicas urbanas mais amplas as quais têm compromisso com o interesse público e com as populações urbanas. Nesse sentido, conforme Angelidou (2014), criou-se uma falácia da instrumentalização tecnológica inovadora como característica que transformou o termo “cidade inteligente” em um chavão muito pouco esclarecido.

3 O direito à cidade em meio à produção do espaço urbano e à cidade inteligente

As cidades — como já expresso, desde os adventos da modernidade e do capitalismo como sistema econômico hegemônico, baseado na propriedade privada e no livre-mercado — vêm passando por sucessivas fases e revoluções (ASCHER, 2010), tendo chegado à contemporaneidade carregadas das contradições mais diversas, a depender de sua escala, posição nas redes urbanas e no mapa da geopolítica mundial. Como resultado desse processo, uma relação dialética entre a cidade e a sociedade que a habita e entre o espaço construído e a cultura que lhe dá concretude, acaba por criar todo um novo imaginário com novos significados e novos modos de existir, de pensar e de atuar no meio urbano. Esse novo imaginário — suportado pela reestruturação econômica pós-fordista, pela intensificação da globalização e do capitalismo financeiro, pelas novas TIC, pela desterritorialização das identidades e culturas, pela renovação das formas urbanas e pelo surgimento de novas estruturas sociais — nos coloca diante de uma realidade cada vez mais complexa. O que impõe aos planejadores e gestores urbanos urgência em responder aos desafios sociais, econômicos e ambientais, intervir e regular a produção e a reprodução do espaço urbano (SOJA, 2000).

Em outros termos, o atual estágio de desenvolvimento do sistema econômico mundial — caracterizado pela intensificação da mobilidade do capital decorrente de desregulamentação e inovações financeiras e pela redução de barreiras para investimentos em ativos imobiliários — propiciará um aprofundamento da relação entre capitais financeiros e imobiliários. As cidades, por conseguinte, serão transformadas em um dos principais meios para acumulação e reprodução do capital e, à vista disso, em um espaço concreto de luta de classes, de embate e ação política (HARVEY, 2014). No entanto, ainda que a produção do espaço urbano seja severamente influenciada por tal movimento de capitais, em qualquer momento, se caracterizará como resultado da atuação de diversos atores, grupos e setores socioeconômicos além do setor privado. Atuam, também nesse processo, o Estado (através dos seus diversos entes públicos), com todo um conjunto de práticas e procedimentos relativo à elaboração e implantação de políticas públicas urbanas, e uma diversidade de atores e grupos sociais que incidem, formal e informalmente, no espaço urbano, seja pela cotidianidade do habitar, pelas atividades de trabalho e/ou pela vivência nos espaços públicos.

Isso posto, como podemos vislumbrar a materialização e instrumentalização do direito à cidade e relacioná-lo aos interesses públicos? Mesmo que implicitamente, o direito à cidade é representado na Constituição Federal de 1988 e em outros estatutos legais tanto pelos direitos civis e políticos, pelo direito à gestão democrática das cidades, pelos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Na prática e conceitualmente, o direito à cidade vem sendo construído ao longo dos últimos cinquenta anos, manifestando politicamente o posicionamento e as reivindicações de diversos atores sociais no espaço urbano e na esfera pública. Tal direito remete a questões tais como a dimensão espacial da vida, a experiência do habitat humano no ambiente urbano, o processo de globalização-localização e de descentralização política, as demandas de vastas populações de usufruir os benefícios da cidade assim como a busca por uma sociedade mais justa, democrática e politicamente mais participativa (JARAMILLO et al., 2008).

Ou seja, é um conceito que manifesta, eminentemente, um caráter político que está em construção como objeto de posicionamento e mobilização por diversos atores sociais na esfera e no espaço públicos. Faz-se como uma síntese, como um direito completo de forma espacial e societal. Como ideal, queixa e exigência (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2014), o direito à cidade é, em dado sentido, mais um clamor do que um direito exigível juridicamente. Por outro ângulo, o direito à cidade pode ser entendido como a busca da garantia do cumprimento efetivo dos direitos humanos a todos os cidadãos no espaço urbano — ao respeito, proteção e promoção dos mesmos. É patente, no entanto, que o conceito de direito à cidade carece de um melhor desenvolvimento, principalmente, no que se refere ao seu delineamento e à sua aplicação legal. A materialização dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais sobre o espaço urbano ainda deixa o termo muito vago em relação ao direito à propriedade privada do espaço, que já é um objeto bastante comum ao campo jurídico.

Um possível caminho de materialização do direito à cidade será a internalização dos princípios e diretrizes das agendas de desenvolvimento (sem prescindir do uso das novas tecnologias) nos processos de planejamento e gestão urbanos. Nesse sentido, o conceito de cidade inteligente não pode ser um fim em si mesmo, mas deve abarcar sistemas, instrumentos e indicadores (articulados à Nova Agenda Urbana e aos ODS, por exemplo) para atingir as metas que os diversos planos propõem. As novas tecnologias, ao seu turno, podem e devem se tornar parte indissociável das políticas públicas de segurança, de mobilidade, de saneamento, de habitação, de desenvolvimento econômico, educação, saúde, mas não podem incidir apenas pontualmente em determinado sistema urbano.

Diante da necessidade de soluções conjuntas para problemas urbanos complexos, o discurso e o debate sobre cidades inteligentes não podem se basear na noção de “solucionismo” (MOROSOV; BRIA, 2019), mas no emprego de tais tecnologias para aperfeiçoamento dos processos de planejamento e gestão urbana, construídos política e institucionalmente por diversos atores sociais ao longo do tempo. Por outro lado, a inserção de tais tecnologias, a gestão e propriedade das mesmas, bem como dos dados que geram, precisam ocorrer de modo regulado e como parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, multissetorial e multidimensional. Em Barcelona, na Espanha, segundo os autores supracitados, em 2017, foi lançado um plano, com participação cidadã (e uma articulação entre diversos atores multissetoriais) baseado nas ideias e processos de cidade digital democrática, de dados abertos e bens comuns construídos de baixo para cima. Com objetivo de gerar benefícios sociais e retornos públicos muito bem definidos, a cidade incentiva o envolvimento de micro e pequenas empresas, além de agentes de inovação, com vistas a desenvolver “serviços e soluções digitais que atendam às necessidades dos cidadãos” (MOROSOV; BRIA, 2019, p. 99).

Diversas outras cidades vêm desenvolvendo projetos e programas baseados no uso de TIC (como aplicativos e plataformas digitais) buscando proporcionar maior engajamento cívico e participação popular nos processos de planejamento e gestão urbanos, como é o caso de Belém, Bogotá (Colômbia) e Nanterre (França). Nestes termos, a multisetorialidade deverá se manifestar por meio de esforços que pressuponham arranjos técnico-políticos entre governos, população (comunidades e sociedade civil organizada), academia e setor privado, para diagnosticar, desenhar e implementar políticas públicas melhores e mais inteligentes. Daí que o conceito de desenvolvimento sustentável — construído ao longo das últimas décadas e expresso nos compromissos e planos de ação da Agenda 2030, na Nova Agenda Urbana e no Acordo de Paris — deverá ser traduzido, no nível local, em políticas públicas de desenvolvimento humano, social, econômico, urbano e regional.

Ideias bastante diferentes, ainda que não concorrentes, das propostas de incorporação de inteligência artificial, automação, internet das coisas e um conjunto de aparatos eletrônicos para otimizar a gestão municipal de sistemas urbanos. Ou melhor, não concorrentes na medida em que os sistemas inteligentes não desempenhem funções e papéis próprios do aparato político-democrático e não se utilizem dos dados gerados para fins que não públicos. Faz-se então necessária uma análise apurada do conjunto de discursos, narrativas e práticas de cidades inteligentes, suas intenções e resultados em relação à melhoria da qualidade de vida das populações urbanas, à apropriação das tecnologias e aos benefícios gerados. Ao mesmo tempo, também urge a consolidação de posições contra-hegemônicas que proponham novos objetivos e novos indicadores para as cidades inteligentes como a ampliação do direito à cidade, o fortalecimento da inteligência territorial e da governança democrática e o uso do ferramental dos ODS como indicadores de processo.

4 Inteligência territorial coletiva e governança democrática como pressupostos da cidade inteligente e do desenvolvimento sustentável

Inteligência territorial e governança democrática são dois processos complementares que tendem a se retroalimentar e que se estabelecem como condições *sine qua non* para a estruturação de uma cidade inteligente e de seu projeto de desenvolvimento sustentável. A inteligência territorial se refere à gestão do conhecimento necessário ao entendimento das dinâmicas e estruturas territoriais para garantir e impulsionar o desenvolvimento de tal território (ORTOLL, 2012). A governança democrática, por sua vez, se apresenta como processo e como capacidade de articulação e organização do território, potencializando os recursos internos e aproveitando as oportunidades externas em prol do desenvolvimento da cidade e do seu território. Para Esteve (2009):

A governança democrática é a arte de governar os territórios do novo governo relacional, próprio da sociedade do conhecimento, cujo objeto é a capacidade de organização e ação de uma sociedade; seu principal meio é a gestão relacional ou das interdependências e sua finalidade é o desenvolvimento humano (ESTEVE, 2009, p. 60).

Entende-se território como um recorte da superfície terrestre que se apresenta ao menos com três atributos: i) como território natural representado pelos elementos primários da natureza; ii) como território equipado, fruto da intervenção humana, caracterizado por sistemas produtivos e de infraestrutura; e iii) como território organizado em que uma comunidade se reconhece como tal e se regula mediante dispositivos jurídico-institucionais e político-administrativos (BOISIER, 1999). Ao seu turno, a inteligência (em seus múltiplos sentidos nos campos das ciências cognitivas, psicológicas, biológicas, sociológicas, econômicas, geopolíticas e científico-tecnológicas) — como um conjunto de informações, conhecimentos, protocolos e procedimentos próprios de determinado território — pode expressar noções diversas e mesmo contrastantes. González Arellano (2014) sugere a ideia de inteligência coletiva como um conjunto de atributos cognitivos compartilhados por um grupo e que se fortalece na medida em que suas competências são mobilizadas, o que, para nós, remete a diversas concepções de capital social.

Já Miedes Ugarte (2009) entende que o conceito de inteligência territorial emerge paralelamente às mudanças ocorridas nas capacidades de governança territorial decorrentes dos processos de globalização e descentralização política e da transição para a sociedade do conhecimento. Com a sociedade do conhecimento e o desenvolvimento das TIC, surge a ideia de “territórios híbridos” como resultado da fusão de uma dimensão físico-geográfica e uma dimensão digital (BERTACCHINI; DEPRÉZ; RASSE, 2014) que amplia em muito as possibilidades de comunicação e colaboração coletiva agora de modo remoto. Tal ideia nos permite imaginar “um novo paradigma territorial baseado no conhecimento, na

aprendizagem e nas novas tecnologias” (FERNANDES; GAMA, 2013, p. 1). Para esses últimos pesquisadores, urge criar um modelo de organização para os sistemas de conhecimento locais e regionais que explorem o conceito de “território inteligente”.

Em outro sentido, Girardot (2009) afirma que a inteligência territorial amplia o escopo da inteligência econômica ao abranger todas as dimensões do desenvolvimento sustentável (social, cultural, econômica, ambiental, entre outras) visando a objetivos de promoção da “governança territorial democrática”. Essa, de acordo com Gonzáles Arellano (2014), pode ser definida por três componentes básicos: i) um cognitivo, como forma de entender o território; um ii) um sociopolítico, que engloba negociações na arena política; e iii) um tecnológico-organizacional, composto pelas redes de atores e ferramentas que atuam no território. Poderíamos também explorar outros conceitos correlatos de governança pública e governança colaborativa muito próximas ao aspecto sociopolítico, mas nos estenderíamos para além dos objetivos do artigo, ressaltando que a inteligência territorial coletiva e a governança democrática, para a extensa gama de estudos, se colocam como pressupostos para a organização de um território inteligente — e como consequência de uma cidade inteligente — que busca o desenvolvimento sustentável.

5 O paradigma do desenvolvimento sustentável e as cidades inteligentes

O “paradigma do desenvolvimento sustentável”, em seu sentido amplo, surge como reação e crítica às consequências da degradação ambiental, da urbanização desenfreada e do aumento das desigualdades socioespaciais e se constitui como resultado de uma série de conferências, declarações, protocolos, cartas e agendas realizadas ao longo dos últimos cinquenta anos. Como resposta ao agravamento dos efeitos negativos das ações humanas sobre o meio ambiente e manutenção da pobreza em nível global, a partir da década de 1970, a comunidade internacional — liderada pela ONU e algumas de suas subsidiárias — realizaria uma série de debates e estudos criticando o modelo de desenvolvimento em vigência. Desde 1972, com a publicação do relatório “Os Limites do Crescimento” e da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, a comunidade internacional vem lapidando seus compromissos e estabelecendo objetivos, metas e indicadores com vistas a modificar e/ou adequar os padrões de produção e consumo a uma nova matriz socialmente mais justa, culturalmente mais diversa e menos impactante nos ecossistemas e clima global.

Como resultado do aprimoramento de princípios, diretrizes, análises e instrumentos de gestão, as pautas econômica, social, ambiental e urbana se consubstanciaram, nos últimos anos, na Agenda 2030 com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015), no Acordo de Paris (2015) e na Nova Agenda Urbana (2016). A Agenda 2030 é um plano de ação que visa a: i) erradicar a pobreza e a fome; ii) proteger o planeta da degradação ambiental e conter a mudança climática; iii) assegurar a prosperidade por meio do progresso econômico, social e tecnológico; iv) promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas; e v) mobilizar os meios necessários para estabelecer parcerias globais para o desenvolvimento sustentável. Seus dezessete ODS, com metas e indicadores, têm a função de especificar e instrumentalizar políticas públicas e ações privadas buscando melhorar as condições atuais até 2030.

O Acordo de Paris foi estabelecido como um compromisso de cento e noventa e cinco países na Conferência das Partes sobre as Mudanças Climáticas (COP21) para reter o aumento da temperatura em no máximo dois graus Celsius (em relação a níveis pré-industriais) reduzindo a geração de gases de efeito-estufa por meio de ações e políticas públicas. Ao seu turno, a Nova Agenda Urbana propõe a adequação das cidades para serem mais habitáveis, saudáveis, seguras, inclusivas, sustentáveis e resilientes aos fenômenos naturais por meio de processos de planejamento, legislação e políticas econômicas locais. Importante atentar que a Nova Agenda Urbana, sendo posterior aos dois outros compromissos, incorpora seus princípios e considerações, em especial os relativos ao ODS 11, de tornar cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. O mesmo acontece com a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, ora em andamento, que provocou a instituição de uma agenda nacional para formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Urbano Sustentável como forma de criar uma agenda política em busca de um modelo brasileiro de desenvolvimento sustentável urbano (GIZ, 2021).

Coloca-se, então, em questão a plausibilidade e pertinência da utilização dos ODS com suas metas e indicadores pelas cidades que se pretendem inteligentes como subsídio aos instrumentos de planejamento e gestão em busca da ampliação do direito à cidade. Isso porque os ODS e o conjunto das agendas de desenvolvimento abarcam uma diversidade de tópicos correlatos ao atendimento desse direito bem como internalizam as diretrizes e princípios do desenvolvimento sustentável

para além do ODS 11. Ainda que tais agendas e compromissos trabalhem com metas e prazos definidos, é altamente provável que os mesmos se renovem ou sejam aprimorados quando surgem oportunidades de inserção de demandas pouco consideradas e de fortalecimento de capacidades territoriais — de inteligência e governança —, conforme colocado por González Arellano (2014).

6 Considerações finais

As cidades — governos municipais, comunidades, estruturas, sistemas e territórios — se produzem e reproduzem como resultado de interesses privados, de políticas públicas e processos de planejamento e gestão que, por sua vez, são orientados por constructos discursivo-ideológicos e paradigmas de desenvolvimento. É, então, fundamental que o discurso hegemônico, as narrativas e as práticas das cidades inteligentes e sustentáveis ora em voga sejam analisados criticamente, bem como se incite a elaboração de propostas alternativas.

Com base nos pressupostos apresentados ao longo do artigo, é possível desenvolver a hipótese de que a ampliação do direito à cidade pode se dar na medida em que os ODS sejam atingidos parcial ou totalmente. Também vale considerar que o adjetivo “inteligente” da cidade a coloca sob a responsabilidade de resolver problemas urbanos e/ou que acontecem na cidade e em seu entorno. Por conseguinte, a inteligência territorial como conceito e como conjunto de conhecimentos acumulados no território e sobre o território é imanente à inteligência, à sustentabilidade e à governança democrática da cidade. A inteligência acumulada e praticada na cidade, para além do uso das TIC, mas sem prescindir das mesmas, se manifestará em suas práticas sociais e econômicas cada vez mais alinhadas à sustentabilidade, e a gestão e o monitoramento dos ODS se tornam fundamentais nesse processo.

Nesses termos, é necessário o estabelecimento de narrativas e práticas de cidades inteligentes e sustentáveis contra-hegemônicas baseadas na inteligência territorial e na governança democrática em que a produção do espaço urbano seja pautada pela ampliação do direito à cidade e pela busca dos ODS, em detrimento da reprodução do capital e da eficiência dos mercados imobiliário, financeiro, de produtos e serviços de tecnologia. Mais que o atributo *per se*, as cidades inteligentes contra-hegemônicas — como mostram Barcelona e outras cidades que a acompanham — têm buscado avançar na democratização da informação, de bens e serviços, questionando a lógica neoliberal e invertendo prioridades e benefícios produzidos pelas políticas públicas urbanas.

Referências

ANGELIDOU, M. Smart city policies: a spatial approach. **Cities**, [S.L.], v. 41, p. s3-s11, jul. 2014. Elsevier BV. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S026427511400095X?via%3Dihub>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências: **Diário Oficial da União**, seção 1, ano 138, n. 133., p. 1-6, 11 jul. 2001. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 21 nov. 2022.

BERTACCHINI, Y.; DEPRÉZ, P.; RASSE, P. The territorial intelligence process: ecology of communication for development of hybrid territories. **Computer and Information Science** v. 7, n. 4; 2014. Disponível em: <https://www.ccsenet.org/journal/index.php/cis/article/view/40625>. Acesso em: 27 fev. 2022.

BOISIER, S. Desarrollo Local: De qué estamos hablando? **Revista paraguaya de sociología: publicación de ciencias sociales para América Latina**. Asunción, v. 36, 1999, p. 7-29. Disponível em: <https://www.bivica.org/file/view/id/3319>. Acesso em: 22 out. 2022.

BOUSKELA, M.; CASSEB, M.; BASSI, S.; DE LUCA, C.; FACCHINA, M. **Caminho para as smart cities**: da gestão tradicional para a cidade inteligente. BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nova Iorque: BID, 2016. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Caminho-para-as-smart-cities-Da-gestão-tradicional-para-a-cidade-inteligente.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

ESTEVE, J. M. P. **Governança democrática**: construção coletiva do desenvolvimento das cidades. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

FERNANDES, R.; GAMA, R. Cidades inteligentes, inteligência territorial e criatividade em Portugal. A relação entre as dimensões real e virtual dos sistemas de conhecimento e aprendizagem. **Cadernos de Geografia** n. 28/29. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009/2010, 2013, p. 81-91. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/21463>. Acesso em: 07 mar. 2022.

GIRARDOT, J. J. Evolution of the concept of territorial intelligence within the coordination action of the European Network of Territorial Intelligence. **ReS - Ricerca e Sviluppo per le politiche sociali**. Nuova Serie – n. 1-2. Numero Speciale: Territorial Intelligence, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/47752368_Evolution_of_the_concept_of_territorial_intelligence_within_the_coordination_action_of_the_European_Network_of_Territorial_Intelligence. Acesso em: 05 jul. 2022.

GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit. **Projeto ANDUS – Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.andusbrasil.org.br/>. Acesso em: 08 maio 2022.

GONZÁLEZ ARELLANO, S. Inteligencia territorial y la observación colectiva. **Espacialidades - Revista de temas contemporáneos sobre lugares, política y cultura**, v. 4 n. 2, p. 91-109, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=419545122004>. Acesso em 05 jul. 2022.

HALL, R. E. The vision of a smart city. In: **Proceedings of the 2nd International Life Extension Technology Workshop**. Paris, set. 28, 2000. Disponível em: <https://www.osti.gov/servlets/purl/773961>. Acesso em 02 ago. 2022.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes - Selo Martins, 2014.

JARAMILLO, P. D.; VILLAMIL, A. C.; BAÑALES, J.G. **Espacio público y derecho a la ciudad**. La política de espacio público físico y la venta informal en Bogotá. UN-Habitat: Bogotá, 2008. Disponível em: [https://mirror.unhabitat.org/pmss/\(X\(1\)S\(kvhm3zltkka2joywebh4yvb1\)\)/getElectronicVersion.aspx?nr=2688&alt=1](https://mirror.unhabitat.org/pmss/(X(1)S(kvhm3zltkka2joywebh4yvb1))/getElectronicVersion.aspx?nr=2688&alt=1). Acesso em: 26 out. 2022.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

MIEDES UGARTE, B. Territorial intelligence and the three components of territorial governance. In: **International Conference of Territorial Intelligence**, Besançon 2008, out. 2008, Besançon, p. 10, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/265006665_Territorial_intelligence_and_the_three_components_of_territorial_governance. Acesso em 01 jun. 2022.

MOROSOV, E.; BRIA, F. **A cidade inteligente – tecnologias urbanas e democracia**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

ORTOLL, E. Inteligencia territorial: iniciativas y modelos. **Revista de los Estudios de Ciencias de la Información y la Comunicación**, n. 9. Universidad Oberta de Catalunya., Marzo 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/349741539_Inteligencia_territorial_iniciativas_y_modelos. Acesso em: 12 maio 2022.

SOJA, E.W. **Postmetropolis**: Critical studies of cities and regions. Oxford/Malden: Blackwell Publishers, 2000.

THEODORE, N.; PECK, J.; BRENNER, N. Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados. **Temas Sociales**, n. 66. Santiago de Chile, mar. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277955552_Urbanismo_neoliberal_la_ciudad_y_el_imperio_de_los_mercados. Acesso em: 20 out. 2022.

GLOBALIZAÇÃO NÃO-HEGEMÔNICA E MUDANÇAS NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM **NON-HEGEMONIC GLOBALIZATION AND CHANGES IN THE HISTORIC CENTER OF BELÉM** ANA BEATRIZ DE MACEDO, HELENA TOURINHO, NADIME FRÓES

Ana Beatriz Fernandes de Macedo é Arquiteta, Mestre e doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano. É pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano da Universidade da Amazônia (UNAMA). anabeatrizfmacedo@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1754719466494278>

Helena Lúcia Zagury Tourinho é Arquiteta e Doutora em Desenvolvimento Urbano. É professora da Universidade da Amazônia (UNAMA) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano da mesma instituição. É líder do grupo de pesquisa em Mercado Imobiliário em Centro Histórico (Módulo Belém). helenazt@uol.com.br

<http://lattes.cnpq.br/5283117460253337>

Nadime Alvarenga Fróes é Arquiteta, e estuda intervenções nos imóveis do Centro Histórico de Belém no grupo de pesquisa em Mercado Imobiliário em Centro Histórico (Módulo Belém) da Universidade da Amazônia (UNAMA). alvarenganadime@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5441769804648549>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: MACEDO, A. B. F.; TOURINHO, H. L. Z.; FRÓES, N. A. Globalização não-hegemônica e mudanças no centro histórico de Belém. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/735/735pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

Desde o século passado, a globalização não hegemônica tem sido vista como oportunidade de negócio por países asiáticos que passaram a produzir e exportar produtos de baixo custo, mediante a constituição de redes estruturadas em forma de pirâmide e compostas por fornecedores, produtores, distribuidores e vendedores. No extremo dessas redes, estão as relações de compra e venda estabelecidas, normalmente, entre asiáticos e consumidores locais, que vêm alterando espaços terciários urbanos tradicionais, visto que, a contra-hegemonia surge como reação à globalização (hegemônica e não hegemônica), por meio de ações e/ou lutas pela distribuição democrática de riqueza. O presente artigo analisará como tal processo se apropria dos espaços e como a dialética global-local resulta em mudanças no uso e ocupação dos solos de centros históricos. Para isso, com base em pesquisa bibliográfica, será discutido o papel dos transmigrantes asiáticos nos processos socioespaciais recentes, observados em centros históricos. Em seguida, a partir do levantamento de campo, será mensurada, caracterizada e analisada a distribuição espacial dos imóveis ocupados para a comercialização de mercadorias populares, de procedência asiática, no Centro Histórico de Belém (CHB). Dessa forma, o trabalho mostrará: (i) a expressiva quantidade e concentração espacial de imóveis do CHB que transacionam mercadorias do circuito da globalização não hegemônica de procedência asiática; (ii) que além de estabelecimentos gerenciados por transmigrantes, existe um grande número de lojas comercializando, predominantemente, produtos de origem asiática; (iii) que o comércio popular de mercadorias procedentes de países asiáticos está redefinindo a divisão social do espaço no CHB.

Palavras-Chave: Globalização não hegemônica, Patrimônio cultural, Comércio popular, Comerciantes asiáticos, Centro histórico de Belém

1 Introdução

A globalização é o processo caracterizado pelo aumento da interdependência entre países e pela compressão do espaço-tempo, proporcionada pelos meios de transporte e comunicação cada vez mais rápidos (HARVEY, 1992; 2005; 2013). Mais recentemente, observa-se o aprofundamento da chamada globalização não hegemônica ou globalização popular, que articula agentes capitalistas poderosos às camadas desfavorecidas da sociedade através do fluxo de mercadorias populares (RIBEIRO, 2006; 2009; 2010; 2011). Neste sentido, Santos (2007) sugere que o movimento contra hegemônico de insatisfação a nível global, com a reprodução hegemônica do capital, ocasiona a transformação do modo de enfrentamento ao capitalismo, mediante a globalização da luta pela distribuição democrática de riqueza, influenciada pelo princípio de que: “Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.” (SANTOS, 2002a, p. 75).

A globalização contra-hegemônica, portanto, refere-se a um processo de reações locais às forças globais (hegemônicas e não hegemônicas) que, em contrapartida, promovem conexões translocais por meio de operações e redes transnacionais que compartilham de um mesmo propósito (SANTOS, 2002a). No presente artigo, entende-se a globalização não hegemônica ou globalização popular como o movimento paralelo ao da globalização hegemônica, em que frações de grupos dominantes se aliam ou não a grupos locais articulados à ampla rede organizada em escala global, inclusive, a partir da coalizão formada entre capitais e transmigrantes asiáticos, para produzir e/ou comercializar bens de consumo e serviços de baixo custo e, normalmente, de padrões de qualidade similares aos ofertados pelas cadeias produtivas vinculadas aos circuitos da globalização hegemônica. Este tipo de globalização conquista cada vez mais força e tem se manifestado, especialmente, pela ocupação de grande quantidade de imóveis por lojas de produtos asiáticos, normalmente controladas por transmigrantes da mesma origem.

Os processos de globalização buscam promover a homogeneização sociocultural, econômica e espacial, já que difundem processos uniformizados em termos de relações sociais de produção e a massificação do consumo e estão, direta ou indiretamente, atrelados às cadeias voltadas para a reprodução ampliada do capital. Entretanto, tal homogeneização não ocorre do mesmo modo nos diversos segmentos sócio-espaciais, não só porque a globalização é seletiva em suas alocações pelo globo, mas porque deve ajustar-se e, não raras as vezes, reelaborar processos políticos, econômicos,

culturais e os ambientes locais construídos, que devem estar inseridos tanto na perspectiva transnacional, como também aportados em locais e lutas concretas (HAESBAERT; LIMONAD, 2007; SANTOS, 2002a; SANTOS 2002b). Assim, entende-se a relevância de identificar e procurar compreender as manifestações e configurações espaciais, notadamente, no que concerne aos impactos que se promovem em centros históricos, espaços socialmente produzidos e de grande valor cultural e simbólico.

Desenvolvido no âmbito dos estudos urbanos do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Universidade da Amazônia, e inserido no grupo de pesquisa e estudo do funcionamento do mercado imobiliário em centros históricos das cidades brasileiras (MICH), o presente artigo tem por objetivo investigar como esse processo de globalização está se operando no Centro Histórico de Belém (CHB), localizado no Estado do Pará. Sobre este centro, destaca-se que desde o período colonial abastece não somente a população local, mas também municípios vizinhos e comunidades rurais conectadas via estrada e/ou rio. Por ser uma pesquisa com fins explicativos e exploratórios, combinou-se o conjunto de procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica (conceituação sobre globalização hegemônica, não hegemônica e contra hegemônica); documental (para a comparação em relação ao tipo de uso do solo antes e depois da intensificação da ocupação asiática) e o estudo de caso no CHB (observações e visitas in loco, para a sistematização dos estabelecimentos comerciais que estão atrelados a essa lógica).

Além da introdução, o artigo é composto por três partes. Após apresentar um apanhado geral sobre como os centros urbanos e, sobretudo, os centros históricos vêm se transformando diante dos processos de globalização, discutir-se-á o papel desempenhado pelo transmigrante na formação de redes que articulam e conectam fronteiras internacionais. Em seguida, será analisado como o CHB se comporta face às referidas mudanças, quantificando, caracterizando e espacializando os imóveis onde há comercialização de produtos populares de procedência asiática, com ou sem a presença de transmigrantes asiáticos no controle dos caixas de pagamento dos estabelecimentos de comércio e serviços. Por fim, serão ponderados os possíveis caminhos a serem percorridos, em função dos resultados observados no CHB.

2 Globalização e Centro Histórico

O espaço urbano é o conjunto de usos dos solos fragmentados e articulados por pontos de encontro, destinados à realização de ações sociais, circulação do capital e compartilhamento de informações. A localização com acessibilidade máxima no espaço urbano é denominada de centro principal e, geralmente, é a área mais bem servida por sistemas de transportes, infra-estruturas e de equipamentos urbanos. Além disso, é onde se define, ao longo do tempo, a porção denominada de centro histórico da cidade, sendo um lugar de convergência de pessoas, ideias, bens e serviços e encontro de referências e elementos que conferem a identidade que melhor caracteriza o urbano (CORRÊA, 1989; VILLAÇA, 2012; TOURINHO, 2007).

Ao estudar os processos gerais de transformações vivenciados pelos centros tradicionais e os centros históricos das cidades brasileiras, torna-se possível identificar três momentos distintos: o primeiro momento é marcado pela instalação de estações ferroviárias e/ou portos que se convertem em nós de transporte inter-regional. Assim, para reduzir os custos de escoamento de produtos, diversas atividades se aglomeraram nas áreas de transbordo, tornando-as foco dos transportes interurbanos e, com a formação da cidade, em pontos de acessibilidade máxima. A economia de aglomeração, assim gerada, deu origem à centralidade principal da cidade, o que se costuma denominar centro (VILLAÇA, 2012). A área chamada de centro histórico é, geralmente, formada na primeira fase. Assim sendo, é responsável por polarizar grande parte das funções sociais, administrativas, econômicas e religiosas da cidade, adquirindo carga histórica e simbólica ao longo de diversas gerações.

O segundo momento é caracterizado pela descentralização das atividades econômicas e pelo deslocamento das moradias das camadas de maior renda para outras áreas da cidade. Este processo, cuja manifestação espacial é a formação de subcentros, decorre tanto de fatores endógenos como exógenos ao centro tradicional, tais como: o crescimento populacional e espacial da cidade, que aumentou as distâncias a nível de tempo e custo (casa-compras); o desenvolvimento do sistema de transportes e o uso do automóvel; a necessidade de acumulação ampliada do capital, em especial, do capital imobiliário e o aumento do preço da terra e dos imóveis situados no centro, que dispersaram as atividades que não podiam pagar pelos benefícios oferecidos, ao passo que as outras partes da cidade ofertavam terras em abundância por baixo custo

(CORRÊA, 1989; VILLAÇA, 2012). Com a saída das atividades e moradias voltadas às camadas de maior renda, há uma mudança no papel dos centros históricos que começam a ser ocupados por atividades de comércio e serviços destinados às camadas populares. Além disso, diversos imóveis ficaram desocupados, subutilizados, e sofreram processos de degradação total ou parcial, comprometendo o patrimônio histórico arquitetônico (CAPEL, 2013).

O terceiro momento trata do cenário vivido nas últimas décadas e decorre, sobretudo, da intensificação de processos de globalização. O aumento da interdependência das economias mundiais, no que se refere à circulação de informações, dinheiro, pessoas e bens para além das fronteiras nacionais, redefine o “aqui” e o “agora” e promove o “encurtamento de distâncias” entre países e lugares, a partir de meios de transporte e comunicação cada vez mais ágeis (HARVEY, 1992). Essa facilidade de articulação entre países foi vislumbrada como uma oportunidade de negócio por empresas transnacionais que desejavam incorporar novos mercados consumidores.

Diante da intensificação do processo de acumulação capitalista, os centros históricos vêm se inserindo cada vez mais nas redes internacionais através de duas cadeias conectadas à globalização. Uma é a que articula o centro histórico com a globalização hegemônica, incorporando-o à competição internacional a partir da reconfiguração urbana pela implantação de projetos imobiliários e econômicos, sobretudo os relacionados ao turismo e/ou complexo de multiuso (SMITH, 2002; WYLY; HAMMEL, 2005; RUFINO, 2017). Essa solução, quando levada a cabo pelo Estado, busca a atração de capital para investir nos centros de forma direta ou indireta, utilizando como estratégia a reabilitação destas áreas e a concessão de incentivos fiscais, dentre outros. A segunda cadeia está atrelada à globalização não hegemônica, que permeia e organiza diversas redes funcionando como uma pirâmide em que os agentes transnacionais poderosos estão no topo, mas precisam da participação das camadas mais pobres da sociedade para movimentar o sistema. Para tanto, oferecem-lhes o acesso ao fluxo de riqueza, produzindo e comercializando produtos de baixo custo produtivo, similares aos ofertados pelos detentores dos meios de produção situados nos países ricos e avançados (RIBEIRO, 2006; 2011).

Vale ressaltar que as empresas transnacionais se aproveitam da globalização para instalar cadeias produtivas em nações que possuem mão-de-obra barata e mercado consumidor com potencial para a expansão. Países asiáticos que apresentavam significativas taxas de pobreza extrema em 1990, conforme os critérios da ONU (2015), como o Vietnã, a Malásia, e, o principal deles, China, incorporaram e exploram essa lógica de produção e circulação das mercadorias. Constituem, então, relação com o centro histórico de outros países por teias complexas e transculturais que vinculam produtores, distribuidores e consumidores (MASSEY et al., 1990; APPADURAI, 2006).

O presente trabalho possui um enfoque direcionado à configuração espacial do processo de globalização não hegemônica no CHB, partindo do pressuposto de que, ainda que seja quase impossível visualizar completamente a rede, na sua ponta final há uma relação entre consumidor e vendedor, na qual o transmigrante asiático pode configurar o papel de gerente de vendas ou vendedor. Schiller, Basch e Blanc (1995) definem o transmigrante como figura ou grupo não institucional que atravessa um país e depende de múltiplas conexões através de fronteiras internacionais. Apesar de “aqui” localizados, estão empenhados com a rede “acolá”, criando contatos, instituições, transações, influenciando e sendo influenciados pelos acontecimentos do país para qual emigraram, a nível nacional e regional. Além do mais, podem transformar a paisagem urbana dos locais que ocupam, imprimindo marcas de sua cultura no espaço urbano da sociedade que agora integram, fazendo com que os agentes e o espaço se adaptem à sua presença.

Os comerciantes asiáticos que vão para outros países arregimentam trabalhadores conterrâneos e mantêm contato mais próximo com os fabricantes e fornecedores dos produtos asiáticos, estabelecendo relações diretas entre o país consumidor e seus países de origem. É válido ressaltar que os centros históricos sempre receberam grupos étnicos de comerciantes a nível internacional, a exemplo dos italianos, portugueses, alemães, holandeses, japoneses e outros. A diferença é que atualmente a migração está umbilicalmente ligada a um sistema mundial da globalização não hegemônica, pois arregimenta grande quantidade de indivíduos para estruturar trajetos e redes de produção e circulação de mercadorias e de capital global.

3 Globalização não Hegemônica e Ocupação do CHB

A cidade de Belém, conforme apresentado abaixo na figura 1, está localizada nas margens da Baía do Guajará e é uma importante metrópole amazônica. Seu centro histórico, composto pelos bairros da Campina, parte do bairro da Cidade Velha e a área portuária dos bairros Reduto e Umarizal, foi criado pela Lei Municipal N° 7.401/1988, tombado pela Lei Orgânica do Município de Belém de 1990 e delimitado pela Lei Municipal N° 7.709/1994, que estabeleceu parâmetros para o uso e a ocupação do solo. O Centro Histórico de Belém possui, como universo total 3.079 lotes e 7.339 imóveis, sendo 1.708 de valor histórico (LIMA, 2015).

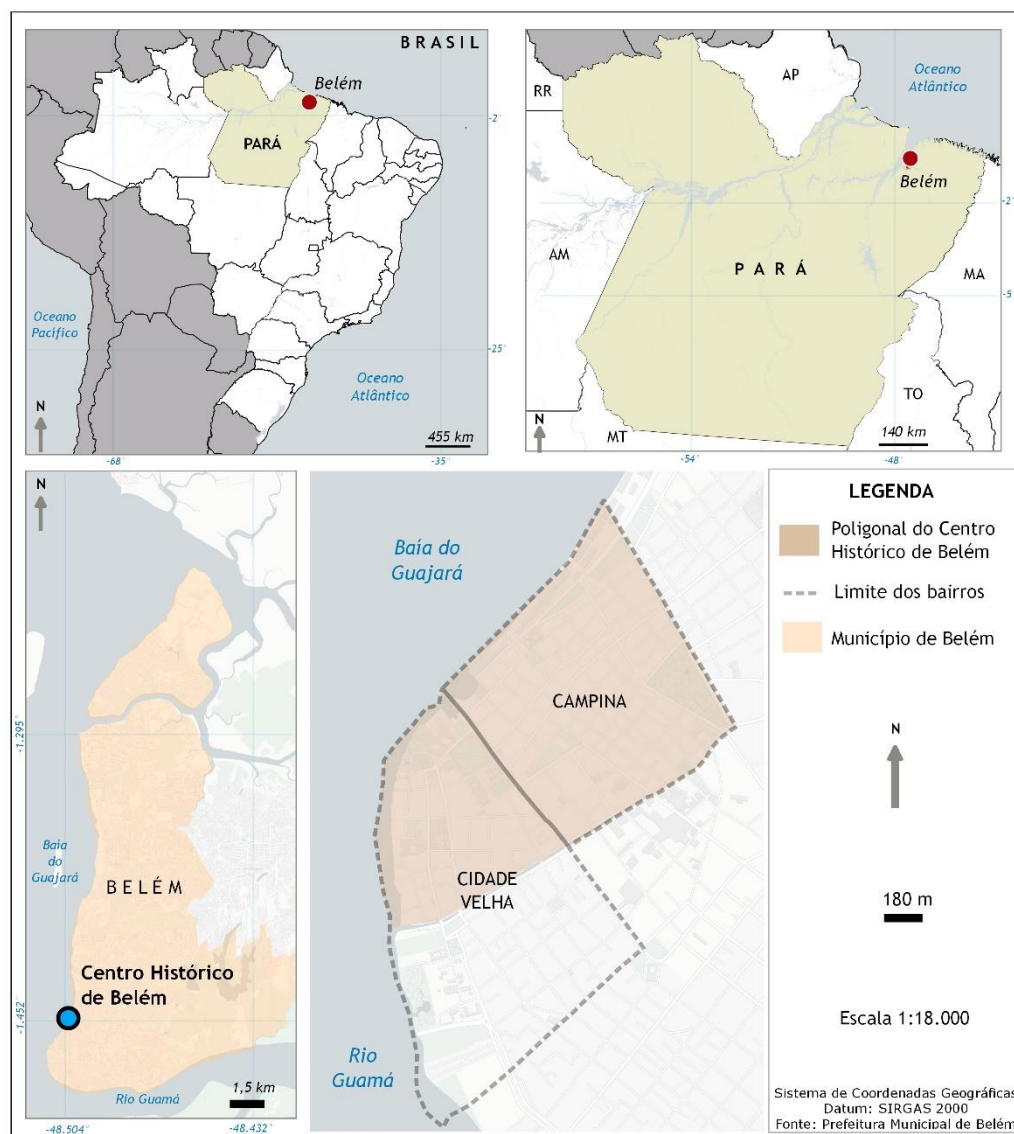


Fig. 1: Localização de Belém e de seu Centro Histórico. Fonte: GUSMÃO, 2021.

A ocupação não indígena do CHB teve início no século XVII, em um sítio considerado pelos colonizadores portugueses como estratégico para a defesa do território e o controle da bacia do Rio Amazonas. Com o fluxo de capital advindo da exploração da borracha, na segunda metade do século XIX, a economia regional foi fortalecida, consolidando o CHB como a principal centralidade de Belém e de toda a Região Amazônica. O crescimento urbano e o processo de descentralização que o seguiu fez com que nos anos 1960/70 o CHB já exibisse indícios de decadência física. No bairro da Campina, o uso habitacional unifamiliar horizontal dava lugar ao multifamiliar verticalizado e os prédios com comércios, serviços e estabelecimentos mais sofisticados eram substituídos ou reformados (LIMA, 2015; LACERDA et al., 2018) ou eram deslocados para bairros das proximidades. Nos anos 1980, o aparecimento de shopping centers e de condomínios fechados em outras áreas da cidade acelerou o deslocamento das camadas mais abastadas da sociedade para áreas do entorno ou distantes do CHB (MERCÊS; TOURINHO; LOBO, 2014; LACERDA et al., 2018).

A expansão da malha urbana, a descentralização de atividades e o deslocamento das residências de famílias mais abastadas para outros bairros provocaram transformações nas funções do CHB. Edificações do referido centro histórico foram abandonadas ou subocupadas e muitos imóveis tombados ou de interesse à preservação passaram por processos de deterioração. Para reverter essa dinâmica e fomentar a atividade turística, o poder público, principalmente a partir dos anos 1990, investiu em intervenções urbanísticas, a exemplo da requalificação da área portuária, como ilustrado pela figura 2 (MERCÊS; TOURINHO; LOBO, 2014; LIMA, 2015; LACERDA et al., 2018). Entretanto, tais ações não foram suficientes para causar a gentrificação clássica¹, nem para conter o processo de degradação, embora alguns autores identifiquem o início de gentrificação de consumo (TRINDADE JUNIOR; AMARAL, 2006; TRINDADE JUNIOR, 2018).



Fig. 2: Intervenção na Estação das Docas. Fonte: Pará Turismo, 2000. Disponível em: [http://www.paraturismo.pa.gov.br/vejamaismercadosociais/ociosociais/eventos/belem/estacao](http://www.paraturismo.pa.gov.br/vejamaismercadosociosociais/ociosociais/eventos/belem/estacao). Acesso: 04 nov. 2022.

Progressivamente, o perfil das mercadorias e serviços instalados no CHB foram alterados. No primeiro momento, marcado entre os anos 1970 e início dos anos 1990, os estabelecimentos destinados a atender camadas médias e abastadas foram desocupados ou substituídos por estabelecimentos voltados para o atendimento de segmentos populares em geral. Em seguida, diversos imóveis passaram a abrigar atividades de venda de produtos de origem asiática, chefiados ou não por transmigrantes da Ásia (LACERDA et al., 2018).

Para mensurar e especializar a ocupação imobiliária pelos asiáticos no CHB, o grupo de pesquisa Mercado Imobiliário em Centros Históricos (MICH) realizou, entre outubro de 2018 e fevereiro de 2019, um levantamento de campo de todos os imóveis que comercializavam produtos importados populares de procedência asiática e classificou-os em dois grupos: os que tinham suas caixas registradoras controladas por brasileiros e aqueles que eram gerenciados por asiáticos. A localização dos imóveis, para fins de mapeamento, foi feita com o auxílio da ferramenta *Google Street View*. Além disso, mediante visita in loco, os pesquisadores, na condição de compradores, coletaram os cartões de visita e impressos publicitários vinculados aos estabelecimentos que vendem produtos populares asiáticos, o que auxiliou na categorização dos produtos comercializados, uma vez que os comerciantes asiáticos se recusaram a participar da pesquisa. Parte destes cartões e anúncios podem ser vistos na figura 3 (TOURINHO et al., 2019):

¹ Sobre o conceito de gentrificação ver, dentre outros: Gottdiener, Budd e Lehtovuori (2016).



Fig. 3: Cartões de Visitas e Anúncios Publicitários das lojas levantadas. Fonte: Tourinho, Lobo, Froes, Cabral, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354842884_os_asiaticos_e_a_ocupacao_dos_imoveis_do_centro_historico_d_e_belem_chb_cultura_e_memoria. Acesso: 04 nov. 2022.

A figura 4 a seguir mostra que a presente pesquisa identificou 394 imóveis do CHB que comercializavam quase exclusivamente artigos asiáticos, sendo que 392 estavam localizados no bairro da Campina e 77 unidades (19,5%) eram gerenciadas por asiáticos, comparadas à 317 lojas (80,5%) que eram administradas por brasileiros. Estes resultados revelam a extensão e a capilaridade da rede asiática de se ajustar e integrar, inclusive, às elites de comerciantes locais (TOURINHO et al., 2019).

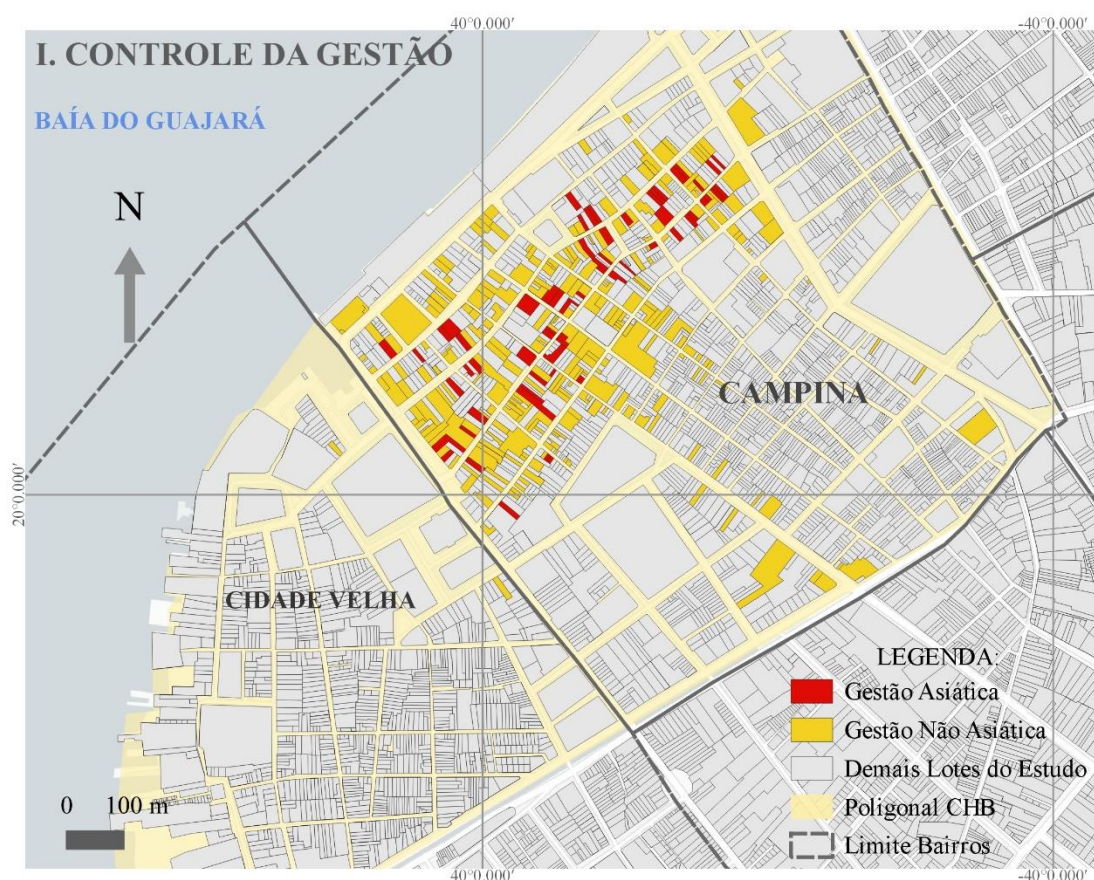


Fig. 4: Unidades imobiliárias atreladas à ocupação asiática e comercialização de produtos asiáticos. Fonte: Banco de dados da Pesquisa MICH, Belém, 2019.

Analisando a figura 4, nota-se que a localização dos imóveis gerenciados por asiáticos forma um corredor, em torno do qual gravitam os estabelecimentos gerenciados por não asiáticos. Quanto ao número de pavimentos dos edifícios ocupados por estabelecimentos administrados por asiáticos, do total de 77 imóveis ocupados 69 unidades possuem até três pavimentos, o que representa 89,61%. Em seguida, a figura 5 ilustra a preferência pela ocupação de imóveis com até três andares, pois o térreo é utilizado para o comércio varejista, enquanto os demais pavimentos podem ser usados para estocar mercadorias. Assim, a presença desses depósitos é fundamental, não apenas para o abastecimento das lojas propriamente ditas, mas também dos ambulantes, como veremos (TOURINHO et al., 2019).

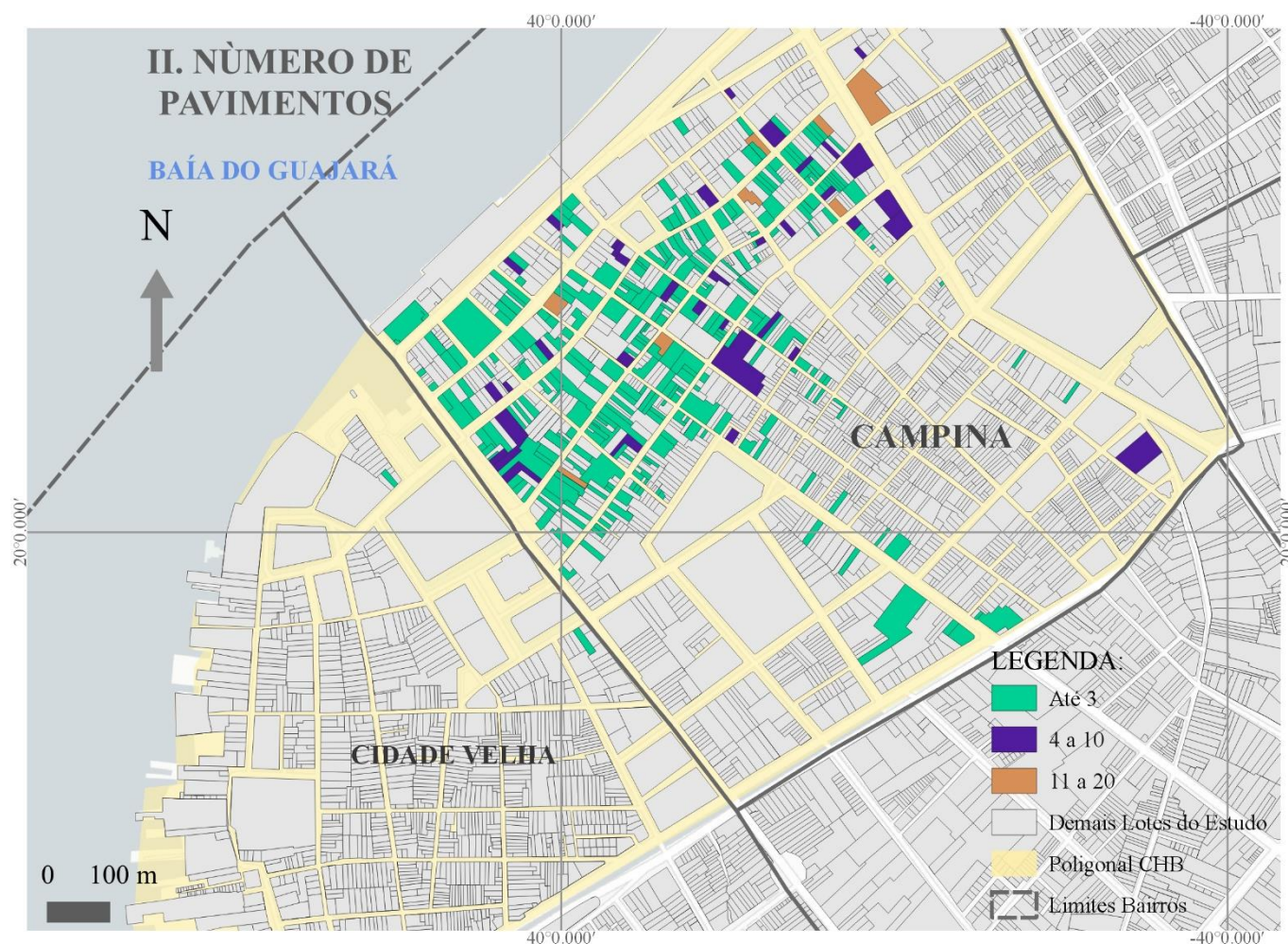


Fig. 5: Número de pavimentos dos imóveis ocupados por negócios asiáticos. Fonte: Banco de dados da Pesquisa MICH, Belém, 2019.

Os estabelecimentos foram categorizados quanto à classe das mercadorias, com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2002. Essa classificação considera que o estabelecimento é especializado em um produto específico se 50% das vendas dizem respeito a este produto, enquanto comércios com mais de quatro classes de produtos são considerados mistos. Ao analisar a distribuição espacial dos estabelecimentos no CHB quanto à classe das mercadorias comercializadas, utilizando como base a classificação do CNAE (IBGE, 2002), verifica-se, conforme retratado na figura 6², a ocorrência de faixas sequenciais e de especialização das ruas. Nas vias internas prevalece o comércio de vestuário, acessórios, calçados, artigos de viagem, jóias e relógios (Classe D). Nas intermediárias predomina a venda de itens de perfumaria, cosméticos, óticos (Classe C) e mercadorias diversas (Classe M). Nas bordas, situam-se as lojas de equipamentos de informática, de comunicação, de

² Legenda: A – Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico; B – Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos; C – Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, óticos e ortopédicos; D – Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, calçados, artigos de viagem, jóias e relógios (produtos novos e usados); M - Misto.

áudio, vídeo, iluminação, de instrumentos musicais e artigos de uso doméstico (Classe A), além das papelarias e vendas de artigos recreativos (Classe B) (TOURINHO et al., 2019).

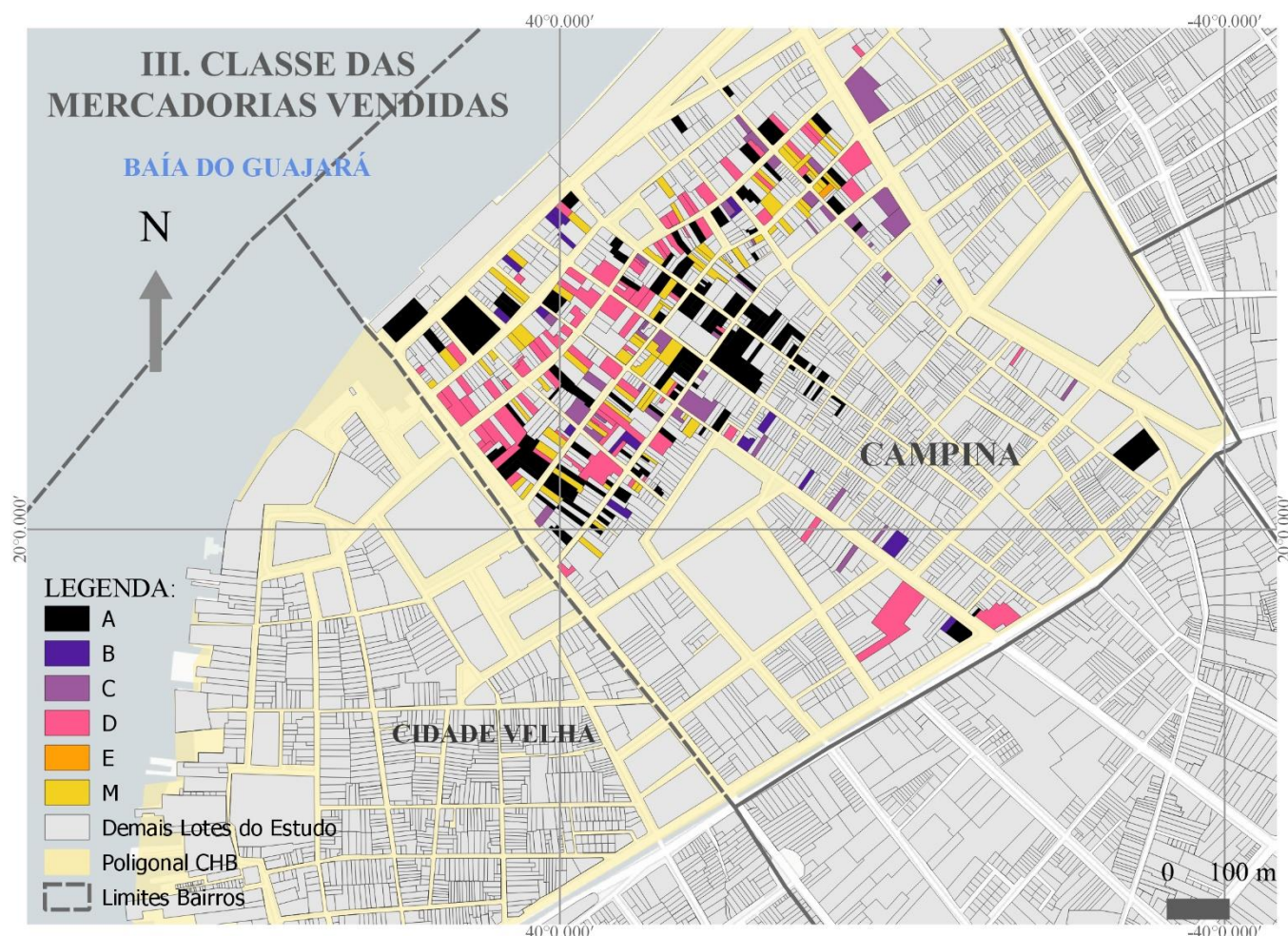
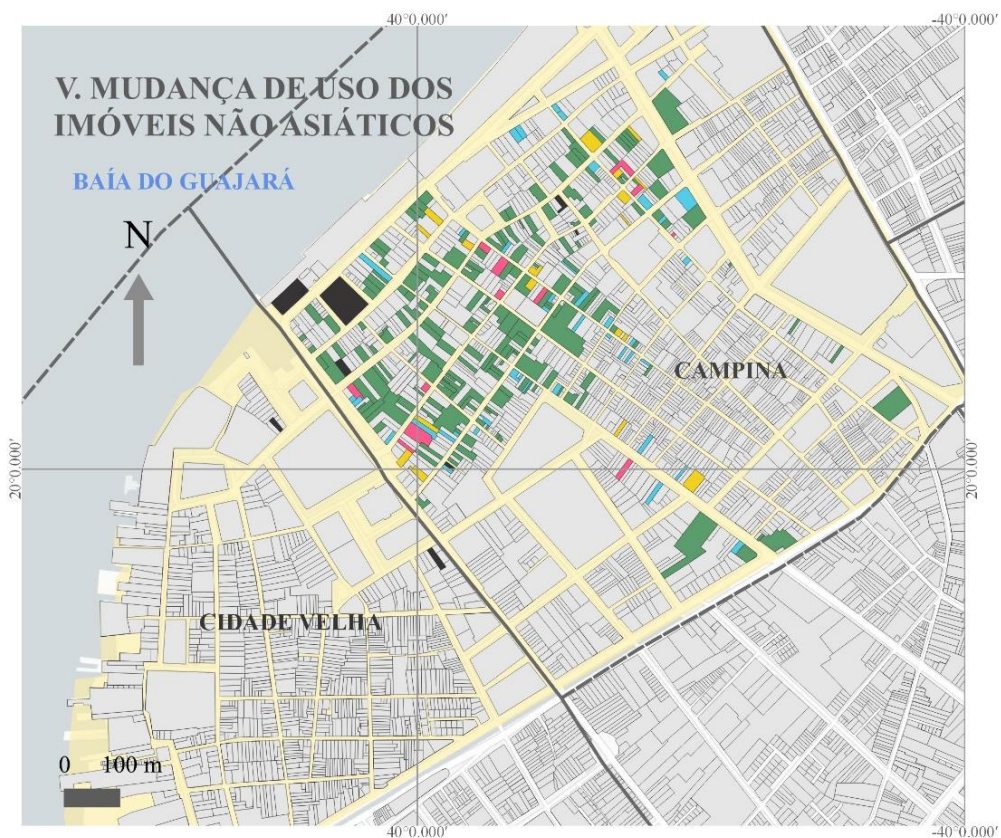
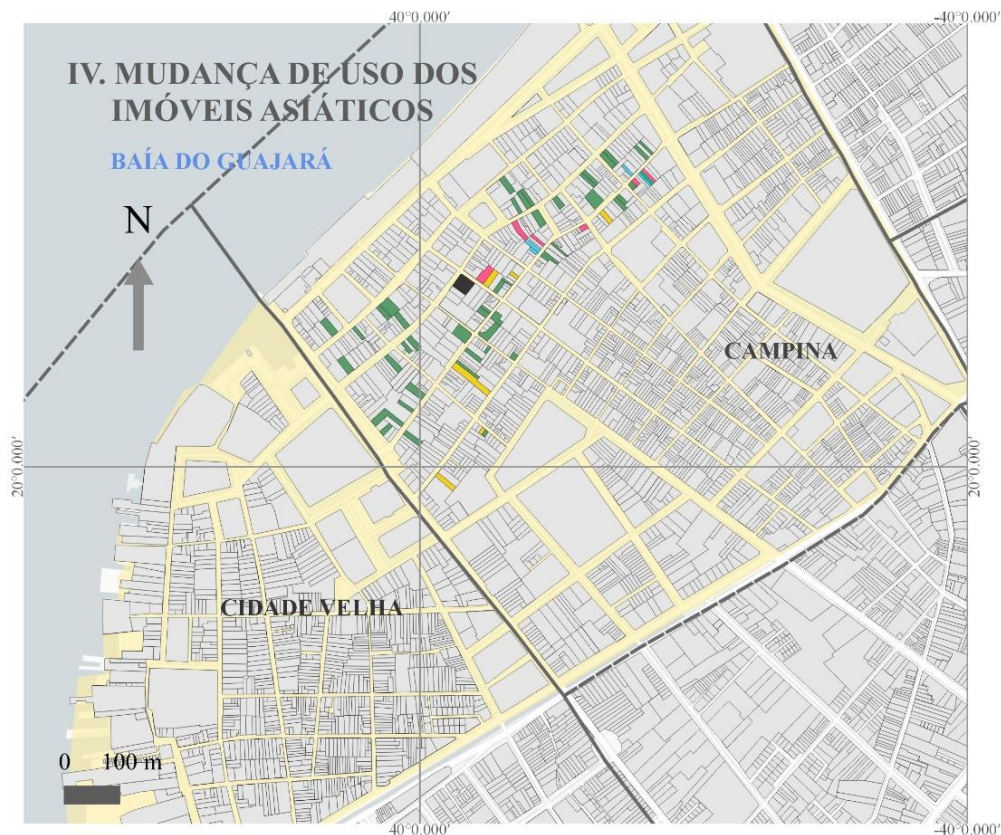


Fig. 6: Ocupação dos Imóveis quanto a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Fonte: Banco de dados da Pesquisa MICH, Belém, 2019.

No que diz respeito ao uso e ocupação do solo do CHB e o comércio asiático, Macedo (2020) comparou o mapa de uso e ocupação do solo do Cadastro Técnico Multifinalitário CTM (1998) fornecido pelo órgão da Prefeitura de Belém denominado CODEM - Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), com o de unidades imobiliárias atreladas à ocupação asiática e comercialização de produtos asiáticos, produzido pelo Grupo de Pesquisa MICH. Como será visto na figura 7, dos 77 estabelecimentos gerenciados por asiáticos, 59 (76,62%) já eram de uso comercial. Em cinco casos (6,49%) estavam associados à serviço; quatro imóveis (5,20%) eram de uso residencial; sete lojas (9,09%) desempenhavam outros usos e um imóvel (1,30%) era de uso religioso. Não foi possível obter dados apenas sobre um imóvel ocupado pelos asiáticos (1,30%).

Observa-se, ainda na figura 7, que dos imóveis que comercializam mercadorias asiáticas, mas são geridos por brasileiros, 230 estabelecimentos (73,02%) estavam situados em imóveis que já eram de uso comercial; 20 lojas (6,34%) em edifícios anteriormente usados para serviço; 44 estabelecimentos (13,97%) em edifícios que eram de uso residencial e os 16 estabelecimentos restantes (5,08%) eram destinados a outros usos. Não se obteve informação sobre cinco dos estabelecimentos analisados.



LEGENDA

- Manteve o uso comercial
- Mudou do uso serviço p/ comercial
- Mudou do uso residencial p/ comercial
- Mudou do uso religioso p/ comercial
- Mudou de outros usos p/ comercial
- Sem Informação
- Demais Lotes do Estudo
- Poligonal CHB
- Limites Bairros

Fig. 7: Alteração de uso dos imóveis conforme ocupação asiática e comercialização de produtos asiáticos. Fonte: Banco de dados da Pesquisa MICH, Belém, 2020.

Ao estudar a composição das fachadas dos prédios, Macedo (2020) observa que a ocupação do comércio asiático se manifesta mediante a instalação ostensiva de elementos parasitários, como: placas, letreiros e anúncios publicitários que impedem a visualização do pavimento superior das edificações e prejudicam a leitura do plano marginal.

Conforme retratado a seguir pela figura 8, os letreiros normalmente grafados com cores vibrantes divulgam nomes-fantasia dos estabelecimentos que remetem à conexão entre o Brasil e a cultura asiática e revelam a competição entre estabelecimentos pela atenção do consumidor transeunte. Nas figuras abaixo, nos letreiros são instalados toldos que cobrem o passeio até o limite com o meio-fio, se apropriando do espaço público e, algumas vezes, incorporando a rua como área de exposição privada de mercadorias (MACEDO, 2020).



Fig. 8: Fachadas das edificações ocupadas pela lógica de comercialização asiática. Fonte: Autoras, 2019, adaptado do *Google Street View* e Tourinho, Lobo, Froes, Cabral, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354842884_os_asiaticos_e_a_ocupacao_dos_imoveis_do_centro_historico_de_belem_chb_cultura_e_memoria. Acesso: 04 nov. 2022.

Na parte interna do edifício, o leiaute introduzido pela lógica asiática também se configura de forma diferente. No interior, além dos expositores de anéis, observa-se um mobiliário bastante peculiar, como pode ser visto na figura 9, sendo uma espécie de banquetas altas empregada para a fiscalização e controle total da loja, uma versão local do panóptico estudado por Michel Foucault em sua obra *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*, de 1987 (TOURINHO et al., 2019).

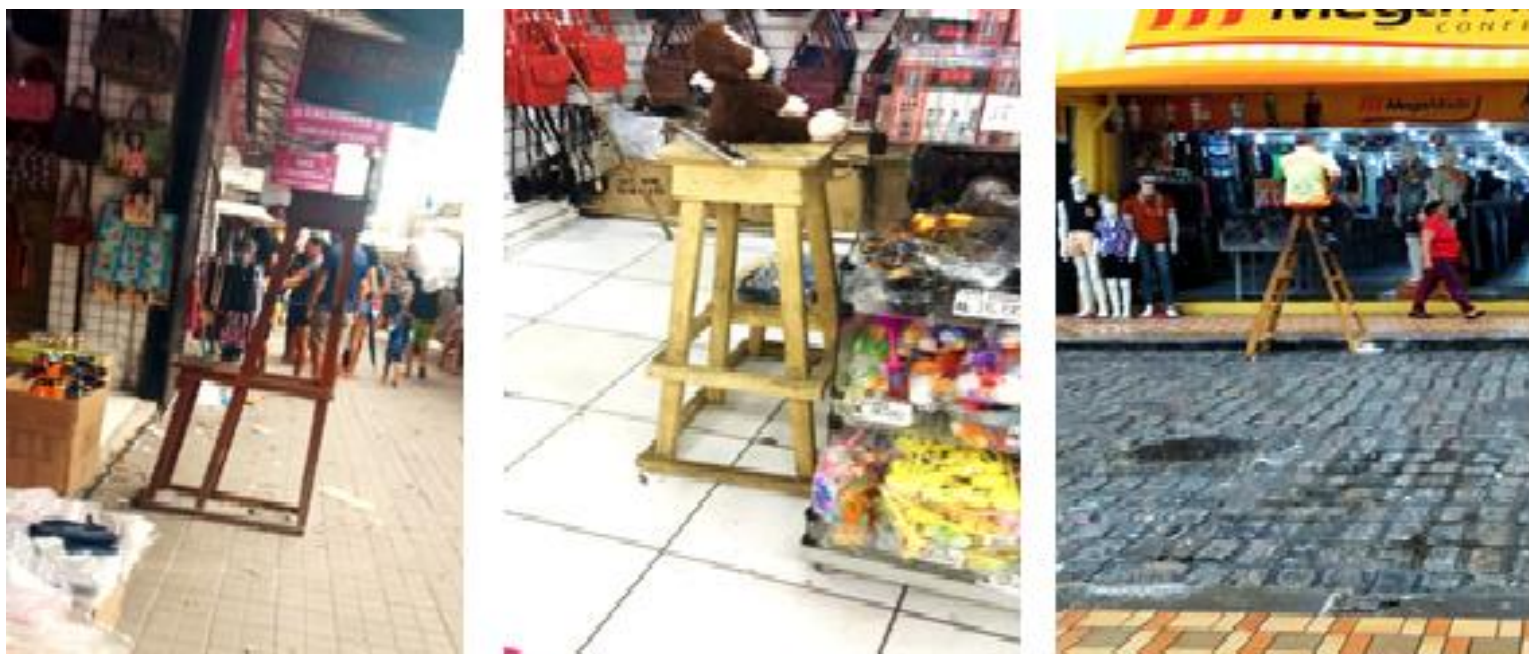


Fig. 9: Ocupação dos Imóveis quanto a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Fonte: Tourinho, Lobo, Froes, Cabral, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354842884_os_asiaticos_e_a_ocupacao_dos_imoveis_do_centro_historico_de_belem_chb_cultura_e_memoria. Acesso: 04 nov. 2022.

Nos balcões de atendimento onde funcionam as caixas registradoras ficam expostas miudezas que possuem maior valor agregado e, próximo a elas, os relógios, óculos e outras mercadorias de porte mediano. As paredes laterais servem como mostruário para mochilas, bolsas, cintos e bijuterias. Ao centro, ficam os itens maiores, como: brinquedos, sombrinhas, adornos e itens de utilidades domésticas e, ao fundo da loja, o acesso ao depósito. A figura 10 expõe as três tipologias de leiaute encontradas, evidenciando o cuidado com a proteção contra furto e roubos de mercadorias (TOURINHO et al., 2019).



Fig. 10: Tipologias de layout dos estabelecimentos que comercializam produtos populares de procedência asiática e são controlados por imigrantes. Fonte: Tourinho, Lobo, Froes, Cabral, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354842884_os_asiatcos_e_a_ocupacao_dos_imoveis_do_centro_historico_d_e_belem_chb_cultura_e_memoria. Acesso: 04 nov. 2022.

Resta destacar também a intensificação do comércio informal no leito carroçável das vias, mediante a presença de camelôs, que também comercializam mercadorias asiáticas de baixo custo, sendo algumas abastecidas pelos comerciantes que atuam nos imóveis vinculados às atividades comerciais no CHB. Em 2020, a quantidade de barracas de camelôs havia triplicado em relação ao ano de 2006, saltando de 147 para 422. A figura 11, a seguir, exhibe que essa concentração se deu principalmente na Rua Conselheiro João Alfredo, com manchas acentuadas nas proximidades dos cruzamentos com as demais vias adjacentes. Isto, em razão dos três focos identificados nas Travessas 7 de Setembro, Campos Salles e na Rua Barão do Guajará, em que a última, inclusive, apresenta área ‘formalizada’ como espaço de camelôs, com cobertura e estrutura fixa, diferentemente das demais barracas mapeadas (MACEDO, 2020).

Esses mapas denotam que, para além dos espaços privados, o padrão de globalização não hegemônica estudado nesta pesquisa vem reconfigurando as próprias formas e conteúdo das ocupações dos espaços públicos do Centro Histórico de Belém.

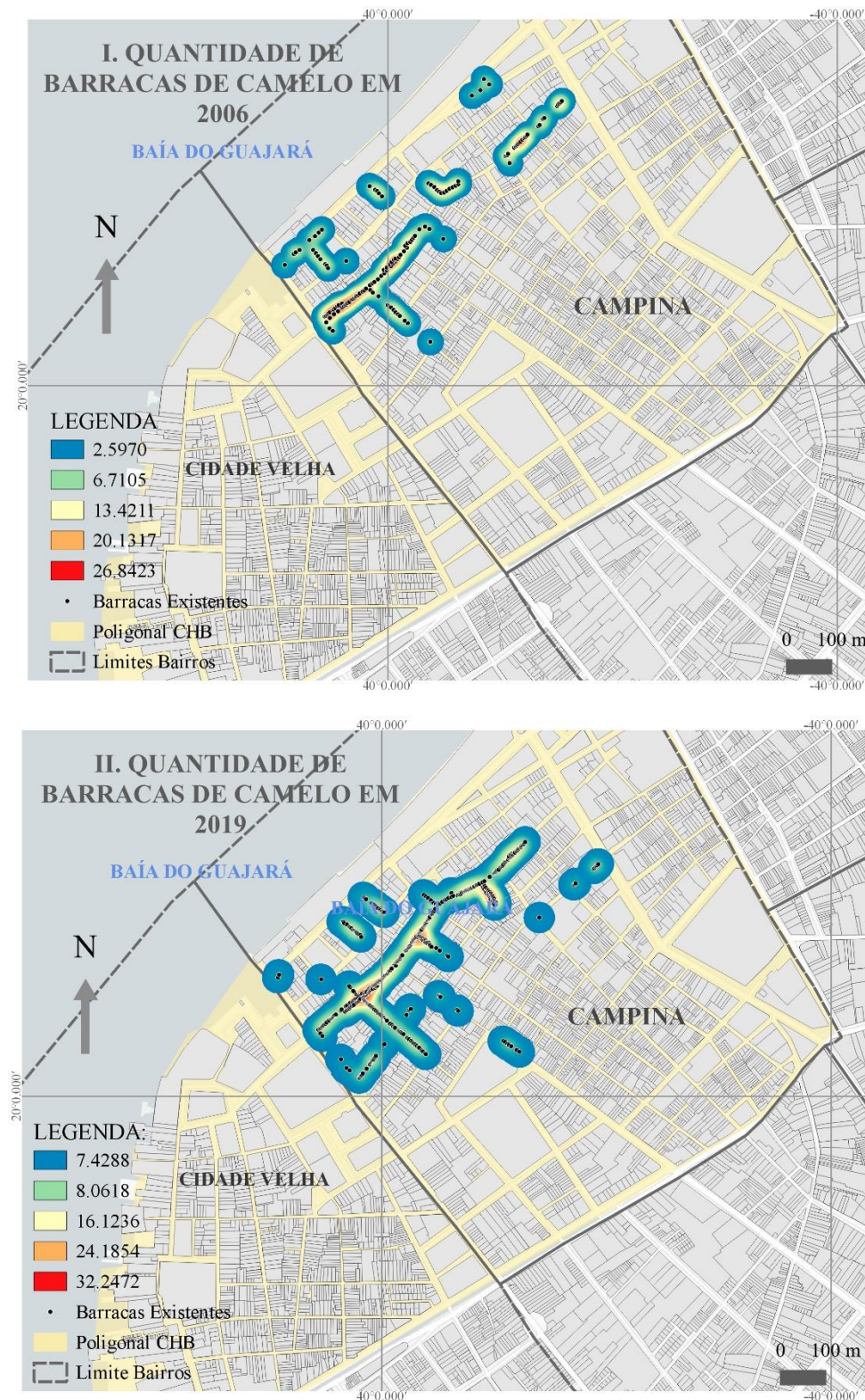


Fig. 11: Uso da rua pelo comércio informal em 2006 e 2019. Fonte: Banco de dados da Pesquisa MICH, Belém, 2020.

4 Considerações finais

A globalização não hegemônica movida pela inserção de capital asiático com seus transmigrantes e estabelecimentos comerciais é um fenômeno constatável em muitas cidades brasileiras, em especial nos seus centros históricos. Entretanto, as suas configurações e consequências socioespaciais ainda são pouco estudadas pela academia. Os dados apresentados sobre a ocupação do Centro Histórico de Belém por estabelecimentos que comercializam produtos e serviços de

procedência asiática revelam a velocidade e a intensidade deste processo. No CHB, o processo foi seletivo e escolheu o bairro da Campina, onde, historicamente, se constituiu a principal centralidade urbana belenense.

O presente estudo mostrou que a inserção do CHB neste tipo de globalização não hegemônica não ocorre apenas mediante a presença direta de transmigrantes asiáticos, mas também articula as redes locais de comerciantes voltadas ao público popular, atuando tanto dentro dos imóveis, como na via pública, nas chamadas barracas de camelôs. De acordo com os levantamentos feitos, verificou-se que é significativa a parcela de estabelecimentos comerciais locais sem condições de competir com os preços praticados pelos asiáticos, e que muitos se renderam às suas práticas e lógicas e passaram a comercializar produtos por eles negociados, inserindo-se na rede.

Assim, a resistência local se sustenta: i. pelas demandas dos consumidores populares locais em adquirir produtos de baixo valor agregado, mas semelhantes aos consumidos pela elite; ii. por movimentos dos comerciantes locais para ascender ao fluxo de capital similar ao desenvolvido pela globalização hegemônica; e iii. pela manutenção do CHB enquanto local que comercializa bens e serviços voltados ao atendimento de necessidades das classes médias e de menor renda. Compreende-se, portanto, que essas estratégias se contrapõem tanto à exclusão popular do consumidor e do vendedor local quanto ao desfrute de mercadorias e serviços sofisticados associados ao capital proveniente da globalização hegemônica.

Ao se disseminar no espaço do CHB o comércio popular de mercadorias procedentes de países asiáticos, está se redefinindo a divisão social do espaço neste centro. Apesar de não promover mudança expressiva no tipo de uso dos imóveis, altera a sua natureza de uso, incluindo o CHB no circuito da globalização não hegemônica e alterando a organização interna.

Quanto à organização e distribuição espacial das atividades, verifica-se a conformação de uma estrutura em corredor, onde, na principal via, se localizam os estabelecimentos gerenciados por asiáticos, em torno dos quais gravitam os estabelecimentos gerenciados por não asiáticos. Além disso, mudanças foram observadas na forma e no conteúdo do uso do espaço público dessas vias, que passaram a ser espaços de venda de produtos asiáticos populares, comercializados em barracas de camelôs que se expandem de forma linear, principalmente na Rua João Alfredo, uma das vias com maior aglomeração de estabelecimentos asiáticos no CHB.

Em termos de forma arquitetônica, este estudo mostrou que as transformações mais expressivas têm acontecido no espaço interno dos edifícios, mediante a abertura de vãos e/ou adição de paredes e nas fachadas, por meio da colocação de elementos que ocultam a degradação física do edifício e impedem a leitura do plano marginal e da paisagem urbana. As intervenções físicas tímidas nos edifícios também podem ser explicadas pelo fato dos agentes atrelados às atividades comerciais da globalização não hegemônica buscarem evitar o enfrentamento com órgãos de fiscalização e de preservação do patrimônio.

O receio quanto às cobranças acerca da licitude e da legalidade das atividades praticadas e dos artefatos comercializados, que podem ser suscitados pelos processos de fiscalização edilícia, e a necessidade de grandes investimentos para as reformas prediais, o que pode diminuir as margens de lucro, podem auxiliar a compreender melhor essa conduta.

Entende-se, portanto, que se configura uma arquitetura contra hegemônica alijada dos princípios da conservação, em que os imóveis, ao comportarem usos comerciais estruturados na lógica do comércio de globalização não hegemônica, se afastam ao mesmo tempo em que se aproximam dos interesses populares. Vale ressaltar que, sem estes usos, os edifícios do CHB, sobretudo da Campina, poderiam estar vazios, subutilizados e/ou submetidos a pressões ainda maiores de especuladores imobiliários que, historicamente, buscam a derrubada de leis que garantam a proibição da destruição integral do capital fixo do passado para viabilizar a produção de imóveis novos.

Por fim, vale destacar que, por existir poucas modificações na forma urbana e nos usos do solo, não significa que os conteúdos espaciais e os aspectos imateriais que fazem parte da ambiência do CHB não sejam substancialmente alterados. Essa mudança pode estar contribuindo, de um lado, para a redução da ociosidade imobiliária no CHB, mas, de outro, para

a descaracterização do patrimônio material ou perda do patrimônio imaterial do centro, onde, até então, se encontrava impressa grande parte da história da ocupação urbana da Amazônia. Estas questões suscitadas, entretanto, ainda precisam ser aprofundadas.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – PROSUP PROCESSO Nº 88882-507993/2020-01.

Referências

APPADURAI, A. **The social life of things: commodities in cultural perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CAPEL, H. **La morfología de las ciudades: III. Agentes urbanos y mercado inmobiliario**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2013.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.

GOTTDIENER, M.; BUDD, L.; LEHTOVUORI, P. **Key Concepts in Urban Studies**, 2nd ed. 2016.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **etc..., espaço, tempo e crítica**. v. 1, n. 2(4), 15 de ago. 2007.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

LACERDA, N.; TOURINHO, H. L. Z.; LÔBO, M.; VENÂNCIO, M. W. C. Dinâmica do mercado imobiliário nos centros históricos em tempos de globalização: os casos do Recife, Belém e São Luís (Brasil). **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 20, n. 42, p. 443-469, mai./jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/2236-9996.2018-4207/26367>. Acesso em: 25 jun. 2019.

LIMA, D. B. O. **A percepção dos agentes do mercado imobiliário sobre a preservação e a legislação do Centro Histórico de Belém**. 2015. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia, Belém, 2015.

MACEDO, A. B. F. **Made in Asia: Comércio asiático e morfologia urbana no Centro Histórico de Belém (PA)**. 2020. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia, Belém, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1fcrK3bjlR94BJFmfe-6o468Yx3ysZOMs/view>. Acesso em: 26 maio 2021.

MASSEY, D. S.; ALARCON, R.; DURAND, J.; GONZÁLES, H. **Return to Aztlan: The social process of international migration from western Mexico**. Univ of California Press, 1990.

MERCÊS, S. S. S.; TOURINHO, H. L. Z.; LOBO, M. A. A. Locação social no Centro Histórico de Belém: investigação introdutória. **Caderno Crh**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 299-311, jun. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The Millennium Development Goals Report 2015**. Nova Iorque: ONU, 2015.

RIBEIRO, G. L. Economic globalization from below. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 10, n. 2, p. 233-249, 2006.

RIBEIRO, G. L. Non-hegemonic globalizations: Alter-native transnational processes and agents. **Anthropological Theory**, v. 9, n. 3, p. 297-329, 2009.

RIBEIRO, G. L. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, p. 21-38, 2010.

RIBEIRO, G. L. Antropología de la globalización: circulación de personas, mercancías e informaciones. **Cuaderno urbano**, v. 10, n. 10, p. 159-186, 2011.

RUFINO, M. B. C. Financeirização do imobiliário e transformações na produção do espaço. **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**, p. 213-240, 2017.

SANTOS, B. S. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002a.

SANTOS, B. S. (Org.). **Globalização: fatalidade ou utopia?**. Porto: Afrontamento, 2002b.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHILLER, N. G.; BASCH, L.; BLANC, C. S. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. **Anthropological Quarterly**, Washington, v. 68, 1, p. 48-63, 1995. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3317464>. Acesso em: 5 abr. 2019.

SMITH, N. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. **Antipode**. v. 34, n. 3 p. 427-450, 2002.

TOURINHO, A. O. Do centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas e rupturas conceituais. **Cidade: impasses e perspectivas**, v. 2, São Paulo: Annablume, 2007.

TOURINHO, H. L. Z.; LÔBO, M.; FROES, N.; CABRAL, D. Os asiáticos e a ocupação dos imóveis do Centro Histórico de Belém (CHB). In: Congresso Brasileiro de Arquitetos, 21., 2019, Porto Alegre. **Anais do Congresso Brasileiro de Arquitetos**. Porto Alegre: 2019.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Um “skyline” em mutação: o velho centro e as transformações urbanas em Belém. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 1, 2018.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; AMARAL, M. D. B. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 111, p. 73-103, 2006.

VILLAÇA, F. **Reflexões Sobre as Cidades Brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

WYLY, E. K.; HAMMEL, D. J. Mapping neo-liberal American urbanism. **Gentrification in a global context: the new urban colonialism**. London. New York: Routledge, p. 1839, 2005.

ÁGORA
ÁGORA

MOBILIDADE URBANA, PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E INSURGENTE
URBAN MOBILITY, PARTICIPATORY AND INSURGENT PLANNING
JULIANA TAMANAHA

Juliana Tiemi Tamanaha é Arquiteta, mestranda em Planejamento e Gestão do Território e pesquisadora da Universidade Federal do ABC (UFABC). Estuda mobilidade urbana, participação social e políticas públicas, e realiza projetos urbanos de transportes. juliana.tiemi@ufabc.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/4265751564869901>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: TAMANAHA, J. T. Mobilidade urbana, planejamento participativo e insurgente. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/646/646pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

O artigo busca analisar espaços de luta e ações contra-hegemônicas no campo da mobilidade urbana: o Movimento Passe Livre — MPL e o Conselho Municipal de Transporte e Trânsito — CMTT. A partir do método dedutivo, o artigo fundamenta-se na literatura sobre planejamento colaborativo, comunicativo e participativo, que indica que a participação social nem sempre consegue se contrapor ao poder hegemônico. Em muitos casos, os processos participativos reforçaram a injustiça social, uma vez que promoveram a legitimidade de decisões neoliberais. Os casos do CMTT e do MPL demonstram que as instituições participativas do Estado (espaços convidados) têm limitações e insuficiências para conter o poder hegemônico, havendo também a necessidade de ações fora do campo institucional (espaços inventados).

Palavras-chave: Participação, Tarifa zero, Movimentos sociais, Mobilidade urbana, Planejamento urbano

1 Introdução

Acontecimentos dos últimos anos deram ênfase para o campo da mobilidade urbana. As manifestações de junho de 2013 em todo o Brasil se iniciaram com uma reivindicação: a revogação do aumento da tarifa do transporte público, reajustada todo início de ano. Tais protestos deram destaque ao Movimento Passe Livre — MPL. No mesmo ano, a Prefeitura do Município de São Paulo instituiu o Conselho Municipal de Transporte e Trânsito — CMTT, um conselho participativo. A partir do método dedutivo, o artigo insere estes casos no campo da mobilidade urbana no debate teórico de planejamento urbano e regional. Na seção 2, discutimos o planejamento comunicativo, colaborativo e participativo, bem como suas críticas e seus avanços. Na seção 3, contextualizamos o MPL e as manifestações de junho de 2013, tentando responder se estas ações concretizam as discussões sobre o planejamento insurgente ou subversivo. Na seção 4, apresentamos algumas das pautas do CMTT e as repercussões do conselho nas redes de ativismo por mobilidade urbana. Por fim, retomamos a literatura e os casos apresentados para as considerações finais.

2 O planejamento comunicativo e colaborativo e suas críticas

No campo do Planejamento Urbano e Regional, a teoria do planejamento comunicativo e colaborativo teve destaque entre os anos 1990 e foi amplamente aplicada no mundo com diversas interpretações, sendo inclusive recomendada pela ONU-Habitat (PIETERSE, 2008). Healey (2003) desenvolveu a ideia ao longo dos anos 1990, baseada na Teoria da Estruturação de Giddens, apesar de o planejamento comunicativo ser mais associado à Teoria da Ação Comunicativa de Habermas. Segundo a autora, o planejamento comunicativo foi um caminho que surgiu de sua experiência enquanto planejadora e pesquisadora, da referência sobre a qualidade das interações de Giddens, além de autores como Forester, Innes, Hoch e Baum – que também desenvolviam a teoria do planejamento comunicativo. O argumento central era que todo planejamento envolve alguma relação de interação e um processo de governança, e então, processos de discussão e suas traduções para processos institucionalizados deveriam ser considerados. Esta teoria, que depois se tornou o planejamento colaborativo, foi inspirada, segundo Healey, na percepção de que o planejamento é um processo interativo que ocorre em ambientes institucionais complexos e dinâmicos, formados por forças econômicas e sociais mais ampla, que estruturam — mas não determinam — essas interações. Além disso, o planejamento comunicativo e o colaborativo tomam como premissa a justiça social, a diversidade cultural e de valores que existem em ambientes locais. Para a autora, há múltiplas forças e lutas interagindo com criatividade no poder local e cita a América Latina como um exemplo de inovação nestas lutas (HEALEY, 2003).

A proposta trouxe várias críticas, especialmente por não se opor ao neoliberalismo. Ao contrário, o planejamento comunicativo e colaborativo reforçou o contexto neoliberal e as desigualdades sociais (MIRAFTAB, 2009; PIETERSE, 2008; PURCELL, 2009; RANDOLPH, 2007; entre outros). MirafTAB (2009) argumenta que os processos de participação cidadã em governos neoliberais acabaram por legitimar decisões do poder hegemônico através da percepção da inclusão, principalmente em cidades do Sul Global. Como o neoliberalismo se trata de um projeto ideológico, não atua através de coerção ou força, mas sim com um conjunto de valores, políticas e racionalidades para alcançar o poder hegemônico. Desta maneira, os governos preferem estabilizar as relações com os movimentos ao invés de usar a força contra ações contra-

hegemônicas. Como exemplo de procura por estabilização, estão as agências internacionais de desenvolvimento, como o Banco Mundial, que colocaram a participação cidadã como parte de seus mandatos institucionais e parcerias com ONGs (MIRAFTAB, 2009).

Extensa literatura documentou como essa rotinização da participação da comunidade despolitiza as lutas das comunidades e estende o controle do Estado dentro da sociedade. Atrair movimentos de base para as ONGs mantém o *status quo* ao estabilizar as relações Estado-sociedade (MIRAFTAB, 2009, p. 34, tradução nossa).

Pieterse (2008) demonstra que enquanto a ONU-Habitat concentrava seu discurso no combate à pobreza para a justiça social, equidade e cidadania urbana, defendendo o envolvimento da sociedade civil, o Banco Mundial trazia questões do planejamento urbano estratégico — de competitividade das cidades, baseada em interesses industriais, comerciais e financeiros, bancabilidade de projetos. O planejamento urbano estratégico é uma linha de pensamento do planejamento territorial que considera a globalização como fator decisivo para as cidades e foca investimentos dos escassos recursos em pontos críticos, priorizando grandes projetos urbanos. Porém, também se baseia na formação de consenso através da participação de agentes públicos e privados, desde o diagnóstico até a elaboração do plano (BORJA; CASTELLS, 1997). O que, na visão de Pieterse (2008), se tornava a participação de um pequeno grupo. As cidades do Sul Global que adotassem o guia do Banco Mundial acabavam adotando este tipo de participação. Então, o planejamento comunicativo foi amplamente adotado, porém, sob o planejamento estratégico e sob um Estado neoliberal. Entre a escolha de um projeto de infraestrutura que aumentasse a competitividade local e um projeto que atendesse a infraestrutura mais básica da cidade, a primeira é que era escolhida. Portanto, apesar da argumentação de que a comunicação seria suficiente para decidir em contextos de multiplicidades de grupos, o que Pieterse (2008) observou é que a escolha não pedia para o combate à pobreza das cidades.

Purcell (2009) criticou o planejamento comunicativo também pelo apoio à agenda neoliberal. O autor mostrou como as desigualdades já existem de partida e, então, o próprio processo se torna desigual. Além disso, o neoliberalismo procura ativamente cooptar e incorporar resistências democráticas, mesmo que não sejam favoráveis aos negócios, mas esta ação tem o sentido de legitimar o processo e criar estabilidade. Para o autor, não há intenção de Habermas ou dos planejadores que o seguem de reforçar o neoliberalismo, mas o fato é que isso acaba acontecendo. Raramente os setores de negócios ficam excluídos de um processo de decisão, mas há grupos excluídos de processos colaborativos. Como há uma aparência de inclusão, ninguém questiona que os grupos foram excluídos. Purcell (2009) também critica o grupo de planejadores que se afastam de Habermas para atuar no planejamento comunicativo. Como por exemplo, a autora Judith Innes, que argumenta que “por meio da deliberação, os participantes inventam novas soluções que não poderiam ter imaginado antes de se envolverem” e “para chegar a uma solução compartilhada, todos os participantes devem estar satisfeitos com o resultado”. Para Purcell, há possibilidade de legitimação dos dominantes. Além disso, a própria ideia de “*stakeholders*” (partes interessadas) ao invés de “cidadãos” já é uma neoliberalização, na medida em que coloca as partes interessadas com mais força do que um mero cidadão no processo. Frente a isso, Purcell (2009) defende uma alternativa com elementos radicais de democracia participativa baseada nas ideias de Henri Lefebvre do direito à cidade, e, apoiado em Laclau e Mouffe, defende uma mobilização contra-hegemônica por emancipação de grupos marginalizados.

Randolph (2007) também critica o planejamento comunicativo e colaborativo com base nas experiências brasileiras, decorrentes da participação popular nas políticas públicas, especialmente nos planos diretores. Com a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2001, abrem-se a perspectiva de maior participação da população. Porém, a exemplo dos outros autores, observa que o processo participativo é uma forma de dar legitimidade a decisões favoráveis aos setores hegemônicos. Para o autor:

[...] o verdadeiro problema é que a maioria das concepções e realizações do planejamento participativo continua presa à tradicional lógica instrumental, técnica e, às vezes, burocrática do planejamento estatal (público). Não redefine significativa e mais radicalmente a própria relação entre Estado e sociedade (e contribui, assim, para a perpetuação do status quo) (RANDOLPH, 2007, p. 4).

Entretanto, Randolph (2007) considera que o planejamento colaborativo e comunicativo teve conquistas, como o de abrir caminhos de mediação e trazer formas para que o acúmulo de experiências de “poder comunicativo” tivesse alguma influência sobre algumas decisões. Mesmo sendo insuficiente, o modelo comunicativo de Habermas é essencial para que o planejamento possa cumprir sua “função subversiva”. Ressalta-se que, embora o Randolph tenha relacionado sua crítica ao planejamento comunicativo e colaborativo a partir das experiências brasileiras com planos diretores, estas são concebidas a partir da noção de democracia participativa, em que se considera a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão em Estados democráticos. O Orçamento Participativo foi um exemplo paradigmático, dentre várias iniciativas no período da redemocratização, que influenciou para que a política urbana fosse baseada em processos participativos. Planejamento urbano participativo e planejamento comunicativo e colaborativo dialogam e se fundamentam da mesma literatura, mas divergem na origem e nos caminhos que percorreram até sua prática em planejamento territorial. Enquanto Healey (2003) formulou o planejamento comunicativo a partir de sua experiência de planejamento urbano, a formulação do planejamento urbano participativo ocorrida nas experiências brasileiras adotaram o conceito mais amplo da democracia participativa, no contexto de redemocratização.

A experiência do processo participativo da elaboração do Plano Diretor Estratégico de 2002 também foi analisada por Villaça (2005), que observou que apesar de todo o esforço pela participação, apenas grupos hegemônicos de fato conseguiam incidir no plano. Seja porque compareciam em maior peso às audiências públicas convocadas pelo poder público ou porque tinham acesso e conhecimento do conteúdo técnico, seja porque tinham acesso a outras formas de pressão como a mídia e a Câmara Municipal. Da mesma maneira que Purcell (2009) notou no planejamento colaborativo e comunicativo, Villaça (2005) observa que os grupos dominantes têm maiores condições de impor suas ideias de partida e assim, o processo participativo que tinha objetivo de luta pela justiça social não consegue promover isso devido à própria desigualdade no processo.

No Brasil, os governos petistas ampliaram a participação em diversas políticas públicas em âmbito federal, sobretudo à criação de conselhos e conferências nacionais. Embora hajam críticas sobre a forma como se dava esta participação (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; ROMÃO, 2021; TATAGIBA; TEIXEIRA, 2021), Maricato (2017) ressalta a importância das instâncias participativas para a política urbana:

Algum controle social sobre o Estado constitui uma experiência fundamental para o aprendizado dos movimentos, assim como também é importante ampliar as conquistas por demandas sociais. Ao contrário do que pensam muitos intelectuais que veem nisso um desprezível reformismo, as conquistas de reivindicações concretas imediatas são alimento essencial para qualquer movimento reivindicatório de massas. Mas é preciso entender o Estado em sua complexidade, especialmente numa sociedade como a nossa, patrimonialista e desigual. Seu poder de cooptação, e mesmo de corrupção, parece imenso (MARICATO, 2017, p. 70-71).

Além disso, a autora também ressalta as conquistas para a política urbana resultantes de processos participativos: o Estatuto da Cidade, o Ministério das Cidades, as Conferências Nacionais das Cidades, o Conselho das Cidades, o Programa Nacional de Regularização Fundiária, marco regulatório do Saneamento Ambiental (2005), Lei dos Consórcios Públicos, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, a Política Nacional de Mobilidade Urbana e o Programa de Aceleração do Crescimento da Habitação e do Saneamento. Entretanto, reconhece que o acesso à terra, a aplicação dos mais importantes instrumentos do Estatuto da Cidade e a questão ambiental permanecem sem qualquer avanço. Assim, considera-se que a exemplo do que os pesquisadores concluíram a respeito do planejamento colaborativo e comunicativo, a experiência brasileira de participação nas instituições nacionais também encontrou limites de atuação frente ao poder hegemônico.

3 Seria o Movimento Passe Livre um passo para o planejamento insurgente ou subversivo da mobilidade urbana?

O Movimento Passe Livre (MPL) surgiu em 2005 no Fórum Mundial Social em Porto Alegre, inspirado nas experiências da Revolta do Buzu (2003) em Salvador e da Revolta das Catracas (2005) em Florianópolis. A Revolta do Buzu foi um protesto contra o aumento da tarifa, que reuniu 40 mil estudantes secundaristas em um processo de luta descentralizado e horizontal. Na época, isso foi acabou sendo apropriado por outros grupos, conforme o próprio movimento conta:

[...] entidades estudantis aparelhadas por grupos partidários se colocaram como lideranças e passaram a negociar com o poder público em nome dos manifestantes. Após barganhar meias concessões com os governantes, sem atingir a revogação do aumento, utilizaram-se todos os meios possíveis para desmobilizar a população” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 14).

Neste contexto, o movimento que surge tende a se opor a aproximação do Estado:

Surge então um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 15).

Qualquer grupo de ativistas pode se tornar o MPL, desde que se submeta à carta de princípios do movimento, que basicamente diz sobre a independência de Estado, partidos, até mesmo de ONGs, instituições religiosas e financeiras. O movimento, então se diferencia dos movimentos sociais constituídos anteriormente:

É assim, na ação direta da população sobre sua vida – [sic] e não a portas fechadas, nos conselhos municipais engenhosamente instituídos pelas prefeituras ou em qualquer uma das outras artimanhas institucionais - [sic], que se dá a verdadeira gestão popular. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 16).

Porém, segundo Medeiros (2014), a posição de distanciamento do Estado e demais organizações não é radical. O movimento se relaciona com sindicatos, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto — MTST (que tem relações com o Partido dos Trabalhadores — PT e governo Lula), além de se apoiar em parlamentares que defendam suas bandeiras ou que ajudem a libertar militantes de prisões arbitrárias. Além disso, o próprio movimento afirma se basear na política formulada pela gestão Erundina na prefeitura de São Paulo (1989–1992) (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013). O MPL também se diferencia dos movimentos tradicionais por sua organização interna:

Enquanto nos movimentos tradicionais a ação do militante é submetida à vontade coletiva, representada pela entidade e/ou pela direção, no MPL a ação direta é o vetor dominante, aquilo que vai estruturar o pertencimento e a identidade do militante pelo passe livre. (MEDEIROS, 2014, p. 115)

Embora o MPL atuasse em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Distrito Federal, Recife e Porto Alegre desde 2006 com atos todos os anos, foi só em 2013 que o movimento ganhou destaque nacional. Para Medeiros (2014), o movimento ganhou amplitude por uma combinação entre a ocasião em que as prefeituras decidiram pelo aumento da tarifa com as imagens viralizadas de violência policial nos protestos. Segundo o autor, todos os anos o aumento da tarifa era dado entre dezembro e janeiro, já que os estudantes nesta época estão desmobilizados por não estarem no mesmo espaço. Naquele ano, por um pedido do governo federal, as prefeituras adiaram o aumento da tarifa para o final de maio e início de junho, que provocou o cenário ideal para o crescimento dos atos. Além disso, explica Medeiros (2014), as imagens da violência policial gratuita sofrida pelos jovens foram amplamente divulgadas nas redes sociais, o que gerou comoção e solidariedade.

Os primeiros atos de 2013 começaram em 27 e 28 de maio, mas o primeiro protesto que ganhou maior dimensão foi em 6 de junho. Em 17 de junho, o movimento ganha dimensão nacional, com protestos em pelo menos doze estados. No dia 19 de junho, os prefeitos de São Paulo e Rio de Janeiro revogaram os reajustes. No dia 20 de junho, aconteceram as maiores manifestações. A partir de 21 de junho, as manifestações continuaram, porém, com pautas diversas (MEDEIROS, 2014).

Além da revogação do aumento da tarifa, São Paulo, Rio de Janeiro e mais quarenta municípios instituíram conselhos participativos de transporte. Foi o pico de criação destes conselhos, como podemos observar na figura 1 a seguir.

Conselhos municipais de transporte criados por ano

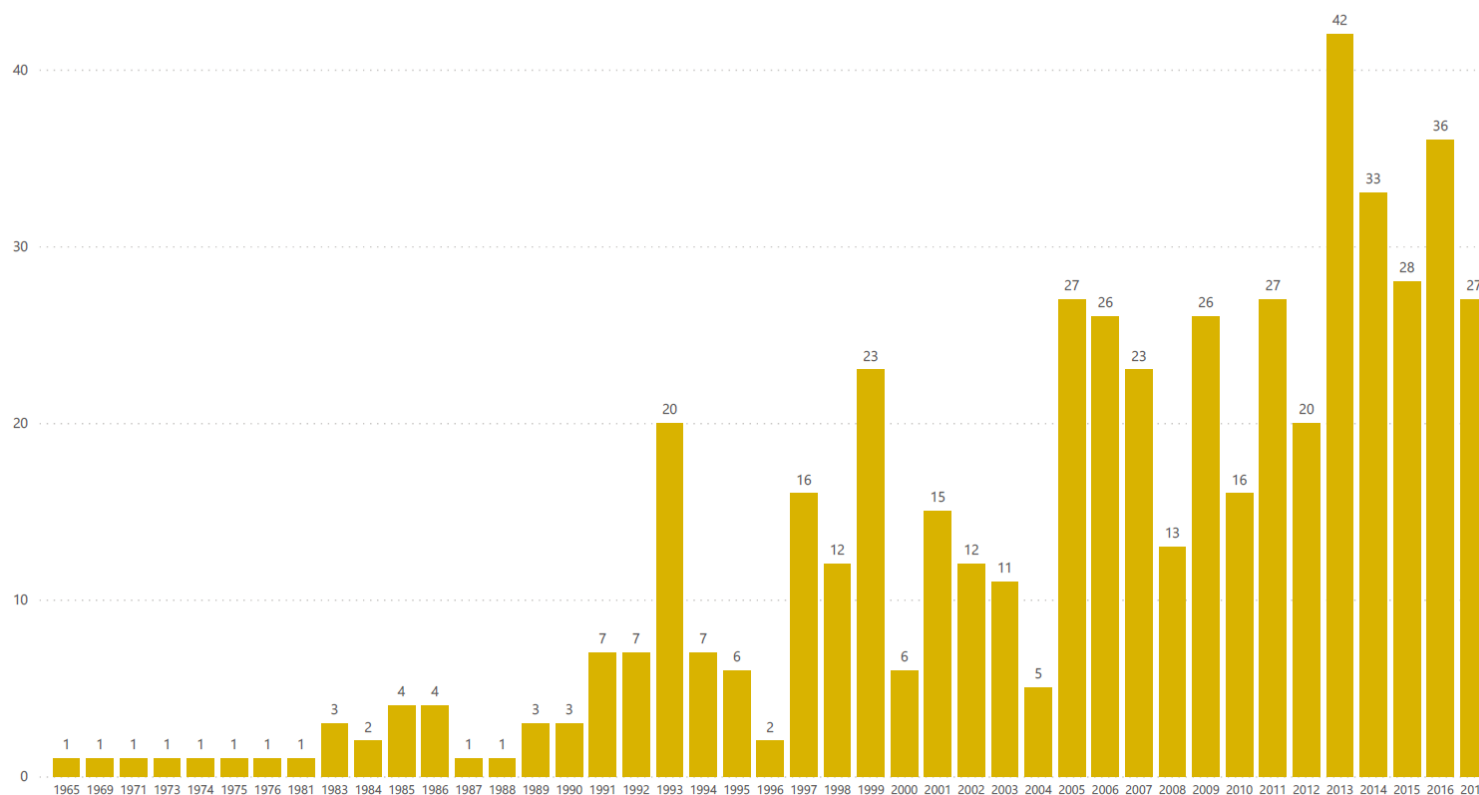


Fig. 1: Conselhos municipais de transporte criados por ano — dados do IBGE (2017). Fonte: Autora, 2022, adaptado de IBGE (2017). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=18195&t=downloads>. Acesso em: 11 dez. 2021.

Entretanto, o MPL se recusou a fazer parte destes conselhos. Se, para movimentos sociais mais tradicionais esta seria uma oportunidade, para o MPL os conselhos representavam a antítese da gestão popular e da possibilidade de mobilização. De fato, o MPL tinha motivo para duvidar. O primeiro reajuste pós-criação do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito (CMTT) de São Paulo foi encaminhado sem qualquer consulta aos conselheiros (GOMES, 2015).

Estes acontecimentos corroboram com Romão (2021) e Tatagiba e Teixeira (2021). Os governos Lula e Dilma tinham em sua estrutura a abertura aos movimentos sociais, promovendo conferências nacionais e recebendo no próprio corpo técnico do governo para participar da formulação de políticas públicas. Entretanto, esta abertura maior não foi suficiente para ampliar direitos e inverter a lógica neoliberal. Pelo contrário, dava legitimidade ao que o governo propunha, enquanto atendia setorialmente os movimentos sociais. Esta leitura também era feita pelo MPL já na mesma época dos acontecimentos.

A resposta dada pelas quarenta e duas prefeituras, com a criação dos conselhos participativos, veio na tentativa de estabilização do poder hegemônico neoliberal. Ação que não funcionou para garantir o controle sobre futuros protestos, já o MPL recusou a discussão no campo institucional e que as Jornadas de Junho deram voz ao conservadorismo, que passou a liderar protestos nos anos seguintes.

Romão (2021) afirma que a abertura aos movimentos sociais promovida pelos governos Lula e Dilma teria gerado uma “democratização além da conta”, não controlada pelo pacto lulista. Os novos movimentos, que se originaram em decorrência da manutenção da precariedade, já não estavam mais neste pacto. Entre estes novos movimentos estão o MPL, os Comitês Populares da Copa e os movimentos contra a construção das usinas de Belo Monte e Santo Antônio. A partir de 2013, o Movimento Passe Livre continuou seus atos a cada anúncio de reajuste de tarifa em São Paulo, sem nunca ter participado do CMTT.

Estes acontecimentos também corroboram com as argumentações de Mirafab (2009), Pieterse (2008), Purcell (2009), Randolph (2007) e Villaça (2005). Entretanto, diferente do movimento, não é possível dizer que os autores refutam a participação da sociedade civil. Os autores atentam para os limites desta participação em enfrentar as injustiças sociais dentro de um Estado neoliberal. Mirafab (2009) deixa claro a importância dos espaços institucionalizados. A autora cunhou

os conceitos de *invited spaces* (espaços convidados) e *invented spaces* (espaços inventados), a partir de experiências do Sul Global, como forma de avançar na luta por justiça social:

Espaços “convidados” são definidos como aquelas ações de base e suas organizações não governamentais aliadas que são legitimadas por doadores e intervenções governamentais e visam lidar com sistemas de dificuldades. Espaços “inventados” são definidos como aquelas ações coletivas dos pobres que confrontam diretamente as autoridades e desafiam o *status quo*. Os dois tipos de espaços estão em uma relação de interação mutuamente constituída, não binária. Eles não são mutuamente exclusivos, nem necessariamente estão afiliados a um conjunto fixo de indivíduos ou grupos ou a um tipo particular de sociedade civil (MIRAFTAB, 2009, p. 38–39, tradução nossa).

A formulação de MirafTAB (2009) diverge da proposta do MPL, pois a autora reconhece que as instâncias formais também são ferramentas de luta dos movimentos sociais. Para a autora, as práticas insurgentes são fluidas entre os espaços convidados e os espaços inventados de participação, podendo fazer ações combinadas entre estes.

Se o MPL diverge do planejamento insurgente de MirafTAB (2009), encontramos convergências com o planejamento subversivo de Randolph (2007). Em atividades recentes, o MPL desenvolveu mais uma ação direta: a disponibilização de ônibus gratuitos do centro de São Paulo a Cidade Tiradentes para cerca de cinquenta pessoas, com o mesmo itinerário que fazia um ônibus gratuito que existia nos anos 1990. Conforme apresentado na figura 2, a ação foi feita no dia 26 de outubro de 2021, Dia Nacional de Luta pela Tarifa Zero, dia que relembra a Revolta da Catraca de Florianópolis (LINS; LINS, 2021).



Passe Livre São Paulo

27 de outubro de 2021 · 🌐



::: UM GOSTINHO DA VIDA SEM CATRACAS - O BUSÃO TARIFA ZERO PRA CIDADE TIRADENTES

Ontem, no dia 26 de outubro, dia de luta pela Tarifa Zero, a volta pra casa depois do trabalho foi diferente. Pelo menos pras 50 pessoas que pegaram o Busão Tarifa Zero que saiu do Terminal Parque Dom Pedro e foi até a Cidade Tiradentes.

Foram dois mini-ônibus, em que todas as pessoas puderam ir sentadas com conforto e sem superlotação. Quem precisava, recebeu máscaras de proteção, quem queria descansar, teve espaço pra isso. E entre quem se animou mais, ficamos conversando sobre porque o transporte não funciona desse jeito todos os dias e como é com luta que a gente pode conquistar mudanças concretas!!

Foi um gostinho da vida sem catracas que queremos construir, uma prova de que outro transporte é sim possível. E ficou na cara que os governantes só não assumem isso porque preferem agradar os seus amigos empresários do que atender às nossas necessidades e desejos.

Foi pelo nós por nós que a Tarifa Zero voltou à Cidade Tiradentes 30 anos depois. Foi só um gostinho, mas saímos dessa experiência com mais ânimo e mais vontade pra seguir lutando até o fim de todas as catracas!

[#TarifaZeroJá!](#)
[#26Outubro](#)
[#CidadeTiradentes](#)
[#BusãoTarifaZero](#)

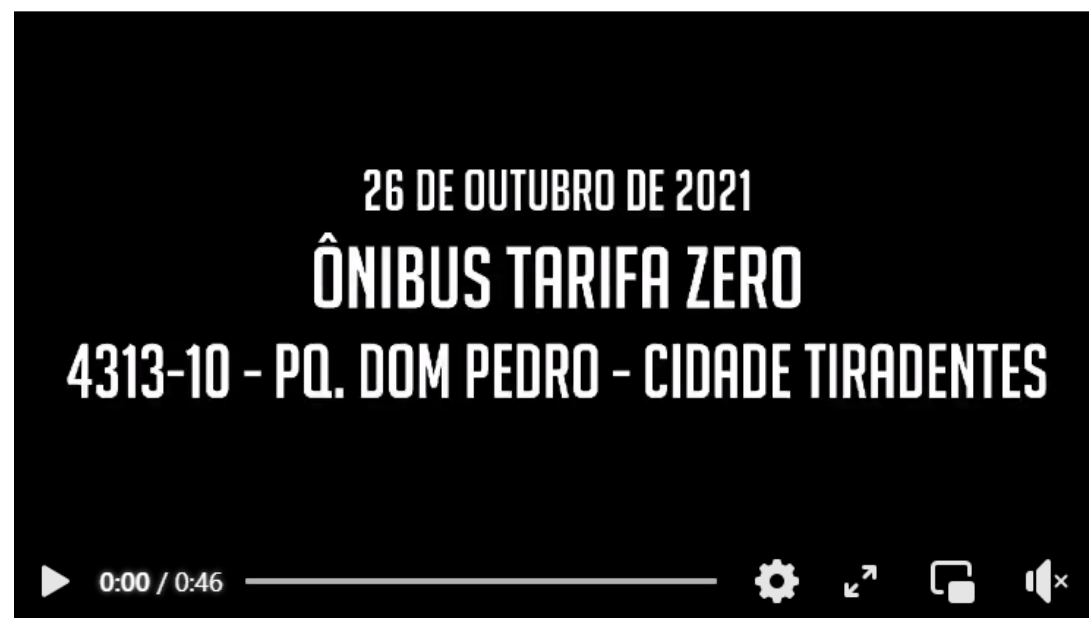


Fig. 2: Postagem do Movimento Passe Livre São Paulo sobre a ação. Fonte: MPL, 2021. Disponível em: <https://fb.watch/gxZeGeeeNc/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

O próprio processo do planejamento subversivo precisa ser compreendido como uma das maneiras de realizar, na prática, a expansão do domínio tanto das experiências sociais já disponíveis (pela sociologia das ausências; aumentando o presente), quanto das experiências sociais possíveis (pela sociologia das emergências, retração do futuro). (RANDOLPH, 2007, p. 10)

O movimento colocou em prática a possibilidade de Tarifa Zero para mostrar através da própria vivência o que se pretende (experiências sociais possíveis) para superação de uma questão atual – o alto preço do transporte público (experiências sociais já disponíveis). Randolph (2008) também argumenta que existe possibilidade de realização da proposta do planejamento subversivo através:

[...] da busca, por parte dos habitantes das grandes cidades, pelo valor de uso dos seus espaços vivenciados e de sua defesa contra os efeitos de abstração que o capitalismo (financeiro) tenta impor progressivamente na medida em que avança na produção do espaço social (Lefebvre) (RANDOLPH, 2008, p. 11).

Na medida em que o movimento defende o direito ao transporte como um direito à cidade, está lutando contra os efeitos da abstração do capitalismo financeiro. Questiona a racionalidade do planejamento de transportes que coloca a tarifa como essencial para sua viabilidade; questiona a lógica das cidades, que se estruturam na desigualdade para promover espaços acessíveis e não acessíveis, barrados pelas catracas; e questiona a lógica da financeirização cada vez mais intensa do setor de transportes, que atualmente caminha para a privatização (entre parcerias público-privadas e concessões).

Por outro lado, essa ação se realizou com abrangência limitada, em apenas uma linha de ônibus diante de milhões de viagens diárias realizadas em São Paulo. Para transformá-la em política pública, é necessário debater orçamento e planejamento, além de realizar seu monitoramento — debate que deveria ocorrer em instâncias participativas, mas o MPL negou a participação. Neste sentido, há um limite também para esta ação contra-hegemônica, que não se realiza para além do questionamento da injustiça social.

4 O Conselho Municipal de Transporte e Trânsito de São Paulo

O Conselho Municipal de Transporte e Trânsito de São Paulo (CMTT) foi instituído em 2013, como uma das respostas às manifestações das chamadas Jornadas de Junho, na gestão Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT). Trata-se de um conselho composto pela sociedade civil (entre associações, ONGs e sindicato de trabalhadores), poder público (administração pública direta e indireta) e operadores de transporte (sindicatos de empresas e trabalhadores). De 2013 a 2021, foram feitas cinquenta e sete reuniões ordinárias e cinco reuniões extraordinárias, com atas disponíveis no site do conselho (CMTT, [s.d.]).

Alguns temas chamam a atenção pela raridade do debate. O orçamento, questão essencial para a realização de políticas públicas, só foi discutido na reunião de novembro de 2017 (CMTT, 2017), mencionado na reunião de agosto de 2019 como demanda de um fundo municipal de mobilidade (CMTT, 2019a), em julho de 2020, quando se discutiu os subsídios ao sistema da SPTrans (CMTT, 2020a), em dezembro de 2020 em reunião extraordinária sobre tarifa (CMTT, 2020b), em outubro de 2021 na apresentação da execução dos recursos do FUNDURB (CMTT, 2021). A “tarifa zero” só aparece registrada em uma ata de reunião, em dezembro de 2019 (CMTT, 2019b). Chama a atenção, porque Barbosa (2018) já havia detectado que embora o MPL não participe do CMTT, havia apoiadores entre os conselheiros que poderiam colocar o tema em pauta.

Apesar destes problemas e todas as questões apresentadas em literatura sobre os problemas da participação, há avanços promovidos pelo CMTT. Temas da mobilidade urbana sustentável, como segurança viária, mobilidade a pé, bicicleta, acessibilidade universal e o ônibus tiveram destaque nas reuniões do período.

Para Barbosa (2018), as manifestações de 2013 e a criação da Política Nacional de Mobilidade Urbana em 2012 fizeram aflorar muitos grupos coletivos em defesa da mobilidade urbana sustentável, já que a maioria dos conselheiros havia participado das manifestações de 2013. A autora mostrou também que o próprio conselho fomentou a criação de uma associação por mobilidade a pé, o Cidadeapé, formado a partir de conselheiros que participavam individualmente. Assim, o

Conselho “criou experiências de representação e organização, produzindo lideranças que reconhecem os grupos e demandas que representam no órgão” (BARBOSA, 2018, p. 210), já que os conselheiros haviam participado das manifestações de junho de 2013 sem vínculos a movimentos sociais ou entidades, mas dentro do Conselho passaram a representar coletivos.

Os acontecimentos que seguem confirmam a observação. A mobilidade a pé e por bicicleta ganharam Câmaras Temáticas por demanda dos conselheiros, onde se ampliaram as possibilidades de incidência política dos grupos nestes temas, com representantes regionais e reuniões específicas. Dentro destas Câmaras Temáticas, as redes se fortaleceram e fomentou-se ainda mais a formação de coletivos, como os cicloativistas regionais: Bike Zona Oeste e Bike Zona Leste (criados em 2015) e Bike Zona Norte (criado em 2019). O coletivo Bike Zona Sul já existia desde 2010. Também é possível dizer que a existência do CMTT fomentou a organização em rede de entidades, que passaram atuar de forma conjunta, como na Campanha Mobilidade Ativa nas Eleições 2018. A campanha visava promover a mobilidade urbana nas eleições estaduais de São Paulo com uma carta-compromisso que poderia ser aderida pelos candidatos e candidatas ao Governo do Estado de São Paulo. Compuseram a rede algumas das entidades que participam do CMTT: Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo (Ciclocidade), Associação pela Mobilidade a Pé em São Paulo (Cidadeapé), Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) e SampaPé! (REDE PAULISTA DE ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES DE MOBILIDADE URBANA, s.d.).

Ainda em 2018, a Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo (Ciclocidade) e a Associação pela Mobilidade a Pé em São Paulo (Cidadeapé), realizaram o Painel da Mobilidade Ativa, que trazia dados sobre lesões e mortes no trânsito. Os dados públicos foram divulgados para embasar a articulação da sociedade civil para as audiências públicas sobre segurança no trânsito (ASSOCIAÇÃO DE CICLISTAS URBANOS DE SÃO PAULO; ASSOCIAÇÃO PELA MOBILIDADE A PÉ EM SÃO PAULO, 2018).

Como Maricato (2017) havia observado para as políticas urbanas nacionais, há conquistas sociais na participação. Do contrário, o Conselho não sofreria com tentativas de esvaziamento, como afirmou Barbosa (2018, p. 208): “Se não fosse pela persistência dos conselheiros e das suas entidades, empenhadas em lutar por melhorias nas políticas públicas de mobilidade urbana, o Conselho não teria reuniões em 2017”. Estas tentativas de esvaziamento seguem na esteira dos acontecimentos do país de crise da democracia e desmonte dos espaços institucionalizados de participação. Com a saída da presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores do poder em 2016, foram minguando as reuniões de conselhos nacionais e as conferências nacionais não aconteceram, até que em 2019, a Política Nacional de Participação Social foi revogada por Jair Bolsonaro. A resistência dos conselheiros e conselheiras pela continuidade das reuniões do CMTT foi, portanto, uma ação contra-hegemônica, porque não permitiu seu desmonte, apesar de todo o contexto favorável a ele. Neste sentido, é possível afirmar que, apesar de suas insuficiências, os processos participativos podem frear algumas das ações hegemônicas.

5 Considerações finais

As críticas ao planejamento colaborativo e comunicativo, bem como as reflexões sobre o processo participativo trazem um conjunto de argumentos que poderiam negar as práticas participativas. A construção de ações diretas fora do Estado pode ser uma superação dos limites das práticas participativas, como demonstra o Movimento Passe Livre em suas atividades. A disponibilização de um ônibus gratuito para demonstrar que “Tarifa Zero é possível” promove a vivência de uma política diferente da defendida pelo poder hegemônico, de cada vez mais privatização dos transportes. Podemos considerar estas ações como práticas de um planejamento subversivo, na concepção de Randolph (2007). Entretanto, o MPL invalida a participação em espaços institucionalizados por não acreditar que de fato sejam espaços contra-hegemônicos.

Mas é importante ressaltar todas as conquistas sociais que os processos participativos institucionalizados trouxeram, como destacou Maricato (2017). O Conselho Municipal de Transportes e Trânsito de São Paulo fomentou a organização de coletivos e entidades pela mobilidade urbana sustentável e criou redes de incidência política. Neste sentido, as práticas participativas podem não ser suficientes no combate à injustiça social, mas há conquistas até mesmo em um contexto neoliberal. Portanto, as teorias de planejamento colaborativo, comunicativo e participativo não devem ser invalidadas, mas sim reconhecer que há limitações e evitar “ilusões” – como Villaça (2005) colocou a respeito do processo participativo do Plano Diretor de 2002. Da mesma forma, há limitações nas ações contra-hegemônicas que negam os processos

institucionalizados, como visto na ação do MPL. Futuras pesquisas devem tensionar estas limitações, mobilizando também literatura sobre repertórios e ferramentas de ação dos movimentos sociais.

Ao transitar entre os “espaços convidados” e os “espaços inventados” do planejamento insurgente, reconhecemos as limitações dos espaços institucionalizados, ao passo em que reconhecemos as ações criadas pelos movimentos sociais como forma de planejar. Concordamos com Miraftab (2009), as lutas contra-hegemônicas se dão nos dois espaços.

Agradecimentos

Agradeço aos professores Silvana Zioni e Jeroen Klink pelas trocas que ajudaram no desenvolvimento deste trabalho.

Referências

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Revista de Ciências Sociais**, p. 325–357, 2014.

ASSOCIAÇÃO DE CICLISTAS URBANOS DE SÃO PAULO; ASSOCIAÇÃO PELA MOBILIDADE A PÉ EM SÃO PAULO. **Participe das audiências públicas sobre segurança no trânsito**. Disponível em: <http://mobilidadeativa.org.br/2018/10/30/participe-das-audiencias-publicas-sobre-seguranca-no-transito/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

BARBOSA, G. H. **O Conselho Municipal de Transporte e Trânsito de São Paulo (CMTT/SP)**: participação e mobilidade urbana. 2018. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

BORJA, J.; CASTELLS, M. Planes Estratégicos y Proyectos Metropolitanos. **Cadernos IPPUR**, v. 2, n. 1, p. 207–231, 1997.

CMTT. **30ª Ata de reunião ordinária do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito-CMTT. Ata de reunião ordinária** São Paulo PMSP/SMT, 23 nov. 2017. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/mobilidade/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/conselho_1/index.php?p=215735. Acesso em: 6 ago. 2022

CMTT. **46ª Ata de reunião ordinária do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito-CMTT. Ata de reunião ordinária** São Paulo PMSP/SMT, 22 ago. 2019a. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/mobilidade/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/conselho_1/index.php?p=215735. Acesso em: 6 ago. 2022

CMTT. **48ª Ata de reunião ordinária do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito-CMTT. Ata de reunião ordinária** São Paulo PMSP/SMT, 13 dez. 2019b. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/mobilidade/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/conselho_1/index.php?p=215735. Acesso em: 6 ago. 2022

CMTT. **51ª Ata de reunião ordinária do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito-CMTT. Ata de reunião ordinária** São Paulo PMSP/SMT, 21 jul. 2020a. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/mobilidade/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/conselho_1/index.php?p=215735. Acesso em: 6 ago. 2022

CMTT. **Ata de reunião extraordinária do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito-CMTT. Ata de reunião extraordinária** São Paulo PMSP/SMT, 29 dez. 2020b. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/mobilidade/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/conselho_1/index.php?p=215735. Acesso em: 6 ago. 2022

CMTT. **57ª Ata de reunião ordinária do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito-CMTT. Ata de reunião ordinária** São Paulo PMSP/SMT, 22 out. 2021. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/mobilidade/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/conselho_1/index.php?p=215735. Acesso em: 6 ago. 2022

CMTT. - CMTT. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/mobilidade/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/conselho_1/index.php?p=215735. Acesso em: 31 jan. 2022.

GOMES, R. Conselho de Transporte criado em 2013 reclama de ser excluído de discussão de tarifa. **Rede Brasil Atual**, Janeiro, 2015. [online]. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/01/conselho-de-transporte-criado-em-2013-reclama-de-ser-excluido-de-discussao-de-tarifa/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

HEALEY, P. Collaborative Planning in Perspective. **Planning Theory**, v. 2, 2003.

IBGE. **Base de Dados MUNIC**. Brasília, 2017.

LINS, M. P.; LINS, M. P. 26 de outubro é dia de Tarifa Zero. **Carta Capital**, Outubro, 2021. [online]. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/26-de-outubro-e-dia-de-tarifa-zero/>. Acesso em: 29 jan. 2022.

MARICATO, E. Nunca fomos tão participativos - reflexões sobre os movimentos sociais urbanos. Em: MARICATO, E. (Ed.). **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 68–74.

MEDEIROS, J. Breve história das Jornadas de Junho: uma análise sobre os novos movimentos sociais e a nova classe trabalhadora no Brasil. **História e Perspectivas**, n. 51, p. 87–117, 2014.

MIRAFTAB, F. Insurgent planning: Situating radical planning in the global south. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 32–50, 2009.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. Em: MARICATO, E. (Ed.). **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Carta Maior, 2013. p. 13–18.

PIETERSE, E. **City Futures: confronting the crisis of urban development**. New York: ZED Books / UCT Press, 2008.

PURCELL, M. Resisting neoliberalization: Communicative planning or counter-hegemonic movements? **Planning Theory**, v. 8, n. 2, p. 140–165, maio 2009.

RANDOLPH, R. Do planejamento colaborativo ao planejamento subversivo. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, p. 1-12, 1 ago. 2007.

RANDOLPH, R. A nova perspectiva do planejamento subversivo e suas (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano regional - o caso brasileiro. **X Colóquio Internacional de Geocrítica - Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008**, p. 1-15, 2008.

REDE PAULISTA DE ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES DE MOBILIDADE URBANA, s.d. . **Carta Compromisso com a Mobilidade Urbana Sustentável para São Paulo**. Disponível em: <https://compromissomobilidade.files.wordpress.com/2018/08/carta-compromisso-mobilidade-urbana-sustentavel-sp.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

ROMÃO, W. DE M. Relação entre Estado e movimentos sociais sob o lulismo. Em: TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. (Eds.). **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Editora Unesp, 2021. p. 119–140.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. Movimentos sociais e políticas públicas no ciclo dos governos petistas: a controversa novidade dos programas associativos. Em: TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. (Eds.). **Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. São Paulo: Editora Unesp, 2021. p. 23–48.

VILLAÇA, F. **As Ilusões do Plano Diretor**. São Paulo(mimeo), 2005. Disponível em:
http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/A%20ILUSAO_DO_PLANO%20DIRETOR.pdf . Acesso em: 1 jan. 2022.

LA POLÍTICA PÚBLICA DE VIVIENDA (IN)SUSTENTABLE DE BRASIL Y VENEZUELA THE (UN)SUSTAINABLE PUBLIC HOUSING POLICIES OF BRAZIL AND VENEZUELA ORIANA SERRANO, RICARDO BARBOSA, JULIANA BATISTA

Oriana Yenahi Andrade Serrano es Arquitecta y estudiante de maestría en Arquitectura y Urbanismo e investigadora de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Alagoas (UFAL), Brasil. Lleva a cabo investigaciones en el área de sostenibilidad energética. oriandrade59@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/2496185476825559>

Ricardo Victor Rodrigues Barbosa es Arquitecto, Magíster y Doctor en Ciencias de la Ingeniería Ambiental. Es profesor Asociado de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Alagoas (UFAL), Brasil, y del Programa de Posgrado en Dinámica del Espacio Habitado de la misma institución. Es líder del Grupo de Estudios de Atmósfera Climática Urbana – GATU, en el que coordina investigaciones en el área de Confort Ambiental, Desempeño Térmico y Clima Urbano. rvictor@fau.ufal.br

<http://lattes.cnpq.br/0913248203327424>

Juliana Oliveira Batista es Arquitecta y Doctora en Ingeniería Civil. Es profesora Adjunta de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Alagoas (UFAL), Brasil, y del Programa de Posgrado en Dinámica del Espacio Habitado de la misma institución. Lleva a cabo investigaciones sobre Adecuación Ambiental de Edificaciones, Desempeño Térmico de Edificaciones, Arquitectura Bioclimática y Eficiencia Energética. juliana.batista@fau.ufal.br

<http://lattes.cnpq.br/5219320875826842>

ARTÍCULO SOMETIDO EL 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar este texto: Serrano, O. Y. A., Barbosa, R. V. R., Batista, J. O., 2022. La política pública de vivienda (in)sustentable de Brasil y Venezuela. *VIRUS*, 24, Diciembre. [online]. Available at: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/663/663es.php>. [Accessed: dd Month yyyy].

Resumen

La viabilidad económica y la justicia social a través de la delimitación de recursos, y la participación del Estado, son las vertientes de la sustentabilidad comúnmente asociadas a las políticas públicas de vivienda en América Latina. En la actualidad del cambio climático, la priorización de estas vertientes en detrimento de su impacto ambiental se evidencia insuficiente para la sustentabilidad, lo que exige una reorientación hacia su dimensión medioambiental, traducido en el ámbito específico de las políticas públicas de vivienda en la apertura hacia una visión contrahegemónica regenerativa, enfocada al gerenciamiento de la energía y a la participación humana como parte de la naturaleza. Este artículo desarrolla un análisis crítico sobre las políticas públicas de vivienda más recientes en Brasil y Venezuela, en lo relacionado a su interacción con estrategias para la sustentabilidad en el Antropoceno, abordándolo según los siguientes procedimientos metodológicos: investigación teórica; investigación referencial sobre los casos de estudio; y un análisis reflexivo sobre la interacción entre la teoría y las referencias trabajadas. Se verificó que las conceptualizaciones normativas de las políticas públicas estudiadas se muestran en deuda con los requerimientos conceptuales de regeneración, esenciales para el alcance de las metas establecidas para el combate del cambio climático.

Palabras Clave: Sustentabilidad, Antropoceno, Vivienda Social, Gran Misión Vivienda Venezuela, Programa Casa Verde e Amarela

1 Introducción

La afirmación de la vida, a través de la garantía de comida, agua, cobijo y hábitat para las poblaciones más vulnerables ha sido, históricamente, un principio ético transversal de grandes culturas de la humanidad (Dussel, 2019) y, aunque con variaciones prácticas temporales, su vigencia es perceptible aún en la cultura latinoamericana, bajo la modalidad de políticas públicas. El caso de la vivienda como política pública es una terminología compleja de caracterizar porque opera de forma integrada con todos los significados de vivienda: como necesidad básica histórica, enmarcada como demanda, vendida como mercancía, computada como déficit, reclamada como derecho, y admitida como una política pública social y de mercado al mismo tiempo (Buonfiglio, 2018). Lo que ha llevado, en la práctica, a variedad de formas de intervención del Estado para la garantía de la misma, y a la consecuente asociación de la política con diferentes nomenclaturas (Shimbo, 2012). Sin embargo, la presencia del Estado como facilitador del acceso a la vivienda de su población, es una característica común en todas las variaciones, sirviendo como concepto general de la vivienda como política pública.

En el continente americano las habitaciones de interés social fueron el foco de los primeros trabajos de zonificación bioclimática para la racionalización del consumo energético, dando origen a las actuales normas de desempeño térmico de Argentina (1981), Chile (1982), México (2004) y Brasil (2005) (Walsh, Labaki, Cóstola, 2014). Conformando, a su vez, las primeras referencias prácticas regionales de desarrollo sustentable bajo el concepto de *Triple Bottom Line*, buscando satisfacer las necesidades presentes sin comprometer las opciones para las necesidades futuras, a través de acciones que equilibren los tres pilares básicos asociados a la sustentabilidad: económicamente viable, socialmente justa, y ambientalmente correcta (Elkington, 2012). En el contexto contemporáneo de industrialización y supremacía del sistema capital, vigente desde la era moderna, la práctica de este concepto de sustentabilidad priorizó las dimensiones económicas y sociales sobre la ambiental, bajo la premisa de hacer más con menos. Hegemonía cultural que, como evidenciado en publicaciones de renombre internacional, como *Factor Four* de Weizsacker (1998), traduce la justicia social en la producción ilimitada, la viabilidad económica en la racionalización de los recursos, y la cabalidad ambiental, cuando existente, en la reducción de los impactos resultantes.

Así, en cuanto a la producción de vivienda popular, entramos en el siglo XX - XXI sin traducir los avances tecnológicos de las últimas décadas en soluciones identificadas con los requisitos ambientales y culturales locales, especialmente en América Latina, donde podemos cuestionarnos si, en realidad, estamos construyendo ciudades o simplemente produciendo viviendas, como inquiera Ferreira (2012) y varios otros estudiosos de la arquitectura y el urbanismo contemporáneos, como Montaner y Muxí (2014) y Rolnik (2015).

A su vez, en la actualidad del Antropoceno, donde son evidentes cambios en los sistemas naturales del planeta Tierra, producto de la influencia humana descontrola (Crutzen, 2002), la sustentabilidad de la vida pasa necesariamente por la implementación de acciones eficientes que permitan la reducción global de las emisiones de efecto invernadero a la mitad para 2030 y a cero para 2050 (IPCC, 2021). Lo que le da a la dimensión ambiental del desarrollo sustentable un nuevo contexto, directamente relacionado a la administración de la energía, y una necesaria amplitud de sus alcances, más cercanos al concepto de sustentabilidad relacionado con la homeostasis (Brügger, 1994; Guimarães, 2003), y la resiliencia (Acosta, 2020). Es decir, con la capacidad de un sistema absorber y/o adaptarse a situaciones adversas, recuperándose con resultados positivos. De forma similar, en la teoría del diseño ambientalmente responsable, postulada por Reed (2007), el alcance de esta capacidad de resiliencia corresponde a la etapa más alta de la trayectoria, denominada como regenerativa.

Evidencia que, aunque distantes en tiempo y espacio, estas tres concepciones convergen contra hegemonícamente en la idea de regeneración como parte integral de la sustentabilidad. En consecuencia, siendo la garantía de justicia social necesaria en la actualidad, sobre todo en el ámbito latinoamericano, su incorporación al abordaje regenerativo se hace urgente. Así, éste artículo tiene como objetivo realizar un análisis crítico-reflexivo sobre los lineamientos programáticos de las más recientes políticas públicas de vivienda en Brasil (Programa *Casa Verde e Amarela*) y Venezuela (Gran Misión Vivienda Venezuela), con acciones estratégicas de sustentabilidad en el Antropoceno, destacando algunas ponderaciones contrarias al financiamiento de la vivienda explicitada por Rolnik (2015) y defensoras de una relación con el medio ambiente que respete las preexistencias ambientales, el patrimonio, la memoria y los lazos sociales existentes, como señalan Montaner y Muxí (2014).

2 Metodología

El método de investigación adoptado es el de análisis crítico, y su ejecución fue organizada en tres etapas: iniciando con una investigación teórica sobre la sustentabilidad en el Antropoceno, su caracterización, alcances y estrategias de acción, estableciendo las bases de contraposición a la concepción hegemónica de la naturaleza como mero proveedor de recursos para generar beneficios. A continuación, se procedió a la investigación referencial, con foco en la caracterización de los lineamientos normativos urbano-arquitectónicos y energéticos de las políticas públicas de vivienda seleccionadas como casos de estudio, *Programa Casa Verde e Amarela* (Brasil) y Gran Misión Vivienda Venezuela (Venezuela), visibilizando una referencia del marco hegemónico actual para la vivienda como política pública, que permite, finalmente, proceder a la discusión y análisis reflexivo sobre las políticas públicas de vivienda, trabajadas en función de su concordancia o disonancia con las estrategias de sustentabilidad en el Antropoceno.

3 Resultados

La sustentabilidad, como concepto en desarrollo, levanta aun muchas divergencias en su conceptualización, tanto en relación a su terminología (Sousa, Abdala, 2020), como a sus alcances, que en su forma más divulgada contempla el conjunto de procesos y acciones que tienen como finalidad satisfacer las necesidades presentes sin comprometer las opciones para las necesidades futuras (Sartori, Latrónico, Campos, 2014). Esto a través de acciones que equilibren tres pilares básicos: económicamente viable, socialmente justa, y ambientalmente correcta (Elkington, 2012). Sin embargo, autores como laquinto (2018) y Souza y Abdala (2020), sostienen que, al ser la sustentabilidad un término que proviene de la biología y la ecología, su lógica es circular e inclusiva, con un ámbito de acción naturalmente mucho más amplio, con tendencia a la interdependencia y al equilibrio dinámico de la mano con los sistemas de la Tierra.

3.1 La sustentabilidad en el Antropoceno

La hipótesis del Antropoceno como nueva era geológica (Crutzen, 2002), da así a la sustentabilidad un nuevo contexto donde la dimensión ambiental toma amplia relevancia. Evidenciado en el más reciente informe del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático (IPCC, 2021), donde se indica que el calentamiento global producido, en gran medida por el uso indiscriminado de energías fósiles, ha provocado ya cambios irreversibles en el sistema Tierra y que la consecución de este ritmo comprometería la vida en este planeta. No obstante, el mismo informe indica que la aplicación de acciones globales que permitan la reducción de las emisiones de gases de efecto invernadero a la mitad para 2030 y a cero netos para 2050 permitiría ubicar el calentamiento global sobre un límite aún controlable de +1,5

°C. Estos lineamientos centran el foco de la sustentabilidad en el Antropoceno en la reconfiguración energética, acercando su conceptualización a las definiciones de Brügger (1994) y Guimarães (2003), quienes la relacionaban con la homeostasis, es decir, con la capacidad de los ecosistemas de absorber o recuperarse de agresiones derivadas de las acciones humanas (Sousa, Abdala, 2020).

Recientemente, Acosta (2020) apunta sus investigaciones de la arquitectura para el Antropoceno en una línea similar, caracterizando la sustentabilidad como resiliente, es decir, con la capacidad de recuperar su estado inicial cuando haya cesado la perturbación a la que fue sometido (RAE, 2021). Como se muestra en la Figura 1, el alcance de esta capacidad de homeostasis/resiliencia corresponde en la trayectoria del diseño ambientalmente responsable en dirección a la etapa más alta del camino, denominada como regenerativa, como postulado por Reed (2007).

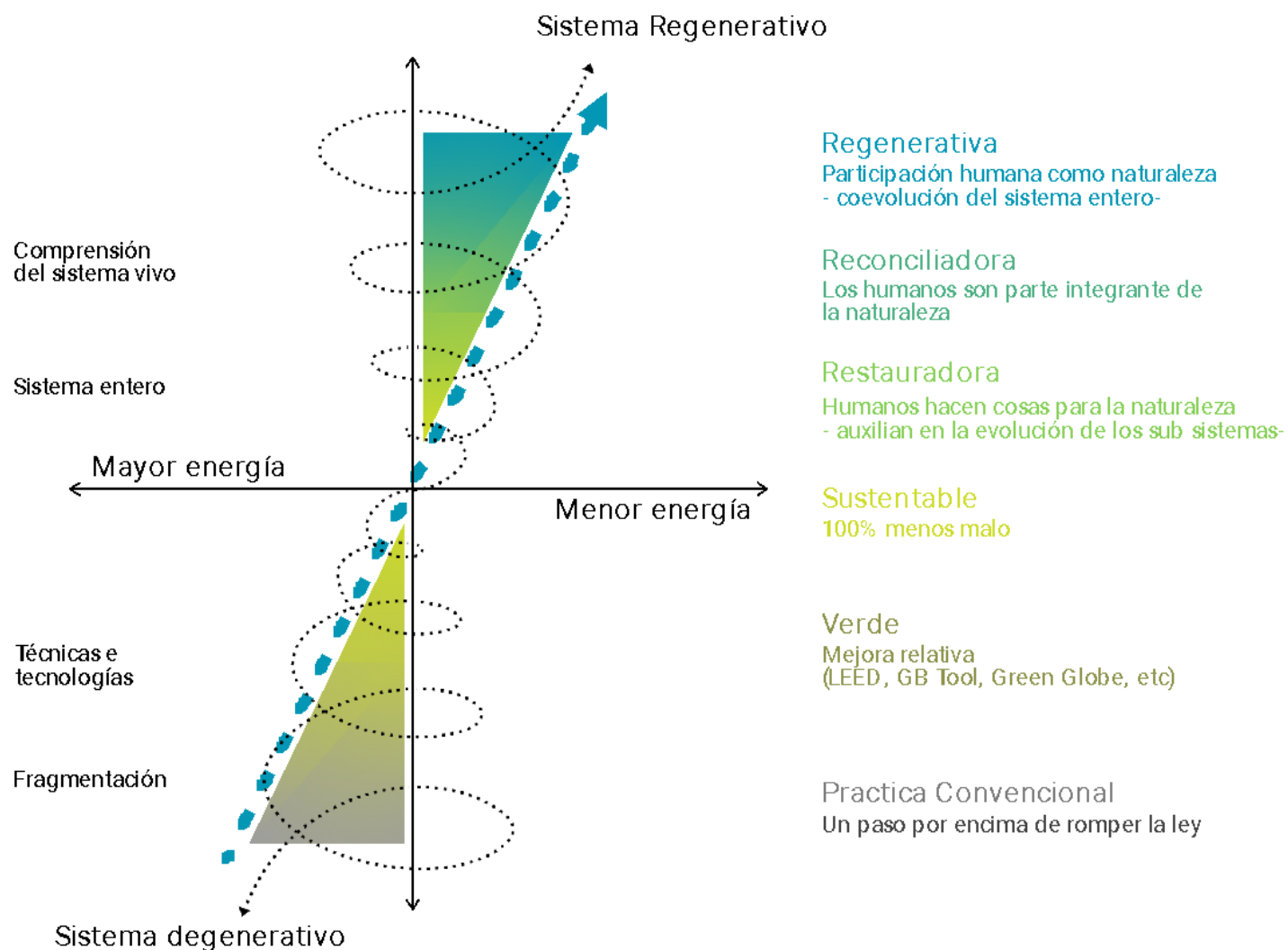


Fig. 1: Trayectoria del diseño ambientalmente responsable. Fuente: Autores, 2021, adaptado del gráfico Trajectory of Environmentally Responsible Design (Reed, 2007).

El autor define así al diseño ambientalmente correcto como un proceso que va del sistema degenerativo (modelo económico actual) al sistema regenerativo (meta), siendo la sustentabilidad el espacio neutral entre un modelo y otro. La neutralidad de la sustentabilidad referida aquí se entiende desde la perspectiva del alcance del equilibrio, por lo que, en el caso de la energía en la construcción, implicaría que la energía consumida y la generada en el edificio son cuantitativamente proporcionales, neutralizando su impacto ambiental. El paso siguiente, de la sustentabilidad a la regeneración (en la que se generan más beneficios ambientales que pérdidas por consumo) se divide en tres niveles de aprendizaje, conforme lo defiende Reed (2007, p. 675-676): el primero, centrado en la eficiencia, “hacer mejor las cosas en lugar de sólo hacer cosas mejores” donde los humanos auxilian en la evolución de los subsistemas; el segundo, un nivel más profundo, centrado en

“ver las cosas de manera diferente”, entendiendo a los humanos como integrantes de la naturaleza; y finalmente, el nivel tres de regeneración, con diseños efectivos para la coevolución de la vida integrada del sistema de la Tierra.

La praxis de esta idea, en el ámbito energético, es sintetizada por Sachs (2007) a través de la estrategia de triple acción, con la implementación de acciones que permita simultáneamente la reducción drástica del perfil de demanda energética, la sustitución significativa de energías fósiles por energías no contaminantes, y el secuestro de una porción significativa de los gases de efecto invernadero. Avanzar para la sustentabilidad, en la actualidad, implica un diseño a la vanguardia de los postulados de desarrollo sustentable donde la adaptación y reutilización de lo construido y la mitigación de los Gases de Efecto Invernadero (GEI), así como un cambio en el modelo de desarrollo económico y del consumo a la regeneración. Estas son las principales estrategias propuestas para formar parte de los lineamientos de diseño de los espacios habitables (Acosta, 2020).

3.2 Contexto normativo de las Políticas Públicas de Vivienda

3.2.1 Programa *Casa Verde e Amarela*

El *Programa Casa Verde e Amarela* (PCVA) fue instituido en 2021 por el Gobierno Federal de Brasil con el objetivo de promover el derecho a la vivienda de las familias que residen en áreas urbanas y rurales. Asociado al desarrollo económico, la generación de trabajo y renta, así como la elevación de los estándares de habitabilidad y calidad de vida de la población urbana y rural (BRASIL, 2021). El PCVA es el sucesor del Programa *Minha Casa Minha Vida* (PMCMV), creado en 2009, que alcanzó la marca de 5,2 millones de viviendas entregadas hasta 2020, resultando en el recalentamiento de la economía del país gracias a los subsidios públicos (financieros y tributarios) y privados (financiamiento FGTS¹ con descuentos) que totalizaron más de R\$ 223,2 mil millones (a precios de 2019) (Ministerio da Economía, 2020). Sin embargo, el PMCMV recibió muchas críticas debido a la “inserción urbana marginal de estos proyectos y su baja calidad técnica y material”, como citan Bortoli y Villa (2020, p. 394). Frente a este escenario, corresponde al PCVA buscar la mejora de la política habitacional brasileña, estableciendo instrumentos capaces de combatir los problemas heredados de su antecesor y asegurando, de hecho, viviendas dignas y de calidad para sus beneficiarios.

En comparación con el PMCMV, el PCVA presenta como principales diferencias las modalidades de atención, que también pasan a trabajar con la regularización de tierras, las mejoras en la producción de vivienda financiada y las tasas de interés, que varían según el rango de ingresos y la ubicación del inmueble (Ministério do Desenvolvimento Regional, 2021). Entre los lineamientos del PCVA, se destaca la calidad de la producción habitacional aliada a la sustentabilidad ambiental como uno de los objetivos del Programa. Los requisitos del mismo están descritos en la Ordenanza n° 959, de 18 de mayo de 2021, que abarca cuatro ejes: inserción urbana, diseño de proyectos, ejecución de obras y desarrollo socio-territorial (BRASIL, 2021). En cuanto a la inserción urbana, el suelo deberá necesariamente estar inserto en un área urbana consolidada o área de expansión² previamente definida en el Plan Director o la legislación Municipal vigente. En cuanto a la infraestructura, tanto en la construcción como en el acceso al terreno, son elementos obligatorios: red eléctrica y alumbrado público; red de abastecimiento de agua potable; soluciones para alcantarillado sanitario y recolección de basura; vías pavimentadas de acceso y circulación; drenaje de aguas pluviales, aceras, bordillos y cunetas.

Por su parte, en lo referente a los servicios de transporte público colectivo, además de ser indicada la obligatoriedad de por lo menos una ruta que sirva al conjunto construido, la Ordenanza contempla la garantía de acceso a menos de 1,5 Km de comercio de uso cotidiano (p. ej. mercado y farmacia) u ocasional (sucursales bancarias y correos) y equipamiento sanitario básico, procurando reducir la necesidad de instalar nuevas redes de infraestructura y equipamiento público y evitando gasto público adicional (Ministerio do Desenvolvimento Regional, 2021). Entre otros requisitos obligatorios establecidos, se encuentra la definición del área y dimensión máxima del terreno, iguales a 25.000 m² y 200 m respectivamente; la limitación del número de unidades de vivienda proporcional al número de habitantes; así como la integración de linderos libres y

¹ *Fundo de Garantia do Tempo de Serviço*.

² En este caso es obligatorio la comprobación del cumplimiento de lo dispuesto en el art. 42-B, de la Ley n° 10.257, de 10 de julio de 2001, denominada Estatuto de la Ciudad (BRASIL, 2021).

ciclovías (siempre que la topografía lo permita). En cuanto a la arborización, el número de árboles debe establecerse en proporción al número de viviendas, siendo obligatoria su presencia en al menos un lado de las vías, con una distancia máxima de 15 m.

Para el diseño de las edificaciones, los criterios definidos por la Ordenanza n° 959 están directamente relacionados con importantes referencias normativas en el escenario de la construcción civil brasileña, como la NBR 15.575 (ABNT, 2021). Publicada por primera vez en 2013, la NBR 15.575 introdujo el concepto de desempeño en el sector de la vivienda a partir de una serie de requisitos enfocados a satisfacer los requerimientos de los usuarios en cuanto a seguridad, habitabilidad y sustentabilidad, lo que supuso un cambio en la forma de diseñar estos edificios (Nunes, et al., 2021). Algunos de los requisitos incorporados en la Ordenanza, todos ellos de carácter obligatorio, son las especificaciones del mobiliario mínimo para cada habitación, el respeto por los espacios mínimos libres para circulación, la definición de límites para las propiedades termo-físicas de los componentes constructivos (paredes y techos) de acuerdo con la zonificación bioclimática brasileña (ABNT, 2005), priorizando la adaptación al clima de cada lugar con la finalidad de brindar comodidad y minimizar el consumo de energía.

En cuanto a la gestión de los recursos energéticos, los proyectos deben prever estrategias para reducir el consumo de energía y, cuando sea posible, el uso de fuentes de energía renovables. En este sentido, la existencia de legislación pertinente a la generación distribuida de energía eléctrica³ y el Programa Nacional de Eficiencia Energética en Edificaciones – PROCEL EDIFICA⁴, presentan especificaciones y parámetros técnicos que apoyan la consolidación de estos lineamientos en la práctica de la construcción. A su vez, el proyecto debe favorecer la gestión del agua (potable y pluvial) contribuyendo a mitigar los problemas de escasez y al uso más sustentable de este insumo, según lo establecido por la NBR 15.527 (ABNT, 2019).

La adopción de prácticas sostenibles para minimizar los impactos de la construcción civil es referenciada también para la fase de construcción. Al respecto, el Ministerio do Desenvolvimento Regional (2021) destaca la reducción de desperdicio a través de cálculos de materiales precisos, la reutilización del material de demolición y el agua en sitio siempre que sea posible, la preferencia por productos de origen ecológico y sustentables y el repensar los residuos desde la fase de diseño, invirtiendo en recursos duraderos y materiales que no necesitan ser procesados en el sitio.

3.2.2. Gran Misión Vivienda Venezuela (Venezuela)

La Gran Misión Vivienda Venezuela (GMVV) es la política pública de vivienda desarrollada por el Estado Venezolano a partir de 2011, como parte de un conjunto de políticas públicas denominadas “Misiones”. Está estructurada legalmente como Gran Misión, por su alcance masivo e intersectorial, creando, para su administración, el Órgano Superior de Vivienda, con jurisdicción nacional a cargo del presidente de la República y 24 órganos estatales (uno para cada estado). Se origina con la función de garantizar vivienda digna y plena satisfacción de las necesidades fundamentales para las familias venezolanas en condiciones precarias, sin acceso a una vivienda formal (Soonets Paulucci, 2018), y como respuesta al acumulado déficit de vivienda del país, agudizada y evidenciada por las fuertes lluvias del el 2010, que dejaron sin vivienda a una gran parte de la población, en su mayoría habitantes de sectores precarios, localmente conocidos como barrios⁵. Es destacable en este aspecto que en las grandes ciudades como Caracas Metropolitana, el programa adoptó, como parte de las estragáis de implantación, la inserción de las nuevas edificaciones en zonas ya urbanizadas de las ciudad con acceso directo a toda la infraestructura de servicio existentes en la trama, siendo esta una de las características más distintivas y controversiales en relación a políticas habitacionales previas (Cariola, Fernandez, Jungemann, 2015).

Los lineamientos generales que los conjuntos residenciales del programa deben atender, están especificados en la Resolución Normativa Oficial de la República Bolivariana de Venezuela n° 40.215 del 26 de Julio del 2013, destacando los

³ Resolución ANEEL N° 482, de 17 de abril de 2012. Disponible en: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren2012482.pdf>. Consultado el: 14 de agosto. 2022.

⁴ Para más información, consulte <http://www.pbeedifica.com.br/sobre>.

⁵ En Venezuela, equivalente a las *favelas brasileiras*.

aspectos urbanos arquitectónicos, promoviendo el modelo de ciudad compacta, con edificaciones de alta densidad y baja altura, que compartan áreas comunes, promuevan el uso de transporte colectivo y la movilidad peatonal. En cuanto al uso del suelo, la normativa establece un área mínima de 6% de terreno reservado para equipamiento colectivo; 10% para áreas verdes, arborizadas y continuas; usos mixtos en plantas bajas y plantas techos; y tres tipologías de vivienda, variables en relación al metraje, cantidad de cuartos y baños, pero con común obligación de ser ventiladas e iluminadas naturalmente, y tener incorporadas áreas de sala, cocina, comedor y lavandería. Se hace referencia también en la norma, a la preferencia por proyectos de viviendas que consideren sistemas para captación-reutilización de agua de lluvia y gestión de residuos sólidos. Así como criterios de eficiencia energética para climatización e iluminación y uso de energías alternativas para la complementación de necesidades energéticas, pero sin mayores especificaciones de metodologías y parámetros de ejecución o evaluación para ninguno de estos lineamientos, dificultando su adopción en la práctica constructiva (Guerra, 2017; Soonets Paulucci, 2018).

En relación a los aspectos energéticos, si bien el país cuenta con un marco normativo vigente para el uso racional y eficiente de la energía (Gobierno de Venezuela, 2011), los instrumentos prácticos para la sustentabilidad, en el sector de la construcción civil, aún se encuentran en una etapa incipiente. La norma se enfoca más en lineamientos de certificación de equipos y políticas de educación para reducir el consumo de energía que en pautas concretas para el campo de la construcción. De acuerdo con Acosta (2020), la condición de país petrolero propició que conceptos asociados al ahorro energético, como la Arquitectura Bioclimática, que cobró fuerza a nivel mundial tras la crisis energética de la década de 1970, fueran interpretados localmente más desde su capacidad para la mejora del comportamiento térmico interno que para el ahorro energético, desvinculando así la práctica constructiva de su potencial para reducir el consumo de energía.

En consecuencia, cuando se presentó la crisis energética en el país a mediados de 2010, las estrategias normativas y comunicacionales ejecutadas por la Misión Eléctrica Venezuela, con la campaña “Soy consciente, consumo eficiente”, se enfocaron más en el establecimiento de sanciones para los altos consumos y el uso de equipamientos eléctricos, que en desarrollo de instrumentos técnicos y normativos para la garantía de la eficiencia energética en el sector de la construcción. Este Plan promovió, en su primera fase, el cambio de iluminación incandescente a iluminación fluorescente y estableció franjas de consumo de energía por sector y localidad, dentro de las cuales el Estado continuaría subsidiando el 80% del costo, pero bajo consideración del patrón de consumo típico del país, no necesariamente eficiente y que, en el caso del sector residencial, por ejemplo, fue establecido en un rango de 500 kWh mensuales para el Distrito Capital y Región Andina, y 1300 kWh para el Zulia Región (Mippci, 2014). Este es el contexto donde se desarrolló La GMVV, sin profundidad normativa de estrategias y parámetros constructivos que garantizaran en la práctica la diversificación de la matriz energética y la eficiencia en el consumo, más allá de las generalidades establecidas por la “Misión Eléctrica Venezuela”, y los equipamientos eléctricos ofertados por el programa estatal paralelo “Mi casa bien equipada”, con foco en facilitar la adquisición de equipos eléctricos a precios más bajos que los del mercado.

Sin embargo, en el sector académico, investigaciones como la de Rosales (2013), Rodríguez Borges, Sarmiento Sera y Rodríguez Gamez (2015) y Marrero (2014), refieren parte de la base teórica ya desarrollada para la necesaria instrumentación normativa de la práctica constructiva sustentable en el país. El primer estudio presenta una propuesta de clasificación bioclimática para Venezuela, asociadas a recomendaciones de diseño pasivo y estrategias para el uso eficiente de los equipos según las características del consumo local. Por su parte, las otras dos investigaciones se refieren estudios sobre el desarrollo de energías alternativas, destacando la capacidad de radiación solar en la mayor parte del territorio, con énfasis en el borde norte-costero, la definición de dos polos con potencial eólico en las Regiones Insular y Zuliana y un área con potencial geotérmico en el interior del territorio, que va desde la Región Andina hasta la Región Nororiental, enfatizando el potencial local para la mitigación de la dependencia de los recursos fósiles.

4 Discusión de Resultados

La comparación entre las políticas públicas de vivienda de Brasil y Venezuela trae consigo reflexiones que evidencian similitudes y contrastes interesantes. En cuanto a las semejanzas, se puede afirmar que, en términos generales, ambas políticas públicas comparten el objetivo de promover entre su población el acceso a la vivienda, con atención de dar facilidades en las escalas más precarias. Esta premisa ya se refiere de entrada a una priorización de las dimensiones social y económica de la sustentabilidad en el abordaje de la política de ambos programas, alineándolas con la práctica

hegemónica de la sustentabilidad que coloca en un segundo plano de importancia la dimensión ambiental del concepto. Sin embargo, son perceptibles también claras diferencias tanto en las formas de financiamiento de este acceso, como en la escala de necesidades. En el caso de Venezuela, el financiamiento está asociado directamente al sector público y el millón de viviendas entregadas hasta 2015 (MINVIH, 2015) corresponden al 3,32% de la población total de ese mismo año, 30,08 millones de personas (Datosmacro, 2021a); mientras que en el caso brasileño, el financiamiento incluye también al sector privado, y la construcción de 5,2 millones de viviendas entregadas hasta el 2020, sólo corresponde al 2,44% total de la población de 212,6 millones de personas (Datosmacro, 2021b).

Otro punto de congruencia entre ambos programas, es su asociación con la regularización de tierras, que dio prioridad a emplazamientos en zonas urbanizadas consolidadas o a áreas de extensión de las ciudades, con acceso obligatorio a servicios básicos y de transporte público colectivo cercanos a comercios y equipamientos urbanos, que en el caso venezolano se asocia a un área mínima de 6% de suelo reservado para equipamientos colectivos, uso que compone comúnmente las plantas bajas de las edificaciones. Es de destacar que en el caso brasileño, la implantación de las edificaciones está asociada a un Plan Director, idea contrastantemente no imperante en la práctica de la GMVV, siendo esta una de las principales críticas al Programa venezolano (Guerra, 2017; Soonets Paulucci, 2018). Otro elemento importante en cuanto a la inserción urbana y con impacto directo en las estrategias de sustentabilidad para el Antropoceno, es el tema de la arborización, definida en el PCVA en proporción al número de viviendas, en lugar del común porcentaje de áreas verdes como en el caso de la GMVV. Pese a que esta visión representa una mejora considerable en línea con la sustentabilidad, en ninguno de los dos programas se trabaja este tópico con base en la capacidad de secuestro de GEI de las plantas, exigencia primordial para la garantía de la sustentabilidad en el Antropoceno.

En relación a los aspectos energéticos, fue perceptible en ambos casos una congruente inestabilidad de los servicios por vulnerabilidad ante las condiciones climáticas, que en el caso de escasez de lluvias resulta en la reducción de la capacidad de producción de las plantas hidroeléctricas, principal fuente de energía eléctrica en los dos países. Condición que, si bien en Brasil se convirtió en un factor decisivo para la elaboración y regulación de los procedimientos de eficiencia energética en los edificios, sus consecuencias siguen presentes impactando en la actualidad directamente en las tarifas de la factura eléctrica. En Venezuela, este tema es aún más apremiante, pues la respuesta a la inestabilidad del servicio se enfocó en la delimitación de uso e impuesto sobre el alto consumo, sin respuesta sobre la deuda de regulaciones para la optimización del consumo energético y utilización de fuentes alternativas, complementarias en el sector construcción.

La Figura 2 muestra un gráfico comparativo entre los criterios normativos adoptados por los casos de estudio y su correlación con las estrategias de sustentabilidad en el Antropoceno, enmarcadas por las ideas de Reed (2007), Sachs (2007) y contextualizadas en el ámbito arquitectónico por Acosta (2020). El gráfico está organizado para la evaluación en tres escalas (del 1 al 3), correspondiendo el 1 a la desvinculación entre los parámetros estudiados y el 3 a una óptima vinculación entre los mismos. El gráfico visibiliza, en líneas generales, una mayor aproximación del PCVA a las estrategias de sustentabilidad en el Antropoceno, en relación a su par GMVV, la cual se hace evidente en las estrategias correspondientes al nivel 1 y 2 dentro de la trayectoria del diseño ambientalmente correcto de Reed (2007), que procuran en términos energéticos la reducción de la demanda y la sustitución de las energías fósiles. Esto debido, principalmente, al avance normativo para la eficiencia energética en la construcción, comparativamente más avanzado en el contexto brasileño que en el venezolano.

Es destacable que, en lo referente al nivel de carácter regenerativo, correlacionado con el secuestro de GEI, ambos programas muestran una alta desvinculación con las estrategias de sustentabilidad expuestas, no consiguiendo alcanzar la mayor escala en ninguno de los parámetros analizados. Sin embargo, en este sentido, el PCVA mantiene una evaluación más favorable con base en la promoción de medidas para la reutilización del agua que permite un avance en la capacidad de resiliencia de las comunidades a eventos climático extremos y en la forma de cálculo de las necesidades de arborización, asociadas a la cantidad de habitantes, implicando una mejora en relación a la forma tradicional de porcentaje del suelo, mucho más desvinculado de la noción de energía para el funcionamiento y confort de los espacios habitados. No obstante, en ninguno de los lineamientos de los programas se hace referencia a la arborización desde su propiedad como absorbedor de GEI, desconsiderando, así, parte del posible potencial regenerativo y de resignificación de lo construido en ambas políticas de vivienda.

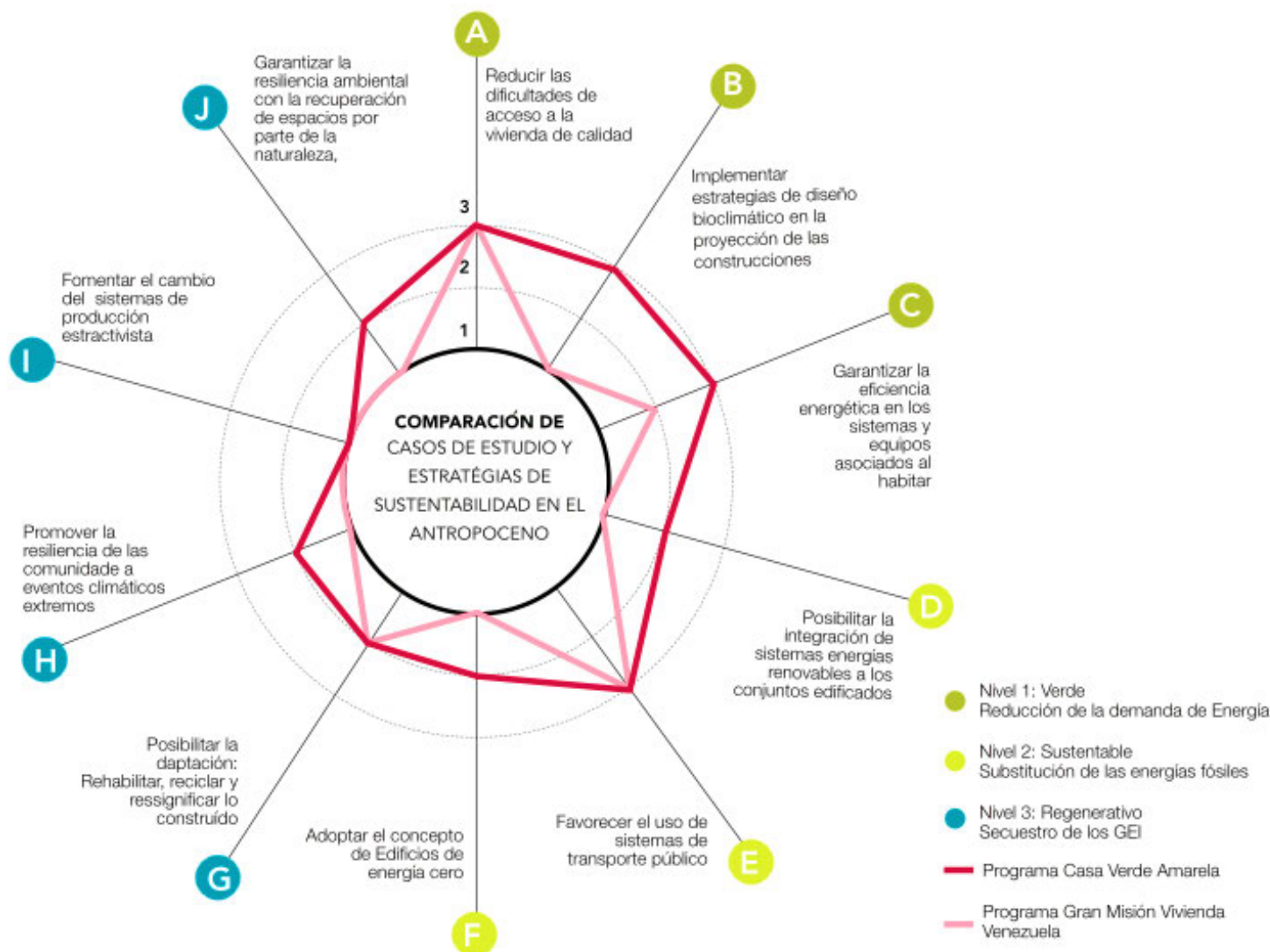


Fig. 2: Análisis de las estrategias adoptadas por los casos de estudio y su correlación con la trayectoria del diseño ambientalmente correcto. Fuente: Autores, 2022.

En relación a las similitudes, los puntos A y E correspondientes al acceso a la vivienda y el favorecimiento de uso del transporte público, respectivamente, obtuvieron para ambos programas la escala 3, demostrando la tendencia conceptual de ambos programas hacia las dimensiones social y económica de la sustentabilidad por sobre la ambiental. En el caso del punto G, que propone la adaptación y resignificación de lo construido, ambos programas fueron ubicados en la misma escala, pero por razones diferentes. En el caso de la GMVV, por su apertura a la adaptabilidad de los espacios de planta baja y techo, mientras que en el caso del PCAV, por sus lineamientos constructivos que abogan por la reutilización y resignificación de los escombros, acciones que en la práctica sustentable pudieran trabajarse como complementarias.

5 Consideraciones finales

El análisis sobre las regulaciones de las políticas públicas de vivienda brasileña y venezolana muestran una alineación de ambos programas con la tendencia que favorece las dimensiones sociales y económicas de la sustentabilidad, en detrimento de la ambiental. Tendencia que en la práctica ejecutada ya muestra deficiencias en el alcance de sus objetivos, pues solamente en América Latina y el Caribe, en el año 2018, cerca de 110 millones de personas vivían en favelas, privadas del derecho a ciudad formal (UN-HABITAT, 2020). Pero, de cara al Antropoceno, exige una reconfiguración, con la apropiación colectiva de una cultura contrahegemónica donde, sin perder conciencia de las deudas socio-económicas aún existentes, la dimensión ambiental, desde su capacidad regenerativa, tome un papel de vanguardia con impacto multipotencial sobre las otras dimensiones, alineándose con estrategias que favorezcan la reducción drástica del perfil de demanda energética, la sustitución significativa de energías fósiles por energías no contaminantes, la reducción de las nuevas emisiones de

gases de efecto invernadero y el secuestro de una porción significativa de los gases nocivos ya en nuestra atmósfera, para la coevolución integrada del sistema Tierra.

En este contexto de sustentabilidad, la conceptualización normativa de las políticas públicas estudiadas se muestra en deuda, presentando estrategias normativas, enfocadas principalmente en la disminución del consumo de recursos, el nivel más bajo dentro de la trayectoria del diseño ambientalmente responsable, y localizado aún dentro del sistema degenerativo de Reed (2007). Lo que lleva, en la práctica, a una subutilización del potencial sustentable de las viviendas construidas dentro de los programas y deja de lado la profundización en estrategias de regeneración que colaboren de forma integral a la sustitución de las energías fósiles y el secuestro de los gases de efecto invernadero, amenaza principal de la sustentabilidad de la vida en la Tierra.

El posicionamiento del hombre como parte de la naturaleza y del sistema Terra, apto para evolucionar con ella y, por ende, capaz de accionar para regenerar, se presenta como el fundamento contrahegemónico esencial para la redefinición de políticas públicas sostenibles en el tiempo y sustentables de cara al Antropoceno.

Referencias

ABNT. Associação Brasileira de Norma Técnica., 2005. *Desempenho térmico de edificações NBR 15.220*. Brasília: ABNT.

ABNT. Associação Brasileira de Norma Técnica., 2019. *Aproveitamento de água de chuva de coberturas para fins não potáveis NBR 15.527*. Brasília: ABNT.

ABNT. Associação Brasileira de Norma Técnica., 2021. *Edificações habitacionais: desempenho NBR 15.575*. Brasília: ABNT.

Acosta, D., 2020. *Diseñar en el Antropoceno. La arquitectura más allá de la sostenibilidad*. Editemos, Caracas.

Bortoli, K. C. R., Villa, S. B., 2020. Adequação ambiental como atributo facilitador da resiliência no ambiente construído em Habitações de Interesse Social. *Ambiente Construído*, Vol. 20, No. 1, pp. 391-422.

BRASIL. *Portaria nº 959, de 18 de maio de 2021.*, 2021. Disponible en: <www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-959-de-18-de-maio-de-2021-320687425>. Accedido en: 14 Agosto 2022.

Buonfiglio, L. V., 2018. Habitación de Interesse Social. *Mercator*, Vol. 17, pp. 1-16.

Cariola, C., Fernandez, B., Jungemann, B., 2015. *La Gran Misión Vivienda Venezuela: Hacia una política socioterritorial de vivienda. Una mirada desde Caracas Metropolitana*. Fondo Editorial Méndez Castellano, Caracas. Disponible en: <www.fundacredesa.gob.ve>. Accedido en: 14 Agosto 2022.

Crutzen, P. J., 2002. The 'anthropocene'. *Journal de Physique IV (Proceedings)*, Vol. 12, No. 10, pp. 1-5.

Datosmacro, 2021a. La Población de Venezuela Aumenta. [online]. España: Datosmacro. Disponible en: <<https://datosmacro.expansion.com/demografia/poblacion/venezuela>>. Accedido en: 16 Agosto 2022.

Datosmacro, 2021b. Brasil registra un incremento de su población. [online]. España: Datosmacro. Disponible en: <<https://datosmacro.expansion.com/demografia/poblacion/brasil>>. Accedido en: 16 Agosto 2022.

Dussel, E., 2019. *Dr. Enrique Dussel en Aristegui Noticias para hablar de la situación actual de México y su gobierno* (Video en línea). Disponible en: <www.youtube.com/watch?v=VQtOay7elk8>. Accedido en: 14 Agosto 2022.

Elkington, J., 2012. *Sustentabilidade, canibais com garfo e faca*. M. Books do Brasil, São Paulo, SP.

Ferreira, J. S. W., 2012. Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. São Paulo: LABHAB/FUPAM. Disponible en: <<https://labhab.fau.usp.br/project/produzir-casas-ou-construir-cidades-desafios-para-um-novo-brasil-urbano/>>. Accedido en: 28 Noviembre 2022.

Gobierno de Venezuela. Ley de Uso Racional y Eficiente de la Energía. 2011. SI 2011/39.823. Caracas: Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela.

Guerra, C. M. C., 2017. *De la producción de vivienda social al proceso de transformación social de la vivienda: los prototipos de La Gran Misión Vivienda Venezuela*. Tesina Final de Máster. Universidad Politècnica de Catalunya.

Guimarães, M., 2003. *Sustentabilidade e educação ambiental*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, RJ.

Iaquinto, B. O., 2018. A sustentabilidade e suas dimensões, *Revista da ESMESC*, Vol. 25, No. 31, pp. 157-178.

IPCC, 2021. *Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S.L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M.I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T.K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu, and B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA.

Ministério da Economia., 2020. *Relatório de avaliação: Programa Minha Casa Minha Vida*. Disponible en: www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/cgu-divulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de-2020/relatorio-de-avaliacao-pmcmv.pdf. Accedido en: 14 Agosto 2022.

Ministério do Desenvolvimento Regional., 2021. *Cartilha Portaria de Requisitos: Requisitos técnicos, urbanísticos e socioterritoriais*. 2021. Disponible en: www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/eedus/2021_12_01ModeloCartilha_WEB.pdf. Accedido en: 14 Agosto 2022.

MINVIH. Ministerio del Poder Popular para Hábitat y Vivienda., 2015. *Memoria 2015*. Tomo I. Oficina de Planificación y Presupuesto, Caracas. Disponible en: <https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/MEMORIA-2015-MPPHVI-DEFINITIVA.pdf>. Accedido en: 14 Agosto 2022.

Mippi., 2014. Plan Banda Verde comienza para promover el uso racional de la energía eléctrica. [online]. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información. Disponible en: <http://www.minci.gob.ve/plan-banda-verde-comienza-para-promover-el-uso-racional-de-la-energia-electrica/>. Accedido en: 15 Agosto 2022.

Montaner, J., Muxí, Z., 2014. *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. 1st ed. São Paulo: Gustavo Gili.

Nunes, V. D. L., Hippert, M. A. S., Carvalho, A. R. de, Rubim, D. F., 2021. A implantação da norma NBR 15575 e seu impacto no setor de construção civil, *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção*, Vol. 12, pp. e021010-1-e021010-20. DOI: <https://doi.org/10.20396/parc.v12i00.8656159>. Disponible en: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8656159>. Accedido en: 20 Noviembre 2022.

RAE. Real Academia Española., 2021. *Resiliencia*. Disponible en: <https://dle.rae.es/resiliencia>. Accedido en: 15 Agosto 2022.

Reed, B., 2007. Shifting from 'sustainability' to regeneration", *Building Research and Information*, Vol. 35, No. 6, pp. 674-680. DOI: <https://doi.org/10.1080/09613210701475753>.

Rodríguez Borges, C. G., Sarmiento Sera, A., Rodríguez Gamez, M., 2015. Alternative of electric generation by means of renewable energy sources for hotels in Venezuela. Universidad, *Ciencia y Tecnología*, Vol. 19, No. 74, pp. 13-23.

Rolnik, R., 2015. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1st ed. São Paulo: Boitempo.

Rosales S, L. A., 2013. Caracterización y clasificación del clima para el diseño bioclimático en Venezuela, *Memorias de las XXXI Jornadas de Investigación del Instituto de Desarrollo Experimental de la Construcción*, IDEC, Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad Central de Venezuela. 12, 13 y 14 de junio de 2013, pp. 236-244.

Sachs, I., 2007. A revolução energética do século XXI. *Estudos Avançados*, Vol. 21, No. 59, pp. 21-38.

Sartori, S., Latrônico, F., Campos, L. M. S., 2014. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. *Ambiente & Sociedade*, Vol. 17, No. 1, pp. 01-22. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-44220003490>.

Shimbo, L. Z., 2012. *Habitação social de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro*. C/Arte, São Paulo, SP.

Soonets Paulucci, S., 2018. *La Gran Misión Vivienda en Caracas, una mirada global. Herramientas para la evaluación de la calidad y posibilidades de integración a la ciudad de las edificaciones construidas bajo este programa*. Tesina Final de Máster, Universidad Oberta de Catalunya.

Souza, A. C. de, Abdala, K. de O., 2020. Sustentabilidade, do conceito à análise. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*. Vol. 10. No. 2, pp. 146-166.

Walsh, A., Labaki, L. C., Cóstola, D., 2014. Panorama do zoneamento bioclimático nas américas. *XV Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído*. 1 Noviembre, p. 994-1003. DOI: <https://doi.org/10.17012/entac2014.726>.

Weizsäcker, von E., B Lovins, A., Lovins, L., 1998. *Factor Four: Doubling wealth - halving resource use. The new report to the Club of Rome*. 1st ed. London: Earthscan.

CONTRAVENÇÃO EM RUÍNAS ARQUITETÔNICAS CONTEMPORÂNEAS CONTRAVENTION IN CONTEMPORARY ARCHITECTURAL RUINS MAYRA DOS SANTOS, FRANCISCO SPADONI

Mayra Simone dos Santos é Arquiteta, Doutora em Arquitetura e Urbanismo e Professora Colaboradora Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estuda História e Teoria da Arquitetura, Projeto Arquitetônico e História da Arte e Estética. mayrasantos@alumni.usp.br

<http://lattes.cnpq.br/5648599348723003>

Francisco Spadoni é Arquiteto, Doutor e Livre-Docente em Arquitetura e Urbanismo. É Professor Associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. É líder o grupo de pesquisa O Ensino e a Pesquisa de Projeto, coordenando pesquisas sobre Arquitetura Contemporânea e Projetos de Infraestrutura Urbana. spadoni@usp.br

<http://lattes.cnpq.br/5230824896663354>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: SANTOS, M. S.; SPADONI, F. Contravenção em ruínas arquitetônicas contemporâneas. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/729/729pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

O artigo discute a ruína como conceito e substância: uma construção que marca um tempo que não mais existe, ao perder sua matéria e função, provoca uma inquietação por sua incompletude ou abandono, o que a recoloca no tempo, exigindo uma nova compreensão. Entendendo que a sua relação com a sociedade se estabelece de modo plural — pela nostalgia ou trauma — o artigo tem como objetivo procurar compreender os valores que levam à sua preservação ou destruição, além do modo como são reinseridas no tempo presente. Para tanto, a pesquisa parte dos conceitos e teorias já estabelecidos (como o conceito de valor desenvolvido por Alois Riegl) e contemporâneos (aqui expresso na abordagem da nostalgia e memória de Andreas Huyssen). Alguns exemplos elencados — trabalhos artísticos e arquitetônicos — contribuem para este olhar: são ações que podem romper com leituras tradicionais, na medida em que intensificam nossa experiência e despertam a capacidade crítica. A hipótese aqui levantada é a de que a recuperação da ruína, como discurso ou como espaço de uso renovado, pode ser entendida como uma transgressão do curso natural do tempo ou do próprio valor a ela atribuído.

Palavras-chave: Ruína, Memória, Arquitetura, Arte

1 Introdução

A ruína atravessa a história da arte e da arquitetura como um registro de um tempo que desapareceu: cenário de atividades humanas que retrata épocas, culturas e economias. Esse tipo de construção perde o sentido de sua existência material e histórica até ser abandonada e, eventualmente, transformada numa segunda natureza, sem o compromisso da sociedade que a gerou. É por esta via que podemos compreender a possibilidade de transgressão do seu curso natural — da construção ao perecimento — o que chamaremos de contravenção. A ideia de contravenção também pode ser entendida em relação a uma eventual visão contra-hegemônica, se admitirmos que há um juízo consolidado sobre o assunto. O que procuraremos desenvolver neste artigo é que a ação sobre a ruína depende do contexto em que está inserida e do valor a ela atribuído, de modo que sempre haverá transgressão a uma visão hegemônica.

Pensar a ruína é compreender sua incompletude: um vestígio de algo que pode ser reconstituído por alguma lembrança difusa, que o imaginário coletivo venha a construir. Mas está lá, como parte indissociável de um presente que precisamos reconstruir todos os dias, e se mantém viva como um corpo agonizante que se recusa a morrer. Talvez essa seja a chave central que esse texto se propõe a analisar: a inquietação da imagem inacabada que nos desloca no tempo e nos faz refletir. O filósofo francês Georges Didi-Huberman pensando sobre a obra de arte dirá que quando estamos frente a ela somos instados a um dilema: podemos nos ater simplesmente ao que vemos ou podemos ver além do visível, abrindo o campo dos significados e dos sentidos (DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 169), portanto, uma imagem que critica nossas maneiras de vê-la, na medida em que nos obriga a olhá-la verdadeiramente (DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 171-172). Deslocando-nos para a ruína a partir de sua construção, propomos que esta nos obriga a vê-la criticamente ao ser necessário nos posicionarmos frente ao tempo, estabelecendo uma consciência de onde estamos e daquilo que somos.

É provável — e aqui o fazemos de modo livre — que esta abertura à reflexão e inquietação a que somos submetidos só seja possível pela sua condição negativa, associada à morte, à capacidade de sedução e à profundidade crítica. Quem nos sugere esta chave é Byung-Chul Han (2019), no seu pequeno ensaio *A salvação do belo*, e o faz distinguindo a percepção ideal do belo da estética do liso que vigora em nossos dias. Para o autor, o liso não alude apenas à superfície material, mas também se refere à pureza, a ausência de resistência e a falta de capacidade reflexiva — na sociedade contemporânea estamos anestesiados, nada mais nos impacta. A salvação, expressa no título, estaria em se posicionar perante o belo de forma ativa: na medida em que vemos, nos apropriamos e é revelada a verdade, capaz de despertar a ação criativa — para então, nesta chave, estabelecermos vínculos com a obra.

No caso da ruína, a condição negativa está associada ao problema do tempo e como sua ação infere sobre a matéria e a função. O tempo marca a transição entre a criação e a destruição — um movimento que só pode ser mensurado a partir da percepção do sujeito que, ao situar seu corpo no espaço, vê a transformação ao seu redor e o deslocamento dos objetos. Neste sentido, a ruína tem um duplo papel: é um marcador do tempo que desapareceu, como um referencial secular, e um

ponto de encontro entre o passado e o presente, fazendo-se próxima dos olhos e da cultura. São vestígios, por vezes identificados e analisados por arqueólogos, que revelam traços longínquos e desvelam momentos de existência. Simultaneamente, a ruína também se faz presente como parte do cotidiano, reconstruindo valores e identidades, e desenvolvendo novas narrativas para o que restou.

O envelhecimento lhe dá a pátina, marca a matéria com valor simbólico, que ao ser desintegrada, rompida, fragmentada, despedaçada, vai adquirindo nova tonalidade e textura até se refazer com um novo presente. Para Robert Ginsberg, o estado arruinado de uma construção “liberta a matéria de sua subserviência à forma” (GINSBERG, 2004, p. 1, tradução nossa): a matéria se desintegra, mudando a forma original, como se o tempo impusesse uma ação criativa que nos seduz, pois, ao imaginar a completude, ela também produz encantamento.

Essencial, também, é entender a perda da função original em relação às mudanças nas dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas de uma determinada sociedade. A percepção da obra ou o seu uso geralmente está vinculado a um contexto, e nossas preferências ligadas a alguma subjetividade. Arquitetos e artistas pensam suas obras para o futuro, mas as produzem de acordo com um contexto presente. Porém, as obras construídas, ao menos as arquiteturas, perduram por décadas. A depender do seu valor artístico ou histórico, podem ser mantidas, muitas vezes se adaptando às dinâmicas atuais e alterando suas funções, senão resta-lhes apenas o esquecimento e o colapso final.

Paulo Mendes da Rocha, em uma visita que faz com Jo Coenen e Luigi Snozzi a um forte datado do século XVI localizado na Baía de Cartagena, relata o impacto causado por aquela arquitetura de magnífica beleza citando Snozzi, que assim a resumiu: “A arquitetura surge quando cessa a função” (ARTIGAS, 2000, p. 173). Mendes da Rocha usou esta história como parte de um discurso sobre o potencial de uma obra de arquitetura, querendo nos dizer que não importa quando ela começa ou termina, mas o quanto ainda podemos vivenciá-la. A ruína como monumento, na qual podemos compreender, de certa forma, essa potência, é parte deste reconhecimento. Ela sobrevive às transformações do mundo e à ação do homem, como um índice de uma cultura arquitetônica anterior — de uma manifestação artística ou conhecimento técnico — pois ainda é uma construção espacial física passível de percepção e interpretação, mesmo quando já não é mais apreendida no seu modo original.

2 Percepções pela cultura

Considerando que a ruína pode contar a história de uma civilização e é ameaçada pela ação dos homens que, em princípio, deveriam preservá-la, teríamos então um conflito, já percebido pelo historiador de arte Alois Riegl. Em seu ensaio clássico, *O culto moderno aos monumentos*, ele afirma que a preservação de nosso patrimônio se estabelece no valor dado aos mesmos em nosso tempo, ou seja, preservamos uma obra quando faz sentido à nossa cultura. Todavia, a cultura do nosso tempo está sujeita a mudanças de interesses, a depender da educação do nosso olhar, do seu valor histórico, da utilidade dos espaços, entre outros fatores.

É sabido que a relação cultural com a ruína ganhou impulso com a consolidação, no século XVIII, da arqueologia como um saber científico e, particularmente na arquitetura, pela relação que se buscava com as construções da antiguidade greco-romana. Porém, anteriormente a isso, já haviam registros e estudos de ruínas em manuscritos do século XI, como relatam Miguel Egaña e Olivier Schefer (2015, p. 8) na introdução do livro *Esthétique des ruines: poïétique de la destruction*, onde aparecem imagens das ruínas da Babilônia. O surgimento dessa nova sensibilidade, tanto pela ciência como pela nostalgia, tornou a ruína parte da consciência moderna, seja na literatura ou na pintura, e passou a atrair o imaginário coletivo.

No Romantismo, com o descobrimento de ruínas na Itália e na Grécia, a arte passou a cultuar cada vez mais a presença do passado (MACAULAY, 1953, p. 151-152). Muitas pinturas, a partir do século XVIII, passaram a caracterizar construções e cidades sucumbidas pelo tempo, com entusiasmo e fervor, buscando retratar o belo, como exemplificam as pinturas do francês Hubert Robert (1733-1808), que ilustram ruínas gregas e romanas pitorescas povoadas por mulheres e homens trabalhando ou passeando por entre as construções. Ou Giovanni Battista Piranesi (1720-1778) na documentação das ruínas romanas ou na sua série *Cárceres* — como ilustrado na figura 1, *Le Carceri d'Invenzione* (1761) — que, de alguma forma, combina a representação da construção do espaço arquitetônico com as imagens das ruínas documentadas. Nesta compreensão, a beleza da ruína se estabelece na sua relação com a antiguidade.



Fig. 1: Le Carceri d'Invenzione (1761) de Giovanni Battista Piranesi. Fonte: Princeton University Art Museum. Disponível em: <https://bit.ly/3ARtCYM>. Acesso em: 03 nov. 2022.

Podemos dizer que esta percepção se altera com a Revolução Industrial e a transformação das cidades, não só urbanística — com a introdução de traçados racionais para as vias públicas —, mas também em relação às novas edificações que surgiram na esteira das necessidades modernas. É uma época na qual a ideia de progresso fora assimilada, tinha-se fé no futuro. A reconfiguração das cidades trouxe um apagamento da experiência de vida anterior e, por isso, sua visão é inseparável da melancolia. Citamos, como exemplo, os poemas de Charles Baudelaire sobre a paisagem de Paris reformulada pelo Barão Haussmann durante o Segundo Império, em meados do século XIX: “Paris muda! Mas nada em minha nostalgia; Mudou! Nos palácios, andaimes, lajedos; Velhos subúrbios, tudo em mim é alegoria; E essas lembranças pesam mais do que rochedos.”¹ Ao ver em ruínas a cidade que conhecera, Baudelaire não tinha fé no futuro, não acreditava que o mundo estava se movendo para um estado melhor, ao contrário, para ele se tudo continuasse assim estava fadado à catástrofe.

Essa é uma nova relação entre ruína e modernidade, não mais aquela ligada a antiguidade, aos tempos idos, mas aquela que passa pelo reconhecimento de que a cidade em contínua transformação produz também suas ruínas — ou seja, não são temas antagônicos ou excludentes, e sim coexistentes. Ambas as relações — com a ruína da antiguidade e aquela que foi fruto da modernização — guardam uma imagem nostálgica acerca da percepção da ação do tempo e da transformação natural das construções, de modo que suscita nossa admiração. Andreas Huyssen (2014, p. 94-99) vai chamá-la de “ruína

¹ Poema “O cisne”, publicado em 22 de janeiro de 1860. (BAUDELAIRE, 2011, p. 103).

autêntica”. Entretanto, a possibilidade de se compreender o passado ou de suplantá-lo a partir do progresso foi aos poucos sendo esvaziada pela abrupta destruição que ocorre na guerra. Após a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, a própria noção de ruína passa a ser revisada como retrato da capacidade de violência humana, de suas atrocidades, mais do que o simples curso da natureza. É uma terceira via não mais ligada à nostalgia, mas à violência e ao trauma.

Cabe então a pergunta: como avaliar, dentro da perspectiva da cultura, o que devemos valorizar como legado e preservar? Preservar é um conceito por si só controverso, pois vai além da ideia de manter a obra intacta aos efeitos do tempo, conservando o seu estado original: procura constatar o valor da “pátina” no reconhecimento do seu próprio tempo. Para o teórico de restauro Cesare Brandi, a restauração deve ter em vista o restabelecimento da unidade da obra, sem incorrer na perda do seu valor artístico ou na desvinculação da obra com o seu tempo histórico (BRANDI, 2004, p. 33). Neste sentido, uma ruína não poderia absolutamente ser reconstituída ao original sem que se tornasse uma falsificação de si mesma.

3 O presente manifesto

Interessa-nos aqui analisar a segunda via: as ruínas fruto da transformação histórica das cidades, ou seja, obras que, a partir de um processo no tempo, foram ficando obsoletas, perdendo sua função original até serem abandonadas — uma dinâmica que se apresenta cada vez mais veloz nas últimas décadas. Os motivos são diversos, mas podemos elencar dois principais: o primeiro é a transformação do sistema produtivo, quando a mudança do perfil econômico da cidade, ou de partes dela, faz com que seus espaços dedicados percam a utilidade, como áreas fabris de bairros consolidados. O segundo motivo é a alteração da estrutura política e social, determinando os perfis de gestão e investimento e, conseqüentemente, os bolsões de pobreza e o esvaziamento de frações urbanas, como, por exemplo, as áreas centrais. São temas presentes em quase todas as cidades, em qualquer escala — do pequeno povoado à grande metrópole — e em qualquer lugar, seja nas áreas mais periféricas ou no seu núcleo central. No Brasil, a professora Beatriz Mugayar Kühl tem se destacado com suas pesquisas sobre o patrimônio industrial e suas formas de preservação e reinvenção², temática, como dito acima, que nos iguala ao mundo no tempo de obsolescência dessa idade do capital.

De fato, esta é uma lente sobre como tratamos mal o nosso passado, até mesmo o passado recente, a ponto de deixar abandonadas estruturas consolidadas, como fábricas, galpões, casarões e cinemas, viadutos e pontes deteriorados, em estado de ruína. Construimos estruturas e infraestruturas na esperança de usufruir delas por muito tempo, porém acontece o inverso: a dinâmica econômica e social muda, os interesses são outros, iniciando um processo de desprezo e descuido daquilo que era para ser pensado como patrimônio. No limite, tornam-se uma espécie de ruído no tecido urbano, cada vez mais sedimentado no seu cotidiano e cada vez menos se configurando como território de exceção, causando, duplamente, uma sensação de habitualidade e de estranheza.

É um sentimento duplo, um aparente paradoxo, que guarda relação com o processo de obsolescência na contemporaneidade. Num mundo onde se privilegia o novo e a originalidade, sustentados pelo hiperconsumismo, tudo perde valor e sentido rapidamente e, como uma espécie de neutralização, vamos nos acostumando a viver sem o confronto: passamos a enxergar as ruínas, por exemplo, como um valor cotidiano. Por outro lado, a capacidade de questionamento dos problemas das cidades e de seu espaço construído se dá exatamente pelo olhar para as suas ruínas e seus vazios. São imagens que nos abalam e sensibilizam exatamente por estarem em oposição ao que entendemos como a cidade ideal.

No contexto contemporâneo, onde o presente parece rarefeito e perdemos o “foco da imagem ou do objeto”, o arrebatamento pela ruína é recuperado em meio a uma “mescla aporética de destruição e criação” (HUYSSSEN, 2014, p. 21), na hipótese de que a leitura do passado possa salvar da sensação de perda ou da falta de perspectiva de futuro. Próximo a este sentido, David Harvey (2013, p. 259) aponta para o vislumbre contemporâneo dos museus, memoriais e ruínas, que chamou de “a reversão de imagens de um passado perdido”, num momento marcado pela “compressão do tempo-espaço”, ou seja, pela aceleração causada pela implantação de novas tecnologias que criaram outras formas de

² Ver: Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo. (KÜHL, 2018).

organização social mais produtivas (HARVEY, 2013, p. 257). Em contraponto à experimentação intensa e superficial, vasculhamos o passado em busca de um sentido, que seja uma alternativa ao presente eterno.

Essa obsessão contemporânea pelas ruínas esconde a saudade de uma era anterior, que ainda não havia perdido o poder de imaginar outros futuros. O que está em jogo é uma nostalgia da modernidade, que não se atreve a dizer seu nome, depois de reconhecer as catástrofes do século XX e os danos remanescentes da colonização interna e externa. Contudo, essa nostalgia persiste, esforçando-se por buscar algo que se perdeu com o término de uma forma anterior de modernidade. O código dessa nostalgia é a ruína (HUYSEN, 2014, p. 91).

Mas para além da percepção subjetiva de quem a observa, entre a inquietude e a nostalgia, é a ação artística e arquitetônica nestas obras que tem a capacidade de multiplicar a experiência sobre a ruína, por meio de instalações artísticas ou de projetos para a retomada de sua função social, contribuindo para a quebra da visão neutra e lisa que o mundo atual nos oferece. Não parece uma tarefa simples, na medida em que estas próprias obras podem ser absorvidas pelo sistema produtivo por meio do hiper-realismo e da estetização da vida. O que se pretende, além da sobrevivência de questões fundamentais aos campos da arte e da arquitetura — como a espacialidade e a intersubjetividade —, é a desconstrução da ideia de nostalgia, fazendo uma reflexão sobre a realidade existente e reagindo à paralisia e ao conservadorismo do mundo.

4 Interlocução com a arte

Em *A Tour of the Monuments of Passaic*, Robert Smithson apresenta as construções vistas na paisagem: uma ponte entre os condados de Bergen e Passaic, uma torre de bombeamento, encanamentos ao céu aberto que jorravam água, um estacionamento e um canteiro de obras, ou seja, infraestruturas ou correlatos que fazem funcionar a cidade. Na publicação da obra na revista *Artforum* de dezembro de 1967, com um tom de ironia — em alguns momentos assemelhando-se a Walter Benjamin quando retrata a Paris de Haussmann —, ele chama estes vestígios da modernização de ruínas, porém diferem da ideia original, pois não precisam da ação do tempo, uma vez que já nascem como ruínas.

Aquele panorama zero parecia conter ruínas ao contrário, isto é, toda a nova construção que acabaria sendo construída. Isso é o oposto da 'ruína romântica' porque os edifícios não se arruinam depois de construídos, mas se erguem como ruínas antes de serem construídos (SMITHSON, 1967, tradução nossa).

Estas construções, desprovidas de um passado ou significação histórica, formam um quadro de falência urbana, pois partem de uma visão fragmentada da cidade que só fomenta sua desestruturação. O abandono é decorrência desse vício. Smithson examina Passaic na década de 1960, uma cidade prosaica e sem atrativos. Todavia, poderíamos falar de muitas outras ruínas nos dias de hoje em situações semelhantes: construções que surgiram de questões urgentes, ou seja, das necessidades da população, como a infraestrutura, mas apresentando soluções despreocupadas com o futuro e são, conseqüentemente, relegadas ao abandono com o passar do tempo.

De modo semelhante, as chamadas *Building Cuts*, de Gordon Matta-Clark, fazem a crítica à transformação urbana imposta pelo capitalismo — e, como consequência, pelo mercado imobiliário —, que de modo cada vez mais veloz gerava edifícios obsoletos. Tendo a arquitetura como um meio de interlocução artística, além da crítica, ela conduzia à reflexão sobre a natureza do próprio espaço, a apropriação dos mesmos, na sua reelaboração e modificação, por meio dos cortes e extrações que Matta-Clark fazia. *Bronx Floors* (1972-73), por exemplo, foi a primeira intervenção artística na qual fez cortes em edifícios abandonados, fruto de uma leitura do processo de transformação urbana em bairros periféricos de Nova Iorque, como *Bronx*, *Brooklyn*, *Harlem* e *Queens*, e regiões portuárias. Com o desemprego nas indústrias dos anos 1970, muitos apartamentos foram abandonados, saqueados ou queimados pelo dinheiro do seguro. Usando um simples serrote, Matta-Clark fez seções nos pisos e paredes, fotografando os espaços e levando esses pedaços da edificação para galerias de arte — ações vistas em sua retrospectiva em 1988 no Brooklyn Museum, conforme figura 2.

Em continuidade a este trabalho, o artista desenvolveu *WallsPaper* (1972), um grande painel com imagens desses mesmos lugares arruinados; *Splitting* (1974), uma intervenção em uma casa de subúrbio de Nova Jersey que seria demolida; e *Niagara Falls/Bingo* (1974), também em uma casa condenada, para citar as primeiras produções. São obras em edifícios

que sofreram com a obsolescência e se tornaram ruínas urbanas, e que o artista vem a definir posteriormente como *Non.u.mental* — uma reflexão sobre a poética da ruína e a impermanência da arquitetura que, do seu ponto de vista crítico, vai acompanhar muitos de seus trabalhos.

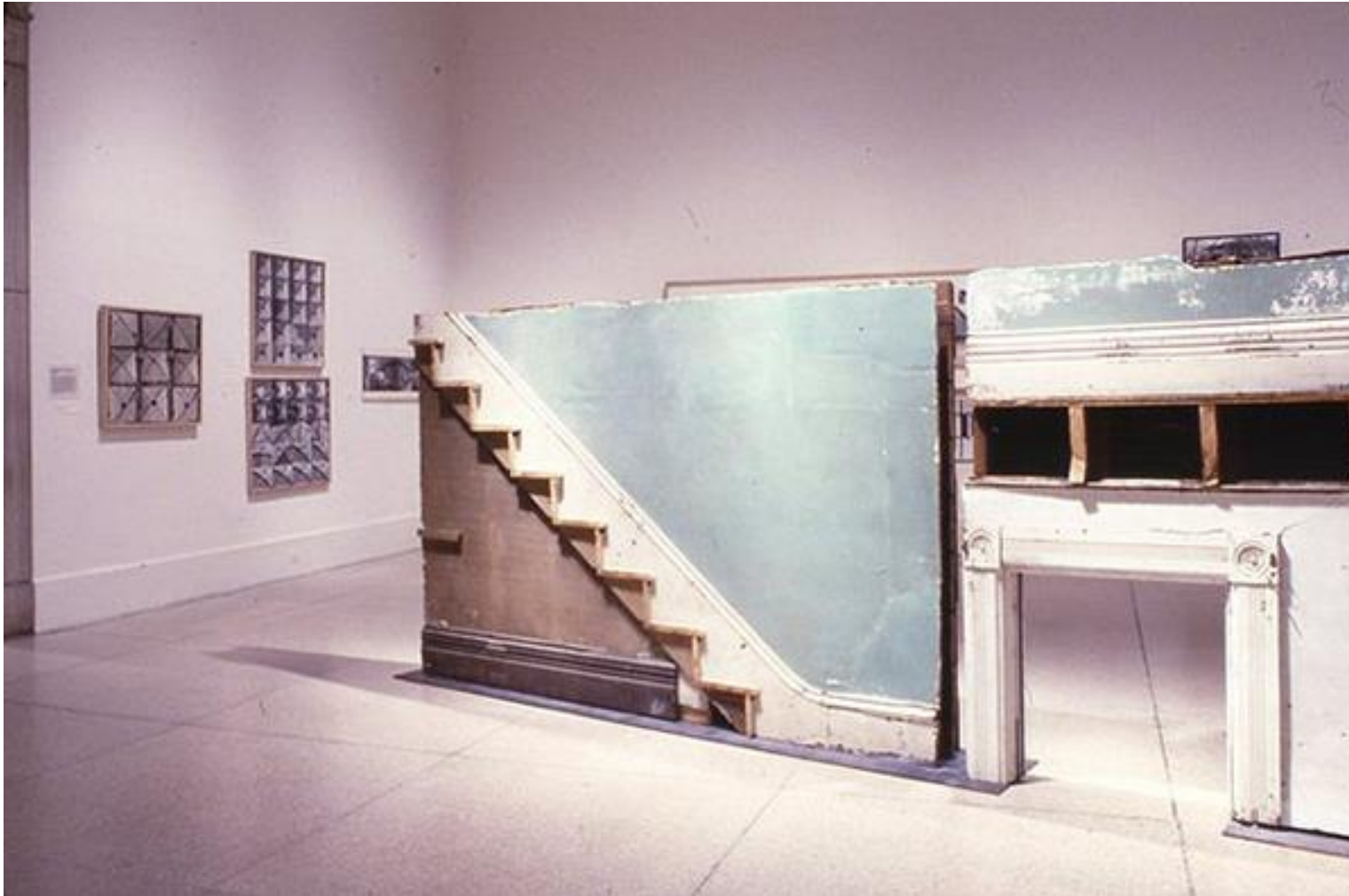


Fig. 2: Foto da exposição Gordon Matta-Clark: A Retrospective, no Brooklyn Museum. Fonte: Brooklyn Museum, 1988. Disponível em: <https://bit.ly/3FacG2q>. Acesso em: 03 nov. 2022.

A compreensão dos problemas reais da cidade, enquanto construção social, econômica e política, levou a um olhar preciso sobre seus efeitos na arquitetura, sua relação espacial, sua dimensão, nas estruturas, nos materiais e nos seus fragmentos, por fim, tendo como resultado intervenções que emitiam toda a carga simbólica que subjaz desses elementos. Os cortes evidenciavam o processo de colapso na qual as edificações passavam; procuravam desconstruir a forma e conseqüentemente o significado destas edificações; expunham a materialidade e fragilidade construtiva; propunham novas relações de percepção do espaço ao reconfigurá-lo; entre tantas outras interpretações. Mas, sobretudo, tensionavam o par de oposição "destruição/ação criadora", mostrando que, na verdade, construções em seu derradeiro declínio poderiam ser reimaginadas e reconfiguradas, transcendendo a noção de fim.

Em São Paulo, entre as décadas de 1990 e 2000, o projeto Arte/Cidade³ buscou discutir as dinâmicas da cidade e o reordenamento do espaço urbano. Com a curadoria de Nelson Brissac Peixoto, reuniu artistas, arquitetos e pensadores de modo a pensar problemas específicos e gerar ações de intervenção que estabelecessem outro olhar e despertassem nova sensibilidade da população para com a cidade. No livro *Intervenções Urbanas: Arte/Cidade*, que apresenta as primeiras três edições do projeto, as ruínas e edificações abandonadas são mencionadas como chaves de intervenção (PEIXOTO, 2002). O terceiro projeto, realizado em 1997, talvez seja o que mais se aproxima do tema, pois investigava antigas edificações ao

³ Arte/Cidade é um projeto de intervenções urbanas, que se realiza em São Paulo desde 1994. Busca destacar áreas críticas da cidade diretamente relacionadas com processos de reestruturação e projetos de redensolvimento, visando identificar seus agentes e linhas de força e ativar sua dinâmica e diversidade. Disponível em: <http://www.artecidade.org.br/indexp.htm>. Acesso em: 03 nov. 2022.

longo de uma linha férrea: a Estação da Luz, as ruínas do Moinho Central e as antigas indústrias Matarazzo. Estes dois últimos lugares de ação eram abandonados e a ideia era reconectá-los com a cidade por meio da linha ferroviária e a criação de escadas de acesso e passarelas.

Evidencia-se, neste terceiro projeto do Arte/Cidade, de modo distinto dos exemplos anteriores, a preocupação de reinserir estas construções no cotidiano da população por meio das caminhadas, na experiência do passante, e redescobrir lugares que fizeram parte da memória da cidade. Na antiga indústria Matarazzo — atualmente Casa das Caldeiras, tombada pelo CONDEPHAAT — a intervenção visava redescobrir estes espaços, mapeando-os quase arqueologicamente: os entulhos das ruínas foram afastados e criadas plataformas de circulação com guarda-corpos, induzindo um olhar para a edificação. Havia uma mistura de intervenção artística e arquitetônica, mas talvez a diferença seja que, na intervenção arquitetônica, para além do olhar crítico, buscamos reintegrar o espaço a um cotidiano, muitas vezes dando a ele um novo uso, a fim de que sobreviva por mais um tempo.

Há, na verdade, uma preocupação quase desmedida em torno da reinserção ou demolição destes edifícios arruinados, num momento em que até questionamos a própria ideia do programa arquitetônico. Se vamos reintegrá-los à vida nas cidades, precisaríamos definir um programa específico para eles? A ideia de programa, assim como a função, foi por muito tempo determinante no projeto arquitetônico. Porém, é provável que esse determinismo esteja cada vez menos evidente, à luz da transformação corrente dos espaços e usos e do próprio sentido de duração material que impacta a construção das cidades.

5 Em busca de paradigmas arquitetônicos

Para além dos temas restauração e patrimônio — sobre os quais não vamos nos deter aqui — vale uma reflexão sobre o papel da arquitetura frente à ruína. Embora este seja o fim provável de todas as edificações, costumamos refletir pouco sobre como as obras envelhecem, ao menos na experiência brasileira. Talvez a discussão sobre novos materiais e sistemas construtivos com alto desempenho caminhe além da manutenção e envolva o sentido de longevidade das mesmas. Mas, para aquelas que já estão em estado de ruína, o que fazer para que retomem seu papel social e cultural nas cidades?

Temos alguns bons exemplos que procuraram reaproveitar estas estruturas dando-lhes um novo uso, devolvendo o espaço na forma de equipamentos públicos: uma antiga fábrica de tambores transformada em centro de cultura, esportes e lazer (SESC Pompéia, Lina Bo Bardi, 1982); uma estação ferroviária transformada em sala de concertos (Sala São Paulo, Nelson Dupré, 1999); uma usina elétrica transformada em museu (*Tate Modern*, Herzog & De Meuron, 2000); uma linha férrea aérea transformada em parque linear (*High Line* de Nova Iorque, Diller Scofidio e Renfro + Piet Oudolf, 2009); um mosteiro transformado em habitação (Convento das Bernardas, Eduardo Souto de Moura, 2012). Vemos de forma muito peculiar em cada projeto a procura em devolver a consciência histórica ao lugar, por meio de uma linguagem poética, porém alterando o modo como o espaço é vivenciado — o que Alois Riegl assimilava como valor de uso, conceito central para sustentar estes edifícios no presente.

Um caso recente a ser considerado é a perspectiva oferecida pelo escritório francês Lacaton & Vassal, a partir da qual nunca devemos demolir ou substituir, mas sempre transformar e acrescentar. Isso implica em definir estratégias que visem a racionalidade construtiva, viabilidade econômica e flexibilidade de uso dos espaços, que causem o mínimo impacto no consumo de recursos naturais — por isso mesmo, optam pela reutilização de estruturas construídas. Tomemos como exemplo dois projetos concluídos em 2013: a transformação de quinhentas e trinta unidades habitacionais na cidade de Bordeaux e o centro cultural *FRAC Dunkerque*.

No primeiro caso, três edifícios modernistas em estado de decadência e deterioração foram remodelados com a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos moradores e reinseri-los na paisagem urbana. A ideia central foi a criação de uma nova estrutura junto à fachada, ampliando a área útil dos apartamentos, na forma de jardins de inverno e varandas, integrados com o espaço existente a partir de um novo sistema de caixilharias. A justaposição de uma camada transparente, leve e sutil estabelece uma nova relação entre interior e exterior e com a paisagem urbana. Foram realizadas poucas intervenções na estrutura existente, salvo algumas instalações e acabamentos, mas dela quase nada se percebe — tornou-se outra coisa.

O caso do antigo armazém de barcos convertido em centro cultural — *FRAC Dunkerque*, ilustrado na Figura 3 — é distinto: a estratégia consiste em manter o edifício em desuso tal qual ele se apresenta e duplicar a sua forma, com uma nova construção que abriga todo o programa institucional. Não há um envelope ou alguma renovação no edifício antigo, ou seja, nele, tudo é mantido quase intocado, conservando-se a atmosfera fabril e a proximidade entre o vestígio e a memória visual. Esta relação se estabelece tanto no aspecto formal, quanto no seu interior, onde domina o espaço vazio de grande pé-direito e a luz natural adentra criando uma aura austera. Além disso, este mesmo edifício é liberto da determinação do programa, servindo como local de eventos, exposições ou qualquer outra atividade — mais próximo da incerteza da vida contemporânea.

Por outro lado, as instituições carregam o conservadorismo e as burocracias normais da vida pública e para isto a estratégia foi a sua duplicação, não através de uma cópia, mas de um duplo, formalmente idêntico ao anterior, construído com materiais e sistemas construtivos pré-fabricados eficientes, dentro dos conceitos de racionalidade construtiva e bioclimática, para abrigar essas funções. A caixa transparente, que concentra no seu interior todos os espaços compartimentados do centro cultural, não compete com o antigo armazém. Ao contrário, mantém uma relação de discrição, com uma atmosfera rarefeita, por conta do fechamento translúcido. Não há aqui a ambiguidade do primeiro projeto — da incerteza entre o novo e do antigo — pelo contrário, existe uma clareza do que é ruína (como continuará a ser) e do edifício recente e inovador.



Fig. 3: FRAC Dunkerque. Fonte: Claus Ableiter, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3Ug2E3Z>. Acesso em: 03 nov. 2022.

Estas relações entre ambiguidade e clareza fazem lembrar outra intervenção, elaborada no moderno brasileiro por Lúcio Costa, quando era diretor do SPHAN⁴: o Museu das Missões em São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul (1940), ilustrado na figura 4. A imponência das ruínas do sítio arqueológico, onde está inserida a igreja, levou o arquiteto a projetar um abrigo para expor os objetos ali encontrados, tais como esculturas e fragmentos de construção. A solução do pavilhão de algum modo trata a ruína como um valor sacro, pois constrói um novo espaço inspirado nas antigas casas indígenas, na procura por estabelecer uma narração entre passado e presente, quase de modo anacrônico, não fosse pelo fechamento de vidro interno ao volume principal — um elemento transparente que enquadra o olhar para as ruínas e estabelece uma conexão entre interior e exterior. Sendo assim, a ação de Lúcio Costa incide sobre uma obra de valor sedimentado na história, uma ruína clássica por assim dizer, cujo respeito se dá na sutileza do contato com o novo, como uma sobreposição artificial de camadas, que de modo quase orgânico podemos encontrar nas cidades históricas.



Fig. 4: Museu das Missões com as ruínas da igreja ao fundo.
Fonte: Carin Kunde, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3EIfuH>. Acesso em: 03 nov. 2022.

6 Considerações finais

A ruína é o estágio final mais provável das construções que resistem ao tempo. Uma ideia de contravenção, como ato de transgressão de uma lei natural, seria a de ressuscitá-la por meio de um novo uso, o que, de algum modo, toda a reapropriação de estruturas antigas seria. A contravenção nos desequilibra, surpreende e sensibiliza, tanto pela incursão no tempo — suspenso — como pelo frescor — tão caro às grandes massas, usando o conceito de valor de novidade,

⁴ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

desenvolvido por Riegl (2013, p. 49). Entretanto, podemos falar de outra contravenção, a de atribuir valor àquilo que não tem mais estima social, como no caso de uma construção fabril esquecida pela memória coletiva. A contravenção, neste caso, consiste em subverter a consciência social atribuindo-lhe outro vínculo, não necessariamente ligado à função, mas à empatia e apreciação.

Dan Barasch, em seu livro *Ruin and Redemption in Architecture*, define quatro circunstâncias para a ruína na contemporaneidade: perdida (as construções já demolidas, apesar de sua importância, e que ficam apenas no nosso imaginário); esquecida (realmente abandonadas); reimaginada (propostas não realizadas); e transformada (projetos concluídos). Considerando as categorias propostas pelo autor, parece-nos impossível imaginar uma visão dominante sobre a ruína na sociedade contemporânea, pois seu destino dependeria do contexto em que se localiza e das circunstâncias de sua apropriação. Outra visão, no entanto, nos é aportada pelas mãos de Andreas Huyssen (2014, p. 96), que as resume em apenas duas alternativas: ou são demolidas, ou restauradas, baseadas na ideia de que a “probabilidade das coisas envelhecerem e se tornarem ruínas diminuiu na era do capitalismo acelerado”. E aqui talvez possamos falar de hegemonia, que supera a quase taxonomia de Barasch: a possibilidade de existência da ruína em nossos dias só se viabilizaria com o aval do capital.

Aceitando a hipótese de Huyssen, entraríamos, assim, em um problema que não tocamos até aqui: a dimensão destrutiva deste mesmo sistema. O desenvolvimento da ciência, aliado aos interesses econômicos e às relações de poder, mostra seu lado sombrio, sobretudo, na destruição da natureza, como expresso, por exemplo, no incremento predatório da indústria mineradora ou na insistência tecnológica da prospecção petrolífera, que devastam tudo o que se opõe à sua lógica própria. Falamos, então, de outro tipo de ruína, não a do artifício criado pelas mãos do homem e tornado ruína pela sua própria inação, mas de outra, também provocada pelo homem, mas, nesse caso, a que faz sucumbir a natureza. A reconstrução de uma ou de outra, ou seja, da substância artificial ou da matéria natural, será sempre uma contravenção: pois nunca, e em momento algum, qualquer uma delas poderá ser reconstituída do modo como um dia existiu.

Referências

- ARTIGAS, R. (org.) **Paulo Mendes da Rocha**. São Paulo: Cosac Naify, 2000.
- BARASCH, D. **Ruin and Redemption in Architecture**. London: Phaidon, 2019.
- BAUDELAIRE, C. **As flores do mal**. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Martin Claret, 2011.
- BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- DIDI-HUBERMAN, G. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- EGAÑA, M.; SCHEFER, O. **Esthétique des ruines: poétique de la destruction**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015.
- GINSBERG, R. **The Aesthetics of Ruins**. New York: Rodopi, 2004.
- HAN, B. **A salvação do belo**. Tradução de Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis: Vozes, 2019.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 24ª edição. São Paulo: Loyola, 2013.
- HUYSSSEN, A. **Culturas do passado presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Tradução Vera Ribeiro. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.
- KÜHL, B. M. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. Cotia: Ateliê Editorial, 1998.
- KÜHL, B. M. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauo**. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

MACAULAY, R. **Pleasure of ruins**. New York: Walker and Company, 1953.

PEIXOTO, N. B. **Intervenções urbanas: arte/ cidade**. São Paulo: Senac, 2002.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos**. Lisboa: Edições 70, 2013.

SMITHSON, R. The Monuments of Passaic. **Artforum**, New York, December 1967, p. 52-57.

DA RUINOLOGIA À RUINOPHILIA: PERSPECTIVAS SOBRE A ARQUITETURA EM RUÍNA FROM RUINOLOGY TO RUINOPHILIA: PERSPECTIVES ON RUINED ARCHITECTURE RAFAEL SOUZA, ETHEL PINHEIRO

Rafael Ferreira de Souza é bacharel em Comunicação, Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Doutorando em Arquitetura no Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estuda cultura e ambiências de arquiteturas em ruínas. rafael.souza@fau.ufrj.br

<http://lattes.cnpq.br/4959699562584841>

Ethel Pinheiro Santana é Arquiteta e Doutora em Arquitetura e Urbanismo. É professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e é editora-chefe do periódico científico CADERNOS PROARQ. Realiza pesquisas sobre representação arquitetônica, com ênfase no planejamento e design do espaço urbano, desenho técnico e de observação e antropologia urbana. ethel@fau.ufrj.br

<http://lattes.cnpq.br/0626564193609027>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: SOUZA, R. F.; PINHEIRO, E. Da ruinologia à ruinofilia: perspectivas sobre a arquitetura em ruína. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/657/657pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

A cultura das arquiteturas em ruínas vem passando por uma ruptura de significados nas últimas décadas. Se, inicialmente, seu caráter nostálgico, atrelado às representações visuais idílicas, teve papel fundamental na sua difusão, principalmente do movimento do Romantismo na Europa, no decorrer dos séculos XX e XXI, as mudanças drásticas na conformação arquitetural das cidades trouxeram uma nova escala de arruinamento, além do modo de representar e decifrar o sentido das ruínas. Composto por três seções: ruinologia, ruinophilia e ação contra-hegemônica nas ruínas, este artigo busca ampliar a compreensão do campo de estudos da cultura das ruínas na seara da arquitetura. Pretende-se levantar discussões que ponderem não somente o caráter historiográfico, mas também que possam avançar para uma esfera amplificada, de método fenomenológico, propondo perspectivas dissemelhantes das narrativas em ruínas historicamente hegemônicas, no intuito de destronar a concepção bucólica preponderante nas abordagens teórico-históricas e recolocar a discussão no campo da arquitetura e urbanismo. Essa intenção tem como alicerce as especificidades de cidades contemporâneas, seus novos engendramentos, como a ação contra-hegemônica do movimento de exploração urbana *Urbex* em espaços arruinados. Por fim, o trabalho traz à baila uma compreensão das ruínas num arco temporal estendido, que, por sua vez, desloca o pensamento, o imaginário e o sentido dos paradigmas conceituais e assim possibilita que a cultura das ruínas contemporâneas amalgame as suas características intrínsecas e multifacetadas.

Palavras-chave: Arquitetura, Ruína, Cidade

1 Introdução

Este estudo se propõe a analisar a cultura das arquiteturas em ruínas, com o intuito de contribuir com os estudos na seara da teoria da arquitetura, que se debruçam sobre os destroços arquiteturais. Esse esforço pretende ampliar a perspectiva do debate que se dá nesse campo de estudos da arquitetura e que, frequentemente, se reduz ao dualismo estampado nos conceitos de John Ruskin (1849) e Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (2000), o que restringe o diálogo apenas às questões de restauro e conservação que dominaram a discussão sobre a temática das ruínas. Contudo, se restringirmos tal temática a essas questões, a cultura das arquiteturas em ruínas estaria, assim, estrangulada num aparato cognitivo atrelado à historiografia e à representação bidimensional simbólica, principalmente nas análises das pinturas nostálgicas que dominaram o período do Romantismo inglês, época fértil de representação das arquiteturas em ruínas.

No entanto, neste trabalho busca-se levantar esse debate em um campo ampliado de entendimento das ruínas, que desloca o pensamento e o imaginário contido neste modelo prévio, atrelando os estudos a uma reflexão crítica, na qual novos paradigmas conceituais possibilitam entender, de forma mais assertiva, a cultura das ruínas contemporâneas. Tal cultura está fincada nas características das cidades contemporâneas, com seus espaços disruptivos e multifacetados, que são o lócus das explorações urbanas do século XXI, ação essa realizada pelo movimento conhecido como *Urbex*. Também pretende-se contribuir com o debate ao ir além das explicações que privilegiam os fenômenos arquitetônicos contidos em si mesmos nos edifícios ou em seus entornos, trazendo a dimensão das transformações sociais, culturais e estéticas contemporâneas para um debate espacial, conforme apontado por Gottdiener (2016) em 1985.

O caráter contra-hegemônico dessas interpretações e ações assume um protagonismo de relevância na cultura das ruínas, pois desvela uma camada oculta da cidade, escamoteada sob uma imagem e uma narrativa preponderante, que não considera os espaços arruinados que estão presentes de forma ubíqua na conformação arquitetural da urbe. Destarte, ao propor perspectivas dissemelhantes das narrativas em ruínas historicamente hegemônicas, este artigo busca inserir o cidadão e sua experiência vivida na cidade, como um método de caráter fenomenológico. Essa metodologia é apontada como ponto de base para uma virada epistemológica, que a contento possibilite destronar a concepção bucólica preponderante nas abordagens teórico-históricas sobre ruínas, aproximando, assim, as ações de campo contemporâneas realizadas nos espaços arruinados ao constructo ideológico que se desenvolveu ao longo do tempo na compreensão e representação das arquiteturas em ruínas.

2 Ruinologia

A cultura de apreciação das ruínas se iniciou historicamente em períodos distantes da sociedade contemporânea do século XXI. A historiografia que buscou versar e registrar o espaço arquitetônico arruinado se desenvolveu *pari passu* às expedições arqueológicas, realizadas em áreas do entorno da Roma antiga e que se atrelavam ao crescente fascínio com objetos de sociedades longínquas, que cada vez mais preenchiam os antiquários. As escavações arqueológicas de camadas de cidades mortas pareciam se desenvolver concomitante ao período do Renascimento, entre meados do século XIV e o fim do século XVI, que valorizou a antiguidade clássica e a ciência (KNACK, 2017). Todo esse contexto foi de extrema importância para a criação de instituições que posteriormente surgiram na sociedade francesa dos séculos XVII e XVIII com temáticas patrimoniais da arquitetura e que, do mesmo modo, buscaram aglutinar discussões e reflexões críticas sobre as ruínas (CHOAY, 2006). Várias pinturas dessa época traziam arquiteturas em ruínas em sua arte, misturando a representação idílica de um tempo passado ao gosto pelos destroços arquiteturais.

Nesse ínterim, o fascínio pelo simbolismo das ruínas atingiu seu ápice no movimento do Romantismo, que valorizava a subjetividade e que se deu principalmente na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Nessa época, o deslumbramento com as arquiteturas em ruínas foi deveras expressivo e trouxe aberrações, como a encomenda por pinturas de ruínas de prédios que ainda não estavam abandonados e deformados pela ação do tempo (DILLON, 2011). As narrativas de arquiteturas em ruínas traziam um mistério e um campo imaginativo peculiar, que possibilitava impressões e descrições multivocais da arquitetura de outrora. Os textos da escritora inglesa Rose Macaulay (1966) são profícuos em suas minúcias, pois catapultaram a alegoria das ruínas para um mundo imaginativo, capaz de traçar e cruzar tempos históricos, além de aludir pormenores dos espaços arruinados de modo único. Cada palavra parece abrir feixes, endereçar nuances e expandir o entendimento das cidades e suas arquiteturas que eram descritas.

De caráter historiográfico, os textos de Yi-Fu Tuan, em seu livro Paisagens do medo (2005), também descrevem com acuidade a presença de casas assombradas e abandonadas nas áreas rurais da Inglaterra do século XIX. O autor traça uma conexão indissolúvel entre a decrepitude e a arquitetura, através de contos e narrativas que buscavam descrever as ambiências soturnas que as ruínas carregaram em seu âmago. As ruínas, nesse sentido, ganhavam proeminência nas artes e na literatura e, logo, protagonizavam um papel importante contra as narrativas hegemônicas de interesses dos grupos dominadores da época. Esse protagonismo parecia, de certa maneira, se debruçar sobre a intenção direta de transmutar a própria historiografia da arquitetura, alargando dessa forma a compreensão e a importância da própria finitude nas narrativas em arquitetura vigentes da época.

Dentro desse contexto, a ruinologia, ou seja, o campo de estudo das ruínas, aparentava estar restrita à representação bidimensional e simbólica das pinturas; e seu debate público surgiu e se intensificou, principalmente no século XIX, emanando do embate entre as ideias do crítico de arte britânico John Ruskin e do arquiteto francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc. Ruskin (1849) defendia a áurea das ruínas, a condição imanente e peculiar da arquitetura que havia sido modificada pelo tempo e que deveria ser respeitada da forma em que se encontrava. Viollet-le-Duc (2000), por sua vez, argumentava em prol da conservação e restauro das ruínas, tendo em vista seus postulados teóricos da preservação do patrimônio histórico. Nesse cenário, a preservação do patrimônio histórico arquitetônico havia ganhado notoriedade aos interesses públicos (CHOAY, 2006), e as questões trazidas pelos emblemáticos autores engolfaram a discussão em torno das ruínas por muitos anos. Suas teorias criaram escolas de pensamento, mas considerando a perspectiva da pesquisa adotada neste artigo, esse dualismo acabou engessando o pensamento e a reflexão crítica da cultura das ruínas, nomeadamente na seara da arquitetura.

Com a chegada do século XX e a Revolução Industrial que se projetou a partir da Inglaterra para o mundo, todavia, os espaços das cidades começaram a sofrer drásticas rupturas. As novas escalas projetivas e o rearranjo espacial da urbe impactaram diretamente a relação dos cidadãos com a experiência no ambiente urbano, o que também afetou o sentido e o entendimento da cultura das ruínas que se desenvolvia até esse período. Trabalhos como o de Tanizaki, Em louvor da sombra (2017), publicado em 1933, mas publicizado amplamente apenas no final do século XX, demonstram que em contextos bem além da supremacia teórica ocidental a apreciação pela estética das sombras, do encobrimento dos objetos, ou mesmo da apreciação da experiência por frestas, valas, coisas inacabadas ou ocultas, já fazia parte de um repertório que fugia à ideia convencional de clareza e manutenção dos edifícios em cartas patrimoniais europeias e norte-americanas: “sempre que, em templo de Kyoto ou Nara, sou conduzido a uma escura e antiquada latrina, impecavelmente limpa, sinto renovar em mim a admiração pela arquitetura japonesa” (TANIZAKI, 2017, p. 21).

3 Ruinophilia

A mudança da conformação arquitetural e dos espaços das cidades dos séculos XX e XXI, com seus novos fluxos de circulação e de comunicação (ASCHER, 2010), impactou de forma irreversível a maneira com que os cidadãos apreendem a cidade. Esse novo cenário, fincado inicialmente no desenvolvimento industrial da sociedade, moldou um novo *modus vivendi* onde as escalas dos projetos arquitetônicos de galpões, fábricas (HILBERSEIMER, 2012) e *hubs* de transporte trouxeram consigo uma nova experiência vívida da arquitetura. No entanto, com o advento do século XXI, as características das metrópoles e cidades industriais em pouco mais de um século cederam lugar às sociedades pós-industriais, descentralizadas, espraiadas, polinucleadas, levando o cidadão a uma experiência pós-urbana (FELICE, 2009) que se intensifica e está se desenvolvendo cada vez mais entrelaçada aos dispositivos eletrônicos e todo aparato de mídia (SANTAELLA, 2003), que se interpelam e anestesiaram o indivíduo de seu contato direto com a cidade. Essa modernidade líquida (BAUMAN, 2001) esvazia espaços e gera abandono de distintos locais, o que afeta diretamente a paisagem urbana, com novas e maiores ruínas provindas das mudanças das atividades da economia global.

As ruínas contemporâneas irrompem dentro desse distinto panorama urbano, pois a engrenagem que alimenta a produção irrefreável das cidades encontra, em seus extremos, locais de intensa degradação ambiental e urbana. O desembocar da rápida aceleração da sociedade contemporânea e desse modo produtivo hiperbólico despeja em outra parte da cidade, em seus extremos, os lixos e detritos dessa produção, criando assim mais uma categoria dentro da taxonomia que permeia o abandono: as ruínas reversas (SMITHSON, 2011). Se Detroit, nos Estados Unidos, se tornou um dos ícones da ruína contemporânea, sua imagem não só comunica a falácia do proplado “progresso”, mas também desmantela similarmente a intenção de perpetuar o debate das ruínas num campo bidimensional e estático das representações dos séculos passados. Nessa cidade, a brutal imagem de galpões abandonados e ruínas de plantas industriais, como da antiga fábrica *Packard* que ocupava oito quarteirões consecutivos, causa uma concussão densa no cidadão e arremessa a nostalgia bucólica da ruína de outrora para um lugar distante da compreensão dos espaços arruinados da contemporaneidade (MILLINGTON, 2010).

Nesse contexto atual, o estudo da ruína parece necessitar de um novo aparato metodológico, que tenha ferramentas capazes de englobar a polissemia de sentidos e ambiências encapsuladas no aparato fantasmagórico da distopia das cidades pós-industriais. Dessa maneira, pode-se afirmar que o aporte do método fenomenológico encontrou na seara da teoria da arquitetura reverberação entre arquitetos que se dispuseram a ampliar seus espectros, com a caixa de ressonância da filosofia (OTERO-PAILOS, 2010). Esse caminho pode deslocar a historiografia das ruínas para uma análise imbricada em seus sentidos ontológicos, onde as ambiências parecem elucidar um trajeto de entendimento desse novo leque de espaços arruinados contemporâneos. Assim sendo, a percepção multissensorial e a intersubjetividade estabelecem um novo elo de entendimento desse entrelace indissolúvel entre os espaços físicos e cognitivos (MERLEAU-PONTY, 1999), assim como o valor de ambiência/atmosfera se sobressai ao valor do objeto edificado (BÖHME, 2020).

Se antes as pinturas e crônicas de viajantes, que registravam ruínas, traziam um ar nostálgico para a leitura que versava sobre esta arquitetura, isso era um aspecto intrínseco também do distanciamento e afunilamento do cidadão na representação e apreensão das ruínas, entendidas como “restos”, sobras distantes; na sociedade contemporânea, cada vez mais cibernética e informatizada, o desenvolvimento das imagens digitais trouxe uma nova equivalência no impacto da semiótica das ruínas (KUSHINSKI, 2016). Além de documentários pós-guerras repletos de ruínas estampadas em seu conteúdo, o cinema também adentraria o distinto espectro de representação das ruínas, como no emblemático filme *Stalker*, do diretor russo Andrei Tarkovski (1979). Destarte, o fascínio pelas ruínas contemporâneas se potencializou com o crescimento exorbitante da profusão de imagens de ruínas. As redes interconectadas de dispositivos de mídia (SANTAELLA, 2003) produziram, nas últimas duas décadas, uma miríade estética de ruínas, coletadas e publicizadas por exploradores urbanos que tentam situar imagens soturnas, antes soterradas pelas narrativas impostas pelos conglomerados de mídia e instituições de poder.

Esses exploradores, responsáveis por uma espécie de arqueologia multitemporal, também chamados de *urbexers*, são provindos do movimento global denominado *Urbex* (sigla em inglês para *urban explorer*) e atuam de forma contra-hegemônica confrontando as narrativas estetizadas de fruição das cidades. Essa ação de campo atua em um limiar, um espaço mental e físico indefinido e em constante mutação. Tais exploradores, ao se infiltrarem em espaços abandonados

– em áreas fantasmagóricas –, em busca de uma experiência mais real da cidade e longe das induções fantasiosas dos espaços de consumo e turismo estéreis (GARRET, 2011; 2014), corroboram com o engodo do propalado espaço democrático. Conforme apresentado na Figura 1, “*Urbexer* em ação na localidade fantasma da Lagoinha em Petrópolis/RJ”.



Fig. 1: Urbexer em ação na localidade fantasma da Lagoinha em Petrópolis/RJ. Fonte: Souza, 2019.

As explorações urbanas de ruínas contemporâneas do *Urbex*, propagadas por redes sociais, demonstram de maneira nítida o fascínio que as diferentes texturas e ambiências das ruínas exercem sobre o cidadão. De Berlim, na Alemanha, com seus simbólicos prédios arruinados, como a antiga torre de espionagem *Teufelsberg*, à Homs, na Síria, com suas cenas distópicas de bairros inteiros arrasados pela destruição do bombardeio da guerra civil, todo tipo de ruína ganha notoriedade no repertório midiático desse grupo¹. A diferença entre a ruína lenta – *slow ruin*, aquela moldada pelo descuido e ação do tempo – e a ruína rápida – *fast ruin*, como são definidas as ruínas de guerra e desastres naturais – aponta para as tragédias que permeiam e pululam no léxico da mídia digital. São imagens impactantes, que descortinam de forma brutal o paradoxo da sociedade contemporânea. E são, acima de tudo, incondizentes com a imagem estéril e monolítica que se propaga das cidades contemporâneas, pois essas são formadas por paisagens híbridas e fragmentadas, características intrínsecas aos

¹ Neste ponto pode-se mencionar o papel preponderante de Henri Cartier-Bresson que, ao registrar em fotografias a vida na União Soviética do pós-guerra, de forma livre, e também cenários de desolação e ruínas na segunda metade do século XX (com sua experiência adquirida ao servir o exército francês na Segunda Guerra Mundial), trouxe para o campo fenomenológico a apreciação por todos esses cenários.

espaços urbano-arquitetônicos atuais. Conforme apresentado na Figura 2, “Paisagens híbridas na conformação da cidade de Petrópolis/RJ”.



Fig. 2: Paisagens híbridas na conformação da cidade de Petrópolis/RJ. Fonte: Souza, 2019.

Essa experiência de infiltração em ruínas traz também um aspecto lúdico de suma importância para o método fenomenológico de abordagem das ruínas. Nela, os corpos dos cidadãos se amalgamam com a arquitetura, desconstruindo caminhos e materialidades, imaterialidades, invertendo a ordem hegemônica dos materiais e aguçando a exploração por e através de tetos empenados, janelas estilhaçadas, sistemas de drenagens e ventilação corroídos, transformando assim a experiência vivida da arquitetura em uma profusa etnografia multissensorial (DESILVEY; EDENSOR, 2012). Conforme apresentado na Figura 3, “Corpo, arquitetura e natureza nos estudos da Lagoinha em Petrópolis/RJ”.



Fig. 3: Corpo, arquitetura e natureza nos estudos da Lagoinha em Petrópolis/RJ. Fonte: Souza, 2019.

Portanto, a ruinologia e seu campo de estudo são alçados a um novo paradigma, no qual o tempo e a história se confundem e se diluem com imagens do passado, do presente e do futuro. Nessa monta, o caráter imagético de atração dessa arquitetura em destroços gera uma espécie de “histeria das ruínas”. Agora destronada de seu protagonismo romântico e nostálgico de séculos passados, a ruína passa a se vulgarizar, saindo de uma posição de imanência, de um posicionamento em altar, para assumir um caráter obscuro de consumo voraz. Esse atributo atual, que se dispõe no ato obsessivo de consumo das ruínas, seria a qualidade atribuída ao termo *ruin porn* – pornografia de ruínas; uma condição *sine qua non* de todas e quaisquer ruínas contemporâneas, que, ao exercerem esse fascínio compulsivo nos cidadãos, captam e delineiam os rumos vigentes de compreensão e representação das arquiteturas em ruínas, suscitando um salto epistemológico da ruinologia à ruinophilia (BOYM, 2011).

4 Ação contra-hegemônica nas ruínas

Como mencionado, a cultura das ruínas contemporâneas deve sua larga profusão ao movimento de exploração urbana, denominado internacionalmente de *Urbex*. Os *urbexers* são grupos não oficiais de distintos cidadãos, como arquitetos, geógrafos, historiadores e fotógrafos, que vêm sistematicamente se infiltrando em lugares abandonados, explorando e registrando os espaços obductos da cidade através de vídeos, fotos e textos sobre as ambiências das arquiteturas em ruínas. Essa ação de campo, mesmo que despida de um método objetivo, é de suma importância na tarefa árdua de desconstruir os mitos e falácias difundidos por grupos dominantes e instituições de poder que insistem em propagar uma imagem uníssona e estéril das cidades. O registro e posterior publicização das imagens desvela a real cidade, plural e constituída de diversos espaços, fragmentados, dentre eles os espaços arruinados. Conforme apresentado na Figura 4, “Exploração no espaço arruinado da antiga pista de esqui de Petrópolis/RJ”.



Fig. 4: Exploração no espaço arruinado da antiga pista de esqui de Petrópolis/RJ. Fonte: Souza, 2019.

A tentativa dos grupos dominantes de obliterar a pluralidade das cidades vem acompanhada das forças especulativas que transformam as paisagens urbanas em paisagens-mercadoria (RONAI, 2015) e que, conseqüentemente, escamoteiam as nuances contidas nos espaços da urbe. Nesse contexto, a ação dos *urbexers*, que não está vinculada a nenhum poder ou instituição, desenvolve uma profunda ruptura com a forma que entendemos os espaços da cidade e suas paisagens híbridas. Essa ação contra-hegemônica coloca em pauta e contesta as narrativas monolíticas que fazem das cidades, desnudando também uma cidade oculta, que emerge na apreensão mental que fazemos da cidade (JEUDY, 2005).

203



Fig. 5: Cidade “entreaderta” na abandonada Fábrica de Papel de Petrópolis/RJ. Fonte: Souza, 2019.

Assim como Mike Davis (2007) apontou as mazelas camufladas da cidade de Las Vegas, desconstruindo as narrativas hegemônicas das imagens de neon que transitam pelo mundo na divulgação dessa cidade, a ação dos *urbexers* desempenha um papel semelhante. E, não obstante, indica um posicionamento ativo no modo em que esses cidadãos atuam nos espaços da cidade. Logo, a postura apática que cada vez mais atinge os indivíduos de uma sociedade, que se encontram distantes dos espaços reais, dissimulados pela hiperconectividade da mídia (SANTAELLA, 2003), sofre um revés. Na exploração dos lugares abandonados e de suas arquiteturas em ruínas, os *urbexers* afirmam sua intenção de direitos à cidade (LEFEBVRE, 2001), talvez de uma outra cidade imaginada e provável. Dessa maneira, essa prática indica um exercício cidadão de escapismo das normas da urbe, uma busca por um espaço alternativo de possibilidades multivocais, um desvio dos enfoques e prismas desagradáveis da vida cotidiana, evocando assim a imaginação de outros mundos possíveis, de paisagens alternativas.

Essa atuação na cidade, de forma emancipatória, reforça a postura ativa do cidadão (DE CERTEAU, 1974), que induz a uma atitude de combate ao simulacro (BAUDRILLARD, 1991), que se tornou a experiência vivida na cidade contemporânea; cidade esta dissimulada por uma arquitetura espetacular, uma arquitetura-publicidade de valores fugazes e controles tenazes. Essa sociedade do espetáculo (DEBORD, 2007), que encobre a participação real do cidadão, anestesia a experiência urbana, como indica Massimo di Felice (2009) nos seus escritos sobre a vivência pós-urbana da atualidade. Isto posto, é possível perceber que a ação contra-hegemônica dos exploradores urbanos de ruínas, no ato desafiador das narrativas hegemônicas, revela um lado oculto da cidade. Mostra-se fortuitamente uma expressiva contribuição ao entendimento da complexa cidade contemporânea, talvez um embrião da resistência ao modo imperativo e opressivo que condiciona o uso do espaço urbano-arquitetônico nos ambientes da urbe.

5 Considerações finais

A pesquisa apresentada neste artigo vem se desenvolvendo, em última instância, com o intuito de trazer ao debate acadêmico nuances e especificidades do campo de estudos das ruínas, que diversas vezes são invisibilizadas por conta das temáticas de conservação e restauro que enlaçam os pensamentos nesta seara da teoria da arquitetura. Se o debate preservacionista merece destaque e relevância nas pesquisas do patrimônio histórico, ainda assim, seus aspectos culturais permanecem, em nosso entendimento, pouco alterados nos estudos publicados recentemente. No entanto, as mudanças drásticas que acometeram os espaços das cidades, no último século, trouxeram consigo uma necessidade de novas reflexões críticas sobre a arquitetura que conforma esta cidade contemporânea e sua representação. Constituída por paisagens multifacetadas, mesmo que grupos dominantes e instituições de poder insistam em narrativas monolíticas com imagens de espaços estéreis, completamente descolados da realidade plural e concreta dos espaços da cidade, as arquiteturas em ruínas, neste contexto, assumem um papel de suma importância, na apreensão e compreensão da complexidade da cidade contemporânea. Suas cicatrizes, que marcam e estão presentes de forma ubíqua no espaço urbano, estampam, de maneira clara, o antagonismo e a falácia contida nas narrativas uníssonas e de caráter especulativo e controlador das imagens que se fazem das cidades.

Nesse sentido, entender o arco temporal que conduz as reflexões sobre a cultura das ruínas e buscar apontar caminhos para a necessidade vital de uma nova epistemologia, seria a base para alçar o salto da ruinologia à ruinophilia. Pretende-se, assim, compreender o lócus e as distintas camadas, não apenas dos espaços físicos da urbe, mas também as camadas que considerem as narrativas alternativas e que possibilitem a constituição das reais paisagens fragmentadas e conflitantes que compõem o repertório da complexa urbe contemporânea. Destarte, a ação contra-hegemônica do grupo de exploração urbana *Urbex* poderia capacitar cidadãos distintos a versarem e confrontarem o *status quo* que se impõe sobre o modo de se fazer e usar os espaços urbano-arquitetônicos da urbe. Ao se infiltrarem em espaços arruinados e produzirem relatos e registros dessa arquitetura em destroços, os *urbexers* catapultam o imaginário e o sentido das ruínas para o panorama dos tempos atuais, que, por sua vez, se deslocam da historiografia tradicional e passam a assumir uma característica ontológica, mais condizente com os espaços intrincados que compreendem as ruínas contemporâneas.

Essa ação de campo, que considera a experiência vivida da arquitetura como método de análise fenomenológico (OTERO-PAILOS, 2010) do espaço arruinado, possibilita uma nova compreensão das ruínas, onde as abordagens teórico-históricas são condicionadas a uma realidade contemporânea tátil, estética e sensorial, o que corrobora as premissas de uma virada epistemológica e histórica nos modos de pesquisa e investigação e, portanto, no delineamento de subjetividades na seara

da teoria da arquitetura. E assim destrona, de maneira cordial, a postura distanciada e romântica de se entender o papel das arquiteturas em ruínas na composição arquitetural e, não obstante, nas narrativas hegemônicas e na imagem mental que se engendra nos espaços multivocais contidos nas paisagens urbanas da cidade vigente.

Agradecimentos

Agradecemos ao PROARQ/UFRJ pelo apoio à tradução através do Programa CAPES PROEX.

Referências

- ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOYM, S. Ruinophilia: appreciation of ruins. In: **ATLAS OF TRANSFORMATION**. [S. l.]: [s. n.], 2011. Disponível em: <http://monumenttotransformation.org/atlas-of-transformation/html/r/ruinophilia/ruinophilia-appreciation-of-ruins-svetlana-boym.html>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- BÖHME, G. **Atmospheric architectures: the aesthetics of felt spaces**. Londres: Bloomsbury, 2020.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- DAVIS, M. **Cidades mortas**. São Paulo: Record, 2007.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- DESILVEY, C.; EDENSOR, T. Reckoning with ruins. **Progress in Human Geography**. Londres, v. 37, n. 4, p. 1-21, 2012.
- DILLON, B. (org.). **Ruins**. Cambridge: MIT, 2011.
- FELICE, M. di. **Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar**. São Paulo: Annablume, 2009.
- GARRET, B. L. Assaying history: creating temporal junctions through urban exploration. **Environment and Planning D: Society and Space**, Londres, v. 29, n. 6, p. 1048-1067, 2011.
- GARRET, B. L. Undertaking recreational trespass: urban exploration and infiltration. **Transactions of the Institute of British Geographers**. Nova York, v. 39, n. 1, p. 1-13, 2014.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2016.
- HILBERSEIMER, L. **Metropolisarchitecture and selected essays**. Nova York: Columbia University GSAPP, 2012.
- JEUDY, H.-P. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- KNACK, E. R. J. Patrimônio, ruínas e historicidade no século XVIII: um olhar sobre Hubert Robert. **Revista Confluências Culturais**, Joinville, v. 6, n. 2, p. 73-87, set. 2017.
- KUSHINSKI, A. Light and the aesthetics of abandonment: HDR imaging and the illumination of ruins. **Transformations Journal of Media & Culture**, [S. l.], n. 28, p. 1-11, 2016.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MACAULAY, R. **Pleasure of ruins**. Nova York: Walker and Company, 1966.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MILLINGTON, N. **Post-industrial imaginaries**: nature, representation, and ruin in Detroit, Michigan. Orientador: Kris Olds. 2010. 98 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, University of Wisconsin-Madison, Madison, 2010.

OTERO-PAILOS, J. **Architecture's historical turn**: phenomenology and the rise of the postmodern. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

RONAI, M. Paisagens II. Nossos clássicos. Tradução Werther Holzer. **GEOgraphia**, Niterói, v. 17, n. 34, p. 247-261, 2015.

RUSKIN, J. **The seven lamps of architecture**. Nova York: John Wiley, 1849.

SANTAELLA, L. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SMITHSON, R. Um passeio pelos monumentos de Passaic, Nova Jersey. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 22, p. 162-167, 2011.

STALKER. Direção de Andrei Tarkovski. URSS: Mosfilm, 1979. 1 vídeo (163 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TGRDYpCmMcM>. Acesso em: 10 ago. 2022.

TANIZAKI, J. **Em louvor da sombra**. Tradução Leiko Gotoda. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

TUAN, Y.-F. **Paisagens do medo**. São Paulo: Unesp, 2005.

VIOLLET-LE-DUC, E. E. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. (Série Artes & Ofícios).

PELA CONSERVAÇÃO DAS MARCAS DA DOR FOR THE PRESERVATION OF MARKS OF DISTRESS VITOR GARCIA, ELINE CAIXETA

Vitor Cavalcanti Garcia é Arquiteto e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade da Universidade Federal de Goiás (UFG). Estuda intervenções no patrimônio cultural arquitetônico. vitor_garcia@discente.ufg.br

<http://lattes.cnpq.br/7786671110239394>

Eline Maria Mora Pereira Caixeta é Arquiteta e Doutora em História da Arquitetura e da Cidade. É Professora Associada da Universidade Federal de Goiás (UFG) e do Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade da mesma instituição, onde coordena pesquisas sobre História da Arquitetura e do Urbanismo Modernos, cultura arquitetônica e suas relações com o projeto, a construção e a apropriação do espaço edificado e urbano (séculos XIX, XX e XXI), arquitetura brasileira, patrimônio histórico e cultural, paisagem e morfologia urbana. eline.caixeta@ufg.br

<http://lattes.cnpq.br/5246618096427219>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: GARCIA, V. C.; CAIXETA, E. M. M. P. Pela conservação das marcas da dor. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/705/705pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

Este artigo aborda o tema das intervenções em patrimônios arquitetônicos avariados por desastres. Observamos em casos recentes um pensamento hegemônico de maior valorização dos aspectos estético-materiais destas obras que resultou na reconstrução das edificações a um estado anterior ao incidente, eliminando as marcas dos sismos. Nosso objetivo é rediscutir esse modo de preservação por uma perspectiva contra-hegemônica, isto é, defender uma abordagem interventiva que conserve essas marcas. Para tanto, a metodologia adotada envolveu o estudo de dois recentes casos de intervenção em edificações danificadas por calamidades, o do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, Brasil, e o da Catedral de *Notre-Dame*, em Paris, França, e uma revisão bibliográfica sistemática e transdisciplinar sobre a concepção de memória. Desse estudo, concluímos que os sinais dos desastres são marcas da dor capazes de reavivar a memória da dor provocada pelos desfortúnios. Sem elas, perdemos a fonte de rememoração do acontecido. A ausência de memória tem como consequência o esquecimento, que, por sua vez, desperta a ameaça da repetição do fato deslembado. Portanto, vemos nas marcas incrustadas no patrimônio arquitetônico um caminho para não olvidarmos desses infortúnios e, assim, constituir meios para não se repetirem. Por isso, sustentamos que intervenções dessa natureza as conservem.

Palavras-chaves: Patrimônio arquitetônico, Desastres, Intervenção, Memória, Esquecimento

1 Introdução

Este artigo aborda o tema da preservação no patrimônio arquitetônico sob a ótica das intervenções em arquiteturas avariadas por desastres causados pela ação do homem. Uma vez examinados recorrentes eventos recentes, observamos casos nos quais existe um pensamento hegemônico de maior valorização dos aspectos estético-materiais das edificações, em detrimento de outros significados que podem ser associados ao bem. Esta postura resultou na reconstrução dos edifícios a um estado anterior ao incidente, eliminando as marcas dos sismos incrustadas em sua matéria. Nosso objetivo é rediscutir esse modo de preservação, opondo-nos a ele ao demonstrar como o apagamento dos sinais dos infortúnios pode levar à reincidência de tragédias. Em vista disso, e a partir de uma perspectiva contra-hegemônica, nosso intuito é defender uma abordagem interventiva antagônica, isto é, uma que conserve essas marcas.

Para tanto, parte da metodologia adotada envolveu o estudo de dois recentes casos de intervenção em edifícios gravemente assolados por incêndios: o do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, Brasil, destruído em 21 de dezembro de 2015; e o da Catedral de *Notre-Dame*, em Paris, França, avariado em 15 de abril de 2019. Alicerçados em referências bibliográficas e publicações de jornais e revistas em meio eletrônico, evidenciamos como a proposta interventiva resultou no apagamento intencional dos sinais da tragédia. Em sequência, empreendemos uma sistemática revisão bibliográfica sobre a concepção de memória. Numa abordagem transdisciplinar, exploramos textos de viés teórico da sociologia, antropologia, filosofia e história para compreender como se associam espaço construído e memória (especificamente a memória da dor) e a relação causal entre esquecimento e repetição.

Ademais, identificamos casos de edifícios danificados por tragédias nos quais a proposta interventiva, de alguma forma, conservou os indícios do desastre. Por fim, confrontamos as informações para construir uma reflexão teórico-crítica sobre os efeitos do apagamento das marcas da tragédia para a memória e suas consequências para a preservação do patrimônio arquitetônico. Organizamos essas ponderações em quatro seções: na primeira, correlacionamos os indícios materiais das tragédias com a memória; na segunda, examinamos como as intervenções no Museu da Língua Portuguesa e na Catedral de *Notre-Dame* suprimem esses sinais; na terceira, analisamos os possíveis imbróglis dessas obliterações; e, na quarta, pautamos nossos argumentos em defesa da conservação dessas marcas.

2 Patrimônio arquitetônico e memória (da dor)

Memória, espaço e lugar são noções recorrentemente correlacionadas. Halbwachs (1990), por exemplo, considera que a memória só existe se for desenvolvida em um quadro espacial. Segundo o autor, essa relação é necessária pois nossas impressões são voláteis, não permanecem em nossa mente, mas o espaço, que é uma realidade durável, nos possibilita

recuperar lembranças do passado, pois ao voltarmos nossa atenção para o meio material que nos cerca, lembranças reaparecem. Conforme Halbwachs (1990), essas reminiscências ocorrem por estarmos sempre inseridos em um espaço, que é transformado à nossa maneira, ao mesmo tempo em que nos sujeitamos e nos adaptamos aos objetos materiais que resistem a nós. Assim, ao firmarmos nossas marcas no espaço, essas evocam nossas lembranças, constituindo um quadro onde podemos localizar nossas memórias.

Associação similar se revela em Nora (1993, p. 21), quem instituiu o termo “lugar de memória”, locais reais ou imaginários, materiais ou imateriais, carregados de uma vontade de rememoração. Para Neves (2007), eles dispõem de três acepções: lugares materiais onde a lembrança se respalda e pode ser assimilada pelos sentidos; lugares funcionais por terem ou adquirirem a incumbência de embasar recordações; e lugares simbólicos onde a memória coletiva se expressa e se revela. Segundo Pollak, dentre esses locais de rememoração analisados por Pierre Nora, “incluem-se evidentemente os monumentos, [...] o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida” (POLLAK, 1989, p. 03).

Não buscamos, aqui, abordar juízos críticos sobre a conformação dessas noções. Apenas tomamos a discussão promovida por esses autores como ponto de partida para enfatizar que uma das finalidades do patrimônio arquitetônico é ser um suporte mnemônico para mobilizar valores de memória. Dentre esses valores, Santiago Júnior (2015) destaca alguns mais habituais, como os estipulados por Alois Riegl em seu *Denkmalkultus*, de 1903: o valor de antiguidade, em que o edifício propicia a marcação da passagem do tempo; o valor de comemoração, onde a obra proporciona a elaboração de um sentido de continuidade com um passado finalizado; e o valor histórico, em que o bem permite a construção de uma narrativa do passado (RIEGL [1903] 2014).

Contudo, procuramos versar sobre uma memória de natureza diversa, até então menos considerada pela conjuntura patrimonial, mas que também vem encontrando seu espaço de vinculação com os bens patrimoniais. Trata-se da “memória das tragédias”, referenciada por Candau como aquela relacionada aos sofrimentos, às dores e aos infortúnios, por ele considerada como uma memória forte que “deixa traços compartilhados por muito tempo por aqueles que sofreram ou cujos parentes ou amigos tenham sofrido” (CANDAU, 2021, p. 151), à qual nos referiremos, ao longo deste texto, como memória da dor.

Rubino (2021), em um webinar organizado pelo Comitê de Patrimônio e Museus da Associação Brasileira de Antropologia, em 2021, nos relata um caso emblemático dessa conexão entre patrimônio arquitetônico e memória da dor: o do tombamento do conjunto de edifícios que abrigou o DOI-CODI, localizado em São Paulo, SP. Ao abordar sobre o pleito que levou, em 2014, à tutela desse bem pelo CONDEPHAAT, a autora salienta que a construção foi reconhecida não por dispor de importância plástica-arquitetônica, mas por ser um suporte material de memórias difíceis, de violência, de tortura e de repressão. Atravessando o tempo e a redemocratização, o conjunto se tornou um local de rememoração e de homenagem de vítimas desaparecidas durante o período do Regime Militar, ou seja, de recordação de uma memória de dor. Esse exemplo evidencia, portanto, como o patrimônio arquitetônico possibilita evocar uma memória relacionada à dor causada pela violência humana.

Neste artigo discorreremos sobre sua capacidade de reavivar uma outra essência de dor, a dor da perda de simbólicas edificações que foram destruídas por eventos calamitosos. Aludimos aos dois casos de edifícios que, em um espaço temporal inferior a cinco anos, foram gravemente assolados por incêndios: o do Museu da Língua Portuguesa e o da Catedral de *Notre-Dame*. Esses incêndios provocaram prejuízos materiais inestimáveis, como pautou Mendes (2020). No Museu da Língua Portuguesa, o teto de madeira ruiu e o segundo e terceiro pavimentos foram inteiramente destruídos. Na Catedral de *Notre-Dame*, além da supressão de elementos mult centenários, como dois terços da cobertura em estrutura de carvalho e de três rosetas do século XII, o pináculo projetado por Eugène Viollet-le-Duc, com mais de 45 metros de altura e um dos elementos mais simbólicos da construção, desabou. Paralelamente, muitos dos valores correlacionados, que partem da imaterialidade por detrás dos significados desses bens, saem enfraquecidos, com risco de serem preteridos.

Tais avarias deixaram suas marcas incrustadas na matéria dessas construções: sinais das chamas nas alvenarias, objetos carbonizados, exposição de substratos construtivos e lacunas dos mais variados modelos e dimensões. Alicerçados em Halbwachs (1990) e Nora (1993), entendemos que são essas marcas – aqui denominadas de marcas da dor – que possibilitarão a nós e às próximas gerações, como indivíduos e coletividade, evocar as lembranças desses acontecimentos

e, assim, reacender a memória da dor. Isto é, reativar a recordação das tragédias e dos pesares associados a elas. Referimo-nos à dor da perda de um passado, de patrimônios afetivos e simbólicos, de objetos que nos conectam enquanto coletividade, além dos sentimentos ativados por essas dores, como o de impotência e o de ressentimento diante o momento de negligência com o patrimônio cultural¹.

Após desastres desta classe, a tendência natural dos órgãos patrimoniais, do meio político e da sociedade é clamar por uma intervenção no bem. Almeja-se ressuscitar o objeto que pereceu – independentemente do interesse que possa estar relacionado a esse desejo (cultural, pessoal, econômico, político etc.). Mas, o que veremos, a partir desses dois casos, é uma propensão de adotar como medida interventiva a reconstrução total do bem a seu estado anterior ao incêndio, apagando as marcas da dor que resultaram do sinistro.

3 O apagamento das marcas da dor

São muitos os debates sobre o que fazer após um patrimônio arquitetônico ser atingido por um acidente de grandes proporções. Criam-se antagonismos entre os que defendem uma reconstrução total do bem, os que consideram que ele deve permanecer em estado arruinado e os que buscam inserções contemporâneas nos espaços remanescentes, por exemplo. Trataremos, aqui, da intervenção no Museu da Língua Portuguesa, já concluída, e na Catedral de *Notre-Dame*, em andamento. Propomos expor como, nesses dois casos, um pensamento hegemônico de maior valorização dos aspectos estético-materiais das edificações levou à adoção da linha de reconstrução ao idêntico e como essa solução apaga as marcas da dor presentes nesses patrimônios.

O primeiro caso, o Museu da Língua Portuguesa foi implantado na antiga ala administrativa da Estação da Luz, em São Paulo, construção inaugurada oficialmente em 1901. Segundo Kühl (2018), em 1946, essas instalações já haviam sido danificadas por um incêndio e os serviços executados para recuperá-las trouxeram consideráveis modificações à construção. Décadas depois, Paulo e Pedro Mendes da Rocha desenvolveram o projeto para o Museu, inaugurado em 2006. Kühl (2018) relata que o projeto concebido envolveu intervenções bastante incisivas nas áreas internas da construção histórica, como extensas demolições nas compartimentações, modificações de acabamentos e reorganização de circulações horizontais e verticais. Por outro lado, a área externa do bem recebeu tratamento contrário, preservando sua composição. Independente das inegáveis qualidades estéticas, funcionais e museológicas da proposta, sob o olhar patrimonial, a autora assimilou a intervenção como um fachadismo, isto é, um tipo de ingerência que conserva apenas a parte externa do bem, desconsiderando o interior do edifício.

Trinta dias após o incêndio de 2015, que liquidou a composição inaugurada em 2006, o governo do Estado de São Paulo assinou um convênio com a Fundação Roberto Marinho para reabilitar o Museu. A proposta para o espaço, desde esse momento, já estava delineada: reconstruir suas instalações, tomando como base o projeto arquitetônico que orientou a intervenção de 2006, realizando as atualizações necessárias (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2016). E foi exatamente esse o lugar reinaugurado em 31 de julho de 2021: uma nova versão do projeto de 2006, dessa vez concebida exclusivamente por Pedro Mendes da Rocha, com alterações pontuais para aprimorar as deficiências do Museu relatadas em seus dez anos de funcionamento (UIA2021RIO, 2021).

Essa terceira intervenção (2016-2021) em muito se aproxima do conceito italiano *com'era, dov'era*. Traduzido para o português, como era, onde estava, Lagunes (2011) explica que a expressão tem origem no caso de reconstrução da torre sineira de Veneza, que colapsou em 1902 e que foi reconstruída no mesmo local e com as mesmas características formais de antes da queda. Ou seja, o Museu da Língua Portuguesa, hoje, com exceção de algumas atualizações funcionais pontuais, voltou a possuir as mesmas características físico-materiais que apresentava antes do incêndio de 2015². Mesmo

¹ Existem diferenças na escala do impacto de cada tragédia. Por ser o ícone da arquitetura gótica, símbolo francês, descrito e mencionado em livros e filmes, a comoção em torno do incêndio da *Notre-Dame* foi global. Já no Museu da Língua Portuguesa, o abalo foi local, provavelmente maior entre moradores de São Paulo e aqueles envolvidos na preservação patrimonial. Nem por isso, deixaram de causar dores de mesma essência, embora em intensidades e públicos distintos.

² Indagamos sobre o que se buscou preservar com essa intervenção. A antiga estação ferroviária no imaginário urbano paulistano, através de sua fachada? A intervenção contemporânea e o funcionamento do Museu? Em outras palavras, buscou-se preservar um passado ou uma contemporaneidade?

que, segundo Delaqua (2019), peças de madeira que sobreviveram ao desastre tenham sido reutilizadas, elas receberam tratamento que eliminaram qualquer sinal da combustão. Nesse processo, todas as marcas deixadas pelo fogo, todas essas marcas da dor resultantes da tragédia, foram apagadas e o edifício voltou a ter aparência de novo, como se nada tivesse ocorrido.

A intervenção na Catedral de *Notre-Dame* caminha para um resultado similar. De acordo com Singh-Kurtz (2020), poucos dias após o incêndio de 2019, o ex-primeiro-ministro francês, Édouard Philippe, anunciou que Paris realizaria um concurso internacional para definir uma solução para a cobertura destruída. Philippe anunciou que o governo francês estava à procura de uma proposta que se adaptasse às técnicas e desafios de nossa era, conceito que o presidente Emmanuel Macron considerou como um gesto arquitetônico contemporâneo para tornar a *Notre-Dame* “ainda mais bonita” (PHILIPPE apud SINGH-KURTZ, 2020). Em pouco tempo, vimos surgirem inúmeras ideias para o local, muitas inserindo elementos contemporâneos à quase milenar construção gótica. Voien (2019) relacionou algumas delas, como a sugestão do grupo espanhol *POA Studio* de uma estrutura de vidro translúcida que recriasse, através de uma materialidade etérea, o volume antes ocupado pelo pináculo e a proposta da equipe sueca *ULF Mejergrén Architects* de aproveitar o espaço surgido na cobertura da igreja para se instalar uma piscina para uso público.

No entanto, ainda segundo Singh-Kurtz (2020), por volta de julho de 2020, Macron retrocedeu em seu apoio à uma inserção contemporânea. Por pressão de arquitetos, acadêmicos e dos próprios parisienses, a proposta para a Catedral passou a ser a de restaurá-la, da maneira mais consistente possível, a seu último estado completo conhecido. Inclusive, o Senado Francês aprovou uma lei exigindo a fiel reconstrução da *Notre-Dame* a seu último estado visual antes do incêndio. Nisso, o templo cristão vem sendo reconstruído com as mesmas formas, materiais e técnicas tal e qual estava antes do desastre. Logo, o produto das intervenções na Catedral de *Notre-Dame* terá o mesmo seguimento do Museu da Língua Portuguesa: o total apagamento dos sinais que o incêndio incrustou na matéria da Catedral, a absoluta eliminação das marcas da dor do fatídico 15/04/19, consolidando, em seu lugar, uma igreja *com’era, dov’era*.

Nos dois casos, inferimos que, a despeito dos numerosos debates relativos aos aspectos imateriais e transcendentais do patrimônio³, persiste um pensamento hegemônico de maior valorização dos aspectos estético-materiais das edificações, em desfavor de outros. Ou seja, naturalizou-se no corpo social o desejo de restituir a unidade estilística da edificação em detrimento de outros significados que essas arquiteturas danificadas poderiam emanar, como a lembrança da dor. Assim, foi a partir desta postura preponderante que se determinou, entre outras ações, a limpeza e a recomposição de superfícies, o preenchimento de lacunas e o refazimento de elementos perdidos, ou seja, a reconstrução dos bens ao idêntico estado anterior aos seus respectivos incêndios.

4 O esquecimento da dor

O que agora visamos explorar são as possíveis consequências dessas posturas à preservação do patrimônio arquitetônico. Como enfatizamos, Halbwachs (1990) reiterava que as marcas deixadas na matéria são valiosas para constituirmos nossa memória. Logo, caso o espaço deixe de apresentar as marcas que reacendem lembranças, elas correrão o risco de desaparecer. É essa conjuntura que visualizamos nas propostas de intervenção tanto do Museu quanto da Catedral como os sinais que estão sendo assolados são os que definimos como as marcas da dor, deixarão de existir nas edificações os indícios que teriam maior probabilidade de constituir o quadro no qual pudéssemos localizar as lembranças do ocorrido. Assim, a memória da dor poderá desvanecer.

E quando a memória se desfaz, um fenômeno oposto emerge em seu lugar: o esquecimento. Como cita Ricœur (2007, p. 423-424), “o esquecimento continua a ser a inquietante ameaça que se delinea no plano de fundo da fenomenologia da memória”, por isso, “a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento”. Candau (2021, p. 125) complementa afirmando que “não satisfazer a memória é expor-se ao risco do desaparecimento”, pois o esquecimento, inimigo da memória, impõe-se sempre sobre as lembranças. Portanto, prosseguindo nesse raciocínio,

³ Como, por exemplo, a 32ª sessão da Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris, em 2003, em que se concebeu a ‘Convenção para a salvaguarda do patrimônio imaterial’.

um dos possíveis efeitos da diluição da memória decorrente do apagamento das marcas da dor nas intervenções realizadas no Museu e na Catedral seria, justamente, o esquecimento da dor das já mencionadas perdas decorrentes das tragédias.

Em consequência, ao obliterarmos esses infortúnios, também olvidaremos como eles espelham a fragilidade de nosso patrimônio arquitetônico: poucas horas foram necessárias para destruir partes de edifícios que levaram anos para serem erguidas e que permaneceram íntegras por décadas. Juntamente, esqueceremos que as causas desses desfortúnios são ínfimas. No Museu da Língua Portuguesa, laudo do Instituto de Criminalística da Polícia Civil de São Paulo concluiu que o fogo foi causado por defeito em um único holofote do prédio (TOMAZ, 2019). Enquanto na Catedral de *Notre-Dame*, embora a causa definitiva do incêndio não tenha sido esclarecida, também se suspeita de panes elétricas iniciadas no pináculo abatido (THOMPSON, 2021). Melhor dizendo, esqueceremos como algo tão mínimo como um curto elétrico pode causar tamanha destruição.

Ademais, com a supressão da recordação da vulnerabilidade desses monumentos antigos, apontamos para uma possível negligência no cuidado e manutenção das edificações históricas. Numa analogia antropomórfica, a arquitetura também se torna senil e passa a necessitar, a cada dia que passa, de mais exames preventivos para identificar e corrigir problemas. Mas, ao olvidarmos que fenômenos tão diminutos podem ocasionar tamanha devastação, também poderemos nos esquecer da importância de realizar manutenções programadas nas construções para corrigir essas falhas antes que a tragédia ocorra. E o que mais presenciemos, pelo menos em nosso contexto político-social, são cenas de descaso com nosso patrimônio, incluindo o crescente desmonte das iniciativas públicas que visam proteger esses bens, o que torna esses monitoramentos periódicos ainda mais essenciais para sua preservação.

Por isso, fazemos aqui uma digressão e indagamos se essas intervenções tão incisivas não são adotadas como medida de apagar de nossa memória a falha humana em não ter identificado e solucionado a tempo as tão acessíveis causas dessas destruições que provocaram tantos desprazeres. Seriam essas intervenções uma variante do “esquecimento comandado”, termo cunhado por Ricœur (2007, p. 462) para caracterizar as operações que tendem “a apagar a memória em sua expressão de atestação e a dizer que nada ocorreu”? Isto é, seria o retorno dos bens a um estado anterior ao incêndio uma espécie de “amnésia comandada” para nos esquecermos de nossos lapsos que causaram os desfortúnios?

Nos afastando das indagações especulativas e retornando ao eixo central da arguição, chegamos ao principal ponto de nossa reflexão: com o esquecimento, uma alarmante ameaça se manifesta, a da repetição. Como coloca Gagnebin (2006, p. 47), “lutar contra o esquecimento [...] é também lutar contra a repetição do horror”. Ou seja, quando nos esquecemos dos fatos, particularmente os desfavoráveis, oportunidades surgem para que se repitam. Não estamos afirmando que o esquecido sucederá novamente tal como ocorreu. Queremos apenas salientar que, como Gagnebin (2006, p. 75) afirma, embora não haja repetições idênticas na história, existem “retomadas e variações que podem ser tão cruéis quanto, ainda que diferentes”. Um dos motivos da recorrência de fenômenos penosos, mesmo que em forma diversa da original, é propriamente o esquecimento de que algo similar já ocorreu. Pois quando esquecemos, perdemos os rastros que poderiam nos alertar sobre os erros do passado e os contratempos que eles originaram. Com a ausência desses vestígios para frear a ocorrência das mesmas falhas, estamos propensos a repeti-las.

Frente às ponderações levantadas, os esquecimentos supracitados nos inquietam por sua ameaça à preservação do patrimônio arquitetônico, em razão da possibilidade de reincidência da tragédia. Pois, como vimos, a repressão da memória da dor estabelece o cenário para sua repetição. Sem os indícios mnemônicos da vulnerabilidade desses bens, seu monitoramento periódico pode vir a ser preterido. Desprovido de cuidados apropriados, surgem novos holofotes defeituosos, novas instalações dubitáveis, dentre outros transtornos de mesma natureza que, como já foram uma vez o motivo de acidentes, poderão se repetir como a origem de novas eventualidades. Deste modo, com essas medidas interventivas que conduzem ao esquecimento, entendemos que estamos consentindo em expor outras arquiteturas patrimoniais ao risco de passarem por um processo de perdas afins às do Museu da Língua Portuguesa e da Catedral de *Notre-Dame*. Arriscamos ver serem esfacelados, mais uma vez, as histórias, os fazeres, os valores, os significados, os sentimentos e o sentido de pertencimento que nos conecta enquanto coletividade.

5 Pela conservação das marcas da dor

Arguimos que intervenções que propõem o apagamento das marcas incrustadas na matéria de um objeto patrimonial após um evento calamitoso, como as do Museu e da *Notre-Dame*, ameaçam privar de nossa memória a ocorrência dessas tragédias. O que buscamos com este artigo é interceder a favor da conservação dessas marcas da dor e provocar uma reflexão crítica que ajude na definição de estratégias interventivas a serem adotadas em bens avariados por eventos nefastos. Entendemos que a conservação das marcas da dor perpetua na coletividade as lembranças desses eventos e atuam como mecanismos mnemônicos que ajudam a evitar que tragédias como essas se repitam, ao viabilizar uma maior conscientização social sobre a fragilidade desses objetos.

Não estamos propondo nenhum ineditismo. Intervenções que conservaram as marcas das lástimas não são novidade. O Memorial da Paz⁴, em Hiroshima, por exemplo, é a única estrutura que restou perto do hipocentro da bomba atômica que explodiu em 6 de agosto de 1945. Ela permanece na mesma condição material logo após a explosão, tendo passado apenas por intervenções pontuais para consolidações estruturais. Tornou-se um símbolo forte e poderoso, traduzindo o tremendo poder destrutivo que a humanidade pode inventar. Outro caso afim é o do memorial construído no local do *World Trade Center*⁵, em Nova Iorque, destruído nos ataques de 11 de setembro de 2001, constituindo uma lacuna no coração de *Manhattan*. A proposta para o espaço, desenvolvida pelo grupo *Handel Architects*, manteve esse hiato urbano estabelecendo dois espelhos d'água para delinear a localização das antigas torres, que atuam como vazios que tornam a ausência desses volumes presente e visível. Ou seja, agem para que não nos esqueçamos que ali existiam dois arranha-céus que foram abatidos em um ataque terrorista.

Desta forma, ao invés de proporem a reconstrução desses objetos ao seu idêntico estado anterior aos eventos catastróficos, ou erguer outras edificações em seus locais, essas duas propostas conservaram o vazio deixado pelas tragédias, tornando-os memoriais de dor. São soluções categóricas, que passam a ter seu uso praticamente restrito ao monumental, análogo aos “monumentos volúveis” de Riegl ([1903] 2014, p. 31); isto é, obras que foram intencionalmente criadas para “manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos”. No entanto, existem alternativas menos radicais que optam pela conservação parcial ou pontual dessas marcas e permitem associar a função memorial a outros usos. Foi o caso da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, em Pirenópolis, na região do planalto central brasileiro, concluída em 2006. Esse templo cristão do séc. XVII foi atingido por um incêndio no dia 05 de setembro de 2002 e teve sua cobertura e parte interna, inclusive todos seus elementos artísticos integrados, destruídos pelo fogo.

Muito se discutiu sobre qual solução adotar para esse monumento destruído pelas chamas, mas, como cita Cavalcante (2018, p. 67), “a centelha decisiva para a restauração do monumento veio da manifestação coletiva da comunidade pirenopolina, que tem na Matriz o maior símbolo de sua cultura”. Portanto, restaurou-se a volumetria da igreja ao seu estado anterior ao incêndio, reinserindo-a na paisagem como o símbolo cultural local, enquanto internamente os bens artísticos (altares, forros, arcos) não foram refeitos, optando-se por composições ora revelando os substratos de taipa das alvenarias autoportantes, como as que abrigavam os altares laterais, ora inserindo novos traços contemporâneos, como no novo arco cruzeiro. Assim, parte do bem foi reconstruído *com'era, dov'era*, e outra parte conservou os sinais do incêndio, seja através da permanência de lacunas, seja inserindo elementos com nova linguagem estética. Ademais, a igreja retornou à sua função de templo religioso, agora também desempenhando, através dos sinais encravados na sua matéria, o papel de evocar os dramáticos acontecimentos de décadas atrás.

Outro caso é o do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, Brasil, assolado por um incêndio em 02 de setembro de 2018. Após o acidente, uma cooperação técnica entre instituições brasileiras e internacionais empenhadas na reconstrução do Museu foi constituída, intitulada Projeto Museu Nacional Vive. O grupo realizou uma licitação para definir a empresa responsável pelo projeto de arquitetura e restauro do bem e a proposta elaborada pelo consórcio H+F Arquitetos e Atelier de Arquitetura e Desenho Urbano foi declarada vencedora (PROJETO MUSEU NACIONAL VIVE, 2021). Até o momento, as imagens disponibilizadas da proposta interventiva, ainda em desenvolvimento, indicam que os elementos externos da edificação serão recompostos a um estado anterior ao incêndio. Contudo, internamente, há uma mistura de abordagens: alguns ambientes serão restaurados, outros receberão acréscimos contemporâneos, mas também há aqueles em que há indícios

⁴ Para mais informações sobre o Memorial da Paz, consultar: <https://whc.unesco.org/en/list/775/>.

⁵ Para mais informações sobre o *National September 11 Memorial*, consultar: <https://handelarchitects.com/project/national-september-11-memorial>.

de que as marcas que o desastre incrustou nas alvenarias serão conservadas. Dessa forma, a proposta retornará o Museu Nacional às suas funções museológicas e, sincronicamente, conservará algumas das cicatrizes que os incêndios deixaram nas alvenarias, incluindo-as na nova composição formal da construção, promovendo meios para que consigamos resgatar a memória da dor do fatídico episódio.

Poderemos, em algum momento, sermos criticados por aqueles que, como Nora (1993), consideram que há um excesso de desejo de memória na sociedade contemporânea, que tudo se tornou artefato de reminiscência, havendo um conjunto excessivo de instituições para preservá-la, mas não uma hierarquia para decidir o que se deve ou não lembrar. No entanto, não é este nosso propósito. Não estamos negando nosso direito e necessidade de esquecimento, como defendido por Candau (2021, p. 128), que entende que “num tempo do cotidiano e salvo algum incidente, esse esquecimento pode ser duradouro e benéfico”.

Um exemplo dessa demanda por olvidamento foi a experiência da Casa U, no Japão, projeto de Toyo Ito, uma residência da década de 1970 que o arquiteto projetou para familiares que estavam passando pela dor do luto da perda de um ente, após batalha contra o câncer. Segundo Cairns e Jacobs (2017), a proposta elaborada refletia essa conjuntura de infelicidade e introspecção. Anos depois, em 1997, quando o momento de luto da família havia se completado, a casa foi demolida por desejo dos próprios moradores, que haviam seguido em frente, enquanto a residência mantinha seu simbolismo fúnebre, difícil de alterar. Assim, a construção foi desmanchada porque seus moradores assentiram ser o momento de superar a tristeza e a existência da casa dificultava esse processo, pois mantinha latente a memória da dor.

Entretanto, não consideramos esta ser uma justificativa válida para o apagamento das marcas dos incêndios do Museu da Língua Portuguesa e da Catedral de *Notre-Dame*. Mesmo tendo causado a dor, dificilmente a lembrança desses casos impedirá que prossigamos com nossas vidas. O pesar decorrente desses eventos não foi causado por um fenômeno irremediável; ao contrário, poderia ter sido facilmente evitado com vistorias regulares nas instalações elétricas dos edifícios. Em vista disso, defendemos a rememoração dessas tragédias através da conservação de suas marcas da dor e, para tanto, sugerimos duas premissas interventivas distintas. No Museu da Língua Portuguesa, por exemplo, os sinais da combustão nas alvenarias internas poderiam ter sido mantidos pontualmente, contanto que estruturalmente estáveis, aos moldes da Igreja Matriz de Pirenópolis e do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Inclusive, vemos no contraste entre superfícies novas e deterioradas um instigante exercício criativo de composição estético-formal.

Para a Catedral de *Notre-Dame* avaliamos outro caminho, pois as marcas das chamas não atingiram as empenas da edificação com mesma intensidade, concentrando-se nas faces externas das abóbadas, espaços de menor visibilidade. Em contrapartida, poderíamos conservar as lacunas da cobertura, contudo julgamos esta medida mais prejudicial do que benéfica para a preservação da edificação. Logo, concordamos com a demanda pela reconstrução dos elementos de cobertura da Catedral, porém mediante um potencial processo para evidenciar as sequelas do desastre. Ao invés de reedificar as partes empregando os mesmos materiais, formas e técnicas-constructivas anteriores, proporíamos uma abordagem de contraste analógico. Em outros termos, optaríamos por uma sensível releitura dos elementos perdidos revertendo-os em novas formas, materiais e métodos de construção para dialogar harmoniosamente com as partes remanescentes e, paralelamente, revelar suas nuances⁶. Conduta a se estender tanto para as abóbadas e telhados quanto para o pináculo perdido, o qual também consentimos reerguer por sua categórica simbologia.

Assim, nos dois cenários, concomitantemente à conservação dos sinais do desastre, a operacionalização das visitas aos edifícios poderia ser continuada. No Museu da Língua Portuguesa as marcas se concentrariam internamente, consequência do próprio efeito do fogo na materialidade da edificação, enquanto na Catedral de *Notre-Dame* as manifestações do incêndio se dariam externamente, a partir de uma nova composição contrastante à remanescente. Essas são duas dentre inúmeras alternativas às propostas que foram ou estão sendo aplicadas nesses bens, passíveis de admissão mediante um minucioso e sensível estudo histórico, estético, técnico e sociocultural, que não integra o escopo deste artigo. Ainda assim, consoante

⁶ Estratégia presente nos debates sobre preservação desde o século XIX, com o chamado restauro arqueológico, posteriormente retomada por Camilo Boito e Gustavo Giovannoni no início dos anos 1900 e reinterpretada no final do século XX por Antón Capitel e Ignasi de Solà-Morales, por exemplo.

a uma perspectiva contra-hegemônica, não deixam de ser suposições a partir das quais podemos reexaminar um modo de atuação.

6 Considerações finais

O objetivo deste artigo é rediscutir uma postura de reconstruir edifícios patrimoniais avariados por desastres ao idêntico estado anterior ao incidente, eliminando as marcas dos sismos, que em dois casos recentes se mostrou resultado de pensamentos hegemônicos de maior valorização dos aspectos estético-materiais das edificações. Em vista disso, nosso intuito foi defender uma abordagem interventiva antagônica, isto é, uma que conserve essas marcas. Para tanto, examinamos diferentes casos de intervenções em edificações danificadas por calamidades e os confrontamos com concepções de memória, esquecimento e repetição. Dessa análise, concluímos que os sinais dos desastres são marcas da dor capazes de reavivar a memória da dor provocada pelos desfortúnios. Sem elas, perdemos a fonte de rememoração do acontecido. A ausência de memória tem como consequência o esquecimento, que, por sua vez, desperta a ameaça da repetição do fato deslembado. Portanto, vemos nas marcas incrustadas no patrimônio arquitetônico um caminho para não olvidarmos desses infortúnios e, assim, constituir meios para não se repetirem.

À vista disso, fundamentamos essa argumentação tão enfática por uma postura interventiva contra-hegemônica, uma que conserve as marcas da dor de incêndios como os do Museu da Língua Portuguesa e da Catedral de *Notre-Dame*. Uma conservação discutida caso-a-caso, no sentido de avaliar os limites do que conservar e as possibilidades de como conservar. Podendo adotar-se tanto uma medida mais extrema, que mantenha a totalidade das marcas da tragédia mesmo que restrinja o objeto a uma função monumental, quanto uma solução mais moderada, que conserve fragmentos dessas marcas, associando o uso memorial a outros usos. Sustentamos que tragédias como essas implicam em um dever de memória “porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente” (GAGNEBIN, 2006, p. 57).

Referências

- CAIRNS, S.; JACOBS, J. M. **Buildings must die**: a perverse view of architecture. Cambridge: The MIT Press, 2017.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- CAVALCANTE, S. **Barro, madeira e pedra**: patrimônios de Pirenópolis. 1ª ed. Brasília: IPHAN, 2018.
- DELAQUA, V. Museu da Língua Portuguesa: conheça o projeto por trás da reforma. **ArchDaily Brasil**, 22 ago. 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/923350/museu-da-lingua-portuguesa-conheca-o-projeto-por-tras-da-reforma>. Acesso em: 28 abr. 2022.
- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2006.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- SANTIAGO JÚNIOR, F. C. F. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da ‘problemática dos lugares’. **Projeto História**. São Paulo, n. 52, p. 245-279, jan./abr. 2015.
- KÜHL, B. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: problemas teóricos de restauro. 2ª ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.
- LAGUNES, M. M. La restauración después de Cesare Brandi. In: GOMES, M. A. A. F.; CORRÊA, E. L. (orgs.). **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 19-48.
- MENDES, H. **Patrimônio destruído**: o caso do Museu Nacional do Rio de Janeiro - Brasil. 2020. Dissertação (Mestrado em Patrimônio) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2020.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. Alckimin assina convênio para reconstrução do Museu da Língua Portuguesa. **Museu da Língua Portuguesa**, 21 jan. 2016. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/alckmin-convenio-reconstrucao/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

NEVES, M. Lugares de memória na PUC-Rio. **Núcleo de Memória da PUC-RIO**. Rio de Janeiro, set. 2007. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/content/lugares-memoria-puc-rio>. Acesso em: 10 ago. 2022.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PROJETO MUSEU NACIONAL VIVE. Projeto de arquitetura está em fase inicial. **Projeto Museu Nacional Vive**, 22 fev. 2021. Disponível em: <https://museunacionalvive.org.br/novo-museu-nacional-vai-reforçar-conexoes-com-jardins-historicos-e-a-quinta-da-boa-vista/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

RICŒUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, [1903] 2014.

RUBINO, S. **Patrimônios e decolonialidade** – Antropologia dos patrimônios: perspectivas Decoloniais. [S. l.]: Comitê de Patrimônio e Museus da Associação Brasileira de Antropologia, 25 out. 2021. 1 vídeo (2h51min) [Webinar]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_eE9xean8IY. Acesso em: 22 abr. 2022.

SINGH-KURTZ, S. The Notre-Dame redesign debate is over - and it will look exactly the same. **Architectural Digest**, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://www.architecturaldigest.com/story/notre-dame-redesign-debate-is-over>. Acesso em: 28 abr. 2022.

THOMPSON, H. Notre Dame fire: New cause investigated as 2024 service date confirmed. **The Connexion**, 15 abr. 2021. Disponível em: <https://www.connexionfrance.com/article/French-news/Notre-Dame-fire-New-cause-investigated-as-2024-service-date-confirmed-on-second-anniversary-of-fire>. Acesso em: 03 mai. 2022.

TOMAZ, K. Polícia conclui inquérito sobre Museu da Língua Portuguesa em SP sem apontar culpados por incêndio e morte de bombeiro. **G1 SP**, São Paulo, 04 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/07/04/policia-conclui-inquerito-sobre-museu-da-lingua-portuguesa-em-sp-sem-apontar-culpados-por-incendio-e-morte-de-bombeiro.ghtml>. Acesso em: 03 mai. 2022.

UIA2021RIO. Museu da Língua Portuguesa – o recomeço. Comitê Executivo do 27º Congresso Mundial de Arquitetos **UIA2021RIO**, 01 ago. 2021. Disponível em: <https://www.uia2021rio.archi/museu-da-lingua-portuguesa-o-recomeco/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

VOIEN, G. These 7 proposals to redesign Notre-Dame de Paris are meant to start a debate. **Architectural Digest**, 20 mai. 2019. Disponível em: <https://www.architecturaldigest.com/story/proposals-redesign-notre-dame-de-paris-start-debate>. Acesso em: 28 abr. 2022.

DESIGN BRASILEIRO NO GIRO DECOLONIAL BRAZILIAN DESIGN IN THE DECOLONIAL GYRE FLÁVIO FERREIRA, JULIANA FRANCO

Flávio Augusto Duarte Ferreira é Designer Gráfico, mestrando em Design e pesquisador da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Pesquisa conexões entre o Design e a Colonialidade, focando em como o Design pode se tornar uma ferramenta emancipatória e decolonial. estudiumcacto@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6863480549232712>

Juliana Rocha Franco é bacharel em História e Doutora em Comunicação e Semiótica. É professora da Escola de Design da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e do Programa de Pós-Graduação em Design da mesma instituição. Coordena pesquisas nas áreas de Comunicação, Semiótica e Design. julianarochafranco@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/7531722640128367>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: FERREIRA, F. A. D.; FRANCO, J. O. R. Design brasileiro no giro decolonial. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/596/596pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

Este trabalho parte do pensamento decolonial latino-americano para analisar a construção epistemológica do design no Brasil, a fim de verificar se esse campo do conhecimento é influenciado pela matriz de poder que mantém um caráter colonial em nossa sociedade. Tem como objetivos pontuar conceitos básicos do pensamento Decolonial, analisar como o design e o Brasil se inserem historicamente neste pensamento e investigar a criação de uma epistemologia do design, principalmente seu caráter como uma área do conhecimento. Metodologicamente, o trabalho é uma pesquisa descritiva, que se desenha como estudo de casos múltiplos, uma vez que faz uma análise em currículos reais para compreender melhor o contexto do ensino de design no país e, ao ancorar seu referencial teórico no pensamento decolonial, se afirma como uma proposta contra-hegemônica de pesquisa. É a partir desse pensamento decolonial que verificou-se, como resultado final, as características da história e teoria do design para além da sua produção material, que o aproximam de diferenças e injustiças vigentes da hegemonia global em operação. Como, por exemplo, a maioria dos autores sendo homens cisgêneros e a maioria das obras produzidas na Europa e nos Estados Unidos, dentro dos currículos analisados.

Palavras-Chave: Design, Epistemologia, Decolonialidade, Crítica, Modernidade

1 Introdução

Este trabalho é um esforço de diagnóstico que visa compreender a constituição do campo do design e de sua epistemologia no Brasil, buscando um estudo reflexivo e metódico do conhecimento em design no país e de seu funcionamento. Pretende-se analisar quais forças hegemônicas moldam e influenciam sua construção e, ainda, se essas forças se baseiam numa lógica de produção da não-existência¹. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 248), a produção de não-existência, no âmbito do conhecimento “[...] consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética” e, logo, “tudo o que esse cânone não legitima é declarado inexistente.” Dijon de Moraes (2006, p. 35) em seu livro intitulado *Análise do design brasileiro: entre mimese e mestiçagem*, afirma que a produção de design no Brasil estabelece uma “[...] estreita relação entre as referências locais e os modelos projetuais provenientes do exterior, especialmente das escolas alemã, italiana e suíça”.

Como uma forte ferramenta contra-hegemônica, partiremos das teorias decoloniais para pensar, epistemologicamente, a relação entre a produção de design no cenário nacional e as influências externas sofridas durante sua construção. Especificamente, utilizou-se do arcabouço teórico dos estudos decoloniais, de matriz colonial de poder, para verificar a possibilidade de limitar as perguntas que o trabalho visou responder. Ao longo da pesquisa, investigamos quais lacunas a influência eurocêntrica deixou na formação da epistemologia do design brasileiro e, principalmente, o que não é considerado quando se prioriza parâmetros externos e os universaliza nos campos de produção do saber. O trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa descritiva, alinhada com uma revisão narrativa de literatura que se dividiu em duas partes: a primeira analisou os currículos dos cursos de design de algumas universidades federais de todo o território nacional, estabelecendo parâmetros que evidenciam algumas características do conteúdo que gostaríamos de discutir como, por exemplo, a localidade principal da produção de conhecimento em design, identidade de gênero dos autores mais recorrentes no campo, dentre outras questões.

Na segunda parte da pesquisa foram realizadas entrevistas com coordenadores dos cursos analisados na etapa anterior, a fim de identificar seus discursos acerca dos temas levantados na pesquisa. O percurso descrito permitiu identificar tanto a trajetória que faz o design até chegar ao Brasil, quanto sua construção como uma área de conhecimento. A partir da teoria

¹ Segundo Santos (2002, p. 246): “Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível” e essa produção se manifesta em diversas lógicas, porém todas são manifestações de uma mesma monocultura racional.

decolonial, lançamos um olhar para os dados obtidos em busca de compreendermos se essa matriz colonial de poder influencia a construção curricular dos cursos e, conseqüentemente, o ensino do Design no Brasil.

2 Colonial, pós-colonial e decolonial

Diversos fatores podem ter sido responsáveis por transformar a visão específica de um lugar em universal, porém, neste trabalho, começaremos pelo marco de 1492, momento em que se inicia a expansão marítima europeia e a colonização dos povos americanos e de suas terras, período eficiente no genocídio e epistemicídio dos saberes nativos da população local pelos saberes europeus. Como consequência, a expansão das colônias europeias/euro-americanas construiu, ao redor do planeta, uma hierarquia de conhecimentos que, naturalmente, se seguiu com a proibição do uso dos idiomas locais em prol dos idiomas dos colonizadores, como mostra Walter Mignolo (2007, p. 28). A supressão de costumes que não estivessem alinhados com o cristianismo, única religião portadora do Deus verdadeiro, nas palavras de Aníbal Quijano (2000, p. 119) e, conseqüentemente, uma hierarquia de povos. A cada novo passo rumo à uma dominação global a Europa reforçava os conhecimentos produzidos em seu território como superiores e corretos e, a partir da exploração dos povos colonizados e dos recursos de suas terras, alcançam, cada vez mais, progresso econômico e poderio tecnológico que eram usados para uma dominação ainda mais eficiente.

A principal referência teórica dessa pesquisa é o grupo Modernidade/Colonialidade que, com seu pensamento decolonial, propõe uma radicalização na forma de se produzir conhecimento e ressalta a necessidade de uma nova epistemologia originária do sul global. Walter Mignolo (2003, p. 417-418) diz que “não se trataria de uma contracultura ‘bárbara’ perante o Primeiro Mundo, mas da expressão de uma autodeterminação política, teórica e epistemológica dos loci ainda não inscritos dentre os produtores do conhecimento”. A novidade do pensamento decolonial não é elencar os problemas e nem se propor a ser a resposta, mas fornecer as perguntas certas, por meio de novas perspectivas contra-hegemônicas. Para que enxerguemos a influência da matriz de poder colonial em vários eixos estruturantes na nossa sociedade, ou melhor, nas nossas sociedades, impedindo qualquer ciência de falar em nome de coletividades heterogêneas, incluindo um design que se pretende um solucionador de problemas universal. Logo, a decolonialidade se coloca como terceiro elemento da modernidade/colonialidade, pois “[...] a conceitualização mesma da colonialidade como constitutiva da modernidade é já o pensamento decolonial em marcha” (MIGNOLO, 2007, p. 249, tradução nossa).

3 Trajetória do design no Brasil

A fim de recuperar alguns aspectos do contexto sócio-político brasileiro analisaremos como se deu a chegada do design no Brasil, a partir de uma visão decolonial e, portanto, crítica, ao paradigma do eurocentrismo. Adentrando em um processo de decolonização que, para Quijano (2000, p. 17) “[...] é o piso necessário de toda revolução social profunda”. Pode-se marcar o início do design como resultado do processo de industrialização que separa a concepção de um objeto de sua produção, essa última sendo realizada por operários mal remunerados e em más condições de trabalho nas fábricas, criando, de acordo com Maurice Dobb (1987, p. 258) “[...] uma combinação de circunstâncias excepcionalmente favoráveis para o florescimento de uma sociedade capitalista”, o que gerou um rápido desenvolvimento tecnológico que culminou em um acelerado ciclo de consumo e tem, como principal característica, a alienação dos homens quanto aos meios de produção e a transformação do trabalho humano em uma mercadoria como outra qualquer.

Já no contexto nacional, até os anos de 1930, a economia brasileira tinha um caráter agroexportador cafeeiro e contava com um parque industrial reduzido que não era relevante para a economia nacional, porém, com a saturação do mercado mundial e a partir da quebra da bolsa de Nova York em 1929, as exportações de café diminuíram e a política econômica de Governo já não podia mais proteger os preços do café no mercado internacional, como nos mostra Otaiza de Oliveira Romanelli (1996). Nesse momento, o estilo desenvolvimentista do período JK² se adapta às exigências do capitalismo internacional, agora orientado pelos EUA, e acolhe a implementação de indústrias multinacionais, inserindo o país no capitalismo monopolista mundial, como afirma Boris Fausto (2007). A partir da década de 1960, vê-se no Brasil investimentos provenientes de diversos países do mundo ocidental, principalmente através de multinacionais.

² Período do governo Juscelino Kubitschek, político mineiro, que foi eleito para presidente em 1955 e governou o país entre 1956 e 1961.

O governo enxergava o design como ferramenta útil para o país, porém não um design crítico e reflexivo, mas sim técnico, que atendesse aos interesses industriais e, para alcançar tal objetivo, baseou-se no modelo europeu de design, que era considerado bom. Dessa forma, o design poderia ser inserido no país, sob um discurso condizente com a modernidade e com a visão econômica do país naquele momento: o crescimento às custas de exploração e entrega dos nossos bens aos interesses estrangeiros. Na disputa entre os possíveis modelos para a consolidação da prática de projetos industriais no país venceu a matriz alemã, um modelo germânico, sintetizado pela Escola de Ulm, aqui no Brasil representada pelo surgimento da ESDI. Segundo Izabel Maria de Oliveira (2009, p. 31), “o projeto ESDI incorporava uma expectativa de transformação da sociedade associada ideologicamente à modernidade” e a influência do racionalismo europeu levou à valorização da qualidade técnica e funcional dos produtos, não só no Brasil, mas nos países periféricos que receberam a industrialização ocidental.

O design de caráter funcionalista e atuação internacionalista se adaptou tão bem ao Brasil justamente por estar de acordo com o projeto desenvolvimentista, impulsionado pelo milagre econômico que produziu o crescimento da economia, juntamente com o crescimento de diversas desigualdades regionais. Enquanto o investimento em bens de consumo se concentrava nas regiões sul e sudeste, o restante do país que se encontrava fora dos sistemas de produção, sofria uma séria crise industrial, consoante com o que mostra Zoy Anastassakis (2011, p. 129). Alguns anos depois, nos anos 1970, devido às políticas de desenvolvimento econômico estabelecidas pelo governo militar que desencorajavam cursos nas áreas sociais e artísticas e ampliavam o incentivo financeiro às áreas tecnológicas que, segundo Rita Maria de Souza Couto (2008, p. 23), “[...] ajudariam a fazer do Brasil um país que iria para frente”. Diante desse cenário, a solução para a adequação ao ideal desenvolvimentista e garantir recursos foi transformar, sem nenhum critério e de maneira abrupta, os cursos de artes plásticas em cursos de design, o que resultou em uma estrutura curricular de formato único e centralizador imposta pelo MEC (Ministério da Educação) – estrutura baseada no modelo da ESDI, conforme nos mostram Guilherme Cunha Lima e Edna Lucia Cunha Lima (2003).

Os fatos citados levam à problematização de “[...] que nenhuma pesquisa, ou melhor, nenhuma ciência é desinteressada ou neutra”, conforme dito por Guacira Lopes Louro (1997, p. 143) e a adoção de um currículo europeu para capitanear a experiência de ensino de design no Brasil não pode ser separada dos interesses que, naquele ato, se inscrevem. Com o intuito de continuar colonizando o poder, o saber e o ser, o currículo é composto por itinerários, rotinas, métodos, concepções didático-pedagógicas, referenciais teóricos e estruturas físicas para que os estudantes e até mesmo os professores passem a conceber o conhecimento eurocêntrico como natural, mais valorizado e útil que os conhecimentos locais. Atualmente podemos identificar críticas aos campos de estudos e práticas do design, tanto no Sul, quanto no Norte global; tais visões fazem um esforço de rompimento com a lógica de criação unilateral por parte do designer. Um exemplo dessas tentativas de rompimento por parte de países do norte global é o Design *Anthropology* que é definida por Anastassakis e Kuschnir (2013, p. 5) como uma abordagem híbrida, que “[...] envolve formas intervencionistas de pesquisa e projeto em campo, trabalho realizado por meio de ciclos iterativos de reflexão e ação, combinando procedimentos, métodos e ferramentas das duas áreas, design e antropologia” e busca tornar o sujeito torna ativo e cocriador no processo criativo.

Já os países do sul global trazem as ideias propostas por Alfredo Gutierrez Borrero, o *Diseño del Sur*, que argumenta que ainda que todos os grupos humanos projetem, somente o projeto de cunho industrial desenhado em linguagem gráfica específica e hermética, é compreendido como técnico, neutro e universal. Isto evoca a necessidade de se priorizar *diseños del Sur*, mais inclusivos e emancipadores, e, em última instância, o *diseño del sur* é o que se produz nos, suís, com a construção das próprias ideias do sul (BORRERO, 2014). Entretanto, propor mudanças no modelo de currículo sem antes identificar, examinar, avaliar e criticar os problemas sobre os quais o atual sistema de ensino se apoia é continuar agindo de acordo com a “[...] ótica da opinião e não dos dados cientificamente colhidos e analisados”, como preconiza Geraldina Porto Witter (1985, p. 54). Assim, a fim de entender mais profundamente a situação atual do ensino, passaremos, no próximo tópico, à pesquisa nos currículos de design ao redor do Brasil, pois é o currículo que “[...] autoriza ou desautoriza, legitima ou deslegitima, inclui ou exclui”, como nos diz Tomaz Tadeu da Silva (1995, p. 196), tornando o currículo, a partir desse entendimento, objeto de investigação decolonial.

4 Análise de currículo

O objetivo do presente trabalho é analisar o currículo dos cursos de design, não apenas como dispositivo técnico necessário aos processos da aprendizagem, mas como dispositivo que pode ser analisado através de abordagens sociológicas, políticas e epistemológicas, pois entendemos que “[...] o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, assim como produz identidades individuais e sociais particulares”, como nos mostram Antônio Flávio Barbosa Moreira e Tomaz Tadeu da Silva (1995, p. 8). A pesquisa buscou nos currículos analisados bibliografias listadas nos planos de ensino, buscando uma compreensão da estrutura que gera a construção da epistemologia do design no país. Trata-se, principalmente, de verificar de quais fontes são retirados os conceitos que formam os profissionais da área e qual o impacto dessas ideias na formação deles. As instituições selecionadas na análise foram as instituições de ensino com programas de pós-graduação em design reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como demonstrado no quadro 1.

TOTAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	UF	TOTAL
CENTRO DE ESTUDOS E SISTEMAS AVANÇADOS DO RECIFE (CESAR - PE)	PE	1
CENTRO UNIVERSITÁRIO TERESA D'ÁVILA (UNIFATEA)	SP	1
CESAR CENTRO DE ESTUDOS E SISTEMAS AVANÇADOS DO RECIFE (CESAR-AM)	AM	1
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO (PUC-RIO)	RJ	1
UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI (UAM)	SP	1
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE (UNIVILLE)	SC	1
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)	DF	1
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	SP	1
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG)	MG	1
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)	SC	2
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)	RJ	1
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)	RS	1
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, BAURU (UNESP-BAURU)	SP	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)	PB	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	PE	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	SC	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)	AM	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)	MA	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	PR	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	RJ	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	RN	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	RS	1
TOTAL		24

Quadro. 1: Cursos avaliados e reconhecidos pela CAPES, elaborado pelos autores a partir de dados da Plataforma Sucupira. Fonte: Autores, 2022. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.html?areaAvaliacao=29&areaConhecimento=61200000>. Acesso em: 02 mar. 2021.

Em termos metodológicos esta é uma pesquisa descritiva que busca a análise, em currículos reais, a fim de compreender melhor o contexto do ensino de design no país e se desenha como um estudo de casos múltiplos. Robert K. Yin (2005) admite a existência de estudos de casos únicos e casos múltiplos, sendo que o segundo tipo é aconselhado quando se busca análises mais contundentes. O objetivo das análises curriculares foi buscar a amplitude das influências externas no ensino do design nacional. Buscamos demonstrar, na prática, a proporção de obras de autores de outras nacionalidades, bem como o gênero desses autores, em comparação com autores nacionais. Tentamos, ainda, discutir a influência eurocêntrica na construção curricular do ensino de design no Brasil.

A análise foi feita em 1.065 obras descritas como bibliografia básica em 365 disciplinas e, logo no início da análise, já foi possível perceber a grande discrepância em relação à quantidade de instituições por região do país: da totalidade das universidades analisadas, 66% se concentra na região sul e sudeste, sendo que 33% do total é composto pelos estados do Rio e de São Paulo. Esses dois Estados têm mais instituições de ensino com programas de pós-graduação em design reconhecidos pela CAPES do que as regiões Norte e Nordeste somadas, que totalizam 28,6%. Isso demonstra que além da hegemonia europeia também podemos observar colonialidades internas, colocando o eixo Rio de Janeiro-São Paulo como pólo centralizador dos cursos e discursos em relação ao restante do país.

Um dos itens de maior importância para essa pesquisa é o que trata da Cidade do Lançamento³, pois mostra onde o conhecimento em design é produzido. A análise permitiu observar a predominância de obras produzidas nos Estados Unidos (22,7%) e na Europa (38,2%). Apenas as cidades de Nova York e Londres juntas somam 26,1% das produções, o que demonstra que, apesar da totalidade dos cursos se localizar em solo brasileiro e estar relacionada às realidades nacionais, apenas 35,4% das obras foram lançadas originalmente no país. Para efeitos de comparação, temos uma diversidade maior de cidades de lançamento de obras nos Estados Unidos (30 cidades) do que no Brasil (16 cidades). Tal fato pode ser explicado pela concentração das editoras brasileiras no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, enquanto “nos Estados Unidos hoje a maioria das editoras com nomes vinculados às universidades operam em total autonomia, praticamente sob licenciamento dessas instituições”, nas palavras de Maria Amália Rocha (2014, p. 19). A figura 1 mostra o elencado acima:

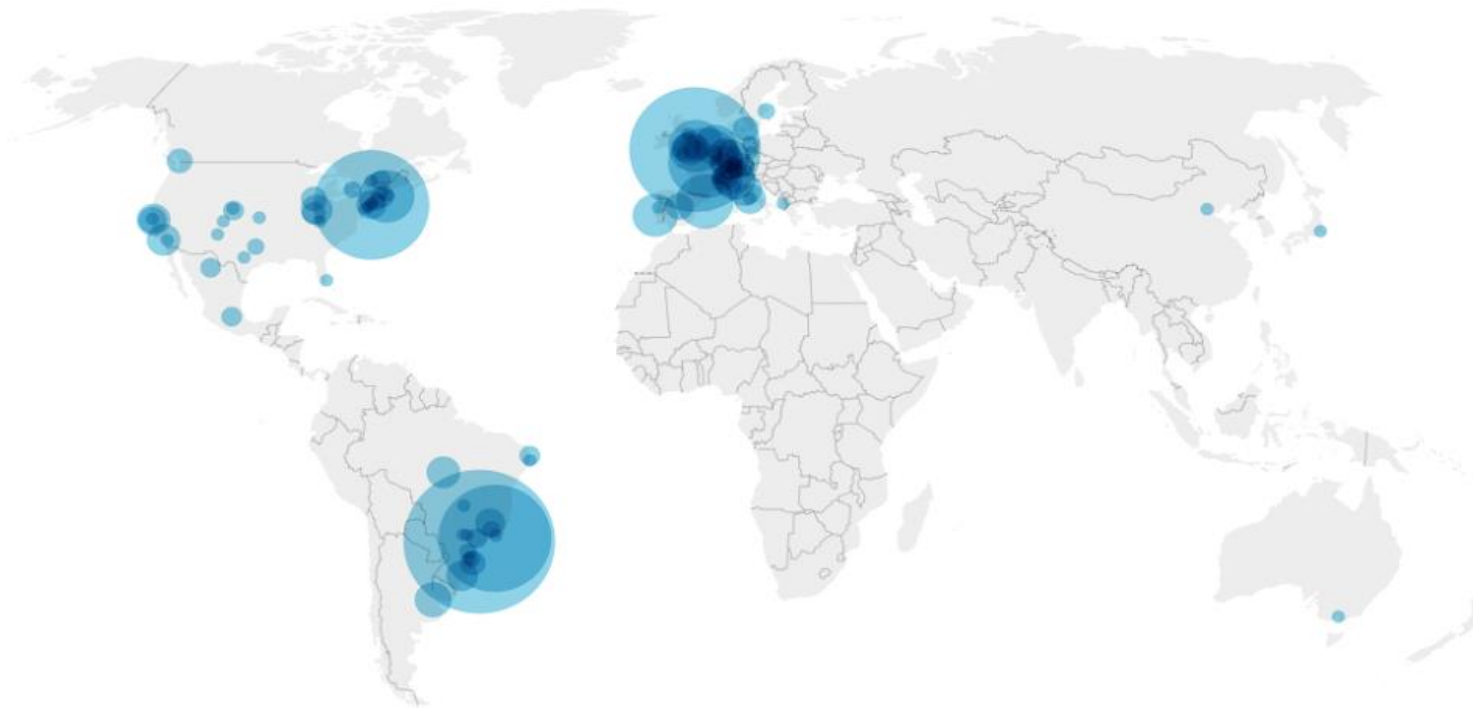


Fig. 1: Proporção de lançamento das obras analisadas em cidades pelo mundo, gráfico criado a partir do *datawrapper* com dados coletados a partir de uma análise curricular. Fonte: Autores, 2022.

O último ponto confirma a argumentação da nossa pesquisa: a existência da hegemonia eurocêntrica na produção do conhecimento. Podemos dizer que isso é reflexo da adoção da matriz alemã no ensino do design no país, um modelo que representava ideias importadas e, por mais que tais ideais tenham sido ressignificados, ainda são vistas como paradigmas. Quanto à questão do gênero dos autores de obras sobre design, é notável a diferença entre publicações de autores homens cisgêneros (84,3%) e autoras mulheres cisgêneros (15,7%). Considerando a baixa representatividade de mulheres na pesquisa, levantamos a dimensão da questão de gênero dentro do campo do design, uma vez que, segundo Beatriz Batisteli (2021), a porcentagem de mulheres em cursos de graduação e pós-graduação em design chega a ser, dependendo da instituição, superior a 50%. Porém, ao se analisar a presença feminina ocupando cargos de liderança dentro de empresas ou em premiações, essa representatividade diminui drasticamente. Segundo Gabriela Angel Ramalho de Sá (2018, p. 17) no meio acadêmico ocorre um efeito de “[...] caráter sexista imposto à produção científica feminina em que pesquisadores

³ Aspecto da pesquisa que visava registrar a cidade onde as obras analisadas nos currículos foram lançadas pela primeira vez. Se fez necessário para a compreensão das localidades que produzem o conhecimento que vai ser ensinado aos futuros designers.

masculinos recebem um reconhecimento superior e proeminente, subestimando-as e minimizando as qualificações das mulheres”, o que implica na distorção da construção da representatividade e autoria das mulheres na produção científica. A figura 2 nos mostra claramente essas constatações.

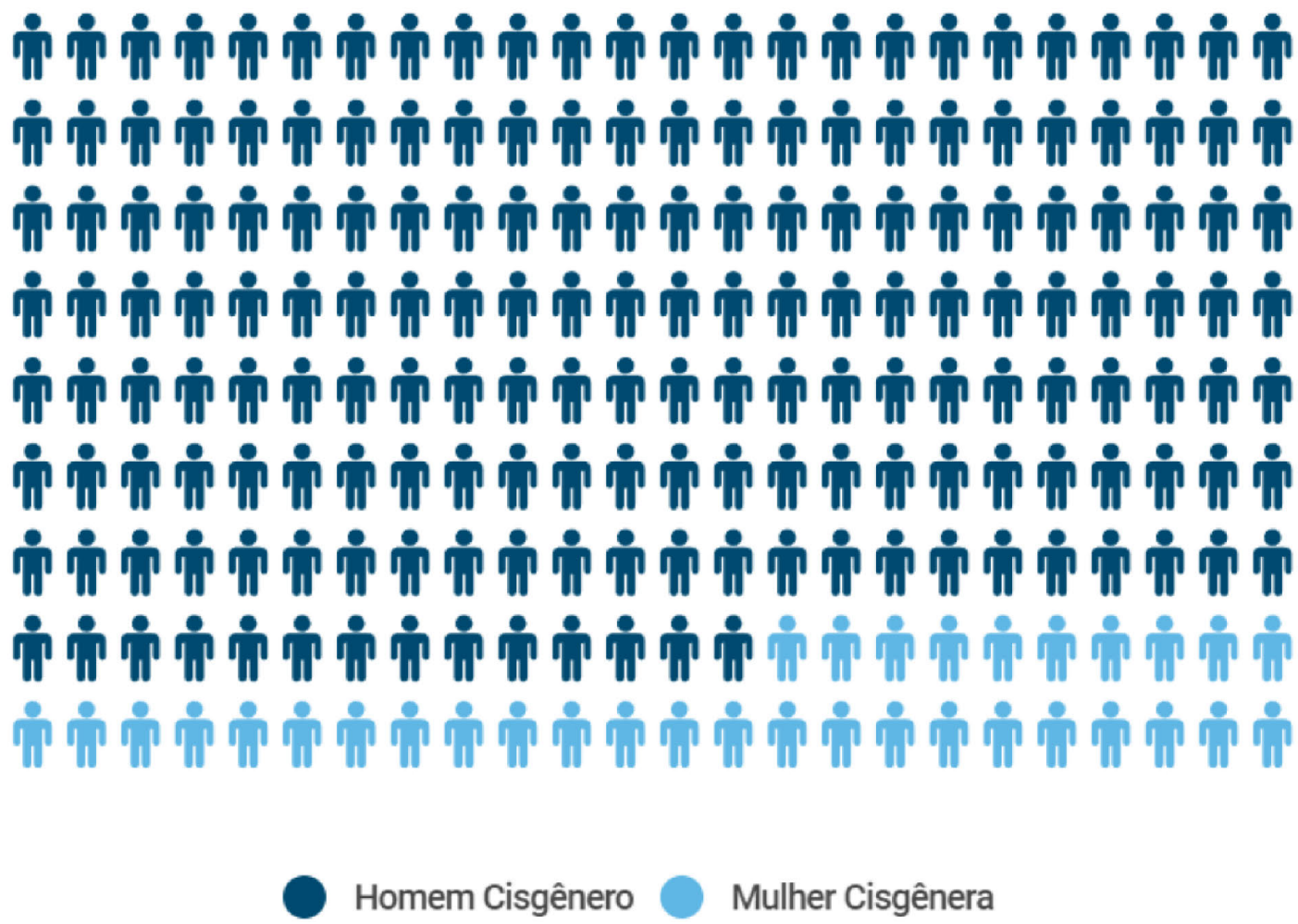


Fig. 2: Relação entre os gêneros dos autores das obras analisadas, gráfico criado a partir do Infogram com dados coletados a partir de análise curricular. Fonte: Autores, 2022.

5 Entrevistas

Fundamentados na discussão realizada até aqui e com o intuito de continuar a responder ao objetivo geral deste artigo – analisar a partir de uma perspectiva epistemológica e reflexiva a construção do campo do design no Brasil e as consequências de seu passado colonial no ensino da área –, foram feitas entrevistas, a partir de questionários respondidos on-line, com os coordenadores das instituições cujos currículos foram analisados no item anterior. Para seleção dos entrevistados, apenas um critério foi adotado: que todos estivessem na posição de coordenação dos cursos selecionados quando a entrevista foi realizada e, dentre os vinte e um (21) coordenadores selecionados para participar da entrevista, apenas nove (9) se mostraram disponíveis para participar. Quanto às perguntas realizadas, destacamos aqui as que ajudaram a introduzir o tema da decolonialidade, partindo da hegemonia do conhecimento eurocêntrico dentro das universidades. Portanto, a primeira pergunta foi: no momento da escolha das bibliografias para a elaboração das matrizes curriculares, você acha que existe alguma preocupação em priorizar autores nacionais? Essa pergunta buscou entender a visão dos entrevistados sobre a presença ou ausência de autores nacionais em suas matrizes curriculares.

Algumas problemáticas interessantes foram levantadas a partir da análise das respostas das perguntas, no geral. Por exemplo, o acesso ao material de autores nacionais, onde um dos entrevistados (entrevistado nove) afirma que “é preciso

ter consciência que esses títulos podem ser mais especializados e específicos (...), assim, podem não estar tão aparentes na matriz curricular, o que não significa que não estejam presentes no curso e em sala de aula.” Entretanto, se faz necessário refletir o porquê de materiais de autores nacionais serem considerados especializados e específicos dentro das matrizes curriculares de seu próprio país, enquanto os clássicos ou de conteúdos básicos, seguem sendo, em sua maioria, eurocentrados. A falta de obras de base nacionais, seja em decorrência da baixa produção de conhecimento científico da área ou da dificuldade no acesso das obras existentes nas bibliotecas, leva a um ciclo que não alimenta a produção científica nacional do setor. Isto faz com que nossas referências principais sejam quase sempre estrangeiras. Contudo, é importante ressaltar que, excetuando-se dois (2) dos entrevistados, a maioria acredita que seria benéfica a prioridade para autores nacionais.

Para a pergunta: No momento da escolha das bibliografias para a elaboração das matrizes curriculares, você acha que existe alguma preocupação com a diversidade de gênero e de raça dos autores? As respostas foram, quase em sua totalidade, negativas, ou seja, os entrevistados não enxergam esforço para garantir diversidade de gênero e raça nos currículos. Um dos entrevistados até declara que “[...] seria em minha opinião um absurdo” (entrevistado oito), similar à opinião do entrevistado três que afirma, com base na experiência em sua instituição que, “[...] as implicações para influenciar escolhas estão embasadas na qualidade da produção, indiferente de gênero, raça, etc.” Vale citar que o mesmo entrevistado que afirmou, na pergunta anterior, que o esforço em se garantir uma diversidade de gênero e raça seria um absurdo, respondeu que, com uma maior presença de autores nacionais “[...] os benefícios seriam de grande valia” (entrevistado oito).

Nos cabe questionar, por que soa tão desnecessária a inclusão de outras vozes no debate quando se inclui a questão de gênero e raça (questão essa que permeia todos os aspectos da sociedade)? A inserção de mais locais de fala que foram silenciados durante séculos não poderia trazer enormes benefícios para o campo? Vemos que é somente com a percepção dessa falta, dessa lacuna que o legado colonial deixa na nossa produção de conhecimento que é também patriarcal, que o pedido por mais diversidade vai se tornar mais plausível. Percebemos que a inserção de mais vozes que não a do homem branco na produção intelectual, validada pela academia, não é uma prioridade para muitos dos coordenadores em questão, talvez porque muitos deles não enxergam a relação direta de questões como raça e gênero com o design. O que é visível em respostas como a do entrevistado 02: “[...] a escrita acadêmica não está exclusivamente atrelada a cor ou gênero”, porém como preconiza Francielly Baliana:

A construção de um campo de produção de conhecimento – centrado no eurocentrismo/ocidentalismo e em uma ideia específica de racionalidade moderna – também resultou na consolidação da colonialidade para além das fronteiras do próprio colonialismo. A consequência direta dessas perspectivas históricas de poder é a construção de um sistema de exploração social que torna todas as formas de trabalho cada vez mais submetidas a uma lógica exclusiva e permanente do capital quanto de uma dominação cultural que controla, oculta e hierarquiza as formas de subjetividades com base em uma perspectiva eurocêntrica de racionalidade ainda atualmente, mesmo após os processos de independência (BALIANA, 2020, s/p.).

Para a análise do item relacionado à centralidade europeia dos autores mais lidos sobre o ensino do design, no Brasil, iniciamos este eixo com a pergunta: De acordo com nossa pesquisa prévia, a maioria dos autores utilizados nas disciplinas, são homens e europeus. Por que você acredita que ocorra esse fenômeno? Muitos entrevistados demonstraram ter consciência sobre a presença de uma forte influência eurocêntrica na sociedade, afirmando que: “por uma questão de poder. Como país de formação colonial naturalmente recebemos muita influência da Europa. Somos frutos de uma sociedade patriarcal e de influência das primeiras escolas de design europeias” (entrevistado dois), o que podemos complementar com outra resposta: “principalmente vinculado às escolas como Bauhaus e Ulm” (entrevistado 1). Os entrevistados percebem também a centralidade da produção de conhecimento que tal influência gera e mostram que muitos dos pesquisadores da área precisam ir para fora do país para se especializar: “muitos dos nossos docentes foram preparados a partir desse conteúdo europeu. Alguns dos nossos docentes estiveram na Itália, sofrendo influência de autores homens” (entrevistado cinco). Tal afirmação evidencia o fato já mencionado nesse artigo: a associação da área ao conteúdo estrangeiro, clássico e canônico, como demonstrado pelo entrevistado nove: “um curso de graduação precisa se comprometer com valores

tradicionais de formação, não se pode recomendar, como bibliografia básica um autor(a) que ainda não tenha relevância reconhecida para a área.”

A opinião e ideologia dos entrevistados gera uma cadeia inescapável pois, para validar o curso, são utilizadas obras que possuem credibilidade acadêmica que são europeias ou estadunidenses e, como mencionado em perguntas anteriores, o mercado nacional de publicação científica não oferece oportunidades para publicação de obras nacionais inéditas. O que leva à estagnação do campo, com a leitura dos mesmos autores e conceitos, retroalimentando o ciclo de dependência das obras de autores estrangeiros. A maioria dos entrevistados percebe a problemática colonial e seus efeitos na produção científica do campo, porém, ao mesmo tempo em que gostariam que algo fosse feito, ao se depararem com discussões mais complexas como raça e gênero, se retraem e não enxergam nessas discussões a chave para melhorias na área. Essa reação demonstra a importância de levantarmos temas como os propostos aqui, para construir debates mais profundos na área. O pensamento decolonial pode ser uma importante ferramenta para o futuro do design e para o designer que busca estar mais ciente das complexidades que o cercam.

6 Considerações finais

Este trabalho foi motivado pela necessidade de investigar as principais influências da colonialidade no ensino do design nacional na contemporaneidade. Buscou-se entender a formação do campo no país e, a partir daí, verificamos que desde seus primeiros passos houve forte presença da colonialidade, bem como a subserviência aos interesses econômicos internacionais. A base de ensino foi basicamente exportada de escolas europeias para o contexto brasileiro, com realidades completamente diferentes entre si. Constatou-se que os procedimentos metodológicos utilizados se mostraram eficientes como ferramentas para atingirmos os objetivos propostos, tendo em vista que permitiram tanto um aprofundamento teórico nos temas da pesquisa, quanto uma compreensão mais ampla e contextualizada do mesmo. É importante ressaltar que a metodologia utilizada na pesquisa, apesar de alcançar o resultado proposto, é passível de aprimoramento e deve ser aplicada a serviço de uma discussão contra-hegemônica no campo do design. A utilização desta metodologia em outras pesquisas deve buscar analisar de forma mais aprofundada as colonialidades internas, entre regiões e localidades no contexto nacional, a partir da replicação das mesmas perguntas aqui realizadas (de maneira geral para o campo do design) em áreas específicas do campo, como o design gráfico, produto, moda, entre outros. Para que, através de acréscimos ao referencial teórico e de outros interlocutores, direcione o foco para o incentivo à produção nacional de conhecimento científico e literatura na área do design.

Neste sentido, a presente pesquisa conseguiu revelar tanto a presença de discursos que se mantêm vigentes desde o século passado, como os mecanismos que entendem o conhecimento técnico-científico e racional como a única epistemologia válida. Evidenciou, ainda, o comportamento do designer, como relatado em algumas respostas dos entrevistados, de se enxergar como um agente neutro cuja função é apenas projetar. Porém, o design, enquanto campo de conhecimento e prática, não está isento de responsabilidade dos acontecimentos da sociedade atual, pelo contrário, é um elemento fundamental deste contexto. Por este motivo, se faz necessário que o designer entenda seu contexto e sua história, tornando sua prática libertadora e sensível aos efeitos das estruturas de poder que o cercam. É preciso, portanto, situar os problemas advindos da modernidade para entender como naturalizar e normatizar certas narrativas e, assim, pensar alternativas que desafiem o discurso dominante, as convenções, os conhecimentos e linguagem, pois não é possível encontrar soluções para os problemas da modernidade procurando-os na própria modernidade.

Logo, para se tornar uma ferramenta contra-hegemônica o design deve deixar de servir às antigas premissas e propagar determinadas narrativas como a da modernidade ou do desenvolvimento infinito, narrativas essas que apenas endossam o colonialismo e o extrativismo. Todo design serve a alguma narrativa, nunca é neutro, pois toda atuação profissional irá, em alguma medida, se relacionar e interferir no cotidiano das pessoas que acessarem o resultado de seu trabalho. Nem sempre esse impacto se dará de maneira positiva, na verdade, as chances de se reproduzir uma visão excludente e opressora são bem grandes, devido à forma como a sociedade lida com o legado histórico de injustiças, perpetradas desde o período colonial.

Por fim, esta pesquisa foi apenas um passo em direção às discussões que podem ser vastamente exploradas dentro do campo do design, além de ser uma forma de mostrar novas possibilidades de atuação do designer. Utilizar a visão decolonial no campo não significa a criação de um novo tipo de design ou de uma nova forma de se fazer design que apenas se

somaria a outras tantas vertentes com as quais o campo se depara hoje. A decolonialidade serve como um guia para orientação dentro das investigações, uma forma radical de pensar e de questionar um caminho para lutar contra hegemonias opressivas e criar formas de reflexão. O esforço de decolonizar o currículo ajuda a construir outros olhares, outras abordagens e outras leituras que devem ser a base para a transformação do ensino do design. Um outro olhar em relação à modernidade e à pretensa universalidade da racionalidade eurocêntrica que se vende como neutra – um olhar que seja pluriversal, intercultural, decolonial.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

ANASTASSAKIS, Z.; KUSCHNIR, E. Trazendo o design de volta à vida: considerações antropologicamente informadas sobre as implicações sociais do design. In: LIMA, G. de C.; MEDEIROS, L. (Org.). **Textos selecionados de design 4**. 1ed. Rio de Janeiro: PPDESDI/UERJ, v. , p. 137-141, 2013.

ANASTASSAKIS, Z. **Triunfos e impasses**: Lina Bo Bardi, Aloisio Magalhães e a institucionalização do design no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2011.

BALIANA, F. Sobre saberes decoloniais. **Revista comciência**, nov. 2020. Disponível em: <https://www.comciencia.br/sobre-saberes-decoloniais/>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BATISTELI, B. Em busca das *Designers* Gráficas. **Revista Recorte**, 2021. Disponível em: <https://revistarecorte.com.br/artigos/em-busca-das-designers-graficas/>. Acesso em: 05 jan. 2022.

BORRERO, A. G. Diseño del sur y educación en diseño. In: Congreso De Diseño Industrial: Conferencia Latinoamericana De Escuelas Y Facultades De Arquitectura. 25. 2014. Assunción. **Anais ...**. Assunción: UDEFAL, 2014, p. 17-15.

COUTO, R. M. S. **Escritos sobre o ensino do design no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2008.

DOBB, M. **A evolução do Capitalismo**. 7a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FAUSTO, B. **História Geral Da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil republicano**. v. 10. Sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

LIMA, E. L. C.; LIMA, G. S. C. Panorama do Ensino de *Design* Gráfico no Brasil. In: **ASSOCIAÇÃO dos Designers Gráficos** (Org.). Manual ADG de *Design* Gráfico para Profissionais. São Paulo: SENAC, 2003.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/Projetos globais**: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. **La idea de América Latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2007.

MORAES, D. **Análise do design brasileiro**: entre mimese e mestiçagem. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 7- 38.

OLIVEIRA, I. M. **O ensino de projeto na graduação em design no Brasil**: o discurso da prática pedagógica. 2009. Tese (Doutorado em Design) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder: Globalización y democracia. **Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nuevo León**. v. 4. Dec. 2000.

ROCHA, M. A. **A contribuição à educação para além da publicação de textos**: perspectiva histórica do trabalho da editora da Universidade Federal de Uberlândia. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SÁ, G. A. R. **Mulheres na história do design no Brasil**: 1930 - 1979. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenho Industrial) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, outubro de 2002.

SILVA, T. T. **Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

WITTER, G. P. **Desenho Industrial - Uma perspectiva Educacional**. São Paulo: CNPq/Coordenação Editorial, 1985.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

PROJETO
PROJECT

TRÊS PROJETOS CONTRA-HEGEMÔNICOS THREE COUNTER-HEGEMONIC PROJECTS EDSON MAHFUZ

Edson da Cunha Mahfuz é Arquiteto, Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo, com Pós-Doutorado na mesma área. É Professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da mesma instituição. Realiza pesquisas sobre Arquitetura Moderna, Projeto de Arquitetura e Urbanismo, e Teoria e Ensino do Projeto. edson@mahfuz.arq.br

<http://lattes.cnpq.br/2757009040611202>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: MAHFUZ, E. C. Três projetos contra-hegemônicos. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/594/594pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

Há uma prática hegemônica no Rio Grande do Sul, e com toda certeza em muitas outras partes do Brasil, que desconsidera a necessidade de criar espaços abertos e edificações que constituam o que alguns chamam de infraestruturas do cotidiano, isto é, de equipamentos públicos que podem tornar a vida diária mais digna, principalmente para a população de baixa renda. Essa prática resulta de um pensamento hegemônico não explícito, mas dominante na política e administração brasileiras e, curiosamente, independente de ideologias, pois nem os governos municipais e estaduais de esquerda se dedicaram à construção desses equipamentos. O texto descreve três projetos que procuram se contrapor ao pensamento hegemônico descrito acima. Os projetos ilustram respostas a três situações caracterizadas por descaso: a falta de qualificação dos espaços abertos das cidades, a ausência quase total de equipamentos que fomentem a vida cultural e as relações sociais e a indiferença com que são tratados o patrimônio histórico e o urbanismo consolidado. A metodologia envolve identificar uma situação urbana problemática, transformá-la em tema de ateliê de projeto na graduação e na pós-graduação, realizar o projeto paralelamente aos alunos, discutir o projeto em aula e buscar divulgá-lo com fim de estabelecer uma discussão sobre o problema que deu origem à essa sequência, mais do que sobre o próprio projeto.

Palavras chave: Qualificação do espaço aberto, Infraestruturas do cotidiano, Diálogo com o entorno

1 Introdução

Este texto parte da premissa de que a escassez de equipamentos de uso público no Rio Grande do Sul se deve a um pensamento e prática que se poderia chamar de hegemônica. Diante desse panorama, uma das possibilidades de resistência e oposição a esse estado de coisas é propor ações concretas a partir da plataforma de que disponho: o ensino na universidade pública e a prática de projetos. No Rio Grande do Sul esse pensamento hegemônico desconsidera a necessidade de criar espaços públicos¹ e edificações que constituam o que alguns chamam de infraestruturas do cotidiano, isto é, equipamentos urbanos que facilitam e tornam mais digna a vida das pessoas, especialmente as de baixa renda. Refiro-me a equipamentos como escolas, centros de saúde, bibliotecas, centros culturais, centros esportivos, entre outros, disseminados estrategicamente nas cidades pelo poder público. Essa falta de ação é tão abrangente que não está ligada a uma ideologia política. Se poderia pensar que tem a ver com a direita, tradicionalmente indiferente aos valores coletivos e às políticas públicas. No entanto, a mesma inércia esteve presente durante os governos de esquerda, tanto no âmbito federal, como no estadual e municipal – basta mencionar como exemplo o programa Minha Casa Minha Vida, exemplo de oportunidade perdida para criar entornos dignos para se viver.

No que se refere ao espaço público das cidades, não há uma política permanente de qualificação. Quando acontecem as melhorias, têm a ver com a preparação da cidade para receber um evento, como foi o caso da criação da Orla Prefeito Luiz Paulo Conde e do Boulevard Olímpico, obras realizadas em função da Copa do Mundo (2014) e da Olimpíada (2016) no Rio de Janeiro, mas que depois não tiveram seguimento. Sou consciente das conquistas sociais das últimas décadas, inclusive em Porto Alegre, mas essas conquistas não se materializaram em equipamentos públicos como os que estou reivindicando. Em anos recentes foi construído um grande parque público à beira do Lago Guaíba, iniciativa única em muitas décadas de inércia. Em outros países, há um esforço contínuo de qualificação de praças existentes e de criação de novas onde não existem, porque se entende que o espaço público é o local privilegiado do encontro e das trocas de informação, mesmo numa época em que a comunicação por via digital ganhou importância. Será que essa inércia é parte de uma estratégia para evitar esses encontros, porque deles pode resultar a organização da sociedade para reivindicar os seus direitos? Em Portugal e Espanha, para não mencionar os países mais ricos da Europa, é comum que em cada bairro haja um centro de saúde primária, uma biblioteca pública, um centro esportivo e um centro cívico, o que contribui para uma vida digna e culturalmente rica, mesmo que se ganhe pouco ou se esteja desempregado. Esses são exemplos que valem a pena emular.

¹ Por espaço público, entende-se todo aquele espaço que não for privatizado, tanto abertos como as ruas, praças e parques, como fechados como ginásios, mercados, entre outros.

Durante as décadas em que tenho vivido em Porto Alegre não lembro de ter visto nada parecido ser construído nos bairros da cidade. Aos prefeitos que se sucedem não parece ter ocorrido que essas atividades são necessidades básicas do habitante urbano e que é parte das suas atribuições garantir que existam. Certamente não será o mercado que irá criar esse tipo de equipamento, o qual não visa lucro imediato e cujo resultado – o desenvolvimento dos cidadãos – é algo difuso e a longo prazo. Para não faltar com a verdade, existe na legislação brasileira a figura do Centro Social Urbano (CSU), que seriam “centros públicos voltados para o desenvolvimento, inclusão social e redução da violência” (Decreto nº 75922 de 01/07/1975 / PE - Poder Executivo Federal). Entretanto, a sua implantação é esporádica, irregular e rarefeita. É curioso notar que a época em que foram construídos mais CSUs foi a década de 1970, quando o país estava sob um regime ditatorial. Outra característica dessa atitude hegemônica é a baixa valorização do patrimônio histórico, tanto no que se refere ao edifício individual como aos entornos consolidados com suas características materiais e de uso. Por aqui raramente se aplica o conceito inglês de notável valor coletivo que fundamenta a preservação de grupos arquitetônicos com base na percepção de que a qualidade global do conjunto excede eventuais defeitos de qualquer das estruturas individuais.

Não estando satisfeito com esse estado de coisas e, sendo professor de projetos na universidade pública há mais 30 anos, decidi protestar usando as armas de que disponho: a sala de aula e meu trabalho como arquiteto. No primeiro caso, propondo temas de projeto que incluam os equipamentos que faltam nas cidades e, no segundo caso, elaborando projetos que respondam aos problemas mal resolvidos na cidade, os quais chamo de contra-projetos. No âmbito acadêmico, tenho conduzido ateliês de projeto cujo tema é um centro comunitário e o espaço aberto do seu entorno, que em geral se localizam em terrenos atualmente ocupados por praças carentes de projeto, e o trabalho dos estudantes deve dar igual atenção à edificação e ao paisagismo. A cada dois semestres muda o terreno – que geralmente mede aproximadamente 10.000 m², o que equivale à área de um quarteirão – e isso muda a equação geral, já que entornos diferentes exigem respostas diferentes. O programa do centro comunitário inclui uma biblioteca, uma sala de uso múltiplo e um café, mais os espaços de apoio para cada atividade. Quando se trata de um ateliê de pós-graduação, o programa ganha o acréscimo de salas de atendimento à comunidade.

O objetivo da disciplina, além do mais óbvio que é treinar para a prática do projeto arquitetônico e urbanístico, é chamar atenção para o papel da arquitetura como prática social por meio dos temas tratados no ateliê. É certo que o modo mais seguro de aprender a projetar é projetando, mas também se ensina por exemplo. A experiência me mostrou que estudantes de qualquer nível se sentem mais seguros sendo orientados por alguém que já enfrentou os mesmos problemas projetuais que eles e, por essa razão, desenvolvo todos os projetos que proponho como tema de aula, além do meu interesse pessoal nesses tipos de intervenção. Em um ateliê cuja metodologia estimula o estudo de precedentes como uma etapa importante de qualquer projeto, o trabalho do professor aparece como mais um precedente a ser estudado. Além do apoio didático imediato, esses chamados contra-projetos têm o objetivo de mostrar que é possível resolver melhor aquelas situações urbanas e/ou construtivas de um modo que beneficie a cidade.

2 Metodologia

A metodologia referente aos projetos apresentados aqui começa pela identificação de uma situação urbana ou construtiva julgada deficiente, que se torna a seguir tema de disciplina de projeto e motivação para realização de um contra-projeto. Nos dois primeiros casos, trata-se de espaços públicos sem estrutura formal e sem os equipamentos e amenidades que facilitariam o uso mais intenso pela população. No terceiro caso, a ampliação de um edifício com valor cultural importante ignora completamente o meio urbano em que está inserido. Identificado o problema, busca-se entender o lugar tanto do ponto de vista histórico como do seu uso atual, precedentes são estudados em busca de situações análogas que possam servir como referência e em todos os casos o projeto se desenvolve orientado pela crença de que o seu primeiro compromisso é com a cidade, isto é, com a criação de espaço público e a integração com o contexto. Toda edificação proposta procura ajudar a definir o espaço aberto em vez de ocupá-lo. Quando possível e adequado, novos edifícios tentam ampliar condições locais favoráveis. Os projetos são desenvolvidos com um alto grau de detalhamento para superar a esquematização de uma proposta superficial que aborda apenas alguns aspectos do problema. Da mesma forma, a apresentação é cuidadosa e procura apresentar aspectos exteriores e interiores do projeto, quando for o caso.

3 Projeto contra-hegemônico #1: Praça André Foster

Este primeiro projeto é uma praça de bairro, a Praça André Forster, na figura 1, tipicamente resolvida em Porto Alegre criando uma quadra esportiva e um playground no meio das árvores existentes, sem um projeto paisagístico claro e sem incluir nenhuma das atividades descritas acima, como infraestruturas cotidianas. Propõe-se uma nova distribuição espacial e a transformação daquele espaço aberto insuficiente em um conjunto ordenado composto de uma faixa representativa – pórtico, Praça Cívica e Centro Comunitário – e uma faixa para atividades físicas – skate, quadra polivalente e playground, ao lado do edifício, como observado na figura 2. Em torno desses espaços há áreas verdes sombreadas para descanso e contemplação. A relação com o entorno é cuidadosamente planejada: o acesso principal se dá pela avenida e há um caminho transversal, tangente ao Centro Comunitário, que conecta as duas ruas laterais. A Praça Cívica é local para feiras, eventos locais, protestos, shows, entre outros – figura 3. O Centro Comunitário oferece espaço para atividades culturais e encontros ao abrigo de intempéries. Um projeto que, se executado, criaria um centro para o bairro, um local em que muitos tipos de atividades ligadas à cidadania poderiam ocorrer, como vemos na figura 4.



Fig. 1: Praça André Forster, situação atual. Fonte: Google Earth, 2021.



Fig. 2: Proposta de Praça Cívica e Centro Comunitário. Fonte: Autor, 2019.



Fig. 3: Vista aérea da praça. Fonte: Autor, 2020.



Fig. 4: Vista do Centro Comunitário desde a Praça Cívica. Fonte: Autor, 2019.

4 Projeto contra-hegemônico #2: Centro Cultural Zumbi Dos Palmares

O Largo Zumbi dos Palmares, na figura 5, é um dos piores exemplos de descaso com o espaço público que se pode encontrar. Localizado no encontro do centro histórico de Porto Alegre com a sua primeira expansão, é uma área de quase 11.000 m² totalmente asfaltada, sem qualquer mobiliário urbano ou vegetação que amenize o impacto do calor, figura 6. Nesse espaço, acontecem shows, comícios, eventos que reúnem *food trucks*, sem que haja qualquer infraestrutura. O bairro do qual faz parte – Cidade Baixa – tampouco é pródigo em espaços abertos de qualidade. Na verdade, não há nem mesmo espaços abertos sem qualidade e, embora a poucos metros existam duas áreas verdes, elas são espaços residuais no interior de alças de um viaduto, muito pouco apropriadas para serem usadas como espaços públicos. Portanto, o local é uma oportunidade para criar um complexo de espaços e programas de natureza pública.



Fig. 5: O Largo Zumbi dos Palmares, estado atual. Fonte: Autor, 2020.

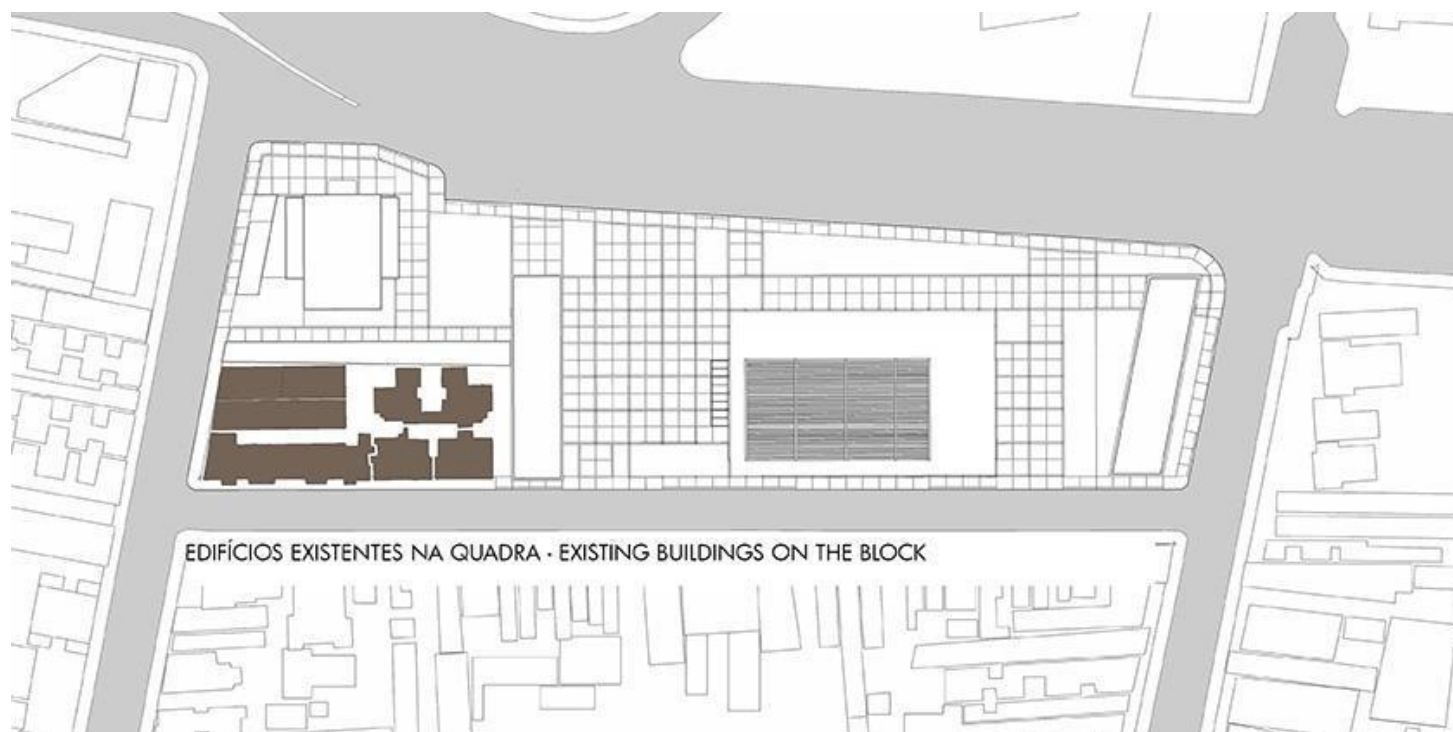


Fig. 6: Edifícios existentes no terreno. Fonte: Autor, 2020.

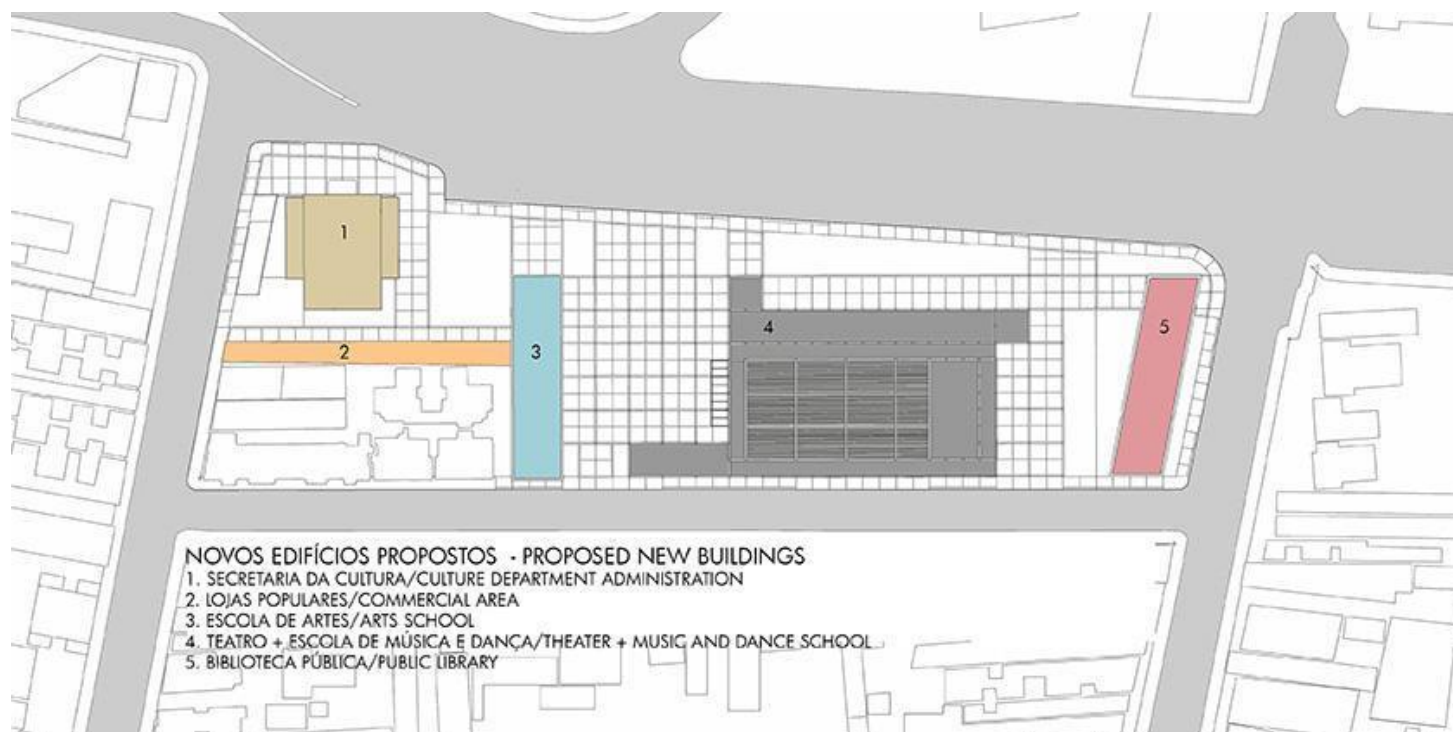


Fig. 7: Distribuição dos novos edifícios e espaços. Fonte: Autor, 2020.

A proposta, apresentada na figura 7, consiste em um centro cultural em que os edifícios são entremeados por espaços abertos com características de praça seca. O Centro Cultural Zumbi dos Palmares seria composto pelos seguintes elementos: à direita, em rosa, uma biblioteca pública, paralela à rua José do Patrocínio. No centro, em cinza, uma escola de dança e dramaturgia, organizadas em volta de um teatro. No térreo deste edifício haveria um restaurante, um café e lojas voltadas para a rua traseira e para a pequena praça entre este edifício e a biblioteca, a qual contém uma área de lazer para crianças. À esquerda do edifício maior, há uma escola de artes, em azul – entre eles está o espaço aberto maior e mais importante do conjunto. Anexo à escola há uma construção baixa e longa, em laranja, que abriga lojas populares de pequeno tamanho e serve para ocultar o muro de divisa dos edifícios existentes no terreno. Por fim, em bege, uma torre administrativa que concentra escritórios da administração municipal, hoje espalhados pelo bairro – a proposta de projeto pode ser observada nas figuras 8, 9 e 10. Essa torre é uma adaptação de um projeto do arquiteto espanhol Helio Piñón. O projeto modificaria totalmente o lugar, introduzindo atividades de ensino, lazer, instituições culturais e administrativas, ao mesmo tempo que preservaria a possibilidade de realização de outras atividades ao ar livre, na praça principal. Não há falta de ideias para qualificar as cidades, o que falta é vontade política para pô-las em prática.



Fig. 8: Vista geral desde o norte (centro histórico). Fonte: Autor, 2020.



Fig. 10: Espaço entre as escolas de dança e de artes. Fonte: Autor, 2020.



Fig. 9: Vista do espaço entre a biblioteca e a escola de dança/dramaturgia. Fonte: Autor, 2020.

5 Projeto contra-hegemônico #3: ampliação do Hospital de Clínicas

Há certas situações na vida que nos parecem tão equivocadas que nos obrigam a algum tipo de reação, ainda que inócuas, já que o malfeito não pode ser revertido, mas a reação marca uma posição e, quem sabe, pode ter consequências futuras por alertar sobre casos semelhantes. Refiro-me ao caso do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), figura 11, afiliado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), projetado originalmente pelo arquiteto Jorge Moreira, cuja ampliação é um escândalo arquitetônico e urbanístico pela sua vulgaridade e por não saber como lidar com o patrimônio cultural e com o entorno urbano – o que se questiona não é a ampliação em si, mas o modo como foi feita. Tratava-se de um problema difícil desde a origem, pois o quarteirão do HCPA é anômalo em relação ao entorno, estando a maioria dos

seus edifícios girados aproximadamente 45 graus em relação às ruas que o definem, com exceção de cinco prédios na esquina de Protásio Alves com São Manoel. Isso parece ser consequência de ter sido projetado levando em conta vias que acabaram não sendo abertas. Por causa disso, a única relação perceptível com o entorno é a perpendicularidade à rua Jerônimo de Ornelas, muito menos importante que as vias que definem a esquina do quarteirão onde foi implantado o hospital: a Rua Ramiro Barcelos e a Avenida Protásio Alves, um dos eixos estruturantes do crescimento da cidade na direção leste.

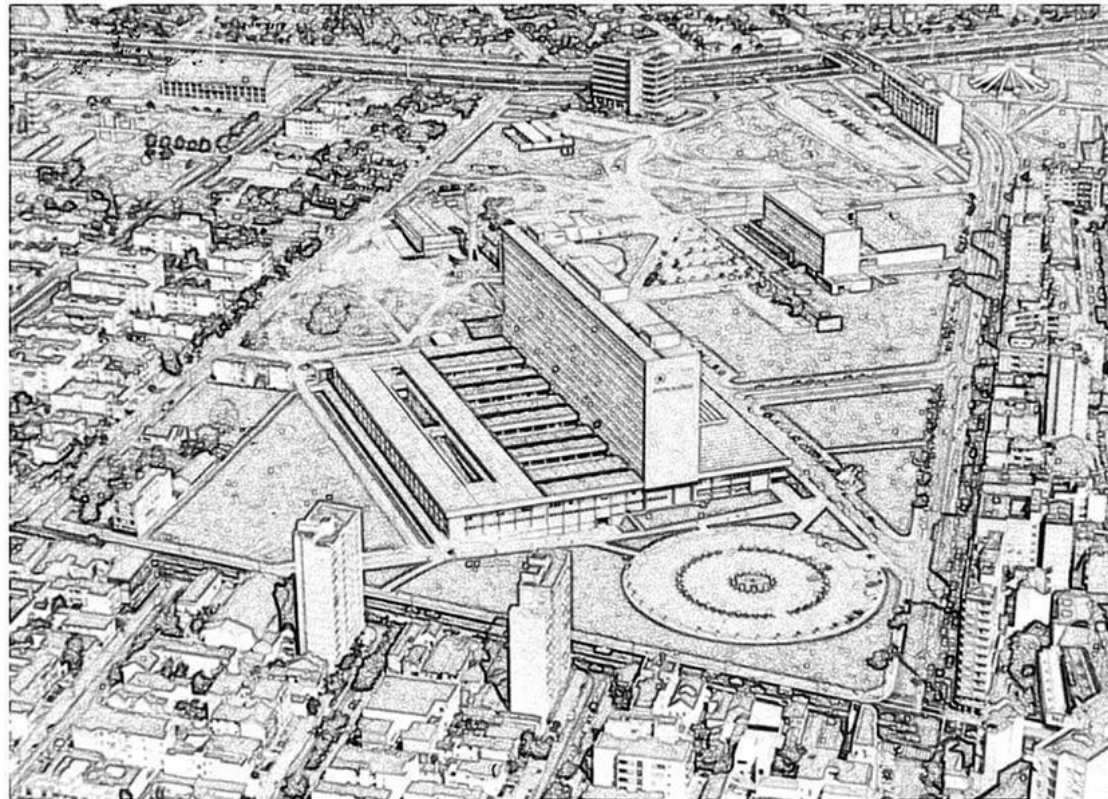


Fig. 11: Hospital de Clínicas, vista geral anterior à ampliação. Fonte: Autor, 2022.

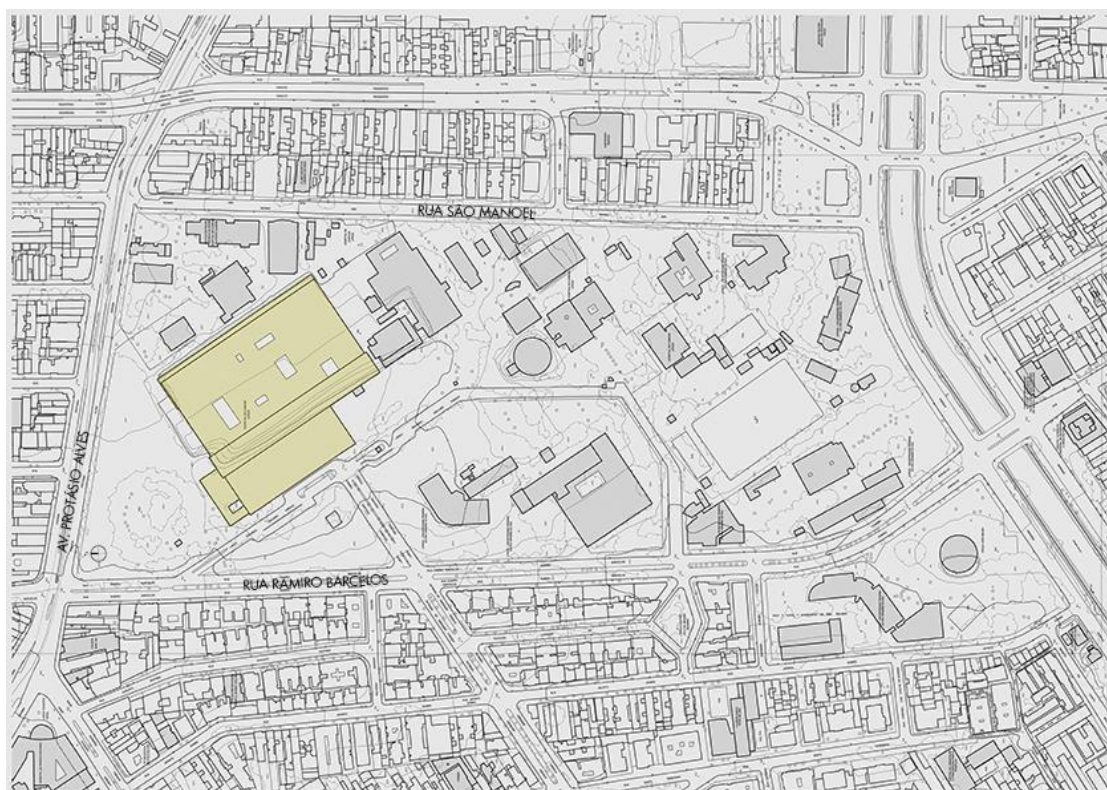


Fig. 12: Hospital de Clínicas, situação anterior à ampliação. Fonte: Autor, 2022.

O edifício original, figura 12, foi posicionado num ponto central do terreno, o que minimizou o impacto que poderia ter sobre as ruas por seu tamanho avantajado. Gostemos ou não do edifício do HCPA, ele faz parte do patrimônio cultural da cidade – protegido pela Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPHAC) desde 2011 – e do patrimônio afetivo da população, e merecia um tratamento muito melhor por parte dos envolvidos no processo. Porto Alegre é uma cidade que costuma perder as oportunidades que se lhe apresentam de qualificar o seu urbanismo e, conseqüentemente, a vida dos seus cidadãos, vide a área em torno ao Jockey Club, o Cais Mauá e o Estaleiro Só, para citar apenas algumas dessas oportunidades.

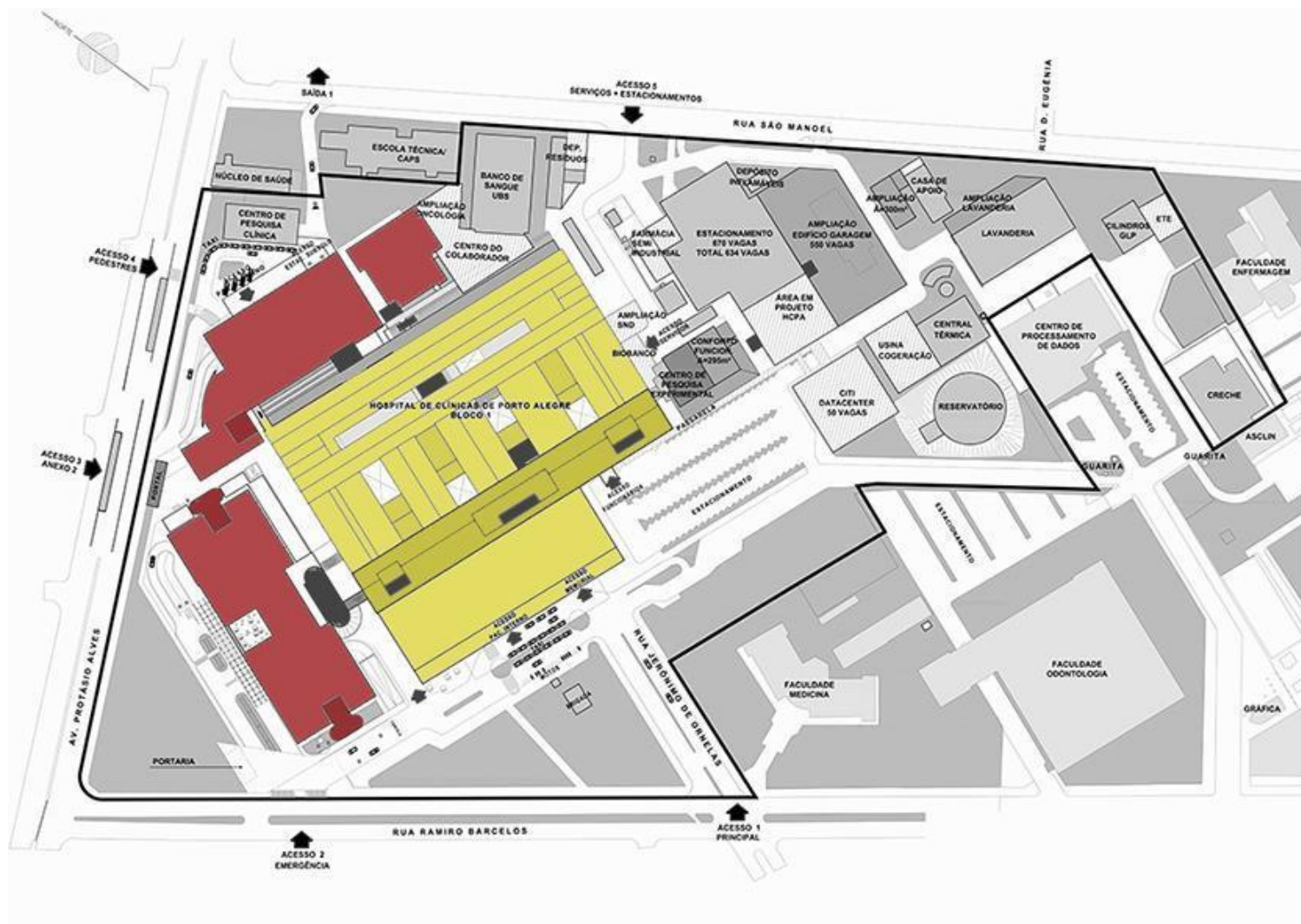


Fig. 13: Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Planta de situação, ampliação em vermelho. Fonte: Autor, 2022.

Neste caso, tinha-se a oportunidade de ampliar o hospital e corrigir a sua relação defeituosa com o entorno imediato. No entanto, o que acabou sendo construído se caracteriza por uma arquitetura vulgar e por uma total falta de entendimento do que é importante quando se intervém no meio urbano consolidado. A ampliação conseguiu piorar o que já não era bom, estabelecendo uma relação caótica com a Avenida Protásio Alves, pois seu contato com a via se dá por meio de curvas e quinas, configurando uma volumetria que em momento algum privilegia a vida cotidiana dessa avenida, como observado na planta da ampliação, figura 13. A vista abaixo, na figura 14, mostra o quanto é formalmente agressiva a solução adotada e como destoa do entorno, tanto do ponto de vista volumétrico como de alinhamento. Além disso, ignora totalmente o uso comercial dos terrenos do outro lado da avenida, uma característica urbana que contribui para a vitalidade desse bairro.



Fig. 14: Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Vistas desde a avenida Protásio Alves. Fonte: Google Maps, 2020.

O que proponho deriva de uma premissa básica: o primeiro compromisso da arquitetura é com a cidade. Portanto, o problema da ampliação tem que ser resolvido ao mesmo tempo em que uma relação positiva com o entorno é estabelecida. Outra premissa importante é a de que quando se gera plantas flexíveis – em configurações geralmente ortogonais, bem servidas por núcleos de circulação e serviço – e com área suficiente para abrigar o programa, não há porque se preocupar excessivamente com o leiaute dos espaços. O contra-projeto visa resolver os dois problemas, conciliando as duas direções envolvidas: os alinhamentos das ruas e o ângulo girado do hospital. Do ponto de vista compositivo se pode falar em três partes: uma barra em L que segue as direções da Rua Ramiro Barcelos e da Avenida Protásio Alves e define tridimensionalmente a borda dessas vias; um corpo central que segue a orientação do edifício existente e que, ao tocar nas barras já mencionadas gera uma série de pátios que servem para iluminar e ventilar o espaço interior; e o terceiro bloco, situado no lado da Rua São Manoel, uma extensão da lógica espacial do corpo baixo do hospital, organizado em torno de vários pátios, estendendo-se até onde há espaço livre, como vemos nas figuras 15 e 16.



Fig. 15: Hospital de Clínicas de Porto Alegre, projeto alternativo. Planta do térreo, setor comercial em branco. Fonte: Autor, 2020.

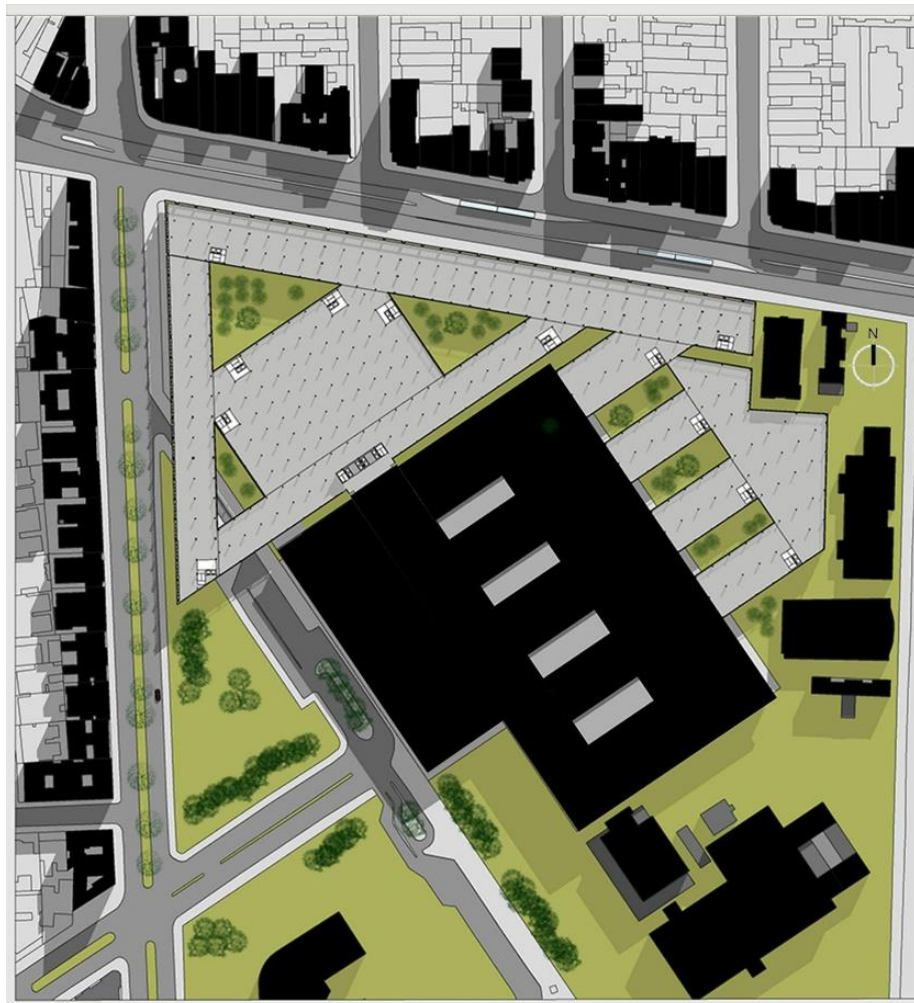


Fig. 16: Hospital de Clínicas de Porto Alegre, projeto alternativo. Planta tipo. Fonte: Autor, 2020.

239

Quanto ao uso da ampliação, toda a planta térrea da barra em L que segue as vias contínuas é dedicada a uso comercial, o que certamente traria vida a essa parte do quarteirão, assim como um bem-vindo retorno financeiro ao hospital. Salienta-se que a fachada das lojas, apresentada nas figuras 17, 18 e 19, está recuada, criando um pórtico contínuo e confortável para circulação e uso como terraço de bares e restaurantes. Toda a ampliação foi mantida com quatro pavimentos de altura, o que atende tanto às necessidades de área do hospital como as da cidade, pois o espaço urbano fica bem definido e o patrimônio protegido e ainda visível a partir de vários ângulos. O módulo estrutural da ampliação mede 7,5 metros, o que facilita os estacionamentos no subsolo.

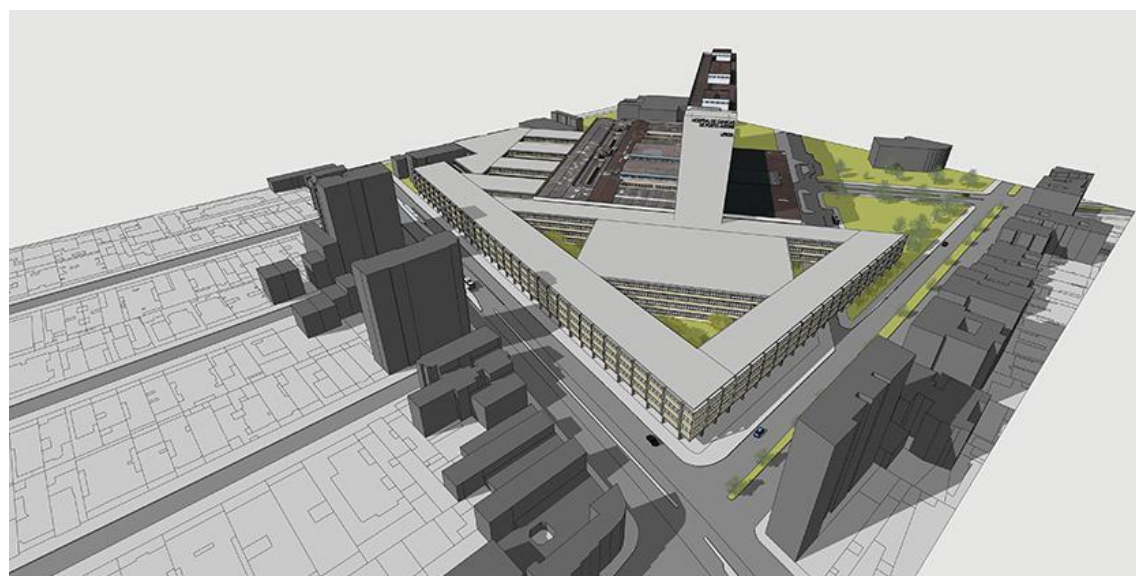


Fig. 17: Hospital de Clínicas de Porto Alegre, projeto alternativo. Vista geral aérea. Fonte: Autor, 2020.



Fig. 18: Hospital de Clínicas de Porto Alegre, projeto alternativo. Vista da esquina da Av. Protásio Alves com Ramiro Barcelos. Fonte: Autor, 2020.

Comparando o que está aqui proposto com a ampliação realizada, no que se refere à área total, constata-se que a solução mais baixa e urbanisticamente mais adequada é também mais eficiente que a que foi construída. O projeto realizado totaliza 84.000 m², dispostos em 7 e 6 pavimentos, sendo dois pavimentos de subsolo, dedicados a estacionamento. Já o contra-projeto consegue 71.000 m² acima do solo, dispostos em apenas 4 pavimentos, com dois pavimentos de estacionamento no subsolo que somam mais 23.000 m², fazendo com que esta proposta totalize 94.000 m², o que a torna melhor em todos os sentidos, e não apenas no sentido urbanístico. Este terceiro projeto contra-hegemônico comprova uma vez mais algo que promotores de obras públicas muitas vezes ignoram: na maioria dos casos fazer mal e fazer bem custa o mesmo, embora fazer bem dê mais trabalho, pois exige a consideração de mais aspectos de um problema arquitetônico urbanístico.

240



Fig. 19: Hospital de Clínicas de Porto Alegre, projeto alternativo. Vista da fachada da rua Ramiro Barcelos, mostrando que a ampliação não esconde o edifício histórico. Fonte: Autor, 2020.

6 Considerações finais

Trabalhos como os aqui apresentados possuem pelo menos três aspectos positivos: o primeiro deles é que, ao estudar cada problema e reunir material sobre eles, se cria condições de trabalhar em aula temas reais e, em alguns casos, o produto do trabalho conjunto pode servir como base para a solução efetiva de um problema urbano por parte do poder público; o segundo é que, ao desenvolver o seu próprio projeto, o professor fica mais qualificado para orientar os estudantes, pois conhece as dificuldades e as oportunidades intrínsecas ao tema; o terceiro ponto positivo, e aqui vem a relação direta com o tema deste número, é que projetos deste tipo revelam uma atitude de protesto e resistência contra o que se considera um pensamento hegemônico negativo para a vida nas cidades. Toda crítica bem argumentada tem o seu peso, mas quando é apresentada na forma de um projeto supera um tipo comum de reação que alega que falar é mais fácil do que fazer.

As diretrizes para autores, no ambiente acadêmico, exigem que se inclua referências e que estas sejam explicitadas no texto, no entanto, quase quatro décadas de docência e pesquisa permitem que se desenvolva um pensamento próprio, o qual, embora devedor do trabalho de inúmeros colegas, é capaz de realizar trabalhos teóricos e projetuais sem atentar para quem influenciou cada parte deles. Nos três projetos fica claro que a edificação está sempre a serviço da definição tridimensional do espaço aberto, que o espaço aberto deve ter uma forma definida e evitar qualquer condição residual e que o entorno imediato – a relação do projeto com ele – é um fator da maior importância na definição formal e programática de qualquer projeto urbano. Estas características dos projetos foram aparecendo no meu trabalho como resultado da assimilação de ideias de muitos autores. Sendo assim, relaciono a seguir uma série de autores cuja obra foi importante na minha formação e cuja influência paira sobre os projetos apresentados.

Referências

DE GRACIA, F. **Pensar, componer, construir**: "una teoría (in)útil de la arquitectura". San Sebastián: Editorial Nerea, 2012.

GRASSI, G. **Arquitectura lengua muerta y otros escritos**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2003.

LINAZASORO, J. I. **La arquitectura del contexto**. Madrid: Ediciones Asimétricas, 2021.

MARTÍ ARÍS, C. **La cimbra y el arco**. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 2005.

PIÑÓN, H. **Teoria do projeto**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2006.

PIÑÓN, H. **Arquitectura de la ciudad moderna**. Barcelona: Ediciones UPC, 2011.

SOLÁ-MORALES, M. **De cosas urbanas**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008.